



anuário antropológico

2019 | 1

julho 2019

Dossiê “Antropologia e Deficiências”

Museu Nacional

Estado, Esportes e Licenciamento Ambiental

Ensaio visual: Trabalho e Técnica

Dina Dreyfus

Periódico fundado em 1977 por Roberto Cardoso de Oliveira

Equipe Editorial

Soraya Fleischer (Editora Executiva)
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Christine de Alencar Chaves (Editora Associada)
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Silvia Maria Ferreira Guimarães (Editora Associada)
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Henyo Trindade Barreto Filho (Editor de obituários)
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Editorial

Andréa de Souza Lobo
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Antonádia Monteiro Borges
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Carla Costa Teixeira
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Carlos Emanuel Sautchuk
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Christine de Alencar Chaves
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Cristina Patriota de Moura
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Daniel Schroeter Simião
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Guilherme José da Silva e Sá
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Henyo Trindade Barretto Filho
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

João Miguel Sautchuk
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

José Antônio Vieira Pimenta
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

José Jorge de Carvalho
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Juliana Braz Dias
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Kelly Cristiane da Silva
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Luis Abraham Cayón Durán
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Luís Roberto Cardoso de Oliveira
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Marcela Stockler Coelho de Souza
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Silvia Maria Ferreira Guimarães
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Soraya Resende Fleischer
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Stephen Grant Baines
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Wilson Trajano Filho
Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasil

Conselho Científico

Alicia Barabas (*Instituto Nacional de Antropología e Historia, México*)

Antônio Augusto Arantes Neto (*Universidade Estadual de Campinas, Brasil*)

Carmen Rial (*Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*)

Cecília Maria Vieira Helm (*Universidade Federal do Paraná, Brasil*)

Claudia Fonseca (*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil*)

João de Pina Cabral
(Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal)

Josildeth Gomes Consorte
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Luiz Fernando Dias Duarte
(Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Mara Viveros (*Universidad Nacional de Colombia, Colômbia*)

Mariza Peirano (*Universidade de Brasília, Brasil*)

Michael Fischer (*Massachusetts Institute of Technology, Estados Unidos*)

Miguel Bartolomé (*Instituto Nacional de Antropología e Historia, México*)

Myriam Jimeno (*Universidad Nacional de Colombia, Colômbia*)

Raimundo Heraldo Maués (*Universidade Federal do Pará, Brasil*)

Roberto DaMatta (*Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil*)

Roberto Motta (*Universidade Federal de Pernambuco, Brasil*)

Rosana Guber
(Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Argentina)

Satish Deshpande (*University of Delhi, Índia*)

Stephen Nugent (*Goldsmith College, Inglaterra*)

Virginia García Acosta (*Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México*)

Revisão

Gislene Maria Barral Lima Felipe da Silva

Secretaria Executiva

Mariana Machado e Silva
Laise Tallmann

Diagramação

Laila Santanna
Pedro Joffily de Araújo

Supervisão editorial

Editoras do Anário Antropológico
Departamento de Antropologia, sala AT - 40/29
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Brasília
70910-900 – Brasília, DF
Fone: (61) 3107-1560
revista.anuario.antropologico@gmail.com

Linha editorial

anário antropológico é um periódico fundado em 1977 por Roberto Cardoso de Oliveira que, atualmente, lança números semestralmente pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Publica artigos originais, ensaios visuais e bibliográficos, resenhas de livros e filmes e outros textos de natureza acadêmica que apresentem pesquisas empíricas de qualidade, diálogos teóricos relevantes e perspectivas analíticas diversas. A Revista publica textos em português, inglês, espanhol ou francês. Uma vez triados pela Equipe Editorial, os textos são encaminhados a pareceristas externos para avaliação em regime de anonimato.

anúário antropológico
2019|1

julho de 2019

Dossiê “Antropologia e Deficiências”
Museu Nacional
Estado, Esportes e Licenciamento Ambiental
Ensaio visuais: Trabalho e Técnica
Dina Dreyfus

Nominata de pareceristas

1. Alexandra Barbosa
Universidade Federal da Paraíba - Brasil
2. Andrea Moraes Alves
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil
3. Andressa Lewandowski
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Brasil
4. Angela Mercedes Facundo Navia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil
5. Annette Leibing
Université de Montréal - Canadá
6. Arlei Damo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil
7. Benjamin Junge
Universidade Estadual de Nova York em New Paltz - Estados Unidos
8. Camila Medeiros
Comitê Nacional para os Refugiados, CONARE - Brasil
9. Carlos Guilherme Valle
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil
10. Carmela Morena Zigoni Pereira
Instituto de Estudos Socioeconômicos - Brasil
11. Carolina Branco de Castro Ferreira
Universidade Estadual de Campinas - Brasil
12. Clarice Rios
Antropóloga independente - Brasil
13. Deborah Bronz
Universidade Federal Fluminense - Brasil
14. Ednalva Maciel Neves
Universidade Federal da Paraíba - Brasil
15. Érica Quinágua
Faculdade da Ceilândia, Universidade de Brasília - Brasil
16. Eunice Nakamura
Universidade Federal de São Paulo - Brasil
17. Fagner Carniel
Universidade Estadual de Maringá - Brasil
18. Haydée Caruso
Universidade de Brasília - Brasil
19. Jaqueline Ferreira
Universidade Federal Rio de Janeiro - Brasil
20. João Kleba
Universidade Federal do Paraná - Brasil
21. Lecy Sartori
Universidade Federal de São Paulo - Brasil
22. Luciana Lira
Universidade Federal de Pernambuco - Brasil
23. Luis Hirano
Universidade Federal de Goiás - Brasil
24. Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia
Universidade Federal de Sergipe - Brasil
25. Marcia Reis Longhi
Universidade Federal da Paraíba - Brasil
26. Marco Aurélio Paz Tella
Universidade Federal da Paraíba - Brasil
27. Marco Pellegrini
Universidade Federal de Roraima - Brasil
28. Mariza Peirano
Universidade de Brasília - Brasil
29. Pamela Block
Stony Brook University - Estados Unidos
30. Patrícia de Mendonça Rodrigues
Antropóloga independente - Brasil
31. Pedro Ferreira
Universidade Estadual de Campinas - Brasil
32. Rafael Noleto
Universidade Federal de Pelotas - Brasil
33. Rosamaria Giatti Carneiro
Universidade de Brasília - Brasil
34. Rozeli Porto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil
35. Sandra Carolina Portela Garcia
Universidad Externado de Colombia - Colômbia
36. Simoni Guedes
Universidade Federal Fluminense - Brasil

sumário

CONFERÊNCIA

- Museu Nacional: Elogio, lamento e augúrio 13
Luiz Fernando Dias Duarte

DOSSIÊ

- Apresentação 29
Clarice Rios, Nádia Meinerz e Everton Luís Pereira

- Fatos da aleijadice à brasileira: diálogos com Avatar, o filme 43
Anahi Guedes de Mello e Marco Antônio Gavério

- Deficiência como categoria analítica: trânsitos entre ser, estar e se tornar 67
Pedro Lopes

- A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho 93
Valéria Aydos

- Sobre gramáticas emocionais e violência sexual. Notas a partir de dois casos de interrupção legal de gestação realizados por mulheres com deficiência intelectual 117
Julian Simões

- A inclusão e suas práticas: aspectos socioantropológicos da produção de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos 135
Ana Luísa Borba Gediel, Victor Mourão e Isabela Martins Miranda

- A “janela da expressão”: reflexões sobre corpo, movimento e gesto nas relações entre visão e cegueira 159
Olivia von der Weid

ARTIGOS

- O Estado tóxico e a máquina de guerra: etnografia da conjuração estatal na luta por direitos 189
Tiago Lemões
- Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias 217
Marcus Antonio Wittmann
- Mortes esportivas e alegorias políticas: etnografando temores em torno dos esportes nação 253
Luiz Henrique Toledo
- Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistanas 285
Giancarlo Machado

ENSAIOS VISUAIS

- Do batente da porta pra fora: trabalho e sociabilidade de mulheres artesãs em Brejinho no sertão de Pernambuco 309
Mônica Vilaça da Silva
- Colheita dourada: A arranca do capim no gerais do Jalapão 319
Guilherme Moura Fagundes

ENTREVISTA

- Dina Dreyfus, Alain Badiou e os programas de Filosofia da Televisão Escolar francesa nos anos 1960. Entrevista com Alain Badiou e Isabelle Vodoz 331
Luciana Portela

RESENHAS

- LOPES, José Rogerio. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula, 2017. 349
Nádia Fürbringer
- VERDUM, Júlia Selau. *Os habitantes da montanha do vento*. Brasília: Sobrescrita, 2017. 355
Gabriela Luiza Viana Mendes

BRITO, Celso de. *A Roda do mundo: A Capoeira angola em tempos de globalização*. Curitiba: Apris, 2017. 359
Geslline Giovana Braga

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e MOURÃO, Laís. 2017. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*. Manaus: UEA. 124 pp. 365
Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos e Márcia Leila de Castro Pereira

OBITUÁRIOS

Beatriz Maria Alasia de Heredia 373
Henry Trindade Barretto Filho

Kenneth Iain Taylor 377
Alcida Rita Ramos

table of contents

CONFERENCE

- National Museum: praise, lamentation and augury 13
Luiz Fernando Dias Duarte

DOSSIER

- Presentation 29
Clarice Rios, Nádia Meinerz and Everton Luís Pereira

- Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film 43
Anahi Guedes de Mello and Marco Antônio Gavério

- Disability as an analytical category: negotiations between being and becoming 67
Pedro Lopes

- The social (de)construction of the autism diagnosis in the context of quota policies for people with disabilities in the labour market 93
Valéria Aydos

- About emotional grammars and sexual violence. Notes from two cases of legal abortion performed on women with intellectual disability. 117
Julian Simões

- Inclusion and its practices: socio-anthropological aspects of the production of Deaf-inclusive pedagogical materials 135
Ana Luísa Borba Gediel, Victor Mourão and Isabela Martins Miranda

- The “window of expression”: reflections about body, movement and gesture in the relations between vision and blindness 159
Olivia von der Weid

ARTICLES

- The war machine against the toxic state. Capture and state conjuring in a struggle for rights of homeless people 189
Tiago Lemões
- Archaeology in environmental licensing: an ethnography of scientists and their bureaucracies 217
Marcus Antonio Wittmann
- Sport, death and political allegories: ethnography fears around a sport-oriented nation 253
Luiz Henrique Toledo
- Skate and Create: the practice of skateboarding in the new centralities of São Paulo 285
Giancarlo Machado

VISUAL ESSAYS

- From the door knock out: work and sociability of women crafters in Brejinho, sertão of Pernambuco 309
Mônica Vilaça da Silva
- Golden harvest: The plucking of grass in the gerais of Jalapão 319
Guilherme Moura Fagundes

INTERVIEW

- Dina Dreyfus, Alain Badiou and the philosophy programs from the French School Television in the 1960s. Interview with Alain Badiou and Isabelle Vodoz 331
Luciana Portela

REVIEWS

- LOPES, José Rogerio. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula, 2017. 349
Nádia Fürbringer
- VERDUM, Júlia Selau. *Os habitantes da montanha do vento*. Brasília: Sobrescrita, 2017. 355
Gabriela Luiza Viana Mendes

BRITO, Celso de. *A Roda do mundo: a Capoeira Angola em tempos de globalização*. Curitiba: Apris, 2017. 359
Geslline Giovana Braga

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e MOURÃO, Laís. 2017. 365
Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. Manaus: UEA.
Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos and Márcia Leila de Castro Pereira

OBITUARIES

Beatriz Maria Alasia de Heredia 373
Henry Trindade Barretto Filho

Kenneth Iain Taylor 377
Alcida Rita Ramos

conferência

Museu Nacional: elogio, lamento, augúrio

31 de outubro de 2018

Departamento de Antropologia/UnB

Luiz Fernando Dias Duarte

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil

É uma satisfação estar aqui na UnB, no DAN, mais uma vez, depois de tantas outras oportunidades de diálogo passadas. E falar sobre um tema que obviamente nos interessa a todos, já que o Museu Nacional era muito próximo da UnB, por razões históricas que todos conhecem, mas que não deixarei de evocar.

Tenho sido obrigado a falar com frequência sobre o Museu Nacional desde o desastre do 2 de setembro, em função da posição que detenho hoje no Museu, que é a de Diretor Adjunto, e da posição de Vice-Presidente da Associação Amigos do Museu Nacional (SAMN), que é um recurso muito importante para o funcionamento da instituição. Mas também pelo fato de que sou agora o decano dos ex-Diretores do Museu Nacional, o mais antigo entre os vivos. Detenho assim uma das memórias mais abrangentes e efetivas a respeito do processo histórico da instituição, ao longo desses 40 anos em que estive e continuo ligado ao Museu.

O título que eu lhes ofereci, “Elogio, lamento e augúrio”, se refere muito singelamente à oposição entre passado, presente e futuro. Acho que para uma plateia como esta, eminentemente composta, sem dúvida alguma, por cientistas sociais; se não exclusivamente por antropólogos, deve ser oferecida alguma informação sobre o que é o Museu Nacional para além da antropologia. Acho que essa informação não é comum nem mesmo para os antropólogos que lá trabalham. O que foi afetado pelo incêndio foi muito mais do que apenas o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, foi efetivamente o conjunto de uma instituição multidisciplinar e multifacetada, com um acervo cultural e uma identidade histórica notáveis. Uma instituição com uma importância científica notável dentro do quadro nacional e internacional. O elogio a fazer é o dessa qualidade maior do Museu Nacional como uma importante instituição de ciência, como um museu de história natural, categoria em que ele é classificado nos termos do ICOM, o braço da UNESCO dedicado aos museus. O lamento a seguir será uma breve lembrança do que foi a extensão e o grau de destruição sofrido pelo Palácio de São Cristóvão e um testemunho do que sobreviveu ao desastre e de como o Museu está funcionando neste

momento. Finalmente o augúrio incluirá o relato das providências, das iniciativas, que estão em curso desde o dia seguinte ao incêndio para a reconstrução do Palácio e a recomposição da instituição – tudo certamente em um novo patamar. Porque o Museu que tantos de vocês conheceram tão bem, o Museu a que me dediquei nesses 40 anos, morreu, enquanto tal. Mas há um outro museu que está sendo reconstruído fervorosamente. Como testemunho dessa espécie de teimosia fundamental que nós, intelectuais e acadêmicos no Brasil, temos sempre que manter, face às intempéries de todo tipo que nos assolam – as intempéries físicas e as intempéries políticas e econômicas.

Começo, portanto, pelo elogio. É claro que não vou poder lhes apresentar muito detalhadamente a história desses 200 anos. Em uma palestra matinal, com o tempo bem contado, vou evocar apenas alguns pontos, algumas marcas, alguns parâmetros, que me parecem interessantes para compreender como funcionou essa instituição ao longo de seus 200 anos; o que deveria incluir o relato de como se teceram os fios que levaram à criação, por exemplo, do PPGAS em 1968. Mas não vou poder me deter tanto nessa parte da história; até porque temos presentes diversas testemunhas oculares de múltipla profundidade temporal, desde alguns partícipes dos primeiros momentos do processo de surgimento desse espaço da antropologia social moderna brasileira incrustado no velho Museu. Temos aqui, dos primeiros tempos, Roque Laraia, Klaas Woortman, Alcida Ramos. E depois Mariza Peirano, que tanto colaborou com o Museu. E Luís Roberto Cardoso de Oliveira, e Cristina Patriota, e Guilherme Sá, e Marcela Coelho de Souza, seus ex-alunos, como tantos outros deste corpo universitário, evocados hoje por Cristina em minha recepção.

Vou recuar a minha evocação a um momento bem anterior, e chamar atenção para o fato de que, quando o Museu foi criado em 1818, tratava-se de um amontoado de peças heteróclitas: doações da Família Real, quadros e objetos de arte, máquinas, elementos avulsos da natureza, possivelmente alguma coisa que tivesse sido salva do fechamento da Casa dos Pássaros – que tinha sido fundada no final do século XVIII no Rio de Janeiro e fechada pouco tempo depois. Foi só muito paulatinamente que, naquele quadro muito estreito, culturalmente muito estreito, do Rio de Janeiro do começo do século XIX, essa instituição foi se afirmando e foi se tornando efetivamente um núcleo iluminador para as tarefas de ciência e educação no Brasil. Ele serviu, por exemplo, de criadouro de várias instituições muito ativas no século XIX, uma delas pelo menos sobrevivente até hoje, que é o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. O IHGB nasceu dentro do Museu Nacional, tendo

realizado lá suas primeiras reuniões. Uma série de outras instituições que foram muito importantes e desapareceram ao longo daquele primeiro século, surgiu no Museu: a Sociedade Filomática, a Sociedade Velloziana, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – enfim, uma série de núcleos que procuravam debater as questões daquele país nascente e desafiador; questões relativas à sua natureza, ao conhecimento sobre o seu substrato físico, mas já também, muito incipientemente, ao conhecimento dos “usos e costumes” reinantes, na expressão que se usava ainda nos primeiros regimentos do Museu, prenunciando o que viria a ser alguma ciência social, interessada nas populações da terra pátria.

Foi apenas com a geração de 1870 que o Museu realmente assumiu um protagonismo científico de nível internacional. Até aquele momento ele era mais uma espécie de pouso para os naturalistas viajantes que lá deixavam, relutantemente, alguma parte das suas coletas, ou lá passavam algum período trabalhando e treinando o pessoal já brasileiro para as funções que eles, estrangeiros cultivados, tinham desempenhado, como convidados ao quadro nacional. Assim, por exemplo, nos anos 1840, Ludwig Riedel fundou o herbário do Museu Nacional, a coleção de exemplares secos das espécies vegetais – felizmente preservada do incêndio. Toda uma série de iniciativas importantes tinham sido tomadas antes, mas só a partir da década de 1870, com o trabalho desse personagem marcante da história do Museu que foi seu diretor Ladislau Netto, é que a instituição ganhou realmente um dinamismo de impacto internacional. Ladislau era um botânico de formação europeia. Foi um dos primeiros debatedores da teoria da evolução, do evolucionismo darwiniano, um dos primeiros fomentadores dessa discussão no quadro intelectual brasileiro; embora o Museu tivesse nos seus quadros, como naturalista viajante, um dos interlocutores diretos de Darwin, o cientista alemão Fritz Müller, que escreveu uma importante defesa pública da teoria darwiniana e que foi um interlocutor direto do mestre. A partir daquele momento o museu se tornou realmente um lugar de debate intelectual a respeito das grandes teorias que sacudiam o mundo ocidental no último quartel do século XIX. Para tanto, uma série de iniciativas formais e institucionais foram sendo tomadas e que foram fundamentais: a criação da primeira revista científica brasileira ainda em publicação, os *Archivos do Museu Nacional*, em 1876. A edição da revista permitia que a biblioteca do Museu Nacional, que tinha sido fundada já em 1863, pudesse estabelecer a permuta das revistas científicas, o que fazia com que se pudesse ter um acervo atualizado das revistas internacionais a respeito de qualquer área de conhecimento. Isso é o que faz a riqueza até hoje do acervo muito

especial da biblioteca geral do Museu Nacional, que felizmente também foi salva. Um acervo que é de enorme importância histórica, com uma iconografia preciosíssima, centenas de obras raras etc. Ladislau Netto, além do mais, foi quem promoveu as expedições etnográficas que visavam recolher material sobre as sociedades indígenas brasileiras para a montagem da primeira Exposição Antropológica Brasileira, realizada em 1882, sob os auspícios do Imperador, e com a presença de uma colônia de botocudos, que participava das atividades e se apresentava aos visitantes, naquele estilo ainda meio colonialista da iniciativa. Isso ainda se deu na velha sede do Museu Nacional no Campo de Santana e os indígenas ficaram tão tensos com a agitação do centro da capital que acabaram abrigados nos jardins do palácio de São Cristóvão. Talvez um prenúncio da disposição antropológica que iria se afirmar naquele local um século depois ... Todo o material da exposição de 1882 se perdeu: os quadros de Décio Villares, as modelagens corporais, as peças da coleção etnológica que estiveram expostas. Temos a memória apenas iconográfica e descritiva desse importante evento. Dou-me conta agora que pulei um episódio importante um pouco anterior, que foi a chamada Expedição das Borboletas. A Comissão Científica de Exploração, de que participou Gonçalves Dias, organizada por um dos diretores do Museu Nacional, Francisco Freire Alemão, e que se dirigiu ao Nordeste e lá recolheu material não só biológico, mas também etnográfico, de enorme interesse. O relatório da Comissão está no Museu Nacional, na biblioteca, junto com uma série de pranchas litográficas fascinantes, sobre a cultura material das populações indígenas daquela região. Ladislau Netto também foi o primeiro a dirigir as participações do Império do Brasil nas Exposições Internacionais ocorridas naquele período (a partir de 1851, quando ocorreu a primeira em Londres). Tratava-se de uma vitrine da civilização ocidental no apogeu do capitalismo, era um lugar onde se exibiam os sinais das identidades nacionais, os sinais do avanço da tecnologia, do avanço do progresso da ciência e também do conhecimento sobre a natureza. O Brasil se notabilizou e se tornou muito conhecido nessas exposições internacionais, particularmente na de 1889 em Paris (a da Torre Eiffel). O pavilhão do Brasil foi muito elogiado, e tinha sido obra de organização do Museu Nacional. Todo esse material relativo à participação do Brasil nessas exposições também se perdeu, pois se encontrava na coleção de etnologia. Ladislau Netto foi ainda o diretor que teve que se ocupar da transferência da antiga sede, a do centro da cidade, para o palácio de São Cristóvão. Com o advento da República, o Palácio foi esvaziado, houve o leilão dos bens do Paço, e ali se realizou, no Pátio do Chafariz, coberto e adaptado para a ocasião, a

primeira Assembleia Constituinte da República, de cujo plenário ainda se herdaram algumas cadeiras; que também agora desapareceram. Assim que terminou o trabalho da Constituinte, surgiu essa ideia de acolher no Palácio, que era um símbolo forte da monarquia extinta, o Museu Nacional, o templo da ciência brasileira. Era bem tipicamente o desejo positivista de deslocar os velhos valores e entronizar no seu lugar a ciência e a modernidade. Embora o Museu ainda encarnasse a essência da ciência brasileira naquele fim de século, algumas instituições homólogas tinham sido criadas na última década, como o Museu Goeldi (na verdade anterior, mas dinamizado a partir de 1894) e o Museu Paulista (1893). Ambos foram inicialmente dirigidos por ex-pesquisadores do Museu Nacional. Um pouco mais adiante, em 1900, criava-se o Instituto Soroterápico, núcleo precursor da Fundação Oswaldo Cruz. O campo científico brasileiro começava a se complexificar e a competir com o Museu Nacional pela direção da pesquisa nacional. No momento do primeiro centenário do museu, em 1918, que mereceu a presença do Presidente Venceslau Braz, as comemorações já se deram num Palácio amplamente reformado para abrigar a ciência, ao invés da Corte. Ele passou por duas grandes reformas nesse sentido, uma primeira em 1910-1911, em que, ao mesmo tempo, se abriu ao público o parque da Quinta da Boa Vista, e outra em 1916, que habilitou o Palácio a abrigar os laboratórios, toda a parafernália técnica necessária para a prática da ciência. Nesse momento, por exemplo, se fez instalar toda uma canalização de gás para alimentar os bicos de Bunsen que eram essenciais para a pesquisa naturalística. Felizmente na minha gestão eu tinha conseguido estancar o fluxo de gás ao longo de todo o Palácio; porque, se não, agora não teriam sobrado nem suas paredes.

Compulsando o relatório das comemorações de 1918 já se encontra um artigo de outro personagem fundamental, Edgard Roquette-Pinto; que vai demarcar, a meu ver, o longo período seguinte, de dedicação intensa à educação. Roquette-Pinto, que foi diretor do Museu Nacional, tem sua imagem justamente associada ao estímulo à educação, sob diferentes formas. Ele desencadeou uma série de iniciativas que são históricas, como a criação do primeiro sistema de radiodifusão educativa do Brasil, a criação da primeira Revista Brasileira de Educação, o estímulo à produção de filmes etnográficos, e – no caso do Museu Nacional – a criação do primeiro serviço institucional sistemático de educação, a Seção de Assistência ao Ensino, até hoje ativíssima. A geração de Roquette Pinto, que incluía uma série de outros personagens de grande relevo, é um dos focos intelectuais fortes do período do entreguerras no Brasil. Nesse ambiente surge outro personagem que representará a passagem

para o pós-Segunda Guerra: Heloisa Alberto Torres. Tendo sido discípula aplicada de Roquette, Heloisa já podia, a essa altura, se dedicar a uma antropologia mais próxima do sentido em que nós a compreendemos hoje. Roquette ainda ocupava uma posição de transição entre uma antropologia mais geral, uma antropologia “*four fields*”, em que a antropologia biológica era a variante hegemônica, para uma antropologia cultural. Já há sinais evidentes em sua obra de uma mudança de rumo na direção da autonomia e da especificidade das ciências humanas. Eu, aliás, pulei um ponto importante da história do Museu, que foi, ao final da gestão Ladislau Netto, o período em que o Museu esteve envolvido nos debates a respeito da relação entre raça e civilização, com a teoria do embranquecimento progressivo da população brasileira, a famosa teoria da qual um dos diretores do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, cientista de renome internacional, foi um dos defensores. Ele integrava um grupo maior de intelectuais que, na época, se envolveu com uma teoria que hoje parece tão obviamente racista, mas que naquele momento era um sinal de alento para o reconhecimento da positividade da miscigenação e para as possibilidades civilizatórias da nação. Na medida em que se contrapunha aos determinismos radicais ao estilo Gobineau, de uma fatal degeneração da sociedade brasileira em função da miscigenação, essa teoria do embranquecimento progressivo se articula exatamente com o esforço da civilização pela educação que marcou o entreguerras. Há um nexo aí pela educação, pela promoção de um sistema educacional ampliado e generalizado, profundo, intenso e competente, mediante o qual se esperava que o Brasil enveredasse pela senda da civilização. Durante a Segunda Grande Guerra é um outro personagem, externo ao Museu Nacional e que teve mesmo uma certa rivalidade com a Heloisa Alberto Torres, Arthur Ramos, que assumiu o protagonismo em relação à antropologia nascente, assinando e promovendo um importante manifesto contra o racismo e criando a primeira associação brasileira de antropologia e etnologia – que teve, infelizmente, uma duração curta. Só mais adiante é que foi criada a ABA, com base em uma decisão da primeira Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Museu Nacional em 1953. A partir de Heloisa Alberto Torres, temos então uma dedicação mais explícita àquilo que se poderia chamar hoje de antropologia social ou cultural, e é graças à influência do trabalho organizador de Heloisa que o Museu alcançou um de seus momentos de maior visibilidade na administração pública brasileira. Ela participou da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em cujo Conselho Consultivo hoje Roque Laraia representa a ABA. Ela participou da Comissão de Fiscalização das Explorações Científicas, uma

instância fundamental para a circulação das missões científicas no território brasileiro. Foi ela, por exemplo, que dialogou com Lévi-Strauss, recebendo-o no Museu Nacional, em episódio registrado por uma bela foto no Jardim das Princesas em que os dois aparecem, ladeados por Charles Wagley, Ruth Landes, Luiz de Castro Faria e Edson Carneiro. Também presidiu o SPI, o Serviço de Proteção aos Índios, herança do Marechal Rondon, cujo retrato de corpo inteiro, pendurado no saguão de entrada do Museu Nacional, felizmente se preservou, miraculosamente. Está lá guardado para a futura reconstituição do Museu.

É a partir de Heloisa Alberto Torres que tem início a carreira de Luiz de Castro Faria, outro personagem fundamental, que vai fazer a transição para o novo período da antropologia do Museu desencadeado pela criação do PPGAS, em 1968. Castro Faria ainda era um antropólogo de formação abrangente, capaz de debater arqueologia, antropologia biológica e antropologia social ao mesmo tempo, e foi notável a maneira como ele se concentrou numa possibilidade de conexão mais direta com a antropologia social e com a etnologia, ensejando a acolhida ao grupo que finalmente ali se constituiu, primeiro nos cursos de especialização ministrados desde o início dos anos 1960, e depois no projeto do PPGAS. E mais não acrescento sobre esse período seminal, entre Luiz de Castro Faria, Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, pois já se dispõe de histórias específicas do PPGAS – e, como mencionei, estou em face de diversos participantes desse começo da história – mais competentes sobre essa memória do que eu.

Esse é o perfil assim muito por alto dos fios que trouxeram, dentro da história daquela Casa, a possibilidade de que ali se abrisse, num ano tão particularmente infausto como 1968, uma instituição voltada de maneira muito intensa para o conhecimento crítico da realidade nacional. Um conhecimento que se nutria das melhores novidades da produção internacional para esclarecer as condições, por um lado, do indigenato brasileiro, por meio de um projeto com Harvard, e, por outro, do campesinato, das populações rurais do Nordeste, por meio do projeto Emprego e Mudança Social do Nordeste – como já mencionei hoje aqui. Moacir Palmeira e Lygia Sigaud encabeçavam este último projeto; a que se ligavam, de certa maneira, Francisca Keller e Giralda Seyferth, com suas pesquisas em São Paulo e Santa Catarina. Esse é o período heroico em que o Programa se consolidou através basicamente desses dois grandes projetos, mas também de uma série de outras iniciativas específicas, como a de Gilberto Velho, criando no Brasil uma primeira escola de antropologia urbana. Ao lado de muitas outras linhas de pesquisa, mais específicas, como a

de Otávio Velho, com o seu trabalho pioneiro em relação à fronteira, às frentes de expansão da sociedade nacional. A relação da ocupação dos territórios a oeste com o sentido da nacionalidade, e com o papel que o trabalho rural tinha em relação à posse da terra, ensejou afinal outra fecunda linhagem de trabalhos do Programa.

Agora passo ao lamento.

O Museu Nacional vinha já há muitas décadas lutando ferrenhamente para vencer três desafios fundamentais: a chuva, os cupins e o fogo. Os riscos da água da chuva enfrentamos através de uma série de projetos pela Lei Rouanet, com o apoio da Petrobrás, de tal modo que os telhados tinham sido praticamente todos refeitos, com a exceção de um problema renitente no Torreão Sul, em cujo terceiro andar ficava o Quarto do Imperador, ocupado pelo gabinete da Direção. Os cupins tínhamos conseguido também controlar, através de uma técnica nova de cintamento em torno do Palácio, com iscas que destroem a capacidade reprodutiva desses devastadores insetos. É verdade que a interrupção dos recursos da Universidade para a manutenção desse sistema já nos assustava ultimamente com a possibilidade do retorno dos cupins.

Mas o fogo era bem mais complicado. Era impossível ter um sistema eficiente de prevenção de incêndio num palácio histórico todo em madeira, atulhado de coleções altamente inflamáveis (algumas diretamente inflamáveis, já que havia coleções biológicas em meio líquido ainda dentro do Palácio). Chegamos a ter um sistema de prevenção de incêndio tentativo, que, após alguns anos, se revelou insuficiente, dadas as dificuldades da manutenção, sempre precária devido à falta de recursos da universidade. Nessa luta, se revelava que a única solução efetiva para o Museu era a obtenção de espaços externos para a realocação de tudo aquilo que estava lá entulhando o Palácio. Nosso projeto institucional, que se formalizou de maneira mais clara durante a minha gestão como Diretor, graças ao apoio benemérito do CNPq, era o de retirar progressivamente toda a vida acadêmica, toda a vida científica, toda a vida administrativa, do Palácio e dedicá-lo exclusivamente às exposições e à educação ampliada associada às exposições. Esse processo avançou muito lentamente, numa queda de braço com o IPHAN, que não permitia construir os nossos anexos no espaço do Horto Botânico. Não sem uma certa razão, sem dúvida. Só que nós nunca conseguimos outro espaço além daquele. O bairro de São Cristóvão tinha cinco quartéis, todos eles foram desmobilizados pelo Ministério do Exército, lutamos pela obtenção de cada um deles – e não conseguimos nenhum. Teriam sido um espaço privilegiado para a expansão e realocação do museu.

No começo de minha gestão como Diretor, tínhamos recursos da Petrobrás pela Lei Rouanet para reformas no Palácio e possivelmente para aquisição de algum espaço externo. Negociamos a possibilidade de aquisição da sede de uma empresa que estava se retirando de São Cristóvão, vizinha da Quinta da Boa Vista. No momento em que estávamos para fechar o negócio, a técnica da Petrobrás encarregada da negociação disse que não iria aprovar porque não havia garantias de que o MEC fosse pagar as contrapartidas que esperava a Petrobrás. Mais uma perda fundamental.

Exauridas as possibilidades externas, finalmente tentamos uma outra solução, que foram as construções no Horto, com a contratação de um arquiteto que tinha um enorme prestígio dentro do IPHAN, o Glauco Campelo, para o desenho dos novos cinco anexos. Com isso conseguimos a autorização para o último prédio que chegamos a construir lá, que é o do Departamento de Botânica, um belo prédio, que abriga o precioso Herbário. A construção desse anexo, como a dos anteriores (a Biblioteca e o Departamento de Vertebrados), dependeu sempre de manobras, de luta com o aparelho de estado, para conseguir fazer com que o Museu vencesse seus estrangulamentos e suas limitações. Tentamos ainda construir os demais anexos, mas, com a Petrobrás ferida pela crise econômica mundial de 2008, tornou-se impossível prosseguir naquela trilha. A Petrobrás fechou a bolsa para esses grandes empreendimentos do Museu Nacional – e ela era a única empresa brasileira com capacidade de atender às necessidades milionárias do Museu.

A partir daquele momento, partimos para outra linha de ação, que foi a da obtenção de emendas parlamentares. Não sei se todos os presentes sabem, mas existem emendas parlamentares individuais e existem emendas parlamentares de bancada (das bancadas estaduais no Congresso). As emendas parlamentares individuais têm um teto relativamente baixo, que eu acho que gira atualmente em torno de 300 ou 400 mil reais. Já as emendas de bancada podem ser bem maiores, bem mais volumosas. Conseguimos mobilizar a bancada do Rio de Janeiro, que é provavelmente a bancada mais desunida do da federação brasileira, e conseguimos fazer aprovar em 2013 uma emenda de bancada de 21 milhões, que teria sido a salvação do Museu naquele momento. Em 2014 não vimos, porém, nem um centavo desse dinheiro; tudo foi contingenciado. Conseguimos emendas individuais de deputados do Rio, Alessandro Molon, Chico Alencar e Fernando Gabeira, mas que não eram suficientes evidentemente para a magnitude das demandas do Museu.

Desanimados com essa frente, partimos então para uma negociação com o BNDES. A partir de 2015 estávamos negociando com o BNDES, que tem uma

linha de apoio para a recuperação de prédios históricos, um contrato de valor considerável, cuja aprovação foi anunciada na festa de comemoração dos 200 Anos do Museu no dia 6 de julho passado. São 21 milhões de reais, que incluem o projeto e a instalação de um sistema de prevenção de incêndio e pânico. O desastre ocorreu assim da maneira mais perversa possível, logo após a comemoração jubilosa dos 200 Anos, após a aprovação do contrato com o BNDES, e com uma nova gestão extremamente ativa e combativa, encabeçada pelo paleontólogo Alexander Kellner. Logo em seguida à aprovação desse projeto, o dinheiro não chegou a sair porque entramos no período eleitoral, quando dinheiros públicos não podem ser liberados. Mas não teria dado tempo, de qualquer forma, porque até que se fizesse a licitação do projeto e, depois, a licitação de sua implementação, meses se passariam. Mantemos agora negociação com o BNDES, já que o apoio será mantido, mas evidentemente vai ter que ter sua aplicação reestruturada. Muitas das rubricas deixaram de fazer sentido em função do desaparecimento de todo o conteúdo do Palácio.

Com isso tratamos finalmente dos augúrios – que não são nada desanimadores.

Logo em seguida ao incêndio, o Ministério da Educação alocou um valor de 10 milhões emergenciais para o Museu, dos quais 8 milhões e meio foram imediatamente liberados; o que permitiu a contratação de uma empresa que está fazendo o trabalho de sustentação das paredes e de cobertura das ruínas. Um trabalho que está em curso, muito delicado e muito complexo, porque ele tem que ser feito com três agentes simultâneos: a empresa contratada; a Polícia Federal, que continua achando que vai conseguir detectar a origem física do incêndio, e a equipe de resgate do Museu, montada pelos arqueólogos da Casa, que têm uma expertise específica para essa tarefa. Montaram um projeto capitaneado por uma ex-diretora do Museu que é antropóloga biológica, mas com formação em arqueologia, Cláudia Ferreira Carvalho, compondo um plano absolutamente impecável de trabalho em relação à segurança dos materiais e das equipes. Contempla, enfim, todos os aspectos necessários à realização desse trabalho; que é um trabalho de formiga, que está indo bem, segundo os relatórios da comissão. Mas é um trabalho lento, um trabalho que não vai terminar antes de um ano. E nesse trabalho já foram encontrados muitos itens de interesse. Vocês já souberam pela imprensa provavelmente da recuperação dos fragmentos do crânio da Luzia, não? Foi um momento emocionante. Houve também o achado de um meteorito particularmente raro, o meteorito Angra dos Reis. Foram encontrados os fragmentos das partes metálicas da armadura medieval de samurai que tinha acabado de ser restaurada e que nunca chegou a ser apresen-

tada ao público. Tudo isso vai sendo colocado nos laboratórios de restauração, tanto o antigo do Museu, quanto os que tiveram que ser montados de emergência em módulos metálicos à volta do Palácio.

E, com isso, posso esclarecer essa outra dimensão do desastre, que foi a do que se salvou. Salvou-se tudo o que estava no Anexo Alípio Miranda Ribeiro, uma área edificada, meio subterrânea, que existia ao lado do Palácio. Quem o frequentou sabe onde se localiza, à direita de quem entrava no Museu pela portaria de serviço. Ali sobreviveram algumas coleções zoológicas importantes, e todo o laboratório de conservação e restauração, recuperado no início deste século com recursos da finada Fundação Vitae. Assim como esse prédio, foi também preservado – claro – todo o Horto Botânico, que é uma parte importante do Museu, que fica mais distante, embora no interior da Quinta da Boa Vista, na direção da estrada de ferro. É ali que se encontram esses três prédios grandes mencionados: o da Biblioteca central, o do Departamento de Vertebrados, e o do Departamento de Botânica. Dessa forma, esses segmentos fundamentais do acervo da Casa, que eram a biblioteca geral e o herbário, foram preservados, assim como o acervo de vertebrados e alguns laboratórios menores, de invertebrados e da arqueologia. Ali também se encontram outros prédios menores, inclusive o pavilhão de aulas, que está sendo agora intensamente utilizado para manter as seis pós-graduações do Museu em funcionamento. Porque, além do programa de antropologia social, que, como disse, foi fundado em 1968, já nos anos 1970 tinham sido fundadas as pós-graduações de zoologia e de botânica, que estavam ganhando naquele momento um dinamismo maior, após um período meio letárgico. E mais recentemente tinham sido criados os programas de pós-graduação em arqueologia, em linguística etnológica, e em geopaleontologia. De modo que esses seis programas estão tendo que sobreviver juntos lá no Horto Botânico, o que não é nada fácil. A antropologia social, além de perder toda a sua preciosa biblioteca, perdeu todas suas salas de aula e seus gabinetes de trabalho – o que significou, para muitos de nós, a perda de todos os nossos arquivos, das nossas bibliotecas, de nossos patrimônios de pesquisa. Foi esse o meu caso; mas o mais grave creio ter sido o de Moacir Palmeira, que perdeu inclusive acervos pessoais importantes. Pelo menos no meu caso, eu tinha uma pequena parte da biblioteca em casa.

Com isso, as iniciativas de reconstrução e recomposição do Museu (que vive!) são as seguintes. Primeiro, esse pacote do BNDES e essa dotação emergencial do MEC, acrescida como foi, posteriormente, de mais cinco milhões de reais. Ontem

à tarde tivemos uma reunião da força-tarefa do MEC para a recuperação do Museu Nacional, que envolve a UNESCO. No fim da tarde, já se desenhava a confirmação da liberação do que faltava dos recursos do MEC. Conseguimos ontem participar também da audiência pública que um deputado do Rio de Janeiro tinha pedido ainda antes do incêndio para promover os 200 Anos do Museu. Agora teve outro tom, é claro, de conclamação ao apoio do Congresso à recuperação do Museu Nacional. Foi uma cerimônia bem-sucedida, embora não fosse grande a bancada de deputados presentes. Sempre é assim no Congresso Nacional, desde que não se trate de uma das grandes questões polêmicas da nação. Mas havia alguns apoiadores influentes e importantes, com o que conseguimos finalmente, na tarde de ontem – que era, por acaso, a do último dia para a formalização de emendas parlamentares – fechar uma emenda de bancada de 56 milhões para o ano próximo. Infelizmente, é claro, a liberação desses recursos já vai depender de outro governo e vai implicar obviamente numa luta difícil. Mas não deixam de ser elementos de bom augúrio, fatos a que a gente tem que se apegar para viabilizar nossos planos. Ao mesmo tempo, há uma rede de solidariedade imensa, planetária, de todos os museus de história natural do mundo, de instituições de ensino e pesquisa, de governos de diversas nações, através de suas embaixadas e de seus institutos culturais. Ontem ainda, organizava-se no MEC uma centralização das informações sobre esses apoios oficiais internacionais para que o MEC os pudesse gerenciar junto com o Ministério das Relações Exteriores. Mas há também muitas doações individuais, de livros para a biblioteca do PPGAS, de peças para as coleções perdidas, de dinheiro. A Associação de Amigos mantém uma conta aberta no Banco do Brasil para doações nacionais, além de uma conta aberta nos Estados Unidos para doações internacionais. Mas o ponto fundamental de todo o nosso planejamento é a obtenção de um terreno próximo à Quinta da Boa Vista, que já estávamos pleiteando desde janeiro deste ano, com grandes dificuldades. Trata-se de um terreno devoluto, pertencente à União, e gerenciado, portanto, pelo Serviço do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento. É um terreno muito cobiçado, de 50 mil metros quadrados (quase o mesmo tamanho de todo o Horto Botânico), e que fica logo depois da avenida que margeia a Quinta, entre o Horto e as linhas da estrada de ferro e do metrô. Foi a sede das cavalariaças do Palácio Imperial, que se tornou um quartel de cavalaria, que foi, por sua vez, demolido para servir de estacionamento para as Olimpíadas e para a Copa do Mundo, já que é muito próximo do Estádio do Maracanã. Havia uma série de instituições e ações de Estado tentando ocupar esse terreno. Acho que só passamos

a ter condições de consegui-lo em função do desastre e de uma certa pressão do MEC, nas atuais circunstâncias. Nunca se sabe muito bem como essas coisas terminam nos gabinetes de Brasília, mas efetivamente parece que está garantida a cessão desse terreno de 40 mil metros quadrados para o Museu, ficando os restantes 10 mil metros quadrados para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que estava também cobiçando o terreno, e que concordou em ficar apenas com essa parcela e fazer uma compensação financeira para o Museu, com o cercamento da área e com o apoio da construção de dois prédios de módulos (que se agregariam a um terceiro prédio que faz parte da dotação do BNDES). A primeira parcela do contrato do BNDES, que está agora em jogo, consiste na reforma do prédio da Biblioteca, de modo que ele seja mais bem aproveitado, e na construção desse prédio de módulos pré-fabricados, que servirá para a instalação dos laboratórios, gabinetes e coleções reconstituídas. Os recursos das demais parcelas servirão tanto para a reconstrução do Palácio quanto para as novas instalações nas Cavalariças. A linha de ação de reconstrução do Palácio conta, assim, além dos recursos iniciais do MEC e do contrato com o BNDES, com os recursos da emenda de bancada e com outras dotações menores. Já foi negociada com o IPHAN a estratégia de reconstrução e recuperação do prédio, que será dedicado exclusivamente à exposição e à educação ampliada, como desejávamos há pelo menos vinte anos.

Essas são assim as principais linhas de força do nosso movimento neste momento. É preciso dizer que os programas de pós-graduação estão funcionando normalmente, embora em condições emergenciais e limitantes. O bem-vindo mundo digital permitiu salvar muito do que todos nós estávamos fazendo, de modo que as disciplinas puderam continuar sendo ministradas e a grande maioria das pesquisas puderam se manter em curso. A situação da secretaria do Programa é mais crítica, já que algumas informações não estavam disponíveis na nuvem, e os arquivos se foram. Os outros programas de pós-graduação (fora o de Botânica) foram mais afetados, porque dependem – na zoologia, arqueologia, geologia, paleontologia – dos materiais físicos, dependem das coleções, dos laboratórios, de equipamentos complexos, como o microscópio eletrônico de varredura – que se foi. Há quem estivesse fazendo uma tese ou desenvolvendo um projeto sobre determinado inseto, que não existe mais. Até que se faça uma nova coleta, não há condições de terminar o trabalho em curso. Olhando por outro lado, essa dramática situação permitiu que muitas ofertas beneméritas de apoio incluíssem a ida para o exterior de quem tivesse perdido as coleções de trabalho, de modo a poder terminar as dissertações

e teses. Esse é apenas um exemplo da intensidade da rede de solidariedade nacional e internacional que continua sendo tecida em torno da instituição ferida.

Em resumo, o Museu está lutando bravamente, buscando fazer com que se catalisem essas diferentes forças num período em que as imagens dramáticas do incêndio ainda empolgam a imaginação de alguns dirigentes do país, da imprensa, das pessoas que se lembram daquela primeira visita infantil ao Museu Nacional. Quem sabe o recurso a esse profundo vínculo afetivo, emocional, não ajuda a iluminar alguns gestores da nação para o empreendimento desafiador da reconstituição do Museu Nacional, com a reconstrução do Palácio de São Cristóvão e a consequente reinstalação de uma exposição carregada de benefícios educativos, assim como a recomposição da vida científica e acadêmica do Museu nas instalações que logo brotarão no novo terreno obtido – mesmo que ainda temporárias. O Museu vive! Obrigado!

Recebido: 06/02/2019

Aprovado: 17/03/2019

Luiz Fernando Dias Duarte é formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1972), obteve o mestrado em Antropologia Social pela UFRJ (1978) e o doutorado em Ciências Humanas pela mesma universidade (1985). Fez pós-doutorado na EHESS, Paris (1991). Atualmente é Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, da UFRJ. É pesquisador 1A do CNPq. Desde o livro *Da Vida Nervosa nas classes trabalhadoras urbanas* (1986), publicou ou editou outros treze; além de uma centena de trabalhos científicos. Já orientou mais de setenta teses e dissertações. Foi Professor Visitante nas Universidades de Brasília, Paris-Nanterre, Buenos Aires, Liège, Federal do Rio Grande do Norte e Nacional de Misiones. Foi Vice-Diretor e Diretor do Museu Nacional, Rio de Janeiro, e membro do Conselho Consultivo do IPHAN/MINC. É Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico. Tem experiência na área de Antropologia das Sociedades Complexas, com ênfase em Construção Social da Pessoa e História das Ideias Antropológicas. ORCID: 0000-0001-7610-1527. Contato: lfdduarte@uol.com.br



dossier

Apresentação

Perspectivas antropológicas sobre deficiência no Brasil

Clarice Rios

Antropóloga independente - Brasil

Éverton Luís Pereira

Universidade de Brasília - Brasil

Nádía Meinerz

Universidade Federal de Alagoas - Brasil

As disputas em torno do conceito de deficiência mobilizam diferentes campos do conhecimento e movimentam a arena política nacional e internacionalmente. Teorias oriundas de diferentes saberes científicos, discursos de movimentos sociais, formas locais de definir e categorizar pessoas com deficiência e leis e regulamentações compõem algumas das grandes narrativas em uso no cenário social e político.

Sem dúvida, a disputa mais conhecida e candente é aquela entre o modelo biomédico e o modelo social da deficiência. A tensão provocada entre os impedimentos corporais como determinantes na classificação da deficiência – apresentando o conhecimento biológico e médico como preponderante em suas definições – ou os contextos socioculturais como produtores das deficiências é a força motriz de um conjunto de estudos, desde as ciências da saúde até a antropologia.

Além dos embates conceituais entre os modelos biomédico e social, os tratados internacionais e as leis nacionais auxiliam na configuração das rotas pelas quais os estudiosos da deficiência nos diferentes campos têm caminhado. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), apenas para citar algumas das mais importantes no Brasil, alteram o tom do debate e inserem a voz legal e normativa nas definições de deficiência. Se o embate entre o modelo biomédico e o social ganha contornos particulares na academia, as normativas atravessam o debate e definem categoricamente o que é deficiência.

Colin Barnes e Michel Oliver (1993) são enfáticos em afirmar que a deficiência é um fenômeno sociológico e que foi historicamente negligenciado pelos sociólogos. Os autores argumentam nesse sentido por acreditarem que são os contextos

socioculturais que irão impossibilitar que determinados indivíduos com impedimento vivam suas vidas em igualdade de condições. São eles, também, que auxiliam na consolidação do modelo social da deficiência e que impulsionam um conjunto de estudos sociológicos na temática. A mirada dos autores é um processo avaliativo sobre a construção de uma agenda de pesquisas na sociologia, mas também uma reflexão sobre a necessidade de ampliar o debate da deficiência para além dos conhecimentos que historicamente detiveram a hegemonia na temática.

Na antropologia, a deficiência também não foi um objeto clássico de reflexão. Reid-Cunningham (2009) argumenta que as pesquisas antropológicas constantemente se referiram à deficiência. Para esta afirmação, realiza uma imersão em estudos consolidados para demonstrar como a temática apareceu inclusive em estudos de antropólogos renomados (o estudo de 1934 de Ruth Benedict sobre epilepsia e de Margaret Mead sobre natureza humana de 1953). Entretanto, a autora ressalta que as mudanças significativas ocorreram apenas após a década de 1970 com o nascimento do campo dos estudos da deficiência.

Uma contribuição decisiva para emergência da deficiência como temática de pesquisa antropológica pode ser localizada nas publicações de Débora Diniz (2003; 2007), que divulgam em língua portuguesa uma leitura sociocultural para um fenômeno até então apreendido exclusivamente em termos biomédicos. Além disso, ela demonstra, através da discussão sobre autonomia reprodutiva entre casais surdos, o modo enigmático e ao mesmo tempo ordinário que a experiência da deficiência se oferece ao pensamento antropológico. Não por acaso, os primeiros investimentos em profundidade vão abordar e tensionar justamente a noção de uma “cultura surda” (SILVA, 2010/2012; GEDIEL, 2010; PEREIRA, 2013) e os desdobramentos desse tipo de leitura para discussões mais gerais sobre corpo, gênero e sexualidade (MEINERZ, 2010; MELLO; NUREMBERG, 2012). Mais do que iniciativas pontuais, esses trabalhos apontam para o florescimento de novos questionamentos no interior e nas circulações de estudantes por entre linhas de pesquisa mais consolidadas no cenário nacional, como a antropologia do corpo e/ou da saúde, a antropologia urbana e/ou pesquisas sobre as cidades, e os estudos de gênero e sexualidade. Nesse sentido, além de identificar estudos pioneiros, é importante apontar o ambiente acadêmico no qual eles se desenvolveram. A pesquisa de Correa (2008), que apresenta narrativa de homens sobre a “perda da visão”, é emblemática por percorrer um caminho à margem da penetração dos *disability studies* no país, partindo das questões articuladas na sociologia das emoções, passando pela problematização

sobre o visual na antropologia, chegando até a cidade como cenário do seu encontro intersubjetivo com a cegueira.

Outro marco importante é a organização de atividades sobre deficiência nas principais reuniões científicas da área. O grupo de trabalho intitulado “Etnografias da Deficiência”, sob a organização de Adriana Dias e Débora Diniz (ABA, 2014), inaugura em 2014 uma série de iniciativas de aproximação entre os pesquisadores (especialmente antropólogos em formação, mas também pesquisadores de outras áreas) de diferentes regiões do país para composição de um debate coletivo. A continuidade dessa atividade nas edições subsequentes do evento, a sua expansão para outras reuniões¹ assim como a proliferação de mesas redondas, oficinas, minicursos revelam um crescente fluxo de pesquisas que já transborda as fronteiras da antropologia através do diálogo interdisciplinar com áreas como a saúde coletiva, a linguística, a educação, o direito e o serviço social.

O dossiê *Antropologias e Deficiências* foi construído por meio de uma chamada pública amplamente divulgada entre a comunidade antropológica. Os dezenove artigos recebidos estabeleceram diálogos entre a deficiência e campos consolidados da antropologia. Desses, foram selecionados seis para compor o conjunto de trabalhos apresentados. A intensidade dos debates promovidos e a grande demanda nos mostram a efervescência do campo e a importância de se estimular a discussão sobre deficiência na antropologia, seja por meio de eventos, grupos de trabalhos, mesas redondas, disciplinas na graduação e pós-graduação, livros ou ainda, a produção de outros dossiês.

Além de elaborações inéditas, resultados de pesquisas recentemente concluídas ou ainda em andamento, os artigos que compõem este dossiê são parte de uma intensa e absorvente movimentação na antropologia brasileira em relação à problemática da deficiência. Não devem, portanto, ser pensadas como contribuições isoladas e sim como amostras de um engajamento mais amplo de jovens antropólogos na construção de uma agenda autônoma de pesquisa. Além disso, é importante destacar que esse interesse articula um engajamento com o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e com a proposição de demandas e ações de acessibilidade no interior das associações profissionais e das suas instituições de ensino. É o caso, por exemplo, de uma série de pesquisas que acompanharam os desdobramentos da aprovação da chamada Lei Berenice Piana, ou Lei no 12.764/2012, que reconhece os autistas como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais (NUNES, 2014; RIOS; COSTA ANDRADA, 2015; COSTA ANDRADA, 2017).

A articulação dos debates teóricos sobre deficiência e os embates políticos do tema são constantemente reiterados neste campo de estudos. A interlocução entre a produção na antropologia e em outras ciências aponta a tônica dos trabalhos que versam sobre a temática. No presente dossiê, os artigos estabelecem pelo menos três eixos de reflexão importantes: deficiência como categoria relacional; deficiência como categoria diagnóstica e jurídica; e a contribuição da antropologia para a superação do paradigma clássico da normalização.

Deficiência como uma categoria relacional

Em seu artigo de revisão sobre o campo da deficiência na tradicional revista norte-americana *Annual Review of Anthropology*, Ginsburg e Rapp (2013) afirmam que a “deficiência é uma categoria profundamente relacional” (p. 4.2). Além de sugerir a contraposição de uma abordagem relacional acerca da deficiência a um modelo classificatório fixo e engessado produzido pelo saber biomédico, o chamado “modelo médico da deficiência”, as autoras afirmam também que “o que conta como lesão em contextos socioculturais diferentes é altamente variável”²² (id., p. 4.2). Ainda que proponham pensar a deficiência como uma “categoria relacional”, as autoras parecem atribuir sua variabilidade à diversidade de contextos socioculturais e ao modo como a lesão é definida em diferentes contextos culturais. A perspectiva é bastante conhecida e articula, em certo sentido, a lógica do chamado “modelo social da deficiência”. Entretanto, mais do que descrever um modo de pensar a deficiência, há o perigo de aqui acabarmos por subsumir sob categorias abstratas e gerais como “contexto sociocultural”, o complexo jogo de forças capaz de fazer a deficiência existir, seja como categoria teórica, experiência individual e coletiva, seja como categoria política.

Assim, se é verdade que contextos socioculturais diversos fazem variar as interações entre “pessoas com uma lesão e seu meio social” (loc. cit.), não é menos verdade que os modos como as pessoas com uma lesão se apropriam dos recursos e limitações colocados por seu meio social também produzem interações diversas, podendo inclusive afetar e transformar o próprio meio social. Mais que isso, não são apenas os contextos socioculturais que determinam o que “conta como lesão”, mas, acima de tudo, os contextos políticos.

É levando em conta esse complexo jogo de forças, e não apenas variações de “contextos socioculturais”, que se justifica a iniciativa de produzir, desde o ponto de vista sócio-historicamente situado, um dossiê como este. Partindo de uma reflexão

antropológica acerca do campo dos estudos sobre a deficiência no Brasil, os dois primeiros artigos que compõem este dossiê consolidam uma perspectiva relacional da deficiência ao descrever os jogos de forças que dão contornos específicos à deficiência em diferentes contextos socioculturais.

No artigo de Mello e Gavério – “*Facts of Cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film*” –, os autores apresentam a teoria *crip*, usando-a como ponto de partida para abordar questões importantes do campo da deficiência. A instabilidade conceitual e fenomenológica da deficiência é abordada a partir da crítica à tradicional lógica binária da capacidade/deficiência (*ability/disability*) e de uma reflexão acerca do potencial analítico e interseccional de uma epistemologia aleijada. O material etnográfico apresentado inclui a análise crítica de um filme de James Cameron (*Avatar*) e a experiência dos dois autores, não só pessoal como também acadêmica. Fica claro, a partir do material apresentado, que uma epistemologia aleijada não pode prescindir de uma reflexão acerca das relações de poder que atravessam o campo da deficiência – seja em função da heterogeneidade das lesões/impedimentos corporais, das experiências interseccionais e relacionais de cada um, ou mesmo das instituições acadêmicas a partir das quais os autores pesquisam e pensam a deficiência. Neste sentido, não é por acaso que a teoria *crip* segue uma lógica semelhante à teoria queer – apropriar-se de um termo derogatório para designar a deficiência (*crippled*, traduzido pelos autores como “aleijado”) com o propósito de subverter a relação de forças que nele se inscreve.

O artigo de Lopes – “Deficiência como categoria analítica: trânsitos entre ser, estar e se tornar” – também revisita o conceito de deficiência, propondo uma discussão acerca de seu potencial analítico para a antropologia. Para tal, Lopes destaca a importância de ir além de uma lógica identitária engessada e restritiva na compreensão da deficiência, em favor de uma abordagem mais processual e corporificada, onde a deficiência se coloca como “uma experiência humana universal e não somente uma particularidade de um grupo minoritário” (p. 16). Do ponto de vista antropológico, algumas implicações interessantes decorrem desse argumento. A categoria *deficiência* deixa de ser restrita aos corpos das pessoas com deficiência, passando a designar um “sistema de nomeação da diferença como um todo” e não somente o polo negativo de um sistema hierarquizado de classificação. Questiona-se também a cisão natureza/cultura implícita no binômio lesão/deficiência (*impairment/disability*) que, na formulação original do modelo social da deficiência, pretende subsumir a experiência corporificada da deficiência ao fenômeno de

exclusão social das pessoas com configurações corporais e funcionais diversas. Tal cisão coloca o risco de uma “culturalização da diferença corporal” (p. 14), que se manifesta claramente na retórica e política da identidade. Mas se por um lado, as identidades pós-modernassão tidas como complexas, situadas, interseccionais e socialmente construídas, também é verdade que as identidades associadas a algum tipo de traço corporal são muito menos maleáveis e contingentes (DAVIS, 2013). Assim, reduzir a experiência da deficiência meramente ao registro identitário, à condição de “agregador político” (p. 20), é também desprovê-la de sua radicalidade e universalidade. Trata-se, nos termos utilizados por Lopes, de pensar a deficiência não apenas como um marcador social que incide sobre corpos “desviantes” e “disfuncionais”, mas como uma

categoria analítica que interpela também os corpos que não nomeia (...) que pode nos ajudar a nomear a desigual variedade de formas, funcionalidades e experiências corporais que vivemos, ou, ainda, a desigual variedade das relações sociais que atribuímos a formas, funcionalidades e experiências corporais – sejam elas marcadas ou não pela categoria pessoa com deficiência (p. 22).

No argumento desenvolvido por Lopes, e também por Mello e Gavério, o corpo nunca é tomado simplesmente como objeto, mas a partir da experiência corporificadade ser e estar no mundo. Os argumentos desenvolvidos por esses autores caminham no sentido de deslocar a deficiência da condição de experiência corporal substantiva pautada exclusivamente pela negatividade e ausência, para uma corporeidade experimentadaem toda sua transitividade – seja na forma de acoplamentos materiais como cadeiras de rodas e implantes coclearesmencionados no artigo de Mello e Gavério, seja nas relações intersubjetivas descritas por Lopes, ou nos processos de transformação ou devir corporais descritos em ambos os artigos.

Deficiência como uma categoria diagnóstica e jurídica

Para além das discussões conceituais apresentadas no artigo de Mello e Gavério e no de Lopes, observamos nos artigos de Aydos e Simões a relação entre políticas públicas calcadas em classificações biomédicas da deficiência e os dilemas colocados por políticas de cunho identitário. O artigo de Aydos– “A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho” –trata da construção social do diagnóstico

do autismo ao etnografar um projeto de implementação da política de cotas para pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul. Em sua etnografia, acompanhou dois rapazes com um diagnóstico de autismo que ingressaram em empresas através desse projeto. Embora o artigo faça menção a profissionais da área de saúde e ao processo diagnóstico, sua etnografia deixa claro que se por um lado cabe a esses profissionais o poder de conferir diagnósticos e garantir o acesso a direitos, os contornos do autismo extrapolam, em muito, a esfera da saúde. Entretanto, como a entrada nas empresas se faz a partir de políticas de cunho identitário, é nesse momento que as ambivalências inerentes ao autismo enquanto identidade diagnóstica se tornam mais evidentes. Antes de tudo, porque um dos jovens que Aydos acompanha, recusa esse diagnóstico, ainda que se veja imbricado em uma rede de relações composta por especialistas e colegas de trabalho que o acolhe a partir do diagnóstico. Afinal, se o autismo é mais do que um simples diagnóstico psiquiátrico e passou a ser, cada vez mais, uma marca identitária, é preciso considerar também a possibilidade do sujeito não se deixar interpelar por essa identidade (a esse respeito, ver VALTELLINA, 2018). Além disso, segundo Aydos, o autismo é “visto pelos especialistas como um diagnóstico obscuro, fluido e dinâmico” (p. 3). A falta de um “biomarcador” ou uma “marca corporal” tornaria o autismo uma categoria especialmente perigosa para a lógica identitária que subjaz às políticas de cota no mercado de trabalho. Parece-nos, entretanto, que a questão se coloca para além da existência ou não de biomarcadores. Se a positividade de um diagnóstico de autismo se constrói a partir de ausências e déficits na sociabilidade e comunicação (sejam eles atribuídos a biomarcadores ou não), como colocar de fato em prática uma política de inclusão sem negar sua premissa básica, qual seja, que o sujeito em questão não tem suficiente capacidade para se comunicar e se socializar no meio laboral? Assim, na política de inclusão no mercado de trabalho não parece haver horizonte possível para uma visada relacional do autismo como deficiência situar o autismo no campo da deficiência é impossibilitar o processo de inclusão na prática, e retirar o autismo do campo da deficiência é impossibilitar sequer a oportunidade de inclusão. A solução para tal impasse aparece numa equação simples, enunciada por seus informantes “[as empresas] não contratam pessoas, elas contratam deficiências”.

O artigo de Simões— “Sobre gramáticas emocionais e violência sexual. Notas a partir de dois casos de interrupção legal de gestação realizados por mulheres com deficiência intelectual” —, por sua vez, envereda de modo mais explícito pelo aspecto interseccional da produção da deficiência, trazendo para a discussão a agenda dos

direitos sexuais e reprodutivos. Em sua pesquisa, a experiência da deficiência intelectual é narrada a partir da participação do etnógrafo nas discussões de uma equipe multidisciplinar em saúde que responde pela assistência à interrupção legal da gravidez. Ao descrever as apreensões sobre a violência sexual, ele destaca a articulação de uma gramática emocional como organizadora da relação dos profissionais de saúde e as famílias afetadas tanto pela situação da gravidez não planejada quanto pela legitimidade da interrupção. Além disso, o texto evidencia a relevância do cruzamento entre marcadores de diferença como idade/fase de vida, classe e gênero para pensar as experiências afetivo-sexuais de pessoas com deficiência intelectual.

É importante destacar o comprometimento do autor em apresentar a complexidade dos casos, assim como a ambivalência dos encaminhamentos em termos do reconhecimento das mulheres com deficiência intelectual como titulares de direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, o entrecruzamento entre a prática médica e a prática jurídica, na qual esse idioma moral que articula dor, sofrimento e vitimização opera garantindo um direito reprodutivo, descortina uma série de outras discussões relativas à interrupção legal da gravidez como a objeção de consciência dos profissionais, a violência de gênero que perpassa a assistência de saúde e principalmente, a gestão dos corpos em situação de abortamento.

Em suma, tanto o artigo de Aydos como o de Simões deixam claro que as normativas jurídicas não podem prescindir de uma lógica identitária, em que a deficiência emerge desde sempre adjetivada por categorias tais como “incapacidade” e “vulnerável”, como aponta Simões. Além disso, esses dois artigos também problematizam, cada um a seu modo, uma ambiguidade fundamental na inclusão da deficiência no âmbito político e normativo – afirmar juridicamente uma identidade adjetivada pela deficiência implica negar a possibilidade de ampliação de horizontes existenciais para além da normativa jurídica. O que está em jogo em cada caso pode variar, mas os processos de exclusão persistem – no caso dos autistas, a possibilidade de inserção plena no mundo laboral e nas redes de sociabilidade ali engendradas; no caso das deficientes intelectuais, a possibilidade de uma gestão mais independente de sua vida sexual e reprodutiva.

Para além da normalização

O artigo de Gediel, Miranda e Mourão—nos “A inclusão e suas práticas: aspectos socioantropológicos da produção de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos” - apresenta as disputas na construção de material didático para inclusão de uma

pessoa Surda no ensino superior. O artigo está em diálogo com o conjunto de políticas públicas que versam sobre a deficiência e, especialmente, sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no contexto nacional. Os autores assumem uma posição ao longo do artigo: as políticas públicas elaboradas e implantadas nas últimas décadas são importantes para a inclusão das pessoas com deficiência, inclusive nos meios universitários. Porém, também demonstram como as disputas que ocorrem na execução dessas políticas: as melhores formas de “apresentar” o material didático transcenderam o legal (ou o prescrito) e necessitam de arranjos locais para que seja efetivo.

Ao longo do artigo, os autores vão demonstrando como a complexa trama na construção da inclusão dos surdos no meio universitário é entrecruzada por discursos de várias ordens: desde as advindas das normativas até aquelas concretizadas pelos “estudos surdos”. Os autores fazem uso do linguajar desse campo do conhecimento para argumentar em função da diferença “linguística e cultural” dos Surdos e a necessidade de o material didático traduzir essa particularidade.

O artigo de Gediel, Miranda e Mourão traz uma marca importante do campo de estudos sobre deficiência: a interdisciplinaridade. Por um lado, o artigo apresenta um conjunto de reflexões que estão ancoradas em campos distintos do antropológico, como a linguística e a educação. Por outro, a problemática central do artigo – a produção de material didático para surdos em uma universidade – leva os leitores a refletirem sobre a forma como as respostas públicas para deficiência necessitam de diferentes olhares. Além disso, insere na narrativa termos comumente utilizados pelos movimentos sociais como, por exemplo, cultura Surda.

O texto “A ‘janela da expressão’: reflexões sobre corpo, movimento e gesto nas relações entre visão e cegueira” também dialoga com a complexidade das práticas de inclusão colocada em curso pelas políticas públicas. Através de vivências de reabilitação de pessoas cegas, discute os efeitos excludentes de um aprendizado focado na comunicação verbal e na funcionalidade dos gestos. A pista perseguida por Olívia von der Weid vem da percepção sobre a expressividade corporal na sua interação com pessoas cegas. Nos olhos parados de Dora [interlocutora], ela vê refletida a linguagem do seu próprio corpo e a importância dos gestos para expressar o que sente. Ao articular a fala, ela sente a responsabilidade e ao mesmo tempo a impossibilidade da linguagem verbal condensar tudo o que pode ser comunicado.

Através dessa interlocução privilegiada, a autora explora o modo como códigos visuais organizam a interação entre as pessoas, de tal modo que mesmo o exercício

da oralidade (que aparentemente não seria uma desvantagem) se apresenta como um recurso limitado para o cego. A interrupção na comunicação disparada pelo silêncio, a impossibilidade de modulação da fala a partir da reação do outro e a ocorrência de conversas paralelas demonstram que a comunicação sempre excede a troca verbal. Frente a isso, a autora apresenta estratégias corporais desenvolvidas pelos cegos para potencializar a comunicação com os não cegos, como por exemplo, a tentativa de fixar o olhar para o rosto do interlocutor a partir da localização corporal.

O artigo aprofunda uma crítica ao capacitismo que orienta o modo como as pessoas com cegueira são reabilitadas e ao caráter profundamente visuocêntrico dessa oferta de acesso à participação social. Segundo a autora, a problematização da relação entre cegueira e visão desenvolvida nos programas “para a vida independente”, aponta para a necessidade de uma reinvenção das possibilidades de interação entre cegos e não cegos. Nesse sentido, de modo similar ao observado por Gediel, Miranda e Mourão, o que se apresenta como desafio é deslocar a referência das formas de “compensação” (que supõe que a tradução para LIBRAS no caso das pessoas surdas é suficiente) na direção de iniciativas que ampliem as possibilidades de interação entre cegos e não cegos, reabilitando também os corpos das pessoas não cegas para o aprendizado de códigos não visuais. Nessa direção, uma aposta seria o investimento em programas de desenvolvimento da linguagem corporal, do potencial expressivo dos movimentos, bem como atividades que promovam a expansão da consciência corporal, como a prática artística por exemplo.

De forma geral, esses dois últimos artigos colocam em evidência, cada um a seu jeito, os modos como as normatividades hegemônicas estruturam, ainda que de maneira implícita, as práticas de habilitação/reabilitação e as políticas de inclusão no campo da deficiência. No primeiro caso, se debruça sobre a elaboração de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos, e no segundo, explicita a ênfase na comunicação centrada na linguagem verbal na educação de cegos. Em ambos os casos, nota-se que a reflexão de cunho antropológico acerca desses temas caminha no sentido de desafiar uma compreensão das práticas de educação e inclusão como meros processos de tradução entre dois universos estanques e monolíticos – o da deficiência e o da normalidade – acenando com a possibilidade de expandir e aprofundar o sentido da inclusão para além de normativas capacitistas e padronizadoras.

* * *

Os debates apresentados no dossiê descortinam as mais recentes produções sobre deficiência na antropologia brasileira. Os artigos estão em diálogo com as problemáticas internacionais que compõem o campo e que estão dando respostas particulares para questões clássicas da antropologia. As discussões sobre deficiência apresentam possibilidade de “fazer pensar” o campo e suas produções.

Da mesma forma, os artigos trazem contribuições sobre as especificidades da antropologia na reflexão sobre políticas públicas. Fazendo emergir vozes, produzindo respostas locais e ampliando o espectro das potencialidades dos sujeitos imersos em um meio social, os autores demonstram como é possível que a antropologia produza respostas – teóricas, políticas e epistemológicas – para a ampliação de direitos e para a melhoria das ações públicas.

Clarice Rios acabou de encerrar um período atuando como professora substituta no Departamento de Psicologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo lecionado disciplinas na área de saúde pública e saúde coletiva para alunos da graduação em psicologia. Tem doutorado em Antropologia Sociocultural, com especialização em antropologia psicológica e antropologia médica, pela University of California, Los Angeles; e mestrado em Ciências Sociais pela University of Chicago. Sua pesquisa atual explora a biopolítica dos tratamentos para autismo no contexto do Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS). Ela também se interessa pela questão do conhecimento tácito e corporificado no contexto da expertise leiga acerca do autismo. ORCID: 0000-0002-4246-962X. Email: clarice.r@gmail.com

Éverton Luís Pereira é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor do Departamento de Saúde Coletiva (DSC), do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPG-ECsA) da Universidade de Brasília (UnB). Atualmente pesquisa políticas públicas para pessoas com deficiência. ORCID: 0000-0002-7771-1594. E-mail: everton.epereira@gmail.com

Nádia Meinerz é graduada em Ciências Sociais (UFMS), mestre e doutora em Antropologia Social (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e pesquisadora do Mandacaru - Núcleo de Estudos em Gênero, Saúde e Direitos Humanos. ORCID: 0000-0002-4549-2016. E-mail: nadiameinerz@gmail.com

Referências bibliográficas

- ABA, Caderno de Resumos. 2014. *Diálogos Antropológicos: Expandindo Fronteiras*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal.
- BARNES, Colin; OLIVER, Michel. 1993. *Disability: a sociological phenomenon ignored by sociologists*. In: _____. *The disability reader: social science perspectives*, Stockport, United Kingdom: Continuum, pp.65-78.
- BRASIL. 2015. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão*. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL. 2009. Decreto n. 6949, de 25 de agosto de 2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007*. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- CORREA, Luiz Gustavo. 2008. *A pupila dos cegos é seu corpo inteiro? Compreendendo as sensibilidades de indivíduos cegos através das suas tessituras narrativas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul8.
- COSTA ANDRADA, Bárbara. 2017. *Sentidos e desafios do autismo para o território: um estudo etnográfico*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- DIAS, Adriana. 2013. *Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social*. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência, SEDPCD/Diversitas/USP Legal, São Paulo.
- DINIZ, Débora. 2007. *O que é deficiência?* São Paulo: Brasiliense.
- DINIZ, Débora. 2003. *Autonomia reprodutiva: um estudo de caso sobre a surdez*. Cadernos de Saúde Pública, v.19, n.1, pp.175-181.
- GEDIEL, Ana Luiza. 2010. *Falar com as mãos e ouvir com os olhos? A corporificação dos sinais e os significados dos corpos dos Surdos de Porto Alegre*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna. 2013. *Disability Worlds*. *The Annual Review of Anthropology*, v. 42, pp. 4.1-4.16.
- MELLO, A.; NUERNBERG, A. 2012. *Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas*. *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, p. 635-655.
- MEINERZ, Nádia. 2010. *Corpo e outras (de)limitações sexuais*. Uma análise antropológica da revista *Sexuality and Disability* entre os anos de 1996 e 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72.

- NUNES, Fernanda. 2014. *Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Everton Luís. 2013. *Fazendo cena na cidade dos mudos: surdez, práticas sociais e uso da língua em uma localidade no sertão do Piauí*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- REID-CUNNINGHAM, Allison Ruby. 2009. *Anthropological theories of disability*. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, n. 19, pp. 99-111.
- RIOS, Clarice; COSTA ANDRADA, Bárbara. 2015. *The changing face of autism in Brazil*. *Culture, Medicine and Psychiatry*, v. 39, issue 2, pp.213-234.
- SILVA, César Augusto de Assis. 2010. *Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo
- SILVA, C. A. 2012. *Cultura Surda*. Agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome.
- VALTELLINA, Enrico. 2018. A. S.: *Classification, Interpellation*. In: _____. *Autism in translation: an intercultural conversation on autism spectrum conditions*. Switzerland: Palgrave Macmillan. pp. 207-229.

Perspectivas antropológicas sobre deficiência no Brasil

Resumo: Mesmo recentes, as reflexões sobre “deficiência” vêm assumindo contornos específicos e demonstrando vitalidade na antropologia brasileira. Diferentes matrizes teóricas são utilizadas pelos autores brasileiros para discutir a temática e estabelecer relações com campos consolidados, como gênero e sexualidade, saúde, políticas públicas. O presente dossiê é apresentado através da articulação entre três eixos de reflexão: deficiência como categoria relacional; deficiência como categoria diagnóstica e jurídica; e a contribuição da antropologia para a superação do paradigma clássico da normalização.

Palavras-chave: Deficiência; Etnografia; Antropologia

Anthropological perspectives on disability in Brazil

Abstract: Ethnographic research on disability has recently gained visibility in Brazilian anthropology, developing its own specific traits and demonstrating great effervescence. Brazilian authors use different theoretical perspectives to discuss this theme, and establish connections with other consolidated areas of study such as gender and sexuality, health and public policies. This special issue is presented through the articulation of three critical axes: disability as a relational category; disability as diagnostic and judicial category; and anthropological contribution to overcoming the classic normalization paradigm.

Key words: Disability; Ethnography; Anthropology

Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film

Anahi Guedes de Mello

Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

Marco Antonio Gavério

Universidade Federal de São Carlos - Brasil

Introduction

Queer theory influenced disability studies, contributing towards the emergence of crip theory, proposed by Robert McRuer (2006), which relates cultural signs of queerness and disability. While the main axiom of queer theory postulates that contemporary society is governed by hetero-cis-normativity, crip theory builds itself upon the postulate of compulsory able-bodiedness of the social structure less sensitive to body diversity. The translation of the term crip, short for cripple, for the category of “aleijado” in Portuguese, is a way of approximating its definition in English. The meaning of the term crip initially was directed against all that does not fit within bodily/functional standards. It reveals the abject zone reserved for persons with disabilities. Similar to the term “queer”, crip terminology has an openly aggressive, derogatory and subversive connotation. In order to mark a crip commitment towards developing an analytics of the normalization of the body, inspired by the work of deconstructionist authors like Michel Foucault (1990), Jacques Derrida (1998), Judith Butler (1990, 1993, 2004), among others, developing critiques around systems of oppression marked by patriarchy, by compulsory heterosexuality¹ (Rich, 1980) and the compulsory able-bodiedness (McRuer, 2002):

I argue that the system of compulsory able-bodiedness that produces disability is thoroughly interwoven with the system of compulsory heterosexuality that produces queerness; that – in fact – compulsory heterosexuality is contingent on compulsory able-bodiedness and vice versa. [...] The idea of imbricated systems is of course not new – Rich’s own analysis repeatedly stresses the imbrication of compulsory heterosexuality and patriarchy. I would argue, however, as others have, the feminist and queer theories (and cultural theories generally) are not yet accustomed to figuring ability/disability into the equation, and thus this theory of compulsory able-bodiedness is offered as a preliminary contribution to that much-needed conversation (McRuer, 2002: 89).

According to McRuer, it's not possible to speak of "persons with disabilities", once crip theory stands in relation to disability, as queer stands towards homosexuality and transsexuality. That is, a radical critique of institutionalized categories by normativity. Meaning, crip theory deconstructs the boundaries between disabled and non-disabled persons, suggesting that we are all, one way or another, in the same situation, enabling us to break down barriers between "us" and "them"².

In Anthropology, we learn that social relationships are built on binary categories, so we propose the use of crip theory as another way of thinking about disability in order to deconstruct the binary logic "disability/ability". This is the perspective guiding this study. Since our interest is not in the Goffmanesque social processes that sociologically create people with disabilities as stigmatized or labeled as "deviant" (Goffman, 1963), but focuses on the debate of disability from one queer perspective. It questions the "normalizing processes marked by the simultaneous production of hegemonic and of subaltern"³ (Miskolci, 2009: 171).

The main objective is to problematize the production of "truths" about disability, departing from crip theory. For this deconstruction, we critically analyzed "Avatar", a science fiction movie, and its representation of the disabled body. What we find interesting in using "Avatar's" approach is that it allows us to make some mention of the analytical and intersectional potential of a crip epistemology of disability. To this cultural discussion, we will link some of its aspects to a perspective autoethnographical in which the authors bring their respective personal narratives as disabled, exercising one cripistemological way to analyze both their bodies as their own dichotomy disability/ability. The expression "autoethnographical" refers to autoethnography, a form of "self-writing" (Foucault, 1992) that combines characteristics of autobiography and ethnography, describing and analyzing (graphy) personal (auto) experience in order to understand the cultural experience (ethno) (Ellis, 2004; Holman Jones, 2005) of people with disabilities. In this sense, having the researcher's body as a simultaneous mediator between the observer and the observed, autoethnography implies the exposition of a vulnerable self (Ellis & Bochner, 2000), precisely because it is "an autobiographical genre of writing and research that displays multiple layers of consciousness, connecting the personal to the cultural" (Idem, *ibidem*, p. 739).

The fundamental idea is to show that the social production of disability is also "naturalized" by the dominant knowledge, whose meanings attributed to disability are organized in an apparent binary opposition system to the notions of disability

and ability, in which the presence of disability supposedly is due the clear lack of ability. Therefore, in a queer/crip analytical disability and ability are revealed as interdependent.

Avatar, the film: an anthropological narrative, queer and crip

Avatar (2009), a film directed by James Cameron, is a fictional film work permeated by hybrid and mythological narratives. The story is set in the year 2156 on Pandora, one of the moons of Polyphemus planet, in a region covered by lush flora, luminescence, and dense with giant plants that shrink. In Pandora's forest there is also a rich, mythologically exotic and monstrous fauna (Oliveira, 2011), and its local inhabitants, the Na'vi people, blue humanoids about three meters high, having long limbs, a tail, a long braid of black hair⁴, ears and nose resemble a feline whose ways of life inspired a profusion of mythologies and religious influences:

[...]The Na'vi culture condensed resonance of mythologies and various religious influences, ranging from pantheism to tecnopaganism also visiting monotheism, African religiousness and shamanism, and even reincarnationism, to the taste of the beliefs of miscegenation that makes part notably the Latin American universe⁵ (Oliveira, 2011: 4).

In the midst of the paradise of Pandora images, the soldier Jake Sully, a former Marine, is the paralyzed twin brother of the scientist dead shortly before completing the scientific experiment called Avatar. Sully, by having identical genome to his brother, is appointed to replace him. Following the team of scientists, the former soldier gets lost during the expedition and ends up contacting Neytiri, daughter of Eytukan, the head of the Omaticaya clan, and Mo'at, shaman and legitimate representative of Eywa⁶. Neytiri, about to kill him, receives a signal of Eywa, the Great Mother, not to do this. Then Jake is conducted by Neytiri and other Na'vi warriors to her village. After a tense moment, the head of the clan says, "This is the first warrior walker we see. We need to learn more about it". The Omaticaya clan decided then to give a chance to Jake to learn the ways of the Na'vi, to speak the native language and to walk like one. From there, Jake spends three months learning the ways of the Na'vi and goes through all the rites of initiation to become a Na'vi warrior: he learns to ride, hunt, respect and love. In this deep relationship with the tribe, Sully has been accepted by its members as one of them. This cycle is completed a passion for Neytiri. Gradually Jake is delighted with the natives and

realizes the emptiness of his life as a paraplegic with no prospect in the human “civilized” world and begins to question Western values and himself. Sit torn between two worlds, the loyalty to Colonel Quaritch, to whom he must transmit all the information about the Na’vi, and the loyalty that keeps him increasingly linked to Omaticaya clan. All this was because Jake understood the culture, the native thought the other under a perspectivistic bias:

We must learn that we have a body [the body of your avatar Na’vi], and this learning in the case of Jake Sully will take you to “see” and “feel” of another way, until it is no longer the “driver” and start to think with his own body. Until your mind and your values are converted into a “point of experience”, a perspectivism and radical “point of view” amending our own experience of world and the separation between subject and object. In this sense, Avatar can be read as a conversion of instrumental reason and the body/mind dualism to a “thought of the body”, in which the body point of view radically changes our identity and subjectivity⁷ (Bentes, 2010: 73).

Avatar is anthropologically inspired by the indigenous populations, with a cosmology in the mold of Amerindian perspectivism proposed by Eduardo Viveiros de Castro (1996), where lifestyles are totally subject to the holistic laws of nature. For example, they produce, collect and hunt without the intention of generating surplus, still have a social organization divided among the warriors, the chief and spiritual leader of the clan. Amerindian perspectivism as a concept emerges in Levi-Straussian-inspired Indigenous Ethnology from “savage thinking” (Lévi-Strauss, 1989) and has another meaning with the “ontological turn” in Anthropology when Viveiros de Castro defines it as a “way of thinking that rejects dualisms typical of Western-modern thought”⁸. (Barcelos Neto et al., 2006: 177). Thus, “it is the conception common to many peoples of the continent, according to which the world is inhabited by different kinds of subjects or persons, human and non-human, who apprehend it from different points of view”⁹ (Viveiros de Castro, 1996: 115). Hence, in the perspectivist conception, “[...] the classical distinction between Nature and Culture cannot be used to describe dimensions or domains internal to non-Western cosmologies without first passing through a rigorous ethnological critique”¹⁰ (Viveiros de Castro, 1996, loc. cit.).

Interestingly, parallel to this body/mind dualism, another background permeates Avatar narrative: the duality disability/ability is the thread of the plot, whose

“essence” is connected to the artificiality of the machines. It is precisely this binary opposition which serves as a starting point to crip theory, leading us to the debate on bodily perfection that McRuer (2006) calls “full physical capacity”.

Jake Sully character lives in crisis between two worlds, human and Na’vi. As a human, Sully is despised by his abject condition invalid veteran, impure, deprived and disabled; as Na’vi is chosen by his perfection, purity and courage. At first, the human form of Jake, as being raw and disabled, prevails. But it is slowly being replaced by the “pure essence Na’vi”. Consequently, the victory occurs at the expense of “brutal and defective essence” having as extreme paradigm Colonel Quaritch. In this sense, the Avatar’s narrative incorporates the demands of our Western capitalist ableist society by heroes, being able to transcend the bodily limitations and achieve great deeds.

The metaphor of the colonial context between indigenous peoples of the Americas and Oceania and their European invaders is explicit when the narrative of Avatar introduces a former Marine who, like a Na’vi, dreams of flying over dense forests freely, but upon waking as a human faces his harsh reality as a wheelchair user, disabled. As a human, Jake is on Earth in a futuristic and dystopian moment, but a future that has not yet been able to “eradicate” disability even with all the advances of “science”. In a passage from the film, Sully says:

They can fix a spinal, if you got the money, but not on vet benefits, not in this economy. A VA check and 12 bucks will get you a cup of coffee. I’m what they call... waitlisted. The Bengal Tiger, extinct for over a century is making a comeback. These cloned tiger cubs at the Beijing Zoo are the latest of a number of species that have been cloned back into existence in the past five years.

We wonder about the interests behind Pandora and its resources and, throughout the movie, we realize that science, militarization and capitalism are mixed in the exploration of the moon and Earth may no longer have enough energy resources. This is a dystopian future that is in the plot of the science fiction Avatar. However, even this plot could tell us about a “cultural shock”, recognizable in a colonial fashion to the anthropological gaze - echoing the distinctions nature x culture, tradition x modernity, individual x society and body x mind - the film portrays a “sci-fi colonial shock”, effectively the assault of one species from one galaxy to another. In this way, the Western colonial process also created its “scientific fictions” by assuming that other peoples were inferior to the inhabitants of Earth. To what extent

does the concept of human take shape? Could not our idea of “original humanity” come from a colonial mix that has been processing the term through science, deadly weapons, and capital?

Avatar’s dystopia lies in this imminent end of the human species and the conditions of existence on planet Earth. Jake Sully has the DNA needed to take over the place of his twin brother scientist, but as an invalid ex-military man he has nothing to lose either. “Have nothing to lose”, if we comprehend this phrase through a crip reading of the futuristic disabilities projections, according to Kafer (2013), we have two situations of “fictional space-time”. The first posits the utopian promise of a world without disabilities, without diseases, without ills and sufferings; The second projects a dystopia, a future environment in which disability and disease have not yet been eradicated and may even become more pronounced due to the very ambiguous nature of technoscience, that is, at the same time that it is the great paradox which has effectively extended human life expectancy, few people access these resources satisfactorily. In the case of the movie Avatar, the dystopia that Sully literally embodies is not only individual and techno-medical, it is economic also, as when Jake comments that genetics can reproduce an extinct tiger, but his spine has not been repaired because he cannot pay for the procedure with his pension as a war veteran. Jake Sully then rejects his body and decides that, like Na’vi, he has nothing to lose by walking back into another body. However, the character Jake Sully is not a symbol of the disabled activist, nor proud of his wheelchair and thin legs. Nor would it be just a disability studies scholar who sees Sully’s disability as a social, political and theoretical experience. Sully understands that he has a hole in his life and that his disability is synonymous with a disintegrated body, flawed and marked by absences. Hence, Jake allows himself to be seduced by the Colonel’s promise that if he reported the information about Pandora to his military superiors, he would have “his legs back.” However, Sully is also seduced by the body of his Na’vi avatar.

This Avatar movie review aims to make a didactic and brief introduction to crip theory, to make a point to the abjection processes of disabled bodies. In this case, the subversive power of the abject body of crip theory is linked to processes of subjection of disability to able-bodied hegemonic patterns because disability is the materiality of abjection in its most radical sense:

Yet there is a strange and really unaccountable silence when the issue of disability is raised (or, more to the point never raised); the silence is stranger, too, since

so much of left criticism has devoted itself to the issue of the body, of the social construction of sexuality and gender. Alternative bodies people this discourse: gay, lesbian, hermaphrodite [sic], criminal, medical, and so on. But lurking behind these images of transgression and deviance is a much more transgressive and deviant figure: the disabled body (Davis, 1995: 5).

In this sense, the disabled body refers to the idea of crippled as disturbing, degenerated, disposable, morbid, revolting, disgusting, in short, disability is the totalizing synthesis of the aberration of the monster figure (Gil, 1994; Silva, 2000). However, for the crip project, the distinction between disability and ability, registered only in the so disgusting figure of the disabled body, can't be effectively achieved due to the impossibility of achieving the full physical capacity, or "disability is a natural part of life. Everyone will be disabled someday" (Pfeiffer, 1999: 106). Furthermore, it is not enough to make positive this universal and virtual projection of disability. As Robert McRuer (2006) points out, not all people who can be considered disabled voluntarily fit in this politically resignified category, especially people who are already considered "not disabled" and who tend to understand, ultimately, that the disabled body is itself the proper example, the great metaphor of the flawed condition of vulnerable, finite and unwanted humanity. Here prefigures the critical and crip conceptualization of a severely disabled position. According to McRuer (2006),

[...] everyone is virtually disabled, both in the sense that able-bodied norms are "intrinsically impossible to embody" fully and in the sense that able-bodied status is always temporary, disability being the one identity category that all people will embody if they live long enough. What we might call a critically disabled position, however, would differ from such a virtually disabled position; it would call attention to the ways in which the disability rights movement and disability studies have resisted the demands of compulsory able-bodiedness and have demanded access to a newly imagined and newly configured public sphere where full participation is not contingent on an able body (McRuer, 2006: 30-31).

This severely disabled position does not seem to get the same weight when we think of object materiality of the deaf body inhabited by Anahi. To give an example, we illustrate Anahi's remarkable ethnographic experience with a person with Down syndrome, which occurred at Galeão International Airport, Rio de Janeiro, coming from Recife, where she participated from 11 to 13 October 2012 at the invitation of the Ministry of Education (MEC) of Brazil, to the VI Brazilian Congress on Down Syndrome:

I was sitting waiting for the flight to Florianópolis when suddenly I saw two faces. The first was a face of a person who I had just met at this event, but there was no time for greetings. Soon after, I see the second person's face. An unknown face that instantly disturbed my eyes in time and space, revealing the power of fascination for me: a woman with Down syndrome walked alone and in high heeled shoes, with astonishing ease. She walked by, disappearing from sight in a few seconds. I was staring at the body with Down syndrome walking in high heels, an ability that I do not own, and suddenly I thought about my own prejudice, simply because the owner of the high-heeled shoes is a woman with Down syndrome "independent" and "alone" because she wasn't accompanied. (Anahi's field diary, October 2012).

Thinking of a hierarchy of extraordinary bodies (Garland-Thomson, 1997), I, Anahi, a deaf body, I experienced an extraordinary moment that Rosemarie Garland-Thomson (2009) calls staring, a persistent fascination for the disabled body, feeling the threshold between the sacred and the profane (Douglas, 1966), because at first glance the deaf body is configured in an "ideal body", i.e. a kind of disabled body that approaches the ideas of ordinary bodies. In this unexpected episode, I was the ordinary body; woman with Down syndrome, the extraordinary body:

Extraordinary-looking bodies demand attention. The sight of an unexpected body - that is to say, a body that does not conform to our expectations for an ordinary body - is compelling because it disorders expectations. Such disorder is at once novel and disturbing. This interruption of expectations, of the visual status quo, attracts interest but can also lead to disgust, according to William Ian Miller (1997). Unusual bodies are "unsettling because they are disordering; they undo the complacency that comes with disattendability; they force us to look and notice, or to suffer self-consciousness about looking or not looking. They introduce alarm and anxiety by virtue of their power to horrify and disgust." Such bodies fascinate; they demand that we "sneak a second look" [...] (Garland-Thomson, 2009: 37).

In this sense, although the deaf body provokes fascination through social markers that identify (sign language, the "deaf voice", cochlear implants etc.), it seems to cause less disgust than a Down syndrome body or an amputated or quadriplegic body. Also, my brief stay in Recife, when I closely witnessed desires, flirtations and expressions of public affection among many couples with Down syndrome, this led me to compare the Down syndrome bodies to gay and lesbian bodies when they are not in repressive environments where they feel more comfortable publicly express-

ing their affections. In fact, beyond the “compulsory heterosexuality” (Rich, 1980), we also have the “compulsory able-bodiedness” (McRuer, 2002).

Marco tells of an experience in which he realized that his “pride” of his “wheelchair body” – half human, half machine – could not be easily understood in certain contexts:

I, as a wheelchair user for 18 years, feel part wheelchair, a cyborg. The symbiosis that I make with her makes me realize the world and reach it with my body-chair. A body that runs, that disassembles, that disengages and engages again in other positions, in other places and contexts. How can I deny that my chair and I are part of each other, thus deny that my being has wheels and engine? A few months ago I got a ride with a friend to a party. Upon arriving at the public parking, we had difficulties opening the car trunk, which only opened from the inside, to withdraw my wheelchair. Maybe our internal movements in the car looked suspicious at that hour of night and some security guards approached us. I was in the car, dismantled in the passenger’s seat while listening to my friend arguing with one of them: “I am trying to open the trunk to take out my friend’s chair, he is a wheelchair user.”¹¹ One of the guards immediately shot back: “Wheelchair user?! What is a wheelchair user doing here? This is no place for him!” (Marco’s field diary, September 10, 2015).

The “severely disabled” critique of the second author confronts the anxieties that the figure of a disabled person provokes. Why can’t they be there? Because of the parking lot is at a Brazilian public university? Because it was at a party? Because the wheelchair testifies the frailty of human beings? The point is that no one wants to take a politically disabled experience as telos of their identity. Yet as much as “[...] if we live long enough, we will all become disabled (Garland-Thomson, 2009: 46)”, the wheelchair, as well as crutches, walkers and oxygen atoms pipes are not commonly designated as “dreams of consumption” or totally stripped of its medical and hospital symbology.

This ambiguous figure of the wheel-chair-body – between the healthy and the sick; between life and death; between imprisonment and the freedom of technology; between human and non-human – is the one that brings the idea of “inadequacy” and “transgression”. Transgression that creates anxieties, like the figure of cyborg analyzed by Donna Haraway (1987: 5)¹², because of the breakup with the image of Western ontological distinction between body and machine. In the words of Haraway,

a cyborg is a cybernetic organism, a hybrid of machine and organism, a creature of social reality as well as a creature of fiction. Social reality is lived social relations, our most important political construction, a world-changing fiction. [...] Contemporary science fiction is full of cyborgs — creatures simultaneously animal and machine, who populate worlds ambiguously natural and crafted. Modern medicine is also full of cyborgs, of couplings between organism and machine, each conceived as coded devices, in an intimacy and with a power that was not generated in the history of sexuality (Haraway, 1987: 1-2).

Disability as stigma and experience queer/crip

For many people with disabilities, especially those born with a disability or who acquired disability at an early age, disability is often the first queer experience, long before the gender and sexuality¹³. The disabled body is queer. It's a dissident corporeality. The metaphor of "the crippled" shows the proximity of the "monster" of queer theory with the "monster" of crip theory. There is a "crip hierarchy" of queer bodies. Therefore, we must crip queer theory to include subaltern voices of disabled persons, deconstructing the hegemonic assumption that only LGBT bodies are likely to "queering".

In *The Body Silent*, Robert Murphy (1987) discusses the deviance models of disability in Talcott Parsons and Erving Goffman. According to this author, especially Parsons did not consider what happens when the patient neither does not dies nor gets better, theorizing the fact that people who acquire a disability enter into a permanent liminal state between health and illness. In other words, the discussion of disability is relegated to the background of discussions on rational and deviant models the health and sickness. About the interactionist theory of Goffman, Murphy argues that

Erving Goffman's stigma had great influence on the sociological study of disability by providing a common framework within which the handicapped, criminals, and certain minority groups could be seen as sharing a common lot: They are all outsiders, deviants from social norms. There are, however, problems with this framework. First of all, it throws into one pot people who are deliberate violators of legal or moral standards and persons who are in no way to blame for their stigmatized state. A person chooses to follow a life of crime, but nobody asks to be born a black, and certainly nobody wants to become a quadriplegic. These stations in life are visited upon people by inheritance or bad luck, not through choice. This, of course, does not prevent others from blaming the victim, and all too

many benighted whites look on blacks as lazy and unintelligent people who prefer welfare and crime to working for a living. Even the disabled are often vaguely blamed for their condition, or at least for not achieving maximum recovery. And as sure proof that they bear stigmatized identities, physical impairment is looked upon as something that does not happen to respectable people. The blind are folks who make brooms in sheltered workshops, or who sit on street corners with cups. They certainly do not belong among the upwardly mobile (Murphy, 1987: 129).

In fact, the concept of stigma strongly influenced sociological studies on disability by providing a framework in which “disabled”, “criminals” and other minority groups would present “common destiny”: all are outsiders and deviant social norms. However, to Murphy (1987), this frame also presents problems by putting together and classifying as “stigmatized” people who deliberately violate legal or moral norms with those who have no blame for their condition. A person can choose to follow a life of crime, but no one asks to be born black, much less choose to become quadriplegic. These are events that occur through inheritance or “bad luck”. If to be disabled is less of a “choice” and more about “bad luck”, or vice versa, it expands the scope of the stigma concept, to exchange their conventional content by another sense of its meaning, especially in the context of “politics of appearance” as proposed by Rosemarie Garland-Thomson (2009) to refer to the “abominations of the body” described by Goffman as “stigmata hierarchy” that begins with disabilities:

[...] Human variation, in other words, is seldom neutral. “Abominations of the body” are in the eye of the well-aculturated beholder. Modern culture’s erasure of mortality and its harbinger, bodily vulnerability, make disabled bodies seem extraordinary rather than ordinary, abnormal instead of mundane - even though in fact the changes in our function and form that we think of as disabilities are the common effects of living and are fundamental to the human condition. What Goffman describes as “abominations” come to most ordinary lives eventually. If we live long enough, we will all become disabled (Garland-Thomson, 2009: 44-46).

Here there is a relationship between Goffman’s concept of stigma (stigmatized bodies) and the idea of abjection (abject bodies) of queer theory. The hierarchy of corporealities, including the “abominations of the body” and all the contrasts between ordinary and extraordinary bodies (Garland-Thomson, 1997), organizes the able-bodiedness of our social structure little sensitive to body diversity.

For queer thought, all “difference than [if] want to be assimilated or tolerated,

and therefore its form of action is much more transgressive and disturbing”¹⁴ (Louro, 2001: 546), may also be considered queer. From this perspective, disabled bodies are also queer. The “invention of disability” also produces an “exclusionary matrix” that “requires the simultaneous production of a domain of abject beings” (Butler, 1993: 3). By abject we understand the subjects whose bodies do not fit the prevailing social standards. For Butler (1990), the “abnormal” is seen as the “constitutive outside” of the subject “normal” and just designates the “uninhabitable” areas of social life. These zones of abjection are densely populated by those who do not enjoy of a subject hierarchy, there is a need to constitute a “foreign” composed of “not subject” in order to prove as less human for such a matrix can remain hegemonic.

However, as with the queer/crip bodies of the “global south”, disability also needs “to be understood in the context of the violence of colonization and neocolonial power” (Connell, 2011: 1369). From this “southern perspective,” we should think of Jake Sully as a “settler of the north” seduced by the “colonized from the south”. How to access “southern bodies” if Sully is from the “north” and, above all, by his position of geopolitically localized subject, let himself be seduced by the other when he assumed the body of his Na’vi avatar. How do the bodies of the authors of this paper enter the “moral economy” of southern bodies to think of the “global north”? Are we necessarily from the south because we are Brazilian or are in Brazil? For Viveiros de Castro (2002), the other can be understood as possibility of relating to something beyond the self. In this sense, the other is the structure in which the self imagines the existence of other. For this reason, we recognize our position as “southern bodies” in constant tension between being in the “global south” and being in the “Brazilian academic north”: in the first case we are post colonized Brazilians, in analogy to the metaphor of being Na’vi in a context of global binary division of the world; in the second case we are in good federal universities of the “center” (represented by the states that compose the southeastern, south and central-west regions of Brazil), enjoying relative academic autonomy and material resources for the research and production of knowledge about disability, so that we are often interpreted by the “academic periphery” (represented by the states that make up the northern and northeastern regions of the country) as “settlers” of certain social thoughts about disability.

In the next section, we will focus on “cripness” of our autobiographical narratives that permeate the crip politicization of our disabled body to Avatar fiction: Marco as a body attached to a wheelchair and being carrier of a genetic disease; and Anahi’s

deaf body connected to a cochlear implant. In the perspective of prosthetic narrative, the connection of Avatar with our disabled bodies is supported by the notion of the hybrid. The hybridization of Sully human and Sully Na'vi helps us to speak of our hybrid condition physically-disabled-wheelchair-body and deaf-cochlear-implanted-body respectively.

My body, my wheelchair

The fact that I'm a motorized-wheelchair-body, goes beyond the fact that I was a "user of a motorized wheelchair" or a "person on a wheelchair". The first memory I have about wheelchair comes with my refusal and fear, as a child, to not become 'it's' "prisoner". I grew up hearing that one of the effects of "my genetic condition" would be the progressive loss of all muscle tone. One of the major medical concerns, that served as a rehabilitative motto for my incurable clinical prognostics, was to keep my degenerating body as "active and independent" as possible. Be "active and independent" meant keeping up my ability to walk, and my standing position, with a lot of physiotherapy and psychology.

Amid these discourses, the inevitable feeling of weakness consumed me all the more: I could no longer hold my eight-year-old body standing for long; my arms were trying in vain to sustain me under the crutches that had, up until that time, accompanied me. With every failed, flawed step, every time I lost muscle control in my legs, leading to an inevitable fall to the ground, it became less painful to see myself as a "wheelchair bound". I tried hard not to use 'it'. I saw the wheelchair as a "prison" that would not allow me to do anything; but, at the same time, I did not see with the same "critical concern" the heavy iron structure that embraced my legs and hip and that was the last "prosthetic therapy" to save my bipedalism (seen as an index of greater independence).

As my muscle degeneration is inevitable, as well as the loss of my ability to walk, the heavy paraphernalia that helped me to keep standing up. The "dreaded" wheelchair was the only way for me to continue playing around and going to school. Gradually the process by which I stopped seeing "it" involves me in a simultaneous metaphorical and literal process as I felt that "she" embraced me with "her" arms and metal supports and foam, which held me up and off the ground. I perceived it as another way to move around, to communicate with others. To find a way of living "stuck" in an apparatus seen as culturally malevolent, allowed me, over time, to create a symbiosis with this machine.

My wheelchair is not exactly a possession, it, she became the fundamental means of my own condition of social existence, including as a “disabled person”. As she, it and I we were inappropriate for many spaces; she and I were, and are, a cybernetic hybrid configuration, as Haraway (1987) defines cyborgs. There is no presence of one without the other. The apparent simple act of dismounting “my” wheelchair starts at the exact moment that we are tortuously uncoupled for it to be folded, defragmented in parts to fit in a car’s trunk. This disassemblage consumes me in the anxiety of our distance. I feel inert to be outside of her and I wonder what my “real” legs are paired with the momentary stillness of the chair’s wheels. In this mixture of flesh, bone, metal, plastic, and electricity, I feel a motorized-wheelchair-body, a rolling-body, a mechanical organism disfigured of its supposed essences.

What makes me disabled? The wheelchair? The perception of others about my body? My degenerative disease that leaves me “cock high in the world” (Mairs, 2001: 54). The world that does not include bodies extremely out of social, cultural, and biological norms and expectations? What comes first? Donna Haraway’s cyborg refers to a noise in the cultural and scientific certainties of human ontology, and allows us to think as ambiguous beings, indeterminate or multiple sources. To prefer the idea of being a cyborg instead of a goddess (Haraway, 1987; Meekosha, 1999; Puar, 2012) the author tenses a critical idea of embodied consciousness by devices and power techniques historically locatable. The possibility of (un)learning the body emerges not only as a means of meeting a pre-existing world, but also to create new bodies-worlds contingent to each other.

My cochlear implant, my cripp sex toy

My deaf body, my cochlear implant. My cochlear implant, my cripp sex toy. My cripp sex toy, my subjectivity. I do not have the primacy of “deaf knowledge” because I do not intend to be recognized first as deaf. Deafness is part of my identifications, but it is not something with which I have a main identification. However, if my deafness is the “stigma” in evidence, people tend to take it as my “primary identity”. This intrinsic characteristic of my body obscured my other political subjectivities: being a woman and lesbian. The ableist and hetero-cis-normative social structure generally tends to contribute to this disappearance, to the extent that society only sees me as deaf. Deafness is my first queer experience, but it was the *consciencia mestiza* (Anzaldúa, 1987), not “Deaf consciousness”, that allowed me to go beyond the deafness so I can move “constantly out of crystallized formations” (Anzaldúa, 2005: 706).

My deaf body is mediated by a machine, the so-called cochlear implant, a highly sophisticated technology to enhance hearing ability in a more effective way than an ordinary hearing aid. In a human-machine interface, in the terms of Haraway (1987), the cochlear implant deaf-hybridization could be thought of as a counter power to the “Deaf Pride”, with the motto inscribed “Bionic Ear Pride”. Considering cybernetics as “the art of ensuring the effectiveness of an action” (Couffignal, 1968: 23), I propose to think the cochlear implant-deaf relationship under these cyber effects when the cochlear implant as a “foreign agent” ensures the deaf body’s effectiveness of mechanical ability to listen. Here the cyborgization process is configured in construction be deaf in connection with a cochlear implant, performing social measures, since both are involved in the same ratios.

In 1998 I had the first contact with the theoretical assumptions of the Deaf Studies from reading academic texts in Portuguese on “Deaf identities”. In my view, these texts are filled with “accusatory categories”, the sorting of deaf people into various categories of deaf identities being counterproductive because it split us into “good deaf” and “bad deaf”. Good deaf would be the Deaf with letter “d” uppercase, those who communicate and have sign language as their first language, being fans of “Pride Deaf”. The “bad deaf” would be the “oral deaf” and users of the Portuguese language as a first language in Brazil, those who speak, do lip-reading and use “hearing technologies”.

The talking, lip reading and “hearing technologies” of cochlear implants are considered by the “good deaf” as “things of hearing people” and therefore should be rejected. Although I don’t subscribe to these ideas “in these terms”, it is true that the hearing-deaf relationship does not cease to be a relationship majority-minority, where inequality is also evident through communication and the ability to hear. In this sense, just as the “white privilege” or racism against blacks and the “male privilege” or sexism against women can be, respectively, systems of oppression based on race/ethnicity and gender, the “hearing privilege” or audism against deaf people can be understood as a system of oppression based on hearing ability (Eckert & Rowley, 2013; Ha’am, 2017). However, regarding the cochlear implant, as cybernetic prosthesis it is treated by many Brazilians Deaf with some disgust, a “bad thing”, almost automatically a “negative experience” to be avoided, often without considering subjective aspects involved in each particular situation and that demand in a continuous exercise of relativity.

If sexuality in human life is a subjective meaning variable in different cultures, so

I can say the subjectivity of cochlear implant-deaf experience. One of the powerful dimensions of the cyborg and queer/crip experience with cochlear implants are the sounds of sex we produce and heard during the sexual relations. There are reports of physical disabled people that show how some erotic-sexual nuances and seduction mechanisms are designed from their wheelchairs, sometimes in a sensual dance or as extension of their disabled bodies in sexual and/or erotic games practices (Oliveira, 2016). But reports of the sexual practices of deaf people are scarce, especially when they involve the use of cochlear implants. This difficulty is due to the fact that deafness be, at first sight, an “invisible disability”, i.e. the “surface” the deaf body does not present “deformed” to be considered worthy of reflexivity in the field of the dissident sexualities. There is a gradation of disability, or “crip hierarchies” of disabled bodies, with the deaf body very close to the first level of the hierarchy.

In fact, for many cochlear implant users this technology has become an ingredient to more sexual satisfaction. They like to make love with cochlear implant, because they love to hear the sounds of sex. Thus, listening may come to represent a very particular positive dimension of subjective experience of deaf people with cochlear implants. In my case, it is not different. Making love with cochlear implant affects my libido, greatly changing the sexual scripts, once I stop to discover and actively participate in the sounds present in seduction games in bed. So my cochlear implant is a fetish, affectionately treated as sex toy. My cochlear implant, my crip sex toy. This is one of the reasons why those Deaf who have never experienced a cochlear implant can't and should not refer to it as a “bad thing”. Sex with cochlear implant is also a powerful experience because of the subjectivity of each subject. However, as in any experience of the subject, the subjectification of the cochlear implant should not do without the subjective position of the subject, i.e. the experience with a cochlear implant is tributary of the subjective position of the deaf person.

Final considerations

Sully has dreams in which their freedom is to fly over heavy trees canopies. Dream of freedom in his narrative are contrasted by his image among the people of a planet Earth with no future. Sully does not see his disabled body as a creative power. The former paraplegic Marine believes that in his life there is a hole and what it lacks is in his life before the accident. This fetish returns to a previous alleged bodily life, in a way, is the same fetish encouraged by rehabilitative historic speech that Henri-Jacques Stiker (1999: 122) comments hold its reference to a “[...]”

assumed prior, the normal state.” Stiker continues to state that

this iterative term to designate the rehabilitation initiative, especially from the 1920s onward, is remarkable in its own right. It is applied to congenital cases as well as the adventitious. It implies returning to a point, to a prior situation, the situation that existed for the able, but one only postulated for the others (Stiker, 1999, loc. cit.).

It is this will to walk again that animates Jake Sully for much of the film narrative and his plotting against the Na’vi. It is for this same freedom that walking again is symbolic and seduces Sully to use as avatar the powerful Na’vi body created “in vitro”. A disabled, paraplegic, Jake Sully works as the foundation of other forms of knowledge and access to inhuman information at the same time he needs to be both dismissive and overprotected. This is precisely one of the points that makes us think in an analytical queer/crip of disability.

We all know that Jake Sully, when using the Na’vi body remains with his human body in a broadcasting room. If his human body suffers any damage, the experience of using the body as Na’vi Avatar fails. However, only we realize such fragility of the human body condition when in a deadly struggle, while immersed in Avatar, the cabin in which lies the body of Sully is broken. The former soldier is vulnerable to the toxic gas moon Pandora and its Avatar goes off when the human lungs can’t breathe. One of the most beautiful scenes of the film, we see the warrior Neytiri, with its slender, blue-bulk, holding in her lap, in comparison, the small body of her beloved, almost dead. This is where we have our “able-bodied epiphany” when the end of the movie to recognize that Jake Sully survived and become the Omatiyica clan hero, his dying body to be left out, “discarded”.

The crip theory critique to the notion of a “complete physical capability” seems to cross an analysis of normalization that results, for instance, from the misunderstanding of what constitutes a queer analysis about the relation between homophobia and compulsory heterosexuality. One might see that as a result from the fact that the problematizing towards physically able bodies did not strongly benefit from the intersection among categories such as sexuality, race, ethnicity, and disability - in the sense of a “sexualization/racialization of disability” or a “disabling of sexuality and race” whereas queer theory itself relies on an intersectional approach to discuss the sexualization of race and the racialization of sexuality.

Crip theory questions the normalization of bodies. It questions the exclusion of ableism as intersectional discrimination matrix in the feminist and queer theories. It questions the “compulsory able-bodiedness” because it is socially and culturally marked by a “hierarchy of corporealities” in which to “dwell in the world” (Butler, 1990) certain bodies seem to be “more acceptable”, “selected” or “privileged” than others. By questioning a hierarchy of bodies, the crip theory necessarily covers the size of non-hegemonic sexualities. Thus, queer theorists must or should know about crip theory, since queer theory relates to a “crip hierarchy” of queer bodies.

We also have a doubly tensioned, divided experience: we are seen by the “northerners” as the “global south”, the “third world,” “subalternized localities in global political economy,” and it seems that in many ways we have to recognize ourselves in these terms. At the same time, we are often seen by other compatriots as the “academic north”¹⁵: “very theoretical,” “with research resources,” and “with full academically activism conditions.” Paradoxically, it is precisely because of this our hybrid condition that we are generalized as from the south (global) and from the north (national) that our critical power resides to produce a southern crip thinking.

Recebido: 14/02/2019

Aprovado: 09/04/2019

Acknowledgments The authors express their thanks to Pamela Block for reviewing the manuscript’s English. Anahi expresses her thanks to Capes for granting her doctoral scholarship, and to CNPq for funding of the project *Feminist Theory, Queer Theory or Contemporary Social Theories?: the field of Gender Studies and Sexuality in Brazil* (Process No. 402545/2010-9). Marco wants to say thanks to the CAPES and CNPq for his doctoral fundings.

Anahi Guedes de Mello is PhD in Social Anthropology from Federal University of Santa Catarina (UFSC), in Florianópolis, Brazil. Researcher of the Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), at the UFSC’s Department

of Anthropology, and of the Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED), at the UFSC's Department of Psychology. She is also an associate researcher at Anis – Instituto de Bioética, in Brasília, Brazil. ORCID: 0000-0002-5536-7171. Contact: anahigm75@gmail.com

Marco Antonio Gavério is a PhD student at the Pos-Graduate Program in Sociology, at the Federal University of São Carlos (UFSCar), in São Carlos, Brazil. Researcher of the group Sexualidade, Entretenimento e Corpo (SEXent), at the UFSCar's Department of Sociology. ORCID: 0000-0002-0744-3520. Contact: marcaosemcento@gmail.com

Notas

1. This term lies critically on to the obligation of women to undergo a heterosexual relationship and maternity.
2. Going further, crip theory aligns with the premises of symmetrical anthropology, since the symmetrical thinking point of departures the construction of a conceptual apparatus that reconfigures anthropology and for it uses concepts that overcome dualistic renderings of the world, such as network, symmetry, multinaturalism, relationship.
3. Free translation.
4. This long braid works as “nerve terminal” for communication, transmission and sharing of feelings, practices and traditional knowledge among the Na’vi and their ancestors, the animals, plants, in short, everything that exists in Pandora.
5. Free translation.
6. The Na’vi preserve their beliefs, customs and traditions and are religiously attached to their land, considered the abode of their goddess Eywa. In this sense, in Pandora everything and everyone is connected to Eywa, through a network of energy that connects all living beings.
7. Free translation.
8. Free translation.
9. Free translation.
10. For a good introductory text on perspectivism, see Bruno Latour (2009).
11. Note: in Brazilian Portuguese language, “cadeirante” does not have the same sense of “wheelchair user” in English. “Cadeirante” is a native category widely used in Brazil. “Wheelchair user” may be translated in Portuguese as “usuário de cadeira de rodas” as if the chair were separated from the person. Already “cadeirante” is the embodiment of the chair to the person. Thus, the term “cadeirante” combines and transforms the chair and the person into a single thing, as a cyborg. In this sense, the chair is a person because it’s an extension of the user’s body.
12. Regarding other ruptures mentioned by Haraway that erupt through the cyborg are: the breaking of the modern western boundaries between ‘human and animals’ and within the limits of the

‘physical and non-physical’. For a feminist-queer-crip analysis of this work of Haraway and some of its developments in Disability Studies, see Kafer (2013:103-128)

13. See too Eli Clare (2001, p. 361): “Let me begin with my body, my disabled queer body. I use the word queer in both of its meanings: in its general sense, as odd, quirky, not belonging; and in its specific sense, as referring to lesbian, gay, bisexual, and transgender identity. In my life, these two meanings have often merged into one. Queer is not a taunt to me, but an apt descriptive word. My first experience of queerness centered not on sexuality or gender, but on disability. Early on, I understood my body to be irrevocably different from those of my neighbors, playmates, siblings. Shaky: off-balance; speech hard to understand; a body that moved slow, wrists cocked at odd angles, muscles knotted with tremors. [...] Only later came gender and sexuality. Again I found my body to be irrevocably different.”

14. Free translation

15. And here the inversion of the north-south poles occurs in the regional geopolitics of Brazil, where the “southern states”, represented by the south, are more economically and politically “evolved” than the “northern states,” represented by the northern and northeastern regions

References

- ANZALDÚA, Gloria. 1987. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books Press.
- ANZALDÚA, Gloria. 2005. “*La consciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência*”. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719.
- CAMERON, James. 2009. *Avatar*. Los Angeles, CA: Twentieth Century-Fox, 2010, DVD.
- BARCELOS NETO, Aristóteles; RAMOS, Danilo; BÜHLER, Maíra Santi; SZTUTMAN, Renato; MARRAS, Stelio; MACEDO, Valéria. 2006. “*Abaeté, rede de antropologia simétrica: entrevista com Marcio Goldman e Eduardo Viveiros de Castro*”. *Cadernos de Campo*, 15, n. 14-15, p. 177-190.
- BENTES, Ivana. 2010, “*Eu vejo você: antropologia reversa em Avatar, ciber-índios, pós-cinema ou como arrancar um pensamento complexo dos clichês*”. In: FELINTO, Erick; BENTES, Ivana (eds.). *Avatar: o futuro do cinema e a ecologia das imagens digitais*. Porto Alegre: Sulina. p. 55-119.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- BUTLER, Judith. 1993. *Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge.
- BUTLER, Judith. 2004. *Undoing gender*. New York: Routledge.
- CLARE, Eli. 2001. “*Stolen bodies, reclaimed bodies: disability and queerness*”. *Public Culture*, v. 3, n. 3, p. 359-365.
- CONNELL, Raewyn. 2011. “*Southern bodies and disability: re-thinking concepts*”. *Third World Quarterly*, v. 32, n. 8, p. 1369-1381.
- COUFFIGNAL, Louis. 1968. *La Cybernétique*. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France.
- DAVIS, Lennard J. 1995. *Enforcing normalcy: disability, deafness, and the body*. London; New York: Verso.
- DERRIDA, Jacques. 1998. *Of Grammatology*. Translated by Gayatri Chakravorty Spivak. Baltimore:

John Hopkins University Press.

DOUGLAS, Mary. 1966. *Purity and Danger: an analysis of the concepts of pollution and taboo*. London: Routledge.

ECKERT, Richard C.; ROWLEY, Amy J. 2013. "Audism: A theory and practice of audiocentric privilege". *Humanity & Society*, v. 37, n. 2, p. 101-130.

ELLIS, Carolyn. 2004. *The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

ELLIS, Carolyn; BOCHNER, Arthur P. 2000. *Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: researcher as subject*. In.: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.). 2. ed. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.

FOUCAULT, Michel. 1990. *The history of sexuality. V. 1: an introduction*. New York: Vintage Books.

FOUCAULT, Michel. 1992. *A escrita de si*. In.: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. 1997. *Extraordinary bodies: figuring physical disability in American culture and literature*. New York: Columbia University Press.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. 2009. *Staring: how we look*. New York: Oxford University Press.

GIL, José. 1994. *Monstros*. Lisboa: Quetzal Editores.

GOFFMAN, Erving. 1963. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. New York: Simon and Schuster.

HA'AM, Boaz A. 2017. "Deafness as disability: countering aspects of the medical view". *Public Reason*, v. 9, n. 1-2, p. 79-98.

HARAWAY, Donna Jeanne. 1987. "A manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s". *Australian Feminist Studies*, v. 2, n. 4, p. 1-42.

HOLMAN JONES, Stacy. 2005. *Autoethnography: making the personal political*. In.: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (eds.). 3rd ed. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications.

KAFER, Alison. 2013. *Feminist, Queer, Crip*. Bloomington: Indiana University Press.

LATOURE, Bruno. 2009. "Perspectivism: 'type' or 'bomb'?". *Anthropology Today*, v. 25, n. 2, p. 25.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1989. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus.

LOUIRO, Guacira Lopes. 2001. "Teoria Queer: uma política pós-identitária para a Educação". *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553.

MAIRS, Nancy. 2001. *Waist-high in the world: a life among the nondisabled*. Boston: Beacon Press.

MCRUER, Robert. 2002. "Compulsory able-bodiedness and queer/disabled existence". In: SNYDER, Sharon L.; BRUEGGEMANN, BRENDA J.; GARLAND-THOMSON, Rosemarie (Eds.), *Disability studies: enabling the humanities*. New York: Modern Language Association of America.

MCRUER, Robert. 2006. *Crip Theory: cultural signs of queerness and disability*. New York: New York University Press.

MEEKOSHA, Helen. 1999. "Superchicks, clones, cyborgs, and cripples: cinema and messages of bodily trans-

formations”. *Social Alternatives*, v. 18, n. 1, p. 24-28.

MISKOLCI, Richard. 2009. “*A teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*”. *Sociologias*, n. 21, p. 150-182.

MURPHY, Robert F. 1987. *The body silent: the different world of the disabled*. New York: Henry Holt and Company.

OLIVEIRA, Adriano Messias de. 2011. “*De Avatar à Centaura Mexicana: o monstro e o monstruoso na produção de sentidos da América quinhentista*”. Paper presented at the 1º Congresso Mundial de Comunicação Íbero-Americana, São Paulo, SP. p. 1-6.

OLIVEIRA, Everton Luiz de. 2016. “*Pô, tô vivo véio!*”: história de vida e sexualidade de pessoas com deficiências físicas. Tese [Doutorado em Educação Física]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

PFEIFFER, David. 1999. “*The categorization and control of people with disabilities*”. *Disability and Rehabilitation*, v. 21, n. 3, p. 106-107.

PUAR, Jasbir K. 2012. “*“I would rather be a cyborg than a goddess”: becoming-intersectional in assemblage theory*”. *PhiloSOPHIA: A Journal of Continental Feminism*, v. 2, n. 1, p. 49-66.

RICH, Adrienne. 1980. “*Compulsory heterosexuality and lesbian existence*”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 5, n. 4, p. 631-660.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). 2000. *Pedagogia dos Monstros - os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica.

STIKER, Henri-Jacques. 1999. *A history of disability*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. “*Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio*”. *Mana*, v. 2, n. 2, p. 114-144.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “*O nativo relativo*”. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 113-148.

Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film

Abstract: The influence of queer theory on the humanities is also reflected in disability studies, contributing to the emergence of crip theory. While the main axiom of queer theory postulates that contemporary society is governed by hetero-cis-normativity, crip theory is supported by the socially constructed postulate of compulsory able-bodiedness that is not very sensitive to the body's diversity. The translation of the term crip into the category of crippled in Portuguese (i.e. aleijado) is a way of giving the same sense of the word in English, indicating an area reserved for people with disabilities. Considering that gay and lesbian studies initially focused their investigations on the question of homosexuality being a "natural" or "unnatural" behavior, remaining within a binary logic, queer theory expands the investigative focus by encompassing any kind of sexual practice or identity that circumscribes normative or deviant categories. From this perspective, disabled bodies are also queer. The objective of this work is to discuss the analytical and intersectional potential of a queer/crip epistemology in the constitution of disability experience from the "global south", based on autoethnographic accounts and analysis of the Avatar movie.

Key Words: disability, crip theory, queer theory, epistemologies of the south.

Fatos da aleijadice à brasileira: diálogos com Avatar, o filme

Resumo: A influência da teoria queer nas humanidades também se refletiu nos estudos sobre deficiência, contribuindo para a emergência da teoria crip. A teoria queer postula que a sociedade contemporânea é regida pela hetero-cis-normatividade, enquanto na teoria crip a crítica está no postulado da corponormatividade de nossa estrutura social pouco sensível à diversidade corporal. A tradução do termo crip para aleijado em português é uma forma de dar o mesmo sentido da palavra em inglês, desvelando a zona de abjeção reservada às pessoas com deficiência. Considerando que os estudos gays e lésbicos inicialmente focaram suas investigações na questão da homossexualidade ser um comportamento "natural" ou "antinatural", permanecendo dentro de uma lógica binária, a teoria queer expande o foco investigativo ao abarcar qualquer tipo de prática sexual ou identidade que estejam na fronteira de categorias normativas ou desviantes. Desde essa perspectiva, os corpos deficientes também são queer. O objetivo deste trabalho é discutir, a partir de relatos autoetnográficos e da análise do filme Avatar, o potencial analítico e interseccional de uma epistemologia queer/crip na constituição da experiência da deficiência desde o "sul global".

Palavras-chave: deficiência, teoria crip, teoria queer, epistemologias do sul.

Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar

Pedro Lopes

Universidade de São Paulo - Brasil

Neste texto percorro questões levantadas pelo uso da noção de deficiência em pesquisas sociológicas e antropológicas, com vistas a apresentar argumentos pelo seu emprego como categoria analítica. Parto da descrição de uma cena que vivi, realizando trabalho de campo em uma empresa de lazer voltada a “pessoas especiais” sediada em São Paulo, e lanço mão de alguns debates clássicos e atuais sobre deficiência no cenário brasileiro e estadunidense para discutir traduções e trânsitos nacionais e internacionais na compreensão desse fenômeno.¹

* * *

Entre 2008 e 2013, realizei trabalho de campo em uma empresa que organizava passeios aos finais de semana a diversos destinos culturais e de lazer em São Paulo, para um público “especial”, e viagens de férias a destinos próximos nos meses de julho e janeiro. De modo esquemático, participavam das atividades homens e mulheres entre 20 e 65 anos – com uma concentração entre 35 e 45 anos –, em sua maioria pessoas brancas, de classe média a alta e que dispunham de razoável autonomia no deslocamento físico – apenas uma frequentadora da empresa contava com o apoio de braços de colegas ao andar. Em torno desse padrão, o público era muito variado em suas trajetórias pessoais e familiares, suas capacidades ou habilidades, cotidianos, anseios e desejos. Outra linha importante na descrição desse contexto é a ausência de uma articulação militante no discurso da empresa e na voz da imensa maioria de participantes. A categoria utilizada de modo mais geral para nomear a especificidade de seu público era “especial”, e quase nunca ouvi ou li menção ao termo deficiência intelectual em campo.²

Como se pode notar, opto aqui por grafar uma diferença textual entre a noção de deficiência intelectual, sem marcações, e “especial” ou “pessoa especial”, entre aspas. Trata-se de uma escolha baseada na assunção de um posicionamento não só como autor e antropólogo, mas também sujeito político implicado no debate sobre deficiência³. Deficiência intelectual foi o termo acordado internacionalmente a partir da

Declaração de Montreal, de 2004, que objetivava especialmente diferenciar configurações corporais que diriam respeito ao intelecto (ou seja, relacionadas a alguma forma de aprendizagem de habilidades cotidianas) de questões de ordem mental (que se entende relacionadas a configurações mais amplas da mente e psique)⁴. Enquanto se tende por descrever, a partir de uma mirada biomédica, a noção de “transtorno mental” como “anormalidade” ou “desvio”, a deficiência intelectual é imaginada em termos de “falta” ou “insuficiência”. Não subscrevo tais definições na medida em que me parece que não compete à nossa disciplina uma compreensão tão cindida entre corpo, mente e relações sociais. No entanto, a noção de deficiência intelectual é utilizada nacional e internacionalmente como categoria de nomeação para coletividades que trabalham pela defesa dos direitos desses sujeitos. Destaco, portanto, que, na minha perspectiva, a melhor pergunta que podemos fazer não é ir atrás de uma definição *a priori* dessas categorias, mas uma compreensão etnográfica: acompanhar como elas são empregadas nas relações sociais.

“Especial” é uma categoria com outra historicidade. Trata-se de um termo que prolifera junto às Apaes no Brasil, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, originalmente nomeando pessoas com corporalidades variadas do ponto de vista das definições acima apresentadas. Esse era o sentido de “especial” no caso da empresa junto à qual trabalhei: lá conheci tanto pessoas com síndrome de Down, o diagnóstico mais emblemático associado à deficiência intelectual, quanto esquizofrenia ou autismo, categorias chave da saúde mental. Já há tempo que os termos “especial” ou “excepcional” são rejeitados pelos movimentos sociais e organizações de defesa de direitos.

Além das disputas pelo termo adequado, estamos também tratando de categorias que derrapam rapidamente entre os registros do que chamamos de êmico e analítico: as pessoas junto a quem eu trabalhava na empresa, seriam elas pessoas com deficiência ou “pessoas especiais” e a quem cabe escolher qual é o termo de nomeação adequado? Certamente a antropologia nos convida a pensar que é dos contextos que emerge a resposta. Na verdade, não exatamente dos contextos, mas da etnografia, que é outra coisa: dizia-se que “não viramos nativos”. Se etnografia traz consigo categorias analíticas, além daquelas êmicas que encontra nos contextos de pesquisa, sugiro que deficiência pode ser experimentada como uma categoria analítica, um termo do qual podemos e até devemos lançar mão nas nossas descrições das paisagens sociais que pesquisamos. Por isso, opto aqui por seguir grafando entre aspas aquelas categorias que entendo emergirem dos contextos de pesquisa – sejam

eles chamados etnográficos ou bibliográficos —, que não são os termos a partir dos quais eu descreveria os universos que encontrei. Com esse procedimento, opero um deslizamento cruzado: não se trata de usar aspas para diferenciar categorias êmicas de analíticas, mas, tomando-as todas em suas dimensões êmicas (seja na voz da militância, seja na voz da academia, por exemplo), marcar com aspas aquelas que, deste meu ponto de vista analítico e político, não se prestam à melhor descrição ou reflexão sobre os contextos de pesquisa.

Feitos esses apontamentos, vamos à cena. Apresento a relação que estabeleci com uma das pessoas que frequentavam a empresa, que chamo aqui e em outros textos de Henrique. Eu nunca soube sua idade exata, mas Henrique me parecia ter entre 30 e 40 anos. Ele era uma das pessoas mais assíduas nos passeios da empresa, e sua forma de interagir com colegas havia me chamado atenção desde meu primeiro encontro com o grupo, pois, apesar de sua frequência nas atividades, Henrique praticamente não se engajava em conversas. Ele tinha um vocabulário extremamente reduzido, articulando pouquíssimas palavras — seu bordão era “gordo” ou “gorda”, que utiliza como provocação jocosa constante e como modo de propor breves interações com colegas, em geral quase sem pronunciar o som de R. Mesmo assim, ele compreendia as perguntas que lhe eram feitas e escutava bem os comentários e conversas durante os passeios e refeições.

A restrição de linguagem de Henrique, ou melhor, a restrição de vocalização, articulava-se de modo peculiar à sua assiduidade nos encontros, permitindo-lhe ocupar um espaço de carinho e reconhecimento por todas e todos, que, com alguma condescendência, gostavam de lhe fazer elogios ou retrucar suas provocações e brincadeiras. Era frequente que, após alguma refeição coletiva, Henrique levantasse de seu lugar e passasse a circular pelas mesas fazendo suas habituais provocações, dando risada, ou ouvindo conversas mesmo sem verbalizar sua participação nelas.

Desde minha entrada nesse campo, eu havia tentado interagir com Henrique mais demoradamente em diversas ocasiões e era em geral respondido com um sorriso aberto ou uma risada, seguidos por uma virada de cabeça ou seu afastamento de perto de mim, como se minhas tentativas de uma interlocução mais demorada o incomodassem — também, às vezes, eu era simplesmente ignorado.

Em 2010, acompanhei o grupo em uma viagem de uma semana a um hotel-fazenda no interior de Minas Gerais. Muitas das atividades que realizamos lá requeriam o deslocamento de carro, e os traslados eram momentos de conversa mais prolongada. Conforme fui me dando conta, nesses momentos, havia pequenas disputas

por ocupar o lugar da frente nos carros, ao lado do ou da motorista, por razões diversas – preferência pessoal, possibilidade de manejar o rádio e escolher CDs, conversar mais detidamente com quem dirigia, ocupar uma posição espacial de destaque etc. Decidi, então, convidar Henrique a me acompanhar na fila de frente e ele aceitou alegre. No carro, fiz algumas tentativas de conversar especificamente com ele, dirigindo-lhe algumas perguntas sobre o que ele estava pensando da viagem, ao que ele respondeu bem, mas percebi sua ansiedade em terminar logo com aquele tipo de interação. Com mais cautela, segui convidando-o para me acompanhar no banco da frente e pude notar que o próprio convite bem como a proximidade espacial durante os trajetos de carro já mudavam a forma como ele respondia a mim. Algumas vezes, alguém no carro proferia algum comentário engraçado, todas e todos compartilhávamos a risada, e eu fazia alguma pequena observação reiterativa a Henrique, como “essa foi boa”, e notava maior tranquilidade em me olhar nos olhos e concordar.

Voltamos de Minas Gerais com Henrique me acompanhando no assento da frente. A partir dessa viagem, ele começou inclusive a me procurar para interagir. Várias vezes – repetidamente –, Henrique me mostrou sua carteira do Corinthians, e pude estabelecer com ele algumas conversas, a partir de perguntas minhas e respostas negativas ou afirmativas suas, geralmente sobre futebol – tema que, por sinal, eu absolutamente não domino. Em um passeio, já em março de 2012, fui designado a buscá-lo em casa. Marcos (pseudônimo que atribuí ao dono da empresa) era quem bolava os itinerários de monitoras e monitores nos passeios e estabelecia os horários de chegada em cada casa para buscar participantes. Geralmente, Henrique era buscado pelo próprio Marcos – e acredito que sua confiança e tranquilidade na relação com Marcos pesavam nessa decisão, além da localização de sua casa. O caso é que, na volta do passeio, aconteceu algo que marcou muito minha relação com Henrique e minha percepção da temática da deficiência – o que abre espaço para uma discussão sobre essa categoria.

Estávamos no carro eu, Henrique e Maurício. A conversa com Maurício também tinha uma temporalidade específica: sua articulação oral me deixava confuso e eu tinha de perguntar muitas vezes pelo que ele falava, ao que ele respondia com bastante gentileza. Maurício verbalizava um repertório restrito de palavras, embora mais farto que o do colega: com vagar, ele chegava a contar histórias bem completas, ao passo que Henrique em geral verbalizava somente seus bordões provocativos “gordo” e “gorda” e respostas rápidas a perguntas: “sim”, “não”, “suco”, “guaraná”.

Assim, quando nos aproximávamos da casa de Henrique – por um caminho que eu tivera de consultar um mapa para traçar, e com o qual não estava familiarizado – Maurício falou uma palavra que demorei muito a entender: “Diadema” (município que faz fronteira com São Paulo). Comecei a perguntar-lhes informações sobre a região e ambos foram me contando que estávamos perto do município vizinho e que alguns dos ônibus que passavam por nós iam para lá. Comentei com Henrique que o caminho para sua casa tinha me deixado um pouco confuso quando o fora buscar. Em nossa conversa, mais uma vez prioritariamente conduzida por minhas perguntas e breves respostas dele, Henrique me contou que sabia um caminho mais simples que aquele que eu planejava. Segui suas instruções e rapidamente chegamos à sua casa.

Naquele momento, o desfecho desse caso surpreendeu-me especialmente por me dar conta das informações, memórias e habilidades que Henrique manifestou dominar, ao contrário do que eu supunha – eu, de meu corpo sem deficiência, apesar de marcado pela convivência desde meu nascimento com familiares com deficiência. Passado um tempo, conclui que esse dar-se conta dependia do estabelecimento da relação de interlocução e abertura que fomos construindo – sem confiar que ele pudesse saber o caminho de casa, eu jamais verificaria que ele de fato o sabia, sem confiar na minha escuta, ele jamais teria oferecido guiar-me. Partindo de um encontro marcado por muita resistência e evitação, pudemos ir abrindo espaços de reciprocidade e acabei percebendo que muito do que eu não notara na forma como Henrique habitava o mundo tinha mais a ver com pressupostos capacitistas⁵ acerca do que eu supunha serem “restrições de linguagem” que com suas possíveis habilidades, recursos ou competências.⁶

* * *

Entre a antropologia e os estudos sobre deficiência, ou *Disability Studies*, a cena exposta pode ser analisada de muitos modos. Acredito que os atuais horizontes de debate sobre deficiência oferecem ferramentas e levantam problemáticas interessantes, que percorro a seguir. Para começar, faço mais algumas pontuações sobre a distinção entre tomar deficiência como categoria êmica e categoria analítica.

De saída, sublinho que, no contexto em caso, deficiência não emerge como categoria êmica. Alguns termos como “ter problema” ou “dificuldade” eventualmente eram acionados por outros sujeitos para fazer referência a Henrique e suas “limi-

tações de fala”. Suas possibilidades de interação eram pautadas por uma linguagem de afeto e condescendência que ora o marcavam como extremamente querido no grupo, ora o colocavam em posição infantilizada ou cômica⁷. Desse modo, pensar deficiência como chave de análise e atentar para as categorias êmicas relacionadas pode nos levar a uma reflexão acerca dos modos de relação e do posicionamento que Henrique ocupava em função de suas “capacidades” e “limitações” específicas, seus “problemas” e seu perfil “engraçado”.

Nessa linha, recorro a falas de colegas dos passeios, que comentavam, por exemplo, que “cada um tem a sua dificuldade, não podemos julgar o Henrique”, ou “o Henrique não fala nada, mas é muito engraçado”. Lançando mão dos recursos vocais e de linguagem corporal de que dispunha, Henrique negociava um reconhecimento ambíguo de seu pertencimento a esse coletivo. Era constante flagrá-lo, em suas perambulações pelo grupo, tirando sarro de pessoas que, diferente dele – que comia pouco e tinha um porte magro –, repetiam pratos mesmo estando sempre em dietas para reduzir a gordura corporal.

Esse posicionamento de Henrique em um grupo no qual ele se destacava por apresentar uma das mais “severas restrições verbais e de vocabulário” chama atenção quando comparado com outros sujeitos que, apresentando corporalidades e habilidades marcadas por “menos restrições”, tinham muita dificuldade de se engajar em interações e desfrutar do tempo de sociabilidade aos finais de semana. Desse modo, o caso de Henrique parecia-me operar uma inversão de expectativas (expectativas minhas que derivavam “naturalmente” de sua corporalidade uma experiência de restrição): ao ser uma das pessoas com maiores “dificuldades”, ele se apresentava também como um dos sujeitos mais “queridos” e, de fato, inserido nas interações e cenas de sociabilidade.

Investigar as noções de “problema” ou “dificuldade” como categorias êmicas talvez levasse a um debate sobre antropologia dos corpos e corporalidades, de modo semelhante à investigação que Peter Torres Fremlin (2011) realizou entre “chumbados”. Esse caminho pode significar abrir mão de deficiência como categoria organizativa do campo, ou como categoria analítica. Vale observar o percurso de Fremlin nesse sentido. Trago a este texto uma citação mais longa de trechos que descrevem o enquadramento do trabalho do autor pela sua eloquência em explicitar o ponto:

Neste trabalho, afastar-me-ei da categoria “deficiência física”, mas a pesquisa fica necessariamente marcada pela forma com que foi concebida e o ambiente em que

foi realizada. Minha entrada no campo foi determinada pelas visões de “deficiência física”; algumas delas visões minhas, outras fora do meu controle. Concebia “deficiência física” como uma chave legítima para comparar situações diversas. Queria ter em mãos uma etnografia que buscasse pessoas ligadas e não ligadas a redes relacionadas com “deficiência física”: e esse pressuposto, sem eu estar totalmente consciente disso, definia pessoas, redes e minhas interpretações delas em termos desta categoria (Fremlin, 2011, p. 1-2).

E agora, depois de viajar tão longe com ela, vou aposentar a categoria “deficiência física”. [...] Não se trata da “deficiência” de uma pessoa, ou como essa “deficiência” é construída, mas de desenvolver uma visão para entender corpos e seus movimentos que não se limite à noção de “deficiência”. Chamo essa visão mais ampla de “corporalidades”. Corporalidades são o assunto desta dissertação, e a percepção a seu respeito é a maneira através da qual eu apresento meu campo. Definirei corporalidades como conjunções entre corpos, objetos e palavras (idem, p. 4-5).

“Deficiência física” traz com ela pressupostos de como corporalidades se manifestam, o que, para meus fins, seria responder à pergunta ao formulá-la. [...] a noção de corporalidades não pretende ser universal, mas sim extensível para pensar corpos diferentes em situações diferentes. [...] Desenvolverei o texto fazendo mais referência a antropologias do corpo do que a trabalhos acadêmicos específicos sobre “deficiência” (idem, p. 7).

Em seu trabalho, portanto, embora “deficiência física” tenha sido a categoria operativa que o levou a um recorte do campo, ela não funciona como categoria analítica na discussão sobre corporalidades. A categoria êmica que organiza a reflexão de Fremlin, então, é “chumbado”, enquanto a noção de corporalidades é tomada como categoria analítica.

Na minha leitura, Fremlin abandona deficiência como categoria analítica e a relega ao campo êmico por entender que corporalidades podem ser mais variadas ou diversas que a situação de deficiência, ou que o termo deficiência nos pode nomear. Concordo com o autor em certa medida, mas creio que está em jogo aí uma disputa justamente por definirmos *o que* nomeamos pelo termo deficiência. Meu esforço, e aqui reitero o diálogo com muitas e muitos colegas de pesquisa (Mello & Nuernberg, 2012; Mello, 2016; Mello, Nuernberg & Block, 2014; Gavério, 2015, 2017; Simões, 2014, 2017; Fietz, 2017; Aydos, 2016; Dias, 2013; von der Weid, 2017; além do próprio Fremlin, 2011) é por pensar justamente *deficiência* como uma categoria que também possa nomear o que Fremlin chama de

corporalidades, ou organizar nossos campos de pesquisa e reflexão.

No trabalho com marcadores sociais da diferença, Anne McClintock (2010) nos alerta que eles não se encaixam como Lego. Racismo, machismo, homofobia e capacitismo, para citar algumas noções desse universo, são fenômenos articulados, mas não homólogos. Por outro lado, e exatamente em função de sua articulação constitutiva, as comparações – ora por aproximação, ora distanciamento, ora complementaridade etc. – entre raça, gênero, sexualidade e deficiência são produtivas. A que sugiro reter aqui é justamente esta: nesses outros sistemas classificatórios temos um termo abrangente que nomeia o sistema e categorias hierarquizadas que o descrevem, de modo mais ou menos binário, por exemplo: raça nomeia um sistema classificatório, as classificações negra e branca distribuem-se hierarquicamente, eventualmente incorporando-se no Brasil indígena ou asiática. No caso de deficiência, sugiro que o termo marcado, o polo hierarquicamente desprivilegiado, pode ser usado – ou mesmo tem sido – para nomear o sistema classificatório⁸.

Isso significa operar uma certa torção na percepção do que é corpo. Não se trata exatamente de pensar que o corpo é algo com plasticidade, socialmente moldado (Mauss, 2003), mesmo quando se leva em conta que essa modelagem social é de saída hierárquica (Hertz, 1980), ou algo eminentemente sociológico e político (Douglas, 1991). Em alguma medida, a sugestão é por abandonar o corpo, ou pensá-lo, de saída, no registro da diferença – na minha leitura, o que Marco Antonio Gavério chama de “complicar provocativamente os nossos próprios ‘locais de nascimento’” (2017, p. 113). Movendo-se nessa direção, Adrienne Rich escreve, em 1984, um texto chamado “Notas por uma Política de Localização”, e defende:

Talvez precisemos de uma moratória para a expressão “o corpo”. [...] Quando eu escrevo “o corpo”, eu não vejo nada em particular. Ao escrever “meu corpo”, eu mergulho em experiências vividas, particularidade: eu vejo cicatrizes, desfigurações, descolorações, danos, perdas, assim como vejo o que me dá prazer. [...] Pele branca, marcada e com cicatrizes de três gravidezes, uma esterilização eletiva, artrite progressiva, operações em quatro juntas, depósitos de cálcio, nenhum estupro, nenhum aborto, longas horas em uma máquina de escrever [...] e assim por diante (1986, p. 215).

O fragmento acima assinala que o debate sobre corporalidades pode sinalizar uma *experiência* em um *registro da diferença*. Contudo, a vocação universalista da noção de corpo, em relação à qual Fremlin registrava um incômodo (que compar-

tilho), de fato não é gratuita: “o corpo” parece ser aquilo que emerge da norma biopolítica, um efeito dos trabalhos de disciplinamento, medição e condicionamento sobre os quais tanto escreveu Michel Foucault – ou seja, a norma, que se insiste em se apresentar como universal ou natural⁹. Os sinais que Rich escolhe para narrar seu corpo nitidamente aludem a sua trajetória como mulher feminista, branca, acadêmica e que enfrenta a passagem do tempo e as marcas que ela traz a seu corpo – eu diria, sinais de deficiência. Nesse caso, *corpo* é o substrato social no qual se constituem as articulações entre raça, gênero, sexualidade e deficiência¹⁰.

* * *

Na direção de compor o argumento por tomar deficiência como categoria analítica, traço a seguir um percurso exploratório por algumas questões que inspiram e oferecem recursos para tanto.

Um mito de origem já tornado clássico do campo internacional dos Disability Studies parte do que ficou conhecido como modelo social da deficiência, elaborado nesses termos por Michael Oliver em 1983, na esteira dos debates realizados pela Union of Physically Impaired Against Segregation (UPIAS) na Inglaterra. A proposta de um modelo social opunha-se originalmente a um modelo individual, que mais tarde veio a ganhar maior notoriedade como modelo médico¹¹. Esses modelos são esquemas de trabalho elaborados por Oliver para dar consequência à distinção elaborada pela UPIAS entre *disability* e *impairment*, que têm sido traduzidos para o português como deficiência e lesão ou impedimento (ver, por exemplo, Diniz, 2007, ou Mello & Nuernberg, 2012). O primeiro termo faria referência ao fenômeno social de exclusão e opressão de pessoas com corpos com formatos e funcionalidades diversas, ao passo que o segundo expressaria o fenômeno da variação (ou “dano”) corporal.

Os debates a partir do modelo social da deficiência caminham em muitas direções e transitam entre diversos países. De certo modo, é possível destacar o modelo social como um nó de linguagem que agrega e organiza movimentos sociais e a elaboração de políticas, mas também alinha interpretações sociológicas da deficiência (Blume & Hiddinga, 2010). Ao ser chamado de “modelo”, essa compreensão da deficiência passou a ser incorporada como um referencial teórico, ultrapassando o caráter pragmático de sua formulação inicial, conforme argumenta Tom Shakespeare:

[...] ao identificar as barreiras sociais a ser removidas, o modelo social tem sido instrumentalmente efetivo na luta das pessoas deficientes [no original, disabled people]. Michael Oliver argumenta que o modelo social é uma “ferramenta prática, não uma teoria, uma ideia ou um conceito” (2004, p. 30)¹². A simplicidade que marca o modelo social também é sua maior falha. Os seus benefícios como slogan e ideologia política também são suas desvantagens para uma reflexão acadêmica sobre deficiência. [...] Certamente, se a UPIAS incluísse pessoas com deficiência intelectual [no original aparece a terminologia britânica, people with learning disabilities], problemas de saúde mental ou com impedimentos físicos mais complexas [no original, physical impairments], ou seja, experiências mais diversas ou mais representativas, ela não poderia ter produzido uma compreensão tão estreita da deficiência (ênfase original. Shakespeare, 2010, p. 269)¹³.

Um dos problemas mais imediatos que será notado nos trabalhos subsequentes, que fazem uma revisão crítica da fórmula do modelo social é a oposição discreta e definitiva entre natureza e cultura, corpo e sociedade. Inspiradas pelos debates sobre a distinção entre sexo e gênero, muitas pesquisadoras e pesquisadores vêm revendo o uso político da distinção entre deficiência ou *disability* e lesão ou *impairment*. Argumento semelhante encontra-se nos estudos de gênero, que de fato inspiram a elaboração do modelo social. Nesse sentido, por exemplo, Judith Butler argumenta:

Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o “corpo”, quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (2001, p. 152).

Na esteira dessa compreensão, por exemplo, Rosemarie Garland-Thomson (2010) argumenta que a distinção entre deficiência e lesão é frágil. A lesão, o impedimento, o corpo lido como “em falta” é assim compreendido de saída por uma sociedade que recusa determinados formatos e funcionalidades corporais, não emanaria da configuração corporal “em si” (ver também McRuer, 2006).

Na mesma direção de crítica à distinção ente corpo e sociedade no modelo social, Débora Diniz (2003) sintetiza discussões feministas que percebem o corpo não apenas em termos de eficiência, mas também sofrimento. Se, como diz Veena Das, o olho não é apenas o órgão que vê, mas também o órgão que chora (2011, p. 15), o corpo também pode ser pensado como o lugar das experiências de dor, fadiga, perda de memória, degeneração muscular – o espaço próprio da dor ou também do prazer, e não apenas da funcionalidade, eficiência, trabalho. Salientar essas experiências corporificadas para além de uma compreensão do corpo como um instrumento para a participação social, produz ruído no modelo social. Como descreve Diniz,

o argumento do modelo social era o de que a eliminação das barreiras mostraria a capacidade e a potencialidade produtiva dos deficientes, uma ideia duramente criticada pelas feministas. A sobrevalorização da independência poderia ser um ideal perverso para inúmeros deficientes incapazes de alcançá-la. [...] Foram as feministas que mostraram o quanto o modelo social era uma teoria desencarnada da lesão, uma fronteira impossível de ser sustentada em qualquer caso, mas especialmente quando se incluíam lesões provocadas por doenças crônicas ou por lesões intelectuais (2003, p. 4-5).

Esse conjunto de críticas vem sendo incorporado de diferentes maneiras entre aqueles que lançam mão de deficiência ou *disability* como categorias que organizam seus campos. Sinalizo duas tendências.

Em primeiro lugar, as antropólogas Faye Ginsburg e Rayna Rapp (2013) sugerem um uso intercambiável entre *disability* e *impairment*. Essa sugestão está presente em um artigo de revisão dos trabalhos antropológicos sobre deficiência, publicado na prestigiada *Annual Review of Anthropology* (n. 42) – que apresentou pela primeira vez, em 2013, uma revisão organizada a partir do termo deficiência e não outras categorias mais ou menos aparentadas, como surdez ou autismo. O argumento das autoras é sucinto, mas faz referência a um debate que se acumula: “[...] a relação entre limitações corporificadas [no original, *embodied limitations*] e discriminação social segue complexa e duradoura” (Ginsburg & Rapp, 2013, p. 54).

A segunda tendência que identifico é uma certa substituição da noção de lesão ou impedimento por diversidade ou variação – no limite, uma culturalização da diferença corporal.

De certo modo, isso é o que fundamenta a defesa da cultura surda, que se sus-

tenta pelo argumento da diversidade linguística e cultural, especialmente pelo uso de línguas de sinais (Silva, 2010). De modo semelhante, vemos surgir o movimento de neurodiversidade defendendo que formas de autismo são variações humanas não patológicas, tais como cor/raça/etnia, orientação sexual ou identidade de gênero – ou, para manter o paralelo, cultura e língua (Ortega, 2009). A crítica ao caráter desencarnado do modelo social poderia ser replicada aqui, na medida em que os sujeitos que reivindicam pensar atributos originalmente entendidos como lesões em termos de diversidade são significativamente “funcionais”. No entanto, vê-se esse discurso se proliferar até mesmo no campo da deficiência intelectual, seja na militância (Lopes, 2013), seja em instituições como as Apaes (Simões, 2014). Nesses casos, sugiro que a tensão se desloca da oposição entre lesão e deficiência para uma ambivalência entre identidade e diagnóstico.

No próprio modelo social da deficiência, a questão da identidade já estava posta. Uma das forças que caracterizaram o momento de sua criação era salientar a importância de organizações políticas *de* pessoas com deficiência, e não *para* pessoas com deficiência. Ao enfatizar essa distinção, a compreensão do que seja a deficiência aproxima-se dos debates sobre gênero, raça e sexualidade, pela política e retórica da identidade. Deficiência, portanto, não seria algo pertinente ao campo biomédico, ou ainda uma tragédia pessoal ou familiar. Assim como no caso das reivindicações de *black power*, ou *gay pride*, a deficiência abriria um espaço de encontro e engajamento no qual é possível um sentimento de pertencimento: deficiência articula-se em orgulho e identidade.

Nesse caminho também se encontram ambivalências, expressas em diferentes formas e por diferentes vozes. Em primeiro lugar, destaco uma questão levantada por Tom Shakespeare, que marca o que ele entende por uma diferença entre deficiência e outras identidades:

Embora as pessoas deficientes [no original, disabled people] tenham de encarar a discriminação e o preconceito, tal como as mulheres, as pessoas gays e lésbicas e as minorias étnicas, e embora o movimento pelos direitos da pessoa com deficiência [no original, disability rights movement] se assemelhe em sua forma e atividades a muitos desses outros movimentos, há uma diferença importante e central. Não há nada intrinsecamente problemático em ser uma mulher, ou ter uma orientação sexual, cor de pele ou formato corporal diferente. [...] Remova-se a discriminação social e mulheres, pessoas de cor [no original, people of color] e pessoas gays e lésbicas serão capazes de florescer e participar. Mas pessoas deficientes encaram tanto

discriminação quanto limitações intrínsecas. [...] Mesmo que barreiras sociais sejam removidas tanto quanto possível, continuará a ser desvantajoso viver com muitas formas de impedimento [no original, *have many forms of impairment*]. [...] “Orgulho deficiente” [no original, “*Disability pride*”] é problemático, pois é difícil elaborar a deficiência como um conceito, na medida em que ela se refere a uma limitação ou incapacidade [no original, *limitation and incapacity*], ou então à opressão e à exclusão, ou ainda a ambas as dimensões (Shakespeare, 2010, p. 272).

As ponderações de Shakespeare ressoam a ambiguidade entre identidade e diagnóstico, defendendo que deficiência se definiria por alguma forma de ausência intrínseca. De fato, por exemplo, a *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência* de 2006 pela ONU, que goza de amplo reconhecimento e aceitação tanto pelos movimentos sociais quanto por acadêmicos, define deficiência por certa ausência: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (Brasil, 2008, p. 27). Além da saída desse imbróglio pela chave da “diversidade”, ou identidade afirmativa, que tem o perigo de chapar as diferenças, sugiro que podemos notar em anos recentes uma tendência por estabelecer um contrapeso à lógica identitária na compreensão da deficiência, declarando-a como uma experiência humana universal e não somente uma particularidade de um grupo minoritário. Essa tendência também circula entre documentos de ordem normativa – tanto do campo do direito quanto da saúde – e discursos acadêmicos.

Assim, a partir dos anos 2000, organismos internacionais voltaram-se com maior atenção para a temática da deficiência, o que se manifesta tanto com a Convenção da ONU, ratificada também pelo Brasil (Brasil, 2008), quanto com a publicação do *Relatório Mundial sobre a Deficiência* (OMS, 2012).

Ao longo dos anos 1990, a OMS houvera organizado uma revisão do manual *Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap* (ICIDH), publicado em 1980 – cujo objetivo era incluir *impairments* adquiridos em função de doenças já mapeadas na *Classificação Internacional de Doenças* (CID). A revisão contou com a participação intensa de diferentes movimentos sociais e entidades acadêmicas de diversos países, levando ao lançamento, no início dos anos 2000, da *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* (CIF)¹⁴. Segundo a apresentação da própria Organização Mundial da Saúde,

a CIF lança uma nova luz sobre as noções de “saúde” e “deficiência”. Ela reconhece que todo ser humano pode passar por uma diminuição de sua saúde e, portanto, experimentar algum grau de deficiência. Deficiência não é algo que acontece apenas com uma pequena parcela da humanidade. A CIF, desse modo, “generaliza” [no original, “mainstreams”] a experiência da deficiência e a reconhece como uma experiência humana universal. Mudando o foco da causa para o impacto, ela posiciona em pé de igualdade todas as condições de saúde, permitindo-as ser comparadas por uma mesma métrica – a régua da saúde e deficiência (aspas originais. OMS, 2002, p. 3).

Assim, a OMS passou, com o marco da CIF, a incorporar oficialmente considerações de caráter social ou sociológico na definição da deficiência – tornam-se fartos, portanto, os deslizamentos entre o saber biomédico, que usualmente tomamos como campo êmico na antropologia, e a perspectiva sociológica, que tomamos como analítica. Esse processo se manifesta na definição do conceito apresentada no documento, especialmente pela incorporação de “atividades cotidianas” – tarefas realizadas no dia-a-dia de um indivíduo – e “participação social” – envolvimento em situações e eventos da vida social – na consideração do que seja a experiência de deficiência.

De certo modo unindo as preocupações de Shakespeare e a perspectiva da OMS, Ginsburg e Rapp declaram:

Diferente de categorias de raça e gênero das quais alguém só pode sair ou entrar muito raramente e com um esforço enorme e consciente – por “passing” ou “transsexualização” [no original, “passing” or “transgendering”], por exemplo – a deficiência tem uma qualidade distintiva: é uma categoria na qual qualquer pessoa pode ingressar pelo envelhecimento ou num piscar de olhos, desafiando pressupostos de vida sobre identidades estáveis e normatividade. É claro, algumas pessoas serão mais vulneráveis que outras, devido a pobreza, guerra, desastres e as contingências da saúde e da atenção à saúde. No entanto, nenhuma categoria social está imune à experiência da deficiência [...] (2013, p. 55).

E seguem:

Dada a centralidade da diversidade para nossa epistemologia [antropológica], por que o tema da deficiência não tem sido um assunto chave para nossa disciplina? [...] A antropologia é conhecida por sua hábil e sempre em expansão compreensão

da “natureza humana” [...]. Uma ampla quantidade de achados convida a pesquisa antropológica a pensar sobre como a deficiência é enquadrada por meio da organização social da vida cotidiana, noções de pessoa e governamentalidade. Certamente, esta forma de diferença é um aspecto universal da vida humana. Argumentamos que esse insight é tão fundamental e, ao mesmo tempo, tão negligenciado que antropólogos e antropólogas deveriam ser encorajados(as) a integrar deficiência em praticamente todos os tópicos que estudam e pesquisam (2013, p. 55).

O tom programático do texto das antropólogas se justifica por dois fatores. Por um lado, esses excertos também pertencem ao artigo de revisão e organização do campo que foi publicado em 2013, ou seja, trata-se de um amplo esforço de mapeamento. Por outro lado, Guinsburg e Rapp advogam por uma área em ascensão na antropologia estadunidense, declarando em alto e bom tom sua defesa da deficiência não somente como uma categoria êmica, mas também analítica. A postura das autoras é seguida por outros teóricos, especialmente no campo dos *Disability Studies*, como Lennard Davis, que escreve a máxima: “O que há de universal na vida, se existem universais, é a experiência de limite do corpo” (2010, p. 314).

Encerro este debate sobre uma universalização da noção de deficiência com algumas pontuações sobre o contexto brasileiro. Em primeiro lugar, acredito que uma diferença de linguagem pese na tradução e operacionalização dessa ideia. Um elemento importante na CIF é a articulação entre deficiência e envelhecimento. Em inglês, expressa-se esse processo dizendo que o envelhecimento *disables* uma pessoa, mas ela não necessariamente se torna uma pessoa com deficiência em termos mais literais ou de enquadramento político ou institucional.

Em alguma medida, penso que a possibilidade de utilizar de um equivalente verbal para o substantivo *disability* abre a imaginação para associações e formulações textuais com as quais não contamos no português – ou ao menos não contamos com a mesma agilidade. To disable e be disabled são expressões em si intraduzíveis: não se diz deficientizar ou ser deficientizado; termos alternativos não partem do mesmo substantivo, deficiência.

Essas observações me parecem apontar diferenças importantes no uso da noção de deficiência. Sempre em sua forma nominal (deficiência ou deficiente), não temos como intuitivamente flexionar o termo para transformá-lo em uma expressão que sugira um processo ou uma ação; ser deficiente, estar deficiente ou mesmo se tornar deficiente são distinções temporais, que, contudo, sinalizam estados definitivos em suas durações, e não exatamente processos de transformação ou devir.

Uma saída aparentemente possível para a rigidez nominal e temporal da expressão deficiência seria o termo, inspirado na versão dos países de língua espanhola, *descapacitar*¹⁵. No entanto, aqui, as expressões incapaz ou incapacidade têm conotação pejorativa e dificilmente comporiam o léxico legítimo da deficiência – e são mobilizadas por variadas pesquisadoras e pesquisadores justamente para nomear o efeito do capacitismo (Mello, 2017; Dias, 2013). Além disso, como alertam Diniz, Medeiros e Squinca (2007), a escolha do termo deficiência é fruto de um acúmulo político de longa data, e faz frente ao poder dos saberes biomédicos por disputar o mesmo termo que circula na saúde.

De todo modo, para além dos jogos de tradução, uma diferença importante na forma como o Brasil vem trabalhando a noção de deficiência diz respeito às quatro categorias funcionais clássicas, que definem deficiência física ou motora, visual, auditiva e intelectual – uma questão que se articula com essa compreensão universalista da deficiência, diferente da identitária. No discurso da OMS, que encontra muita receptividade na produção acadêmica estadunidense, há uma crescente recusa ao uso dessas categorias. Segue um trecho da tradução para o português do *Relatório Mundial sobre a Deficiência*:

Os dados sobre deficiência [no original, impairment] não são um substituto adequado para as informações sobre deficiência [no original, disability; apenas destaquei aqui os casos em que o termo em inglês era impairment]. Amplos “agrupamentos” de diferentes “tipos de deficiência” se tornaram parte da linguagem sobre a deficiência, com algumas pesquisas procurando determinar a prevalência dos diferentes “tipos de deficiência” direta ou indiretamente baseada em avaliações e classificações. Geralmente, os “tipos de deficiência” são definidos utilizando-se apenas um aspecto da deficiência, como as alterações [impairments] – sensoriais, físicas, mentais, intelectuais – e outras vezes se confundem problemas de saúde com deficiência. As pessoas com problemas crônicos de saúde, dificuldades de comunicação, e outras deficiências [impairment] talvez não sejam incluídas naquelas estimativas, apesar de encontrarem dificuldades na sua vida cotidiana.

[...] As deficiências podem ser conceituadas num contínuo de dificuldades menores de funcionalidade a grandes impactos sobre a vida de uma pessoa. Os países estão cada vez mais adotando uma abordagem continuada [contínua, e não discreta] para a mensuração, onde as estimativas de prevalência de deficiência – e funcionalidade – são derivadas da avaliação dos níveis de deficiência em múltiplas áreas (OMS, 2012, p. 22).

O Censo brasileiro de 2010 lançou mão das propostas do Grupo de Washington sobre Estatísticas da Deficiência, por sua vez respaldado pela *Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência* (Brasil, 2008) e pelo corpo de documentos que percorro aqui. No entanto, o resultado produzido pelo Censo apresenta os “tipos” acima mencionados, produzindo dados sobre a população de pessoas com deficiência “visual”, “auditiva”, “motora” e “mental ou intelectual” (Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012). Originalmente, a recomendação do Grupo de Washington seria por utilizar, além das percepções sobre dificuldades na “visão”, “audição” e “mobilidade”, as categorias “comunicação”, “cognição” e “memória”, “uso da parte superior do corpo” e “aprendizado e entendimento”.

Essa persistência no uso das categorias funcionais está presente também na publicação da *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil* (Lanna Júnior, 2010). No livro, registra-se a trajetória dos movimentos de pessoas cegas, surdas e com deficiência física – o movimento que representa pessoas com deficiência intelectual é encabeçado por instituições *para* pessoas com deficiência, e não *por*, portanto, não foi contemplado do mesmo modo –, chegando-se à sua organização em nível nacional a partir dos anos 1980, e perspectivas futuras. Compreendo que esse recorte segue o uso êmico da noção de deficiência na história política nacional. No entanto, o resultado é que, textual e conceitualmente, a noção de deficiência opera mais na chave da identidade como um agregador político que como um fenômeno de cunho universalista como se vem desenhando em outros espaços.

Essa elaboração que venho chamando de universalista, no entanto, não se justifica apenas pelo fato de que todos os corpos estão por definição sujeitos à deficiência em função do envelhecimento ou de eventos associados a doenças e acidentes. Há uma outra dimensão, dos serviços e instituições, que influi nessa dinâmica, já presente no excerto acima citado do *Relatório Mundial* e que ganha maior nitidez nas palavras das antropólogas Benedicte Ingstad e Susan Reynolds Whyte:

Em um nível elementar, programas posicionam pessoas em diferentes categorias – como pessoas deficientes, idosas, inférteis, soropositivas – apesar de todas poderem ser consideradas pessoas com deficiência. Na Noruega e na Dinamarca, assim como em muitos países nórdicos, há uma enorme diferença entre o apoio dado pelo governo a jovens adultos com deficiência intelectual severa e pessoas idosas com demência. Os “deficientes” têm direito a sua própria residência e cuidadores, enquanto os “idosos senis” precisam esperar por vagas em casa de repouso que frequentemente carecem de funcionários [...]. Que pessoas com necessidades

funcionais semelhantes sejam percebidas e tratadas de maneira tão diferente pode ser em parte devido a experiência de vida e geração, mas também é resultado da forma como estruturas institucionais fazem com que identidade (e compatibilidade) pareçam naturais (2007, p. 14-15) .

Com a atenção que as autoras chamam às experiências das pessoas e suas trajetórias na relação com o Estado ou instituições que nomeiam – identificam, classificam, mensuram – deficiência em corpos, concluo este percurso com ressalvas. Na antropologia, sugerir qualquer universalismo é algo a ser tomado com cuidado – o caráter universal aqui refere-se à compreensão de que a categoria deficiência nos informa não só sobre os corpos das pessoas com deficiência, mas ao sistema de nomeação dessa diferença como um todo. Por exemplo, podemos levantar questionamentos: como fazer uma comparação intercultural ou um levantamento histórico de longa data de uma categoria que emerge, enquanto tal, apenas com a modernidade? Para fazer uma análise comparativa, eventualmente sugere-se tomar como ponto comum determinadas disposições corporais, como não mexer certos membros do corpo, não enxergar, não ouvir etc. Contudo, resgatando o modelo social, não seria a deficiência um efeito do (des)encontro entre essas corporalidades e uma configuração política e histórica que as trata segundo um repertório cultural específico – e capacitista? Nesse sentido, uma história da deficiência seria também uma história da modernidade, da medicina ou da política, em vez de uma história “do corpo”?

* * *

Realizado o percurso acima, retomo brevemente a cena etnográfica. O modo como narrei o caso de Henrique partiu da referência às minhas expectativas de que seu modo de falar indicaria “restrições” na articulação de linguagem, em suas capacidades intelectivas e comunicacionais. Essas “restrições” podem ser compreendidas, face ao percurso anteriormente descrito, como lesões ou impedimentos, que, no caso, não lhe privavam do estabelecimento de relações jocosas com outras pessoas. Ou seja, nessa cena particular, o que temos descrito como lesão ou impedimento não se traduz em limitações de interação, ao contrário do que acontece com outras pessoas que frequentavam os passeios e demonstravam menos impedimentos comunicacionais, mas mais inseguranças nos jogos de sociabilidade.

Incorporando a crítica à distinção entre lesão e deficiência, ou *impairment* e *disability*, contudo, como reformular essa descrição? Sugiro seguir a pista de Butler,

segundo a qual a materialidade do “corpo” é descrita como um processo de materialização da norma social no corpo – a noção de deficiência, em nosso repertório cultural, nos leva a projetar para a natureza determinados corpos (interpretados como “normais”, “capazes”, “perfeitos”) e marcar outros como “desviantes” e “disfuncionais”. Compreendo que uma análise crítica nos conduz a pensar a deficiência em termos de sistema classificatório, como marcador social da diferença, o que experimentei nomear como algo universal. No caso da cena em foco, essa abordagem diz respeito tanto a Henrique quanto a mim. Construímos uma relação de interpelação, tanto por minha insistência em falar com ele, quanto por suas esquivas; tanto pelas provocações jocosas que recebi dele, quanto por meu convite a interagir de modo mais espacial e menos verbal. Se a deficiência é um devir propriamente humano – inevitavelmente histórico – em função da vida em corpos, espaços e tempos, ela pode ser considerada como categoria analítica que interpela também os corpos que não nomeia. Meu corpo não deficiente é agente relacional na marcação da deficiência no corpo de Henrique, por exemplo pela suspeita – e consequente surpresa – de que ele não teria domínio do caminho para casa. A sugestão, portanto, é por tomar deficiência como categoria analítica que pode nos ajudar a nomear a desigual variedade de formas, funcionalidades e experiências corporais que vivemos, ou, ainda, a desigual variedade das relações sociais que atribuímos a formas, funcionalidades e experiências corporais – sejam elas marcadas ou não pela categoria *pessoa com deficiência*.

Encerro este texto deste modo aberto, experimentando caminhos interpretativos. O trabalho com a noção de deficiência apresenta potencialidades e desafios para a antropologia e a análise do social. Seu desdobramento é um empenho a que temos nos dedicado no Brasil, em interlocução com o que se produz em outros países, bem como com pesquisas dedicadas a outras categorias de diferença que nos ajudam a entender como produzimos hierarquias e desigualdades, mas também encontros e alianças.

Recebido: 14/02/2019

Aprovado: 02/05/2019

Pedro Lopes é mestre e doutorando em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. No mestrado, realizou estágio de pesquisa no exterior na Universidade de Princeton (Estados Unidos) e no doutorado na Universidade de Stellenbosch (África do Sul). É membro do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas – USP) e professor da Escola da Cidade – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. ORCID: 0000-0003-0772-4370. Contato: pedro.lopes@usp.br

Notas

1. Uma primeira versão deste texto foi submetida aos anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN. O artigo reelabora uma reflexão que iniciei em meu mestrado em antropologia social pela Universidade de São Paulo (Lopes, 2014), orientada por Laura Moutinho e financiada pela Fapesp. Nesta oportunidade, apresento um texto revisado e atualizado a partir da continuidade de minha pesquisa sobre o tema no doutorado (financiado pela Capes, também realizado na USP) e, especialmente, de discussões que temos cultivado nas variadas edições do GT Etnografias da Deficiência. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.
2. Não uso neste texto de masculino universal, como “os frequentadores dos passeios”, tampouco feminino universal, “as participantes”, exceto em caso de erro ou referência a outros textos ou expressões.
3. Em outras oportunidades (Lopes, 2013, 2014), mantive todas as categorias relacionadas a deficiência entre aspas, no intuito de frisar sua contingencialidade e, ao mesmo tempo, a polifonia terminológica que atravessam este campo de atuação política e pesquisa. Meu intuito era por simetrizar essa polifonia entre os campos de pesquisa etnográfica e as produções acadêmicas. O procedimento inspirava-se no uso de aspas para discutir categorias raciais, por exemplo, por Laura Moutinho (2004).
4. Sobre o tema, ver Lopes (2014), Simões (2014) e Mello (2015).
5. Em linhas talvez demasiado gerais, o termo nomeia o preconceito e violência contra pessoas com deficiência, de modo análogo às noções de racismo ou machismo, por exemplo. Para uma reflexão densa, ver especialmente Mello (2016).
6. Particularmente, neste trecho refiro-me com atenção às sensíveis reflexões de Anahí Guedes de Mello (2016) e Marco Antonio Gavério (2017). Sugiro fortemente a quem lê este texto que trianquile meus argumentos aqui com os que Mello e Gavério trazem em seus artigos.
7. A percepção da comicidade nas atitudes de Henrique, interpelando as pessoas com provocações jocosas, de modo geral, não era enunciada com tom de deboche, mas de ternura.
8. Sobre marcadores sociais da diferença ou interseccionalidade – referencial que compreende que a diferença e a desigualdade sociais são produzidas pela articulação de variados sistemas de classificação, hierárquicos e contingentes, que ora abrem ora encerram possibilidades de atuação –, ver as revisões fundamentais produzidas por Adriana Piscitelli (2008), Laura Moutinho (2014) e Natália

Padovani (2017) bem como a coletânea organizada por Gustavo Saggese et al. (2018).

9. Aqui há um debate de fundo com a chamada Teoria Crip, ou Teoria Aleijada, na tradução de Marco Antonio Gavério. Sobre o tema, ver McRuer (2006), Kafer (2013), Gavério (2015) e Mello (2016).

10. Nesta reflexão, tenho em mente um paralelo com a discussão de Joan Scott, que sugere que a noção de gênero pode ser entendida como uma “uma categoria útil de análise histórica”, expressando-se como uma: “[...] forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. [...] Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder” (1995, p. 88).

11. Sobre essa trajetória, ver Oliver (1990).

12. Referência a: OLIVER, Michael. *The Social Model in Action: If I Had a Hammer*. In: BARNES, C. & MERCE, G. (Orgs.) *Implementing the Social Model of Disability: Theory and Research*. Leeds: The Disability Press, 2004.

13. Todas as traduções de originais em inglês neste artigo são de minha autoria.

14. Sobre esse processo, ver Farias & Buchalla (2005) e Di Nubila (2007). Para uma discussão a respeito da tradução dos termos *impairment* por deficiência e *disability* por incapacidade na tradução da CIF para o português, ver Diniz, Medeiros & Squinca (2007).

15. A tradição de países de língua espanhola utiliza-se do termo *discapacidad*.

Referências

- AYDOS, Valéria. 2016. *Agência e subjetivação na gestão de pessoas com deficiência: a inclusão no mercado de trabalho de um jovem diagnosticado com autismo*. Horizontes antropológicos, v. 22, n. 46, pp.329-358.
- BLUME, S. & HIDDINGA, A. 2010. *Disability studies as an academic field*. Medische Antropologie, v. 22, n. 2, p. 225–236.
- BRASIL. 2008. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)/Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde).
- BUTLER, Judith. 2001. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica. p. 151-172.
- DAS, Veena. 2011. *O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade*. Cadernos Pagu, n. 37, pp. 9-41.
- DAVIS, Lennard. 2010. *The End of Identity Politics: On Disability as an Unstable Category*. In: _____ (org.). *The Disability Studies Reader*, 3. ed. Nova York; Oxon: Routledge. p. 301-315.
- DI NUBILA, Heloisa Brunow Ventura. 2007. *Aplicações das classificações CID-10 e CIF nas definições de deficiência e incapacidade*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Saúde Pública.

- DIAS, Adriana. 2013. *Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social*. Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. SEDPCD/Diversitas/USP Legal, São Paulo.
- DINIZ, Débora. 2003. *O modelo social da deficiência: a crítica feminista*. Série Anis, 28, Brasília: Letras Livres, p. 1-8.
- DINIZ, Débora. 2006. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo & SQUINCA, Flávia. 2007. *Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 10, pp. 2507-2510.
- DOUGLAS, Mary. 1991. *Pureza e Perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Tradução de Sónia Pereira da Silva. Lisboa: Edições 70.
- FARIAS, Norma & BUCHALLA, Cassia Maria. 2005. *A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas*. Revista Brasileira de Epidemiologia, n. 8, v. 2, pp. 187-193.
- FIETZ, Helena Moura. 2017. *Deficiência, cuidado e dependência: reflexões sobre redes de cuidado em uma família em contexto de pobreza urbana*. Teoria e Cultura. v. 11, n. 3, pp. 101-113.
- FREMLIN, Peter Torres. 2011. *Corporalidades de Chumbados: uma etnografia de Pessoas com Deficiências Físicas no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. 2010. "Integrating Disability, Transforming Feminist Theory". In: DAVIS, Lennard J. (org.). *The Disability Studies Reader*, 3. ed. Nova York; Oxon: Routledge. p. 353-373.
- GAVÉRIO, Marco Antonio. 2015. *Medo de um Planeta Aleijado? – Notas para possíveis aleijamentos da sexualidade*. Áskesis. v. 4, n. 1.
- GAVÉRIO, Marco Antonio. 2017. *Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos Disability Studies*. Revista Argumentos, Montes Claros, v. 14, n. 1, pp. 95-117.
- GINSBURG, Faye & RAPP, Rayna. 2013. *Disability Worlds*. Annual Review of Anthropology, n. 42, pp. 53–68.
- HERTZ, Robert. 1980. *A proeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa*. Religião e Sociedade, v. 6.
- INGSTAD, Benedicte & REYNOLDSWHYTE, Susan. 2007. *Disability in local and global worlds*. Los Angeles: University of California Press.
- KAFER, Alison. 2013. *Feminist, Queer, Crip*. Bloomington: Indiana University Press.
- LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). 2010. *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- LOPES, Pedro. 2013. "Normal, normal mesmo, é só deus": sobre possibilidades e contradições da identidade de "pessoa com deficiência intelectual". Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, n. 41, p. 85-89.
- LOPES, Pedro. 2014. *Negociando Deficiências: identidades e subjetividades entre pessoas com "deficiência intelectual"*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

- MAUSS, Marcel. 2003. *As técnicas do corpo*. In: Sociologia e Antropologia. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify. pp. 399-422.
- McCLINTOCK, Anne. 2010. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp.
- McRUER, Robert. 2006. *Crip theory: cultural signs of queerness and disability*. Nova York: New York University.
- MELLO, Anahí Guedes de. 2015. “*Ou todo mundo é louco ou ninguém é!*”: refletindo sobre possibilidades de articulação entre deficiência e loucura. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 44.
- MELLO, Anahí Guedes de. 2016. *Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC*. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 10, pp. 3265-3276.
- MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. 2012. *Gênero e deficiência: interseções e perspectivas*. *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, n. 3, pp. 635-655.
- MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique e BLOCK, Pamela. 2014. *Não é o corpo que discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento de estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo*. In: SCHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves (Orgs.). *Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. Ponta Grossa: Editora UEPG. p. 91-118.
- MOL, Annemarie. 2010. *The Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice*. Abingdon: Routledge.
- OUTINHO, Laura. 2004. Razão, “Cor” e Desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Unesp.
- MOUTINHO, Laura. 2014. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. *Cadernos Pagu*, n. 42, pp. 201-248.
- OLIVER, Michael. 1990. *The Individual and Social Models of Disability*. Paper apresentado no Joint Workshop of the Living Options Group and the Research Unit of the Royal College of Physicians. Disponível em: <http://disability-studies.leeds.ac.uk/files/library/Oliver-in-soc-dis.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 2012. *Relatório mundial sobre a deficiência*, Trad. de Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPCD.
- OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. 2002. *Towards a Common Language for Functioning, Disability and Health – ICF*. Genebra. Disponível em: <http://www.who.int/classifications/icf/icfbeginnersguide.pdf?ua=1>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- ORTEGA, Francisco. 2009. *Deficiência, autismo e neurodiversidade*. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, pp. 67-77.
- PADOVANI, Natália Corazza. 2017. *É possível fazer ciências sociais sem uma análise crítica das categorias de diferenciação? Uma proposição feminista*. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, pp. 6-30.
- PISCITELLI, Adriana. 2008. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, pp. 263-274.
- RICH, Adrienne. *Notes toward a Politics of Location*. In: _____. *Blood, Bread and Poetry*. Nova York; Londres: W.W. Norton & Company, 1986. pp. 210-231.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Roció Alonso; SIMÕES, Júlio; CANCELA, Cristina Donza (orgs.). 2018. *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Gramma.

SCOTT, Joan. 1995. *Gênero: uma categoria útil de Análise Histórica*. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, pp. 71-79.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. 2012. *Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência*. Texto de Luiza Maria Borges Oliveira. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)

SHAKESPEARE, Tom. 2010. *The Social Model of Disability*. In: DAVIS, Lennard J. (org.). *The Disability Studies Reader*, 3. ed. Nova York; Oxon: Routledge. pp. 266-273.

SILVA, César Augusto de Assis. 2010. *Entre a deficiência e a cultura: Análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SIMÕES, Julian. 2014. *Assexuados, libidinosos ou um paradoxo sexual? Gênero e sexualidade em pessoas com deficiência intelectual*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SIMÕES, Julian. 2017. “*A gente que está aqui é diferente*”: notas etnográficas sobre deficiência intelectual numa Apae do interior de São Paulo-BR. *Teoria e Cultura*. v. 11, n. 3, pp. 75-88.

VON DER WEID, Olivia. 2017. *Provincializar a visão: esboços para uma abordagem metodológica*. *Teoria e Cultura*. v. 11, n. 3, pp. 131-144.

*Deficiência como categoria analítica:
trânsitos entre ser, estar e se tornar*

Resumo: A partir da década de 2000, a noção de deficiência vem ganhando contornos específicos no contexto global e brasileiro, por meio de acordos, convenções e manuais internacionais, bem como prolifera na produção de ativismos, trabalhos artísticos e formas de sociabilidade e construção de si. Nesses trânsitos, sua definição oscila não somente entre identidade e diagnóstico, uma compreensão social e uma médica, mas também entre um estado e um processo, ser e se tornar. Este texto apresenta uma reflexão sobre traduções e trânsitos nacionais e internacionais acerca da noção de deficiência, com vistas a percorrer questões teóricas e etnográficas que têm atravessado pesquisas e interlocuções sobre o tema. Para tanto, debato uma cena etnográfica no trabalho junto a pessoas com deficiência intelectual. Minha sugestão é que estruturar esta discussão por meio de uma reflexão acerca do estatuto da própria ideia de deficiência pode ser produtivo, advogando pelo potencial analítico da categoria.

Palavras-chave: Deficiência; Antropologia; Deficiência Intelectual; Marcadores Sociais da Diferença.

*Disability as an analytical category:
negotiations between being and becoming*

Abstract: Since the 2000s, the notion of disability has been gaining specific contours in the global and Brazilian context, through agreements, conventions and international manuals, as well as proliferating in the production of activism, artistic pieces and forms of sociability and self-construction. In these negotiations, its definition oscillates not only between identity and diagnosis, social and medical approaches, but also between a state and a process, to be and to become. This text presents a reflection on national and international translations and negotiations about the notion of disability, aiming to explore theoretical and ethnographic questions that can be noted across researches and interlocutions on the subject. To do so, I present an ethnographic scene from my work alongside people with intellectual disabilities. My suggestion is that structuring this discussion by reflecting on the status of the very idea of disability can be productive, advocating for the analytical potential of the category.

Keywords: Disability; Anthropology; Intellectual Disability; Social Markers of Difference.

A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho¹

Valéria Aydos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil

Introdução

O cenário de uma crescente propagação midiática sobre o autismo tem trazido à tona um debate acadêmico acerca da produção clínica desse diagnóstico e de uma possível “epidemia de autismo”. Tal debate pauta uma problematização sobre a flexibilidade e a complexidade da sua produção como um “diagnóstico clínico” e situado em um espectro altamente diversificado, assim como sobre essa condição ser considerada uma deficiência² ou uma neurodiversidade, uma “maneira diversa de ser e estar no mundo”.

Segundo especialistas psi e neurologistas, há hoje um certo consenso³ de que o autismo seria “um transtorno do desenvolvimento que prejudica a interação social, compromete a comunicação verbal e não verbal e apresenta padrões repetitivos de comportamento” (White, 2013:114 apud Hollin, 2014a). Na literatura das ciências humanas sobre o tema (Hacking, 2006; Eyal et al., 2010; Ochs et al., 2004; Hollin, 2014), há indicações de que o autismo está se tornando cada vez mais presente e se manifestaria (colocando em xeque) exatamente naquilo que mais precisaríamos para “conviver bem em sociedade”: as habilidades de socialização e comunicação.

É com o intuito de compreender estas questões que proponho aqui uma análise das especificidades do processo diagnóstico do autismo (Silverman, 2008; Grinker, 2010; Hacking, 2006; Campoy, 2015; Valtellina, 2018) e das disputas em torno do seu status nosológico⁴ (Hacking, 2007; 2009; Ortega et al., 2013) em um contexto específico de interação social: o cotidiano laboral de pessoas com esta condição, espaço no qual pouco se discute e se pesquisa sobre esses temas.

Para tanto, trago ao longo do texto cenas de uma etnografia realizada, entre 2013 e 2017, com dois jovens que tiveram suas primeiras experiências de emprego, a partir de um projeto⁵ de implementação da política de cotas para pessoas com deficiência⁶ no Rio Grande do Sul: Tomás, um jovem de 21 anos, de classe popular, que foi contratado como assistente administrativo em uma empresa de serviços, e

Ricardo, um rapaz de 26 anos, pertencente às camadas médias, que ingressou como tradutor de inglês-português no setor de comunicação em uma empresa multinacional com sede em Porto Alegre. Na construção de meus argumentos, refiro-me também a relatos de experiências laborais de outros jovens⁷ com autismo, ao acompanhamento do trabalho de assessoria de inclusão da psicopedagoga Clara⁸ e a entrevistas com neurologistas e psiquiatras especializados em autismo.

Tal material contribui para a compreensão do que está em jogo não apenas na coprodução⁹ da categoria autismo na prática cotidiana de diversos atores, mas também, para a identificação das barreiras presentes nas interações sociais dessas pessoas, as quais dificultam ou impossibilitam a efetivação das políticas de inclusão social de pessoas com esta condição no mundo do trabalho. O debate sobre a produção do diagnóstico de autismo na prática se torna fundamental neste contexto por ser este laudo/atestado identificado com um CID¹⁰, legalmente reconhecido como “deficiência”, um pré-requisito para o acesso às cotas.

Parafraseando o termo “categorias perigosas” de Rosenberg (2002), cuja definição seria “aquelas que possuem status ontológico disputado”, minha proposta analítica é pensarmos o autismo, visto pelos especialistas como um diagnóstico obscuro, fluido e dinâmico (Hacking, 2006; Eyal et al., 2010; Ochs et al., 2004; Holin, 2014), como produtor de “subjetividades perigosas” e de novas realidades e sensibilidades sociais, cujos efeitos atuam na produção dos sujeitos assim classificados e transformam também a própria política.

Uma epidemia de autismo?

O debate em torno do autismo tem conquistado crescente visibilidade na mídia e na cena pública nos últimos anos. Logo após a promulgação da Lei Berenice Pianna (Lei 12764, de 2012), a qual “reconhece o autismo como deficiência para todos os fins legais”, a revista *Veja* teve o tema estampado como destaque de capa. Já a Rede Globo de Televisão, lançou uma série no programa *Fantástico* e abordou o tema com destaque na novela *Amor à Vida* (ambos em 2013).

Também nas redes acadêmicas e na agenda pública, o autismo parece ser o “diagnóstico do momento” (Fitzgerald, 2015; Ortega et al., 2013). Só nos dois primeiros anos da minha pesquisa, 2013 e 2014, participei de mais de 10 palestras (presenciais e on-line) e de dois grandes congressos científicos sobre o tema; além de recentemente o autismo ter se tornado uma “prioridade na agenda global de saúde mental” (Ortega, 2018).

Esta maior visibilidade do autismo na cena pública é de fato acompanhada do registro de um crescente número de casos nos últimos anos, com um aumento dos índices de diagnósticos de 1 em cada 2.500 pessoas em 1978, para 1:100 pessoas em 2014 (Hollin, 2014; Eyal et al., 2010). Tais dados, como comentei, têm gerado debates internacionais sobre uma provável “epidemia de autismo” (Hacking, 2006; Grinker, 2010; Eyal et al., 2010; Hollin, 2014; Rios et al., 2015), cujas teses não descartam o fato de que quanto mais se sabe sobre uma doença ou deficiência, mais se tem ferramentas para diagnosticá-la, e mais pessoas identificam-se sob aquela classificação.

Como lembra Ian Hacking (2006), as investigações científicas interagem com as classificações e as mudam constantemente, processo de construção social chamado pelo autor de *looping effect* das categorias. A cada *looping effect*, não só uma nova categoria é criada, mas também novas pessoas são nelas incluídas e as pessoas classificadas são recriadas, não sendo mais as mesmas que anteriormente. No caso do autismo, o percurso histórico de aquisição de conhecimento sobre a condição conta com o fato de que a crescente amplitude de “sintomas” e “sinais diagnósticos” incluídos no chamado Transtorno do Espectro Autista (TEA)¹¹ dá margem a sua abertura a diferentes interpretações e o torna adaptável a um número crescente de pessoas (Grinker, 2015).

Segundo Hacking (2006:4), “em 1973 o autismo era um distúrbio de desenvolvimento raro, com um estereótipo bastante definido e estritamente caracterizado. Hoje nós temos o Espectro do Autismo. Nós temos pessoas com autismo de alta-funcionalidade. Nós temos Aspergers”¹². O autor cita exemplos de pessoas adultas que hoje se identificam como autistas ou Aspies, mas que, devido à configuração do autismo ser mais desconhecida e estreita quando eram crianças, cresceram sem um diagnóstico específico sobre sua condição¹³.

Em uma das entrevistas que realizei, comentei com um psiquiatra que achava que alguns conhecidos meus poderiam ser identificados como autistas dentro dos padrões de comportamento que ele relatava. Nesse momento, ele me disse:

Isso é muito comum. Vários adultos cresceram achando que eram estranhos ou não sabendo o porquê das pessoas não gostarem deles e porque nunca se sentiram iguais às outras pessoas. Daí alguém fala pra eles sobre o autismo e eles descobrem que têm o diagnóstico. Isso acontece muito também com os pais de autistas nas consultas dos filhos, quando começo a falar as características do autismo e eles se identificam.

Segundo especialistas, além dos diagnósticos infantis terem-se multiplicado, cada vez mais adultos estão se identificando e sendo identificados nesta classificação.

Este aumento de diagnósticos conta também com uma positivação do Espectro, impulsionada em parte por um crescente número de séries e autobiografias (Hacking, 2009), mas também pelo crescimento do Movimento da Neurodiversidade (Ortega; Choudhury, 2011) no mundo. No Brasil, e especialmente no Rio Grande do Sul, esse movimento é pouco conhecido, inclusive entre alguns especialistas da área psi com quem conversei. Mas, na internet, Rios e Andrada (2015), pesquisadoras do Rio de Janeiro, encontraram uma crescente rede atuante neste sentido.

Por outro lado, alguns elementos do processo parecem indicar uma certa dificuldade na obtenção do diagnóstico. Como a psicopedagoga Clara e também alguns neurologistas salientaram em nossas conversas, o fato de o autismo não ter um “exame médico” que o identifique, um “biomarcador”, e nem uma “marca corporal” visível faz com que médicos relutem em dar certeza deste diagnóstico, considerado por eles como “muito subjetivo”. Além disso, segundo eles, pelo menos aos olhos de desconhecedores do transtorno, não há como identificar – diferentemente da Síndrome de Down, por exemplo – “o que a pessoa tem”. Os sinais são sutis, porque comportamentais, e exigem um conhecimento sobre o que é o autismo e um “olhar treinado” para que sejam perceptíveis. Segundo eles, tal fato somado à incipiente formação acadêmica em autismo dificulta o acesso ao diagnóstico.

A dificuldade de “fechar um diagnóstico de autismo” se daria, então, tanto por conta do pouco conhecimento que ainda se tem sobre a condição (Fitzgerald, 2015; Hollin, 2014), mas também por ser um processo diagnóstico considerado demasiado “subjetivo” pela classe médica (Grinker, 2010), ou, nas palavras dos especialistas, um “diagnóstico clínico”.

Autismo: um “diagnóstico clínico”

Ao mesmo tempo em que há um discurso médico bastante calcado em uma concepção positivista de ciência que acusa a pouca “cientificidade” do processo diagnóstico do autismo, as habilidades pessoais “subjetivas” dos experts na sua identificação são frequentemente exaltadas. Ou seja, a especificidade de realização de um diagnóstico a partir de observações do comportamento das pessoas, da forma como interagem e se comunicam contribui para uma disputa em torno da sua classificação, tornando o autismo o que poderíamos chamar, seguindo Rosenberg (2002), de uma “categoria perigosa”.

Gregory Hollin (2014a) analisa as especificidades da construção social do diagnóstico do autismo nas experiências profissionais de especialistas no assunto e comenta que vários de seus interlocutores lhe disseram – assim como eu também ouvi algumas vezes em meu campo – que “são capazes de determinar se um indivíduo é autista segundos após a sua chegada na clínica” (Hollin, 2014a:99). “Eu boto o olho e já sei que é autista”, escutei de mais de um especialista. Tais comentários, no entanto, ponderavam a “intuição” com argumentos de “seriedade” e “cientificidade” da profissão, como: “Claro que depois sigo os protocolos, faço vários testes validados cientificamente”; ou: “mas é necessário muitas consultas e várias avaliações para fechar um diagnóstico sério”.

Tais “testes validados cientificamente” utilizados na produção de diagnósticos têm sido objeto de análise e críticas por parte da Sociologia e da Antropologia Médica e Psicológica¹⁴ já há algumas décadas. Em uma análise recente sobre a produção diagnóstica específica do autismo, a partir do teste ADOS (Autism Diagnostic Observation Schedule), Elizabeth Fein (2018) argumenta, por exemplo, que, na verdade, esse teste parte de uma avaliação da habilidade das pessoas de performarem o que Giddens (1993) chama de *pure relationship*. Segundo Fein (2018: 145), a existência de um “self puro individual” e de agir dentro de normas sociais precisas, mas demonstrando estar agindo “espontaneamente” e “livres de pressões socioculturais”, além de serem “imperativos culturais” incompatíveis com a forma autista de engajamento social, são uma forma arbitrária e descontextualizada de avaliar a condição. Jurandir Freire Costa e Roy Richard Grinker (2018) também contribuem para o debate com uma análise à luz da filosofia da linguagem e da fenomenologia, sobre como os autistas constroem suas personalidades e vocabulários interpretativos de forma coerente, chamando a atenção para o fato de que “a cognição não é um processo desincorporado a ser julgado nos termos de um consenso neurotípico” (Costa; Grinker, 2018: 160), evidenciando como os “discursos de autistas são também formas de resistência a discursos hegemônicos de autoridade” (op cit: 171).

Nessa disputa de saberes, a reivindicação das mães de autistas¹⁵ (Rios, 2018; Nunes, 2014; Ferreira, 2015) na validação de seus conhecimentos sobre os filhos é uma das especificidades sobre esta condição. Em meu campo sobre a inclusão de pessoas com deficiência pela política de cotas, algumas foram as vezes em que escutei dessas mães que elas “sabiam que seus filhos tinham autismo”, mas que “os médicos não davam o atestado”¹⁶ para que eles tivessem acesso à vaga de emprego pelas cotas. Na maioria das vezes, essas pessoas tinham “traços leves” que os situa-

vam no Espectro e não havia outras “comorbidades” (doenças ou deficiências além da preponderante) com um CID de uma deficiência legalmente válida.

Certo dia, na saída do curso de capacitação onde Clara trabalhava, presenciei uma mãe de um jovem com autismo que se lamentava para uma professora que “a empresa não aceitou o CID de seu filho”. Segundo ela, “lá dizia só que ele tinha TDAH”¹⁷, mas que ela “sabia que o filho tinha mais que isso”. Segundo a professora, esse atestado realmente não se enquadrava nas regras da política de cotas, mas que ela concordava com a mãe sobre o filho “parecer ter algum grau de autismo” e que “conhecia alguns médicos mais familiarizados com o espectro para tentar uma consulta para o rapaz”.

As disputas em torno do diagnóstico de autismo também estavam presentes, mas de outra forma, no processo de Tomás, um dos jovens com quem convivi durante minha pesquisa e cujo processo de inclusão Clara assessorou. Clara contou-me que Tomás havia chegado no curso com o “F7.5, diagnóstico de retardo mental leve”, mas que “já de cara” a Renata, sua colega de trabalho, que “tá com um olho bom”, havia lhe dito: “Esse menino é estranho”. Daí, quando ela foi avaliar, percebeu que era “óbvio que ele era autista”. Ela falou com Joana, a mãe do rapaz, e fez uma avaliação. Segundo Clara, ao verificar outros documentos trazidos pela mãe, verificou que Tomás já tinha o diagnóstico F84.0 – “Autismo Infantil” – feito aos 7 ou 8 anos, quando estava na escola.

Mas para Joana, mãe do rapaz, assim como para Tomás, que se refere a si mesmo como “pessoa que tem dificuldade” – tal papel com letras e números não dizia muito sobre seu filho. Joana percebia Tomás em contraste com o filho mais novo, que tinha ecolalia¹⁸ e limitações para realizar atividades fisiológicas diárias, cujo diagnóstico, para ela, era sim de autismo. Joana me explicou que Tomás não era como o irmão, tinha “apenas uns por cento de retardo lá”. Aquele atestado do médico representava para ela apenas um documento que o filho precisava para ter acesso a uma vaga de emprego.

Trago estas controvérsias não para levantar a questão de quem sabe mais sobre Tomás ou qual diagnóstico está certo ou errado. Dizer que Tomás não habita a categoria autismo ou que sua mãe não o reconhece nesse diagnóstico não deslegitima o saber médico, mas nos fala sobre a especificidade desta categoria e sobre como as pessoas experienciam, agenciam e convivem com os rótulos biomédicos. Parece que ao escolher “retardo” ao invés de “autismo”, a mãe de Tomás está indicando mais um elemento que compõe o “perigo” da “subjatividade autista”: sua compreensão de

que o autismo representaria uma “deficiência mais incapacitante” do que a que ela via na condição de seu filho, ou, pelo menos, com menor probabilidade de contratação pelo mercado de trabalho.

Como bem lembra Rosenberg (2002), diagnósticos são meios de comunicação, campos de negociação que configuram e reconfiguram vidas e criam alianças. Evidentemente que toda disputa é situada na História e não se dá em termos de igualdade de condições. No caso do diagnóstico do autismo, cabe ainda pontuar que, nas disputas em torno de sua classificação, o papel dos saberes biomédicos (em detrimento dos psicanalíticos) ocupa um espaço central. Na prática da política, a presença de médicos neurologistas e psiquiatras é marcada não apenas pelo poder da produção da verdade na construção do laudo diagnóstico que dá acesso às cotas, mas também na prática cotidiana das pessoas envolvidas na implementação da política.

Os “*experts da subjetividade*” em disputa

O poder das categorias biomédicas como detentoras de um saber legítimo sobre a saúde e a doença, sobre corpos e mentes, é incontestável em nossa sociedade. Especificamente em meu campo de pesquisa, para fins da Lei de Cotas, laudos diagnósticos são emitidos apenas por médicos neurologistas ou psiquiatras (Nubila, 2007). Nesse documento deve constar uma “deficiência” diagnosticada com um número da CID. Tal caracterização encontra-se no Decreto 5.296/04, cujas concepções de deficiência são preponderantemente biomédicas (Nubila, 2007).

Segundo Nikolas Rose (1997; 2008; 2013) e Ortega (2008; 2010), nossas características subjetivas estariam cada vez mais sendo interpretadas como localizadas no cérebro físico, sendo, então, a nossa própria subjetividade entendida como neuroquímica. Evidentemente que essa mudança de “estilo de pensamento” (Rose, 2008) não é vista como um processo evolutivo. Uma forma de pensar não substitui a outra, mas se soma às outras já existentes e torna-se hegemônica em certo tempo histórico. Saberes estão sempre em disputa e o que vemos nos debates em torno do autismo hoje, apesar das disputas com a psicanálise no Brasil serem presentes (Lopez & Sarti, 2013; Ortega et al., 2013), é uma preponderância dos saberes biomédicos na explicação, e principalmente no “manejo” e no “tratamento”, desta condição ¹⁹(Hacking, 2006; Ortega, 2008; Campoy, 2015).

Segundo Ian Hacking (2006), o autismo, que já foi visto como o comportamento de pacientes esquizofrênicos ou “uma desordem psiquiátrica da infância”, hoje é objeto de disputas entre os que o entendem como uma desordem do desen-

volvimento, uma deficiência ou uma diversidade neurobiológica (Hacking, 2006; Ortega, 2008). Em termos gerais, tais nomenclaturas (desordem, transtorno, deficiência, neurodiversidade) carregam diferentes concepções sobre as possíveis causas do autismo, suas características e manifestações físicas, intelectuais, sensoriais e atitudinais, assim como informam as posturas dos experts frente à melhor abordagem e aos possíveis tratamentos/curas (Solomon, 2013; López & Sarti, 2013; Campoy, 2015) para esta condição.

A passagem do autismo da lista de “psicoses infantis” para sua incorporação aos “transtornos do desenvolvimento”, mencionada por Ian Hacking, se deu na terceira edição do DSM. Esta mudança refletiria a chamada “virada fisicalista”, que exporia, também num nível mais pragmático, as mudanças nos sistemas de pensamento mencionadas por Rose, com o deslocamento das concepções psicanalíticas sobre o autismo para o predomínio de uma concepção biológica e cerebral do transtorno.

A ideia de cunho psicanalítico de que o autismo seria causado por uma “falha dos pais no estabelecimento de relações objetais precoces com o filho” (Ortega, 2010:150) foi, então, superada pela concepção hegemônica de que ele estaria localizado no cérebro. Com isso, as metáforas da “mãe geladeira”, “conchas”, “tomadas desligadas”, que tanto culpabilizavam as mães, foram rechaçadas pela maioria dos especialistas (Eyal & Hart, 2010; Nunes, 2014)²⁰. Não é à toa que todos os especialistas que conheci que trabalhavam com autismo, como Clara e Pedro, ou eram neurologistas e médicos psiquiatras, ou eram da linha behaviorista ou cognitivo-comportamental da psicologia, em geral, críticas à psicanálise freudiana (López & Sarti, 2013).

Há hoje, como mencionei no início deste texto, um consenso entre os especialistas de que, na prática, o autismo se traduziria em “dificuldades de comunicação e socialização”. Estas dificuldades seriam a não compreensão da obrigatoriedade arbitrária e subjetiva de seguirem regras sociais implícitas em situações cotidianas (muitos dizem que eles não têm “filtro social”) e de compreensão de sinais culturais e sociais da comunicação, principalmente a comunicação não verbal (como entrelinhas, metáforas e expressões faciais). Tais “características”, apesar de marcarem uma imprevisibilidade de seus comportamentos em sociedade – mais uma marca de sua “subjetividade perigosa” –, não asseguram um consenso entre os especialistas a respeito de suas subjetividades ou sobre “quem são” essas pessoas.

Diversidade cerebral ou deficiência?

No Brasil, Rios e Andrada (2015) apontam que o processo de construção diagnóstica do autismo é constituído por um duplo campo de tensões: teóricas e políticas. Seu status nosológico mais do que ser objeto de disputas teóricas – em torno de sua definição como uma condição orgânica ou psicológica – é palco de disputas políticas quanto à sua definição como uma “deficiência” ou uma “diferença”. Eu diria que estas duas questões se intersectam, e que os julgamentos morais que estas concepções carregam estão informados tanto pela possível causa do autismo quanto pela sua classificação.

Neste debate, os interesses acadêmicos voltam-se para a análise do surgimento de grupos de ativistas que entram no campo de disputas pela expertise na área, com a participação, por um lado, de autistas que reivindicam sua identidade de “neurodiversos” (Ortega, 2008; 2010; Fein, 2011) e, por outro, como já mencionei, de grupos de “mães especialistas” (Nunes, 2014; Eyal & Hart, 2010; Rios, 2018; Hart, 2014), com crescente presença nas redes sociais (Ortega et al., 2013), que denunciam a condição “discapacitante” do autismo e reivindicam o acesso aos benefícios e políticas sociais para seus filhos.

Na visão desses atores, principais envolvidos nesta questão, o reconhecimento do autismo para todos os fins legais como uma “deficiência”²¹, por um lado, proporcionaria às pessoas diagnosticadas no espectro o acesso aos benefícios e políticas sociais, mas, por outro, acarretaria na incorporação de todos os estigmas de “déficit”, “incapacidade” e “não autonomia” que esta categoria carrega em nosso senso comum. Por este motivo, tal nomenclatura é rechaçada por aqueles que advogam ser o autismo uma “neurodiversidade” (Ortega, 2010; Ortega & Choudhury, 2011; Fein, 2011), desobrigando as pessoas a vestirem o rótulo da “deficiência”.

Apesar de minha pesquisa mostrar as barreiras simbólicas que essas pessoas enfrentam em seu dia a dia, esta “fatia” específica de pessoas com autismo que teria condições de levarem suas vidas sem grandes limitações é apenas uma parte pequena da camada da população situada no Espectro. Daí as reivindicações das cuidadoras para que o autismo seja considerado uma “deficiência”.

Tais disputas indicam como os rótulos são complicados e o fato de “habitá-los” (ou não) têm efeitos práticos e simbólicos na vida e na construção de subjetividades das pessoas. Como comentei anteriormente, apesar de Tomás e sua mãe não nomearem a sua condição de “autismo”, as categorias diagnósticas aparecem como centrais para compreensão da construção da sua subjetividade. Ao final do período

de estágio na empresa, ele comentou comigo que “agora era um trabalhador” e que seu chefe havia lhe dito que “agora nem parecia mais que tinha dificuldades”. Tal transformação subjetiva só pôde se efetivar, pragmaticamente, por conta de ter um diagnóstico válido para ter acesso às políticas sociais e, simbolicamente, por este “diagnóstico” (seja qual for) ter perdido a sua centralidade frente à nova realidade vivida no mundo do trabalho. Sua experiência mostra que, mais do que saber ou “aceitar” se tem autismo ou não, ou “incorporar” esta nomenclatura à sua identidade ou não, esta categoria é acionada ou ignorada ao longo de sua trajetória em situações diferentes e por diferentes atores e motivações. Suas ações e relações estabelecidas com os diversos atores que participaram de seu processo de inclusão transformaram o que é o “autismo” e “como é uma pessoa com autismo” ao longo de seu percurso, evidenciando o *looping effect* (Hacking, 2006; 2007) dessa categoria.

Autores como Rosenberg (2002) e Hacking (2006) têm mostrado que o processo de construção diagnóstica é histórico e complexo, e envolve não apenas saberes e poderes médicos, mas o papel ativo das pessoas diagnosticadas na construção destas categorias e das subjetividades envolvidas em sua nomeação. Ian Hacking (2006) analisa o processo de classificação das pessoas (o qual ele chama de *making up people*), mostrando como e por quem as pessoas são classificadas, como as classificações as afetam e, também, como estes efeitos das classificações nas pessoas modificam as próprias categorias (o que ele nomeia de *looping effect* das categorias). Tanto Rosenberg quanto Hacking entendem que o ato de “diagnosticar” vincula a pessoa ao sistema social e tem, ao mesmo tempo, os efeitos de “rotular” e de “libertar”. Nas palavras de Rosenberg (2002:254-257), no momento da identificação diagnóstica, “uma cortina é retirada, e a incerteza é substituída – para melhor ou para pior – por uma estrutura narrativa”, na qual “ansiedade e mistério podem ser ordenados no sistema social”, fazendo do diagnóstico “uma necessidade emocional e burocrática” que atua na subjetificação das pessoas.

Uma subjetividade autista?

Em meu campo, a preocupação com a dessubjetificação das pessoas frente ao rótulo do diagnóstico não era apenas minha. Esta questão – reforçada pela especificidade do diagnóstico de autismo levar consigo a não presença de uma subjetividade empática – estava em jogo ao longo de todo meu trabalho de campo e nos diversos espaços por onde circulei.

Uma das queixas mais frequentes que escutei de agentes das políticas públicas

com relação à inclusão de pessoas com deficiência nas empresas é a de que “elas não contratam pessoas, elas contratam deficiências”. Ao invés de fazerem um processo seletivo com foco nas competências e nas habilidades de cada candidato, elas já abrem as vagas direcionadas para uma deficiência específica²². Pessoas cegas são telefonistas, surdas trabalham em espaços de alto impacto de ruídos (como fábricas e pistas de aeroportos) e pessoas com Síndrome de Down são empacotadores de supermercados, comentou em entrevista ao rádio um fiscal da política de cotas. “Eles esquecem que ali tem uma pessoa”, salientou Clara na saída de uma de suas visitas de consultoria, “me irrita ver como sempre julgam as capacidades deles pelo diagnóstico”.

Ver a pessoa em primeiro lugar e não generalizar e homogeneizar as pessoas com deficiência são reivindicações que perpassam os debates dos Disability Studies e a história do Movimento Político das Pessoas com Deficiência. Desde a sua nomeação, passando pelas concepções do que é deficiência, até as suas lutas por direitos, tais atitudes são combatidas por terem um caráter capacitista²³ (Campbell, 2009; Mello, 2016). No entanto, apesar dos esforços em ter a pessoa como foco (ou em primeiro plano), parece que o poder do sistema biomédico de pensamento e o encantamento pelo “funcionamento do cérebro”, que perpassara toda a formação e a vida profissional dos médicos, são hegemônicas em nossa sociedade. Um fascínio pelas neurociências como base de um sistema de pensamento de explicação de si (Rose, 2008) é evidente entre esses profissionais. Quando falam, então, que “quando tu conheces uma pessoa com autismo, tu conheceu *uma* pessoa com autismo!”²⁴, indicam não apenas que devemos prestar atenção na pessoa como um indivíduo único, mas que não há como generalizar as características do diagnóstico neurológico em si. E, nesta multiplicidade de sujeitos dentro de uma única nomeação diagnóstica, vemos mais uma especificidade desta “categoria perigosa”.

Foram muitas as vezes que senti como se os médicos neurologistas e psiquiatras, e também Clara, estivessem falando do cérebro como uma entidade autônoma e com vida própria. Como no dia em que ouvi este comentário de Pedro, um psiquiatra especializado em autismo, em uma de nossas conversas:

Trabalhar com pessoas com TEA é como sintonizar uma rádio naqueles aparelhos antigos. Tem que girar o botão devagar, com precisão, até pegar bem a frequência (...) às vezes leva meses para que a gente consiga entrar em sintonia e começar uma troca, às vezes pode ser instantâneo.

Pedro já acompanhou a inclusão de vários pacientes no mercado de trabalho e comenta que “o problema é que as empresas não estão prontas para lidar com pessoas com autismo”. A grande maioria, diz ele,

tem dificuldade de aceitar e até de entender que o autista não vai mudar, ele não vai desenvolver muitos dos comportamentos exigidos no mercado de trabalho (...) Depois de um tempo trabalhando na empresa, tu não vais pedir para um cadeirante levantar, mas as pessoas esperam que o autista possa começar a se entrosar, ou possa mudar de departamento e atender o público, por exemplo.

Essa fala de Pedro expressa a necessidade de adaptação da sociedade para incluir as pessoas com deficiência, mas também reafirma a concepção do autismo como uma condição cerebral, situada no campo do biológico e, portanto, “sem cura”, sem possibilidades de mudança. Tal ideia, paradoxalmente (ou não!), é compartilhada pelo *Movimento da Neurodiversidade*, (Ortega, 2008; 2010), o qual considera o autismo como uma outra forma de ver, viver e estar no mundo.

Na interpretação dos especialistas e, também, dos Aspies, com quem convivi ou conversei, a própria subjetividade das pessoas com autismo parecia ser entendida, até certo ponto, como constituída biológica ou neurologicamente. “Não somos doentes, não temos déficits ou deficiências, somos *neurodiversos*”. “É a sociedade que não tem a capacidade de nos entender e de se comunicar conosco”, dizem os ativistas deste movimento.

Inicialmente, num olhar das ciências humanas, como bem indicam Dias Duarte (2018) e Ortega (2008), esta “biologização dos sujeitos” por parte dos ativistas neurodiversos levaria a uma crítica ao reducionismo presente na compreensão do humano como totalmente “fiscalista” ou “naturalista”, típica de uma visão biomédica que acarretaria numa concepção reducionista e desubjetivante de pessoa e numa concepção de subjetividade que não concebe as categorias como relacionais (Campoy, 2015). No entanto, no caso do autismo, essas críticas devem ser problematizadas, pois, neste caso, há uma certa positivação da condição e uma compreensão desta “biologia” na chave interpretativa de uma “diversidade humana”, que é, de certa forma, não hierárquica e não patologizante. Por outro lado, se é verdade que há um esvaziamento do sujeito na biologização da compreensão da “subjetividade autista”, há também uma ressubjetivação específica destas pessoas a partir dos próprios “traços” do autismo, como constituidores de um “sujeito moral”.

Luiz Fernando Dias Duarte (1983) desenvolve com densidade a constituição do sujeito moderno como a unidade significativa do valor atribuído ao indivíduo: “sujeito da razão, da história e da moral” (1983: 7). Desenvolver um debate aprofundado sobre as moralidades que envolvem a produção de uma “subjetividade autista” vai além do espaço deste texto, no entanto, cabe indicar que a atribuição de características morais ao “cérebro diverso” poderia indicar uma exacerbação da *individuação*, própria do sujeito moderno analisado por Duarte. Para os objetivos centrais deste texto, cabe perceber que esta ideia fisicalista sobre quem é o sujeito com autismo, além de não ser consenso nas disputas entre experts, tem efeitos práticos na inclusão destas pessoas no espaço laboral, no sentido de que, apesar de positivada, esta subjetividade pode tornar-se “exótica”.

Um dos neurologistas do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, em entrevista ao programa de TV Vida e Saúde (2013), afirma que: “os autistas são ingênuos, bons e sinceros. Eles são incapazes de dizer uma mentira. Não porque querem, mas porque eles não podem ser de outra forma”, e finaliza sua fala afirmando: “Se você quer uma pessoa honesta, contrate um autista”. Em uma de nossas conversas, também o psiquiatra Pedro tenta me explicar esta “especificidade” dos autistas, dizendo que “é como se eles tivessem uma forma infantil de pensar. Não têm filtro social, sabe? Dizem o que querem, quando querem. Parecem crianças na fase dos porquês, já que são desconhecedores da maldade e das regras sociais, então cometem gafes seguidamente” (Pedro, entrevista em abril de 2015).

Na prática cotidiana das empresas, as “gafes” a que se refere Pedro, muitas vezes narradas como engraçadas, nem sempre (ou quase nunca) são compreendidas como sendo “coisas do autismo” e, mesmo quando são, não são bem recebidas. Foram várias as histórias anedóticas que presenciei e escutei ao longo da minha etnografia que ilustram “desentendimentos” entre *neurodiversos* (autistas) e neurotípicos (não autistas). Foram muitos também os momentos de tensão e as injustiças e violências que presenciei devido à incompreensão desta outra forma de estar no mundo.

O cotidiano nas empresas

Ao longo de minha etnografia com Tomás, convivi com ele por seis meses na empresa na qual teve sua primeira experiência de trabalho. Durante esse tempo, sua característica de “não solicitar nova tarefa ao ter acabado as atribuições que lhe tinham delegado” e “não se entrosar com as pessoas” foram seguidamente apontadas como possíveis causas de sua não contratação após o período de experiência.

“Hoje em dia temos que vestir a camiseta, construir boas relações com os colegas. Se ele continuar assim isolado não sei se fica”, comentou um colega de trabalho. “Ele fica ali parado, não tem iniciativa de procurar o que fazer”, além de “não falar com ninguém, almoçar sempre sozinho”, me relatou outra funcionária do setor em que Tomás trabalhava, seguindo com a pergunta: “Mas afinal, o que ele tem, hein?”.

Além desses traços, Tomás, aos olhos dos colegas, parecia frágil e representava, de certa forma, um “perigo” no ambiente de trabalho: alguém cujas atitudes eram imprevisíveis e com as quais os colegas poderiam não saber lidar. Seu Luís contou-me que “um dia congelou em frente às prateleiras do depósito, ficando lá imóvel por alguns minutos”, chamando a minha atenção para o perigo que era ter um rapaz como ele naquele espaço. “E se vem uma empilhadeira? Eles andam rápido naquelas coisas! E se ele, de uma hora pra outra, tem um troço lá? Perigoso isso”, alertou.

No caso de Tomás, a empresa não havia feito o que no espaço empresarial se chama “sensibilização dos funcionários” para a chegada de uma pessoa com deficiência. Seus gestores e colegas não sabiam do diagnóstico de Tomás, o que fez com que nos primeiros meses, as fofocas sobre “seu autismo” fossem assunto pelos corredores da empresa. Aos poucos os colegas foram “se acostumando” com o jeito do menino e alguns pesquisando na internet os “sintomas” da sua condição, explicavam o porquê de Tomás ser daquele jeito para os demais.

Tomás não falava muito, então, as “gafes” mencionadas por Pedro eram menos frequentes, mas num mercado que exige “pró-atividade” e “inteligência emocional”, tais “qualidades do autismo” colocam barreiras muitas vezes intransponíveis se a contratação das pessoas com este diagnóstico não pressupõe uma concepção de processo inclusivo.

Tais “gafes”, geralmente identificadas como “próprias dos autistas”, também eram corriqueiras no cotidiano de outro interlocutor de minha pesquisa. Durante os quatro meses em que estive na empresa onde Ricardo trabalhava, escutei várias histórias sobre as “suas gafes”. A gerente do setor onde ele trabalhava contou que

o Ricardo é um sarro. Um dia a gente pediu que ele distribuísse os convites da reunião com a diretoria para os colaboradores. Ele perguntou quais funcionários. Daí eu disse para ele distribuir para todos os setores. Ele deu convite pros porteiros, faxineiras pro pessoal da segurança... E todos foram na reunião geral! Sabe que isso fez com que caísse uma ficha na gente, né! Ele nos deu uma aula de horizontalização da gestão ali! (Gerente do Ricardo, agosto de 2014).

Estes mal-entendidos, no entanto, não geravam apenas situações jocosas ou resultados “positivos”. Momentos de tensão também faziam parte do cotidiano das relações de Ricardo com os colegas na empresa. Frequentemente sobrecarregados de atividades extras, eles tentavam, sem sucesso, dividi-las com Ricardo. Ao ser solicitado, ele seguia à risca suas atribuições, dizendo que “aquela tarefa não estava prevista em seu cronograma semanal”, ou “Ah, não, essas coisas são muito chatas de fazer”.

Tais situações foram entendidas por alguns colegas como “coisas do autismo” e por outros como “resultado do mimo excessivo da mãe de Ricardo” ou “esperteza do guri”. Clara disse que é bem comum as pessoas se irritarem ou não entenderem esse jeito de eles se comportarem. “Se tu falas que as tarefas são tais, ele vai seguir aquele protocolo”. Em um dia em que fizemos várias visitas às empresas que estavam com “casos de inclusão de autistas”, presenciei mais algumas destas situações de tensão, nas quais julgamentos morais estavam presentes:

Um dia, um menino que trabalhava em um supermercado foi “flagrado” com vários pacotes de bolacha na sua mochila, quando a verificaram na saída do turno. O gerente o acusou de roubo e foi um bafafá... O menino disse que havia guardado as bolachas para os colegas porque nas bolsas deles não tinha espaço. Daí me chamaram pra resolver o problema. Eu disse pro gerente que ele acreditasse no menino. Eles não mentem. Se ele disse que foi assim, é porque foi isso que aconteceu. Eu conheço eles [as pessoas com autismo]. (Clara, agosto de 2014).

Uma outra vez foi parecido. Alguém no super reclamou que tinha esquecido o celular em casa e que ficava perdido sem saber as horas e dar uma olhadinha na internet de vez em quando. Não é que o guri diz o seguinte: “Ah eu te dou um. Tem um monte no meu armarinho!”. Um colega roubava os celulares e pedia pro guri guardar pra ele. (Clara, agosto de 2014).

A Maria tem dado bastante problema lá no hospital. Volta e meia me chamam pra conversar com ela e com as colegas. Ela senta no chão dos corredores quando tá cansada; entra na sala da diretora pra conversar e fica lá de papo, come os iogurtes das refeições dos pacientes... E também as colegas de trabalho não conseguem lidar muito com ela. Quem gosta de escutar, assim na lata, as verdades da vida, né? Porque ela chega e diz: “Olha, tu tá mais gorda. Dá pra ver a barriga” ou “Eu não gosto de ti. Tu é bem chata”. (Clara, setembro de 2014).

Tais situações, apesar de gerarem mal-estar e tensão no cotidiano das empre-

sas, não tiveram punições severas como resultado. Já outros casos que escutei em conversas com os jovens com autismo que conheci, isso não ocorreu. Fabian, um jovem de 24 anos, diagnosticado com Asperger, por exemplo, contou-me que em um de seus primeiros empregos, elogiou a beleza da sua chefe dizendo que “gostaria de namorar com ela”. Segundo ele, tal situação, somada a outras similares, nas quais “estava apenas falando a verdade de como se sentia”, lhe renderam um processo de danos morais. “Não adiantou eu dizer que era autista. Eles não levaram minha condição em consideração”. Fabian me conta que ele nunca diz que é autista antes de entrar em um emprego. Se o fizesse, não seria contratado. Mas, por outro lado, reconhece que se não expõe sua condição, não tem acesso a um tratamento diferenciado.

Sobre deficiência, autismo e políticas de inclusão

Ao longo de toda a minha pesquisa de campo no Rio Grande do Sul, meus interlocutores pouco mencionaram uma possível “epidemia de autismo”, mas os discursos das mães de autistas na internet e de especialistas nos eventos nacionais e internacionais que participei traziam números alarmantes e salientavam a importância da comunidade médica e acadêmica direcionarem seus olhares para esta condição. O autismo se tornava, em seus discursos, uma urgência médica a ser conhecida e atendida pelo poder público, ao mesmo tempo em que se transformava em uma nova fatia de mercado ainda não explorada para os profissionais da medicina e psicologia. O discurso da “epidemia” legitimava o autismo como uma questão pública tanto na busca por recursos de pesquisa quanto na obtenção de direitos sociais.

Neste texto, procurei mostrar alguns elementos que estão em jogo nesta questão. O caráter fluido e subjetivo da construção do diagnóstico de autismo e a maior amplitude que a mudança do seu status nosológico para “espectro do autismo”, assim como a crescente midiaticização do fenômeno, podem ter dado margem a um crescente número de pessoas que se enquadram no espectro, contribuindo para a legibilidade quantitativa da condição, fundamental na conquista de espaço na agenda política.

Trouxe também para o debate o fato de que os efeitos desta legibilidade podem estar na aprovação da lei Berenice Pianna e de novas políticas públicas específicas para esta população, como, aqui no Rio Grande do Sul, na criação do projeto Autismo e Mercado de Trabalho. Por outro lado, também a Lei, ao dar maior visibilidade ao autismo, teve efeitos na crescente onda de diagnósticos, agora legitimados

frente ao acesso aos direitos sociais dela advindos. Não há “números” para auxiliar na reflexão sobre este assunto. O que posso afirmar é que, se essa questão aponta para possíveis efeitos em um nível “macrossociológico” na minha pesquisa, e aparece apenas superficialmente em meu campo, em um nível mais micro, são as formas de compreensão sobre o que é o autismo em si e sobre como lidar com essas pessoas no cotidiano dos processos de inclusão que ganham maior espaço.

Como mencionei, uma das críticas aos processos de recrutamento e seleção das empresas é o fato de elas “contratarem a deficiência e não a pessoa”. No mercado de trabalho, alguns diagnósticos são mais “bem-vindos” que outros na valoração das vidas (Fassin, 2009) – e nas empresas parece ficar o caráter produtor de “subjetividades perigosas” do autismo. O perigo da incerteza do diagnóstico; o perigo de não ter como tipificar “um perfil comportamental”; o perigo de não poder prever como autistas reagirão em situações de tensão ou não rotineiras colocam barreiras atitudinais bastante distintas das encontradas na inclusão de pessoas com deficiência que necessitam de mudanças nos espaços físicos e/ou de tecnologias assistivas, e, por isso, mais difíceis de serem derrubadas.

Além disso, o pouco conhecimento sobre o espectro do autismo, o caráter “clínico” do seu processo diagnóstico e as disputas em torno desta categoria por parte de especialistas também dificultam a obtenção de um laudo que dá acesso às políticas públicas. E o desconhecimento das chamadas características específicas dos neurodiversos pela população em geral levam a julgamentos morais de responsabilização da mãe e dos próprios autistas por suas atitudes “pouco simpáticas” ou “ingênuas”, levando muitas vezes a confrontos e momentos de tensão em seus cotidianos.

Com isso, quero salientar que é nas interações sociais que as diferenças de comunicação e interação entre neurodiversos e neurotípicos aparecem e mostram seus efeitos. Romper a barreira que impede o acesso das pessoas com autismo à participação plena na vida social implicaria, então, no questionamento das normatividades impostas na nossa forma de nos comunicarmos e interagirmos com as pessoas, entendendo-as como mais uma entre tantas outras maneiras de estar no mundo.

Nesta tarefa reflexiva, etnografias mostram-se fundamentais para uma compreensão aprofundada tanto do autismo em si, como mais uma entre tantas diversidades humanas, quanto sobre as relações sociais que envolvem pessoas com esta condição. É quando lançamos um olhar mais atento ao cotidiano e à prática das políticas de inclusão que percebemos o quanto direcionar o foco de nossas pesquisas para as pessoas é fundamental. Se em “casos de sucesso” como os de Tomás e Ricardo já

encontramos tantas barreiras a serem ainda rompidas, novos estudos sobre os casos que “não deram certo” se fazem urgentes para a análise das políticas direcionadas a esta camada da população.

Recebido: 14/02/2019

Aprovado: 05/04/2019

Valéria Aydos é bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio no King's College London, supervisionado pelo prof. Dr. Nikolas Rose. Seus interesses e áreas de pesquisa são os estudos antropológicos sobre Cidadania, Políticas Públicas, Deficiência e Trabalho, buscando perceber as relações entre os modos de governo, a cultura e as subjetividades que se constituem nas dinâmicas dos processos de produção diagnóstica e na inclusão social das pessoas com autismo no mercado de trabalho. Atualmente é pós-doutoranda no PPGAS-UFRGS, aonde atua como professora e pesquisadora vinculada ao Núcleo de Antropologia da Cidadania (NACI), além de participar de Comitês de Assessoramento em Deficiência, Acessibilidade e Inclusão (ANPOCS, ABA, PPGAS-UFRGS). ORCID: 0000-0002-3298-5727. Contato: valeria.aydos@gmail.com

Notas

1. A pesquisa de doutorado que deu origem a este texto foi financiada pelo CNPq e, posteriormente, contou com bolsa Capes PNPd, junto ao PPGAS-UFRGS. Agradeço a minha orientadora Dra. Patrice Schuch, à colega Helena Fietz, aos colegas do Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS, especialmente à professora Dra. Ceres Victora, e aos participantes do GT Etnografias da Deficiência (RBA 2018), pela atenta leitura e ricas sugestões.
2. A deficiência é vista aqui de forma relacional (corpos com lesões ou impedimentos em interação com a sociedade na qual existem) e como uma diversidade humana (Diniz, 2012; Ginsburg; Rapp, 2013; Mello; Nuernmberg, 2012).
3. Segundo Ortega (2018), o consenso seria sobre o autismo ser uma neurobiological disorder. Este conceito não implica, porém, em uma ideia comum sobre suas causas e muito menos sobre seu possível tratamento e/ou cura.

4. A Nosologia é a área da medicina que se dedica ao estudo, descrição e classificação das diferentes doenças.
5. Refiro-me ao Projeto Piloto de Incentivo à Inclusão de Pessoas com Deficiência no Rio Grande do Sul, de iniciativa da Superintendência Regional do Trabalho, e vinculado ao projeto do governo federal Viver Sem Limites.
6. A Lei 8213/1991 estabelece que empresas com mais de 100 funcionários, devem ter de 2 a 5% de pessoas com deficiência em seu quadro laboral. Ao longo dos processos de inclusão a partir do Projeto de Aprendizado, são três as políticas públicas com as quais meus interlocutores “interagem”: o Benefício da Progressão Continuada, a Lei do Aprendiz (L. 10.097/00) e a Lei de Cotas (L. 8213/91). Uma análise aprofundada das implicações destas políticas nos processos de inclusão e na vida e na produção de subjetividade de meus interlocutores pode ser encontrada em Aydos (2016) e Aydos & Fietz (2017).
7. Refiro-me a participantes do “Movimento da Neurodiversidade” e de ONGs de promoção do “orgulho autista” na Inglaterra, com os quais conversei durante o doutorado sanduíche (2015-2016) e/ou pelo facebook.
8. Todos os nomes são fictícios.
9. Por coprodução refiro-me ao que Jasanoff (2004) destaca como sendo a influência mútua dos diferentes atores na construção de uma rede, ao modo como estes atores são induzidos uns pelos outros a agirem.
10. A CID-10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças) indica as deficiências reconhecidas em lei para obtenção de benefícios e políticas sociais. Sobre os debates em torno destas produções diagnósticas, ver: Diniz, Barbosa & Santos (2010) e Mattos (2016).
11. Utilizo o termo biomédico TEA quando me refiro ao diagnóstico médico. Ao longo do texto utilizarei “autismo” por ser a nomeação mais corriqueira em meu campo e abranger várias concepções diferentes sobre a “condição”. Utilizo também “condição” ao invés de “transtorno” para marcar minha postura despatologizante com relação ao autismo.
12. A partir da atual edição do DSM V (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), a Síndrome de Asperger situa-se no Espectro do Autismo.
13. Nos debates sobre o Festival “E assim vivemos”, de 2013, podemos encontrar algumas narrativas de pessoas diagnosticadas tardiamente com autismo. Disponível em: <https://vimeo.com/78497001>.
14. Refiro-me aqui, por exemplo, aos vários estudos inspirados pela análise do diagnóstico como um dispositivo de subjetivação (Foucault, 2006); de produção de biossocialidades (Rabinow, 2008) e biolegitimidades (Maluf, 2015).
15. As mães que participam de associações e/ou estão mais envolvidas na busca por direitos de seus filhos autodenominam-se “mães azuis”, pelo autismo ser predominantemente um diagnóstico encontrado em meninos (a cada cinco, quatro são meninos).
16. Cascio, Andrada e Bezerra, (2018) mostram que também nos CAPIs existe demora na produção do diagnóstico, mas por outro motivo: a resistência da linha psicanalítica em “rotular a criança” e em identificar o autismo como “deficiência”. Para as controvérsias internas no campo psi ver também Rios & Andrada (2015) e Ortega (2018).

17. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.
18. Ecolalia é um distúrbio que causa repetição da fala (palavra ou frase).
19. Cabe comentar que Cascio, Andrada & Bezerra Jr (2018) indicam uma forte influência da psicanálise nos atendimentos nos CAPSs e CAPSIs brasileiros. No entanto, nas escolas e no mercado de trabalho, a linha comportamental e biomédica é hegemônica.
20. Também foi rechaçada a ideia de que autistas não teriam uma “Teoria da Mente”, ou, em resumo, a capacidade de ter empatia (Silverman, 2008; Ochs et al., 2004).
21. A Lei 12.764, de 2012 foi uma luta política principalmente das chamadas “mães de autistas” (Rios & Andrada, 2015; Nunes, 2014), lideradas por Berenice Pianna, do Rio de Janeiro.
22. No Brasil, a contratação de autistas é ainda incipiente, mas na Inglaterra é comum vermos autistas em cargos de Tecnologia da Informação. Tal experiência foi um dos destaques de uma feira anual sobre Autismo, chamada de The Autism Show (<http://autismshow.co.uk/>), da qual participei em 2016.
23. Capacitismo, do inglês, ableism, é um termo utilizado para indicar o preconceito e a discriminação contra a pessoa com deficiência; em geral denunciando o julgamento das capacidades da pessoa a priori e a partir de sua lesão ou impedimento.
24. Esta frase foi repetida diversas vezes em palestras sobre autismo de que participei, e é um dos lemas da organização não governamental Autistic UK, cujas atividades nas redes sociais tenho acompanhado no momento.

Referências bibliográficas

- AYDOS, Valeria; FIETZ, Helena. 2017. *When citizenship demands Care*. Disability Studies Quarterly, v. 37, n. 4. Disponível em: <http://dsq-sds.org/article/view/6087>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.
- AYDOS, Valéria. 2016. *Agência e subjetivação na gestão de pessoas com deficiência: a inclusão no mercado de trabalho de um jovem diagnosticado com autismo*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 22, n. 46, jul/dez, p. 329-358. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v22n46/0104-7183-ha-22-46-0329.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro de 2019.
- CAMPBELL, Fiona. 2009. *Contours of ableism: The production of disability and abledness*. New South Wales: Springer.
- CAMPOY, Leonardo. 2015. *Autismo em ação: reflexões etnográficas sem aprovação de comitês de ética sobre a clínica e o cuidado de crianças autistas*. Revista de Ciências Sociais Política e Trabalho, n. 42, jan-jul, p. 155-174. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/22803>. Acesso em: 23 setembro de 2018.
- CASCIO, M. Ariel; ANDRADA, Barbara Costa; BEZERRA Jr., Benilton. 2018. *Psychiatric Reform and Autism Services in Italy and Brazil*. In: FEIN, Elizabeth; RIOS, Clarice (eds.). *Autism in Translation. An Intercultural Conversation on Autism Spectrum Conditions*. Culture, Mind and Society, University of Tulsa, USA. p. 53-88.
- COSTA, Jurandir Freire; GRINKER, Roy Richard. 2018. *Autism and First-Person Accounts: The cognitive problem*. In: FEIN, Elizabeth; RIOS, Clarice (eds.). *Autism in Translation. An Intercultural Conversation on Autism Spectrum Conditions*. Culture, Mind and Society, University of Tulsa,

USA. p. 155-174.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. 2018. *Ciências Humanas e Neurociências: um confronto crítico a partir de um contexto educacional*. RBCS, v. 33, n. 97.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. 1983. *Três ensaios sobre pessoa e modernidade*. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro (datilografado).

DINIZ, Débora. 2012. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense.

EYAL, Gil; HART, Brendan. 2010. *How parents of autistic children became experts on their own children: Notes towards a sociology of expertise*. Annual Conference of the Berkeley Journal of Sociology.

EYAL, Gil et al. 2010. *The autism matrix*. The social origins of the autism epidemic. Cambridge, Maden: Polity Press.

FASSIN, Didier. 2009. *Another Politics of Life is Possible*. Theory, Culture and Society, v. 26, n. 5, p. 44-60. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0263276409106349>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

FEIN, Elizabeth. 2018. *Autism as a mode of engagement*. In: FEIN, Elizabeth; RIOS, Clarice (eds.). *Autism in Translation. An Intercultural Conversation on Autism Spectrum Conditions*. Culture, Mind and Society, University of Tulsa, USA. p. 129-154.

FEIN, Elizabeth. 2011. *Innocent machines: Asperger's syndrome and the neurostructural self*. Sociological reflections on the neurosciences. *Advances in medical sociology*. Emerald Group Publishing, v. 13, p. 27-49.

FERREIRA, F. 2015. *A negociação do diagnóstico de autismo*. Monografia [Trabalho de Conclusão de Curso], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FITZGERALD, Des. 2015. *Autism, ignorance and love*. *Science and Culture*, v. 22, n. 3, p. 394-400.

FOUCAULT, Michel. 2006. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GIDDENS, Anthony. 1993. *The Transformation of Intimacy. Sexuality, Love and Erotism in Modern Societies*. Cambridge: Polity Press/Blackwell Publishers.

GINSBURG, Faye; RAPP, Rayna. 2013. *Disability worlds*. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 42, p. 53-68.

GRINKER, Roy Richard. 2010. *Commentary: On being autistic, and social*. *Ethos: Journal of the Society for Psychological Anthropology*, v. 38, issue 1, p. 172-178. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1548-1352.2010.01087>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

GRINKER, Roy Richard; MANDEL, David. 2015. *Notes on a puzzle piece*. *Autism*, SAGE publications, p. 1-3. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1362361315589293>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

HACKING, Ian. 2009. *Autistic autobiography*. *The Philosophical Transactions of the Royal Society*, n. 364, p. 1467-1473. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/pdf/10.1098/rstb.2008.0329>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

HACKING, Ian. 2007. *Kinds of people*. *Moving targets*. *Proceedings of the British Academy*, n. 151, p. 285-318.

HACKING, Ian. 2006. *Making up people: clinical classifications*. *London Review of Books*, v. 28, n. 16, August. Disponível em: <https://www.lrb.co.uk/v28/n16/ian-hacking/making-up-people>.

Acesso em: 23 de maio de 2018.

HART, Brendan. 2014. *Autism parents & neurodiversity: radical translation, joint embodiment and the prosthetic environment*. Biosocieties, v. 9, n. 3, p. 284-303.

HOLLIN, Gregory. 2014. *Autism, sociality, and human nature*. Somatosphere. Science, Medicine, and Anthropology. June, 18th. Disponível em: <http://somatosphere.net/2014/06/autism-sociality-and-human-nature.html>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

HOLLIN, Gregory. 2014a. *Construction a social subject: Autism and human sociality in the 1980s*. History of the Human Sciences, v. 27, n. 4, p. 98-115.

JASANOFF, Sheila. 2004. *The idiom of co-production*. In: _____. States of knowledge: the coproduction of science and social order. New York: Routledge.

LOPEZ, Rosa Maria Monteiro; SARTI, Cynthia. 2013. *Eles vão ficando mais próximos do normal... Considerações sobre normalização na assistência ao autismo infantil*. Ideias. Campinas, n. 6, nova série, 1, p. 77-98. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649399>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

MALUF, Sônia W. 2015. *Biogitimacy, rights and social policies: New biopolitical regimes in mental healthcare in Brazil*. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, Brasília, v. 12, n. 1, June, p. 321-350.

MATTOS, Lisiane G de. 2016. *Como se decide a (in)capacidade e a deficiência? Uma etnografia sobre moralidades e conflitos em torno da perícia médica previdenciária*. Tese [Doutorado em Antropologia Social], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MELLO, Anahi. G. de. 2016. *“Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC”*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 10, p. 3265-3276. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016001003265&script=sciabstract&tlng=pt> Acesso em: 10 de abril de 2017.

MELLO, Anahi Guedes; NUERNBERG, Adriano Henrique. 2012. *Gênero e deficiência: interseções e perspectivas*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X201200030003>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

NUBILA, Heloisa Brunow Ventura Di. 2007. *Aplicação das classificações CID-10 e CIF nas definições de deficiência e incapacidade*. Tese [Doutorado em Saúde Pública], Universidade de São Paulo, São Paulo.

NUNES, Fernanda. 2014. *Atuação política de grupos de pais de autistas no Rio de Janeiro: perspectivas para o campo da saúde*. Dissertação [Mestrado em Saúde Coletiva], Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro.

OCHS, Elinor et al. 2004. *Autism and the social world: an anthropological perspective*. Discourse Studies, v. 6, n. 1, p. 147-183. London; Thousand Oaks; New Delhi: SAGE Publications.

ORTEGA, Francisco et al. 2013. *A construção social do diagnóstico do autismo em uma rede social virtual brasileira*. Interface. Comunicação, Saúde, Educação, v. 17, n. 44, jan/mar, p. 119-132. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v17n44/a10v17n44.pdf> Acesso em: 10 de abril de 2017.

ORTEGA, Francisco. 2010. *Deficiência, autismo e neurodiversidade*. In: DINIZ, Débora & SANTOS, Wederson (orgs.). Deficiência e Discriminação. Brasília: Letras e Livres. p. 143-168.

ORTEGA, Francisco. 2008. *O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade*. Mana, v. 14, n. 2, p. 477-509. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v14n2/a08v14n2.pdf>. Acesso em: 10

de abril de 2017.

ORTEGA, Francisco. 2018. *Commentary. Why not both? Negotiating ideias about autism in Italy, Brazil and the US*. In: FEIN, Elizabeth; RIOS, Clarice (eds.). *Autism in Translation. An Intercultural Conversation on Autism Spectrum Conditions*. Culture, Mind and Society, University of Tulsa, USA, p. 89-108.

ORTEGA, Francisco; CHOUDHURY, Suparna. 2011. *'Wired up differently: Autism, adolescence and the politics of neurological identities*. *Subjectivity*. Macmillan Publishers, v. 4, n. 3, p. 323-345.

RABINOW, Paul. 2008. *Afterword: concept work*. In: GIBBON, Sahra; NOVAS, Carlos. *Biosocialities, genetics and the social sciences: making biologies and identities*, Taylor & Francis e-Library.

RIOS, Clarice; ORTEGA, Francisco; ZORZANELLI, Rafaela; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. 2015. *Da invisibilidade à epidemia. A construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira*. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 53, p. 325-336. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v19n53/1807-5762-icse-1807-576220140146.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

RIOS, Clarice. 2018. *Experts on your own child, expert on your own world. Reinventing autism expertise(s)*. In: FEIN, Elizabeth; RIOS, Clarice (eds.). *Autism in Translation. An Intercultural Conversation on Autism Spectrum Conditions*. Culture, Mind and Society, University of Tulsa, USA, p. 185-206.

RIOS, Clarice; ANDRADA, Bárbara Costa. 2015. *The changing face of autism in Brazil*. *Culture, Medicine and Psychiatry*, v. 39, issue 2, April, p. 213-234. Disponível em: <https://leicufjr.files.wordpress.com/2017/05/rios-clarice-the-changing-face-of-autism1.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2017.

ROSE, Nikolas. 1997. *Assembling the modern self*. In: PORTER, Roy (ed.). *Rewriting the self. Histories from the Renaissance to the present*. London; New York: Routledge, p. 224-288.

ROSE, Nikolas. 2008. *Psicologia como uma ciência social*. *Psicologia e Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 155-164. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a02v20n2.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

ROSE, Nikolas. 2013. *The human sciences in a Biological Age*. *Theory, Culture and Society*, v. 30, p. 1, p. 3-34.

ROSENBERG, Charles E. 2002. *The tyranny of diagnosis: Specific entities and individual experience*. *The Milbank Quarterly*, v. 80, n. 2, p. 237-260. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2690110/>. Acesso em: 23 de maio de 2018.

SILVERMAN, Chloe. 2008. *Fieldwork in another planet: Social Science Perspectives on the Autism Spectrum*. *Biosocieties*, v. 3, issue 03, Sept., p. 325-341, Cambridge: Cambridge Journals.

SOLOMON, Olga. 2013. *Autism affordances of achievement. Narrative genres and parenting practices*. In: LONG, Nicholas J.; MOORE, Henrietta L. *The social life of achievement*. New York; Oxford: Berghahn, p. 120-138.

VALTELLINA, Enrico. 2018. *A. S. Classification, Interpellation*. In: FEIN, Elizabeth; RIOS, Clarice (eds.). *Autism in Translation. An Intercultural Conversation on Autism Spectrum Conditions*. Culture, Mind and Society, University of Tulsa, USA, p. 207-230.

A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Resumo: No cenário de uma crescente propagação midiática sobre o autismo, a flexibilidade e a complexidade da sua produção como um “diagnóstico clínico” e situado em um espectro altamente diversificado, somam-se aos debates sobre esta condição ser uma deficiência ou uma neurodiversidade – uma “maneira de ser”. A partir de uma etnografia que contou com entrevistas em profundidade com neurologistas e psiquiatras; uma convivência de três anos com dois jovens diagnosticados com autismo em seus espaços de trabalho e sociabilidade; e o acompanhamento do cotidiano de trabalho de assessoria em inclusão de uma especialista no assunto, analiso a construção social do diagnóstico do autismo e os efeitos das diferentes formas de entender, “habitar” e agenciar esta condição nos espaços laborais. Tal pesquisa permitiu-me problematizar a centralidade do conhecimento neurobiológico e dos especialistas psi e relativizar estes saberes na produção diagnóstica do autismo e na efetivação da política de cotas. Analiso também as estratégias de inserção do autismo na agenda pública, mostrando, na prática, como os diversos atores envolvidos nas disputas em torno do seu status nosológico coproduzem novos sujeitos, relações e sensibilidades sociais no Brasil.

Palavras-chave: Autismo, Deficiência, Processos Diagnósticos, Trabalho, Políticas Públicas.

The social (de)construction of the autism diagnosis in the context of quota policies for people with disabilities in the labour market

Abstract: In the context of a growing representation of autism in the media, the flexibility and complexity of its production as a “clinical diagnosis” and the fact that it is situated in a highly diversified spectrum, add to debates about this condition being a disability or neurodiversity – a “way of being”. Through an ethnographic work that ranged from in-depth interviews with neurologists and psychiatrists; a participant-observation of three years with two young people diagnosed with autism in their labour routines and spaces of sociability; and the follow-up of the day-by-day work of an expert in autism, I analyse the social construction of the autism diagnosis and the effects of different modes of understanding, “inhabiting” and agenting this condition in the workplace. My research allowed me to both problematize the centrality of neurobiological knowledge and psi specialists, and to relativize these knowledges both within the production of the autism diagnostic and the implementation of the quota policy. I also discussed the strategies of insertion of autism in the public agenda, showing, in practice, how the various actors involved in the disputes around autism’s nosological status co-produce new subjects, relations and social sensibilities in Brazil.

Keywords: Autism, Disability, Diagnostic Processes, Work, Public Policies.

Sobre gramáticas emocionais e violência sexual. Notas a partir de dois casos de interrupção legal de gestação realizados por mulheres com deficiência intelectual¹

Julian Simões

Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Apresentação²

O objetivo deste artigo é apontar para como a justaposição do conceito de ‘deficiência mental ou intelectual’³ às figuras jurídicas do ‘incapaz’ e do ‘vulnerável’ é efeito de uma estratégia na qual dor, sofrimento e vitimização são formulados como uma tecnologia de gestão. Isso porque, como bem afirma Sarti (2014), essas noções têm se convertido em figuras importantes para acesso a dispositivos de justiça, reparação e garantia de direitos. Além disso, estas categorias estão presentes em parte dos documentos oficiais sobre o enfrentamento à violência contra pessoas com deficiência no Brasil. A fim de demonstrar meu argumento, trago dois casos de interrupção legal de gestação. Um deles é o de uma garota de 13 anos de idade e o outro o de uma mulher de 27 anos de idade. Ambas são pessoas com deficiência intelectual que foram atendidas pelo Ambulatório de Violência Sexual localizado em uma cidade do Estado de São Paulo⁴.

O Ambulatório é um espaço interdisciplinar composto por cinco especialidades, a saber: Enfermaria, Ginecologia, Serviço Social, Psicologia e Psiquiatria. A sistematização do Serviço se deu seguindo um fluxo sustentado pela ideia de atenção integral à saúde que representa uma mudança radical em relação ao modelo de atenção médico tradicional. Para essa concepção, a ideia é priorizar atenção primária, bem como retirar do centro do modelo de atuação o papel do hospital e das especialidades médicas. Outro ponto importante para essa concepção é concentrar-se no usuário como um ser integral, abandonando o princípio médico de fragmentação do cuidado que, afirma Fracolli (2011), “transforma as pessoas em órgãos, sistemas ou pedaços de gente doentes” (:1136)⁵.

Como me foi explicado pela equipe médica, o primeiro contato das meninas e mulheres com as profissionais de saúde se dá a partir do Pronto Atendimento do Centro de Atenção. Lá elas são atendidas por profissionais da enfermaria que reali-

zam acolhimento, triagem e avaliação do tipo de violência relatada pela 'paciente'. Se identificada violência sexual em meninas não púberes menores de 14 anos ou violência física e/ou psicológica em crianças ou adolescentes, essas são encaminhadas ao Pronto Atendimento da Pediatria do Hospital. Se identificada violência física e/ou psicológica em mulheres adultas, sejam ou não menopausadas, essas são encaminhadas ao Pronto Socorro Adulto do Centro de Saúde em que fiz minha investigação.

Contudo, quando identificada violência sexual em mulheres pós-púberes, mulheres que entraram na fase da menopausa ou meninas não púberes maiores de 14 anos, essas são avaliadas por médico especialista e enfermeira. O objetivo, afirmavam as médicas, é qualificar e determinar o tempo decorrido do episódio da violência até a chegada da atendida ao Serviço. Tal fato se justifica devido ao tratamento profilático a ser adotado. No caso de mulheres que chegaram ao hospital em até 5 dias após a violência sexual, são realizados os seguintes procedimentos: 1) exames físicos e ginecológicos e, se possível, coleta de material forense; 2) anticoncepção de emergência; 3) quimiprofilaxia ABR; 4) sorologia HIV e DSTs, bem como outros exames bioquímicos pertinentes; 5) vacina gamablobulina; 6) atendimento psicológico e social; e 7) agendamento de retorno ambulatorial. Nos casos de mulheres que chegaram ao hospital decorridos 5 dias do episódio de violência sexual, são adotados os seguintes procedimentos: 1) exames físicos e ginecológicos; 2) teste rápido de B-HCG urinário para suspeita de gravidez; 3) sorologia HIV e DSTs, bem como outros exames bioquímicos pertinentes; 5) atendimento psicológico e social; 6) agendamento de retorno ambulatorial.

Dessa maneira, assim que elas chegam ao atendimento imediato do Centro de Saúde e relatam a situação de violência sexual, são realizados todos os procedimentos de profilaxia acima indicados. Conforme também descrevi nas páginas anteriores, somente em um segundo momento é que as meninas e mulheres são encaminhadas para o Ambulatório. Por ser um atendimento em caráter especial e não obrigatório, cabe às mulheres em situação de violência decidirem se seguem ou não o acompanhamento. De qualquer maneira, após optarem seguir no serviço ambulatorial, no primeiro dia elas passam por todas as cinco especialidades acima mencionadas. Nas consultas subsequentes, as meninas e mulheres passam apenas pelas consultas que foram agendadas.

Acompanhei as discussões dos casos pela especialidade da Psiquiatria, contudo, vez ou outra, mantive contato com a Assistência Social. O Protocolo criado pelo

Serviço do Centro de Saúde recomenda que as meninas e as mulheres fiquem em acompanhamento médico por 6 meses. Esse tempo tem a ver com segmento Sorológico e não por questões de saúde mental ou demais protocolos Psiquiátricos. Como presenciei várias vezes, algumas da ‘atendidas’ recebiam alta médica da psiquiatria, porém continuavam a frequentar o Ambulatório em outras especialidades. Na psiquiatria eram realizadas entre 1 e 4 consultas. Segundo o protocolo criado por essa especialidade, o ideal é que todas as mulheres passem por ao menos 2 consultas, sendo 1 consulta no primeiro dia de ambulatório quando elas passam por todas as especialidades e 1 consulta que chamam de retorno de segurança. Evidentemente que o número de consultas varia com a necessidade de cada uma das ‘pacientes’.

Por questões éticas, eu não tive acesso às meninas e mulheres em situação de violência e, tampouco, aos seus Prontuários Médicos. Dessa maneira, minha estratégia foi acompanhar a leitura e a discussão dos casos pela especialidade da psiquiatria. Assim, os dados recolhidos advêm das informações descritas nos referidos prontuários, mas que são narradas pelos e pelas residentes psiquiatras⁶. Esclarecidos esses pontos iniciais, apresentarei nas seções seguintes os dois casos de interrupção legal de gestação, bem como as tecnologias de gestão operadas pela ‘vitimização’ dessas meninas e mulheres em situação de violência sexual que, nem sempre, se identificam ou se dizem vítimas. A ideia é explicitar a ambivalência de garantir direitos e de impossibilidade do exercício desses mesmos direitos por mulheres assignadas com deficiência.

Sobre afetos, narrativas de violência sexual e pedidos de abortamento legal

Antes de iniciar as narrativas, se faz necessário uma pequena consideração a respeito dos episódios aqui apresentados. Penso ser importante reforçar que nos dois eventos de violência sexual narrados, além das discussões advindas do atendimento pré-abortamento, acompanhei as discussões realizadas pós-interrupção de gestação que foram atendidas pelas e pelos residentes. Dessa maneira, é importante ter em mente que as situações descritas também foram produzidas a partir de meu esforço narrativo. Os termos técnicos, as enunciações a partir da forma-formulário (NADAI, 2018) das fichas de avaliação e os engajamentos emocionais da equipe (e os meus também) são os principais elementos que compõem minha descrição dessas situações. Também é preciso enfatizar que a coerência e a aparente linearidade da

sucessão dos acontecimentos foram produzidas a fim de organizar as várias vozes fragmentadas durante os atendimentos e discussões.

Afirmo isso porque nem sempre eram os mesmos residentes que atendiam as meninas em mulheres em situação de violência. Dessa maneira, as fichas de avaliação elaboradas na primeira consulta serviam de referência para todos os médicos que viessem a atender alguma dessas mulheres. Já a evolução do caso, os novos desdobramentos do episódio da violência ou mesmo dos antecedentes clínicos da ‘paciente’ comumente eram relatados nas consultas subsequentes. Tendo em conta esse aspecto fragmentário do próprio caso clínico em sua elaboração e desenvolvimento, organizei e produzi as duas narrativas das situações de violência sexual tal como apresento aqui. Em outras palavras é dizer que essas narrativas são um efeito etnográfico (Strathern, 2014). São formas descritivas que visam ampliar o escopo de análise dos meus argumentos, já que a singularidade de cada caso mobiliza o repertório compartilhado pela prática médica e também o repertório sociojurídico que se justifica a partir de uma gramática emocional. Por isso, como afirma Strathern (2014), minha “questão não é simplesmente como trazer certas cenas à vida, mas como trazer vida às ideias” (:175).

Laura⁷

Diferentemente da maioria de outras meninas e mulheres que frequentavam o serviço do Ambulatório de Atendimento Especial, Laura tinha um Prontuário Médico bastante extenso. Com 27 anos, a mulher parecia conhecer bem a praxe de um Hospital. Segundo a residente, a ‘paciente’ fazia acompanhamento no Centro de Saúde desde que tivera seu diagnóstico de ‘*retardo mental*’ confirmado. Por isso, ela não estava tão deslocada e assustada com a rotina de espera, consultas e exames, bem como com os característicos cheiros, sons e cores de um hospital. O Prontuário Médico de Laura registrava uma história institucional que ia além do caso em questão. A residente, sem tempo hábil para ler toda a volumosa pasta, iniciou sua narrativa enunciando algumas das informações repletas de termos técnicos⁸. Conforme avançava a narração, descobrimos que Laura vivia com a avó, era diagnosticada com ‘*retardo mental de gravidade não especificada*’⁹. Descobrimos também que passava por acompanhamento psicológico, que não era alfabetizada, apesar de saber assinar seu próprio nome e ser copista.

Já a descrição da situação de violência foi narrada com mais atenção e continha informação de várias vozes. Devido à sua condição ‘*especial*’, a avó, a tia e a própria

Laura relataram o que havia passado. Durante a discussão do caso foi enfatizada a timidez da mulher, a fala pouco elaborada ainda que suficiente para contar o ocorrido e destacado que a vivência do episódio de violência como algum ruim, mas não traumático. Seu sono, apetite e sua disposição física foram pouco alterados, afirmou a residente. No entanto, o fato de se encontrar em um Hospital e ter ouvido palavras como ‘*internação*’, ‘*gravidez*’ e ‘*explicar o procedimento*’ a deixou bastante ansiosa. Segundo o que me foi narrado durante a discussão do caso, a ansiedade se justificava por Laura não estar segura de que a avó, pessoa com quem morava, estava ciente do que pudesse passar com ela.

Em conversa com a avó da mulher de 27 anos, a assistente social nos informou que esta se sentia culpada pelo que ocorreu com sua neta. Ainda segundo a assistente social, desde o nascimento da neta, ela sempre fora muito participativa na vida da garota, mesmo quando esta vivia com o pai na cidade de São Paulo. Participação que fora intensificada quando a neta passou a residir com ela 12 anos atrás. A avó de pronto sabia informar quais remédios e quais as horas em que cada um deles deveriam ser ministrados à neta. Sabia também que esses mesmos medicamentos embaralhavam o ciclo menstrual de Laura e, por isso, a atenção a essa esfera da vida da neta devia receber cuidado especial. Exatamente por tal motivo, não foi difícil intuir que um atraso menstrual de dois meses indicava uma gravidez. Estava segura disso, afirmou a residente, porque, semanas antes, a neta havia lhe contado sobre as ‘*coisas estranhas*’ que o vizinho Joaquim lhe fizera na ocasião em que esteve sozinha em casa.

A partir de um esforço de sistematização das várias e fragmentadas vozes registradas na ficha de atendimento imediato a mim descritas, a médica residente iniciou sua narrativa sobre a situação de violência em questão. Segundo o que foi exposto, a avó de Laura havia ido à festa de aniversário de uma conhecida do bairro e deixado a neta sozinha em casa por algumas horas. As tais ‘*coisas estranhas*’ enunciadas pela ‘*paciente*’ de 27 anos, afirmou a residente, incluíam carícias, brincadeiras e jogos em que os perdedores precisavam tirar, aos poucos, as peças de roupas que vestiam. Contudo, enfatizava a médica dando destaque à fala de Laura, a mulher garantiu que o vizinho não lhe havia machucado. O vizinho, afirmou a avó à assistente social, era casado, pai um de uma menina com 4 anos de idade e sempre muito prestativo com as pessoas. Até o episódio, nunca dera indícios de que poderia cometer um ato de violência sexual contra alguém ‘*incapacitado*’ por sua condição de ‘*deficiente*’.

Por conta de tal situação, Laura estava grávida e necessitava fazer um processo

de *'interrupção legal de gestação'*. A avó, assumia todas as reponsabilidades de cuidado emocional e econômico da neta. Por isso, afirmou à equipe médica que ela não tinha mais idade, condições emocionais e financeiras para cuidar de um novo membro na família. Assim, a mulher acreditava que a melhor decisão a ser tomada era o aborto. Sem titubear, afirmou a assistente social, a avó da paciente registrou Boletim de Ocorrência e acreditou ter tomado todos os procedimentos legais necessários para dar fim ao caso iniciado pela situação de violência sexual sofrida pela neta.

Já a residente, nos narrou o que foi dito em consulta por Laura. Segundo conta, a mulher de 27 anos estava vendo seu programa de televisão favorito quando ouviu alguém chamar à porta. Vendo que era Joaquim, Laura o convidou para entrar para que conversassem um pouco. Tempo depois, contou a mulher à residente, o vizinho e ela passaram a realizar um jogo. No começo, seguiu narrando a médica, Laura disse ter achado tudo muito divertido, já que as cócegas realizadas por Joaquim a faziam rir. Depois, confessara a mulher, não gostou muito de ter que tirar a roupa e de sentir o bigode e a barba do vizinho roçando em seu corpo. Também não lhe agradara o desconforto vaginal que ela sentiu quando Joaquim se deitou por cima dela e fazia alguns desconfortáveis movimentos. Ainda assim, garantia Laura, ele não a machucou e não manteve relações sexuais consigo. Tal narrativa contada pela residente de psiquiatria deixou claro à equipe médica que a garota não sabia o que de fato era uma relação sexual.

Durante as demais consultas, a equipe médica me informou o que havia sido explicado pela tia sobre o quão sofrido era para a avó cuidar de Laura. Segundo a tia, desde o momento em que a paciente passou a viver com sua mãe, o irmão, pai de Laura, deixou de se responsabilizar economicamente pela garota. A tia contou ainda que com a mãe da garota nunca se pode contar emocional, física ou economicamente. Segundo ela dizia, havia fortes suspeitas de que a mãe da moça fosse, ainda que em grau menor, *'incapaz'* e *'deficiente mental'* como Laura. De todo modo, isso não impedira de que a mulher se casasse novamente e tivesse mais duas filhas pequenas com as quais Laura adorava brincar. Por fim, contou à equipe que a garota ajudava a avó nos afazeres do lar, bem como participava de oficinas para pessoas com *'necessidades especiais'* do bairro onde viviam.

A equipe me disse que a *'paciente'* havia confirmado toda a história contada pela tia. Porém, quanto à decisão do abortamento, Laura parecia mais ambivalente e dizia que não estava segura de que o melhor para si seria realizar o aborto. A residente enfatizou que durante as consultas, a mulher pareceu bastante *'pueril'*

e dizia que gerar uma criança parecia algo prazeroso, já que ela via tantas pessoas felizes quando descobriam uma gravidez. No entanto, quando a equipe do Centro de Saúde explicou todas as responsabilidades que uma gestação implicava, Laura disse que talvez houvesse demasiada responsabilidade. Disse também que a chegada de uma criança dificultaria seus passeios, suas brincadeiras com as irmãs mais novas, assim como sua participação nas oficinas que tanto gostava. Desse modo, me disse a equipe médica, foi pesando os prós e os contras, mas também levando em consideração o desejo de sua avó, que Laura se convenceu de que a melhor escolha era pela *'interrupção da gestação'*.

Passados alguns dias, foi-me informado que o pedido de *'interrupção legal de gestação'* de Laura havia sido aprovado. Contaram-me ainda que houve uma explicação detalhada sobre o que se passaria, enfatizando que a internação ocorreria em data agendada e que assim ela poderia avisar à avó. Fato esse, sublinhou a equipe médica, bastante importante para a mulher que sorriu e se sentiu mais aliviada ao ouvir tal informação. Já a explicação sobre os procedimentos técnicos parecia mais distante da compreensão por parte da *'paciente'*. Ainda assim, disseram a Laura que ela estava grávida de 12 semanas, que sentiria algumas dores e que seria acompanhada durante todo o procedimento por profissionais do hospital. Nas demais consultas pós-abortamento, fui informado que Laura somente chorou quando, no final do processo, viu o pequeno feto fora de seu corpo. Por fim algo me pareceu interessante nessa história. Apesar de bastante envolvidos e dedicados ao caso, o engajamento com a história de Laura não foi unânime. Por isso, intuí que sua condição de pessoa com deficiência intelectual não ressoava tanto nas e nos residentes como ressoou o caso de Maria, que narrarei a seguir.

Maria

Dessa vez não havia choros estridentes, ruídos de ventiladores ou mesmo vozes sussurradas de mulheres que esperavam ser atendidas. Não havia enfermeiras chamando insistentemente por algumas das *'pacientes'*. Igualmente não havia um painel que, abruptamente, apitava chamando por um número de identificação e tampouco havia televisões emudecidas. Diferentemente das demais *'atendidas'*, Maria, de 13 anos de idade, não estava fisicamente no Ambulatório para as habituais consultas. A equipe médica e eu já havíamos discutido outros casos, contudo, foi apenas com a chegada da história da garota que uma espécie de comoção generalizada mobilizou a atenção e o envolvimento tanto da equipe como o meu.

Internada na obstetrícia do Hospital, Maria compareceu ao serviço ambulatorial por meio de seu Prontuário Médico. A garota, como me foi narrado, estava ali materializada em palavras. Estas, por sua vez, estavam acompanhadas de termos médicos que diziam muito sobre o quadro de saúde da garota. Segundo narrou a equipe, diagnosticada em seu nascimento como *'Retardo Mental Leve'* e *'Paralisia Cerebral'*¹⁰ do lado direito, Maria vivia com sua mãe, com seu irmão mais novo, de 10 anos, e com seu irmão mais velho, de 16 anos. Por seu delicado estado de saúde, uma dupla camada de cuidado continuamente lhe fora destinada, enfatizou a residente da psiquiatria. Segundo me contou a equipe do Ambulatório, a mãe da garota de 13 anos disse que desde muito pequena, a saúde da filha apresentara um quadro elevado de *'fragilidade'*, bem como ela havia perdido as contas dos inúmeros episódios convulsivos que a filha passara ao longo dos anos. As responsabilidades de cuidado todas eram realizadas por ela, já que o pai alcoolista os abandonou pouco depois do nascimento de filho mais novo.

Não bastasse o complexo quadro de *'vulnerabilidade'* e *'incapacidade'*, conforme narrado e registrado nas fichas do Prontuário, a garota fora trazida ao Hospital por sua mãe com uma gravidez bastante adiantada. A equipe informou que todos os exames pelos quais a *'paciente'* passou lhe causavam crises de choro e também a assustavam. Bastante sensibilizadas e envolvidas, as profissionais pacientemente acalmavam a garota quando uma crise dessas era iniciada. Na narrativa realizada sobre o episódio de violência vivenciado por Maria, as palavras descritas pela equipe pareciam retratar uma espécie de situação improvável mesclada com outra situação impossível. Segundo o que me foi descrito, a mãe da garota contara que havia deixado sua filha e seu filho mais novo brincando em um dos cômodos da casa enquanto realizava alguns dos afazeres domésticos. Percebendo que já se passava algum tempo em que os filhos estavam *'sozinhos'*, mas também com o silêncio atípico para crianças naquela idade, decidiu ir até o quarto. Para sua surpresa, afirmou a mulher aos médicos, ela se deparou com o filho mais novo de calça abaixadas em cima de sua filha Maria. Angustiado, relatou durante o atendimento de urgência descrito na ficha, ela tentou de todo o modo esquecer o que presenciara.

Segundo uma das assistentes sociais, a mulher instruiu os filhos que não contassem o episódio para mais ninguém, nem mesmo para o irmão mais velho de 16 anos, que não estava em casa na hora do ocorrido. Porém, narrou a assistente visivelmente sensibilizada, alguns dias depois o esforço por esquecer o ocorrido foi abruptamente interrompido. Pelo segundo mês consecutivo, Maria não mens-

truou. Segundo a equipe, a mãe da garota sabia que por conta dos problemas de saúde, assim como pela quantidade de remédios que a filha tomava, era comum certa desordem no ciclo menstrual da menina. Mas nunca a desordem superou o período de dois meses. Assim, logo intui que algo de errado podia estar se passando com a filha. Conforme foi narrado, a mulher levou algum tempo para tomar qualquer decisão, já que uma espécie de paralisia emocional tomou conta de seus pensamentos. Segundo afirmara para a equipe do ambulatório em algumas das consultas, foram necessários alguns dias até que começasse a tentar pensar no que poderia fazer. Ela disse ter atrasado qualquer tomada de decisão o quanto pôde, mas a barriga da filha podia crescer e denunciar a possível gravidez que tão veementemente ela queria esconder.

Depois de tomada a decisão, a mulher contou à equipe que a filha e ela seguiram o caminho para o Hospital. O filho mais velho, afirmou a mãe de Maria à assistente social, nem imaginava a complicada situação pela qual a família estava passando. Já o filho mais novo, aquele que se convertera no *'agressor'*, tampouco sabia que havia engravidado a própria irmã. No hospital, a confirmação da gravidez somente aumentou o problema que viviam. Segundo a médica residente, a mãe da garota fora logo informada dos procedimentos legais que necessitava realizar caso decidisse pela interrupção legal da gestação da filha. No entanto, afirmou a mulher em consulta, registrar um boletim de ocorrência contra o seu próprio filho não era uma decisão fácil. Além do mais, dizia ela, estava crente de que um registro como esse podia colocar em risco a única fonte de renda com a qual se mantinham, ou seja, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)¹¹ concedido à filha.

Já a equipe médica tinha inúmeros dilemas técnicos a enfrentar. Nas discussões que presenciei, a equipe sabia que precisava tomar uma decisão institucional delicada que envolvia dois *'sujeitos vulneráveis'*. Os procedimentos adotados pela equipe do Hospital e do Centro de Atenção, explicados a mim com a mesma atenção que explicaram à família, consistia primeiramente em confrontar as narrativas de mãe e filha, a fim de se certificarem da coerência da história. Logo perceberam que, guardadas as devidas diferenças dos modos de narrar, os fatos contados eram fundamentalmente os mesmos. Por longas e exaustivas horas, discutiram a delicada situação emocional enfatizando a mudança na qualidade do sono, as alterações no apetite, os sintomas de ansiedade, os sintomas de *'sofrimento psíquico'*, assim como a saúde física da garota, em uma reunião. Conforme foi narrado em discussão por um dos médicos da obstetrícia, foram realizados todos os exames físicos para asse-

gurar a viabilidade de um procedimento de interrupção. Ainda segundo o médico, também se certificaram de que todos os procedimentos legais para a realização de tal processo fossem cumpridos.

Vale lembrar, como me disseram, além de *'deficiência mental'*, a garota era menor de idade, o que implicava lidar com uma normativa específica que precisava ser cumprida à risca¹². Categorias médicas e jurídicas precisavam dizer as mesmas coisas, o que explica as várias menções que escutei durante a elaboração das fichas de termos como *'vulnerável'*, *'incapaz'*, *'retardo mental'*, *'tutelado'*. Somado a esses procedimentos, foi realizado um cuidadoso exame psiquiátrico em Maria, bem como explicaram à garota os procedimentos, as possíveis dores e outras manifestações físicas decorridas do aborto. Durante todo o processo, que durou pouco mais de uma semana, ambivalente, a garota chorava e ora dizia querer realizar, ora não queria realizar a interrupção. As alterações no sono, do apetite e mudanças na rotina da *'paciente'* foram constantemente reforçadas nas narrativas da equipe.

Já a mãe, afirmaram alguns dos médicos com que discuti o caso dias depois, não via a hora de que tudo aquilo acabasse. Foi-me narrado que, um pouco desorientada, Maria chorava muito e reclamava das dores durante todo o procedimento. Só conseguiu se sentir mais tranquila depois que o feto de pouco mais de 500 gramas já não se encontrava mais em seu corpo. Após o procedimento, Maria permaneceu mais calada e um pouco chorosa. Um pouco mais aliviada, porém visivelmente afetada pela situação, contou-me uma das assistentes sociais também muito sensibilizada, a mãe não tinha tempo para se tranquilizar. Ela agora precisava criar uma estratégia para dividir os cuidados entre a filha com deficiência intelectual, que havia passado por um procedimento de aborto, e o filho de 10 anos que além das crises convulsivas, apresentava um quadro psicológico bastante singular.

Categorias justapostas e suas gramáticas emocionais

Os casos de Laura e Maria ajudam a formular como o sofrimento e a vitimização se tornam um idioma pelo qual alguns direitos são acionados. Mais, como o sofrimento e a vitimização passam a ser fundamentais para que alguns direitos sexuais e reprodutivos sejam justificados e reconhecidos não em sua positividade, mas em sua negatividade. Segundo Corrêa (2006), a positividade dos direitos sexuais e reprodutivos indicaria que Laura e Maria teriam garantido o direito de interrupção legal de gravidez, caso assim o desejassem. No entanto, como os direitos sexuais foram formulados a partir de sua negatividade, o exercício destes direitos indica que o

aborto só pode ser realizado quando o bem jurídico da dignidade sexual, e não a própria pessoa, é violado. Assim, nos dois casos se faz uso de uma economia moral (Fassin, 2012, 2014) em que dor, sofrimento e tristeza se convertem em uma linguagem mediante a qual o direito de interrupção de gravidez se converte em uma possibilidade.

Tal formulação pode parecer um pouco deslocada, contudo, penso que faz sentido quando se pensa na maneira como o procedimento de *'interrupção legal de gestação'* é autorizado no país. Segundo o Código Penal, não se configura crime a interrupção de gestação em situações de violência sexual, de risco de morte da mãe ou, mais recentemente, em casos de anencefalia¹³. De fato, tanto Laura como Maria se encaixariam na condição de *'mulher em situação de violência sexual'* e por isso poderiam realizar legalmente a interrupção de gravidez. Contudo, as possíveis representações morais e a questão da ambiguidade jurídica em que elas se encontram (são pessoas em situação de *'curatela'*), fizeram com que a decisão passasse por artifícios narrativos que reforçavam e justificavam também por uma economia moral a realização do aborto.

Maria, além de uma pessoa com deficiência intelectual, é uma criança. Isso implica que, do ponto de vista legal, existe uma legislação específica por meio da qual seus direitos são regulados, ou seja, o ECA. Desta forma, a *'tutela'*, e não a *'curatela'*, é o instituto jurídico ao qual ela está submetida. Entretanto, tanto a *'curatela'* como a *'tutela'* constroem alguém como *'vulnerável'* e *'incapaz'*. Além disso, as concepções morais sobre a infância constroem uma representação em que inocência e pureza são as principais características desse período da idade. Por isso, uma situação de gravidez decorrida de um episódio de violência sexual se converte em uma situação que gera uma unanimidade. A gravidez só trará *'dor'* e *'sofrimento'* para a menina. Mais, a *'dor'* e o *'sofrimento'* decorrentes da violência extrapola o corpo de Maria e se direciona também a todos os seus familiares. Essa é uma estratégia que constrói a figura da *'vítima'* no corpo que sofre, mas também na relação que esse corpo que sofre cria com as demais pessoas (Fonseca & Maricato, 2013). Vitimizar Maria e também seus familiares é uma maneira de justificar moralmente o aborto realizado. Além disso, vitimizar Maria é também extrapolar a condição de pessoa com deficiência para todas as relações que ela estabelece.

Laura também é uma pessoa com deficiência intelectual e, por isso, está submetida ao *'instituto jurídico da curatela'*. Isso quer dizer, que tal situação poderia atrapalhar a realização do abortamento legal, uma vez que a mulher é marcada por

pelo menos três categorias sociojurídicas que têm implicações distintas. ‘*Deficiência mental*’ é uma categoria que descreve uma condição de saúde de pessoas independentemente da idade e que possua algum tipo de ‘*comprometimento*’. ‘*Incapacidade*’ é uma categoria que descreve a não capacidade de pessoas (com ou sem deficiência intelectual) em decidir sobre os seus próprios atos, sejam eles políticos, civis, sexuais ou patrimoniais. Eis o caso de crianças e adolescentes, bem como o caso das pessoas que são chamadas de “*deficientes intelectuais*”. ‘*Vulnerável*’ é uma categoria das mais complexas, já que tem uma variedade imensa de definições e utilizações. De qualquer maneira, na articulação saúde e conceitos sociojurídicos, ‘*vulnerável*’ é uma pessoa ou um grupo de pessoas em que a possibilidade de escolha é severamente limitada, sujeitas frequentemente à coerção em sua decisão.

Pelo Código Civil Brasileiro de 2002, todas essas categorias têm implicações distintas que vez ou outra se cruzam e acionam direitos e deveres específicos. Esses cruzamentos se dão, sobretudo, nos processos de ‘*interdição*’ referentes ao ‘*instituto jurídico da curatela*’. É bem verdade que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015 acrescentou um novo dispositivo sociojurídico denominado ‘*Tomada de Decisão Apoiada*’. Esse acréscimo ocasionou uma reconfiguração de todo o ‘*Regime de Incapacidades*’ do Código Civil Brasileiro. Explico. Anteriormente à promulgação da LBI, existiam as figuras da ‘*tutela*’ e da ‘*curatela*’. A essas estavam coladas as figuras da ‘*incapacidade relativa*’ e da ‘*incapacidade absoluta*’. Trocando em miúdos, a ‘*tutela*’ era um instituto que cessaria após os 18 anos, já que seu objetivo era garantir e proteger o desenvolvimento social e psicológico dos que a ela estavam submetidos¹⁴.

Quanto à ‘*incapacidade*’ há uma disputa de interpretação entre os operadores da lei. Alguns afirmam ser o ‘*tutelado*’ um ‘*incapaz absoluto*’ e outros garantem ser o ‘*tutelado*’ um ‘*incapaz relativo*’, em especial no que tange à sexualidade destes. Igual procedimento se dava com a ‘*curatela*’. No entanto, os submetidos a esse instituto jurídico eram maiores de 18 anos e deviam passar por um processo de ‘*interdição*’, para que a eles fossem destinados ‘*curadores*’. Ainda que a recomendação dos ordenamentos jurídicos fosse levar em conta a ‘*incapacidade*’ dos sujeitos (relativa ou absoluta), a maior parte das vezes, as decisões colavam ‘*curatela*’ à ‘*incapacidade absoluta*’.

Com a promulgação da LBI em 2015, há uma mudança substancial nesse complexo jogo de ‘*capacidades*’ e ‘*incapacidades*’. Os ‘*absolutamente incapazes*’ somente seriam os menores de 16 anos (Art. 3º do CC, 2002 NR). Os ‘*relativamente incapazes*’ são os maiores de 16 anos e os menores de 18, os chamados ‘*ébrios naturais e os viciados em tóxicos, os que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade e*

os *pródigos*' (Art. 4º do CC, 2002 NR). Nota-se que tanto a '*enfermidade ou deficiência mental*' (Art. 3º) como os chamados '*excepcionais sem desenvolvimento mental completo*' (Art. 4º) são tornados '*capazes*'. Isso porque, o novo '*instituto de Tomada de Decisão Apoiada*' garante a '*capacidade civil*' assistida por apoiadores escolhidos pela pessoa a ser apoiada. Essa nova forma de conceber as pessoas com deficiência intelectual ainda é um tanto nebulosa. A polêmica entre os especialistas e os operadores da lei foi tamanha que há um projeto de lei que visa operar uma nova mudança na teoria das incapacidades¹⁵. No entanto, não detalharei essa polêmica aqui.

O que busco indicar com os dois casos é que as categorias sociojurídicas parecem perder suas especificidades e se justificam a partir de uma gramática emocional. Assim, noções como dor, sofrimento e vitimização criam uma gramática de sentidos mais eficiente para justificar alguns direitos a serem acionados, como é o caso dos direitos sexuais e reprodutivos nessas situações de abortamento. Desse modo, quando o '*sofrimento*' e a figura de '*mulher vítima*' se cruzam, acabam por se transformar em um idioma de inteligibilidade entre o campo médico e o campo sociojurídico. Em outros termos, é dizer que todas as diferenças médico-jurídicas são significadas nesse processo como semelhanças. Assim, mulher com '*deficiência mental*' que é '*curatelada*', '*mulher incapaz*' e '*mulher vulnerável*' são descrições de uma mesma condição de existência, ou seja, a '*mulher com deficiência vítima de violência sexual*'.

Foi criando a figura incontestável de '*vítima*' que faz sofrer seu próprio corpo e que faz sofrer o corpo de seus familiares, bem como as relações que estabelecem com estes, que se constrói e se legitima o acesso de Laura e Maria ao abortamento legal. Preocupadas pela possibilidade de não realização de um aborto legal já garantido por lei, a equipe descrevia os efeitos políticos do sofrimento na vida dessas pessoas. Foi demarcando o peso financeiro, mas também emocional, de mais uma pessoa na família que teria de ser ajudada pela mãe de Maria ou pela avó Laura que se justificou o aborto. Foi explicitando o sofrimento que as duas mulheres passaram com toda a situação de violência sexual que o aborto foi legitimado. Foi reforçando a dor de uma memória traumática na vida de todos os envolvidos nas relações ordinárias que gravitavam em torno da vida das mulheres que se justificou o aborto. Enfim, foi articulando o sofrimento e a vitimização como categorias úteis que os direitos sexuais já garantidos foram acionados na ocasião.

É bem verdade que técnicas de gestão pela dor e sofrimento ou as técnicas de governos pela figura da vítima têm sido analisada por diversos pesquisadores¹⁶. Em um primeiro momento, minha investigação parece se somar a esses esforços. No

entanto, tenho me debatido com algumas questões bastante específicas do campo da deficiência que parecem me ajudar a pensar outros horizontes (ainda incertos). O que chamo de tecnologias de gestão a partir da figura da vítima com deficiência intelectual é, em realidade, um conjunto de técnicas de controle bastante diversas. Uma delas tem a ver com o regime de cuidado e proteção que é visibilizado pela figura da vítima. Cuidar e proteger as mulheres em situação de violência é o horizonte de todo o atendimento realizado pelo serviço.

No entanto, ao vitimizar as *'atendidas'* no ambulatório, também são protegidas as famílias das atendidas que não serão responsabilizadas econômica e moralmente por abandono, descuido ou negligência. É protegida a equipe médica de repreensões morais e legais de autorizarem e concretizarem procedimentos de interrupção legal de gestação, haja vista a enorme polêmica que envolve o assunto de abortamento no país¹⁷. Dessa maneira, ao justificarem via dor e sofrimento um procedimento envolto em tantas polêmicas, penso que se cria uma camada de proteção adicional a esses profissionais que fazem esses procedimentos, ainda que estes sejam realizados de acordo com todos os preceitos legais.

Por outro lado, vitimizar explicita os dilemas e paradoxos que envolvem a ampliação dos direitos à sexualidade para uma população socialmente tomada como *'vulneráveis'* e *'incapazes'*. Por um lado, garante e protege que mulheres com deficiência intelectual possam exercer seus direitos. Por outro, vitimizar é retirar a agência dessas mesmas meninas e mulheres que são protegidas e garantidas. Tendo em conta a delicadeza desse tema, assim como as moralidades que envolvem esse processo, a vitimização tem sido uma estratégia de proteção a possíveis repreensões morais. No entanto, a vitimização também explicita uma complexa técnica de gestão de corpos, direitos e sexualidades. Dessa maneira, mais do que ser uma solução é o início de inúmeros outros dilemas que ainda precisam ser enfrentados para que a condição de sujeitos de direitos possa ser plenamente exercida por pessoas com deficiência intelectual.

Recebido: 13/02/2019

Aprovado: 14/05/2019

Julian Simões é doutor em Ciências Sociais e Mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Membro do Núcleo de Estudos de Gênero (PAGU), do Ateliê de Produções Simbólicas e Antropologia (APSA) da UNICAMP, do GESD/NAU da USP e do Grup de Treball en Discapacitat i Antropologia do Institut Català d'Antropologia. Desenvolve pesquisas nas temáticas de deficiência, violência sexual, direitos sexuais e reprodutivos e ordenamentos e práticas jurídicas. ORCID: 0000-0002-3252-893X. Contato: julian_sociais@yahoo.com.br

Notas

1. A investigação que deu origem a este artigo foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo n° 14104/2014-7, e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n° 2015/19346-0 e processo n° 2016/16682-1. Diante dos ataques recentes que as Universidades e as Instituições Públicas de amparo à pesquisa e desenvolvimento científico vêm sofrendo, importa enfatizar que sem tais aportes financeiros, nada do aqui apresentado seria possível. Produção de conhecimento e pesquisa científica necessitam de investimento e não corte ou qualquer tipo de contingenciamento de verba.
2. Agradeço a Maria Filomena Gregori, Larissa Nadai, Cilmara Veiga, Juliana de Farias Mello e Souza, Carolina Branco de Castro Ferreira, Rafael Nascimento César, Ana Laura Lobato, Carolina Parreiras Silva, Cynthia Andersen Sarti, Guita Grin Debert e Claudia Fonseca, pelas leituras e sugestões em diferentes fases do texto que originou este artigo.
3. Este artigo adotará as seguintes padronizações de categorias: 1) grafados em itálico e aspas simples dizem respeito ao modo como minhas interlocutoras de pesquisa utilizavam os termos, exemplo, “paciente”; 2) grafados com aspas simples indicam os termos sociojurídicos, por exemplo, “vulnerável”; 3) grafadas com aspas duplas são citações de textos. No entanto, será possível notar um trânsito de categorias entre as práticas médicas e jurídicas indicando, assim, a construção de uma tecnologia de gestão da deficiência intelectual.
4. Vale destacar que o Ambulatório de Violência Sexual é um serviço oferecido para mulheres com e sem deficiência e deficiência intelectual.
5. Para uma discussão mais aprofundada sobre a noção de atenção integral à saúde da mulher, ver: Osis (1994).
6. A estratégia em questão mereceria uma análise mais adensada. No entanto, diante das limitações de espaço, contento-me apenas em enunciar o que aqui exponho. Para mais, ver capítulos 2 e 3 da minha tese de doutorado (Simões, 2019).
7. A fim de preservar a identidade das meninas, mulheres e equipe do ambulatório, todos os nomes são fictícios.
8. Apenas para elucidar: MEN (idade da menarca), DUM (data da última menstruação), HS (história sexual), MED C (medicação em curso), REAC (reações alérgicas), TS (tentativa de suicídio), TEPT (transtorno de estresse pós-traumático).
9. Segundo definição do DSM-5, “aplica-se quando existe uma forte suposição de Retardo Mental,

mas o indivíduo não pode ser adequadamente testado pelos instrumentos habituais de medição da inteligência. Isto pode ocorrer no caso de crianças, adolescentes ou adultos que apresentam demasiado prejuízo ou falta de cooperação para serem testados, ou com bebês, quando existe um julgamento clínico de funcionamento intelectual significativamente abaixo da média”. Para uma perspectiva ligada aos estudos sobre deficiência, ver: Autor (2014) e Lopes (2015).

10. Segundo a Associação Brasileira de Paralisia Cerebral (ABPC), a Paralisia Cerebral (PC) descreve um grupo de desordens do desenvolvimento do movimento e da postura, causando limitações nas atividades. São atribuídas a distúrbios não progressivos que ocorrem no cérebro em desenvolvimento. As desordens motoras da PC são geralmente acompanhadas por alterações na sensação, percepção, cognição, comunicação e comportamento, podendo também ser acompanhadas por crises convulsivas. (Associação Brasileira de Paralisia Cerebral – ABPC. Disponível em: <http://www.paralisiacerebral.org.br/saibamais06.php>. Acesso em: 11 jun. 2017).

11. Benefício de Prestação Continuada – Lei Orgânica de Assistência Social (BPC-LOAS) – benefício assistencial em que a pessoa com deficiência tem direito ao recebimento de um salário mínimo mensal, de forma continuada, de acordo com os termos da Lei Federal nº 8.742, de 07/12/1993. Para uma discussão sobre os procedimentos de avaliação do BPC-LOAS, ver Diniz, Medeiros & Squinca (2007).

12. A normativa em questão é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

13. Em decisão contrária à ADPF 54, o Supremo Tribunal Federal descriminaliza a interrupção de gestação de feto anencéfalo. Ver: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf54.pdf>

14. Para uma discussão mais aprofundada, ver capítulos 1 e 3 da minha tese de doutoramento (Simões, 2019)

15. Projeto de Lei do Senado nº 757/2015. O Projeto prevê a alteração da ‘a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada’. Ou seja, uma nova revisão à Teoria de Incapacidades do Código Civil brasileiro.

16. Ver Arosi (2013), Coelho (2010), Fassin (2012, 2014), Fonseca e Maricato (2013), Sarti (2009, 2011, 2014)

17. Recentemente vimos manifestações raivosas sobre a ADPF 442, que propõe a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. A Professora Doutora Débora Diniz sofreu ataques físicos por ser uma defensora da descriminalização do aborto. Ver: <https://www.conjur.com.br/2018-jul-30/stf-faz-audiencia-publica-aborto-dias-agosto> e <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/07/antropologa-debora-diniz-e-ameacada-por-defender-aborto>

Referências Bibliográficas

AROSI, Ana Paula. 2003. *Os usos da categoria vítima: o caso dos movimentos de familiares de vítimas de violência no Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro*. Intersecções: Revista de Estudos Interdisciplinares, ano 15, n. 2, p. 356-373.

BRASIL. 2002. *Código Civil Brasileiro nº 10.406*. Brasília: Diário Oficial.

- BRASIL. 2015. *Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) n° 13.146*. Brasília: Diário Oficial.
- COELHO, Maria Cláudia. 2010. *Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções*. Mana, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 265-285.
- CORREIA, Sonia. 2006. *Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais*. Horizontes Antropológicos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 26, p. 101-121.
- DINIZ, Débora & MEDEIROS, Marcelo & PENALVA, Janaína. 2010. *O Benefício de Prestação Continuada no Supremo Tribunal Federal*. Sociedade e Estado, v. 25, n. 1, p. 53-70.
- FASSIN, Didier. 2012. *Humanitarian Reason: a moral history of the present*. California: University of California Press.
- FASSIN, Didier. 2014. *Compaixão e Repressão: a economia moral das Políticas de Imigração na França*. Ponto Urbe, São Paulo, n. 15, p. 1-26.
- FONSECA, Claudia & MARICATO, Glaucia. *Criando Comunidades: emoção, reconhecimento e depoimento de sofrimento*. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares, ano 15, n. 2, 2013.
- FRACOLLI, Lislaine Aparecida et al. 2011. *Conceito e prática da integralidade na Atenção Básica: a percepção das enfermeiras*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 45, n. 5, p. 1135-1141.
- LOPES, Pedro. 2014. *Negociando deficiências: identidades e subjetividades entre pessoas com “deficiência intelectual”*. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. IFCH/UNICAMP, Campinas.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). 2007. *A declaração de óbito: documento necessário e importante*. Brasília: Ministério da Saúde.
- NADAI, Larissa. 2018. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: O Instituto Médico Legal e suas tramas*. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. IFCH/UNICAMP, Campinas.
- OSIS, Maria José Martins Duarte. 1994. *Atenção Integral à Saúde da Mulher, o Conceito e o Programa: História de uma Intervenção*. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. IFCH/UNICAMP, Campinas.
- SARTI, Cynthia. 2009. *Corpo, violência e saúde: a produção da vítima*. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, v. 1, p. 89-103.
- SARTI, Cynthia. 2011. *A vítima como figura contemporânea*. Cadernos do CRH. Salvador, v. 24, p. 51-61.
- SARTI, Cynthia. 2014. *A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 2 . p. 77-105.
- SIMÕES, Julian. 2014. *Assexuados, Libidinosos ou um Paradoxo Sexual? Gênero e sexualidade em pessoas com deficiência intelectual*. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. IFCH/UNICAMP, Campinas.
- SIMÕES, Julian. 2019. *Dos sujeitos de direitos, das políticas públicas e das gramáticas emocionais em situações de violência sexual contra mulheres com Deficiência Intelectual*. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. IFCH/UNICAMP, Campinas.
- STRATHERN, Marilyn. 2014. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosacnaif.

Sobre gramáticas emocionais e violência sexual. Notas a partir de dois casos de interrupção legal de gestação realizados por mulheres com deficiência intelectual

Resumo: Neste artigo buscarei explicitar como as estratégias de acesso aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres com deficiência intelectual em situação de violência sexual são elaboradas por um idioma moral articulando dor, sofrimento e vitimização. A partir de uma pesquisa empírica realizada no Ambulatório de Violência Sexual de uma cidade do interior de SP, apresentarei dois casos de interrupção legal de gravidez. Um deles é realizado por uma garota de 13 anos e o outro por uma mulher de 27 anos, ambas com deficiência intelectual. O intuito é colocar em análise as técnicas de regulação e controle social operadas no entrecruzamento da prática médica e da prática jurídica. Também é objetivo refletir as ambiguidades e os paradoxos do reconhecimento de pessoas com deficiência intelectual como sujeitos de direitos sexuais e reprodutivos. Por fim, tentarei indicar que a vitimização expõe um processo ambivalente de garantia de direitos e de impossibilidade do exercício desses mesmos direitos.

Palavras-Chave: deficiência intelectual, violência sexual, interrupção legal de gestação; direitos sexuais e reprodutivos.

About emotional grammars and sexual violence. Notes from two cases of legal abortion performed on women with intellectual disability.

Abstract: In this article I will try to explain how the strategies of access to sexual and reproductive rights of women with intellectual disabilities in situations of sexual violence are developed as a moral language articulating pain, suffering and victimization. From an empirical research carried out at the Sexual Violence Ambulatory of a city in the state of São Paulo, I will present two cases of legal abortion. One is performed on a 13-year-old girl and the other on a 27-year-old woman, both with intellectual disabilities. The purpose is to analyze the techniques of regulation and social control operated in the intersection of medical practice and legal practice. It is also intended to reflect the ambiguities and paradoxes of the recognition of people with intellectual disabilities as subjects of sexual and reproductive rights. Finally, I will try to indicate that victimization exposes an ambivalent process of guaranteeing rights and the impossibility of exercising those rights.

Keywords: intellectual disability, sexual violence; legal abortion, sexual and reproductive rights.

A Inclusão e suas práticas aspectos socioantropológicos da produção de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos

Ana Luisa Borba Gediel

Universidade Federal de Viçosa - Brasil

Victor Luiz Alves Mourão

Universidade Federal de Viçosa - Brasil

Isabela Martins Miranda

Universidade Federal de Viçosa - Brasil

1. Introdução

A trajetória das políticas públicas voltadas para inclusão de populações minoritárias mostra que, apesar dos avanços que tivemos desde a Constituição de 1988, ainda há muito a ser feito. Se pensarmos, por exemplo, no âmbito econômico e distributivo, é histórica e negativamente notória a desigualdade social que marca nossa sociedade, em que pese a diminuição das diferenças de renda nos últimos anos (Dedecca, 2014). Em outro registro, os processos recentes de ampliação das políticas que envolvem o reconhecimento (Fraser & Honneth, 2003; Fraser, 2006) da diversidade existente na sociedade brasileira também avançaram nas últimas décadas.

Algumas destas políticas são protagonistas no cenário de modificações do campo educacional envolvendo a educação de pessoas surdas. Podemos citar a Lei 10.436/2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a reconhece como meio legal de comunicação e expressão; o Decreto 5.626/2005, que regulamenta a mencionada lei, estabelece a obrigatoriedade, por parte das instituições federais de ensino, a oferta de condições de comunicação, informação e educação às pessoas surdas, garantindo sua inclusão e estipulando a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos universitários de licenciatura, além de uma série de direitos correlatos. Ainda, a Lei 13.146 institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência e visa garantir o exercício das liberdades e dos direitos das pessoas com deficiência e sua inclusão social. Posteriormente, em 2015, foi decretada a Lei nº 13.146/2015, conhecida também como Lei de Inclusão, que tem o objetivo de

assegurar e de promover condições de igualdade. Destacamos, por último, a Lei nº 13.409/2016, referente à reserva de vagas para pessoas com deficiência nas Universidades Federais brasileiras, garantindo-lhes o acesso no âmbito do ensino superior.

Este novo cenário pressionou um conjunto de novos arranjos nas instituições para a adequação dos espaços para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. De forma geral, a pauta de discussões concentrava-se anteriormente na formação de professores e nas adaptações curriculares e da estrutura física no âmbito da escola básica. No entanto, aquelas pessoas passam a adentrar as instituições de ensino superior, provocando a necessidade de transformações metodológicas e de formação docente. Esse espaço, anteriormente caracterizado como campo de discussões teóricas e de formação inicial para atuação futura com a inclusão, torna-se, também, alvo da necessidade imediata de adaptações referentes à inclusão. Neste artigo, apresentamos algumas reflexões relativas à experiência de uma instituição de ensino superior, na região da Zona da Mata Mineira, que teve alunos Surdos matriculados em diferentes áreas de ensino e aderiu a algumas estratégias para a inserção e a permanência dos alunos em sala de aula. Como recorte da pesquisa e como posicionamento frente às diferentes discussões no campo da Deficiência, Surdez e Movimentos Surdos, a utilização do termo Surdo com sua letra inicial maiúscula foi escolhida, seguindo uma convenção estabelecida por um grupo de lideranças Surdas envoltas nos espaços acadêmicos. Em específico, identificação refere-se aos grupos de pessoas surdas que utilizam a Libras como primeira língua e usufruem dessa como meio político, cultural e identitário de reconhecimento (Padden & Humphries, 2006). No presente trabalho, Surdo é definido (em oposição a surdo) como uma categoria êmica, ou seja, utilizamos a nomenclatura conforme o estabelecido e considerado pelos próprios sujeitos.

A ideia inicial da pesquisa centrava-se no mapeamento das tecnologias que estavam sendo utilizadas para promover o ensino/aprendizagem da Libras na instituição. Tal recorte deve-se ao fato de que a instituição é reconhecida pelo seu investimento em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), entendida como um conjunto de recursos tecnológicos que, ao estarem integrados entre si, podem proporcionar a autonomia e/ou a comunicação de vários tipos de processos existentes no ensino e na pesquisa científica, mediando os processos informacionais e comunicativos (Da Silva, 2009; Imbérnom, 2010).

Para encontrar os profissionais na instituição que estavam atuando na elaboração das TIC's realizamos um Mapeamento por Redes de Contato (Barnes, 1987).

A partir dessa metodologia, observamos a construção dos laços entre as pessoas da instituição que atuavam no desenvolvimento de TIC's e verificamos a sua capacidade de agência e de influência nesse sistema. Ao longo do processo de mapeamento nos deparamos com o projeto de criação de materiais didáticos bilíngues (Libras/Português), voltado para o ensino/aprendizagem em um dos cursos da instituição, o qual passou a ser nosso foco de análise. Passamos a acompanhar o percurso de constituição de demandas do aluno, a organização de professores, de gestores, da equipe técnica e do espaço institucional para o estabelecimento de condutas de modo a responder a essas demandas.

Durante o período de mapeamento e de contato com os profissionais envolvidos no processo de elaboração de TIC's inclusivas, identificamos e acompanhamos a construção de materiais didáticos, os quais começaram a ser desenvolvidos especificamente para as aulas de um aluno Surdo. Tal ação tornou-se protagonista no contexto de desenvolvimento de tecnologias para inclusão na instituição e, a partir de então, vários olhares voltaram-se para esse processo. A criação das denominadas "aulas sinalizadas" surgiu a partir de um grupo interdisciplinar, que elaborou um projeto com o objetivo de criar formas de apoio para que o aluno conseguisse acompanhar o andamento das disciplinas no ensino superior. Este percurso nos possibilitou observar também os conflitos e as situações de estigmatização dos sujeitos (Goffman, 2012). Nesse contexto, descrevemos os agentes implicados nas ações que passaram a ser desenvolvidas e as interlocuções realizadas para o atendimento das demandas advindas via políticas públicas e a real situação de entrada de um aluno Surdo na instituição.

2. Abordando os sujeitos: impressões do campo

Os desdobramentos iniciais do projeto e a descrição dos olhares que permearam o campo partiram da observação participante, notas e diários de campo (Cardoso de Oliveira, 1996). Ao acompanhar as ações que envolviam as TIC's na Instituição de Ensino Superior (IES) estudada, passamos a visualizar diferentes perspectivas para a elaboração e a execução das políticas públicas inclusivas.

O primeiro contato com os interlocutores da pesquisa ocorreu no meio do ano de 2016, com o mapeamento daqueles professores e gestores que atuavam em projetos e ações voltadas para o uso das TIC's na instituição. Assim como indicado por Barnes (1987) para a realização do mapeamento de redes, o primeiro contato foi feito com o gestor dos projetos de extensão da Instituição, o qual possuía uma

visão ampla de todas as iniciativas. Desse modo, chegamos aos projetos existentes na instituição e em quais setores ou departamentos estavam concentrados, além de entender os vínculos entre os projetos.

Tal contato possibilitou descobrirmos as unidades da instituição envolvidas com o tema da pesquisa. O responsável citou várias que atuavam na elaboração desses materiais, como a Unidade de Ensino à Distância, de Línguas, de Informática e o setor de acessibilidade, assim como seus representantes. Dessa maneira, criou-se uma rede de contato, em que cada um dos entrevistados citava outros profissionais influentes da rede, acreditando que o colega poderia enriquecer o trabalho da pesquisa. Com isso, consolidou-se a rede de contatos, que neste artigo ficou restrita à Unidade de Ensino à Distância, pois é a única parte da instituição que produz materiais didáticos com a finalidade de suporte para estudo dos alunos surdos. A partir disso, os colaboradores da pesquisa são evidenciados conforme o quadro que segue:

Quadro 1: Identificação dos entrevistados

Nome	Vínculo para atuação no projeto
João Daniel	Funcionário da Unidade de Ensino à Distância
João Eduardo	Funcionário da Unidade de Ensino à Distância
João Felipe	Estagiário da Unidade de Ensino à Distância; único da equipe que possui conhecimentos em Libras.
Maria Beatriz	Diretora da Unidade de Ensino à Distância

Os nomes das pessoas, dos setores e da instituição foram preservados por questões éticas. Ao passo que fomos mapeando e encontrando as pessoas, fomos denominando as mulheres de “Maria” e os homens de “João”, seguido por segundo nome aleatório com a inicial de letra em ordem alfabética de acordo com a ordem que apareceram no mapeamento. Em relação à formação, temos uma equipe interdisciplinar, em que João Daniel é o único que tem sua formação voltada para a área de Informática. João Eduardo tem formação na área da Comunicação, João Felipe, embora desempenhe papel vinculado à área de Libras, tem formação nas Ciências Sociais e, por fim, Maria Beatriz tem formação voltada para a Educação a distância. Desse modo, três dos quatro colaboradores da pesquisa advêm do campo das Ciências Sociais e Humanas.

Após o estabelecimento da rede, passamos para a segunda etapa da pesquisa, com a realização de entrevistas com os membros das equipes responsáveis pelo desenvolvimento de materiais. Todas as entrevistas foram de cunho semiestruturado (Triviños, 1987), e os professores assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, o qual informa o sigilo da pesquisa¹.

A partir das entrevistas, tivemos a oportunidade de conhecer mais a respeito de cada projeto citado. A observação participante e o acompanhamento de algumas ações nos levaram a um projeto específico, voltado para um aluno Surdo. Tal destaque se deve ao fato de que os olhares dos próprios informantes estavam voltados para esse projeto, o qual pretendia a criação de uma versão das aulas narradas para aulas sinalizadas. As aulas narradas são entendidas como um modelo de exposição de conteúdo didático em formato de vídeo-aulas, utilizado na instituição como material disponível para acesso teórico aos conteúdos das disciplinas realizadas à distância. Desse modo, a adequação desse modelo pedagógico para aulas sinalizadas possibilitaria o entendimento do conteúdo para um aluno Surdo que havia se matriculado na instituição.

3. O projeto de criação de materiais didáticos e a reflexão autóctone

O cenário de entrada de alunos Surdos no contexto universitário tem proporcionado trocas de saberes, adição de agentes com conhecimentos educacionais e linguísticos específicos, além das adaptações no cenário de sala de aula. Santos (2015) apresenta um panorama de pesquisas que remetem ao processo de inclusão no ensino superior, as quais apontam para um número ainda pequeno de pessoas surdas matriculadas. Também, em seus achados, descreve a importância dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras/Português para realizar a mediação linguística durante as aulas, visto que a partir desse mapeamento realizado pela autora não há a percepção de uma mudança considerável na didática dos professores com a entrada desses alunos. Percebemos, então, a criação de algumas iniciativas, como o projeto mencionado. Este nasceu de uma demanda relativa à entrada de um estudante Surdo que necessitava de materiais didáticos para levar adiante seus estudos. Ainda que a universidade oferecesse intérpretes para as aulas, os momentos de estudo fora da sala apresentavam problemáticas anteriormente não identificadas, qualificadas retrospectivamente como “drama” por João Felipe: “Só o intérprete na sala de aula não era o suficiente porque toda a interação em Libras fica restrita na sala de aula. Se o Surdo quisesse rever o material e tal, ele não teria possibilidade na língua dele,

se não fosse com mediação do intérprete e isso dentro da sala de aula. E fora da sala de aula?”.

A segunda maior instância administrativa da instituição, a coordenação do curso da área das exatas, os professores de diferentes departamentos e o setor de acessibilidade da instituição, preocupados em atender às especificidades do aluno, contataram a Unidade de Ensino à Distância para que produzisse materiais capazes de atender tal demanda.

Inicialmente, o grupo de profissionais entendia que era necessário apenas legendar as aulas narradas – formato de apresentação do conteúdo da aula em vídeo gravado em estúdio pelo professor – das disciplinas. Nesse estágio, a percepção da equipe responsável pelo projeto demonstrava o desconhecimento em relação à especificidade linguística do sujeito Surdo, que tem a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua. Por isso, o grupo de professores das exatas e a equipe de tecnologias considerava que a questão seria resolvida com a adição de uma legenda nos conteúdos vinculados à disciplina, uma espécie de aula narrada legendada. Estimava-se que, em poucos meses, os materiais estariam prontos para uso. No entanto, assim que as atividades tiveram início, a falta de conhecimentos por parte da equipe em relação às especificidades culturais e linguísticas das pessoas Surdas foi o primeiro entrave reconhecido. Como menciona Maria Beatriz, diretora da Unidade, “um projeto que a princípio parecia ser simples, chegar aqui e fazer uma aula narrada para atender e viu-se que era muito complexo que isso”. Havia, portanto, uma subestimação em relação às dificuldades de realização do projeto, tendo em vista a falta de conhecimento no que tange à “complexidade” da Libras e do modo como o Surdo interage, comunica-se e aprende.

Esse momento foi permeado por várias características que identificamos semelhantes ao pontuado nos estudos de Goffman (2012), em torno de uma situação normal-estigmatizada: perplexidade, desconforto, inquietação, momento esse no qual o grupo começou a identificar a necessidade de um conjunto de ações, as quais não eram explícitas na legislação e que deveriam ser articuladas de maneira interdisciplinar, conforme afirma Maria Beatriz:

[...] é um desafio diferente porque são áreas temáticas diferentes, pessoas diferentes e que nos tiram um pouco dessa zona de conforto de atuar em coisas que você domina no dia a dia e isso acaba que mexe com essa estrutura que já tá consolidada e você tem que buscar, tem que estudar, aí você percebe, “ah, eu não tenho nem

essa competência, nem essa habilidade”, preciso identificar pessoas para virem compor, para ajudar esse grupo [...] (grifos nossos).

A elaboração das aulas sinalizadas teve início com um conjunto de questões pragmáticas que deveriam ser resolvidas para dar continuidade à ideia proposta: era necessário organizar uma equipe de trabalho, elaborar o projeto de treinamento dos envolvidos na execução e planejar a articulação das diferentes áreas que iriam atuar colaborativamente. Esse esforço organizacional deveria ainda estar de acordo com as demandas que envolvem o âmbito das políticas públicas inclusivas de maneira mais geral, para além do caso específico.

Maria Beatriz relata ainda que a partir da compreensão das dificuldades inicialmente subestimadas que o grupo precisou “contratar alguém que soubesse Libras para compor nosso quadro de estagiários, tivemos que trabalhar com estagiários voltados para essa área, fazer parcerias ou trabalhar mais conectados com os intérpretes [...]”. A percepção da ausência de competências, de conhecimentos e de habilidades acumuladas para concretizar a tarefa estipulada levou à busca de mais integrantes para a equipe. Foi quando ocorreu a contratação de um estagiário com conhecimentos na Libras, João Felipe, para compor a equipe responsável pela produção do material. A partir desse momento, a organização da equipe, a divisão de atividades e responsabilidades e os próprios produtos do projeto são reformulados.

Esse processo levou a uma reflexão coletiva na qual três questões emergiram: 1) necessidade de reorganização o material didático apostilado em uma apresentação compatível com as especificidades do modo de comunicação e aprendizagem do aluno Surdo, com a utilização da Libras e de sinônimos de algumas palavras técnicas por classificadores² e explicação do conceito (Quadros & Karnopp, 2004); 2) a Libras, por ser uma língua espaço visual, requer o uso de imagens associadas aos conceitos para trazer a explicação para o universo do aluno Surdo; desse modo, as imagens ilustrativas apoiam a compreensão; 3) constatou-se uma falta de tradução de conceitos da área das exatas para a Libras.

A partir das constatações pela equipe, chegou-se à conclusão de que nem somente a legenda, tampouco a interpretação de conteúdos para a Libras utilizando os mesmos slides, previamente criados pelos professores para as aulas, não garantiria o acesso do aluno aos conhecimentos que estavam sendo ministrados nas diferentes disciplinas nas quais ele estava matriculado. Era necessária a elaboração de conteúdos didaticamente reformulados, adequando-os aos três pontos acima mencionados. Isso também demonstrava a necessidade de criar de um glossário especí-

fico da área para que o material fosse considerado inclusivo e didaticamente eficaz.

Todos esses fatores linguísticos, conceituais e metodológicos surgem em um contexto complexo, com pessoas integrantes da equipe possuindo diferentes perspectivas a respeito do tema, relacionadas às especificidades da pessoa Surda e das ações necessárias frente ao cumprimento das políticas públicas.

O projeto foi então na direção de conseguir capacitar a equipe no processo de reformulação da equipe e das rotinas de atividades, para posteriormente lidar com o desafio de criar materiais didáticos para Surdos, para formação referente aos modos de aprendizagem e de interação das pessoas Surdas que utilizam a Libras. Entendemos que esse processo permeia a execução das políticas públicas, no sentido de localizar o que é transcendente; complexificar o homogêneo – trata-se de evitar cair na concepção autocongratatória dos textos oficiais para desenvolver uma perspectiva que consiga captar as “práticas etnopolíticas na efetivação de direitos de cidadania” (Fonseca et al. 2016, p. 11). Essas práticas que envolvem os sujeitos, os objetos, as linguagens, as línguas, as redes, precisam ser mobilizadas para alcançar os objetivos da política pública inclusiva.

3.1 A tomada de consciência mediada

Com a reorganização inicial da equipe, o estagiário estaria responsável pelas atividades relacionadas a Libras no âmbito da produção do material didático. No entanto, sua atividade efetiva ultrapassou as funções inicialmente previstas, abrangendo a função de coordenador geral das atividades do projeto, de apresentador da cultura Surda aos membros leigos da equipe do projeto e de mobilizador dos vários grupos que o compunham. João Felipe relembra dessa maneira o momento inicial de sua participação no projeto:

eu entrei na [Unidade de Ensino à Distância] em maio [e] comecei a fazer o estágio aqui para o material ficar pronto para o mês de agosto [...] Uma das primeiras coisas que eu procurei saber assim e fazer foi: vamos organizar uma equipe, [e] para organizar essa equipe não tinha nem projeto [...]. Veio [tudo] numa desorganização [...] Meu depoimento é meio crítico, porque não foi [nada] pensado, veio assim, a demanda veio e ‘ó’: ‘a gente precisa de material para o período que vem’.

Novamente, a ausência de competências para levar adiante o projeto dentro do prazo estabelecido se tornou explícita. Desde os anos 1990, com as reivindicações dos movimentos Surdos, do envolvimento da academia e do endossamento de

documentos legais, houve também uma construção interdisciplinar do campo de atores sociais que envolve a Libras. Surge, então, um nicho de atividades que insere a língua e as experiências advindas desse grupo de pessoas em projetos educacionais nas frentes do ensino, pesquisa e extensão (Brito, 2016). A participação desses sujeitos no campo acadêmico, por exemplo, trouxe influências na própria construção de sentidos das categorias científicas que estão sendo criadas na Libras, levando em consideração o olhar do próprio movimento Surdo.

No entanto, há um processo de adequação e, no caso da produção do material didático, eram “poucas pessoas, só eu no caso que sabia um pouco da Libras”, como afirma João Felipe. Essa constatação leva à reformulação das funções, e João Felipe se assume enquanto “cientista social”:

o meu papel nesse momento foi de mediador, então eu entrei com o papel de cientista social mesmo, articulei a equipe, fui articular as pessoas, fui chamar as pessoas, organizar grupos de estudo, as reuniões, discussão sobre o que era língua de sinais, discussão de como usar as tecnologias até tem um texto que gente discutiu da Marianne Stumpf, uma Surda especialista na escrita da língua de sinais, e aí discutimos esses textos e eu fiquei na parte de produzir relatórios, então eu sempre produzia relatório e mandava para o grupo e articulava: “pessoal, vamos reunir” e tal, os dias, então esse foi o meu papel, de trazer os intérpretes, então os intérpretes começaram a participar das reuniões sempre tinha dois ou um intérpretes [do setor de acessibilidade], os Surdos, conseguia uma articulação, aproximei o estudante Surdo da equipe para ele participar também do processo nesse primeiro momento, nesse primeiro semestre.

João Felipe se assume como aquele que, além de ter conhecimento fundamental da língua, trabalha para além desta habilidade, atuando principalmente como um mediador de culturas, de línguas e práticas sociais distintas, de maneira a colocá-las em contato e permitir que o trabalho coletivo de produção dos materiais didáticos aconteça. Ele organizou e promoveu durante dois meses um grupo de estudos para conscientização sobre a língua e surdez, composto pelos funcionários da unidade, os estagiários do curso de exatas, os intérpretes vinculados ao setor de acessibilidade e o estudante Surdo. De tradutor de textos ele passa a mediar culturas e promover a reflexividade sobre os modos distintos de ser e de aprender, possibilitando o aperfeiçoamento das competências ligadas à produção de materiais didáticos. Aqui a autopercepção deste cientista se aproxima muito da problemática instaurada de

uma dupla hermenêutica que permite apresentar, traduzir e comunicar redes de significados que pertencem a certos contextos de vida social a outras pessoas que não tem acesso a eles (Giddens, 2007). Desse modo, o estagiário atuou no sentido de realizar uma análise crítica do social e, conseqüentemente, provocar transformações sociais no sentido de uma maior reflexividade.

A partir de outro ponto de vista, é possível compreender a diferenciação de olhares dos participantes do projeto, das concepções em relação ao movimento Surdo e aos espaços ocupados pela língua e por seus interlocutores. João Felipe assume a posição contrária à categoria deficiente, que conforme Assis (2011), está vinculada à concepção biomédica, que caracteriza a pessoa a partir da perda auditiva. A promoção das ações foram encaminhadas de acordo com uma perspectiva que se alinha à categoria surdo(s)³. Ambas as posições são legitimadas e assumem caráter político, uma voltada para a perspectiva da reabilitação e aproximação do sujeito à normatização que pode ser adquirida por meio de tecnologias, como o aparelho auditivo ou o implante coclear. E, a outra, está respaldada pela particularidade linguística, que consecutivamente, relaciona-se à construção de identidades e cultura alinhadas à especificidade da língua. As ações de João Felipe, além de serem conduzidas pela afinidade à categoria surdo(s), evidencia também que a equipe se posicionava de maneira diferente em relação ao modo de entender os sujeitos alvo da produção do material didático ou ainda não tinham um conceito formado a respeito de tal discussão. As interações da equipe e o processo de aproximação das crenças referentes à categoria surdo(s) previamente obtidas por João Felipe foram sendo incorporadas por meio de textos acadêmicos, vídeos com depoimentos de pessoas Surdas descrevendo a importância da língua em suas vidas e a apresentação de pesquisas que levavam ao entendimento que os materiais didáticos elaborados com o uso da Libras e o suporte imagético ampliavam o desempenho de apreensão de conhecimentos das pessoas Surdas que utilizavam essa língua como principal meio de comunicação.

Em aliança com essas atividades de estudos e de apresentação do modo de ser Surdo, a divulgação de um fórum promovido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) motiva parte da equipe a participar e conhecer um dos locais considerado ícone do movimento Surdo na perspectiva que João Felipe havia apresentado ao grupo. Nesse evento, foram expostos trabalhos relacionados à construção do projeto e foi feita também uma visita à TV INES, onde são produzidos materiais audiovisuais parecidos com o objetivo do projeto. Maria Beatriz descreve que, após

a visita à instituição, houve uma maior integração do grupo e entendimento do foco para as reais necessidades de desenvolvimento das atividades, conforme descrito a seguir: “As visitas que foram feitas no INES e formou-se um grande grupo aqui na [Unidade de Ensino à Distância] buscando conhecer um pouco mais o que que é a Libras, procurando saber que tipo de material de didático seria mais adequado pra atender mais, não só o Surdo mas o ouvinte também”.

Isso suscitou, na equipe responsável, um processo de tomada de consciência da categoria instituída, a qual evocava o discurso da diversidade e das diferenças que envolvem a condição surda e, por conseguinte, da necessidade de se capacitar para levar adiante o projeto. João Daniel reconhece o aspecto diferencial do modo de ser Surdo, se afastando da negatividade do diagnóstico médico típico do senso comum: “os Surdos pensam diferente, o mundo deles é diferente do nosso, isso não é ruim é só diferente, a gente tem que entender isso”. Em uma fala retrospectiva, ele consegue identificar a principal problemática inicial do projeto, relativa à falta de conhecimento do modo de interagir e aprender do Surdo: “A grande dificuldade inicial foi entender o público alvo porque nós não somos Surdos e não temos contato com pessoas Surdas o tempo todo aqui”. E o modo de ser Surdo passa, na compreensão dos próprios entrevistados, pela percepção de que o Surdo possui uma língua diferente, específica e distinta, e que coloca problemáticas no âmbito pedagógico-comunicacional.

Na acepção biomédica da deficiência são consideradas apenas as limitações sensoriais, fisiológicas e/ou cognitivas em relação a um parâmetro de normalidade auditiva; já no sentido da diferença, construído no âmbito da equipe, essa condição é construída a partir das elaborações do próprio grupo, que pretende uma identificação cultural ligada à questão linguística, no ponto de vista êmico. Os Surdos se constroem enquanto grupo minoritário para a reivindicação de direitos sociais e educacionais. Assim como menciona Carniel (2013), o campo da educação torna-se um espaço de construção de significação para as políticas que estão sendo implementadas, as quais são autorizadas seguindo os rumos adotados pelo Estado. No entanto, esse campo é fecundo para disputas de poder por meio de práticas estabelecidas nas instituições, as quais possibilitam a invenção pedagógica, conforme as categorias e crenças apropriadas pelos agentes envolvidos.

Isso é evidenciado nos discursos dos colaboradores da pesquisa quando o grupo se posiciona politicamente diante do debate sobre a surdez, assumindo a perspectiva de sua especificidade linguística, não tomada como uma deficiência e sim como uma diferença. Levando em conta esse viés, as pessoas Surdas formam grupos e intera-

gem em associações, fortalecendo posições ideológicas e políticas e reivindicando visibilidade, acessibilidade e inclusão. Assim, essa perspectiva coloca que a Língua de Sinais desafia os padrões a serem aceitos na sociedade, mesmo tendo importância significativa para o grupo de pessoas Surdas que a utiliza, com forte papel de demarcação da cultura sentida e expressa corporalmente. Ao considerarmos as categorias de “normalidade” e “anormalidade” definidas por Michael Foucault (2001), os Surdos podem ser pensados como “anormais”, da mesma maneira que o autor se refere às pessoas que estão fora dos padrões do direito civil ou do direito religioso. Os indivíduos descritos pelo autor, como aqueles deformados por enfermidades ou diferentes dos padrões sociais legitimados “normais”, não estavam previstos na área do direito ou religião. Isso os tornava entraves no processo de tomada de decisões sociais. Ainda hoje, percebemos que, embora haja mudanças na legislação, a problemática de como lidar com essas pessoas e incluí-las em diferentes espaços permanece.

João Daniel afirma que, para conseguir produzir o material didático, é necessário “saber da importância da valorização da cultura Surda [...]. Porque as pessoas acham que os Surdos sabem português fluentemente, as pessoas não sabem que a primeira língua deles é Libras, muita gente nem sabe que a Libras é uma língua oficializada no Brasil e é a segunda”. João Eduardo, discorrendo sobre as especificidades do modo comunicacional do Surdo e da problemática de produção de material didático para este público, faz sobre isso a seguinte reflexão: “você tem que ter uma preocupação para que realmente tenta se colocar no lugar do Surdo para ver se você conseguiria realmente entender aquilo”. João Felipe reforça tal entendimento da especificidade comunicacional-linguística dos Surdos e o impacto desta compreensão na produção de materiais didáticos:

é como se fosse a segunda língua dele e não a primeira língua dele, e aí começou a surgir os problemas, as problemáticas, [...], qual problemática? Que é uma outra língua, é uma outra modalidade linguística, é mais difícil para o Surdo ler uma palavra em português do que às vezes ver uma sentença em Libras, ainda mais para esse Surdo [o estudante, que] tinha um bom domínio da língua brasileira de sinais

As especificidades da Libras, enquanto língua gestual e imagética, foram elaboradas pela equipe como um próprio modo de organização interna do trabalho de construção dos materiais didáticos. Para João Eduardo,

a Libras é uma linguagem extremamente objetiva, então os Surdos têm a necessidade de serem extremamente objetivos, se você está colocando uma imagem que ela não é muito óbvia em cima da mensagem que você quer colocar, isso não é uma boa imagem, arruma outra que vai bater o olho e vai ligar num conceito, se tiver uma subjetividade ali não é muito bom, eu prefiro você ser direto e mais objetivo possível.

Observa-se o que o entrevistado nota como sendo “objetividade” poderia ter sido chamado de concretude imagética: o sentido e o significado devem ser concretos e visuais, o que destoa do modo como a ciência, em sua parte teórica e abstrata, se especializou em desenvolver. Nas falas apresentadas acima, percebe-se o processo reflexivo de tomada de consciência da diferença negada em relação ao Surdo, da “complexidade” que é a comunicação através da língua de sinais. Glat e Pletsch (2010), consideram que para uma educação inclusiva é necessário mais do que adaptações, é preciso buscar uma nova concepção curricular, reconhecendo as especificidades dos alunos.

A tomada de consciência e de aprendizagem em relação à cultura Surda e do modo de aprender do Surdo foi fundamental para o processo, concomitante e posteriormente, de construção do material didático. A Unidade de Ensino à Distância concluiu que a proposta de legenda simples não seria eficaz ao aprendizado do estudante: seria necessário realizar algo na primeira língua desse aluno, em Libras. A desnaturalização do português escrito como primeira língua dos Surdos foi, assim, um processo fundamental dessa tomada de consciência para que a equipe se afastasse da concepção inicial da produção de materiais didáticos voltados para Surdos enquanto legendagem do material disponível para se aproximar de um processo que envolvesse a tradução/interpretação dos conteúdos didáticos das disciplinas. Isso adicionou um nível de complexidade ao processo inicialmente imaginado que implicou em uma reformulação do projeto e na percepção de uma série de problemas que deveriam ser enfrentados. Aqui, percebemos igualmente que em consonância com outras pesquisas, os membros da equipe de produção de material didático funcionam como “intermediários” pensantes, reflexivos, que se voltam para a construção de pontes que permitam não só a realização da atividade restrita a eles colocada (qual seja, a produção de materiais didáticos acessíveis) mas que problematizam, de maneira mais ampla, o lugar e os modos de acesso à cidadania e ao reconhecimento daqueles que são seus objetos/sujeitos de ação (Fonseca et al., 2016).

3.2 Desenvolvimento da metodologia de criação de materiais didáticos acessíveis

Um grande desafio foi criar uma metodologia para elaboração do material didático acessível. A unidade já possuía vários modelos de construção de materiais didáticos, mas nenhum foi capaz de prover acessibilidade aos Surdos. É nesse momento que a já citada visita à INES foi fundamental para averiguar as metodologias utilizadas na criação de materiais acessíveis em Libras, como explicita João Daniel:

O que a gente percebeu lá [na TV INES] é que até existem metodologias, mas existem várias formas de se fazer e cada lugar tem um jeito. E esse jeito é gerado a partir da particularidade da equipe que eles têm, porque o ideal num caso desses é que tenha Surdos na equipe, no caso deles têm e dentro da TV INES tem várias maneiras de fazer o mesmo produto porque tem um Surdo que ele prefere pegar uma câmera de computador, pegar o texto em português e aí ele sinaliza e aí ele manda aquilo para o colega dele revisar, ele manda para o intérprete, tem uns que preferem que o intérprete faça o texto e aí o Surdo vai analisar o vídeo, então lá dentro da TV tem vários Surdos, vários ouvintes, vários intérpretes, eles têm formas diferentes de trabalhar o mesmo material, métodos diferentes mas para gerar um mesmo vídeo no final, depende da [composição da] equipe.

A reflexividade possibilitou demonstrar que a metodologia e a construção técnica dos materiais estão atreladas à composição social diversa da equipe voltada para este objetivo: ou seja, o tecnograma (o complexo de técnicas, tecnologias, materiais, equipamentos e produtos) é correlato ao sociograma (o complexo de pessoas, técnicos, professores, estudantes, etc.) que são arroladas para a construção dos materiais didáticos acessíveis (Latour, 2000). E é essa correlação entre a particularidade da equipe e a composição específica tecnológica que promove um tipo particular de resolução metodológica da problemática de criação de conteúdo didático.

Como mencionado, outro enfrentamento do projeto foi a falta de sinais específicos do jargão técnico da disciplina. Vários termos técnicos não possuíam sinais, e isso dificultava o trabalho. Isso decorre, em parte, de outras especificidades relativas à Libras. A Libras sempre foi considerada uma língua marginalizada, em especial por ser uma língua visual, que começou a ganhar proeminência apenas no século XXI. É importante ressaltar que ela é a língua da comunidade Surda e eles conseguem se expressar como qualquer pessoa ouvinte, inclusive em conceitos abstratos (Gesser, 2009). Ela possui gramática e suas variações são dadas em configurações de mãos, expressões faciais e também corporais, que provêm sentido à língua (Quadros

& Karnopp, 2004). Trata-se de uma língua em processo de reconhecimento e de expansão do seu léxico. Os estudos linguísticos das línguas de sinais no Brasil são muito recentes e isso gera uma lacuna de palavras, conceitos e expressões, principalmente em áreas pouco exploradas ainda, como os termos técnicos nas áreas das ciências exatas.

Neste âmbito, buscou-se capacitar a equipe a partir dos processos de criação de sinais da Libras. Uma fonte fundamental de informação foi uma comunidade de Surdos no Facebook na qual havia um trabalho de criação de sinais. A equipe contou com o apoio da pessoa surda, beneficiada pelo material didático, para auxiliar no processo de criação dos sinais e no feedback avaliativo de outras pessoas surdas. Primeiramente, ele entrou em um grupo de pessoas surdas sinalizantes que realizavam cursos no campo das ciências exatas do país, a partir de uma mídia interativa digital, para conhecimento e troca de sinais que vinham sendo utilizados e criados. Posterior a este momento, tendo em vista que um número considerável de conceitos ainda não tinha sinais, o aluno Surdo, em conjunto com a equipe de criação de material didático, começou o processo de mapeamento dos sinais específicos e daqueles que ainda não haviam sido registrados por meio de sinais convencionados pelos Surdos participantes do contexto acadêmico e inseridos nos movimentos de liderança Surda.

Após a elaboração prévia de um sinal para um conceito realizada pelos intérpretes e pelo Surdo, em conjunto com o monitor da área, este sinal era enviado para lideranças surdas, residentes em diferentes regiões do país, para que houvesse uma avaliação acerca da criação de determinado sinal. Conforme João Felipe, a interação das pessoas Surdas por meio de mídias de interação online para a catalogação e constituição dos sinais específicos de determinada área acadêmica auxiliaram aprofundar a reflexão sobre o modo de aprender Surdo: “como ele [o estudante Surdo] e mais outros Surdos criaram um grupo no Facebook das [ciências exatas] para propor sinais para conceitos que não existiam, [...] a gente estudou como que foi a interação a partir do Facebook”.

Nesta etapa, pensou-se em criar os sinais que ainda não existiam, com um método que envolvia vários integrantes (professor, estagiário, Surdo, intérprete). Foram feitas algumas tentativas de elaboração destes sinais, e novos obstáculos começaram a aparecer. João Eduardo coloca que “a ideia inicial é que todo termo [em português] que não possui sinal [em Libras], esse sinal seria criado, o problema é que isso gera muito tempo, você não cria um sinal, “ah eu criei um sinal e é esse”,

não, você tem que conferir com o Surdo, o intérprete, etc.”. João Daniel completa ao perceber o aspecto cultural e de reconhecimento no processo de criação destes termos, que “tem que ser feito por um Surdo, ele tem que criar, a comunidade tem que aceitar” os sinais criados. Mas, complementa: como havia várias “disciplinas que possuem muitos termos técnicos próprios [e] que não [possuem] sinais, a gente caiu de novo num outro problema com relação a isso”. Houve assim uma dupla problemática identificada: (1) o processo demorado de criação dos sinais, que envolve várias fases e diferentes pessoas; (2) o processo de aceitação por parte da comunidade Surda, que poderia não adotar (e, por conseguinte, rejeitar) o sinal criado. Era necessário um momento criativo e de aceitação por parte da comunidade Surda. Como havia uma data estipulada de curto prazo para entrega dos materiais, tal caminho, ainda que mais eficaz no âmbito da comunicação dos significados, foi abandonado. A alternativa encontrada foi utilizar a datilologia da palavra, imagens ilustrativas e classificadores.

Após esse processo de idas-e-vindas, chegou-se a uma metodologia de criação de materiais para Surdos *intitulada aula sinalizada* (Souza & Júnior, 2016). Este método é uma adaptação de um método já existente, *aula narrada*, porém em versão de sinais. Esse método estipula alguns passos. Inicialmente, os estagiários em conjunto com os professores da disciplina, montam um material em *slide*. Esse slide é passado para o estagiário com conhecimento em Libras que traduz o material, com revisão do coordenador do setor de acessibilidade, também fluente em Libras. Depois, é montada uma *glosa*, ou seja, a transposição escrita da sintaxe do que é sinalizado em Libras para Língua Portuguesa, com a adição de códigos que levem ao entendimento da gramática que compõe a Libras (Ferreira Brito, 1995). Com o auxílio de um audioguia, faz-se um vídeo do intérprete sinalizando a glosa. Ainda que o vídeo seja em Libras, há necessidade de um audioguia que instrua o intérprete na sinalização e também auxilie o editor no momento da edição do vídeo.

Com todos esses materiais prontos, o processo de edição do vídeo é feito. Essa fase também precisou passar por adaptações, pois se percebeu que o quadro com o intérprete costuma ser muito pequeno, o que dificulta a visualização dos detalhes. Para a confecção desse material, a tela foi destinada para a interpretação em Libras. O enquadramento do vídeo foi assim adaptado. Para possibilitar livre movimento, a distância definida foi espaço de um palmo acima da cabeça, nas laterais, a distância dos cotovelos abertos formando dois triângulos com as mãos entrelaçadas no peitoral.

3.3 Os reflexos do projeto: efeitos inesperados

Todo este complexo, esta trama levada adiante por uma demanda de construção de materiais didáticos acessíveis ao estudante Surdo teve uma série de subefeitos não esperados: disseminação de conhecimentos referentes a Libras e às especificidades culturais e cognitivas dos Surdos, necessidade de formação especializada no ensino superior, intensificação das discussões a respeito da produção de materiais didáticos acessíveis. Isso gerou um processo de tomada de consciência e a retificação das “racionalizações” estigmatizadas que Goffman (2012) identifica.

Percebe-se assim uma mudança na posição e na perspectiva dos próprios técnicos, que passaram paulatinamente a compreender a situação do Surdo. Como coloca João Eduardo:

Outra coisa que eu achei interessante foi muito importante, criou até um descompasso entre os professores que geram o conteúdo, é que como a gente teve o grupo de estudos e foi convivendo com os Surdos, a gente entendeu como eles agem e aprendem, que é totalmente diferente da gente.

Por um lado, o que João Eduardo identifica como descompasso se refere a uma tensão conflituosa entre professores da instituição (tidos como especialistas na área em que lecionam) e os próprios membros da equipe de produção do material didático acessível que, ao passarem pelo processo de tomada de consciência da especificidade do modo de ser e de aprender Surdo, acabam por colocar em xeque a capacidade plena dos professores de exercer seu ofício.

Por outro, trata-se de uma potencial multiplicação de informados, daqueles que possuem uma trajetória de experiência que lhes capacita a identificar as dificuldades pelas quais passam os Surdos e a reconhecer essa comunidade como dotada de especificidades e de direitos e, ainda, de competências profissionais e sociais próprias, valorizadas. João Daniel expressa bem essa aprendizagem quando afirma que

o grande avanço para [uma produção sistemática do material didático acessível e, por conseguinte, de uma inclusão social efetiva] acontecer aqui na [Instituição] seria a gente ter o Surdo para trabalhar aqui com a gente, trabalhar aqui em a gente que eu falo tanto no nosso setor de texto, de produção textual, também um Surdo poderia ajudar muito lá, entendeu? Teria que ter um funcionário Surdo fazendo parte da equipe porque é aquela história, como que eu vou trabalhar numa segunda língua, numa outra linguagem sem ter uma pessoa que é nativa daquela língua, precisaria ter.

É nesse processo dinâmico de interação que os processos reflexivos e os conflitos que os permeiam adquirem relevância já que permitem evidenciar que as “práticas de construção da cidadania” (Fonseca et al., 2016, p. 14) estão longe de serem consensuais, remetendo antes a um renitente fazer cotidiano e reflexivo que configura antes um sociação simmeliana que um realização estática de uma cidadania ideal prevista legalmente. É neste sentido que estamos de acordo com Simmel quando afirma que o conflito é indispensável à coesão grupal, já que é uma condição para a manutenção do processo que unifica e, ao mesmo tempo, transforma grupos sociais. Ele atua não apenas de uma força desagregadora, mas também enquanto força integradora do grupo (Simmel, 1983a).

No nosso caso aqui analisado, a tensão aparece no processo de absorção de conhecimentos da cultura Surda, do modo de ser e comunicar Surdo, que deslocam a posição dos membros da equipe no sentido de se afastarem da posição típica do senso comum (dos “normais”) e se aproximar da posição dos “informados” criando, não obstante, uma ponte possível de relações sociais entre “normais” e “estigmatizados” (Goffman 2012). Essas “antíteses e sínteses” (Simmel, 1983c), sobrepostas umas às outras, provêm do caráter dinâmico deste processo que tem efeitos não apenas sobre a população-alvo da política de inclusão, mas principalmente sobre os encarregados de executar as atividades voltadas para tal propósito. Essas forças centrípetas e centrífugas são dinâmicas e pautam o processo de construção identitária dos vários grupos envolvidos. A importância da forma das relações sociais em Simmel aparecem, no caso aqui trabalhado, como os modos padronizados de relações entre estigmatizados-informados-normais (Simmel, 1983b).

Foi absorvendo e refletindo sobre a problemática da cultura Surda, da comunidade Surda, das especificidades desta população e dos modos adequados de construção de materiais didáticos voltados para esse grupo que se logrou acumular a competência técnica e cultural para criar não só os materiais didáticos específicos das disciplinas mas também desenvolver uma metodologia adequada de construção de materiais didáticos acessíveis.

4. Considerações finais

Foi possível perceber, ao longo do texto, que a execução de políticas públicas voltadas para a diminuição da desigualdade social, permeando o avanço formal e o reconhecimento jurídico-legal dos direitos de grupos e populações minoritárias não soluciona por si só o déficit de cidadania que marca nossa existência social. A

execução concreta dos preceitos igualitários destas políticas nos leva a uma complexificação ainda maior destes processos sociais de transformação. Tendo em vista tal problemática, a reflexão sobre as experiências de formulação e de execução de políticas são fundamentais não só para se poder avaliar o grau de eficácia na sua implementação mas também para se extrair lições no sentido de aperfeiçoá-las e corrigi-las em suas trajetórias.

A análise do processo pelo qual passou uma equipe responsável pela produção de materiais didáticos acessíveis a partir do seu próprio relato dessa experiência nos auxilia a compreender melhor o processo de execução de projetos que visam a efetivar uma política de inclusão social e, ainda, de reconhecimento da diversidade no âmbito de uma instituição de ensino superior. Pode-se dizer que não basta que as equipes dos projetos criem as tecnologias e os materiais didáticos com a intenção e o objetivo de promover a acessibilidade e inclusão. É necessário ainda – e este é um ponto fundamental – que a própria comunidade de usuários aceite e reconheça o material enquanto apto a tal objetivo.

Tais considerações justificam não só a inclusão dos usuários dos materiais nas equipes de criação de materiais didáticos voltados para seu usufruto mas igualmente nos comitês de formulação das políticas públicas voltadas para inclusão. Como diz Michel Callon (1995), os processos de concepção e de difusão das tecnologias não se separam nitidamente entre si: os usuários das tecnologias estão presentes desde o processo inicial de concepção, e esta nunca termina, mesmo após o processo de difusão da tecnologia ter se tornado relevante. A eficiência e a eficácia destes materiais didáticos voltados para inclusão não se limitam a seus aspectos técnicos ou mesmo pedagógicos: há um elemento social e cultural fundamental no qual a tecnologia só poderá existir se for reconhecida enquanto tal pelo grupo de usuários. Qual é a rede que permitirá a adoção e utilização destes materiais? Quem são as pessoas encarregadas em disseminar as informações e as competências que permite tal utilização?

A problemática metodológica e inclusiva apareceu de maneira clara: o processo de construção do material didático inclusivo deve levar em conta o Surdo enquanto parte ativa neste processo de modo a aumentar a eficácia pedagógica do conteúdo elaborado. A temática da aprendizagem Surda, que passa de maneira central na imagem e nas configurações visuais de sua língua, demanda não apenas uma sensibilidade por parte dos professores e daqueles responsáveis pela criação pedagógica: demanda, sim, uma incorporação do Surdo e de sua cultura nos modos de se realizar

os processos de ensino/aprendizagem. Ao longo do processo, a sua inclusão é, ao mesmo tempo, uma transformação recíproca que enriquece o processo pedagógico ao promover a reflexividade sobre os modos de ensino/aprendizagem.

Tendo em vista que é através da interação que alguns dos processos fundamentais de aprendizagem se dão, devemos notar que esta aprendizagem se refere ao processo que os responsáveis pela produção dos materiais têm que passar para poderem construir as tecnologias didáticas inclusivas. Para superar tais dificuldades, foi possível demonstrar a importância do intermediador na resolução de problemáticas ligadas à diversidade cultural e, ainda, evidenciar os efeitos não-esperados de uma política voltada para a inclusão.

Percebe-se, ao fim do processo de elaboração das aulas sinalizadas, que vários dos impactos provocados pela política pública de acessibilidade e inclusão não se restringem à população alvo: são os “normais” de Goffman que passam por um processo de ressituação no mundo e de aprendizagem cidadã. A execução das atividades tendo em vista a política mais ampla de inclusão provoca, assim, um efeito não-intencional-porém-desejado das ações promovidas em seu nome: o de multiplicar as pessoas aptas a promoverem processos de inclusão social. É isso que provê uma maior capacidade de identificar os nós centrais e problemáticos das políticas de inclusão social e, por conseguinte, de propor soluções viáveis para que um processo de transformação social inclusiva, via prática pedagógica, se dê.

É possível ver que a problematização da situação de interação normal-estigmatizada provocada pelos projetos foi elaborada a partir de um processo reflexivo comandado por um informado (aquele que sabe Libras e que de maneira correlata tem acesso à cultura Surda) via um trabalho coletivo que envolveu a apresentação dos modos de comportamento da comunidade Surda e a organização da memória deste processo de interação – via relatórios e outras produções textuais – com vistas a viabilizar e desenvolver a produção do material didático acessível. Pode-se nelas perceber: (1) a importância de um “informado” para criar as pontes com a comunidade de Surdos e viabilizar o acesso às informações e conhecimentos necessários para a criação do material; (2) a transformação destas pessoas no processo de tomada de consciência de uma diferença que deixa, paulatinamente, de ser estigmatizada e passa a ser normatizável, aproximando-os da posição de “informado”.

O processo de elaboração de aulas sinalizadas demonstrou que, embora ocorressem várias dificuldades ligadas à produção de material didático inclusivo, foi possível gerar momentos de reflexão acerca das políticas inclusivas e da imersão delas na rea-

lidade educacional. Esses entraves provocam novos olhares no sentido de reescrever as trajetórias e de apontar ações passíveis de incluir. Tais desdobramentos serão contextualizados como meio de análise que repercutem nos saberes, nas rotinas, nas experiências e nos efeitos que constituem as políticas de inclusão no Brasil e que adentram o ensino superior.

E, adicionalmente, é possível defender o argumento que as políticas públicas de inclusão ensinem mais àqueles que aparentemente se posicionam no ponto “estabelecido” da normalidade social ao perceberem que há muito a ser aprendido sobre si próprio daqueles que, habitualmente, estão na posição subalterna de nossa sociedade.

Recebido: 14/02/2019

Aprovado: 10/04/2019

Ana Luisa Borba Gediél é antropóloga e professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. Atua na área de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e é vinculada ao programa de pós-graduação em Letras, na linha de pesquisa Linguística Aplicada: Formação de Professores e Ensino e Aprendizagem de Línguas. Também é professora do Mestrado interinstitucional em Antropologia Social realizado em parceria entre o PPGAS/Museu Nacional/UFRJ e o DCS/UFV. Número de ORCID: 0000-0001-5755-2592. Contato: ana.gedielifv@gmail.com

Victor Luiz Alves Mourão é professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, é doutor em sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Graduado em Ciências Sociais pela UFMG, é mestre em sociologia pelo antigo IUPERJ, realizando estudos na área de estudos sociais da ciência e tecnologia, teoria sociológica, desenvolvimento e inovação. Número de ORCID: 0000-0003-2770-721X. Contato: vmourao@ufv.br

Isabela Martins Miranda é graduada em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa. Atua nos campos de pesquisa voltados para produção de tecnologias da informação e comunicação (TICs) a fim de atender a comunidade surda. Número de ORCID: 0000-0003-1401-0528. Contato: isabela-martinsmiranda@gmail.com

Notas

1. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, sendo aprovado pelo mesmo. CAEE: 81077517.6.0000.5153.
2. Classificadores são constituintes do léxico nativo da Libras, em que as configurações de mãos e a orientação de mão são elementos importantes para exercer uma função descritiva, auxiliando na qualificação e significação do que está sendo expresso.
3. Descrevemos no corpo do texto a palavra surdo(s), seguindo a descrição específica utilizada por Assis (2011), referente às categorias deficiente e surdo.

Referências Bibliográficas

- ASSIS SILVA, César A. 2011. *Entre a deficiência e cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. São Paulo: FFLCH/USP.
- BARNES, John. A. 1987. *Redes sociais e processo político*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela et al. (ed.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global. p. 159-193.
- BRITO, Fábio B. de. 2016. *O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos*. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, n. s1, p. 766-769.
- CALLON, Michel. 1995. *Technological Conception and Adoption Network: Lessons for the CTA Practitioner*. In: RIP, Arie; MISA, Thomas J. et al. *Managing Technology in Society*. London, New York: Pinter. p. 307-330.
- CARNIEL, Fagner. 2013. *A invenção (pedagógica) da surdez: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI*. Tese [Doutorado em Sociologia Política]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1996. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. *Revista de Antropologia (USP)*, v. 39, n. 1, p. 13-37.
- Da SILVA, Marilda. 2009. *Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos*. São Paulo: Editora UNESP.
- DEDECCA, Claudio S. 2014. *A queda da desigualdade de renda corrente e a participação do 1% de domicílios de maior renda, 2000-2001*. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 2, p. 249-265.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. 1995. *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- FONSECA, Claudia.; JARDIM, Denise.; SCHUCH, Patrice & MACHADO, Helena. 2016. *Apresentação*. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, n. 46, p. 9-34.

- FOUCAULT, Michael. 2001. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- FRASER, Nancy. 2006. *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista"*. Cadernos de Campo, n. 14/15, p. 31-239.
- FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. 2003. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York: Verso.
- GESSER, Audrei. 2009. *LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola.
- GIDDENS, Anthony. 2007. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GLAT, Rosana; PLETSH, Márcia D. 2010. *O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento*. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345 -356.
- GOFFMAN, Erving. 2012. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- IMBERNÓN, Francisco. 2010. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 7. ed. São Paulo: Cortez.
- LATOURETTE, Bruno. 2000. *Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora Unesp.
- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. 2006. *Inside Deaf Culture*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- QUADROS, Ronice M. & KARNOPP, Lodenir. 2004. *Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.
- SANTOS, Emmanuelle F. 2015. *Tecendo leituras nas pesquisas sobre Libras: sentidos atribuídos ao seu ensino na educação superior*. In: ALMEIDA, Wolney G. (ed.). *Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente* [online]. Ilhéus, BA: Editus, p. 67-91.
- SIMMEL, Georg. 1983a. *A natureza sociológica do conflito*. In: MORAES FILHO, Evaristo (ed.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática. p. 122-134.
- _____. 1983b. *Como as formas sociais se mantêm*. In: MORAES FILHO, Evaristo (ed.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática. p. 46-58.
- _____. 1983c. *Conflito e estrutura de grupo*. In: MORAES FILHO, Evaristo (ed.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática. p. 150-164.
- SOUZA, André. L. S. D.; JÚNIOR, José T. 2016. *O uso de tecnologias (TIC) na produção de material didático bilíngue libras/português na Universidade Federal de Viçosa*. Revista Fórum (INES), n. 33, p. 92-109.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. 1987. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

A inclusão e suas práticas: aspectos socio-antropológicos da produção de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos

Resumo: O cenário da expansão de políticas públicas que ocorreu nas últimas décadas pressionou por um conjunto de novos arranjos nas instituições educativas tendo em vista a inclusão de pessoas com deficiência. O presente artigo tem o objetivo de descrever o trabalho de elaboração de materiais didáticos para a inclusão de uma pessoa Surda em uma instituição de ensino superior. Nos interessa refletir acerca da reflexividade e dos conflitos envolvendo os pontos de vista dos profissionais de diferentes áreas de especialidade que atuam na Unidade de Ensino à Distância para o processo de elaboração dos materiais e as ações institucionais que conformam essa conjuntura. Acessamos os agentes envolvidos a partir da metodologia de redes e pontuamos os principais elementos norteadores e transformadores do processo. Entendemos que as políticas públicas são de extrema importância para gerar oportunidades de mudança e observamos a complexidade na delimitação e efetivação de ações para atender à diversidade socialmente existente, e que as transformações que suscitam ultrapassam o âmbito dos seus destinatários explícitos.

Palavras-chave: políticas públicas, ensino superior, inclusão social, pessoas Surdas.

Inclusion and its practices: socio-anthropological aspects of the production of Deaf-inclusive pedagogical materials

Abstract: The trajectory of Brazilian public policies in the last decades promoted new arrangements in educational institutions which had at its objectives the effective inclusion of people with disabilities. This article aims to describe the experience of developing didactic materials for the inclusion of a Deaf person in a higher education institution. We are interested in reflecting on the reflexivity and conflicts involving distinct points of view of the professionals from different areas of knowledge surrounding the process of elaboration of those materials and the institutional actions that conformed this conjecture. We accessed the agents involved through the methodology of networks and we point out the main guiding and transforming elements of this process. We understand that public policies are extremely important in order to generate opportunities for social change and we observe the complexity in delimiting and implementing actions to meet current social heterogeneity, and that the transformations which it provoked went beyond their explicit destinaries.

Keywords: public policy, higher education, social inclusion, Deaf people.

A “janela da expressão”: reflexões sobre corpo, movimento e gesto nas relações entre visão e cegueira

Olivia von der Weid

Universidade Federal Fluminense - Brasil

*Eu acho que tem uma coisa
que é muito maior para nós, cegos, nesse trabalho...
o mundo é um lugar onde você está sendo visto.
Na verdade, o mundo é um grande teatro né? (...)
nessas últimas experiências eu fui ficando menos ingênua e me dando conta.
E isso me marcou.
Não é a forma de entender, porque não é uma mudança intelectual.
Muda a forma de estar no mundo.
Abriu a janela da expressão.
(Dora)*

A primeira vez em que estive com Dora para uma conversa mais prolongada em sua casa provocou sensações de estranhamento que talvez possam ser associadas àqueles momentos da pesquisa de explosão de significados, em que cada fato observado na cultura nativa tem significado para o pesquisador (Malinowski, 1986). Enquanto conversávamos, ia me dando conta, de uma forma até então inédita para mim, do meu próprio corpo no ato de conversar. Gesticulo enquanto conto uma história ou revelo algo do meu pensamento. Como se tais movimentos ajudassem a expressar o que digo, mesmo que naquela conversa também parecessem inúteis. Percebo a necessidade de completar todas as frases, as insinuações gestuais de nada servem. Assim como não comunicam expressões como “lá”, “ali”, “ele”, ou o ato de apontar ou demonstrar fisicamente alguma coisa.

Dirijo o olhar para os olhos dela, ainda que sejam olhos com movimento, mas sem retorno. Presto atenção na entonação da voz, como se despendesse um esforço maior em expressar sonoramente as mudanças de estado na conversa. A própria fala surge com uma urgência, uma ascendência maior nesse encontro e os silêncios vibram mais enigmáticos quando não se tem a cumplicidade do olhar. O corpo inteiro precisa ser através do que digo, expressar o que sinto ou penso pela impos-

tação e variação da voz. Uma aparente invisibilidade promove o sobressalto tanto da fala quanto da própria expressividade corporal, como se a ausência do seu olhar voltasse o foco a mim mesma.

A interação e o convívio com olhos que não veem me colocam em contato com a própria corporalidade, densidade carnal em ação no ato de comunicar. A ausência de seu olhar derrama luz sobre meus gestos, a fala, a postura, o fluxo dos movimentos, a direção de meus olhos. O corpo, para Merleau-Ponty (1971), é um “sensível exemplar” porque sensível para si – se sente ao sentir que sente. O invisível dos olhos de Dora torna visível a mim, ao corpo de alguém que percebe a si mesma, vendo.

O estranhamento posteriormente suscitou reflexões sobre o destaque que se dá à linguagem verbal e à funcionalidade corporal na educação e/ou reabilitação de pessoas cegas, e uma espécie de lacuna que senti naquela conversa. É claro que pude me fazer entender e compreendia suas colocações, a lacuna não estava no que era dito, mas nos gestos. Não podiam se transformar em recursos visuais explícitos de comunicação, mesmo que implicitamente pudessem e fossem utilizados como uma espécie de auxílio, um adicional de ênfase na fala, ajudando a fazer variar a tonalidade e a cadência do que era dito.

Neste artigo proponho considerar os meios não discursivos que medeiam a relação entre expressividade e comunicação entre pessoas cegas e não cegas. Quais as implicações advindas de uma interação que se baseia na dupla condição de ver e não ser visto/não ver e ser visto? Qual o papel dos movimentos e dos gestos nessa experiência comunicativa? Falar em gesto é uma tentativa de trazer para a reflexão não apenas o aspecto prático ou funcional da ação, mas também suas dimensões corporais e afetivas, sua poética e plasticidade (Silva, 2016).

A percepção de mundo de pessoas cegas se constrói nas brechas de uma dupla fronteira: uma limitação física e um impedimento social. Com a ausência da visão, os outros sentidos e o corpo inteiro se colocam como mecanismos de apreensão do mundo, do espaço e das pessoas, mas na vida cotidiana, o conhecimento pelo tato esbarra na restrição social ao toque entre pessoas (Le Breton, 2011). A reflexão desenvolvida se localiza na fronteira entre um conhecimento tátil do mundo por um corpo privado da visão e as barreiras sociais para o conhecimento corporal do outro através do tato.

A restrição social ao toque traz implicações para a apreensão, por pessoas cegas, de uma linguagem corporal comunicativa presente nos gestos, seja como forma

de conhecimento da cultura, seja como recurso expressivo nas relações de interação. Abordo as consequências desse hiato a partir das possibilidades criativas que se abrem para o resgate e a construção desta linguagem corporal por intermédio da arte, a partir da participação, como parte do trabalho de campo, em oficinas de teatro com pessoas cegas e não cegas¹. O engajamento nessas experiências colocou desafios importantes e levantou questões sobre as potencialidades dos dispositivos propositivos de pesquisa para a investigação antropológica que desenvolvi em outro lugar (von der Weid, 2017). A análise aqui elaborada se volta especialmente para a interlocução desenvolvida com Dora², a partir dos questionamentos suscitados por suas vivências anteriores em oficinas teatrais e pelas experiências que partilhamos na Oficina Inclusiva.

Como sugeriu Hammer (2013), realizar uma etnografia da cegueira levanta complexidades específicas resultantes das relações desequilibradas de poder em torno do olhar do pesquisador. A pesquisa exige que se desenvolva uma sensibilidade sensorial alternativa capaz de desafiar a associação comum do conhecimento com a visão e o olhar. Um segundo aspecto decorrente da relação entre visão e cegueira a partir de uma etnografia em que a pesquisadora enxerga e os pesquisados não, é o efeito de intensificação da consciência para certas propriedades das interações sociais que normalmente poderiam passar despercebidas. Neste artigo enfatizo, sobretudo, a dimensão da corporalidade na comunicação, com especial atenção ao movimento, aos gestos e à expressividade.

Silêncios e ruídos: suspensões da comunicação

Trato inicialmente as interações entre pessoas cegas e pessoas que enxergam como “ocasiões situadas”, pensando-as a partir da abordagem interacionista de Goffman (1966, 2011). Encontros onde existe a copresença de outros e em que grande parte das informações veiculadas depende não só daquilo que é falado, mas da atividade corporal dos agentes. O autor destaca o papel organizador do olhar na vida social comunicativa, o que ajuda a entender o estranhamento inicial na conversa com Dora em sua casa. Em encontro posterior, ela reconhece que uma das possíveis dificuldades das pessoas que enxergam na relação com a cegueira está vinculada à falta da visualidade na conversa:

Às vezes as pessoas têm dificuldade de lidar com uma pessoa cega pela dificuldade de comunicação. Porque como não rola o olho no olho, as pessoas ficam meio

perdidas e elas não conseguem ver se elas estão sendo ouvidas, se elas estão sendo entendidas... sabe, eu acho que rola essa agonia nas pessoas, essa dificuldade assim em um primeiro momento.

Goffman (2011) identifica que, nas interações faladas, um sistema de práticas, convenções e regras de procedimentos entra em jogo, funcionando como um meio para orientar e organizar a troca de mensagens. Os receptores, através de gestos apropriados, comunicam ao orador que estão dando a ele a sua atenção. A visibilidade organiza o fluxo da fala em uma interação. A função organizadora do olhar é também destacada por Le Breton (2009), quando diz que os olhos, ao receberem e simultaneamente transmitirem informações, concorrem para o desenrolar de uma conversa. O próprio contato ocular dá aos indivíduos o sentimento de estar em interação. Em uma “ocasião social” em que um indivíduo se apresenta diante de outros, o silêncio pode parecer enigmático para uma pessoa cega.

Eu me lembro de um treinamento que fui dar para um pessoal em Florianópolis. Eu comecei a falar e um silêncio absoluto (na plateia). E eu falava e aquele silêncio absoluto. Aquilo foi me dando uma agonia, porque eu ficava pensando “meu Deus, será que esse povo está dormindo? Tão bocejando? Tão achando esse negócio muito chato? Tô chovendo no molhado, eles já sabem isso? Ou eu estou falando muito difícil e eles não estão entendendo? O que está acontecendo?” Até que alguém falou assim “olha, quando quiser fazer o coffee break...”, eu digo, “opa, então pessoal, vamos dar um pequeno intervalo para a gente tomar um café e depois continuamos”. Aí cheguei pros meus colegas e disse “gente, o quê que é isso? Por que esse silêncio? Esse povo está dormindo?” e aí as pessoas disseram para mim “não, eles estão anotando. Tudo o que você está falando eles estão anotando no verso da apostila que você deu. Eles estão ouvindo tudo, prestando atenção e anotando”. Eles estavam alucinados, copiando tudo e eu achando que o povo estava dormindo, tava entediado... Por quê? Aqui no Rio as pessoas até podiam estar copiando, mas o carioca copia e fala. Não é? O pessoal do Sul é menos falante, mais quieto, é mais disciplinado. Então eu estava sentindo dois choques, tinha o choque de eu não estar vendo e tinha o choque cultural, de não estar com o povo da minha cidade. O treinamento aqui no Rio eu tinha que pedir silêncio de 5 em 5 minutos e lá eu tinha que pedir “falem, por favor”, tinha que pedir retorno (Dora).

No universo perceptivo da cegueira, as pessoas entram ou saem da invisibilidade por seu silêncio ou sua sonoridade. Essa é uma das características que Hull (1997) atribui ao espaço acústico, de natureza efêmera, cujos habitantes transitam dentro e

fora da existência pelos ruídos que emitem. No caso trazido por Dora, não é apenas o silêncio em si que perturba o fluxo da interação, mas o contexto cultural também influencia na sua percepção da cena. Por não estar em sua cidade, onde consegue perceber os sinais pelo comportamento rumoroso das pessoas, Dora teve maior dificuldade em se orientar pela conduta da plateia e codificar o seu silêncio.

Le Breton (2009) fala da comunicação em ambientes ruidosos, em que a qualidade da conversa pode ser mantida pela focalização visual. Quando é assim, muitas pessoas conversando, Dora acha mais difícil acompanhar:

Numa situação que está só você e uma pessoa é mais fácil, não interessa o primeiro contato, você está mais no controle. Agora numa situação que são várias pessoas é meio complicado você ter certeza que a pessoa te ouviu, porque tem outras pessoas falando ao mesmo tempo. Você ter certeza que a pessoa te ouviu e você ter certeza que o outro está falando é com você mesmo ou se é com o outro que está do seu lado. (...) Eu sinto que tem uma questão do contato visual que facilita a comunicação. Se eu estou olhando para você, se eu posso ver o seu rosto, se eu posso ver principalmente os seus olhos eu estou sabendo se você está prestando atenção no que eu estou falando. Ou se eu não estou falando com você, eu estou sabendo se eu posso falar agora, se você vai prestar atenção no que eu vou falar. E quando você não tem isso fica complicado. A pessoa que não enxerga não sabe se pode falar e a pessoa que enxerga não sabe se o cego está falando com ele, ou com quem que o cego está falando. Então fica um ruído de comunicação.

Le Breton (2009) destaca que o olhar orienta a troca de enunciados em uma conversa, funcionando como apoio para os atores, que buscam o assentimento do olhar alheio para suas reflexões ou investigam o momento propício de entrar em uma conversa ou de tomar a palavra. Nessas situações, Dora se sente em desvantagem por não poder usufruir de tal código. É comum acontecer em ambientes com mais gente, com conversas paralelas. Mas também pode acontecer em um encontro face a face quando a outra pessoa, temporariamente, esquece que ela é cega e por isso esquece de avisá-la, por exemplo, que vai atender ao telefone celular:

Eu digo: - “o quê, fulano? O que você está perguntando? Eu vou onde?”. E fulano está falando no telefone, mas eu não percebi que o telefone tocou, estava no vri-bracall, entendeu? Ou então eu não tava nem perto, não estou nem prestando atenção, mas a pessoa começou a falar e aí eu comecei a achar que era comigo.

Para Mitchell (2010), o gesto tem a função comunicativa de enquadrar a ação e organizá-la em termos de importância. Ele também pode interromper o discurso e pode interromper as próprias ações, precisamente para reordenar a relação entre palavras e feitos, palavras e coisas. No caso mencionado, o gesto de atender o celular e com isso, sinalizar a interrupção de uma conversa. Nós não apenas fazemos coisas com as mãos ou com a face, mas dizemos coisas com elas. Coisas que nem sempre confirmam o que estamos dizendo verbalmente com as palavras. Silva (2016) identifica aí o potencial ambivalente do gesto, capaz de suspender o movimento, que se desenvolve sobre movimentos, expressando aquilo que importa em uma ação. O gesto faz e diz, mas às vezes diz justamente ao não fazer, ao interromper ou suspender um movimento.

A reflexão nos coloca diante de situações que envolvem a cegueira, as expectativas sociais de conduta e as possíveis técnicas e estratégias desenvolvidas por pessoas cegas e seu “coletivo” (manuais de desenvolvimento e educação de crianças cegas, profissionais dos programas de reabilitação, materiais utilizados nesses ambientes, etc.) para cumprir as convenções sociais em uma interação de tipo pública.

Gestos sociais e estratégias corporais na interação

O conjunto particular de regras que transformam um indivíduo em um membro da sociedade deriva de requerimentos estabelecidos na organização ritual dos encontros sociais (Goffman, 2011). Em ocasiões desse tipo, qualquer pessoa manifestará a preocupação de adotar uma conduta socialmente aceitável. Como vimos, a falta da visão pode interferir no ajustamento da conduta de pessoas cegas já que, ao se guiarem pela audição, as situações muitas vezes enganam e a comunicação fica suspensa.

Uma regra de conduta é definida por Goffman como um guia para a ação, recomendada não por ser agradável ou eficiente, mas por ser considerada apropriada. A ligação a regras leva à constância e padronização dos comportamentos e é uma fonte de regularidade nas atividades humanas. As infrações podem levar a sentimentos de desconforto e a sanções sociais negativas. Na pesquisa, alguns entrevistados demonstraram preocupação especial em cumprir certas regras ou posturas de conduta nas interações, desenvolvendo técnicas não visuais para se adequarem a elas ou demarcando a sua diferença em relação a uma condição visual.

Depois que ficou cega, Camila diz que não queria que mudasse a postura de olhar na direção da pessoa com quem está conversando, mesmo que não possa enxergá-

-la. Aprendeu como fazer perguntando para outras pessoas cegas, que lhe disseram: “quando a pessoa estiver falando com você, você percebe a voz e olha na direção da pessoa, se você erguer a sua cabeça você vai olhar na direção da boca certinho, do queixo, começa a fazer isso que dá certo”. Ela deseja manter a postura por saber que socialmente é isso que se espera de uma pessoa. Preocupação semelhante aparece quando Beatriz assiste à televisão. Às vezes está assistindo à novela e, de repente, repara que sua cabeça está voltada para o corredor. Ela corrige e se volta para a televisão; pelo som percebe se está mais para cima ou mais para baixo. Também desenvolveu um exercício para comandar o olhar durante uma conversa, não deixar “solto”, e acha que isso ajuda na aparência, impacta menos na interação. As estratégias desenvolvidas por Beatriz e Camila para controlar seus gestos e ajustar suas posturas têm por objetivo não apenas adequar sua conduta a uma expectativa social, mas diminuir o impacto da diferença da cegueira na relação com quem enxerga.

Le Breton (2009) diz que toda interação começa e encerra com uma série ritual de gestos e de palavras que colocam os atores em posição favorável para iniciar ou concluir uma troca. Começar um assunto demanda certas formas de saudação que são social e culturalmente variáveis. É o que o autor chama de “etiquetas corporais de integração”. Um dos sinais indicativos da falta de visão, para Camila, foi quando as pessoas estendiam a mão para cumprimentá-la e ela não conseguia mais enxergar para estender a sua de volta. Depois aprendeu que entre pessoas cegas existe uma técnica, ou uma estratégia pensada para remediar o desconforto social gerado pela infração a uma regra de etiqueta, que é ensinada na reabilitação ou passada por outra pessoa cega: a de estender a mão primeiro para que a outra pessoa a pegue.

Embora sejam olhos que não veem, nos depoimentos fica marcada uma preocupação com o direcionamento do olhar que, como indica Goffman (1966), é uma importante ferramenta na interação focada nas situações sociais. As posturas, a correção do corpo, as alternativas desenvolvidas para o aperto de mão e para sustentar o olhar na direção da pessoa em uma conversa, ainda que não a estejam vendo, são estratégias de manipulação de sinais desenvolvidas por pessoas cegas para manter a fachada em uma interação face a face. Dora fala sobre essa preocupação de estar ou não voltada para o lugar “certo” quando conversa com uma pessoa, e do quanto demorou a perceber que essa era uma convenção social que ela, por ser cega, não cumpria, já que não encontrava utilidade para a postura na sua comunicação com as outras pessoas.

Eu custei a perceber, porque eu acho que foi um erro das pessoas da minha família não me terem chamado a atenção disso. Acho que também não chamaram a atenção porque se acostumaram, né? Porque é o seguinte, cego começa a falar, e aí eu levanto para pegar água e continuo falando lá da cozinha, eu sei que se você pode me escutar, você está escutando o que eu estou falando. Mas as pessoas que veem, elas normalmente não fazem isso, elas falam e tem ao mesmo tempo um contato visual. Elas têm aquela ponte. E o cego não tem isso, ele fala de qualquer maneira, fala em qualquer postura, ele está fazendo alguma coisa e está falando, ele não está olhando para você, não está nem virado para você e está falando. Ele está prestando atenção em você, mas não está necessariamente olhando pra você, direcionado pra você como se fosse... visualmente, né? Porque a pessoa que vê ela entende direcionado como direcionado visualmente, mas ele pode estar direcionado auditivamente, ele pode estar virado de costas, mas ele pode estar direcionado, a atenção dele está toda em você. Só que ele não precisa estar virado, não vai adiantar nada se ele tiver virado para você, entende? Eu só descobri isso depois de velha, que eu fazia uma coisa que não era o normal que as pessoas faziam. Aí as pessoas podem não entender que eu posso não estar olhando para você, mas que eu estou prestando atenção em você.

Destaca-se no depoimento a diferença entre os estados de atenção auditivo ou visual em uma conversa. Prestar atenção com a audição não exige uma postura corporal pré-determinada, enquanto prestar atenção com os olhos demanda uma retidão e um direcionamento específico – face a face –, que inclusive limita a movimentação. Uma comunicação não visual demanda outros gestos e capacidades distintamente constituídas de prestar atenção nas dinâmicas sonoras e auditivas de uma conversa. Mas, como lembra Goffman (2011), as regras de conduta invadem o indivíduo, seja diretamente – uma obrigação que estabelece como ele é moralmente coagido a se conduzir –; seja indiretamente – uma expectativa que indica como os outros são moralmente forçados a agir em relação a ele.

A funcionalidade do gesto

Um ponto delicado, mas também importante de se trazer para a discussão sobre o gesto nas relações entre a visão e a cegueira é a ênfase predominantemente adaptativa ou funcional que muitas vezes recebe nos serviços especializados voltados para a reabilitação/habilitação. O enfoque principal dos programas de reabilitação, desde a sua origem, tem sido na recuperação ou desenvolvimento da independência funcional da pessoa com deficiência (Moreira, 2008). Especialmente a partir

das discussões que deram origem à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)³, o termo “funcionalidade” passa por um alargamento, abrangendo não apenas a funcionalidade física, mas incorporando as noções de atividade e participação social.

A pergunta que costuma nortear o trabalho clínico de profissionais da saúde que realizam os atendimentos é a de como sintonizar os corpos e os ambientes de modo a tornar a vida cotidiana de uma pessoa suportável, ou até mesmo prazerosa, apesar de impedimentos que, algumas vezes, podem ser seriamente perturbadores (Mol, Struhkamp & Swierstra, 2009). O plano de reabilitação deve se basear não somente na presença de um órgão considerado lesionado, mas também levar em conta as necessidades do indivíduo, a relevância das tarefas para a sua vida cotidiana e seus objetivos. Devem ser planejadas metas individuais a partir das quais os resultados da reabilitação possam ser posteriormente medidos. O atendimento conhecido por Atividades da Vida Diária está pautado nas técnicas cotidianas do corpo, remetendo a certos costumes que também podem ser relacionados ao corpo civilizatório descrito por Elias (1994) – hábitos de higiene, vestimentas, modo de se alimentar, regras de etiqueta. A estimulação precoce, por sua vez, por estar voltada para crianças de 0 a 3 anos, traz uma forte preocupação com o desenvolvimento psicomotor. Dora coloca suas impressões sobre esses atendimentos:

As pessoas pensam no funcional, que aquela pessoa não pode ficar com um déficit motor, na marcha, na mobilidade. Não pode atrofiar. O que está muito certo, que não pode mesmo. Só que eu acho isso pouco. Você fala de estimulação. Primeiro questiono o precoce, por que precoce? É estimulação adequada, não é precoce. Segundo que você centrar só no funcional? Cada vez mais eu me dou conta do quanto de informação que eu não tenho e do quanto de feedback que eu não tenho por ser cega. E o fato de eu não ter esse feedback, nem dos outros, de não saber como é a expressão dos outros, nem a minha, faz com que eu também não tenha o controle dos meus músculos faciais, faz com que eu não tenha essa consciência e esse controle. Fora todas as informações posturais, das outras pessoas, eu não tenho essa informação. O que acontece com a estimulação precoce? Procura se desenvolver movimentos para a criança poder ter autonomia, poder se locomover bem, poder se desenvolver legal. Como questão motora, como função. Beleza. Agora, e o corpo como expressão? Acho que as pessoas não têm essa noção. Eu acho que a estimulação precoce tinha que incluir isso. Expressão corporal, expressão facial e essa comunicação de informação gestual. Para mim são três coisas. São três coisas que a gente fica fora, literalmente fora.

Foi também o caráter social e eficaz da técnica que Mauss (2003) ressaltou quando fez um inventário das variações de movimentos corporais como a marcha, a educação do andar, as técnicas de higiene e de cuidado com o corpo. O autor considerou que não há técnica se não houver tradição, ainda que o ato seja sentido por aquele que o realiza como de ordem mecânica ou físico-química. O aprendizado das formas de se mover é mimético, fruto de um processo de adestramento somático que acaba reduzindo as técnicas corporais às normas sociais, cuja eficácia é medida pelo seu “rendimento” (Mauss, 2003: 410). A ênfase é no caráter utilitário e produtivo da ação: “as pessoas que têm o senso da adaptação de seus movimentos bem coordenados a objetivos, que têm hábitos, que ‘sabem como fazer’. É a noção inglesa de craft, de clever (destreza, presença de espírito e hábito), é a habilidade em alguma coisa” (Mauss, 2003: 411).

Se, por um lado, a ênfase na funcionalidade da (re)habilitação traz a preocupação da autonomia, independência e da inclusão de corpos considerados diferentes na sociedade, por outro, não questiona as próprias bases e padrões sociais pelos quais a sociedade se constrói, voltada para um corpo único, normativo. O funcionamento do corpo deficiente e o grau de participação social da pessoa com deficiência ainda é medido em função de sua maior ou menor adaptação a regras e padrões sociais de interação que se constroem a partir do funcionamento de outro corpo, aquele considerado “capaz” ou “normal”. O ponto está também explicitado no item anterior, na preocupação com o desenvolvimento de estratégias corporais de adaptação de pessoas cegas às convenções sociais de interação.

O foco na funcionalidade pode acabar se mostrando uma tentativa de inclusão por meio de uma manobra excludente, por estar ainda pautada pela estratégia da normalização. Como lembra Reynold (2017), o corpo deficiente foi sempre considerado uma variação corporal do corpo normativo. Esse último, a figura ideal ou exemplar do capacitismo: forma de vida constituída por e assegurada pela sua participação na normalidade. O termo normativo (*normate*), conforme definido por Garland-Thomson (1997), designa a figura social por meio da qual as pessoas costumam se representar como seres humanos definidos. É essa figura socialmente constituída que definirá os padrões de funcionalidade em relação aos quais a deficiência será constituída como incapacidade, assegurando com isso as fronteiras da normalidade.

Moser (2000) identifica uma ambivalência que acredita ser uma consequência lógica, um efeito esperado quando políticas, iniciativas e práticas de cuidado se norteiam pela normalização: o desejo de ajudar pessoas com deficiência e efetivamente

melhorar suas vidas, por um lado, e o fato de que as diferenças são definidas como faltas ou desvios que devem ser compensados ou corrigidos, por outro. Tal como utilizada aqui, a noção de técnica ou de funcionalidade inspira um caráter utilitário para a ação. Ao final do programa teremos organismos que foram diferentemente “disciplinados” (Foucault, 2013), mas que estarão mais ou menos aptos a se (re)inserirem numa sociedade que, por sua vez, permanece intacta, ordenada pela mesma lógica produtiva, “normal”, capacitista e visuocêntrica.

A ênfase na funcionalidade imprime uma direção prática para os atendimentos, em detrimento das variações, das transformações, dos infinitos e criativos modos de se realizar um gesto ou um movimento. São ações voltadas para atingir determinado “fim” - seja o desenvolvimento sensorio-motor, seja o desempenho de tarefas rotineiras, seja a aprendizagem de convenções sociais. A proposta que se descortina não é substituir a ênfase na funcionalidade e no desenvolvimento motor das ações educativas voltadas para pessoas cegas por outra ênfase supostamente mais “adequada”, e sim adicionar novas vias que escapem aos processos de adestramento do corpo deficiente, instaurando proposições que o abram à experimentação e ao universo intensivo.

“A palavra vence a cegueira?” Gesto, cultura e linguagem

Os atores de Goffman (1966) parecem estar imersos em uma sucessão constante de cálculo, preparação e estratégias desenvolvidas para controlar suas condutas, ajustar suas máscaras, manter sua face diante de um outro genérico neste palco que é a vida social. A copresença física dos indivíduos no espaço público sob o prisma goffmaniano da “situação” envolve a ocorrência de, ao menos, três mecanismos normativos (Frehse, 2009): o manejo das impressões do self – a imagem que o indivíduo tem de si a partir da imagem que outros têm dele; a adoção de uma sequência densamente simbólica de gestos e posturas, de cunho ritual; a transmissão corporal de mensagens sobre os sentidos das interações através do chamado “idioma corporal”. Como Dora coloca no depoimento anterior, o foco na funcionalidade e no desenvolvimento motor, se por um lado privilegia a independência e a autonomia, por outro aparta as pessoas cegas de um importante componente da cultura, atualizado na gestualidade comunicativa dos corpos. A comunicação pode ser entendida não como um ato individual, mas como instituição social, como performance da cultura (Winkin, 1998). Dora fala sobre a sua descoberta do papel dos gestos na interação:

Eu minimizava isso, eu subestimava, a questão dos gestos e a questão da minha própria expressão facial. Porque é como se eu me achasse menos... menos diferente. Eu achasse que isso fosse menos relevante. E de repente eu saquei a relevância disso, tanto a relevância dos gestos que eu não estou vendo, a relevância de gestos que eu não estou fazendo. A relevância das caras que eu não estou vendo e como eu não estou vendo também não sei fazer. É como se eu achasse que isso fosse muito mais irrelevante para a minha relação com as pessoas, mas não é.

Birdwhistell (1990) se dedicou a compreender os movimentos do corpo durante as interações como uma forma de linguagem. No processo de nos tornarmos humanos, um sistema de comunicação é internalizado. Ganhar controle da linguagem, entretanto, não é a simples acumulação de um agregado de palavras ou um determinado tamanho de vocabulário. Envolve a corporificação de um complexo sistema de movimentos, comportamentos e gestos que também constituem formas comunicacionais. Na análise cinésica, as gestualidades, as mímicas ou as movimentações não são isoláveis do sistema global de comunicação, que também inclui a língua, os silêncios ou a tonalidade da voz. O espanto de Dora com a abrangência da gestualidade é significativo. Assim como não existem palavras universais, nenhum som complexo que carregue o mesmo significado mundo afora, não existem movimentos corporais, expressões faciais ou gestos que provoquem respostas idênticas. A comunicação corporal é moldada pela cultura.

A ênfase maior no corpo funcional começa na educação de cegos em torno de uma idade específica, 6 anos. Não é arbitrária a coincidência dessa faixa etária com o desenvolvimento da linguagem verbal. Se a posse do verbo foi sempre considerada a manifestação de uma espécie de prova de plena pertença à humanidade, como sugere Le Breton (2009), compreende-se porque Vygotsky considerou que, apesar das limitações físicas de movimento, o cego como personalidade, como unidade social, teria perdido menos que o surdo, uma vez que, para o autor, “a palavra vence a cegueira” (Vygotsky, 1997:108). Vygotsky defende que as possibilidades compensatórias deveriam ser a força motriz do processo educativo da criança deficiente. No caso da deficiência visual, a fonte da compensação não seria “o desenvolvimento do tato ou a maior sutileza do ouvido, mas a linguagem, quer dizer, a utilização da experiência social, a comunicação com os videntes” (1997:107).

A frase sugere um direcionamento para as práticas educativas que de certa forma esterilizam a possibilidade de se considerar as diferenças perceptivas – a maior sutileza do ouvido ou o desenvolvimento do tato – como potências singulares da

cegueira. Acaba-se priorizando aquilo que supostamente aproxima ou iguala a experiência da cegueira da experiência da visão: a comunicação centrada na linguagem. Se pensarmos nos tempos atuais, em que a Libras foi reconhecida como segunda língua oficial do Brasil⁴, o destaque ainda atribuído à linguagem verbal na educação de cegos como compensação social da cegueira, ou mesmo na audiodescrição como forma privilegiada de acesso à cultura para pessoas com deficiência visual, parece ter como efeito colateral mantê-las apartadas de todo um universo cultural gestual significativo.

O enfoque no canal sonoro se explica, por um lado, pelo uso que pessoas cegas fazem da audição como forma de controle do ambiente e interação com as pessoas⁵, mas também parece se justificar pelo aspecto facilitador da interação com videntes. Há que se questionar se, nessas práticas, a cegueira não acaba sendo normatizada tendo como critério a experiência perceptiva de mundo centrada na visualidade. A pessoa cega compreenderá o que acontece em uma cena acessando “por tabela” a experiência visual de quem enxerga, que deve ser comunicada/traduzida verbalmente para aqueles que não veem, em um processo unidirecional de transmissão de informações.

Investir no Braille, no desenvolvimento de materiais táteis ou em formas multisensoriais de acesso à cultura significa, por outro lado, reconhecer a diferença e a especificidade de um modo de estar e agir no mundo que pessoas que enxergam não dominam, a não ser por meio de um esforço necessário de interesse pelo outro em sua singularidade e de abertura para o aprendizado. Mais uma vez, a questão aqui não deveria ser de substituição, mas de ampliação. Como coloca Dora,

essa questão da estimulação vem muito de uma linha da pedagogia, fisioterapia, educação física, psicomotricidade, entendeu? E não vem da arte. Não tem arte na educação da pessoa cega. Ou tem, mas fica pobre. Quando se pensa em educação, você pensa só a questão funcional. Na verdade, não tem arte para ninguém. Mas acontece que a criança que vê ela olha nem que seja o muro grafitado, ela olha uma foto, ela olha o desenho, ela faz o desenho, ela vê novela. Eu, por não ter o feedback visual, não consigo ter o domínio total da minha máscara. Eu não consigo ter controle.

Um rosto sem máscara é um rosto sem marca, sem cicatrizes que o remetam a novas composições. Rolnik chama de marca “os estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo” (Rolnik, 1993:242).

Embora todos os corpos sejam tencionados pelas forças da produtividade que nos disciplinam, corpos que enxergam encontram linhas de fuga para o desenvolvimento de outras formas de viver e se expressar no seu cotidiano ao observarem uma fotografia ou o desenho grafitado em um muro, como diz Dora. O mesmo não acontece com corpos que não enxergam, que precisam não tanto de explicação verbal, mas de mediação e estímulo ao movimento como oportunidades para desenvolver a consciência corporal e expressiva. Esse não é um corpo submetido às exigências de uma ação sensorio-motora – seja da saúde, do trabalho, do esporte, das ações cotidianas ou de qualquer outro tipo de atividade –, mas um corpo que existe como movimento, destacado de todas as determinações práticas, que se abre e se modifica pelos fluxos, ritmos e vibrações que o atravessam.

Arte, movimento e expressividade

Dora sente que houve um déficit na sua formação na parte da expressão. Ao se dar conta do alcance desse déficit, foi percebendo que está ligado à anatomia do rosto, aos músculos que não aprendeu a mexer, aos movimentos que não sabe como fazer. Ao longo da pesquisa, com o privilégio da relação de amizade que desenvolvemos, pude acompanhar mais de perto o alcance da temática e as marcas dessa exclusão, que ela corajosamente busca recuperar.

Tem duas coisas para mim, duas frustrações totais que eu nunca consegui participar. Uma é aquela brincadeira de mímica - “qual o nome do filme?” – eu sou incapaz. Mímica de filme, mímica de música, isso para mim não é uma brincadeira, isso para mim é uma morte, é uma tortura. Porque eu não tenho a menor noção, eu não sei fazer nada, eu não sei como fazer. Eu já não estou nem querendo como descobrir, como descobrir eu posso até passar a mão na pessoa, sei lá. É você não ter aquele vocabulário, é você não ter aquele universo, você não falar aquela língua. Para mim é uma coisa que sempre me deu curto-circuito. “Vamos brincar de mímica?”, para mim era pânico, eu entro em pânico, porque é uma coisa que dá aquele sentimento de impotência, sabe essa sensação? De você dizer assim “ai, não vai dar para mim, essa aí eu estou fora”. Mesmo sabendo racionalmente que é tudo uma brincadeira, mas é um desconforto. A outra coisa é o motivo pelo qual eu nunca fui fazer Tai Chi, porque a sessão que eu fui de Tai Chi era aquele negócio de fazer os bichos. Eu não sei fazer bicho nenhum, gente. “Faz o bicho não sei qual, faz como o bicho não sei qual, faz o tigre”. Eu não sei fazer os bichos. Eu não vejo os bichos, eu não sei.

Embora seja também linguagem (“é você não falar aquela língua”), entender pelas palavras não é o mesmo que entender pelo movimento, a descrição meramente verbal não dá conta. Uma coisa é saber o que é um tigre na sua relação prática com o ambiente em que ele vive – do que se alimenta, qual o seu habitat, se é gregário, se migra, se é um animal de hábitos noturnos ou diurnos. Outra coisa é entender o papel simbólico do tigre a partir da forma como a cultura o significa relacionando-o a outros signos – a ferocidade, a bravura, a força. Ter acesso ao conhecimento dos dois tipos anteriores esgota tudo aquilo que um tigre é?

Qual é a importância de conhecer o movimento do tigre para a compreensão do modo de existência do tigre? Tudo aquilo que um tigre é está marcado pela forma como ele se movimenta. Tanto a sua ferocidade quanto os seus hábitos alimentares não estão desvinculados das maneiras pelas quais um tigre se move. E, se nós não podemos ser tigres para compreender isso, podemos aprender um pouco mais sobre este animal e sua experiência vital ao imitar seus movimentos – ao menos é isso que práticas ancestrais como o Tai Chi Chuan, a capoeira ou rituais indígenas xamânicos nos ensinam. Este é um tipo de aprendizado prático e afetivo, que passa pela experiência corporificada, uma forma de “compreensão encarnada” (Rabelo, 2011). Não se trata de transmitir conteúdo, mas de, por meio de uma alteração nas formas ordinárias de engajamento e uso corpóreo (Jackson, 1989), abrir novos agenciamentos e novas possibilidades para a composição de imagens de um tigre.

Rodrigues (2014), que tem uma prática educacional há mais de 30 anos no IBC, especialmente dedicada ao trabalho com crianças pequenas na Estimulação Precoce, compartilha em sua tese o que os anos de experiência profissional a permitiram observar sobre como os corpos que não enxergam costumam se movimentar:

O pouco manejo com o corpo presente em grande parte das pessoas cegas é um fato que sempre me chamou a atenção, desde que iniciei como professora do IBC. A falta de molejo se mostra por uma postura um tanto rígida, caminhar tenso e movimentos pouco flexíveis, sem as dissociações de cintura próprias da marcha e, adicionalmente, muitos apresentam dificuldade de se expressar corporalmente. (...) A tensão da musculatura que assumem parece atuar como fator de proteção à dor quando obstáculos são frequentes e inesperados no cotidiano dessas pessoas. Elas ficam mais facilmente expostas a pancada e a quedas, que poderiam ser evitadas com a visão. (Rodrigues, 2014:86)

Laban (1978) considera que o aprendizado da língua não exige somente a

memória linguística ou a capacidade de gerar frases, mas requer a encenação da palavra. Esta, por sua vez, demanda ritmo, tonalidade da voz, movimentos do corpo, do rosto, atitude, esforço, o desempenho de determinadas posturas. O movimento, apesar de ser um processo constante de mudanças contínuas, possui padrões singulares de ordenações rítmicas. O autor desenvolveu uma espécie de partitura de movimento, semelhante à musical, em que descreve ações corporais com o objetivo de introduzir o estudante do movimento a exercícios destinados a treinar o corpo, não tanto para aprender a se comunicar, mas para se tornar um instrumento de expressão, enfatizando tanto a parte fisiológica quanto a parte psíquica que levam o ser humano a se mover.

Trabalhar a percepção do gestual e elaborar propostas que incentivem formas distintas de se movimentar, de modo a ir além de um lugar objetivado do corpo como instrumento para realização de atividades práticas/ funcionais, é uma demanda evidente de pessoas cegas para o desenvolvimento de sua expressividade. Dora, ao tentar explicar como sente esta lacuna, faz uma comparação com os movimentos desempenhados por um artista em seu processo criativo:

Imagina um pianista. O pianista ele tem o controle motor dos dedos, né? Preciso. Milimétrico. A pessoa que não tem aquele treinamento, ela nem sabe como é que faz para conseguir fazer aquilo que ele faz. Não é assim? A mesma coisa o pintor, o pintor tem aquela destreza, o pincel obedece ele no milímetro, no mínimo, naquele micro... é aquela técnica, mas é um treinamento, é um adestramento muscular. É como se eu não tivesse esse adestramento muscular da face, para fazer aquelas coisas, aquelas sutilezas... é como se eu não tivesse esse adestramento, que eu acho que eu realmente não tive. Então eu acho que tem coisas que me faltam. E eu não sei nem o que é que falta, eu sei que falta. E isso é uma coisa que eu nem sei medir o quanto que é diferente a minha expressão. Eu não sei medir.

A descoberta da abrangência e da expressividade do gesto teve, para Dora, o efeito revelador de um desajuste na sua própria autoimagem em relação ao mundo externo, aquele das pessoas que enxergam. Ela passa a notar em si, enquanto pessoa cega, uma diferença que antes não conhecia. Quando fala dos movimentos do artista, o adestramento é importante, mas a sutileza do gesto é distintiva. Se não há um código igualmente rigoroso para os movimentos do corpo como o alfabeto seria para a linguagem, se os gestos são fugazes, polissêmicos, ambíguos a ponto de não se deixar apreender em categorias transparentes, a arte, mais especificamente

o teatro e a dança, são os campos que melhor aprofundaram, na prática, a compreensão e o desenvolvimento de técnicas de treinamento e estímulo da expressividade e dos movimentos corporais.

A intermediação da arte no trabalho com pessoas cegas vem sendo realizada na iniciativa precursora de alguns artistas e pesquisadores que desenvolvem oficinas que incluem recursos artísticos e expressivos como metodologias fundamentais⁶. São locais que abrem espaço para a experimentação corporal dos gestos por pessoas cegas para que se produzam variações nos modos de construção e expressão de si. A proposta não é necessariamente que se aprenda a executar este ou aquele gesto a ser utilizado em tal ou qual situação, mas ampliar o repertório de gestos, criar uma memória cinética e afetiva, estimulando uma atitude de abertura para o mundo com o corpo inteiro, um estado de atenção e conectividade com o outro e com o ambiente.

Uma das situações descritas por Moraes (2007) sobre uma atividade desenvolvida em uma oficina de expressão corporal no IBC em que se buscava fazer compreender o movimento da bailarina a uma aluna cega, ilustra bem a limitação das palavras para descrever um gesto, de que nos fala Le Breton (2009), e a diferença entre a gesto funcional ou verbal e o gesto expressivo que estamos tratando.

Uma menina cega congênita que representaria a personagem da bailarina não conseguia entender o que lhe diziam a respeito dos movimentos da sua personagem – rodopiar com leveza pelo palco. Ela entendia o sentido das palavras – que a bailarina é leve, que ela dança levantando as mãos e gira em torno do próprio corpo –, mas isso não era suficiente para que conseguisse devir-bailarina, isso é, encarnar, corporificar o movimento. A simples explicação do que é ser bailarina se mostrou pouco eficiente, a menina não era afetada pelas palavras, não conseguia se modificar a partir do que ouvia. Pesquisaram-se mecanismos de tradução que produzissem um deslocamento do universo das palavras para o dos sentidos e das experiências corporais. Para que a menina entendesse a personagem bailarina participaram o som da música, o tatear de peças do vestuário da bailarina e, para que compreendesse a leveza do movimento, a mediação de um grande balão de gás preenchido com grãos de arroz de forma que, com a circulação, produzisse um som suave. Com o movimento dos braços articulados ao balão – abraçar na frente do corpo, levantar no alto da cabeça, levar para o lado – foi possível construir com a menina os movimentos e a leveza dos braços da bailarina (Moraes, 2007; Moraes, Cardoso-Manso & Lima-Monteiro, 2009).

Não poder ver a bailarina não significa que o movimento não possa se desenvolver de outras formas que não a descrição verbal, que parecia incapaz de transmitir sua essência movente. A especificidade do gesto é justamente a de ser diferente da linguagem verbal, transferir um registro físico a um registro verbal faz com que se perca o contexto e a sua especificidade. Laban (1978) introduziu a ideia de se pensar em termos de movimento em contraposição a se pensar em palavras. O pensar por movimentos é considerado por ele como um conjunto de impressões de acontecimentos. Acontecimentos que têm que ser vividos.

Gil sugere existir um “espaço do corpo” que não se confunde com o espaço objetivo que ocupa, mas que “prolonga os limites do corpo para além dos seus contornos”, é um “espaço intensificado” (Gil, 2001:57,58). É a criação desse espaço corporal intensificado que o encontro entre arte e cegueira pode fazer emergir. Rodrigues considera que a oficina de expressão corporal que realizou com jovens cegos alunos do IBC proporcionou a abertura de um espaço onde eles podiam

quebrar a carapaça e produzir outro corpo, promovendo a conexão com outros elementos, com uma diversidade de materiais (bola, argila, bambolês), com os colegas, com a música, com o ambiente, na intenção de produzir um corpo mais confiante de si, bem diferente daquele que parecia uma armadura. (Rodrigues, 2014:86).

O trabalho com a arte pode, potencialmente, instaurar nos participantes, deficientes visuais ou não, aberturas para a criação de novos corpos intensivos e novas formas de subjetivação. A partir da proposição de composições – com os outros, com o ambiente, com materiais –, estimular rearranjos capazes de instaurar marcas (Rolnik, 1993), ampliando as formas de afetar e serem afetadas das corporalidades presentes. A experimentação é a condição desse tipo de trabalho, e a repetição será um dos meios de estabelecer não exatamente similitudes, mas diferenças.

Para um ator cego, a construção corporal da personagem ou a “expressão de si” (Goffman, 1996) não passa pela imitação, em um sentido estritamente visual. Outros recursos precisam ser criados. Na oficina “Teatro, Criatividade e Imaginação”, que realizei em parceria com Clara de Andrade no IBC, desenvolvemos a “fotografia corporal” dos gestos, em que o toque dos participantes naquele que realizava uma postura permitia a apreensão da sua expressão corporal pelos colegas. Mas a técnica dependia da estratégia de “estátua”, congelar o gesto por tempo suficiente para que os outros participantes pudessem tatear e compreender. Para esti-

mular movimentos diferentes do cotidiano, como o mergulho no mar, ou a travessia por uma trilha densa em uma floresta imaginária, utilizamos nossos próprios corpos como estratégia para o direcionamento de algo que queríamos mostrar ou como forma de ampliar as possibilidades de movimento trazidas pelos participantes, de forma semelhante à descrita por Gonçalves: “atrizes videntes colavam o seu corpo ao corpo das atrizes cegas, esta junção corporal permitia que as atrizes cegas percebessem maneiras diferenciadas de utilizar o corpo no espaço cênico, seja com relação à lateralidade, planos e profundidade” (2009:49).

O que se vê aqui são estratégias inventivas que permitem a imitação dos movimentos por quem não enxerga. Bruno (2009), que desenvolve um trabalho atento às possibilidades expressivas do movimento na Educação, usa a expressão “movimento coativo” para se referir ao modo de ensinar a imitação para uma criança cega:

A criança com deficiência visual aprenderá a imitar, cumprimentar e a brincar se encontrar pessoas disponíveis para interagir, com movimentos coativos. Esses movimentos são importantes para a compreensão da ação, permitindo o jogo imitativo de um modo diferente daquele que a criança vidente realiza. Para produzir movimentos coativos, pode-se encaixar a criança no meio do corpo do educador (pais, professor ou outros profissionais) e pelo contato físico ela compreenderá tátil-cinesteticamente os movimentos e ações realizados pelo outro (Bruno, 2009:133).

O ser social é “imitador por essência” (Tarde, 2000:13) mas imitar, para Tarde, não é fazer igual. Pelo contrário, imitar é diferenciar-se, é na imitação que se engendra formas inovadoras. Com a proposta de arte encarnada, a oficina *Imagens Vivas*, criada por Gonçalves (2009), propõe a reprodução corporal de obras de artes plásticas conhecidas, que envolvem a figura humana, por atores que enxergam para que as pessoas cegas participantes, por meio do tato, possam primeiro conhecer a composição corporal das figuras e, em seguida, reproduzi-las em seu próprio corpo para experimentar os efeitos provocados pela postura. Dora, que participou das oficinas, descreve suas impressões:

Quando eu fui fazer através daquilo que eu tinha percebido no corpo dele, aí caiu uma montoeira de ficha, atolou o orelhão de tanta ficha. Primeiro eu me dei conta do quanto a gente não está acostumado, no dia a dia, a tocar o corpo das pessoas. Então quando a gente toca, mesmo que a proposta seja aquela, você fica

meio tímido para fazer aquilo, de sair tocando, vendo assim músculo por músculo, dedinho por dedinho como é que está aquela pessoa. Segundo que mesmo que você consiga ultrapassar esse sem jeito, essa timidez, como você não está acostumado a tocar, a sua mente não está acostumada a reter toda aquela informação gestual, porque é uma coisa que você não está acostumado no seu dia a dia. (...) Você está conversando comigo e está olhando todos os gestos que eu estou fazendo, se eu boto a mão para cima, se eu boto a mão para baixo, se eu viro para o lado, se eu viro para cá... e eu não estou vendo os gestos que você está fazendo, então como é que eu não ter esse exercício de ver os gestos dificulta na hora que então eu vou lá, toco uma pessoa e depois vou reproduzir, como é que eu ainda estou primitiva em relação a isso, como é que eu fico torpe né? Porque é uma coisa que eu fiz muito menos na vida.

Se os gestos, as mímicas ou as “caras” utilizadas pelas pessoas no dia a dia não podem ser imitadas visualmente por pessoas cegas, a linguagem corporal, por meio do tato, possibilita o aprendizado. Espaços que rompem com as restrições sociais ao toque permitem entrar em contato com esse reservatório gestual, através de iniciativas que têm como proposta a pesquisa expressiva. As oficinas, como espaços de criação, permitem o desenvolvimento de técnicas singulares de observação, imitação e cópia na cegueira que são necessariamente inventivas (Sautchuk; Derbotoli, 2013). A técnica pode ser vista aqui não como um produto objetivável, mas como uma forma sempre nova de acoplamento com as mais diversas situações, ambientes, coisas, pessoas e instrumentos. Importante ressaltar que no caso relatado por Dora, os participantes eram pessoas cegas e não cegas, a interação entre as duas formas de estar no mundo possibilitando a troca e o aprendizado. Para os dois lados, ela diz:

Quando eu fui fazendo, ele ia consertando as coisas que eu fazia errado porque não tinha guardado direito, mas ele também consertava as próprias imprecisões dele mesmo, ele ia sacando assim, “ih isso aqui eu acho que eu não fiz legal não”... através de mim ele ia refinando a própria percepção dele. Então uma coisa legal que eu vi naquele exercício foi como que, através dessa experiência com a pessoa cega, o próprio ator pode refinar o seu próprio gesto. (...) Meu trabalho com atores é esse de eu poder ganhar de alguma forma, pelo menos em parte, esse recurso. Eu quero ganhar esse recurso. De comunicação. Ganhar esse controle de mim mesma. E quero ter esse feedback da minha expressão. Porque quando você não está se vendo, muitas vezes você não tem o ajuste fino da sua própria expressão. E eu tenho certeza que no trabalho de ganhar esse recurso expressivo eu também vou estar propiciando que o ator aumente os dele, porque na hora que

ele tiver que me explicar com palavras o quê que é, ele vai aumentar a consciência dele mesmo sobre os recursos dele.

Grande parte das nossas ações corporais diárias são inerentes às necessidades humanas essenciais, como caminhar, sentar, comer, levantar, etc., mas a atitude corporal é um aprendizado que se expressa nas infinitas possibilidades de como realizar essas ações (Laban, 1978). A experiência entre visão e cegueira, compartilhada por Dora e pelo ator com quem fez o trabalho, possibilita um espaço para a pesquisa infinita de gestos e movimentos atravessados pela diferença. O equívoco e a repetição dos gestos promovem a abertura de um espaço para o ajuste, o refinamento, a conscientização, a transformação de si através do contato e da composição com o outro. Como sugere Silva,

o equívoco gestual se refere ao caráter sempre conjectural da experiência, inclusive o das nossas experiências íntimas e imaginativas. Habitar essa equivocação significa, portanto, abrir-se a uma especulação potencialmente infinita dos movimentos (Silva, 2016:27).

Cada gesto provocado nas oficinas funciona como um ato de engajamento e participação, convidando os participantes não tanto ao desempenho de uma atividade com um teor funcional ou prático pré-determinado, mas a um ato de experimentação e improviso. O que se promove no desempenhar dos gestos são aberturas para a invenção de modos de solucionar corporalmente provocações motoras / culturais que nunca se repetem perfeitamente (Sautchuk; Derbotoli, 2013). Pensada neste sentido, as técnicas e os gestos desenvolvidos estariam mais próximos da noção de habilidade, enquanto um processo de produção e transformação do mundo que emerge nas práticas corporais nas quais os sujeitos se engajam (Ingold, 2015).

A técnica muitas vezes é tratada como um conjunto de saberes prontos, disponíveis para reprodução por imitação. Entretanto, na esfera da dança, dominar bem uma técnica não significa dançar bem, a técnica é entendida como condição necessária, mas não suficiente (Katz, 2009). Depois da técnica, é preciso superá-la. A superação seria a conquista de um modo próprio de lidar com o conhecimento que advém da técnica. Para Greiner e Katz (2001), no corpo humano estão as evidências da inevitabilidade de ser contaminado e de contaminar. Corpo como uma porta de vaivém que promove e rompe contatos. Cada tipo de aprendizado traz uma rede particular de conexões ao corpo. Quando se aprende um movimento, aprende-se

junto o que vem antes e o que vem depois dele. O corpo se habitua a conectá-los. Desenvolver técnicas de imitação do movimento e a consciência da expressão corporal, de que cada parte do corpo pode ser um signo, mesmo quando o sentido visual não é preponderante ou é inexistente, é uma das contribuições substanciais que as formas de expressão artística podem provocar no campo da cegueira.

Considerações finais

As experiências relatadas sugerem que o encontro entre a arte e a cegueira é capaz de ampliar os poderes do corpo que não enxerga, expandindo tanto a sua potência de agir quanto a sua sensibilidade expressiva. A bela análise e tipologia do gesto proposta por Silva (2016) nos ajudam a retomar a problemática gestual na relação entre visão e cegueira não como um mal-entendido ou desajuste na comunicação, mas como um chamado.

Pensar a problemática do gesto na cegueira como questão relativa às técnicas funcionais do corpo pode ter o efeito de contornar o problema da emergência das formas e dos motivos – daquilo que nos move. O movimento acaba sendo tratado a partir de sua eficácia, recorrendo, para tanto, a uma externalidade que, em sua vertente culturalista, é localizada em alguma transcendência – seja a tradição, seja a textualidade. As sucessivas reduções do gesto – à funcionalidade prática ou à função comunicativa – se tornam também instrumentos de exclusão e controle que acabam submetendo a existência singular de corpos que não enxergam à lógica dominante da visualidade.

O adjetivo “expressivo” para qualificar o gesto que busquei delinear aqui se refere tanto à vivacidade ou a energia (Silva, 2016), quanto a sua ligação com o universo dos afetos. Embora a civilização ocidental tenha efetuado a separação entre os sentimentos e os gestos ou movimentos musculares, transformando a expressão de um sentimento em uma exteriorização de uma interioridade, como sugere Elias (1990), o gesto que estou chamando de expressivo é aquele em que o movimento emerge de uma corporalidade que está em relação de continuidade – em sintonização – com o ambiente e com os outros. Concordo com Silva quando diz que os gestos que realizamos e os que observamos estão dentro das condições de possibilidade da nossa experiência corporal e acredito que um dos efeitos que a arte pode ter sobre nós é de, ao intervir para expandir nossa experiência corporal, ampliar as condições de possibilidade perceptivas e expressivas do gesto. Nessa qualidade, o gesto não é um elemento a mais que se soma ao corpo para ajustar a conduta – seja

à cultura, à sociedade ou à linguagem – mas a própria emergência de um plano de conectividade ou associação (Silva, 2016).

Ao longo do artigo foram identificadas duas modalidades de imitação, duas maneiras distintas de copiar aquilo que os outros fazem nas práticas entre visão e cegueira. Uma com o intuito normativo de aproximar os gestos da cegueira à visibilidade a fim de tornar pessoas cegas capazes de agir socialmente “como se” fossem normais (Winance, 2007). Outra com o propósito criativo de ampliar o repertório de movimentos, acessibilizando o conhecimento cultural corporificado nos gestos e propondo novas aberturas e conexões a partir das singularidades perceptivas presentes. Se os gestos que nos interpelam, e que somos capazes de observar, precisam estar dentro das condições de possibilidade da experiência corporal que acumulamos, o encontro entre arte e cegueira promove precisamente ocasiões que permitem, por meio da experimentação de posturas e movimentos, na relação com outros corpos, com materiais e o ambiente, dilatar as condições de possibilidade de existência dos corpos.

O artigo foi principalmente estruturado no sentido de explorar as ações desenvolvidas por uma sociedade visuocentricamente centrada para adaptar / incluir pessoas com deficiência visual – seja para elas, seja com elas –, ações que, como espero ter ficado claro, apresentam suas variações no grau de abertura e envolvimento com a diferença da cegueira. Em outro momento, o desejo é o de desenvolver uma reflexão simétrica que articule as contribuições do universo corporal e perceptivo da cegueira para as formas comunicativas humanas, a partir do que corpos cegos em interação são capazes. A proposta, então, será na direção de abrir os “horizontes imaginativos” (Crapanzano, 2005) da expressão visual para as potencialidades inventivas da experiência da cegueira, entendida como um conjunto de condições sensoriais e físicas que permitem a criação de um mundo (Reynolds, 2017).

Recebido: 14/02/2019

Aprovado: 02/05/2019

Olivia von der Weid é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Desenvolve pesquisas sobre corporalidades, percepções e sentidos, sobre as relações de interdependência, cuidado e autonomia na experiência da deficiência e investiga as práticas e as relações humano-animais na formação de cães-guia. ORCID:0000-0003-0433-6890. Contato: oliviaweid@gmail.com

Notas

1. As oficinas fizeram parte da metodologia desenvolvida no doutorado, em que investiguei a percepção de mundo de pessoas cegas (von der Weid, 2014). Durante o mês de abril de 2011 participei da Oficina Inclusiva, um workshop de teatro de 48 horas que ocorreu na Caixa Cultural, ministrado por AnaLu Palma e Inny Accioly, que propunha trabalhar recursos corporais expressivos, como os gestos, as mímicas e o movimento, e ainda as possibilidades de comunicação e representação em cena de atores cegos e não cegos. Juntamente com Clara de Andrade, desenvolvi posteriormente a oficina “Criatividade, teatro e imaginAção”, por um ano e três meses, como voluntárias, para frequentadores do Instituto Benjamim Constant, localizado no bairro da Urca na cidade do Rio de Janeiro. A ideia era desenvolver uma abordagem não apenas discursiva sobre a cegueira, mas onde os exercícios corporais e jogos teatrais pudessem servir de estímulo para aprofundar questões relativas aos usos do corpo como recurso expressivo por pessoas cegas e ao estigma advindo da deficiência visual.

2. Dora tinha cerca de 60 anos de idade no período em que se realizou o campo para esta pesquisa. Ela é considerada congênita em função de um tipo específico de retinose pigmentar. Embora considerada cega de nascença, teve uma porcentagem muito baixa de visão periférica. Nunca viu cores, mas conseguiu diferenciar claro e escuro e ter noção de perspectiva. Quando criança, sua família morava no bairro da Penha, localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e, em função da localização, ela precisou estudar dois anos como aluna interna do Instituto Benjamin Constant (IBC), dos 6 aos 8 anos. Depois completou os estudos em uma escola de ensino regular onde sua tia lecionava. Formou-se em psicologia pela UFRJ e hoje em dia atende como psicóloga, mas também tem uma empresa que presta serviços de acessibilidade na web. Na década de 1970, Dora ajudou a criar e fez parte do “Movimento de cegos em luta por sua emancipação social”. Foi casada três vezes; o último casamento durou 13 anos. Não teve filhos e atualmente vive sozinha em um apartamento no bairro da Glória, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

3. Publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2001, a CIF indica que a deficiência é resultado de uma interação dinâmica entre condições de saúde e fatores ambientais, sociais e pessoais. Ver Diniz, Medeiros e Squinca (2007) para uma reflexão crítica sobre a tradução dos termos disability e impairment na versão brasileira da CIF e as implicações políticas desta opção.

4. Conforme presente no artigo segundo do Decreto Nº 5.626 (dez/2005), que regulamenta a Lei 10.436 (abril/2002).

5. Pretendo aprofundar este ponto a respeito dos horizontes sonoros que se abrem a partir dos usos que pessoas cegas fazem da audição, já esboçado em Von Der Weid (2014), em outro momento.

6. Além do trabalho de Moraes (2007), é imprescindível mencionar, no cenário carioca, as pesquisas de Kastrup e Vergara (2013), Gonçalves (2009), Pozzana (2013) e Andrade (2016), com as quais entrei em contato de forma mais ou menos aproximada ao longo destes anos de pesquisa. Vale salientar que tais menções são direcionadas pela minha própria experiência de trabalho de campo e não por um levantamento exaustivo de pesquisas sobre a temática da arte na interface com a deficiência visual. Sobre o assunto, ver ainda Moraes e Kastrup (2010), Oliveira (2002) e Cunha (2004).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Aretha de. 2016. *O outro lado do mundo: encontros entre surdocegueira e expressões artísticas*. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BIRDWHISTELL, Ray L. 1990. *Kinesics and Context: essays on body motion communication*. Philadelphia: University of Pennsylvania press.
- BRUNO, Marilda Moraes G. 2009. *Avaliação educacional de alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil*. Dourados, MS: Editora UFGD.
- CRAPANZANO, Vincent. 2005. "Horizontes Imaginativos e o *além*". Revista de Antropologia, p. 363-384.
- CUNHA, Malíria Flávia. 2004. "A expressão corporal e o *deficiente visual*". Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, ano 10, n. 28.
- DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo & SQUINCA, Flávia. 2007. "Reflexões sobre a versão em português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde". Cadernos de Saúde Pública, v. 23, n. 10, p. 2507-2510.
- ELIAS, Norbert. 1994. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FOUCAULT, Michel. 2013. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- FREHSE, Fraya. 2009. "Usos da rua". In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). *Plural cidade: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra: CES.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. 1997. *Extraordinary bodies: figuring physical disability in American culture and literature*. New York: Columbia University Press.
- GIL, José. 2001. *Movimento total: o corpo e a dança*. Lisboa: Relógio D'Água.
- GOFFMAN, Erving. 1996. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- GOFFMAN, Erving. 2011. *Ritual de Interação*. Petrópolis: Vozes.
- GONÇALVES, Ana Lúcia Palma. 2009. *Atos no Escuro: uma Perspectiva Sensorial*. Dissertação (Mestrado em Teatro). Programa de Pós-Graduação em Teatro do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- HAMMER, Gili. 2013. "'This is the anthropologist, and she is sighted': Ethnographic Research with Blind Women". Disability Studies Quarterly, v. 33, n. 2, p. 1-23.
- HULL, John. 2001. "Recognizing another world". The National Journal for People with Disability, Melbourne, v. 3, n. 2, p. 23-26.
- INGOLD, Tim. 2015. *Estar vivo*. Petrópolis: Vozes.

- JACKSON, Michael. 1989. *Paths toward a clearing: radical empiricism and ethnographic inquiry*. Indianapolis: Indiana University Press.
- KASTRUP, Virgínia & VERGARA, Luiz G. 2013. “Zona de risco dos encontros multissensoriais: anotações éticas e estéticas sobre acessibilidade e mediações”. *Trama Interdisciplinar*, v. 4, n. 1, p. 53-68.
- KATZ, Helena. 2009. “Método e Técnica: faces complementares do aprendizado da dança”. In: SALDANA, S. (org.). *AngelVianna: sistema, método ou técnica*. Rio de Janeiro: FUNARTE. p. 26-32.
- KATZ, Helena & GREINER, Christiane. 2001. “Corpo e Processos de comunicação”. *Fronteiras – estudos midiáticos*, v. 3, n. 2, p. 65-74.
- LABAN, Rudolf. 1978. *Domínio do movimento*. São Paulo: Summus.
- LE BRETON, David. 2011. *Antropologia do corpo e modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- LE BRETON, David. 2009. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1986. “Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação”. In: MALINOWSKI, B. *Coleção antropologia: Malinowski*. São Paulo: Ática.
- MAUSS, Marcel. 2003. “As técnicas do corpo”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. 1971. *Fenomenologia da Percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- MOL, A.; STRUHKAMP, R. & SWIERSTRA, T. 2009. “Dealing with in/dependence: doctoring in physical rehabilitation practice”. *Science, Technology & Human Values*, v. 34, n. 1, p. 55-76.
- MORAES, Marcia. 2007. “Modos de intervir com jovens deficientes visuais”. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, v. 11, n. 2, p. 311-322.
- MORAES, Marcia; CARDOSO-MANSO, C. & LIMA-MONTEIRO, A. P. 2009. “Afetar e ser afetado: corpo e cognição entre deficientes visuais”. *Universitas Psychologica*, Bogotá, v. 8, n. 3, p. 785-792.
- MORAES, Marcia & KASTRUP, Virgínia. 2010. *Exercícios de ver e não ver*. Rio de Janeiro: NAU.
- MOREIRA, Adriana Belmonte. 2008. “Terapia Ocupacional: história crítica e abordagens territoriais / comunitárias”. *Vita et Sanitas, Trindade/GO*, v. 2, n. 2, p. 79-91.
- MOSER, Ingunn. 2000. “Against normalisation: subverting norms of ability and disability”. *Science as Culture*, v. 9, n. 2, p. 201-240.
- OLIVEIRA, João Vicente G. 2002. *Do essencial invisível: arte e beleza entre os cegos*. Rio de Janeiro: Renavan.
- POZZANA, Laura. 2013. *Movimento sensível e vital: uma oficina articulando a cegueira com o mundo*. Tese (doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RABELO, Miriam, C. M. 2011. “Estudar a religião a partir do corpo: algumas questões teórico-metodológicas”. *Caderno CRH, Salvador*, v. 24, n. 61, p. 15-28.
- REYNOLDS, Joel M. 2017. “Merleau-Ponty, World-Creating Blindness, and the Phenomenology of Non-Normate Bodies”. *Chiasmi International: Trilingual Studies Concerning Merleau-Ponty’s Thought*, n. 19, p. 419-434.
- RODRIGUES, Maria Rita C. 2014. *Mosaico no tempo: uma inter-ação entre corpo, cegueira e baixa visão*. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant.

- ROLNIK, Suely. 1993. "*Pensamento, corpo e devir: uma perspectiva ético/estético/ política no trabalho acadêmico*". Cadernos de Subjetividade, v. 1, n. 2, p. 241-251.
- SAUTCHUK, Carlos Emanuel & DEBORTOLI, José Alfredo O. 2013. "*Técnica, corpo e arte: aproximações entre antropologia e motricidade*". Licere, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-19.
- SILVA, Rodrigo C. Dias. 2016. *Gestos Exemplares: sobre alguns modos de apreensão gestual da exemplaridade*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- TARDE, Gabriel. 2000. *As leis da imitação*. Porto: Rés.
- VON DER WEID, Olivia. 2014. *Visual é só um dos suportes do sonho: práticas e conhecimentos de vidas com cegueira*. Tese (Doutorado em antropologia cultural). Rio de Janeiro: PPGSA/ UFRJ.
- VON DER WEID, Olivia. 2017. "*Provincializar a visão: esboços para uma abordagem metodológica*". Teoria e Cultura, v. 11, p. 131-144.
- VYGOTSKY, Lev. S. 1997. *Fundamentos de defectologia*. In: VYGOTSKY, L. S. Obras escogidas. Madrid: Visor.
- WINANCE, Myriam. 2007. "*Being normally different? Changes to normalization processes: from alignment to work on the norm*". Disability & Society, v. 22, n. 6, p. 625-638.
- WINKIN, Yves. 1998. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas: Papirus.

A “janela da expressão”: reflexões sobre corpo, movimento e gesto nas relações entre visão e cegueira

Resumo: O artigo considera os meios não discursivos que medeiam a relação entre expressividade e comunicação entre pessoas cegas e não cegas. Quais as implicações advindas de uma interação que se baseia na dupla condição de ver e não ser visto / não ver e ser visto? Qual o papel dos movimentos corporais nesta experiência comunicativa? A restrição social ao toque entre as pessoas traz implicações para a apreensão, por pessoas cegas, de uma linguagem comunicativa presente nos gestos, seja como forma de conhecimento cultural seja como recurso expressivo nas relações de interação. Abordo as consequências desse hiato a partir das possibilidades criativas que se abrem para o resgate e a construção desta linguagem corporal por intermédio da arte, a partir da participação, como parte do trabalho de campo, em oficinas de teatro com pessoas cegas e não cegas.

Palavras-chave: gesto, cegueira, arte, corpo, movimento.

The “window of expression”: reflections about body, movement and gesture in the relations between vision and blindness

Abstract: The article considers the non-discursive means that mediate the relationship between expression and communication between blind and non-blind people. What are the implications of an interaction that is based on the double condition of seeing and not being seen / not seen and being seen? What is the role of the corporeal movements in this communicative experience? The social restriction of touch between people has implications for the apprehension, by blind people, of a communicative body language alive in gestures, either as a form of cultural knowledge or as an expressive resource in interaction relations. I discuss the consequences of this hiatus on the basis of the creative possibilities that opens up for the rescue and construction of this body language through art, with the participation, as part of fieldwork, in theater workshops with blind and non-blind persons.

Keywords: gesture, blindness, art, body, movement.



artigos

A máquina de guerra contra o Estado tóxico: captura e conjuração estatal na luta pelos direitos da população de rua

Tiago Lemões

Universidade Federal de Pelotas – Brasil

Introdução

Para muitos ativistas de direitos humanos e militantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), a madrugada do dia 19 de agosto de 2004 deixou marcas e cicatrizes profundas. Naquela noite, nos arredores da Praça da Sé, centro de São Paulo, dez pessoas que dormiam enroladas em seus cobertores foram golpeadas violentamente, resultando em seis mortes e quatro internações em estado grave. Três dias depois, um novo ataque com as mesmas características, contra cinco pessoas que dormiam em pontos não muito distantes da Praça da Sé. Mais uma vida apagou-se instantaneamente¹.

Da condição de vítimas, as pessoas em situação de rua passaram a cultivar uma “comunhão entre vítimas”, reivindicando justiça, direitos e dignidade. Um ano após os acontecimentos da Praça da Sé, nascia o MNPR, espalhando-se, em pouco mais de 13 anos, por 14 estados da federação – incluindo o Rio Grande do Sul, a partir de 2013. Desde então, a formulação de tantos instrumentos governamentais de garantia de direitos e de combate às violações, coproduzidos por espaços de mobilização social, setores governamentais e narrativas de direitos humanos, passou a ser vista por integrantes do MNPR como conquista histórica, que possibilitou o reconhecimento de uma população antes “invisível” ao mundo.

Mas, a despeito de tantas “conquistas”, os militantes jamais deixaram de reconhecer e denunciar a continuidade de uma conservadora e truculenta criminalização da permanência das camadas pobres e negras da população brasileira em determinados territórios urbanos. Tal cenário, que cambaleia entre a garantia de direitos e as práticas e discursos depreciativos, sempre se fez presente na cotidianidade dos integrantes do MNPR em sua base regional de Porto Alegre, capital gaúcha, onde atuei como pesquisador e apoiador da mobilização social, entre os anos de 2013 e 2017². A pesquisa foi realizada com vistas a compreender o emaranhado de relações, debates e tensões entre apoiadores (estudantes universitários, psicólogos, educa-

dores sociais, advogados e outros profissionais da rede socioassistencial) e militantes em situação de rua, assim como as mediações e interlocuções com diferentes agentes e instituições estatais, atentando para a potência e os limites que tais relações e interlocuções guardam na luta por direitos.

Dessa experiência, retiro o substrato das reflexões etnográficas que desenvolvo neste artigo, formado por um conjunto de mecanismos dispersos, mobilizado por militantes do MNPR para conjurar³, minar ou minimizar os efeitos perversos da presença estatal em suas lutas por direitos, reconhecimento, dignidade e, sobretudo, humanidade. Valorizo, especificamente, as interações mais cotidianas da mobilização social para identificar, nas suas justificativas e nos seus efeitos, ações que expurgam autoridades, hierarquias, autorrepresentação e poder de comando dos sujeitos (agentes estatais e/ou militantes) identificados como pertencentes ao Estado ou que com ele mantêm uma proximidade dúbia e perigosa.

Como veremos, as experiências etnográficas junto aos integrantes do MNPR em Porto Alegre deixaram cada vez mais evidente que a aproximação demasiado pacífica com o Estado deve ser estrategicamente evitada na medida em que se sabe (ou se aprende) que as instituições que “prometem” proteção são as mesmas que atuam para fins não tão “protetivos” assim – evidenciando processos de construção de um *Estado tóxico* (do qual se deve manter certa distância para evitar, inclusive, indesejáveis sintomas como tontura e náuseas). Do mesmo modo, incansáveis esforços individuais e coletivos são postos em marcha pelos militantes do MNPR para impedir a ascensão da figura do líder, daquele que se destaca perante o coletivo, que dialoga harmoniosamente com a institucionalidade e passa a atuar como o “sujeito ideal” das políticas públicas: recuperado, incluído, transformado, autônomo e protagonista do seu próprio destino – empenhos que se aproximam das conhecidas inferências clasterianas sobre a dissonância entre prestígio, mando e poder (CLASTRES, 2011). Por si só, esse quadro antecipa uma experiência que, em muitos aspectos, questiona e enfrenta a lógica neoliberal das promessas salvacionistas das políticas direcionadas à população em situação de rua nos últimos 10 anos.

Para potencializar as teorias nativas a respeito do *Estado tóxico*, retomo as contribuições de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996; 1997) para pensar fenômenos simultâneos de captura e escape, materializados nas forças estatais que buscam tudo interiorizar e neutralizar, mas também nos questionamentos, nas indisciplinas, nos motins, nas traições, nos deboches e em tudo que promove fuga – ainda que momentânea e situacional. A concentração estratégica destas forças de escape

é compreendida pelos autores como *máquina de guerra*, que atua por oposição aos conjuntos hierarquizados de controle e centralização, criando zonas de impotência dos poderes ordenadores e acionando vetores nômades, minoritários e micropolíticos voltados à implosão de forças de fixação e sedentarização (DELEUZE & GUATTARI, 1997). Como ficará mais claro nas próximas páginas, pensar a população em situação de rua como *máquina de guerra* permite explicitar e valorizar a dimensão combativa das relações travadas entre integrantes do MNPR e os agentes e instituições estatais, no intento de iluminar os modos pelos quais, a um só tempo, se acessam e se conjuram focos de autoridade e captura com pretensões totalizantes.

Antes, porém, faço um alerta: todas as experiências etnográficas apresentadas neste texto foram vivenciadas em um universo de interações masculinas, o que de imediato apresenta implicações importantes nas reflexões elaboradas. Se, por um lado, sabemos que a mobilização social pelos direitos da população de rua conta com o protagonismo feminino, o fato de que ações de contraposição estatal sejam majoritariamente conduzidas por homens, nos revela os limites da participação das mulheres, impostos pelas desigualdades de gênero no acesso aos espaços de fala e visibilidade política – o que, de certa maneira, também ocorre em relação aos militantes LGBTT's⁴. Essa questão torna-se ainda mais importante porque estudos recentes têm revelado a dimensão dramática de mulheres em situação de rua, para as quais o homem, no contexto das ruas, é a manifestação paradoxal de violência e proteção (Fernandes, 2019); assim como têm explicitado o modo como questões de gênero são minimizadas pelas políticas públicas e pelas lutas sociais, que acabam por homogeneizar a experiência de rua, invisibilizando suas multiplicidades (Sarmiento, 2017).

Com isso, ressalto dois pontos importantes que devem ser considerados ao longo da leitura deste texto: (1) o artigo trata de um recorte de experiências etnográficas nas quais o protagonismo de homens em situação de rua é predominante – o que inevitavelmente expressa um recorte de gênero que incide sobre as reflexões e interpretações aqui realizadas; (2) justamente por isso, as inferências e conclusões analíticas não se pretendem generalizáveis sobre a pluralidade dos modos de vivenciar a situação de rua e de reivindicar direitos, sobretudo aqueles marcados por atravessamentos de gênero e sexualidade que sobrevêm de forma desigual no contexto empírico a ser explorado. Considerando estas questões, fica claro, desde agora, que pensar a população de rua como máquina de guerra é falar desde um lugar empiricamente circunscrito ao universo masculino da mobilização social – que é, pode e deve ser enriquecido e contraposto por outras perspectivas e lugares de

fala que povoam a luta por direitos⁵.

A temporalidade do Estado tóxico

Antes de adentrar propriamente no contexto etnográfico, me parece oportuno tecer algumas considerações sobre a natureza diacrônica da toxidade estatal evidenciada pelos interlocutores ao longo do percurso etnográfico, o que de muitas formas fundamenta a crítica constante às aspirações humanitárias que se cristalizam nas políticas assistenciais.

Há algum tempo tenho insistido, em diálogo com um corpo heterogêneo de autores, nos múltiplos esforços empreendidos para barrar a presença de corpos marcados por indexações raciais no espaço urbano brasileiro desde o final do século XVIII (Lemões, 2017). Corpos e existências contra os quais foram levantadas barricadas para anestesiar qualquer revanche frente à perversidade do sistema escravista. Vidas que, posteriormente, no alvorecer da Primeira República, foram alvo de arquitetados mecanismos de docilização, dispositivos e estratégias pedagógicas para regenerar e recuperar corpos indesejáveis, numa fusão imaginativa entre raça, crime, ociosidade e mendicância. A isso se seguiu uma violenta transformação estética dos espaços urbanos, conduzida por deslocamentos forçados e justificada por elucubrações intelectuais que interpunham certas vidas numa encruzilhada entre ciência, burocracia estatal e práticas policiais muito específicas, voltadas aos que “manchavam” o projeto moderno-civilizacional em curso na América Latina.

Posteriormente, no marco do poder político-militar, com expressão máxima no período ditatorial brasileiro, novas categorias e modos de intervenção foram eleitas: os “desajustados” eram, também, “inimigos internos”, os quais a assistência social teve por finalidade amparar e conduzir por caminhos de recuperação. Tal situação começou a ser denunciada ou ao menos visibilizada pelo lento e gradativo surgimento de movimentos contestatórios, religiosos e filantrópicos que buscaram sobretudo remover o manto da culpabilização individual sob o qual se escondia o peso das desigualdades estruturais – o que, de alguma forma, preparou as condições de existência para o MNPR ao longo da primeira década do século XXI. Já sabemos, no entanto, que a emergência de uma retórica dos direitos, no Brasil, foi acompanhada pela exasperação de intervenções violentas, vivificadas no entrecruzamento de políticas de segurança e assistência⁶.

Nesse cenário, as práticas de apagamento e aniquilamento foram metamorfoseadas no seu espraiamento espaço-temporal, gritando aos nossos ouvidos que a vio-

lência do projeto civilizacional não reside apenas num passado distante, mas mora ao lado, na frente, nos fundos. Vive dentro. Dorme conosco e nos habita – logo nós, os humanistas! Sua expressão reside na verificável confluência de práticas aparentemente antagônicas de gestão de populações e de territórios que lhes são associados. Trata-se de intervenções múltiplas que conjugam a discursividade da proteção, da defesa, da segurança, da recuperação, com práticas de remoção que, se não promovidas pelo aconselhamento de agentes bem-intencionados, são inevitavelmente consumadas pelo poder policial.

Quando insisto na continuidade e metamorfose de certas políticas e modos de gestão, me coloco em comum acordo com De Lucca (2008), para quem a retroalimentação de todo esse aparato é constituidora de um dispositivo de segurança social que busca prevenir os riscos que ameaçam a reprodução de certas vidas na cidade, fazendo com que políticas de expulsão e acolhimento sejam conjuntamente efetuadas em nome da “proteção social” e da “limpeza das ruas”. É o que também se aproxima do que Loïc Wacquant (2013) vem caracterizando como dupla composição de um “Estado Centauro” em políticas de miséria urbana nos Estados Unidos, sobretudo porque suas dimensões penal e social visam à mesma “população” (apreendidas no fosso de uma estrutura socioespacial polarizada) e se utilizam das mesmas técnicas: cadastros, vigilância, classificações depreciativas e sanções graduais.

Portanto – o que já não é novidade para ninguém –, esse Estado que garante um feixe de direitos e proteções é o mesmo que perpetua ações violentas e fecha os olhos frente à possibilidade de justiça para as vítimas de variadas brutalidades. Situação que vem sendo atualizada desde pelo menos o final do período escravocrata, quando corpos negros passaram a reivindicar estatuto ontológico que lhes fora historicamente negado. Não por acaso, as pessoas que compõem o alvo privilegiado do Estado, como os militantes e apoiadores do MNPR, sabem muito bem como funciona a articulação das forças violentas e protecionistas da intervenção estatal, cujos efeitos não encontram apenas resistências ou contrapontos momentâneos, facilmente transponíveis pelo convencimento. Mais que isso, as ações coletivas e individuais, a um só tempo, constroem o Estado e o transformam em uma força a ser evitada ou deslegitimada, opondo toda uma maquinaria de guerra contra a toxidade estatal.

A máquina de guerra e a fazenda de domesticação

No *Tratado de Nomadologia*, Deleuze e Guattari (1996; 1997) refletem sobre a formação de poderes concentrados e totalizantes e os mecanismos coletivos desti-

nados à sua inibição ou extermínio. O Estado, para os autores, é um fenômeno de *intraconsistência* que opera por estratificação, formando um conjunto vertical e hierarquizado que atravessa linhas horizontais, cortando suas relações e criando, assim, a exterioridade a ser abarcada e com a qual as relações serão cada vez mais controladas, retardadas ou inibidas. Nesse movimento, o Estado só pode reunir aquilo que isola por subordinação. Ao fazer isso, essa espécie de *aparelho de captura* sobrecodifica, territorializa, combate ou integra as potências nômades e seus fluxos. Sua soberania reina somente sobre aquilo que interioriza, fazendo da exterioridade uma ameaça a ser aniquilada ou apropriada localmente, assentada num espaço estriado, domesticado, domado. Sua principal função: sedentarizar a força, regrar o movimento, criar organismos, triunfar sobre uma “vagabundagem de bando” e sobre um “nomadismo de corpo”.

Mas como fenômeno indissociável desse processo, a indisciplina, o questionamento da hierarquia, a constante ameaça de abandono e traição conformam as forças que contrariam e neutralizam a captura estatal. Lá onde há qualquer motim, bando, fuga ou revide inesperado, uma *máquina de guerra* é formada, criando uma zona de impotência onde poderes ordenadores podem até converter fluxos, mas jamais controlá-los e determiná-los. Essa máquina tem por inimigo o fenômeno estatal e assume objetivos de aniquilação, conjuração e escape, operando mutações minoritárias, populares, revolucionárias (Deleuze & Guattari, 1997).

No entanto, aqueles autores insistem no embaralhamento dos modelos arborescentes e rizomáticos. A árvore enraíza-se, fixando-se em um ponto centralizado ao qual subordina toda a sua estrutura então sedentarizada, assegurando uma segmentaridade dura, concêntrica e molar. Rizoma, por sua vez, é rompimento; é um lado que se liberta e que pertence a um espaço liso por onde percorre sua multiplicidade nômade em constante devir e transformação. O Uno e o múltiplo aqui se despregam para narrar a oposição complementar entre a captura (o Estado) e a fuga (a potência nômade); entre a sobrecodificação dura e a inventividade fugitiva – processos imanentes um ao outro (Deleuze & Guattari, 1997: 221).

É por meio dessa imanência que tanto a potência nômade torna-se *máquina de guerra* quanto o Estado cria uma imagem legítima e indivisa de si mesmo. É precisamente o que James Scott (2013) entende como celebração do Estado através da legibilidade, da recuperabilidade e da docilidade lançadas sobre populações nômades – especificamente aquelas situadas em um vasto território do sudeste asiático, onde a “arte de não ser governado” é cultivada mediante mecanismos complexos de dis-

persão, mobilidade, fuga e organização social segmentarizada. Contra elas, há todo um léxico estatal extremamente produtivo: são desprotegidas, estão nas “bordas civilizacionais”, ameaçam a coletividade, são atrasadas e grotescas como diamantes brutos (Scott, 2013).

Quando o Estado, então, se apropria da *máquina de guerra*, ele aproxima educação, formação e aprendizado aos supostamente destituídos (Deleuze & Guattari, 1997). Nesse aspecto, é exemplar o estudo de Piero Leirner (2012) sobre os discursos do Exército brasileiro, nos quais a Amazônia é representada nos termos de um “inferno verde” e de um “espaço morto” a ser domesticado. Mas, no rastro de Deleuze e Guattari, o autor constrói argumentos que buscam corroer qualquer completude analítica sobre as artimanhas do Estado, compreendido como um espaço com fronteiras abertas, uma *fazenda de domesticação* onde se busca, sobretudo “controlar essa força conjurada de um devir selvagem” (Leirner, 2012:39). Mais do que capturar pela força, na *fazenda de domesticação* o convencimento supõe a ameaça constante do colapso, dos movimentos de fuga e é isso que, para o autor, guarda um esforço constante de unificação nunca eficaz, sempre diluído em fronteiras abertas, quase imperceptíveis e impossíveis de localizar. Como não há cercados, todos estão sempre fugindo e, ao mesmo tempo, persuadidos a manterem-se próximos.

Fuga e convencimento, desejo e repulsa. Pensar a população em situação de rua como *máquina de guerra* é indicar a complexidade das relações ambíguas travadas com os agentes e as instituições estatais, mas sobretudo dos fluxos engendrados para, a um só tempo, acessar e conjurar a potência estatal. Se forças de captura regram movimentos, localizam corpos e coletivos, tentam cristalizar poderes e centralizar saberes; produzem discursos civilizacionais, proliferam práticas salvacionistas, incitam “superações”, “recuperações” e engajamentos múltiplos, nada disso teria sentido sem movimentos outros: aqueles que se voltam contra os insistentes focos de concentração de força, de autoridade, de superioridade, num impulso de impedir o “chefe de ser chefe” (Clastres, 2011). E isso parece ocorrer de muitas formas – todas elas manejadas no mesmo instante em que a sempre incompleta captura mostra a sua força.

Para analisar especificamente os modos de atuação *dessa máquina de guerra* no coração e na exterioridade da *fazenda de domesticação*, convém lançar alguns questionamentos retóricos. É possível ficar no interior da *fazenda* e fingir estar convencido de que ali é o melhor lugar, ludibriando, revidando e afrontando? É possível que, mesmo no enredo de linhas de captura sedentarizantes, a potência nômade

continue a operar nos interstícios do aparelho estatal? É presumível que se criem benfeitorias distintas, momentâneas, rizomáticas, dentro da *fazenda de domesticação*?

Por fim, é possível manter a certeza de que as forças nômade que se sedentizam são, de fato, passivamente capturadas ou nada mais fazem do que se enraizarem estrategicamente para questionar a autoridade dos funcionários da *fazenda*? Vejamos o que os militantes em situação de rua têm a nos dizer sobre isso.

A toxicidade das palavras

Com pouco mais de 250 mil habitantes, o município de São João⁷ integra a região metropolitana de Porto Alegre, distando cerca de 40 km da capital. Foi para lá que nos dirigimos, eu e Diego, militante em situação de rua, em maio de 2016, atendendo ao chamado de um vereador que recebera, cerca de um mês antes, um ofício, assinado por integrantes do MNPR-RS, solicitando uma audiência pública para debater o cenário da assistência social na cidade.

Em contato com funcionários da rede de acolhimento daquele município, o MNPR-RS recebera uma série de reclamações informais sobre a precariedade dos serviços disponibilizados às pessoas “em situação de rua” de São João. À época presidindo a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, o vereador ficou intrigado com a solicitação – cujo documento salientava a importância da presença dos responsáveis pelas áreas de cidadania, saúde, habitação, segurança e direitos humanos – e achou melhor conversar com os solicitantes para obter maiores esclarecimentos. Foi quando Diego me pediu que o acompanhasse nesse primeiro encontro com o vereador de São João.

Na primeira hora da tarde, nos encontramos em um terminal rodoviário, em meio à agitação de tantas pessoas circulando, correndo ou aguardando suas conduções. Durante a viagem, Diego atendeu o telefonema de uma secretária do vereador e recebeu a informação de que só poderíamos ser atendidos após às 17 horas, pois uma agenda com o prefeito atrasaria os compromissos da Câmara naquela tarde. Desconfiado de uma possível estratégia para que desistíssemos da reunião, Diego deixou claro que não haveria nenhum problema e que esperaríamos o tempo que fosse necessário.

Mesmo assim, teríamos que tomar muito cuidado com nossos posicionamentos. Para Diego, era fundamental que não demonstrássemos nenhum sinal de enfrentamento ou discordância. Em um ônibus lotado e faltando percorrer ainda a metade do caminho até o nosso destino, questionei aquela informação, que parecia chegar

tardamente até mim. Diego esclareceu que se tratava de uma estratégia: o tom da conversa deveria ser amigável pois, caso contrário, correríamos o risco de ter o pedido de audiência negado. Posteriormente, quando estivéssemos em diálogo público com as autoridades convidadas, poderíamos expor todos os questionamentos e denúncias necessárias. Por hora, teríamos que afirmar ao vereador que a audiência seria uma oportunidade de conhecer melhor os serviços existentes no município e firmar diálogos importantes no sentido de contribuir com a visibilidade de ações exitosas no campo socioassistencial, conduzidas na região metropolitana. Em suma, a nossa linha discursiva deveria ser, naquele momento, de composição e diálogo com o poder público.

Ao chegarmos em nosso destino, fomos identificados na portaria e recebemos um crachá de visitante. No terceiro andar, acessamos um corredor ao longo do qual estavam dispostos os gabinetes de cada vereador e onde aguardamos por mais de uma hora e meia a incerta conversa marcada para aquela tarde. Quando estávamos quase desistindo, a porta do gabinete se abriu e a secretária nos convidou a entrar. Acessamos uma pequena sala onde cumprimentamos o vereador e seu assessor. Finalmente, sentamos para conversar. Para a minha surpresa, as primeiras palavras de Diego foram: “eu acho que o Tiago pode, então, começar a explicar o que nos traz aqui”. Conhecendo Diego muito bem, eu não esperava que fosse falar muito naquela tarde, muito menos que fosse impelido, de surpresa, a iniciar a conversa. Tive que pensar rápido e, inspirado apenas pelo que havíamos confabulado no ônibus, olhei para o vereador e disse:

Olha, para lhe explicar melhor o motivo dessa audiência que estamos reivindicando, eu gostaria de contextualizar que eu e Diego somos integrantes do MNPR, que é um movimento social conduzido por pessoas em situação de rua. Em Porto Alegre, desde 2010, esse movimento vem conquistando uma série de melhorias nos serviços socioassistenciais a partir de um diálogo com o poder público, com a FASC e com o MP. Tomando esse diálogo como referência, nós gostaríamos de realizar uma audiência pública aqui em São João por acreditarmos que podemos não só contribuir com os serviços já existentes aqui, mas também aprender com vocês a partir de experiências locais do município. Não sei se o Diego quer acrescentar alguma coisa... (Diário de campo, 19 de maio de 2016).

Diego reiterou a minha fala e foi além:

Eu acho que é isso mesmo, Tiago. Na verdade, a nossa posição é mesmo de compor com a gestão, tentando um diálogo que nos permita, sim, aprender com vocês. Muitas pessoas em situação de rua circulam pela região metropolitana de Porto Alegre e já chegou até nós, por repetidas vezes, a informação de que o albergue municipal de São João atende as pessoas com dignidade, como deve ser feito. A nossa visão, por isso, é justamente de diálogo. Sabemos que muitos movimentos sociais têm uma postura de enfrentamento, mas nós entendemos que estamos todos do mesmo lado: gestor, trabalhador e usuário e que só assim conseguiremos avançar nas políticas públicas (Idem).

O vereador, que ouvia atentamente as nossas explicações, apresentou uma primeira resistência ao pedido de audiência, explicitando que se quiséssemos nos aproximar das práticas exitosas da assistência social, o mais indicado seria dialogar diretamente com a secretaria responsável pelos serviços direcionados à população em situação de rua. Em suas palavras...

Aqui em São João sabemos que a metade dos moradores de rua está de passagem e não fica aqui por muito tempo. Geralmente eles acessam os serviços por dois ou três dias e são encaminhados. Claro, temos também os que não querem atendimento nenhum e permanecem nas ruas. Para estes, temos a atuação das igrejas que doam sopas, roupas e ajudam da maneira que podem. Então a nossa realidade aqui é bem flutuante nesse sentido, mas o que eu não entendi ainda – e quero perguntar a vocês – é por que, ao invés de fazer uma audiência pública, vocês não se concentram em conversar diretamente com a secretaria responsável pelos serviços de assistência? Eu pergunto isso porque conversar diretamente com os serviços pode, na minha opinião, acelerar o processo de diálogo que vocês querem estabelecer” (Idem).

Eu não tinha resposta pronta para a questão. Olhei para Diego como quem pede ajuda. Sem titubear, ele já tinha uma réplica na ponta da língua:

Nós estamos trabalhando com a ideia da audiência pública porque é isso que tem dado muito certo na região metropolitana de Porto Alegre. Em Caxias do Sul, por exemplo, a última audiência foi bem produtiva porque pudemos ouvir diferentes vozes e opiniões a respeito dos serviços e isso ajuda muito em qualquer processo de melhoria. Além disso, pelas nossas experiências, uma conversa direta com os técnicos sempre acarreta certo receio e uma posição de defesa, como se estivéssemos avaliando o trabalho deles, mas a ideia não é essa (Idem).

A composição de nossas falas, nada ensaiadas e incrivelmente bem articuladas, não deixou dúvidas sobre nossas boas intenções: o vereador mostrou-se satisfeito, cumprimentou-nos em tom de despedida e afirmou que em breve entraria em contato com Diego para combinar a melhor data para a audiência pública. Conversamos rapidamente com o assessor, que confirmou nosso contato e avisou que em breve acertaríamos os detalhes para a realização do evento.

Mas bastou entrar no elevador para que toda a encenação fosse por água abaixo. Assim que a porta se fechou, Diego manifestou dificuldades para respirar e teve náuseas. Preocupado, perguntei o que estava acontecendo e ele explicou que o mal-estar era consequência de tudo aquilo que acabávamos de falar ao vereador – palavras e argumentos que nos posicionavam ao *lado* deles e não *contra* eles. Para Diego, o pior foi insinuar a criminalização dos movimentos sociais, ao frisar que a nossa postura era de diálogo e não de enfrentamento – ao contrário de outros coletivos. Ainda no elevador, confessei que o mais atormentador para mim fora elogiar os serviços locais voltados à população em situação de rua, quando o que sabíamos era que esses espaços tinham muitos problemas de maus-tratos, alimentação e instalações precárias, suspensões e expulsões constantes dos “usuários” – motivo pela qual o próprio vereador caracterizou a “realidade” dessa população como “flutuante”: entrada e saída constante dos espaços institucionais, circulação entre os municípios da região metropolitana e mesmo a recusa em acessar os equipamentos institucionais.

O mal-estar foi amenizado quando já estávamos na rua e resolvemos caminhar cinco quarteirões até a praça central da cidade, onde pegaríamos o ônibus de volta para Porto Alegre. Digerindo tudo que tinha acontecido naquele curto espaço de tempo, nos impressionamos com a sincronização das nossas falas, o encaixe dos argumentos e a nossa capacidade de encenação sem nenhuma brecha para contrapontos. Rimos muito da situação e Diego passou a comemorar o fato de que tínhamos colocado o vereador “no bolso” muito facilmente. As mesmas palavras que intoxicavam – causando mal-estar e repulsa – tinham um gosto de vitória: a audiência pública seria marcada. Mas precisaríamos redobrar o cuidado com retaliações, pois havíamos utilizado as ferramentas e benfeitorias da *fazenda* para encenar uma captura totalizante, um posicionamento dialógico, harmônico e pacífico ao lado dos que são construídos e representados como inimigos do MNPR-RS, aqueles nos quais jamais se deve realmente confiar.

Vivenciada já no último mês de pesquisa, essa anedótica experiência com Diego

me fez retomar os diários de campo, escritos anteriormente, e atentar para as notas que me passaram despercebidas, mas que guardavam caminhos que levavam a situações exemplares, versando sobre um reiterado desprezo pelo Estado, ainda que seus agentes e suas instituições fossem os principais apoiadores e interlocutores daquele movimento social. Naturalmente, a repulsa manifestava-se em todas as denúncias sobre a precariedade das instituições socioassistenciais, mas também – e principalmente – na manifestação do potencial tóxico das relações cordiais com seus representantes: o perigo em ultrapassar a linha tênue entre as estratégias que dissimulam o dever guerreiro (mas não o abandonam) e a possibilidade de se deixar convencer de que não há lugar melhor do aquele oferecido pelas autoridades e instituições estatais.

Desde o início da viagem, Diego deixou claro que nossas palavras deveriam ser ditas com cautela, no objetivo de encenar a captura, ou seja, de expor ideias que nos colocassem, estrategicamente, como “sujeitos ideais” para o diálogo estatal e para a construção conjunta e participativa das políticas públicas. O perigo tóxico exibia sua ameaça pela proximidade espacial, pela convergência de opiniões e pelas palavras elogiosas que nos colocavam contra os que defendíamos e ao lado do alvo de todas as nossas críticas, denúncias e contraposições. *A máquina de guerra*, ao fingir convencimento para, em seguida, revidar e afrontar, também sofreria consequências que se manifestariam no corpo de seus vetores e nas possíveis retaliações que poderiam brotar a qualquer instante pelos campos da *fazenda*. Era preciso tomar muito cuidado.

Longe de ser um caso isolado, a viagem com Diego desnudou o potencial reflexivo de outras experiências etnográficas que acabaram por reiterar e complexificar os modos de movimentação guerreira dos militantes do MNPR e dos mecanismos mobilizados para conjurar a lógica arborescente que insiste em enraizar-se no seio da luta pelos direitos da população em situação de rua.

Espiões e reféns

Em janeiro de 2016, ao final de uma reunião do MNPR-RS, cinco militantes conversavam sobre o recente ingresso em um grupo de facilitadores sociais, que atuaria na mediação entre os agentes de abordagem de rua da prefeitura e as pessoas em situação de rua, supervisionados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, a FASC (responsável pela gestão da assistência social na cidade). Na conversa, dois desses militantes selecionados para o trabalho junto à instituição relataram que, ainda no curso de capacitação que realizaram para trabalhar como facilitadores,

questionaram a coordenadora dos serviços de acolhimento institucional sobre a razão pela qual assembleias não estavam mais ocorrendo no Centro-Pop⁸, uma vez que, “por lei”, a população em situação de rua deveria participar da formulação e avaliação das políticas públicas. Contaram que, após o questionamento, a responsável pelo serviço, que teria ficado extremamente constrangida, garantiu que providências seriam tomadas para que as assembleias fossem reativadas. Antes de partir para outros rumos, os narradores desse curto diálogo afirmaram que “nós estamos lá, seja trabalhando para eles, seja como usuários do serviço, mas também estamos lá como espiões”.

No mesmo dia em que a referida conversa foi registrada, ficamos em um grupo menor, mas ainda tocados pelo assunto há pouco iniciado pelos facilitadores. Outro militante entre nós partilhou sua opinião sobre uma espécie de “efeito refém” provocado pela relação com as instituições estatais. Em suas palavras...

Existem muitas formas de ficar refém deles. Por exemplo, no Centro-Pop não pode tomar banho, mas se eu vou tomar banho na casa do fulano, eu já fico refém. Se eu vou numa reunião com os vereadores ou com os candidatos a prefeito, se eu aceito isso ou aquilo, eu já me torno refém. Então tem muitas formas de estragar o movimento, de detonar a luta. Se o cara da FASC vem aqui no movimento e oferece um apartamento do Minha Casa, Minha Vida, todo mundo pega. Eu não vou mentir: até eu pego! Isso é uma forma de facilitar o acesso ao serviço, mas facilita para poder cooptar. Todos que conseguiram o Minha Casa, Minha Vida saíram do MNPR (Diário de campo, 8 de janeiro de 2016).

De fato, ao longo de todo o trabalho de campo, sempre ouvi histórias sobre militantes que haviam se retirado de cena por terem tido acesso facilitado a políticas de moradia, como retribuição por apoio dado a eleições e reeleições de determinados candidatos à presidência da FASC. Pelo mesmo motivo, esses “beneficiados” teriam se afastado da mobilização social, seguindo suas próprias vidas, ou expulsos do MNPR-RS. São histórias difusas, geralmente sem rostos, sem nomes e sem datas, mas que, de certa forma, incidem sobre a atenção e a reflexão que os atuais militantes privilegiam quando o assunto é a relação com agentes, órgãos e instituições de Estado e de governo. São essas mesmas narrativas pretéritas, contadas em tom de reprovação, que parecem incitar os sujeitos a se autoafirmarem como “espiões” que adentram a sede da *fazenda de domesticação* apenas para espreitar e questionar sua administração.

Narrativas similares foram identificadas na pesquisa de Pedro Leite (2016),

também entre os militantes do MNPR-RS. Sem se deter com profundidade nesta questão, Leite refere a polêmica que se cria em torno de sujeitos que investem na autopromoção e que atuam em espaços institucionais para tirar “proveitos individuais”, sugerindo que atuações desse tipo promovem o afastamento e a destituição de legitimidade para falar em nome dos coletivos de mobilização. Mencionando casos semelhantes para o mesmo contexto de pesquisa, Schuch (2015) mostra que os militantes que buscam se autorrepresentar ou encontram caminhos alternativos à rua, também são lembrados negativamente e, em algumas situações, são expulsos da mobilização ou fazem com que o próprio grupo se desarticule.

Os motivos apresentados para tais acontecimentos, mencionados por Leite (2016) e Schuch (2015), são similares aos que justificaram o único caso de expulsão que pude acompanhar de perto, deflagrado por tentativas de concentrar poder, autoridade e representação nas mãos de uma única pessoa. Foi o que aconteceu com Ricardo, em setembro de 2014. Esse homem de aproximadamente 40 anos sempre esteve envolvido em diferentes coletivos de mobilização e visibilização da população em situação de rua na cidade. Uma conversa informal com o pesquisador e colega Bruno Fernandes⁹, que acompanhou de perto a circulação de Ricardo entre diferentes organizações, sobretudo no Boca de Rua¹⁰, me esclareceu que a sua inserção no Programa Fome Zero exigia uma série de mediações com serviços disponibilizados pelos gabinetes de alguns vereadores, como impressão de documentos e uso de telefones, além de parcerias com algumas secretarias municipais, no objetivo de angariar apoio e recursos para ações voltadas a pessoas em situação de “vulnerabilidade social”.

A sua saída do MNPR-RS ocorreu em uma única reunião, quando, nos meses subsequentes à Copa do Mundo, os militantes discutiam com o secretário municipal de direitos humanos a reabertura do Restaurante Popular na cidade. Em uma dessas reuniões, os militantes e apoiadores anunciaram a decisão consensual de que Ricardo não representava mais o movimento, uma vez que vinha firmando vínculos com a FASC, e concedendo entrevistas na mídia, explicitando aquelas parcerias e falando em nome do movimento, sem o consentimento de seus integrantes.

O ponto central a destacar como razão pela qual a participação de Ricardo vinha sendo desqualificada no MNPR-RS é a extrema proximidade com determinados partidos políticos e com alguns órgãos da administração municipal. Ou seja, o seu desligamento ocorreu não apenas por ter exercido uma política de autorrepresentação, mas sobretudo pela publicidade concedida a vínculos institucionais indeseja-

dos, que faziam dele uma pessoa não digna de confiança e que, ao mesmo tempo, apresentava-se como um “sujeito que deu certo” e que correspondeu às expectativas mais comuns da *fazenda de domesticação*: a “recuperação”. A postura de Ricardo, no entanto, foi muito simples: aceitou o desligamento e continuou a atuar no Fórum Rua, não deixando de manifestar o quanto, na sua opinião, a mobilização social deixaria de ganhar visibilidade ao evitar certas parcerias.

A meu ver, o que ocorreu com Ricardo expressa uma relação complexa entre os esforços coletivos para “tirar as pessoas das ruas” e a lógica individualizante e neoliberal que perpassa e conduz as ações e os discursos estatais, sobretudo no campo da assistência social – quando o Eu se sobrepõe ao Nós. De fato, “superar a situação de rua”, desenvolver “processos de saída das ruas” e promover o seu “enfrentamento”, construir “autonomia” e “independência” por meio do acesso à renda, à educação e à moradia; ingressar no mercado de trabalho por meio de programas de qualificação profissional e incentivar a “convivência familiar” (BRASIL, 2013, 2009) são objetivos apresentados por órgãos governamentais nacionais, como o MDS, e organizações internacionais, como a UNESCO, como indispensáveis para a “erradicação da pobreza” e para o “desenvolvimento social”. Em parte, Ricardo dava carne e sangue a esses ideais e, embora não estivesse trilhando um caminho distante dos que passam por experiências semelhantes, era extremamente significativo o fato de apresentar-se, em algumas ocasiões, como um “vencedor”, estando à frente de projetos voltados à doação de alimentos, à confecção de documentos de identidade e a oficinas de trabalho e renda – sempre aberto às mediações e diálogos com entidades e instituições estatais, como a FASC.

Tal atuação implicava um posicionamento específico em relação aos órgãos estatais. Ricardo não poderia ser acusado de ter “virado as costas” ou “abandonado seus companheiros”, mas a posição que ocupava nesse campo nebuloso de intervenção sobre a questão da “situação de rua” era problemática porque lhe concedia certa distinção e prestígio, fazendo com que se destacasse em relação aos demais.

Estou ciente dos perigos nessa evidente redução da experiência de Ricardo ao campo institucional. Não tive acesso, e talvez poucos militantes do MNPR tenham tido, à complexidade de tal inserção e do quanto essas mediações poderiam significar um território estratégico de militância política, no qual, talvez, ele atuasse sabendo muito bem de sua toxicidade, desvencilhando-se dela na dimensão prática e cotidiana de suas ações. O que me é possível inferir, no entanto, é que o desligamento de Ricardo sinaliza a reprovação não de suas decisões e opções individuais,

mas de um processo de formação de indivíduos que se destacam em relação ao coletivo. Repelir esse processo era uma forma de evitar estreitos canais de comunicação e, conseqüentemente, de dependência, subordinação e controle.

Ainda é possível sugerir que, quando se critica a postura de Ricardo, também se afasta qualquer referência ou vinculação que se possa fazer entre os integrantes do MNPR-RS e certas instituições. Vivenciei diferentes situações marcadas por relatos sobre sujeitos supostamente “cooptados” pela FASC. Ironicamente, eram esses casos – vistos por muitos como resultado positivo das políticas públicas – que se tornavam alvo de recusa. Com esses mecanismos de controle e rejeição do indesejado, os militantes e apoiadores do MNPR mantinham a afronta à autoridade e legitimidade estatal e reduziam as possibilidades de total domínio sobre a mobilização social.

Forças que se cruzam, mas não se fundem

A mesma lógica que parecia operar sobre o desligamento de Ricardo replicava-se na insistente preocupação com o uso dos símbolos do MNPR-RS, como a bandeira e a camiseta do movimento. Circulando pelo país nas cores azul ou vermelha, tendo ao centro os contornos territoriais do mapa do Brasil, esses símbolos são, igualmente, objetos que devem ser protegidos de qualquer *contaminação* que não seja estratégica. Não foram raras as experiências de campo nas quais pude visualizar um exímio cuidado para que os símbolos do MNPR estivessem no “lugar certo” e sendo utilizados pelas “pessoas certas”, garantindo que, quando seus usos fugissem a essa “regra”, tudo não passasse de uma estratégia política.

Uma dessas experiências ocorreu durante a cerimônia de reabertura do Restaurante Popular em Porto Alegre, realizada no dia 25 de fevereiro de 2016¹¹. Às 11h da manhã, em um prédio localizado no Bairro Floresta, distante a meia hora a pé do centro da cidade, aglomeravam-se pessoas muito bem vestidas para a solenidade, a maioria vinculada aos governos municipais e estaduais, funcionários da rede socio-assistencial, além de policiais militares, seguranças, fotógrafos e repórteres de rádio e TV que, por repetidas vezes, entrevistavam o Secretário Municipal de Direitos Humanos. Nesse cenário de múltiplas interações, muitas outras pessoas começavam a formar uma fila para almoçar no primeiro dia do novo restaurante popular.

Aparentando ter não mais do que 40 anos, dois homens aproximaram-se da porta central do restaurante e ali ficaram, entre os assessores de imprensa e de governo estadual e municipal. Um deles vestia a camiseta vermelha do MNPR. Por carregar esse símbolo no corpo, logo atraiu a maioria dos repórteres que cobriam

o evento e que passaram a entrevistar o até então desconhecido “militante”. Entre as perguntas que eram realizadas pelos profissionais de imprensa, identifiquei uma linha especulativa comum: a transformação que a reabertura do restaurante popular provocaria na vida das pessoas “em situação de rua”. Com uma voz mansa e quase inaudível, aquele homem, cercado de gravadores, câmeras e microfones, humildemente explicou que, a partir daquele dia, ele teria um lugar onde poderia se alimentar, sem gastar muito e sem precisar “pedir comida nas ruas”. Ao mesmo tempo, era possível ouvir o Secretário de Direitos Humanos afirmar, para outros repórteres, que a abertura do restaurante representava um importante passo rumo à construção da dignidade das camadas mais pobres da população, simbolizando a luta contra uma sociedade injusta e desigual.



Imagem 1: Entrada do restaurante popular.

Fonte: Jornal do Comércio, Porto Alegre, 2016

Outros militantes do MNPR-RS chegaram ao prédio assim que aquela entrevista foi concedida. Um deles, quando soube que havia alguém usando indevidamente os símbolos do movimento, quis de imediato saber quem ele era e onde estava. Mas fomos surpreendidos pela chegada do então prefeito José Fortunati (PDT) e do

governador José Sartori (PMDB), que adentraram o prédio levando consigo a multidão de profissionais que os aguardava. Quando consegui atravessar uma densa aglomeração de pessoas, encontrei militantes e apoiadores do MNPR-RS conversando com o homem que vestia a camiseta do movimento, questionando a origem daquela aquisição e alertando sobre o fato de que ele não deveria estar falando em nome da população em situação de rua. Respondendo vagamente algumas questões, aquele interlocutor demonstrou estar assustado com a situação, parecendo realmente não saber muito bem o que estava acontecendo. Outros apoiadores intervieram para acalmar os ânimos, sugerindo que o grupo convidasse aquele sujeito para participar das reuniões semanais do movimento, passando, de fato, a integrar o MNPR.

Eram posicionamentos distintos que estavam em jogo: vestindo a camiseta do MNPR e legitimando “a visão governamental” sobre o papel inquestionável de suas ações rumo à superação da “pobreza e desigualdade”, aquele sujeito fazia com que, na visão de militantes e apoiadores, o movimento fosse alvo de uma estratégia política que colocava seus integrantes publicamente ao lado das autoridades governamentais, numa posição indesejada, na medida em que ocultava o peso de suas mobilizações na reinauguração do restaurante. Tanto é que, nas falas públicas que compuseram o ritual de inauguração, os militantes do MNPR não tiveram nenhum espaço para se colocar.



Imagem 2: cerimônia de abertura do Restaurante Popular.

Fonte: Jornal do Comércio, Porto Alegre, 2016

A cerimônia de reinauguração contou com a presença de autoridades governamentais que celebraram e positivaram aquela ação como um avanço rumo à “construção da cidadania”. No entanto, o bônus deste “avanço” foi discursivamente depositado na conta dos representantes políticos presentes, que não referenciaram a mobilização realizada pelo MNPR para que aquele dia tão esperado chegasse, após anos de desinteresse do poder público.

Os militantes e apoiadores já esperavam tal desenrolar dos fatos, pois a prefeitura não enviou nenhuma notificação ou convite formal ao movimento. Por isso, muitos decidiram marcar presença na cerimônia e, também por isso, tiveram certeza de que aquele homem desconhecido, estampando no peito os símbolos de uma luta nacional pelos direitos da população de rua, era um “convidado especial”, estando ali no objetivo único de substituir o posicionamento crítico dos integrantes do MNPR-RS e legitimar a “visão governamental”. Dois meses depois, em entrevista ao Canal Paralelo¹², alguns militantes expuseram seus contrapontos, trazendo a mobilização promovida pelo movimento para o centro da discussão. Vestindo a camiseta vermelha do MNPR, Marcos declarou:

Nós ajudamos a construir tudo, e no fim, quem está tomando consciência e peso de tudo é a prefeitura, é o atual governo que também está fazendo propaganda para eleger os próximos. [...]. Nós fizemos tantas reuniões, umas três, quatro audiências públicas. Imagina tu chegares e não te convidarem para nada! É como eu ajudar tu fazer a festa de aniversário e depois não ser convidado. Está faltando é o governo reconhecer o nosso trabalho, porque nós não ganhamos nada, eu não ganho nada para fazer isso. O que eu ganho é a minha moral (Canal Paralelo, 17 de abril de 2016).

Foi preciso fazer uma espécie de correção discursiva em forma de revide. O que não se poderia admitir era a cristalização hierárquica de uma posição subalterna sobre um contingente populacional que recebe passivamente as “benesses do Estado”, sem contestar ou reivindicar reconhecimento de sua inserção ativa, propositiva e combativa na formulação das políticas públicas. Inverter este quadro, fortalecido pela voz titubeante de um sujeito “cooptado pelo governo”, tornou-se fundamental para que os elementos de composição, de harmonia, de concordância e de subalternidade fossem desfeitos ou, ao menos, abalados. Por isso, foi indispensável estampar a camiseta do MNPR no peito, marcar a dimensão da luta e do enfrentamento sem o qual a reabertura do restaurante popular não teria ocorrido, afirmar

que toda aquela performatividade estatal (Blázquez, 2012) guardava interesses políticos e, ainda, sugerir que o protagonismo dos militantes e apoiadores foi ocultado e desprezado pelas autoridades públicas. Na voz de Marcos e de outros integrantes do MNPR-RS, nenhuma palavra foi dita a respeito de “transformações” que aquele equipamento público provocaria na vida das pessoas. Todos sabiam muito bem que era exatamente isso que “eles” queriam ouvir.

O que tudo isso parece nos dizer é que, assim como seus integrantes, os símbolos da *máquina de guerra* também não devem chegar tão perto do *aparelho de captura* a ponto de declarar publicamente seus vínculos insuperáveis – ainda que indesejáveis. Podem estar juntos, nos mesmos espaços, nos mesmos discursos, nos mesmos eventos, mas suas diferenciações, assim como o caráter agonístico de suas relações devem ser ressaltados, lembrados, estampados o tempo todo. O que vale destacar é que esses diferentes sujeitos procuram manter uma distância mínima em reação ao Estado, que possibilite o diálogo sem sobreposições e sem fusões: são linhas que se cruzam, mas não se fundem e jamais se fecham em círculos concêntricos e ideais, dispostos igualmente em um território compósito e unificado no qual todos falam a mesma língua e estão o tempo todo do mesmo lado (Deleuze & Guattari, 1997).

Últimas reflexões: a resistência de uma luta nômade

O que, a meu ver, se impõe do início ao fim nas experiências etnográficas aqui descritas, são esforços individuais e coletivos contra a cristalização de autoridades e hierarquias que permitam o avanço dos latifúndios da fazenda de domesticação. Falar por si sem a construção coletiva e estratégica do que e para quem falar é falta gravíssima, pois corre-se o risco de falar o que “eles”, os que não estão “do nosso lado”, querem ouvir. Por isso, entende-se que o sujeito que se destaca corre o risco de não só negligenciar a discussão coletiva, mas principalmente, de aderir, como refém (e não como espião), aos discursos que legitimam as instituições estatais.

O que se torna extremamente curioso e interessante é a semelhança entre a regulação exercida sobre certos militantes que se deixam “atrair” pelas promessas estatais e a dinâmica de circulação de bens entre pessoas em situação de rua no município de Pelotas, explorada em minha dissertação de mestrado (Lemões, 2013). O que, à época, me impressionava era a inexistência de conflitos graves entre os companheiros em situação de rua que, mesmo sabendo quem havia furtado seus bens, jamais identificavam os alvos de suas desconfianças, tampouco se insurgiam contra eles. Sabendo que a ostentação de um relógio ou de um celular feria alguns

dos valores cruciais naquele contexto – a partilha e a coletividade –, o sujeito lesado tinha ciência de que o objeto que antes o distinguia, mas que desapareceu, retornaria para o grupo em que estava inserido, sob a forma de alimento ou outros itens a serem compartilhados entre todos. Tais considerações me levaram a concluir que...

[...] possuir determinados bens soa como uma traição. É como se o detentor estivesse simbolicamente passando para o “outro lado”: o lado dos “desiguais”, daqueles que ostentam em demasia, que acumulam cada vez mais e exibem-se aos olhos dos que nada possuem. Nesse sentido, o roubo teria o papel de regular a igualdade material entre os pares de rua, sem, contudo, acarretar conflitos com o poder de romper as relações (Lemões, 2013:208-209).

O desprezo pela acumulação de bens nas mãos de uma única pessoa é combatido porque eleva uns sobre os outros, apresentando sinais de poder e hierarquia que, mesmo passageiros e simbólicos, destacam indivíduos, ferem a reciprocidade entre os iguais e aproximam aquele que acumula ao universo dos que, em posição “superior”, ostentam frente aos que “nada possuem”. Contrapor-se ao acúmulo de bens e, no caso do MNPR, ao acúmulo de poder, prestígio e destaque, parece caminhar para o mesmo intento: evitar o cruzamento com linhas que tudo enraízam, ao invés de fazer com que as coisas circulem, sejam elas objetos de valor ou poder de fala e visibilidade. Bens demais, poder demais, perigo demais.

Há muitos anos, Clastres (2011 [1974]) nos mostrou que certos grupos não cessam de investir contra aquilo que é destinado a destruí-los: a centralização do poder e, sobretudo, o respeito ao poder, o desejo de poder. Por isso, o esforço permanente das sociedades indígenas sul-americanas em separar poder e prestígio, de modo que nada – nem mesmo a glória das vitórias da guerra – permita o comando de um sobre outros, se traduz num trabalho coletivo que impede a insistente formação estatal: “é o esforço permanente para impedir o chefe de ser chefe, é a recusa da unificação, é o trabalho de conjuração do Uno, do Estado” (Clastres, 2011:186)¹³.

Entre os Guayaki paraguaios, Clastres revela que o guerreiro só acessa o prestígio (sempre passageiro) de suas vitórias, quando o seu desejo de guerra coincide com o desejo coletivo de guerrear, caso contrário, o chefe guerreiro pode utilizar a sociedade para atingir objetivos individuais, transmutando prestígio em poder. A morte física (ou social) é, com frequência, o destino de guerreiros que assim procedem, uma vez que “isolar o poder político é impossível na sociedade primitiva, não há lugar, não há vazio que possa ser preenchido pelo Estado” (Clastres, 2011:179)¹⁴.

Como já apontou Schuch (2015), as mobilizações que precederam a fundação do MNPR em Porto Alegre apresentavam dinâmica semelhante à demonstrada por Clastres, uma vez que tais formas de mobilização se traduzem num “movimento que se movimenta”, ou seja, que se desagrega toda vez que líderes se destacam de diferentes formas.

Essa mesma dinâmica é, também, esparramada pela rede de relações tecidas no “universo das ruas”, mostrando que o líder, aquele que se torna referência em cada agrupamento, não tem poder de mando e autoridade. Ele pode aconselhar, propor regras, mas jamais deseja a posição de domínio sobre o grupo. Tomamos o exemplo de Marcos, “militante em situação de rua”, que deixou tal questão explícita quando nos encontramos em um sábado de novembro de 2015, em uma feira ecológica do centro da capital gaúcha, ocasião em que ele vendia jornais do Boca de Rua. Enquanto conversávamos em meio ao vaivém de pessoas, um casal aproximou-se de nós e entregou dois pacotes de produtos integrais a Marcos, que agradeceu e perguntou se, no próximo domingo, eles iriam em sua “aldeia” (termo utilizado para designar grupamentos urbanos de rua). O homem, de aproximadamente 50 anos, respondeu que teria outro compromisso e, em seguida, orientou Marcos a cuidar melhor da sua horta. Foi então que consegui entender minimamente do que se tratava o diálogo: o casal era vinculado a algum movimento de agroecologia, e há algum tempo vinha estimulando Marcos e seus companheiros a cultivar uma horta no terreno onde estavam alojados. Em tom de repreensão, ele continuou:

Tem que limpar na volta, tirar a palha e usar o carrinho para aguar. Tu tens que liderar, Marcos! Tem que ter um líder para fazer as coisas acontecerem. A limpeza vocês fazem só três vezes por semana, mas tem que fazer mesmo! Imagina se depois dá certo e tu começa a espalhar essa ideia para as outras aldeias, os caras vão fazendo também. Quem sabe depois tu vais lá para o nosso encontro nacional e consegue espalhar isso nacionalmente. E tu vais ser o cara que vai começar isso, mas tem que ter liderança (Diário de campo, 14 de novembro de 2015).

Marcos ouvia com atenção e, vez ou outra, sinalizava concordância. Assim que os conselhos foram dados, o casal despediu-se de nós. Quando nos vimos sozinhos novamente, Marcos comentou comigo: “ele só pode estar louco! Como vou liderar as pessoas lá na aldeia? Quem sou eu para mandar nos outros? Eu já fui morar na rua para não ser mandado, como é que eu vou mandar agora?”.

Ao descrever essas interações, argumento a respeito da possível transposição de

uma dinâmica de organização coletiva das ruas para a mobilização social por direitos. Essa transposição insurge-se contra a figura da autoridade, da hierarquia e do prestígio individual que, a todo tempo e por diferentes vias, insiste em criar raízes no seio de um coletivo inclinado a funcionar como *máquina de guerra*, desterritorializando tendências arborescentes, rígidas, centralizadas e produtoras de sujeitos ideais à lógica neoliberal, centrada na figura do indivíduo autônomo, recuperado e empoderado. Nos termos de José Carlos dos Anjos (2006), o que essa disposição nômade desafia é a forma como a cultura ocidental representa o poder: sempre unívoco, baseado no exercício espetacular do poder estatal, obcecado por uma comunicação rostificada, representada em corpos individuais e individualizados. Isso explica, em parte, a obsessão estatal na busca de um líder, de uma concentração de força personificada e que organize a ressonância dos centros de poder com a mesma natureza concêntrica estruturada pelo Estado (Barbosa, 2001; Biondi, 2009; Marques, 2010).

Nada disso, no entanto, insinua que as pessoas “em situação de rua”, militantes do MNPR ou não, estejam deixando de lado as “oportunidades” de lutar efetivamente pela conquista e garantia de seus direitos, ao erigirem mecanismos para barrar os aspectos que consideram nocivos dessa proclamada parceria construtiva com as instituições estatais. Ninguém melhor do que eles sabe que se deve confiar desconfiando, pois são sujeitos que narram com a voz, com o corpo, com a memória, as marcas da violência estatal, perpetrada por agentes das instituições de segurança pública, assistência social, habitação, saúde e tantas outras.

O que se quer reforçar é que frente às atuações e concepções nativas sobre Estado e políticas públicas neoliberais, nos deparamos com a potencialidade dos conceitos filosóficos aqui explorados para fazer eclodir outra perspectiva teórico-reflexiva sobre pessoas em situação de rua no Brasil. O que o viés aberto pela leitura na chave da *máquina de guerra* nos possibilita apreender são pessoas de carne e osso respondendo às décadas de visibilidade violenta, perpetrada por um Estado que sempre esteve de olhos bem abertos em relação às suas populações indesejáveis ao “projeto civilizacional” – visibilizando-as negativamente desde o seu braço penal e punitivo (Lemões, 2018).

Por isso, ao invés de reiterar uma percepção já consolidada em certa bibliografia sobre o tema no Brasil – calcada em posições explicativas que retomam as contradições do sistema capitalista, as mudanças estruturais na economia, as sucessivas crises mundiais, o acirramento das desigualdades socioeconômicas e a ausência de

políticas públicas (ROSA, 2005; BURSZTYN, 2000; NEVES, 2010, entre outros) –, a lente privilegiada neste artigo redirecionou o foco para a constatação de que movimentar-se como *máquina de guerra* é conduzir uma luta nômade pelos direitos, que invade latifúndios da *fazenda de domesticação*, exige participação nas colheitas, mas não deixa de denunciar o veneno, a toxidade encharcada no solo pelos “grandes produtores”. É o que, minimamente, possibilita a produção de fissuras em imagens humanitárias que o Estado constrói sobre si tão logo surge a oportunidade de atuar conjuntamente com grupos e populações marcadas pela violência de seu braço repressivo. Por essas fissuras, também se criam possibilidades para reduzir as coordenadas institucionais que, por todos os lados, buscam nortear os passos de uma luta nômade. Oscilando entre a denúncia e a reivindicação, essas pessoas declaram guerra aos favorecimentos e negociação de “migalhas” oferecidas em troca de lealdades, e exigem respeito, dignidade e visibilidade, nem que para isso precisem atuar como espiões e vestir-se com as armaduras de um guerreiro nômade.

Recebido: 30 /07/2018

Aprovado: 10/04/2019

Tiago Lemões é pós-doutorando em Antropologia (PPGAnt/UFPel). Doutor em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), com doutorado-sanduiche na Université Paris VIII. Possui experiência nas áreas de Teoria pós-colonial e Antropologia do Estado, dialogando com os seguintes temas: população em situação de rua, racismo, políticas públicas, direitos humanos, poder e governamentalidade. Orcid: 0000-0002-3538-3414. Contato: tiagolemoes@gmail.com

Notas

1. Em março de 2012, o Superior Tribunal de Justiça negou o pedido do Ministério Público de levar a julgamento quatro policiais envolvidos diretamente nas mortes. Para uma análise detalhada sobre o andamento do inquérito policial que apurou os referidos crimes, ver Mata (2006).
2. Este artigo configura o resultado de uma revisão, ampliação e aprofundamento analítico do sexto capítulo de minha tese de doutorado, defendida em 2017 (PPGAS/UFRGS), sob orientação de Patrice Schuch e com financiamento da CAPES. Recentemente, as reflexões aqui desenvolvidas

foram apresentadas no painel *Anthropology of contemporary states: institutions of public administration, population management and symbolic production of state centrality*, coordenado por Antonio Carlos de Souza Lima e Laura Navallo Coimbra, por ocasião do *18th IUAES World Congress*. Agradeço enormemente aos coordenadores do referido painel pelas valiosas e potentes contribuições ao trabalho apresentado.

3. O termo “conjurar” assume aqui o sentido de tramar, conspirar, afugentar algo que não se quer por perto em demasia. Sua utilização semântica, neste texto, inspira-se no movimento descrito por Pierre Clastres (2011) para caracterizar os meios utilizados por organizações sociais indígenas para impedir a formação de conjuntos sócio-políticos integrados e centralizados, o que configura, para o autor, um modo eficaz de impedir a emergência unificadora do Estado, sobretudo entre os Guayaki paraguaios, com os quais realizou pesquisa etnográfica.

4. Atualmente, porém, o MNPR vem constituindo, a nível nacional e regional, o que os militantes denominam de Frente Feminina e Frente LGBTT: coletivos que compõem segmentos da mobilização social que buscam ampliar a diversidade de militantes e, ao mesmo tempo, explicitar a desigualdade nos espaços de representatividade no movimento social. Em Porto Alegre, esse processo tem ocorrido a partir da interiorização do movimento e da articulação de militantes em situação de rua ativos no debate de gênero e sexualidade em municípios do interior do estado.

5. Agradeço a oportunidade de repensar e considerar os atravessamentos de gênero que incidem sobre nossas análises, aprendizado que só foi possível em virtude das críticas e sugestões realizadas pelos pareceristas anônimos da *Anuário Antropológico*, que também apontaram uma série de outras questões extremamente relevantes para a qualificação deste texto.

6. A cidade de Porto Alegre foi palco de diferentes grupos de mobilização pelos direitos da população em situação de rua, organizados por usuários de serviços assistenciais, trabalhadores da rede pública de assistência social e ONG's locais, que tiveram visibilidade entre as décadas de 1990 e 2000, antes de se vincularem ao movimento nacionalizado, em 2013. Um histórico pormenorizado da atuação dessas mobilizações pretéritas consta no segundo capítulo de minha tese de doutorado (Lemões, 2017).

7. Optei por criar um nome fictício para o município e para os interlocutores, a fim de não identificar o local e nem os atores envolvidos na experiência relatada a seguir, no objetivo de minimizar prejuízos que porventura possam recair sobre os envolvidos nas cenas descritas.

8. Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro-Pop) – um serviço instituído em 2009 pelo governo federal e discursivamente voltado ao desenvolvimento de relações de solidariedade, respeito e convívio social de mulheres e homens que vivem nas ruas.

9. Bruno Fernandes é graduando em Ciências Sociais (UFRGS) e tem se engajado política e academicamente com os coletivos dedicados à luta pelos direitos das pessoas em situação de rua em Porto Alegre. Sou grato a esse colega e amigo pela partilha de reflexões e experiências de campo ao longo de três anos de pesquisa – agradecimento que se estende a Gabriela Jacobsen e Pedro Leite, que também atuaram como pesquisadores e apoiadores do MNPR.

10. O jornal *Boca de Rua*, do qual a maioria dos atuais militantes do MNPR-RS faz parte, é fruto de um descontentamento com as tendências conservadoras da imprensa gaúcha. Criado em 2000 por duas jornalistas, assumiu o papel de dar ressonância às “vozes de uma gente invisível”, conjugando denúncias de múltiplas violências, preconceitos e violações. Para uma análise do papel político do

Boca de Rua, ver Jaenisch, 2007.

11. Tendo funcionado de 2005 a 2013, nos arredores da Rodoviária, o restaurante popular foi interditado por falta de Plano de Prevenção Contra Incêndios. Três anos depois, após uma série de negociações entre os anos de 2014 e 2015, envolvendo integrantes do MNPR, da FASC, da Secretaria de Direitos Humanos e da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, o restaurante foi finalmente reinaugurado, passando a servir 600 refeições diárias.

12. A entrevista está disponível na íntegra no site do Canal: <https://www.youtube.com/watch?v=DvVsUf2oCdl>

13. Do original: “c’est l’effort permanent pour empecher les chefs d’être chefs, c’est le refus de l’unification, c’est le travail de conjuration de l’Un, de l’Etat” (Clastres, 2011:186). Tradução do autor.

14. Do original: “le pouvoir politique séparé est impossible dans la société primitive, il n’y a pas de place, pas de vide que pourrait combler l’Etat” (Clastres, 2011:179). Tradução do autor.

Referências bibliográficas

ANJOS, José Carlos dos. 2006. *No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

BRASIL. *Política Nacional para a População em situação de rua*. Decreto n. 7.053, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. *Diálogos sobre a população de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. Brasília: SDH, 2013.

BARBOSA, Antônio Rafael. 2001. “Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro”. *Alceu*, v. 2, n. 3.

BIONDI, Karina. 2010. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome.

BLÁZQUEZ, Gustavo. 2012. “Fazer cultura. Fazer-se Estado. Vernissages e performatividade de Estado em Córdoba”. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, pp. 37-61.

BURSZTYN, Marcel (org.). 2000. *No meio da rua. Nômades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.

CLASTRES, Pierre. 2011. *La société contre l’État*. Paris: Les Éditions de Minuit.

DE LUCCA, Daniel. 2008. “Vidas de Rua em Jogo: políticas públicas, segurança e gestão da população de rua em São Paulo”. In: *Seminário Nacional População em situação de rua*, 2008, São Carlos. Anais do Seminário.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1996. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia.*, v. 3. Rio de Janeiro: Editora 34.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1997 *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, v. 5. Rio de Janeiro: Editora 34.

FERNANDES, Talita. 2019. *Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na*

- cidade. Dissertação de mestrado [Programa de Pós-Graduação em Geografia]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- JAENISCH, Samuel. 2007. “Vozes de uma gente invisível: o jornal Boca de Rua como espaço de mediação”. In: Soraya Fleischer, Patrice Schuch, Cláudia Fonseca (orgs.). *Antropólogos em Ação: experimentos de pesquisas em Direitos Humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.121-131.
- LEITE, Pedro. 2016. *Na luta com os peregrinos. Uma etnografia experimental com a população em situação de rua de Porto Alegre*. Monografia [Graduação em Ciências Sociais]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LEIRNER, Piero. 2012. “O Estado como fazenda de domesticação”. *Revista de Antropologia da UFSCar*, v. 4, n. 2, p. 38-70.
- LEMÕES, Tiago. 2013. *A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas.
- LEMÕES, Tiago. 2017. *De vidas infames à máquina de guerra: etnografia de uma luta por direitos*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LEMÕES, Tiago. 2018. O Estado de olhos bem abertos. Um debate sócio-histórico sobre violência, massacre e direitos da população de rua no sul do Brasil. In: Márcia de Calazans, Mary Garcia, Emília Piñeiro (orgs.). *América Latina. Corpos, trânsitos e resistências*. Porto Alegre: Editora Fi.
- MARQUES, Adalton. 2010. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica*, v. 14, n. 2.
- MATA, Paulo. 2006. *O massacre da Praça da Sé*. Monografia [Graduação em Jornalismo]. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- NEVES, Delma. 2010. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. *Antropolítica (UFF)*, v. 2, p. 100-130.
- ROSA, Cleisa. 2005. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec.
- SARMENTO, Caroline. 2017. *O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre*. Monografia [Graduação em Ciências Sociais]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SCOTT, James. 2013. *Zomia. Ou l’art de ne pas être gouverné*. Paris: Editions Seuil.
- SCHUCH, Patrice. 2015. “A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil”. In: Cláudia Fonseca, Helena Machado (org.). *Ciência, identificação e tecnologias de governo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV. p. 121-145.
- WACQUANT, Loïc. 2013. “Marginalité, ethnicité et pénalité dans la ville néolibérale: une cartographie analytique”. In: Mathiew Hilgers (org.). *État neoliberal et regulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles. p. 17-39.

A máquina de guerra contra o Estado tóxico: captura e conjuração estatal na luta pelos direitos da população de rua

Resumo: O objetivo deste texto é circunscrever uma teoria nativa do Estado, tendo como substrato um conjunto de mecanismos utilizado por militantes do Movimento Nacional da População de Rua, em Porto Alegre (RS), para conjurar os efeitos perversos da presença estatal na luta por direitos. Para tal, lanço mão de experiências etnográficas para realçar ações cotidianas da militância política que expurgam autoridades, hierarquias e poder de comando entre os sujeitos que mantêm uma proximidade dúbia e perigosa com o Estado. Retomando contribuições de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Piero Leirner sobre fenômenos simultâneos de captura e escape, proponho pensar a população de rua como máquina de guerra, cuja principal razão de existência reside na aversão à lógica neoliberal das políticas públicas e na contração ao Estado tóxico, do qual se deve manter certa distância para evitar, inclusive, indesejáveis sintomas físicos.

Palavras-chave: população em situação de rua, máquina de guerra, Estado tóxico.

The war machine against the toxic state. Capture and state conjuring in a struggle for rights of homeless people

Abstract: The aim of this text is to highlight a native theory of the State, based on a set of mechanisms used by militants of the Movimento Nacional da População de Rua, in Porto Alegre (RS), to mitigate the perverse effects of the state presence in the struggle for rights. For such purpose, I analyze the ethnographic experiences to highlight the relations between the militants and the agents who are dangerously near to the State. Considering the contributions of Gilles Deleuze, Félix Guattari and Piero Leirner on simultaneous phenomena of capture and escape, I propose to think the action of the homeless people as a war machine whose main reason lies in its aversion to the neoliberal logic of public policies and in the opposition to the toxic State, from which one must keep a safe distance.

Keywords: homeless people, war machine, toxic state.

Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias

Marcus A. S. Wittmann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Brasil

From the point of view of an archaeologist it can be difficult to believe that there are cultural realms to be investigated right in front of our eyes, in our very actions or words, or in the movement of the trowel. Or that the everyday archaeological routines and procedures that seem so ordinary to us might seem truly extraordinary if viewed from another standpoint. (Matt Edgeworth, 2006: xiv-xv)

Sobre arqueologia e licenciamento ambiental

A inserção de diferentes práticas científicas nos trâmites do licenciamento ambiental é causa de diversos debates, posições, análises e interpretações. No âmbito das ciências humanas – nas quais tanto a arqueologia quanto a antropologia se encontram –, uma das grandes perguntas que é feita gira em torno da possibilidade de se exercer metodologicamente e teoricamente um trabalho de campo que consiga ir além do estritamente solicitado pela legislação e possibilitado pelos prazos e orçamentos. A pesquisa aqui apresentada é fruto de uma dissertação de mestrado (Wittmann, 2018), a qual visou lançar um olhar etnográfico para a prática arqueológica no licenciamento ambiental, abrangendo tanto questões relativas ao trabalho de campo quanto aos constrangimentos legais, burocráticos, políticos, econômicos e também científicos que perpassam a confecção de relatórios técnicos e a definição de sítios arqueológicos.

No que tange à prática arqueológica nesse contexto, as discussões e análises de dentro do campo, publicadas em artigos ou apresentadas em congressos, ainda têm seu foco ou em uma exposição acerca da metodologia e resultados de pesquisa, ou em uma crítica a um dito conluio entre arqueologia, capitalismo e projetos desenvolvimentistas. Para se ter uma ideia do tamanho da relação entre arqueologia e licenciamento ambiental, desde 2002, quando a primeira legislação específica referente à prática arqueológica no licenciamento ambiental foi publicada (Portaria 230/2002), os processos de arqueologia protocolados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) referentes à construção de empreendimentos

correspondem a quase 90% dos protocolos totais. Olhando para os últimos anos, a partir de 2015 – quando uma nova legislação entrou em vigor (Instrução Normativa 01/2015) –, esse número pula para 95%¹. Assim sendo, a prática arqueológica no licenciamento ambiental não é apenas causa de um caloroso debate, mas também a principal fonte de trabalho e pesquisa no campo da arqueologia no Brasil.

Meu principal objetivo com esta pesquisa, frente a esse tema quente da relação entre ciência e licenciamento ambiental, foi lançar um outro olhar sobre essa problemática. A abordagem etnográfica nesse caso possibilita trazer uma visão de dentro desse embate, através das falas de diferentes arqueólogos(as), e de fora dele, através de uma análise baseada na antropologia da ciência. Pretendo demonstrar, ao longo destas páginas, não apenas as interpretações acerca desse tema provindas da minha dissertação, mas também a importância de uma etnografia de uma ciência social, humana, nesse contexto do licenciamento ambiental, sendo ele um campo profícuo e rico tanto para a antropologia quanto para a arqueologia.

Explicito aqui o meu lugar particular no e em campo: minha formação acadêmica inicial foi voltada para a arqueologia, e minha experiência profissional nessa área se deu principalmente em processos de licenciamento ambiental. Deste modo, ao fazer uma etnografia da arqueologia, transito entre algo familiar, mas com um olhar voltado para problematizar, descrever, analisar e, de certa forma, transformar esse familiar em exótico. Minha experiência na área da arqueologia possibilitou uma inserção no campo dessa pesquisa de um modo favorável, pois já conhecia tanto os diferentes trâmites que abrangem a prática da arqueologia no licenciamento ambiental quanto vários atores entrevistados na pesquisa (seja por congressos ou trabalhos conjuntos). Essa minha identidade híbrida, entre antropólogo e arqueólogo, entre quem observa e quem participa, me leva também a assumir um papel de diplomata (Latour, 2004), ao procurar um diálogo, estabelecer negociações e possibilidades entre partes destoantes, se não opostas, como muitos definem a arqueologia e o licenciamento ambiental. Dessa forma, minha pesquisa foi pensada também para ser lida tanto por antropólogos quanto por arqueólogos.

A etnografia da prática arqueológica, trabalhada principalmente por Edgeworth (2003, 2006), conversa tanto com a perspectiva pós-processual da arqueologia, a qual entende a disciplina e a produção de um conhecimento sobre o passado como uma produção política e social feita no presente, quanto com a teoria ator-rede da antropologia da ciência (Latour, 2011), a qual propicia um entendimento dos diferentes atores humanos e não humanos atuantes no processo de constituição e

estabilização de fatos científicos. Deste modo, a análise proposta pela etnografia da prática arqueológica abarca diferentes aspectos da construção do conhecimento arqueológico, desde o trabalho de prospecção e de escavação, até a análise dos dados e objetos em laboratório, a interação com a comunidade, com atores não humanos, as ações de educação patrimonial, a relação com os empreendedores e com o órgão fiscalizador, e a produção de relatórios técnicos, entre outros. A proposta desta pesquisa é voltar sua atenção para as atividades culturais, sociais e políticas dos(as) arqueólogos(as) no presente, através das quais a visão acerca do passado é feita possível (Edgeworth, 2010:53), e, dentro do âmbito do licenciamento ambiental, como é dada a produção de conhecimento sobre uma área e/ou um patrimônio específico que possui um interesse estatal ou da iniciativa privada. Dentro do escopo deste trabalho, meu esforço consistiu em ouvir e entender o que os atores têm a dizer, e seguir suas práticas e discursos nas trilhas de papel dos empreendimentos das quais fazem parte², evidenciando os conflitos e constrangimentos burocráticos, científicos, políticos e sociais pelos quais a construção do conhecimento arqueológico passa no licenciamento ambiental.

Os diferentes atores espalhados por essa rede sociotécnica, sejam eles burocratas, arqueólogos(as), empreendedores ou documentos burocráticos e legislativos, possuem agências diferentes que proporcionam maior sustentação e estabilidade da rede, mediando assim a constituição ou não de outras entidades. A ficha de registro de sítio arqueológico, na qual adentrarei mais adiante, juntamente à legislação vigente, possui mais poder frente à tomada de decisão sobre o que é um sítio arqueológico do que a interpretação e fundamentação científica de um(a) arqueólogo(a) em um relatório técnico. Do mesmo modo, negociações e interesses políticos e possibilidades econômicas influenciam mais na decisão sobre que tipo de estratégia de salvaguarda deve ser tomada acerca de um bem cultural, do que as considerações baseadas em alguma teoria da arqueologia.

Dentre as possibilidades condizentes com o tempo da pesquisa e do campo, decidi fazer um recorte da rede que analisaria: foram abarcados aqui, através de entrevistas, vinte e um(a) arqueólogos(as) que trabalham ou foram formados(as) no Rio Grande do Sul. Nesse escopo há profissionais que atuam no licenciamento ambiental desde os anos 1980, até graduados nos cursos de arqueologia –os quais existem desde 2008 no Rio Grande do Sul. Esses profissionais possuem diferentes cargos – desde donos de empresa até *free-lancers* – e experiências – de pequenos empreendimentos até obras de grande impacto. Dentro dessa gama de atores, há os

quatro arqueólogos que, durante o período da pesquisa, atuavam no corpo técnico do setor de arqueologia da Superintendência Estadual do Iphan no Rio Grande do Sul (SE/Iphan-RS). Tive, assim, relatos e interpretações sobre a prática arqueológica no licenciamento ambiental através do olhar de quem produz relatórios e de quem os analisa.

Além desses atores humanos, os documentos burocráticos que fazem parte dos processos de licenciamento são uma fonte essencial para o entendimento de como diferentes entidades e fatos são fabricados, e quais os papéis da ciência, da política e da burocracia nesse âmbito. Frente a isso, foram analisados sessenta processos – compostos por projetos, relatórios e outros documentos – referentes a empreendimentos, principalmente de pequeno e/ou médio porte, nos quais os(as) arqueólogos(as) entrevistados(as) trabalharam. Essa trilha de papel é a materialidade que demonstra como os diferentes agentes dessa rede do licenciamento ambiental, principalmente os arqueólogos de dentro e fora do Iphan, não apenas agenciam diferentes entidades, mas também como as produzem e criam um discurso acerca delas.

Os dados e interpretações que serão apresentados aqui são um resumo da etnografia feita na dissertação, entretanto com o foco mais voltado para as entrevistas com os interlocutores. Estas expõem de forma mais geral e ampla as práticas arqueológicas e os trâmites burocráticos do licenciamento ambiental, além dos constrangimentos de caráter científico, burocrático e legal. Deixa-se em segundo plano aqui a pesquisa nos processos de arqueologia e na legislação, ou seja, mesmo que exemplos mais pontuais de empreendimentos e documentos não sejam citados, as questões políticas e econômicas que os rodeiam são levadas em conta na explanação.

Ciência e política, fatos científicos e estado, práticas de conhecimento e práticas burocráticas andam lado a lado, sendo coproduzidas uma pela outra (Jasanoff, 2006). A ciência, assim como o estado, e a arqueologia, assim como o licenciamento ambiental, são colocadas em uma perspectiva na qual podem ser vistas como em ação, em movimento, nas suas constituições, mediações e enredamentos. Essa coprodução de política e ciência mostra como os burocratas e cientistas enredados no licenciamento não são máquinas frias de racionalização objetiva dentro de um sistema rígido e controlador da burocracia estatal. A coprodução desse estado, dessa burocracia e dessa ciência passa por diferentes mediações e agentes que não devem ser invisibilizados e silenciados, mas sim descritos e analisados. Essa perspectiva analítica demonstra como a prática arqueológica e a produção de documentos no licenciamento ambiental não são apenas questões técnicas, burocráticas e enfadonhas,

mas sim participantes de uma arena de conflitos, disputas e embates. Desse modo,

(...) o licenciamento ambiental, por conta do modo como é regulado no Brasil, se transforma em um espaço de “espetacularização” dos conflitos sociais e ambientais mobilizados pelos grandes empreendimentos industriais, bem como das formas de gestão empresarial hoje adotadas para resolvê-los e domesticá-los. O licenciamento também dá visibilidade aos aparatos regulatórios do Estado brasileiro e aos planos racionais determinados para classificar e gerir seus territórios e populações rumo ao “desenvolvimento” (Bronz, 2011:19).

A utilização do termo “técnico”, como algo estéril, neutro e objetivo, simplifica e desumaniza os trâmites da burocracia estatal e do próprio fazer científico nesse contexto. Vários(as) interlocutores(as) apontaram os limites impostos pela burocracia, pelos prazos e orçamentos em suas práticas e construção de conhecimento, tanto em campo, quanto em laboratório. O arqueólogo Joaquim, que atua há mais de uma década no licenciamento ambiental, definiu a prática arqueológica nesse contexto como uma “arqueologia burocrática”. Tal termo foi utilizado, pois ele nota que o que rege muitas vezes a metodologia e a teoria arqueológica nesses casos é um *checklist* pré-pronto de atividades e dados a serem registrados. Ao mesmo tempo, vários(as) interlocutores(as) deram exemplos de possibilidade de maleabilidade desses protocolos rígidos, além de que a própria narrativa deles(as) acerca de seus trabalhos mostra uma faceta social e política que nem sempre é transportada para os relatórios e projetos.

Essa faceta burocrática dos trabalhos arqueológicos no licenciamento ambiental é caracterizada pelos interlocutores como algo oposto ao fazer científico. A burocracia é relatada como um procedimento repetitivo, sem muita reflexividade por parte de quem está inserido nela e geralmente como um *corpus* legislativo que atrasa os trabalhos, sendo apenas composta de certos trâmites estatais que devem ser seguidos para o prosseguimento das pesquisas. A burocracia, como é vista pelos interlocutores, não tem uma ligação direta com a produção do conhecimento científico, seus métodos e resultados. Contudo, a etnografia demonstrou que há sim uma coprodução e relação entre os trâmites e documentos burocráticos com as práticas e interpretações feitas pelos arqueólogos no licenciamento ambiental.

Arqueólogos(as) burocratas e burocratas arqueólogos(as)

Durante minha etnografia, notei que é nos documentos burocráticos referen-

tes às licenças arqueológicas para empreendimentos que se nota mais claramente, de forma materializada, como o conhecimento científico, a legislação, os trâmites burocráticos, as concepções subjetivas dos agentes envolvidos, as negociações políticas e os contextos financeiros estão emaranhados. Nos diferentes processos licenciatórios analisados – os quais abarcam não apenas os projetos e relatórios de arqueologia, mas diversos outros documentos, como troca de e-mails, atas de reuniões, ofícios e pareceres do Iphan, documentos do empreendedor solicitando esclarecimentos ou urgência, entre outros –, não apenas o patrimônio arqueológico é produzido, mas também a política desenvolvimentista do estado e das empresas privadas e as decisões burocráticas do Iphan são constituídas através e por esses documentos.

Quando se fala de Iphan, muitas vezes, principalmente nos discursos dos(as) arqueólogos(as), tende-se a homogeneizar esse instituto. Entretanto, há de se ter cuidados para não descrever e compreender o Iphan como um órgão e uma entidade homogênea e una. Esse instituto é formado por vinte e sete superintendências estaduais – uma em cada estado do Brasil mais o Distrito Federal –, nas quais há um setor de arqueologia, e cada um deles responde à coordenação técnica e a(o) superintendente. Do mesmo modo que, todas as superintendências estaduais respondem, no que tange questões relativas à arqueologia, ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA), que fica em Brasília. Mesmo que haja uma legislação única e trâmites burocráticos específicos para análise de projetos e relatórios, cada SE conta com um corpo técnico distinto, com formações e experiências diferentes, e se insere em conjunturas políticas, econômicas, sociais e científicas – no que se refere ao contexto arqueológico da região, por exemplo – também diferentes. A etnografia efetuada nessa pesquisa não é, deste modo, uma etnografia do Iphan, e nem da Superintendência Estadual do Rio Grande do Sul, mas sim uma descrição e análise acerca das práticas, concepções e do contexto político e científico do setor de arqueologia da SE/Iphan-RS durante um período de tempo específico.

Os processos de arqueologia possuem diversos trânsitos, os quais se espalham por diferentes locais, agenciando e mediando diferentes entidades e atores. Cada processo possui marcas e sinais – sejam textuais ou imagéticas –, assinaturas, anotações e carimbos que ajudam a seguir suas trilhas e os agentes presentes e ausentes. De modo geral, todos os processos seguem etapas comuns, desde a abertura do processo, até a análise do projeto pelo corpo técnico do Iphan, a emissão de um parecer acerca dele para readequação ou não, a emissão da portaria de pesquisa pelo CNA para o(a) arqueólogo(a) coordenador(a), até a entrega do relatório e a emissão

do parecer final do Iphan. Durante a análise dos processos de arqueologia na SE/Iphan-RS pude ver como em cada uma dessas etapas vão sendo agregados mais documentos, mais materialidades e diferentes agentes. Não são etapas meramente técnicas ou burocráticas, elas são parte da rede e constituem tanto esses documentos quanto, conseqüentemente, a prática arqueológica no licenciamento ambiental e o próprio empreendimento.

Analisei esses processos a partir de duas propostas. Uma delas foi entendê-los como artefatos gráficos (Hull, 2012), descrevendo assim suas materialidades através de carimbos, mapas, assinaturas e sua estética, as quais criam efeitos que não são previsíveis e controláveis. Já trabalhei mais densamente com essa proposta em dois trabalhos anteriores (Wittmann, 2017, 2018); deste modo, aqui me aprofundarei na segunda perspectiva. O foco reside tanto na estrutura dos projetos e relatórios – organização da teoria, método e levantamento histórico e arqueológico – quanto no modo como as atividades efetuadas em campo são descritas e apresentadas. Dentro desse escopo, segui Lowenkron e Ferreira (2014), as quais estipulam dois tipos de análise em documentos burocráticos: ao longo e contra a corrente. Uma visa entender as intencionalidades declaradas nos documentos, as convenções, legislações, portarias e normativas que os modelam, e outra procura vozes e agências que podem estar invisibilizadas, subjugadas e subalternizadas entre e através dos discursos, mapas, páginas e gráficos desses documentos. Nessa segunda proposta, pode-se ver como pessoas, agências e vozes são reduzidas a escritos, os quais não conseguem transparecer as relações e negociações entre os atores envolvidos na produção dos documentos e do conhecimento científico.

Embora a legislação e a burocracia sejam a linha mestra para a análise e tomada de decisões acerca dos projetos e relatórios, os pareceres técnicos dos arqueólogos da SE/Iphan-RS, e seus próprios depoimentos, mostram que a interpretação dos dados e as solicitações de mudança ou readequação são atravessadas também pelas próprias experiências de campo deles, principalmente em trabalhos de licenciamento ambiental, e pelas perspectivas teórico-metodológicas pessoais. Contudo, o primeiro passo, a primeira etapa de avaliação dos documentos pelos técnicos de arqueologia da SE/Iphan-RS é baseada na legislação que rege cada pedido de licenciamento – seja pela Portaria 230/02 ou pela Instrução Normativa 01/15 (IN 01/15) – e, de modo mais amplo, na Lei 3.924 de 1961 (conhecida como a Lei de Arqueologia), e na Portaria 07 de 1988, ambas regendo sobre as definições de sítio e patrimônio arqueológico e sobre a idoneidade técnico-científica dos(as)

arqueólogos(as) responsáveis. Nesse primeiro momento, essas legislações balizam principalmente as pendências documentais – se falta algum documento e item ou alguma assinatura e rubrica. Diego, arqueólogo da SE/Iphan-RS, narra esse constrangimento burocrático, o qual prende a argumentação do técnico a um certo tipo de narrativa:

Então há um modelo de parecer³ onde eu vou buscar qual é o meu documento. É um projeto de avaliação de impacto do nível III⁴. Então existe um modelo de análise do projeto de avaliação de impacto do nível III, onde ele começa com uma tabela. Essa tabela, ela vai levantar cada um dos incisos, cada um dos itens que o artigo 18 da Instrução Normativa [01/2015] solicita. Então nessa tabela a gente começa nessa avaliação mais formal, por assim dizer, da forma. Se o item 1 está apresentado, sim ou não, e aí nas observações a gente costuma indicar “está na folha tal do volume tal”, “o item 2 está apresentado na folha tal do volume tal”, “o item 3 está apresentado” ou “não está apresentado”, e etc.

Apenas após essa conferência, e estando tudo em ordem, parte-se para a análise do conteúdo dos projetos e relatórios. Nessa etapa, a avaliação leva em conta tanto o tipo de empreendimento, principalmente no que tange a seu impacto no solo e na paisagem⁵, quanto o potencial arqueológico da área na qual ele será construído e o contexto arqueológico municipal e regional. Os arqueólogos da SE/Iphan-RS me relataram que todos esses passos são discutidos e conversados entre eles a partir de suas próprias experiências, formações e de seus conhecimentos da legislação. Como relata Diego, arqueólogo da SE/Iphan-RS, sendo o patrimônio arqueológico e sua salvaguarda suas maiores preocupações, o principal em suas análises é “ter uma visão clara do que foi encontrado, de como foi realizado, que tipo de resultados foram obtidos”. Entretanto, como dito mais acima, essas análises não são meramente técnicas e objetivas. Nos processos de análise dos projetos e relatórios de arqueologia e de confecção de pareceres técnicos, há diferentes tipos de constrangimentos, sejam burocráticos, hierárquicos, científicos ou políticos, os quais medeiam essas relações e atuam na rede. De nada adianta uma análise e argumentação teórica, metodológica e científica, se não houver uma justificativa plausível e forte dentro de um contexto que abranja não apenas a SE/Iphan-RS, mas as negociações políticas, as preocupações financeiras e as pressões que envolvem um empreendimento específico. Paulo, arqueólogo da SE/Iphan-RS, é categórico sobre essa questão:

Claro que a gente tem que justificar tudo, por que está fazendo isso, argumentar o porquê, comentar. E isso tem que convencer também a nossa chefia⁶. Porque a nossa chefia, simplesmente se eles quiserem, podem pegar o nosso parecer e dizer “não, aqui eu acho que não precisa arqueologia” e colocar como “não se aplica”, mesmo que a gente tenha dito que seja “nível III”.

Contudo, esses mesmos constrangimentos burocráticos e legais podem ser revertidos e combatidos pelos(as) próprios(as) técnicos(as) da SE/Iphan-RS. Um caso interessante que me foi relatado foi o de uma Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), a qual dá início a todo e qualquer processo de licenciamento ambiental da Instrução Normativa 01/2015. Essa ficha não é necessariamente preenchida por um(a) arqueólogo(a), pois deve incluir informações relativas a estrutura do empreendimento, tipo de impacto no solo, dentre outras questões de engenharia, além de informar brevemente se há bens culturais registrados em âmbito federal⁷ na área a ser pesquisada. Entretanto, é a partir dessa FCA que o(a) arqueólogo(a) do Iphan irá determinar em qual nível esse empreendimento se encaixa, e, conseqüentemente, quais serão as atividades necessárias para a obtenção da sua licença. Os níveis estipulados pela IN vão desde a categoria de “não se aplica”, na qual não há qualquer tipo de pesquisa arqueológica, até o “Nível IV”, passando desde a entrega de um termo de compromisso do empreendedor (Nível I), monitoramento das obras (Nível II), até prospecções intensivas (Nível III) e atividades de educação patrimonial (quando há patrimônio arqueológico na área), dentre outras ações. A indicação do nível segue, em parte, o anexo II da IN 01/15, o qual arrola diferentes tipos de empreendimentos e em qual nível ele se encaixaria – embora essa lista não seja exaustiva e nem definitiva, como bem colocado no texto da instrução. Os(as) técnicos(as) possuem, assim, uma certa liberdade para irem além das indicações desse documento, por exemplo, pesquisando mais a fundo certas áreas e partindo de pressupostos científicos e não estritamente burocráticos para a definição dos níveis. Diego relata esse caso da FCA:

É, a gente usa dessa liberdade às vezes pra suprir algumas questões que a IN pode ser problemática. Só pra citar um exemplo de um empreendimento que, na nossa avaliação pela IN, se a gente fosse seguir estritamente a IN, ele seria classificado como nível I, ou seja, ele mandaria apenas um termo de compromisso assinado pelo empreendedor dizendo que se ele encontrasse um sítio ele notificaria o Iphan, mas na avaliação técnica nós vimos que era uma área de potencial e classificamos como nível III. O resultado disso foram sete sítios arqueológicos identificados,

que se nós tivéssemos deixado a classificação tal como a IN sugere, nível I, bom... o empreendedor ia apresentar o termo de compromisso do empreendedor, ok, mas ele identificaria esses sete sítios no processo de construção? Dificilmente, até porque eram sítios com material lítico, sítios de superfície, onde esse material passaria batido no meio de uma área onde você tem afloramentos rochosos (...) então a gente tenta, na medida do possível, usar essa liberdade que a IN dá pra tentar suprir algumas deficiências que a gente acredita que ela também tenha.

Vale apontar que vários dos processos analisados possuíam uma temporalidade alongada, ou seja, do seu início até a anuência ou não do Iphan, duravam alguns anos. Isso causa ou a mudança do(a) arqueólogo(a) coordenador(a) do projeto e/ou da equipe, ou até mesmo dos(as) técnicos(as) analistas da SE/Iphan-RS. Os arqueólogos que atuam no setor de arqueologia do Iphan são, em sua grande maioria, funcionários temporários⁸. Sendo assim, sua identidade enquanto burocrata, atuando diretamente de dentro do aparelho estatal, é provisória. Com a troca dos(as) técnicos(as), há uma modificação nas interpretações e pareceres, devido, principalmente, à formação acadêmica e a experiência desses outros agentes. Técnicos diferentes podem, inclusive, questionar certas demandas apresentadas em pareceres anteriores. Todavia, isso não se dá apenas em processos de longa duração: em alguns casos que surgiram na pesquisa foram mais de quatro técnicos(as) diferentes analisando o mesmo processo em um período de tempo de um ano.

Esses são alguns dos meandros pelos quais os(as) arqueólogos(as) da SE/Iphan-RS passam na análise e tomada de decisões acerca de projetos e relatórios técnicos de arqueologia para o licenciamento ambiental. Deve-se entender também como esses documentos são confeccionados pelas equipes de arqueologia que trabalham em processos de licenciamento para empreendimentos. Ao ser perguntado sobre a relação entre produção de conhecimento científico e os relatórios finais, Joaquim virou a pergunta para mim mesmo, perguntando se eu acreditava que esses documentos eram onde o conhecimento arqueológico era exposto. Para esse arqueólogo, esses relatórios não cumprem o papel de construir um conhecimento científico interpretativo, e talvez nem deveriam ter essa obrigação, pois o máximo que se pode fazer através deles é arrolar dados:

(...) às vezes os relatórios não dão [conta], não fazem ligações que a gente sabe, que a gente tem conhecimento, porque muitas vezes os relatórios estão ligados à empreendimentos bem pontuais e a gente fica restrito ali. (...) Geralmente o relatório ele morre ali [com a anuência do Iphan]. Eu penso que o relatório é o

elemento, é o registro de tudo que a gente fez. Então esse item, que é o item da interpretação dos dados, ou da análise dos dados obtidos, porque se a gente só jogar dados ali nós que temos as melhores condições de interpretá-los, porque nós somos a equipe que tá lá, e afinal de contas, nós que produzimos os dados também. Então, eu penso que os relatórios que a gente produz eles são possibilidades de alguém pegar “agora eu quero falar sobre determinada coisa, eu posso usar o relatório como base” (...) Mas, se restringe a isso.

Para se pensar e entender essa relação entre apresentação, construção e interpretação de dados arqueológicos nesses documentos, e por quais constrangimentos e possibilidades eles passam, deve-se descrever o modo como eles são confeccionados. Tal questão perpassa desde as relações estipuladas entre a equipe de campo e a empresa de arqueologia, até o tipo de empreendimento e o porte da empresa de arqueologia (se é uma empresa menor com poucos projetos, ou se é uma maior, de âmbito nacional, e que atua em empreendimentos de grande porte). Esses fatores influenciam desde a definição do método de campo, até o tipo de análise e como e por quem o relatório final será redigido. Em alguns casos, por exemplo, o método de campo é apenas repassado pelos(as) coordenadores(as) do projeto para a equipe de campo, sem uma discussão maior com ela – os relatos dessas experiências geralmente são com empresas maiores e em trabalhos de grande porte. Douglas, arqueólogo graduado em arqueologia, relata que nesses casos ele apenas “recebia a metodologia pronta das empresas e ia a campo apenas para executá-la”. Após o campo, os dados, informações e fotos eram repassados para o arqueólogo coordenador do projeto redigir o relatório. Luísa, arqueóloga que atualmente é dona de uma empresa que atua principalmente fora do Rio Grande do Sul, mas que já esteve em situações desse tipo, define esse sistema como fordista, pois cada arqueólogo(a) e cada equipe de arqueologia – seja de campo, de laboratório ou de educação patrimonial – fica responsável por apenas uma parte do trabalho e não tem acesso ao produto final.

Então a gente já era muito mandado a fazer certos tipos de tarefas. Eu acredito que o produto tenha ficado satisfatório, mas para nós enquanto arqueólogos é um pouco frustrante, porque a gente não compõe o processo todo. Então é uma equipe que vai fazer educação patrimonial, é uma equipe que fala com as pessoas, é uma equipe que faz a produção do relatório. Você tem uma tarefa específica dentro desse mercado, então você vai, lá faz aquela sua tarefa específica, produz, entrega aquele [produto], e só fica responsável por uma parcela que alguém vai juntar tudo.

Para um arqueólogo, na minha visão, isso é um pouco frustrante, porque parece que a gente não está produzindo o conhecimento em si. A gente tá produzindo uma parcela que alguém vai costurar.

Em outras experiências relatadas por arqueólogos(as), essa troca entre equipe de campo e coordenador ocorria, seja via uma reunião ou algum tipo de *workshop*, ou então – principalmente, quando são empresas de arqueologia de pequeno ou médio porte – inclusive durante o trabalho de campo, pois o coordenador do projeto acompanhava sua totalidade. Nesses casos há, muitas vezes, uma equipe fixa e com número reduzido de profissionais, o que facilita o contato e uma confecção mais colaborativa do relatório.

A grande maioria das empresas de arqueologia possui certa sistematização sobre como deve ser o registro em campo, possuindo desde modelos de diários de campo, até de coleta de dados, fichas das intervenções efetuas e tipos de fotos que os(as) arqueólogos(as) de campo devem seguir, os quais se baseiam geralmente nos requisitos das leis, portarias e instruções que regem a prática arqueológica – mas, também, nos pressupostos teóricos e metodológicos dos coordenadores do projeto e donos da empresa. Embora esses modelos de coleta de dados sejam positivos para uma certa homogeneidade do registro, facilitando a interpretação e organização posterior, alguns arqueólogos veem em muitos desses casos um constrangimento metodológico e teórico nesses requisitos. Esse é o caso de Rodrigo, professor universitário que atuou durante anos em empresas de maio expressão e afirma:

Como eu escuto muitas vezes falar de algumas empresas de arqueologia por aí que são muito rígidas (...) é tudo com fichas de cadastro de sítio já estabelecidas, vai fazer um desenho de estratigrafia já tem as cores estabelecidas, sabe? Não dá muita margem para que a criatividade no campo, para a percepção de coisas que não tão no protocolo. Então acaba que a tua cabeça fica voltada para preencher o formulário quando deveria ser o contrário, né: um formulário preenchido a partir do que tu está vendo e com uma certa liberdade metodológica.

O mesmo ocorre na confecção dos relatórios finais de campo. Angyone, arqueólogo que participou como arqueólogo de campo em empreendimentos de grande porte, relata como se dava a sistematização dos dados em campo para o relatório final:

Era um grande relatório, no final do campo, e relatórios diários. Eu, como coordenador de campo, tinha que emitir relatórios diários. Era um e-mail. Neste e-mail

eu tinha que dizer: quantos poços-testes eu fiz, qual a coordenada e quais as fotos correspondentes neste e-mail. Isso era barbada de fazer, mas diariamente eu tinha que mandar este e-mail, que chegava lá no centro de geoprocessamento, e eles faziam tudo aquilo direitinho, né? Eu não precisava processar nada em campo, eu só mandava o dado. Mas era diário. O relatório diário, com poço-teste, a coordenada e a foto correspondente. Aí no relatório final, quando terminava o campo, aí eu tinha que mandar todas essas informações já computadas. Ficava bem mais fácil porque eu já tinha tudo pronto.

Paula, que atua como arqueóloga em uma empresa de arqueologia, relata que o processo de construção de um modelo de relatório passa tanto pelo envio de diferentes relatórios para o Iphan – e a constante (re)adequação do que é solicitado – quanto pela consulta a relatórios no setor de arquivo desse instituto. O objetivo de ter um modelo de relatório é que os mesmos não tenham pedidos de complementação, ou que tenham poucos. Os relatórios possuem, assim, um formato no qual o(a) arqueólogo(a) deve apenas adicionar ou subtrair informações: “Vai ter a apresentação do empreendimento, vai ter a localização do empreendimento, tu vai falar um pouco do histórico da região, de pesquisas arqueológicas na região ou no estado. Tu vai do macro pro micro até que tu vai chegar realmente nos dados que tu produziu”. Alguns(mas) dos(as) interlocutores(as) relataram como esses modelos acabam interferindo nos seus próprios estilos de escrita, deixando-os cada vez mais técnicos, exatamente devido a essa repetição e às exigências da legislação. Era exatamente sobre essas questões que Joaquim se relatava ao definir a prática arqueológica no licenciamento ambiental como burocrática – como uma repetição de modelos prontos e um cuidado em seguir uma lista de itens definidos pela legislação –, se opondo à prática científica:

Existe uma coisa que é assim, se tu por incompetência, por falta de formação, por não ter os olhos atentos pra isso, tu não viu o negócio [sítio arqueológico], aquilo vai ser destruído. Eu tenho certeza que muita coisa foi e está sendo destruída, e muita coisa se perdeu, não por picaretagem ou malícia do arqueólogo de facilitar a sua vida, mas porque às vezes ele acha que no final até fez um ótimo trabalho, mas não se deu conta de várias coisas. E se ele não se deu conta, ninguém mais se deu conta, e o Iphan não vai se dar conta. Se tu faz um mau trabalho na arqueologia não é o Iphan, o Iphan não aponta quem faz maus trabalhos, ele aponta que faz maus relatórios. Às vezes tu pode fazer um excelente trabalho, mas teu relatório pode ser fraco, pode ser ruim. Ele [Iphan] vai te criticar o relatório.

Os(as) arqueólogos(as) que atuam no licenciamento ambiental são, ou pelo menos se veem assim, em parte, cientistas e, em parte, burocratas, conhecendo os trâmites, documentos e tipos de discurso necessários para o andamento e anuência das pesquisas. Enquanto isso, os técnicos do setor de arqueologia do Iphan são, em primeiro lugar, burocratas, por terem que seguir mais à risca o andamento dos processos e a interpretação da legislação, mas também cientistas analisando o discurso e a interpretação de outros(as) arqueólogos(as). Todavia, a etnografia demonstrou que esses papéis de arqueólogo(a) e burocrata são muito mais fluídos do que aparentam ser.

Do mesmo modo que com os técnicos do setor de arqueologia da SE/Iphan-RS, os(as) arqueólogos(as) que vão a campo e confeccionam esses relatórios tem visões diferentes deles e procuram possibilidades e maleabilidades no processo de construção. Francisco, arqueólogo *free-lancer*, vê nesses documentos a possibilidade de não apenas apresentar uma interpretação mais aprofundada, mas também de criar uma arena de diálogo com o Iphan no que tange a recomendações sobre a proteção de certas áreas ou sítios arqueológicos: “eu acho que o momento da confecção do relatório é o teu momento de expor e de opinar sobre várias questões. Acho que tu cumpre com aquele ritual ali exigido pelo Iphan de tais itens, mas tu vai ter o teu espaço de opinião e até de preservação de algumas áreas”. Contudo, como expõe Bento, também um arqueólogo sem empresa própria, isso varia entre cada arqueólogo(a), seu comprometimento ético e até de tempo para produção desses relatórios:

Aí depende do profissional, do comprometimento do profissional com a atividade. Tem profissionais que vão se ater ao básico, fazer aquele trabalho burocrático, fazer os relatórios, fazer as planilhas lá, “tá, o que o Iphan pede tá bom, tá entregue”. E tem outros que vão se preocupar, sabe, vão se preocupar e fazer uma coisa com maior qualidade, envolver a comunidade, sabe, se aprofundar na questão científica.

Todavia, tanto para os arqueólogos quanto para os técnicos da SE/Iphan-RS, esses relatórios são vistos em sua grande maioria como repetitivos, engessados e constrangidos por diferentes fatores. Na minha pesquisa com esses documentos encontrei diversos relatórios que atendiam apenas o mínimo do requisitado pela legislação e com interpretações, conclusões e apresentação dos resultados muito difusas, breves e rasas. Claro que há também exemplos de relatórios extremamente bem feitos e construídos, com atividades, levantamentos e pesquisas que vão muito além do mínimo exigido por lei. O principal apontamento dos(as) técnicos(as) da

SE/Iphan-RS, relatado também nos pareceres, acerca dos problemas desses relatórios e da demora para a anuência dos mesmos é a discrepância no que eles apresentam como método de pesquisa, as atividades feitas e os resultados obtidos. Muitas vezes falta uma revisão desses documentos: deixa-se de anexar algum mapa, de descrever todas as intervenções feitas, mas também pode haver uma falta de clareza no texto, tanto na questão da gramática quanto nas conceituações teóricas da ciência arqueológica no que tange à justificativa de algum método ou interpretação. Diego define assim os relatórios que eles têm recebido na SE/Iphan-RS:

(...) cada vez mais o que a gente recebe é uma receita de bolo. Cada vez mais o que a gente tem são relatórios feitos para atender a legislação, e não relatórios para gerar bons resultados de pesquisa. São raros, diga-se de passagem, são bastante raros os relatórios que a gente diga “olha, esse aqui é um bom trabalho de pesquisa”. O que a gente tem são relatórios que atendem a legislação. E muitos não atendem.

Os constrangimentos burocráticos vindos do Iphan ou os científicos vindos das próprias empresas de arqueologia tomam conta muitas vezes da prática arqueológica no licenciamento ambiental, devido também à pressão dos empreendedores para uma anuência rápida e sem problemas. Nesse contexto, há críticas por parte dos(as) arqueólogos(as), por às vezes terem que seguir modelos pré-prontos e por não conseguirem desenvolver maiores interpretações e resultados devido a prazos e orçamentos, e críticas por parte dos(as) técnicos(as) do Iphan, por receberem na maioria das vezes relatórios que são meras “receitas de bolo”. Nesse contexto, entra também a questão dos orçamentos e prazos, os quais definem muitas vezes as possibilidades metodológicas e teóricas dos trabalhos de arqueologia. Embora não citado nas entrevistas, mas conversado e debatido em outros espaços, o embate entre propostas orçamentárias de diferentes empresas de arqueologia gera um ambiente no qual o menor preço fica com o trabalho, entretanto, isso acaba inviabilizando, muitas vezes, uma pesquisa mais densa e profunda. Todas essas disputas e constrangimentos infligem diretamente no trabalho de campo e de laboratório das equipes de arqueologia, na confecção dos relatórios e da sua análise pelo corpo técnico do Iphan, e na identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural.

Analisando diversos artigos, dissertações e teses de arqueologia, Reis (2010) demonstrou como a teoria arqueológica fica implícita neles. O posicionamento conceitual dos(as) autores(as) não é exposto de forma clara, mas sim ao longo do texto

e, principalmente, na análise dos dados. Isso também se repetiu na grande maioria dos relatórios e projetos analisados. A seção específica de teoria às vezes não passava de uma página, enquanto o foco maior residia na parte da descrição do método de intervenção. Esses relatórios, em muitos casos, tanto nos que analisei quanto no que os técnicos do setor de arqueologia da SE/Iphan-RS trouxeram na entrevista, são documentos que não adentram na interpretação dos dados e, conseqüentemente, na construção de considerações acerca do potencial arqueológico da área, sobre patrimônio cultural e o que deve ser feito para resguardá-lo. Embora alguns trabalhos no licenciamento acabem gerando pesquisas acadêmicas⁹, muitas das informações e dados sobre sítios arqueológicos encontrados nesses projetos ficam retidos nos arquivos das SEs do Iphan. Os interlocutores apontaram a falta de tempo para preparar publicações a respeito dos resultados, devido à grande demanda de trabalho que impede que os(as) arqueólogos(as) se foquem na interpretação dos dados para além daquilo necessário para os relatórios finais.

A pergunta imposta pela legislação, e pelas pressões políticas e econômicas dos empreendedores, gira apenas em torno da averiguação de se há ou não cultura material arqueológica (artefatos e/ou sítios) na área. Cabe ressaltar que esses constrangimentos não afetam apenas as práticas e análises dos arqueólogos que trabalham em projetos de licenciamento ambiental, mas também o próprio corpo técnico da SE/Iphan-RS. Esses arqueólogos veem as suas possibilidades de ações políticas, sociais e até no que tange a uma liberdade teórico-metodológica e científica nesse instituto, em relação à análise de processos de licenciamento, de forma “pessimista”. Isso se dá devido ao cargo que assumem e suas responsabilidades, direitos e poderes frente à legislação e às pressões internas e externas, como relata Diego:

Então a gente está, nós enquanto técnicos, por exemplo, colocados entre o empreendedor que quer construir, a comunidade para a qual a gente deveria estar, supostamente, dirigindo os nossos esforços, mas que está descolada disso, e que a gente não consegue dialogar de fato com ela... o interesse do próprio estado de construir uma narrativa que legitime a sua posição, a sua situação, etc. A gente está amarrado por uma série de burocracias, a gente não tem braços pra estar produzindo conhecimento. Eu acho que esse é o grande problema, a nossa falta de possibilidade de pró-ação, o Iphan é um órgão extremamente, hoje pelo menos, eu não posso falar de antes, mas a realidade que a gente vive hoje é de um órgão passivo que recebe demandas e reage a elas dentro das suas limitações, que são várias. Uma das críticas que a gente ouve constantemente é isso, o Iphan, as pessoas aqui dentro do Iphan

não têm projetos. A gente não consegue fazer as coisas pelo patrimônio, apenas receber relatórios e reagir a eles, receber projetos e reagir a eles, receber denúncias e reagir a elas. Então eu acho que todos nós aqui gostaríamos de um Iphan muito diferente do que ele é e nós gostaríamos de sim, estar fazendo arqueologia, estar entendendo melhor como esses sítios estão ou não estão ou podem estar em diálogo com as pessoas que estão ali ao redor, estão ali em cima, mas na verdade a gente não faz isso, até esse momento não conseguimos fazer.

Os trabalhos de arqueologia no licenciamento ambiental, e, conseqüentemente, a confecção de relatórios técnicos que descrevem e analisam as atividades e os dados obtidos, tentam se equilibrar em um duplo papel: entre científico e burocrático. Roberta, dona de uma empresa de arqueologia, nota duas coisas importantes ao redigir relatórios: uma, é ela como arqueóloga e cientista mais preocupada com interpretações e análises; e outra, é ela como arqueóloga contratada que deve responder ao Iphan a partir das normas e demandas. Para ela, isso leva em consideração não apenas o modo como se faz arqueologia, e como ela pensa arqueologia, mas a possibilidade de que novas pesquisas aproveitem esses relatórios:

(...) tu tá criando um contexto com outros sítios, com a história que tu sabe, com as etnias que ocuparam aquela região. Isso é o que precisa ser dito, porque é sobre isso que a gente fala. Aquele material está contando uma história. E essa história é o contexto. Então, do ponto de vista do trabalho que eu gosto de fazer é isso. Outra coisa é os dados pro Iphan, eu tenho que garantir que os dados estão ali. Todos eles: 100% do registro fotográfico, 100% do registro tem que ir, 100% do registro tem que ir organizado, 100% do registro tem que ir georreferenciado, 100% do registro tem que ir com a descrição do sedimento. Porque essas são informações que eu posso achar irrelevantes, mas no futuro alguém vai ter um problema de pesquisa em que aquele dado possa ser relevante. Então, a minha responsabilidade é dar o máximo de informação possível. Então, é isso. Apresentar os dados, amarrados com a metodologia que eles aprovaram, e dar o contexto.

Sendo o licenciamento ambiental uma ferramenta de controle e ocupação territorial, atrelada a uma ideologia de progresso econômico, as práticas científicas emaranhadas nessa rede entram em uma arena de disputas, na qual os dados provenientes das análises são utilizados pelos mecanismos de poder para fomentar um discurso empresarial e desenvolvimentista. O objetivo final dessas legislações e práticas estatais, burocráticas e empresariais é justificar, através de um controle sobre os estudos e discursos disciplinares, a “localização dos empreendimentos e a sua

ocupação territorial, defendendo o desenvolvimento como meta e determinando estratégias para construção dos aparatos de controle e gestão dos territórios e das populações” (Bronz, 2013:41). Dentro desse contexto, a principal problemática citada pelos(as) arqueólogos(as) entrevistados no que se refere ao entendimento dos processos burocráticos do licenciamento e da abertura de possibilidades dentro deles foi o domínio de uma linguagem mais técnica e da legislação que a maioria dos(as) arqueólogos(as) não possui. Esse problema com a legislação foi citado por diversos(as) interlocutores(as) que sentem falta de um entendimento mais profundo das leis, normativas e portarias que regem as práticas arqueológicas, seja devido ao linguajar utilizado, aos trâmites e análises não homogêneas do Iphan, ou até a sua formação acadêmica, que não possui nenhum foco nesse tipo de questão. Entretanto, Joaquim aponta para outro entrave em relação ao embate entre esses diferentes discursos no que tange à análise dos arqueólogos(as) que trabalham na SE/Iphan-RS:

Eu já vi muitas leituras superficiais dos trabalhos, e muitas vezes, não vou dizer muitas, estou exagerando. Algumas vezes eu tive que dialogar com o Iphan muito mais pra esclarecer o que eles não tinham entendido, o que pra mim estava claro nos relatórios, do que propriamente pra rebater alguma coisa. Então, eu acho que pela dinâmica, acho muito lamentável que a gente não tenha concurso pra funcionários efetivos do Iphan, e que tenha concurso pra pessoas que ficam dois, três anos lá e depois saem fora. Isso não cria maturidade no corpo técnico do Iphan, que não tem uma bagagem pra ir servindo de exemplo no que dá certo e no que não dá ou como proceder nas coisas. Então, as minhas maiores dificuldades de comunicação com o Iphan muitas vezes são mais nesse sentido, que há uma leitura equivocada no que está se colocando. E aí isso gera uma burocracia louca, um monte de ofícios e tal, mas por um problema... que é, assim, ele está à margem da questão arqueológica propriamente dita.

Contrariando a última frase do depoimento de Joaquim, o que mostrei ao longo destas últimas páginas é que a burocracia estatal não está além ou à margem da questão científica arqueológica. Ambas estão sendo coproduzidas nessa rede, não há uma divisão entre fazer ciência e fazer política, ainda mais no contexto do licenciamento ambiental. Claro que há assimetrias de poder e de agência, mas a rede que emaranha a prática arqueológica nesse contexto não pode ser entendida a partir de uma divisão entre ciência e política. A trilha de documentos, de projetos, relatórios,

ofícios e pareceres, não é apenas um canal de comunicação, de troca de informações, entre as partes, mas é também mediadora na constituição de diferentes práticas e entidades. O produto dessas práticas e, principalmente, dos relatórios, não é apenas dados arqueológicos, mas sim a constante constituição dessa ciência, do estado, da burocracia e do patrimônio.

Patrimônio como caixa-preta

Entremeada nessas disputas, coproduções e constrangimentos está a fabricação de uma entidade chave para a arqueologia, fora ou dentro do licenciamento ambiental: o patrimônio arqueológico. Durante minha pesquisa, uma das linhas de análise foi pensar o patrimônio como uma caixa-preta, no sentido latouriano, ou seja, como um instrumento de simplificação e ocultamento de incertezas, contravérsias, concorrências e do próprio trabalho de construção de um fato científico (Latour, 2011:6). Tal questão surgiu, pois ao analisar a legislação que trata da definição de patrimônio arqueológico, e debater com os(as) arqueólogos(as) entrevistados(as) sobre como eles definem o que é patrimônio, e, principalmente, um sítio arqueológico, notei que havia dois conceitos diferentes sobre a mesma entidade que nem sempre conversam entre si. Patrimônio é, por um lado, um conceito jurídico e burocrático, constituído por diferentes legislações, documentos e trâmites, e, por outro, um conceito êmico da ciência arqueológica, construído pelos(as) arqueólogos(as) através de suas formações, posições teóricas e experiências.

Em trabalhos anteriores (Wittmann, Baptista da Silva, 2017; Wittmann, 2018), apresentei mais especificamente as legislações, portarias e instruções normativas que regem e definem o que é ou não patrimônio arqueológico. Vou me atentar aqui a outro aspecto dessa discussão: como os trâmites burocráticos, alguns documentos específicos, pressões diversas e os próprios conceitos dos(as) arqueólogos(as), de dentro e de fora da SE/Iphan-RS, participam da disputa para fabricar patrimônio arqueológico para o estado. Apresentarei também, de forma sucinta, a relação e o papel das comunidades do entorno de projetos de empreendimentos e de “não-arqueólogos” nas equipes de campo nesse debate. Essas questões influenciam na produção do conhecimento científico, elas constroem e/ou abrem novas perspectivas de análise e interpretação.

Ao mesmo tempo em que o licenciamento ambiental é uma arena de espetacularização de conflitos sociais e ambientais, esses devem ser domesticados, no sentido de se conhecerem os agentes envolvidos e impor a eles racionalidades e normativas

estatais e empresariais (Bronz, Fraiman, 2009). Nesse âmbito, o registro arqueológico, da forma como é regulamentado e praticado nesse contexto, funciona como uma ferramenta que oculta e cala muitos desses conflitos e os agentes envolvidos. Contudo, tal fenômeno não é particular da prática arqueológica feita no licenciamento ambiental, mas sim, uma construção sócio-histórica dessa ciência.

A conexão entre arqueologia e estado, principalmente no que tange à construção de uma narrativa histórica e uma memória coletiva acerca dele, data desde o início da concepção dessa ciência. No Brasil Imperial, por exemplo, deu-se início à construção de museus para abrigar artefatos que simbolizavam a política mnemônica do país, abrangendo desde os tempos pré-coloniais até a atualidade (Ferreira, 2010). Na década de 1960, com o início da profissionalização e institucionalização da arqueologia, o conhecimento e objetivo dessa ciência eram principalmente o de identificação e registro de sítios arqueológicos no território nacional (Bueno, 2011), a fim de se criar um mapa de dispersão de culturas arqueológicas pré-coloniais e do potencial de pesquisa por região. O paradigma científico seguido pela arqueologia de então, voltada para o histórico-culturalismo e uma divisão entre um passado pré-histórico – povoado por grupos indígenas não mais existentes – e uma história atual, foi consolidado juridicamente pela Lei 3.924 de 1961, conhecida como Lei de Arqueologia. Essa ciência, desde então, não se afastou completamente desse objetivo de mapear, identificar e registrar o patrimônio cultural nacional, nem desse paradigma acerca das populações indígenas¹⁰, seja no que tange à prática acadêmica ou ao licenciamento ambiental.

Um exemplo disso é o modo como são apresentadas nos projetos e relatórios para o licenciamento as narrativas acerca das populações indígenas. Em cada projeto há uma contextualização histórica e arqueológica da região pesquisada, as quais geralmente são divididas entre uma narrativa com seu foco na história do período colonial e da colonização europeia mais tardia – apresentada de modo positivista, com datas e fatos –, e uma descrição dos dados arqueológicos – na grande maioria das vezes, apenas dos tipos de sítios e de materiais arqueológicos registrados para a região. Em poucos processos analisados havia uma seção para algum tipo de história indígena, ou etno-história (com o foco no protagonismo e papel dos povos indígenas na história da região ou do estado). Repetindo a estrutura narrativa de muitos trabalhos acadêmicos de arqueologia, esses projetos e relatórios têm uma divisão clara entre o que pertence a uma história de formação política, social, cultural e identitária do estado e/ou da população, e o que pertence à arqueologia: o passado

distante e desconexo do presente¹¹. Tal distanciamento dessas outras narrativas, as quais trazem também outras cosmologias, limita outras visões e entendimentos de patrimônio, paisagens, ambiente e de impacto a esses locais e coisas.

Deve-se pensar a definição de patrimônio não como algo técnico, definido simplesmente por certas categorias, importância e valores, mas como parte do projeto de formação de um estado-nação. Desta forma, o registro arqueológico – ferramenta de identificação e de controle do que é ou não patrimônio – age diretamente no ocultamento de conflitos e do papel das comunidades no debate acerca do que é representativo para a história e memória de um certo grupo social ou de uma nação. A forma como esse registro é concebido e colocado em prática não é apenas fruto de um debate teórico, por exemplo, entre processualistas e pós-processualistas (Pellini, 2014), mas também – e principalmente no licenciamento ambiental – origina-se e constitui-se materialmente em documentos e trâmites burocráticos (os quais possuem intrinsecamente teorias e métodos arqueológicos). Tal questão me ficou clara ao analisar os processos na SE/Iphan-RS e ao conversar com os técnicos sobre como é o processo de registro de sítios arqueológicos. Nessa rede de constituição do patrimônio arqueológico, não são apenas os argumentos, justificativas e dados científicos sobre determinado sítio arqueológico que participam na sua materialização legal como tal, mas também, e em alguns casos principalmente, documentos burocráticos, as próprias concepções dos(as) arqueólogos(as) da SE/Iphan-RS que analisam essa documentação, interesses do estado e restrições de orçamento e prazos para a pesquisa. Paulo, arqueólogo da SE/Iphan-RS, expôs algumas das questões e constrangimentos que abarcam a definição de sítio arqueológico pelo Iphan, principalmente no que se refere aos interesses do estado e os limites da legislação:

(...) um exemplo, se registra um sítio com a dimensão gigantesca, então, bom, realmente é tudo isso? Se é tudo isso, então toda aquela área ali nada mais vai poder ser feito sem ter um acompanhamento arqueológico junto, qualquer intervenção ali pode resultar posteriormente em um crime ambiental, porque eu vou estar dizendo que é um sítio arqueológico, etc. Isso é um aspecto que a gente tem legislações que nos amparam, mas em muitos casos elas também nos deixam incertos, porque, por exemplo, a Lei de Arqueologia de 61 ela é muito clara em relação aos sítios pré-coloniais, mas deixa muitas brechas com relação aos sítios históricos. Então na nossa análise a gente acaba tendo sempre que ponderar os desdobramentos de cada decisão que a gente toma, ou seja, se há um sítio em um

lugar esse sítio passa a ser responsabilidade do Iphan eternamente, seja se ele for preservado in situ, se ele gerar um acervo que vai continuar sendo bem da União e que não vai poder ser descartado. (...) nós somos constantemente monitorados e cobrados pelo Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal, principalmente, que atua no direito difuso e que é o responsável por garantir as questões, por exemplo, do meio ambiente, do patrimônio. Então existem muitos desdobramentos no momento que eu digo que algo é um sítio arqueológico. Os desdobramentos disso são enormes, então a gente acaba tendo que sempre ponderar em relação a algo que está na nossa frente, o que vai acontecer, não se trata de simplesmente fazer um parecer e assinar e aquele problema está resolvido. Nós criamos um passivo que vai ter que ser acompanhado eternamente.

Contudo, não é apenas após o trabalho de campo que esses constrangimentos e questões influenciam na definição ou não de um patrimônio arqueológico. Obviamente, prazos e orçamentos implicam na qualidade e potencial da pesquisa efetuada, pois nem sempre as equipes de arqueologia têm a possibilidade de efetuarem certas atividades e possuírem um tempo maior para as análises. Outro fator que influi nessa questão é o próprio tipo de empreendimento, já que este afeta o método da pesquisa arqueológica, o qual, conseqüentemente, afeta na identificação de sítios arqueológicos. Francisco exemplifica essa questão através de sua experiência em projetos de licenciamento na malha urbana de cidades:

Vai depender do estado de conservação do local, vai depender do tipo de empreendimento que está sendo feito ali, e basicamente no meu ver, em que estado de conservação que vai estar o local. Porque daqui a pouco tu vai ter material arqueológico, mas não vai configurar um sítio arqueológico. Isso aconteceu em alguns lugares, por exemplo, nós trabalhamos no acompanhamento de uma obra de gás, instalação de gás natural em um bairro de Porto Alegre, e como ela era feita com essas sondas perfuratriz, então, por exemplo, numa quadra tinham só duas aberturas, uma em cada esquina. E às vezes saía material e a gente coletava. Só que fica muito difícil tu afirmar que aquilo é um sítio. Como tu está trabalhando em uma área de rua, que foi várias vezes impactada, tu não tem toda a rua aberta, tu não tem uma vala pra tu ver a estratigrafia, tu tem algumas janelas só. Então tu tem material arqueológico, mas é muito complicado tu afirmar que tu está em um sítio arqueológico. Pelo potencial do bairro, pelo histórico do bairro que tu fez previamente, pelo projeto, tu vê que tu está numa área de potencial alto. Isso é evidente. Mas tem que ter muito cuidado.

A ficha de registro de sítio arqueológico, regulamentada em 1998, é o documento que aponta as características que devem ser preenchidas e identificadas a fim de serem legíveis para o estado cadastrar algo como um patrimônio arqueológico. A ficha também é o documento de análise principal dos(as) técnicos(as) do Iphan para aceitarem ou não o registro de um sítio. Contudo, estão emaranhadas nesse documento certas teorias e métodos específicos. Por exemplo, as características culturais acerca dos artefatos encontrados são meramente de caráter material, morfológico e funcional, excluindo a ligação entre os vestígios arqueológicos e as populações indígenas, e entendimentos e interpretações outras para esses objetos e locais. O mesmo se dá na definição da importância, relevância e excepcionalidade do sítio. Isso é definido através de gradações e cálculos que levem em conta o estado de conservação do sítio – ou seja, quanto mais preservado, mais importante e relevante –, potencial científico – definido pela presença de um certo tipo de cultura material específica e cronologia avançada –, e por último a importância que a comunidade do entorno dá ao local – o que nem sempre é levado em conta e/ou registrado. Além desses constrangimentos de ordem burocrática, legal e estatal e de concepções teóricas previamente definidas na ficha de registro, a análise e aceite dela passa por outras questões de cunho estrutural e hierárquico do Iphan, como relatado por Paulo:

O cadastro, ele tem que ser a ficha apresentada, e a ficha tem que ser homologada aqui por nós, até pra ponderar essas questões, se é sítio histórico tem que passar por todas essas ponderações, porque não tem uma questão clara na legislação sobre isso e tal. E com base nisso a gente encaminha as fichas pra Brasília [CNA], que daí Brasília que sobe isso pros bancos de dados do Iphan. Então na verdade passa pela nossa avaliação e às vezes chega lá, por exemplo, já aconteceu de chegar no Centro Nacional de Arqueologia e o Centro Nacional de Arqueologia não concordar e mandar de volta pedindo esclarecimentos sobre tal sítio, por exemplo. “Isso é de fato um sítio arqueológico?” Porque a gente não identificou nas informações tal coisa e tal coisa. Então, até mesmo bater os dados de pontos [de UTM, georreferenciados] que foram apresentados nas fichas a gente tem que fazer, porque às vezes um errinho de digitação... a gente não tem como mexer na ficha, porque a ficha que vai pra Brasília é a ficha original assinada pelo arqueólogo. (...) E mesmo o arquivo digital do acces¹² a gente não tem como mexer, porque a gente não tem o acces nos nossos computadores. Então a gente não tem nem como corrigir as fichas digitais, que também são importantes pra mandar pra Brasília. Então, assim, qualquer erro que a gente identifique, porque a gente só consegue fazer a leitura

das fichas, tanto a digital quanto a física, a gente tem que mandar para o arqueólogo de volta, pro arqueólogo mandar pra gente ela corrigida, pra gente poder mandar pra lá.

Se nos documentos e trâmites burocráticos aparecem esses constrangimentos, barreiras e limitações, nos discursos dos(as) arqueólogos(as) sobre seus trabalhos de campo, análises e interpretações sobre os sítios, materiais e paisagens, o panorama é outro. Enquanto nos primeiros os conflitos, diferentes discursos, demandas e significados não possuem espaço, nos relatos de experiências dos(as) interlocutores(as) há narrativas repletas e povoadas de pessoas, ideias, interpretações e demandas. Relatos sobre descobertas com moradores locais e com auxiliares de obra que trabalhavam no campo foram recorrentes nas entrevistas, assim como as interpretações, discursos e significados que essas pessoas construíam sobre o local ou sítio de pesquisa. Todavia, nos relatórios sobre as áreas pesquisadas, o campo arqueológico é povoado apenas pelo registro positivo ou negativo de uma cultura material muda e morta, geralmente reduzida a sua forma e função. Paulo, arqueólogo da SE/Iphan-RS, reflete sobre a relação entre sociedade, arqueologia e Iphan:

(...) em relação à sociedade eu acho o Iphan, não a arqueologia dentro do Iphan, mas o Iphan enquanto instituição de modo geral, uma instituição hipócrita. Usa no discurso a sociedade, mas na hora de trabalhar o patrimônio, está trabalhando o patrimônio desassociado dessa sociedade. Porque a maior parte dos bens tombados, valorados e registrados dentro do Iphan são escolhas de pessoas que estão dentro do Iphan, não são escolhas de pessoas, da sociedade que está chegando, “olha, a gente tem interesse nisso”. Poucos são os casos que ocorreu o tombamento, registro de casos assim. Enfim, sítio arqueológico também. Sítio arqueológico eu também acho um tanto hipócrita, mas é uma hipocrisia dos próprios arqueólogos de modo geral, e isso me incluo também enquanto arqueólogo, porque os arqueólogos tendem a desassociar o patrimônio arqueológico da sociedade que detêm ele. Eu tenho sérias críticas ao funcionamento do Iphan hoje em dia, em relação principalmente a isso, de usar num discurso a sociedade e na hora de valorar as coisas que a sociedade podia estar pedindo pra valorar eles excluem do discurso e vira um discurso extremamente institucional e de escolha institucional.

O potencial arqueológico da área pesquisada, por exemplo, é definido, segundo o inciso II da IN 01/15, através da vistoria local (via caminhamentos e intervenções subsuperfície) e pelo “cruzamento de dados, do processo histórico de ocupa-

ção, com a incidência de sítios cadastrados, indicadores geomorfológicos e demais modelos preditivos de avaliação”, ou seja, ficam de fora da produção de conhecimento acerca do patrimônio cultural do local os conhecimentos, saberes e interpretações das comunidades atingidas ou do entorno. No que tange a populações indígenas e quilombolas, só ocorre uma consultoria para com estas quando o trajeto do empreendimento passar por alguma terra desses povos. Entretanto, a preocupação de inserir as falas, interpretações e demandas das comunidades do local da pesquisa apareceu nas falas de alguns(mas) dos(as) arqueólogos(as) entrevistados(as). Para Francisco, por exemplo, a definição de sítio arqueológico deve partir da possibilidade de contar uma história que importe para a população do entorno:

Eu acho que na verdade o sítio é aquilo que eu falei também, assim, tem material arqueológico e tem sítio arqueológico, é diferente. Pode ter material antigo que está ali extraviado e tu pode ter alguma coisa muito legal que tu pode contar alguma história. Aquilo pode ser importante pra alguém, e se é importante pra alguém é legal registrar. Se não é importante não tem sentido tu estar ali, não tem sentido também tu pegar. A gente também se pauta nesse tipo de coisa, tu tem que ter contexto, tem que ter um contexto. Tem que saber contar uma história com aquilo ali. Se não, não tem sentido nenhum tu recolher esse material, tu passar todo esse trabalho, todo esse método direitinho, por camadas e coisa e tal. Depois tu não vai saber nem contar uma história, “não, o material era antigo, eu fiz tudo que era necessário pra salvar o material”. Tá, mas e daí? Quem que morou aqui? Que que era esse lugar? Isso é importante pra quem? As pessoas ainda tão por aqui? Será que tem descendentes desses antigos moradores nessa região? Será que não seria legal se desse pra trazer esse pessoal aqui? Tu começa a refletir sobre a tua atuação em campo. Isso é legal quando tu consegue atingir, digamos assim, esse patamar de pesquisa que te possibilita linkar o teu trabalho com os moradores do local e os moradores mais antigos. E talvez tenha ainda descendentes na região.

Contudo, esse contato e essa relação com a comunidade dependem tanto do prazo e cronograma do trabalho, quanto da posição teórico-metodológica da pesquisa e da equipe envolvida no trabalho de campo. Geralmente, o contato com a comunidade é rápido e feito através de conversas informais ou entrevistas, com o intuito de coletar alguma informação histórica sobre o local, se há algum indício de sítio arqueológico, sobre coleções pessoais de peças arqueológicas, dentre outras questões. Isso depende muito também da área onde ocorrem os trabalhos e o tipo de empreendimento. Em áreas rurais, por exemplo, quando o trabalho é de curto

prazo, o foco é nas intervenções subsuperfície na área a ser pesquisada e nos caminhamentos ao longo dela. Os dados empíricos, materiais, são vistos como mais importantes do que aqueles vindos da comunidade. Contudo, em alguns trabalhos no meio urbano há a possibilidade dos transeuntes abordarem os(as) arqueólogos(as) – muitas vezes por confundirem eles(as) com os(as) engenheiros(as) da obra por ambos(as) utilizarem capacetes brancos –, o que gera, segundo os relatos dos(as) interlocutores(as), um espaço muito profícuo de conversa, troca de informações e divulgação. Mesmo assim, na maioria das vezes o contato com a comunidade serve para a equipe de arqueologia como um método alternativo para a prospecção da área, não se criando laços de sociabilidade ou uma relação mais longa de pesquisa com essas pessoas – até porque os trabalhos de arqueologia no licenciamento ambiental são pontuais e os membros da equipe, quando não toda a equipe, transitam muito de um campo a outro, de uma região do Brasil para a outra. Rodrigo relata sua experiência com essa questão do contato e conversa com moradores em seus trabalhos no licenciamento ambiental:

Nos trabalhos de arqueologia de contrato eu nem contatei pessoas. Simplesmente ia lá, cavava os buracos, fazia relatório, escrevia o que tinha que escrever, quinze dias depois eu estava em casa. Então o contato, claro, que eu estou falando da minha etapa que era o trabalho de campo, depois tinha equipes de educação patrimonial que iam lá e aí sim faziam contato. Então o contato com as comunidades locais é uma ferramenta. Uma ferramenta, uma estratégia para você resolver algum problema relativo ao trabalho. Achar sítio ou ter acesso a uma área que as pessoas não estão tendo. Principal ferramenta é achar sítio, conversar com as pessoas da comunidade local “onde é que estão? Onde é que estão achando os caquinhos de cerâmica por aí?”. É uma ferramenta (...) é só uma ferramenta para potencializar a eficiência do método de mapeamento de sítios e prospecção. É um protocolo. É um contato protocolar, não tem objetivo de transformação de consciência sobre patrimônio, sobre as ocupações indígenas locais, por exemplo, sobre a história das pessoas que compõem aquela comunidade.

O depoimento de Rodrigo corrobora com a interpretação de Luísa sobre a divisão da produção de conhecimento arqueológico no licenciamento ambiental. No caso exposto acima, o arqueólogo é aquele que produz conhecimento e um discurso acerca do patrimônio cultural material através de suas teorias e metodologias, sem auxílio da comunidade do entorno. Comunidade essa que apenas é acionada em

uma etapa posterior quando a equipe de educação patrimonial faz as atividades de divulgação e extroversão do conhecimento produzido. Essas ações educativas variam muito de formato e abrangência dependendo do tipo de empreendimento, do prazo e do orçamento, e são efetuadas na maioria das vezes nas escolas mais próxima da área do empreendimento. A educação patrimonial – sua conceituação, aplicação e objetivo – foi criticada por praticamente todos(as) os(as) interlocutores(as). O pouco tempo para as atividades, a falta de uma definição clara do que seria uma educação patrimonial na legislação, a falta de formação específica dos arqueólogos para coordenarem esse tipo de ação e o fato de entenderem que tais ações não deveriam ser realizadas pela equipe de arqueologia, mas sim por um museu ou até pelo Iphan, foram os pontos mais citados. Geralmente estas atividades de educação patrimonial se reduzem a palestras e oficinas informativas sobre a prática arqueológica, não sendo efetivamente uma ferramenta de divulgação do patrimônio e muito menos de construção conjunta deste com a comunidade. Essa crítica não é feita apenas pelos(as) arqueólogos(as) que participam dos projetos, mas também dos(as) arqueólogos(as) da SE/Iphan-RS, os quais também não tem muito espaço de manobra para requisitarem algo diferente. Entretanto, foram expostos exemplos de projetos em que, com um cronograma maior, as atividades efetuadas foram avaliadas como positivas e com um alcance bom para com a comunidade escolar¹³.

Um dos atores mais citados pelos(as) interlocutores(as) que se enquadra em um papel de “não-arqueólogo”, mas que tem certa agência e influência na produção do conhecimento arqueológico e da constituição do patrimônio em campo, são os auxiliares de obra. Eles geralmente são cedidos pela empresa contratante ou contratados na cidade onde ocorrerá o empreendimento para realizarem os trabalhos mais pesados de abertura de área de mata, intervenções subsuperfície, peneiramento de sedimentos, dentre outras atividades. Deste modo, eles participam muitas vezes de toda a extensão do trabalho de campo, inclusive a descoberta de sítios e/ou de artefatos – aprendendo com os(as) arqueólogos(as), e também ensinando-os(as) a identificarem certas coisas. Vários(as) interlocutores(as) deram exemplos de auxiliares – muitas vezes moradores da região, pescadores ou agricultores – que sabiam identificar ossos de animais, fragmentos de cerâmica e peças líticas, e até escavar, por terem experiência em trabalhos anteriores, muitas vezes melhor que os(as) próprios(as) arqueólogos(as) da equipe. Esses exemplos mostram como esses outros atores, interpretações e conhecimentos, mesmo que ocultados no produto final, influenciam na construção do conhecimento arqueológico no licenciamento ambiental.

Como dito acima, esses relatos, encontros e experiências dos(as) arqueólogos(as) em campo acabam não transparecendo, não tendo espaço nos textos dos relatórios finais, nem na interpretação dos dados arqueológicos e nem na análise dos técnicos da SE/Iphan-RS. Quando analisei os processos de licenciamento me deparei com quatro tipos de utilização e descrição das falas de moradores (quando havia): 1) a partir de pequenos questionários sobre a faixa etária, o tempo de moradia no local e se conhecia algum sítio arqueológico, era feita uma tabela com a quantificação desses dados; 2) citações de pequenas falas de moradores ao longo do texto sobre o conhecimento ou não de sítios ou materiais arqueológicos na área ou região; 3) entrevistas gravadas com moradores e com as transcrições inseridas como anexo nos relatórios, ou seja, fora do espaço mais formal de descrição dos dados e das interpretações; 4) um trabalho mais longo e denso com as pessoas que moravam na área ou no entorno dela, tanto de entrevistas quanto de caminhamentos conjuntos pelo local, para avaliação do potencial arqueológico e troca de informações, o que era utilizado mais proeminente ao longo do texto. De modo geral, esses relatos, informações e interpretações ficam reservados nos relatórios em um capítulo ou seção separada da descrição do campo, na qual se inserem as interpretações dos(as) arqueólogos(as). Desse modo, as informações e interpretações dos moradores não fazem parte formalmente da produção do conhecimento arqueológico propriamente dito. Além disso, as falas selecionadas da população quase nunca refletem ou demonstram suas opiniões sobre o impacto do empreendimento para elas e para o local.

O ocultamento e falta de agência simétrica das comunidades atingidas e grupos indígenas nos processos de licenciamento ambiental não significa que esses coletivos estejam ausentes das redes sociotécnicas que constituem essa ferramenta estatal. O recorte da rede proposto na minha etnografia, focando-me nas falas dos cientistas, reafirma os locais privilegiados de fala e tomada de decisões no contexto do licenciamento ambiental desses especialistas. Essa “traição etnográfica e silenciamento do outro” (Gerhardt, 2016) foi uma decisão pensada e calculada dentro do escopo possível da dissertação de mestrado. Entretanto, deve-se refletir sobre a questão de até onde esses grupos querem se adentrar nesses processos do modo como estão estabelecidos. Povos indígenas já demonstraram que suas demandas não cabem nos termos desses processos burocráticos, estatais e científicos do licenciamento ambiental. O que faz com que eles mesmos produzam seus estudos, documentos e resultados (Mantovanelli, 2016). A agência e os efeitos viram de lado, partem deles. O que não quer dizer que não se devam procurar formas de participação mais

amplas e plurais desses grupos nesse contexto, contudo, devem-se notar os limites e as possibilidades.

Conclusão

A partir da perspectiva das redes sociotécnicas, da antropologia da ciência e da burocracia, a etnografia da prática arqueológica apresentada aqui teve como objetivo pensar essa disciplina no licenciamento ambiental como participante de um processo muito maior do que a identificação e o registro de sítios e bens arqueológicos. Ao cartografar na rede os atores, suas agências e mediações, percebemos como fatos científicos, entidades, decisões, conhecimento arqueológico e patrimônio cultural são fabricados – ao mesmo tempo em que notamos as vozes e os atores silenciados e ocultados nesse contexto. Ao refletir sobre a prática científica juntamente, e sendo coproduzida, à política e aos trâmites burocráticos, temos um panorama mais amplo de como o licenciamento ambiental é uma arena de disputas, no qual tanto a ciência quanto o estado, a burocracia e o patrimônio estão constantemente em constituição, em ação.

Pesquisar, analisar e debater sobre o tema da arqueologia no licenciamento ambiental não pode fugir de um contexto político, no qual as diferentes práticas científicas vêm sendo atacadas por diversos segmentos da política brasileira e da mídia. A arqueologia, por exemplo, é pintada muitas vezes como a culpada pelo atraso e pela não efetivação de diversos empreendimentos para o “desenvolvimento nacional” devido a “caquinhos” que não importam a ninguém. Inclusive há diversas propostas legislativas para modificar o licenciamento ambiental e até retirar a necessidade de pesquisas arqueológicas nesse âmbito¹⁴.

Etnografar a prática arqueológica no licenciamento ambiental é assim, não um ataque ou uma tentativa de deslegitimar a produção do conhecimento científico e as suas “verdades essenciais”, mas sim um modo de enriquecer e aumentar dimensões cruciais da prática arqueológica que estão negligenciadas (Edgeworth, 2010:55). Pensar e analisar o modo como o conhecimento científico é produzido, ainda mais aquele que trata do passado e de populações subalternas, como povos indígenas, não é apenas um imperativo da ciência em si, mas também um posicionamento ético frente a que tipo de conhecimento é produzido e como – a partir do que e junto a quem – ele é fabricado e divulgado. Etnografar a prática arqueológica é se engajar na questão sobre como essa ciência atua no mundo (Castañeda, 2014). Mesmo com os diversos constrangimentos legais, burocráticos e científicos que apresentei acima,

os(as) interlocutores(as) da pesquisa, cientes dessas restrições, não abdicaram de se pensar, apresentar e atuar enquanto atores políticos e sociais. Roberta, dona de uma empresa de arqueologia, reflete sobre a potencialidade epistemológica da arqueologia, seu papel político e social:

Eu acho que o arqueólogo é um, é um... desagradável (risos). Porque eu acho que é uma das profissões mais políticas. A gente tem um grande poder nas mãos. O que a gente faz é desenterrar coisas que pessoas propositadamente enterraram no passado, ou que propositadamente abandonaram no passado, ou que foram abandonadas pelo propósito de alguém que expulsou, explorou, excluiu uma determinada população. Então a gente é o cara que vai lá e diz “tá tudo errado”, sabe (risos). Isso é um baita de um poder político. A gente pode dar voz a todas essas populações que desapareceram de determinado lugar e um determinado momento por algum motivo.

Entretanto, há um grande abismo entre “para que(m) queremos fazer arqueologia” e “para que(m) fazemos arqueologia”. No contexto do licenciamento ambiental pode-se ver mais claramente como paradigmas científicos tecno-tipológicos, juntamente a legislações, documentos burocráticos e interesses políticos do estado, restringem a atuação dessa ciência a mera identificação e registro de uma cultura material distanciada das populações do entorno ou indígenas. Se os ambientalistas no licenciamento ambiental são os “porta-vozes da natureza” (Bronz, 2011:291), por serem capazes de transformar a natureza em projetos, investimentos e dados a serem analisados para tomadas de decisões acerca de projetos desenvolvimentistas, os(as) arqueólogos(as), nesse mesmo contexto, são os(as) porta-vozes do patrimônio. Para Joaquim, refletindo a partir de suas duas décadas atuando no licenciamento ambiental, a relação dos(as) arqueólogos(as) com o patrimônio é, por um lado, como Midas, pois podem transformar as coisas em patrimônio, e por outro, como bactérias necrófagas, necessitando do impacto e da destruição – mesmo que seja via uma escavação – desse patrimônio.

A pergunta que fica, tanto para mim quanto para os(as) interlocutores(as), é como transferir o discurso povoado de pessoas, de interpretações e demandas da comunidade frente aos trabalhos e ao patrimônio arqueológico, para os relatórios técnicos, para esses documentos burocráticos que passam por tantas mediações, constrangimentos legais e políticos. Desse modo, entender e mapear esses diferentes trâmites que envolvem a prática da arqueologia no licenciamento ambiental

pode ser um meio pelo qual pensar, procurar e construir novas possibilidades de ação, de confecção de relatórios e de construção de patrimônio, para que a arqueologia não seja apenas mais um protocolo formal para projetos desenvolvimentistas.

Enquanto nós, arqueólogas e arqueólogos, evitarmos discutir a participação dos sítios arqueológicos na produção e reprodução da vida social no presente; enquanto não discutirmos as relações atuais entre pessoas e mundo material, nós seguiremos abdicando do potencial da disciplina para ressaltar formas locais e tradicionais de concepção e expressão de projetos alternativos para um dado território – muito mais que propriedade cobiçada pelos projetos capitalistas. O modo como lidamos com as interações atuais entre as pessoas e os sítios arqueológicos contribui, sobremaneira, com a marginalização de coletivos locais no processo de licenciamento ambiental. Os relatórios técnicos criam uma distância artificial e impossível entre objetos arqueológicos e pessoas, localizando a dinâmica social da evidência arqueológica apenas no passado, e num passado distante ou longínquo – posto que ainda discutimos, inclusive, quais são os limites que separam o arqueológico do contemporâneo (se cronologia, tecnologia, notabilidade ou uma combinação delas). Herança positivista, a crença na distância intransponível entre passado e presente, entre produtores/usuários e observadores da evidência arqueológica, dificulta a percepção espontânea e inviabiliza a valorização de relações afetivas ou espirituais que populações que não possuem nenhuma “ancestralidade comprovada” possam estabelecer com os sítios arqueológicos de seu território (Ribeiro, 2015:183).

A pesquisa aqui apresentada trabalhou também na direção de pensar e refletir sobre a responsabilidade social, ética, política e científica (mas não como se fossem campos separados) dos(as) arqueólogos(as) e de seus relatórios em uma prática cada vez mais do, de e no conflito. Como visto, há muito mais em jogo do que seguir os requisitos mínimos propostos por lei. A arqueologia, principalmente no contexto do licenciamento ambiental, é uma prática que deve saber identificar e lidar com conflitos, impactos, riscos, danos e violências de todos os tipos. Vivemos e habitamos em uma terra que está sendo modificada e destruída pelas nossas ações, logo, a arqueologia se transforma de uma ciência que apenas trata do passado, em uma ciência, em uma prática política, que se engaja com e por um futuro: “Trata-se de uma questão de tomar conhecimento de “fatos desconfortáveis” relacionados a questões urgentes que dizem respeito ao próprio solo habitado por todos” (Latour, 2014:20).

Recebido: 29/07/2018

Aprovado: 26/11/2018

Marcus A. S. Wittmann é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e especialização em Arqueologia Brasileira pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). É pesquisador associado ao Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS) e do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS). ORCID: 0000-0002-9020-9945 Contato: wittmann.marcus@gmail.com

Notas

1. Cabe ressaltar que o número de protocolos não faz referência direta ao número de empreendimentos licenciados e nem ao número de portarias de pesquisa emitidas pelo Iphan.
2. Devido ao tempo curto de um Mestrado, não foi possível fazer a etnografia de um campo arqueológico no licenciamento ambiental. Seguir todos os trâmites e temporalidades de um projeto específico, desde seu início até conclusão, poderia levar mais do que dois anos. Deste modo, foi escolhida uma abordagem mais ampla sobre esse tema através de entrevistas e análises de processos.
3. Ordem de Serviço 02 de 2016, a qual instaura, a partir da IN 01/15, modelos de parecer técnico para projetos e relatórios de arqueologia no âmbito do licenciamento ambiental.
4. A categoria “Nível III” faz referência ao Anexo II da Instrução Normativa 01/2015, a qual divide diferentes empreendimentos, dependendo de seu tamanho e impacto no solo, em diferentes níveis (Não se Aplica, Nível I, II, III e IV), os quais possuem especificidades no que tange ao tipo de trabalho e pesquisas arqueológicas necessárias.
5. Vale ressaltar que a definição de impacto ao patrimônio arqueológico no licenciamento ambiental, mas também de forma geral, se dá pela avaliação material e física dos artefatos e sítios, e não no que tange à imaterialidade deles ou questões cosmo-ontológicas que podem estar envolvidas em suas relações com grupos indígenas, por exemplo.
6. A “chefia”, nesse caso, é a(o) superintendente do Iphan, as(os) quais, geralmente, são arquitetas(os).
7. Há um grande problema nessa solicitação da IN, pois o banco de dados no site do Iphan dos sítios arqueológicos registrados é incompleto e defasado. Não há uma atualização recorrente de novos registros e, para a grande maioria dos sítios cadastrados, não há a indicação da localização georreferenciada dos mesmos.
8. Concursos para arqueólogos efetivos no IPHAN são bem raros. Ocorreu um em 2009 e outro

apenas em 2018. Durante esse tempo foram contratados apenas arqueólogos para atuarem durante alguns poucos anos no setor de arqueologia.

9. Há uma dificuldade em mapear trabalhos acadêmicos que são resultados de pesquisas feitas no licenciamento ambiental, pois muitos não citam esse aspecto nas publicações.

10. É claro que também não se pode tratar a arqueologia como algo homogêneo e uno, como se não houvesse outras concepções, práticas e compromissos dentro dessa ciência. Entretanto, ao mesmo tempo em que existem arqueologias colaborativas, indígenas e simétricas, elas continuam sendo, de um modo ou de outro, frutos de uma concepção ocidental moderna.

11. Apenas um dos projetos analisados trazia o histórico da região sem essa divisão, apresentando um fluxo contínuo que abarcava a história indígena de longa duração e a história da colonização europeia.

12. Software utilizado para gerenciamento de banco de dados e preenchimento digital da ficha de registro.

13. A avaliação das atividades pela comunidade escolar, pelos professores ou pelo grupo de pessoas abarcado é solicitada pelo Iphan. Contudo, geralmente o que é apresentado são pequenas fichas de avaliação para que os participantes respondam algumas poucas perguntas, às vezes de múltipla escolha, sobre a atividade e sobre a arqueologia de modo geral, sem uma análise mais aprofundada do impacto dessas ações na comunidade.

14. Proposta de emenda constitucional 65/2012, a qual dá anuência direta a qualquer obra pública entendida como estratégica para o desenvolvimento do país; Proposta da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) para alteração da Resolução CONAMA 01/86, retirando o aspecto cultura do licenciamento ambiental; Projeto de Lei do Senado 654/2015, que propõe uma licença única de duração de oito meses, usurpando a competência de órgãos como o Iphan; Projeto de Decreto Legislativo 540/2016, que visa sustar a aplicação da Instrução Normativa 01/2015, deixando a arqueologia sem um regimento voltado especificamente para a prática no licenciamento ambiental; e a Lei Geral do Licenciamento (Projeto de Lei 2.941/2011), a qual apresenta uma proposta simplificada do processo licenciatório, suprimindo o papel do Iphan. Essas propostas não foram promulgadas, mas também não estão completamente fora de cogitação no âmbito jurídico e legal. Já no Rio Grande do Sul, foi publicada em agosto de 2017 a Resolução 357 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), a qual define que o IPHAN só deve se manifestar no processo licenciatório caso já existam bens culturais acautelados na área diretamente afetada pelo empreendimento, excluindo assim a possibilidade de pesquisas arqueológicas que venham a descobrir novos sítios arqueológicos que não aqueles já identificados e registrados no âmbito federal. Em agosto de 2017, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) do Mato Grosso também promulgou uma resolução com o mesmo teor.

Referências bibliográficas

BRONZ, Deborah. 2011. Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

BRONZ, Deborah. 2013. “O Estado não sou eu”. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais”. CAMPOS-Revista de Antropologia Social,

Dossiê Antropologia e Desenvolvimento, 14 (1/2):37-55.

BRONZ, Deborah; FRAIMAN, Ricardo. 2009. "Grupos de Interés: análisis crítico sobre el establecimiento del método en la gestión empresarial de los Grandes Proyectos Industriales del Brasil". *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, 1:10-31.

BUENO, Lucas de Melo Reis. 2011. "Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda?". *Revista Esboços*, 18 (26): 55-72.

CASTAÑEDA, Quetzil E. 2014. "Situating Activism in Archaeology: The mission of science, the activist, and the archaeological record". In: Sonya Atalay; Lee Rains Clauss; Randall McGuire; John R. Welch (ed.), *Transforming Archaeology: Activist Practices and Prospects*. Walnut Creek (CA): Left Coast Press. pp. 61-90.

EDGEWORTH, Matt. 2003. *Acts of Discovery: an Ethnography of Archaeological Practice*. Oxford: British Archaeological Reports.

EDGEWORTH, Matt. 2006. "Preface". In: Matt Edgeworth (org.), *Ethnographies of Archaeological Practice: cultural encounters, material transformation*. Oxford: Alta Mira Press. pp. xi-xvi.

EDGEWORTH, Matt. 2010. "On the boundary: new perspectives from ethnography of archaeology". In: Duncan Garrow, Thomas Yarrow (ed.), *Archaeology and Anthropology: understanding similarity, exploring difference*. Oxford: Oxbow Books. pp. 54-68.

FERREIRA, Lúcio Menezes. 2010. *Território Primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917)*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

GERHARDT, Cleyton Henrique. 2016. "Traições etnográficas e o ocultamento do outro na evidenciação da fala competente: sobre violências epistêmicas em situação de alteridade mínima". *Anais da 30ª Reunião Brasileira de Antropologia*, GT 35: Fantasmas dentro da máquina? O ofício antropológico dentro e na órbita da institucionalidade estatal: 1-35.

HULL, Matthew. 2012. "Documents and bureaucracy". *Annual Review of Anthropology*, 41:251-267.

JASANOFF, Sheila. 2006. "The idiom of co-production". In: Sheila Jasanoff. *States of Knowledge: The co-production of science and social order*. London: Routledge. pp. 1-12.

REIS, José Alberione dos. 2010. "Não pensa muito que dói": um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS.

RIBEIRO, Loredana. 2015. "Empreendimentos econômicos, violação de direitos humanos e o silêncio da arqueologia no Brasil". *Revista de Arqueologia*, 28(2):172-186.

LATOUR, Bruno. 2004. "Por uma antropologia do centro". *Mana*, 10, 2: 397- 414.

LATOUR, Bruno. 2011. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2. ed. São Paulo: Unesp.

LATOUR, Bruno. 2014. "Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno". *Revista de Antropologia*, 57(1):11-31.

LOWENKRON, Laura, FERREIRA, Letícia. 2014. "Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers". *Vibrant*, 11(2):75-111.

MANTOVANELLI, Thais. 2016. "Os Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá e os Estudos Complementares do Rio Bacajá: Reflexões sobre a elaboração de um Laudo de Impacto Ambiental".

Horizontes Antropológicos, 22 (46):159-188.

PELLINI, José Roberto. 2014. “Os sacerdotes da verdade: ética e o conceito de registro arqueológico”. *Habitus*, 12(2): 291-306.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. 2017. “Esgotos, relatórios e arqueologia: etnografando processos de licenciamento ambiental para o saneamento básico”. *Cadernos de Campo (USP)*, 1(26): 150-167.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. 2018. *Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental*. Dissertação [Mestrado em Antropologia Social]. Porto Alegre: UFRGS.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino, BAPTISTA DA SILVA, Sérgio. 2017. “Relatórios técnicos de arqueologia no licenciamento ambiental: a materialização do patrimônio como ferramenta estatal”. *Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, 3(1): 25-44.

Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias

Resumo: Este artigo tem como objetivo mapear as redes sociotécnicas que compõem e são compostas ao longo do processo de licenciamento ambiental, no que tange às práticas arqueológicas e aos trâmites burocráticos referentes a elas. Seguindo cientistas e suas práticas, burocratas e seus documentos, pode-se ver como a constituição do patrimônio arqueológico é um fenômeno entremeado por disputas políticas, tanto quanto por teorias e métodos científicos. Esta pesquisa é fruto de uma dissertação de mestrado, durante a qual foram entrevistados vinte e um arqueólogos de diferentes gerações e com diferentes experiências e cargos, além da análise de sessenta processos de arqueologia no licenciamento ambiental para diferentes empreendimentos no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chave: Etnografia da prática arqueológica; licenciamento ambiental; antropologia da ciência.

Archaeology in environmental licensing: an ethnography of scientists and their bureaucracies

Abstract: This paper has the objective of mapping the sociotechnical networks that compose and are composed through the processes of environmental licensing, on what regards the archaeological practices and the bureaucratic procedures related to them. Following scientists and their practices, bureaucrats and their documents, we can see how the constitution of the archaeological heritage is a phenomenon entangled by political disputes as much as by scientific theories and methods. This research is the result of a master's thesis, during which twenty-one archaeologists of different generations and with different experiences and positions were interviewed, as well as the analysis of sixty archaeological processes in environmental licensing for different enterprises in the state of Rio Grande do Sul, Brazil.

Keywords: Ethnography of archaeological practice; environmental licensing; anthropology of science.

Mortes esportivas e alegorias políticas: etnografando temores em torno dos *esportes-nação*¹

Luiz Henrique de Toledo

Universidade Federal de São Carlos - Brasil

Mortes esportivas

(...) o suicídio tece entre o morto e os demais
um útil, mas irresistível parentesco.

O sujeito que se enforca, que toma formicida, que se atira da barca, não é jamais
um estranho, um desconhecido (...)

Escrevi isso à propósito de Maneco,

ex-craque de futebol, que, na terra em que todos devem, matou-se de paixão por
uma dívida. Quarenta contos – eis a pobre, a triste,

a humilde importância que ele não pode pagar (...)

(Nelson Rodrigues 1994[1956])

Num texto bem conhecido de muitos estudiosos do futebol, intitulado *A morte da 'Alegria do povo'*, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes e o sociólogo Sylvain Maresca (Leite Lopes & Maresca, 1992) discutem as origens populares do estilo de jogar do futebolista Garrincha à luz dos acontecimentos desencadeados por sua morte. Deslindam desse fato inescapável os desdobramentos históricos encerrados em seu funeral, ocorrido em 1983. À queda do corpo físico, o evento de ordem natural que precipitara a discussão, seguiu-se uma análise sobre sua queda moral e, diria, política. A narrativa do evento abre-se para um inquérito histórico em que o funeral, capturado por grupos populares de torcedores, coloca em disputa a posse aflita pelo corpo inerte do ídolo, que vivera os últimos anos de sua vida sob severas condições de privação material, apagamento de sua biografia esportiva e sociabilidade humilhante. É como se pudesse dizer que Garrincha morrera muitas vezes antes mesmo do destino inevitável.

Na época que estava em atividade, termos como *ídolo*, *craque*, *fora de série* compunham o repertório de adjetivações que acompanhavam seu nome. Se tivesse jogado a partir dos anos 1990, possivelmente seria chamado de “mito”, termo que se popularizou posteriormente para designar atletas, mas não somente, de altíssima perfor-

mance. Garrincha foi sabidamente símbolo personificado daquele triunfo esportivo futebolístico que inauguraria um ciclo denso, historicamente curto, porém muito virtuoso em torno do futebol profissional brasileiro a partir de 1958, ciclo interrompido no pós-1970 com o recrudescimento da ditadura militar. Sempre é bom lembrar que o selecionado voltaria a vencer uma Copa do mundo, megaevento que fomenta nacionalismos e define o futebol dentro daquilo que circunscrevo como *esporte-nação*, somente em 1994, num país já vivendo sob a redemocratização. Considerados os triunfos esportivos de 1958, 1962 com 1994 e 2002, restaria o de 1970 como sendo a única conquista imersa inteiramente na atmosfera estética, moral, administrativa e política implementada pelo regime autoritário tecnocrático militar.

Sustentam que o fim da existência física de Garrincha marcaria historicamente os estertores de toda uma era do futebol, embora o senso comum midiático asseverasse que seu estilo fosse mesmo resultado de manifestação solitária, desinteressada e brejeira de sua maneira de jogar, em parte fruto das assimetrias ergonômicas de seu próprio corpo. A sócio-historicização dos autores corrigiria essa essencializante visão: “Após a morte de Garrincha, o mistério permanecia inteiro para a imprensa, que sempre reduzira as qualidades desse corpo em ação a um fato único, de ordem individual, ao produto de um dom, de uma espécie de genialidade, ou apenas simplesmente a uma “natureza”. Contudo, podemos ver a excelência toda pessoalizada do jogo de Garrincha como uma eficiente transformação e reconversão de um estilo de amador dentro do futebol profissional. Esse jogador, na verdade, é fruto de uma tradição operária de futebol amador, estimulada e praticada dentro de instituições esportivas geridas pelas fábricas ou empresas”. (Lopes & Maresca, 1992: sem numeração)²

O parágrafo derradeiro de *A morte da ‘Alegria do povo’* arremata os argumentos em torno de transformações históricas, mas lança mão das metáforas expandidas sobre a morte física do jogador para complementar e delinear o entendimento de todo um período, deixando transparecer um temor resignado diante da morte histórica:

(...) o sentimento de perda era gerado não apenas pelo fim da grande época do futebol brasileiro, mas também pela intuição de que estavam completamente transformadas as condições sociais que haviam permitido a eclosão de um tal jogador, com um tal estilo de jogo. Através dele desaparecia uma certa classe operária, a das vilas operárias tradicionais. E, de uma maneira mais geral, sua morte simbolizava também o fim de um certo modo de vida popular, cuja lembrança era o único resquício deixado pelo crescimento das dificuldades atuais. À “euforia” dos anos

1950-1964 - relativamente mais favoráveis às classes populares no plano econômico, político e das liberdades públicas - sucederam-se na verdade uma tristeza e uma certa violência primária que seria tentador associar ao sofrimento gerado pela intensificação da exploração econômica e da opressão política desde a instauração da ditadura militar (violência esta que se manifestou frequentemente durante os anos 70, especialmente sob a forma de tumultos nos trens de subúrbio do Rio e São Paulo). A morte miserável de Garrincha simbolizou ao extremo o desaparecimento dessa “alegria do povo” gerada pelo sucesso dos anos 50, especialmente pela vitória na Copa do Mundo de 1958, na qual o Brasil finalmente se afirmou em escala internacional, ainda que através do futebol, ou seja, de suas classes populares.

Mais contemporaneamente no Brasil, tempos circunscritos pelas crises da representação política que alcançaram as manifestações de rua a partir de 2013, espécie de “esfriamento” do pacto constituinte instaurado em 1988, e que trouxe consigo reavivamentos de signos políticos, corporalidades autoritárias, bricolagens semi-óticas e ressemantização conceitual de acontecimentos relacionados ao período ditatorial³, percebe-se o quanto interpretações históricas tomadas por alegorias no presente podem contorcer ou dobrar sobre si mesmas, sugerindo a ocorrência de nexos reiterativos nos quais os eventos se recompõem em novos cenários. O que coloca dúvida razoável sobre se, exceção feita aos corpos, eventos históricos que se creem singulares, de fato, “morrem” apenas uma vez.

Aprende-se com Lévi-Strauss o quanto pode ser problemático manter seguras as fronteiras rígidas entre narrativas míticas, histórias “frias” e “quentes” e, aqui no caso, versões históricas ou, mais precisamente, o fosso entre historicidades e historiografia (Goldman, 1999; Saéz, 2008)⁴. O autor, em várias oportunidades, oferece essa provocação. Fiquemos com a que segue:

(...) quando tentamos fazer história científica, fazemos porventura algo científico ou adotamos também a nossa própria mitologia nessa tentativa de fazer história pura? (...) Assim, se se tomarmos dois relatos de historiadores, de diferentes tradições intelectuais e com alinhamentos políticos diversos, de acontecimentos como a Revolução Americana, a guerra Franco-Inglesa no Canadá ou a Revolução Francesa, não ficamos de fato nada espantados ao constatar que eles não nos contam exatamente a mesma coisa (Lévi-Strauss, 1989a:63).

Essas questões aparecerão como inspirações para os relatos e experiências sensíveis que assumirão aqui a condição de fragmentos etnográficos, convertendo “mortes esportivas” e alegorias correlatas numa espécie de “etnografia do temor”. O (des)

encontro entre duas experiências extemporâneas entre si – uma vivida conscientemente na forma de observação etnográfica (o funeral do automobilista Ayrton Senna no longínquo ano de 1994) e outra em alguma medida espectral e fortuita (em torno da participação de historiadores, antropólogos, sociólogos, educadores relacionados aos estudos sobre esportes num evento de caráter multidisciplinar ocorrido em 2018) – produzirá uma espécie de superfície descontínua, tensionada numa economia das emoções manifesta em função de pontos de vista sobre noções como *esporte-nação*, nacionalismo e o papel do futebol como alegoria política e acadêmica.

É provável que *A morte da 'Alegria do povo'* ostente justificadamente a fama de ser um dos primeiros, senão de fato o primeiro texto a tratar o tema da morte esportiva do ponto de vista das ciências sociais brasileiras, expandindo os significados da morte. Exceções à prosa rodrigueana, que abriu este artigo, muitas vezes o fato da morte, no caso relacionada às narrativas esportivas, não excede os limites de um dado de realidade, aparecendo não raramente como informação biográfica, fazendo cessar o devir da continuidade e da relação de intimidade entre o ser individual e o coletivo.

Já há algumas décadas, as humanidades seguem dedicando continuado investimento nos fenômenos esportivos, estreitando na forma de múltiplos diálogos e iniciativas o campo mais geral dos estudos sobre esportes com outras searas acadêmicas, pensando particularmente na relação entre as ciências humanas com a educação física, psicologia, jornalismo. *O Simpósio Internacional de Estudos sobre o Futebol* realizados quadrienalmente desde 2010⁵ atesta essa multiplicidade de perspectivas. Retornarei ao tema do Simpósio mais adiante, especialmente ao dia em que ocorreu a última sessão da sua terceira edição⁶ para fixá-lo não simplesmente como locus inerte de divulgação de resultados de pesquisas, mas como sujeito actante⁷ imerso nas movimentações políticas que o circunstanciam. O modo como o Simpósio foi enredado a uma associação de agentes e acontecimentos trará, do ponto de vista etnográfico, outra perspectiva sobre como a antropologia das práticas esportivas pode enfrentar o tema da morte esportiva, tendo em vista o caráter entrópico dos fatos históricos que se precipitaram no desenrolar do evento.

Ainda mais, tomar o Simpósio como *pessoa* é compreendê-lo como sujeito e objeto ao mesmo tempo, cuja temática do futebol por ele abordada produzirá novas alegorias acadêmicas e políticas num contexto que foi marcado pela renhida campanha eleitoral para presidência da república ocorrida em 2018.

De modo geral, mortes físicas e simbólicas ganham relevo nos estudos sobre esportes porque podem ser amparadas num amplo espectro narrativo, literário⁸ e

científico e, particularmente de alto rendimento nas análises antropológicas, aproximando o domínio sensível ao inteligível⁹. A morte, em que pese sua singularidade existencial, consiste num *fato social total* na medida em que abraça a todos, seja porque obviamente somos corpos destinados ao desaparecimento, mas sobretudo porque também somos portadores de perspectivas, teorias, saberes que metaforicamente “fenecem” no intrincado jogo convencionalmente redefinido que chamamos de “realidade”. Mas ao contrário dos corpos, representações e esquemas conceituais, tais como valores, sentimentos e ideologias políticas, também podem ressuscitar, trapaceando não somente a finitude do corpo como também uma dada concepção mais linear de história, se concebida apenas como um sistema aberto e *quente*¹⁰.

A morte, portanto, aproxima o natural do cultural, o psíquico do simbólico, a metáfora da metonímia, bem como promove o encontro entre perspectivas que lidam com os corpos e suas potencialidades, no caso lúdicas e esportivas, e as noções socioantropológicas de corporalidade e *pessoa*.

A morte ou manifestações estéticas relacionadas a ela intervieram em muitas atividades corporais e lúdicas mais refratárias de serem delimitadas no estrito universo normativo dos esportes, tais como as touradas. Os processos de *esportificação*¹¹, por sua vez, aboliram paulatinamente a violência física e as possibilidades da morte em ato, excetuando em circunstâncias fortuitas, como substrato último na produção das emoções e sociabilidade, tais como descreve amplamente os trabalhos de Norbert Elias (1992). Para esse autor, um primeiro movimento “civilizatório” nessa direção foi a invenção da caça à raposa, em que a matança foi substituída pelo prazer da captura de um animal por outro, encarnados no par cão-raposa. As touradas e outras manifestações próximas ou aparentadas manteriam o tônus sacrificial e a diferença de potencial simbólica entre homem e animal. No importante ensaio *Espelho da Tauromaquia*, Michel Leiris ao distanciar a tauromaquia dos esportes, mesmo daqueles que envolvem risco de morte, cita de passagem o automobilismo, afirmando que

podemos estar certos de que, em comparação a qualquer outra espécie de proeza física realizada segundo regras e sob ameaça de um acidente sério, o que confere esse valor singular ao desempenho do torero é seu lado essencialmente trágico: todas as ações executadas são preparativos técnicos ou cerimônias para a morte pública do herói, que não é outro senão esse semideus bestial, o touro (Leiris, 2001:18)¹².

A longevidade (ou seria a imortalidade?) das metáforas sobre a morte espor-

tiva pode motivar as análises a inquirir tanto narrativas do passado quanto ações presentes e futuras, inovando as narrativas históricas mais uma vez, no sentido que Lévi-Strauss parece sugerir, ou seja, mais próximas de um “nível intermediário” em que estaria garantida a precipitação de eventos singulares. Isso evidencia a vocação ideográfica da história (Saéz, 2008:135), portanto tomada num nível consciente e a permanência de “fatos” inconscientes continuamente ressignificados:

Assim, um mito que se transforma passando de tribo a tribo, finalmente se extenua, sem por isso desaparecer. Duas vias lhe permanecem abertas: a da elaboração romanesca e a da reutilização pra fins de legitimação histórica. Por sua vez, essa história pode ser de dois tipos: retrospectiva, para fundar uma ordem tradicional sobre um passado longínquo; ou prospectiva, para fazer desse passado o início de um futuro que começa a desenhar-se (Lévi-Strauss, 1989b:274).

Dessa perspectiva, parece que fabulações e fatos inscritos no tempo alimentam historicidades e o domínio propriamente espacial das ações concretas, celeiro inesgotável dos encontros etnográficos. E realocadas num mesmo movimento, diria que se misturam nas ações e práticas dos agentes para produzirem múltiplos efeitos; e esse será o argumento que se seguirá, sem antes ainda retomar o tema da morte esportiva sob dois pontos de vista: um intelectual e outro estético.

Mortes esportivas e narrativas intelectuais

Uma conhecida expansão interpretativa das metáforas em torno das representações da morte esportiva pode ser notada nas análises que tomaram os esportes como situações reveladoras de *dramas sociais*. A morte aparece como operadora metafórica e não necessariamente evento singular, quer dizer, morte somente atrelada ao corpo, senão para assumi-la como função referencial simbólica. Dessa perspectiva, a morte também não se coloca como epifenômeno, isto é, diluída em significados sócio-históricos mais centrais, tal como evocada no alentado artigo de Lopes e Maresca.

E liberta do corpo e da narrativa diacrônica, será associada aos movimentos reiterativos rituais, em que derrotas metaforizam mortes esportivas de inspiração “estruturante”, mobilizando categorias simbólicas regionais. A totalidade empírica no caso seria o Brasil tomado do ponto de vista das performances dos selecionados brasileiros, cujo marco foi a derrota na copa do mundo em 1950, um lugar privilegiado de análise. Acrescenta-se outra derrota aqui na busca de um contraponto, a mais

recente ocorrida em 2014, ambas, como se sabe, foram Copas realizadas no Brasil.

Um rebento acadêmico dessa perspectiva, tomado como outro texto inaugural dos estudos mais gerais sobre futebol na literatura acadêmica brasileira, mobilizou a metáfora da morte esportiva como dispositivo dramático e ritualístico. O conhecidíssimo volume *Universo do Futebol*, coletânea assinada por Roberto Da Matta, Luiz Felipe Baêta Nevez, Simoni Lahud Guedes e Arno Vogel, é o exemplo paradigmático de abordagem, até então inédita na literatura em ciências sociais, relacionando os esportes ao tema da morte simbólica, contribuindo no plano acadêmico para fixar o futebol como lídimo esporte-nação. Arno Vogel assim escreve sobre a derrota de 1950:

A ideia de morte está claramente delineada na consciência dos atores do drama. Ninguém deixa de se referir a ela. Há os que mencionam os suicídios. Outros qualificam o silêncio, dizendo que era como se alguém muito importante tivesse morrido, um presidente da república, ou algo assim. Houve um, mais ingênuo, que colocou as coisas na ordem direta: A mãe pátria tinha morrido! (...) O que aconteceu à saída do Maracanã foi uma procissão fúnebre, em torno do sagrado nacional. E isso pode ajudar, e muito, a compreender o que significou, para os brasileiros, a derrota na Copa de 50 (Vogel, 1982:92).

Já em relação a 2014, podem-se divisar algumas fronteiras do modelo da dramatização, nas quais parecem esgotadas as funções ritualísticas consensuais em torno do *esporte-nação* na medida em que se renovaram os usos políticos do futebol numa sociedade em crise. É bom destacar que tal modelo nasceu de uma crítica e crise epistemológica no interior dos estudos sobre os esportes, decretando a morte de modelos deterministas de explicação do futebol num momento em que o Brasil vivia a abertura política e a retomada democrática¹³. Já 2014 marcará a crise política dessa mesma democracia num momento em que os estudos antropológicos gozavam de autonomia e mais amparo institucional após sucessivas políticas de expansão da pesquisa no sistema universitário público.

2014 contextualizou uma copa¹⁴ mobilizada em torno dos supostos distúrbios comportamentais que incidiram sobre as performances dos jogadores aturdidos em momentos decisivos, tomados na mídia por instáveis e “chorões”, reavivando conhecidas fórmulas psicologizadas sobre o temperamento do brasileiro¹⁵. Na Copa de 2014, torcedores politizaram a paixão esportiva tanto à direita quanto à esquerda do espectro ideológico, fragmentando e tornando mais pragmático e negociado o suposto nacionalismo psico-antropológico que parecia estabilizado e que fazia coe-

xistir futebol e sociedade na chave da identidade nacional.

E profissionais da mídia não raramente se surpreenderam com os níveis de incredulidade com que se manifestavam os torcedores diante do *esporte-nação*, fracionando-o em pequenas mil mortes políticas a cada ação coletiva e movimentos sociais, que bradavam contra autoritários planos de mobilidade urbana propostos pela não menos autoritária lei geral da copa¹⁶. Espocaram manifestações e palavras de ordem contra autoridades governamentais, comissão técnica, e aqueles considerados os verdadeiros donos do megaevento, conglomerados empresariais capitaneados pelos emaranhados corporativos produzidos na FIFA.

Dentro de campo e envolto em toda uma economia simbólica das lágrimas¹⁷, um selecionado doente ou moribundo escutou, sobretudo de fora das arquibancadas, pois dentro manifestavam somente turistas e torcedores selecionados pelo poder econômico, palavras de ordem e de morte que apregoavam o fenecimento do futebol brasileiro. E os resultados esportivos caíram diante dos olhos torcedores na derrocada de um estilo de jogo motivacional encarnado no técnico Felipão. Fora de campo, os coletivos “Não Vai ter Copa” e a indução do jogo político rumo à derrocada de um determinado governo já àquela altura politicamente açodado e economicamente claudicante, arrematavam o insucesso esportivo e político daquela edição da Copa do mundo, reconhecida também pelo rol de legados negativos. O futebol como representação ou dramatização (“damattização”) do nacional parecia que deixava de se manter imune e refratário diante das possibilidades das mortes políticas e esportivas. A FIFA e a CBF, nos anos subsequentes, seriam alvos de investigações internacionais que levariam à destituição de suas cúpulas dirigentes.

Por último, é preciso indicar, a título de menção, que não somente os jogadores, mas também dirigentes, políticos, governantes ou instituições futebolísticas (federações estaduais, CBF, FIFA) estiveram ainda que indiretamente enredados à problemática da morte esportiva na literatura acadêmica. É no âmbito dos espectadores que se reencontram os riscos da morte física, portanto mais distantes do modelo da dramatização que se movia analiticamente pelas simbolizações do *esporte-nação*. O tema das modalidades de sociabilidade trará a crueza dos enfrentamentos em nome das adesões torcedoras em projetos políticos coletivos que alcançavam os fundamentos das vontades corporalizadas por autonomia numa dimensão metonímica sacrificial paroxista.

O acirramento e ciclos de violência entre torcedores mascararam outras adesões e formas de morte e violências menos espetaculares, porém não menos danosas em

relação aos seus efeitos institucionais (aparatos repressivos, guerras econômicas e políticas entre entidades esportivas, relações trabalhistas), provavelmente vitimando tantos outros protagonistas, assim como fizeram com o próprio Garrincha. Já a violência física seguida de morte entre torcedores tem origens no recrutamento dos aficionados não somente em função dos arranjos institucionais torcedores que gravitam em torno dos clubes, mas em relação aos arranjos inerentes à noção de *esporte-nação*, com a demarcação de seus territórios existenciais e práticas indutoras de uma economia política eivada de ilegalidades e violência nada estranhas aos mecanismos de produção de riqueza, poderes e identidades no seu interior.

O apego aos micropoderes desde a constituição dos vários modelos de sociabilidade torcedora – Torcidas Organizadas (Toledo, 1996), pertencimentos clubísticos (Damo, 2002), Torcidas Jovens (Holanda, 2012), e mais recentemente coletivos identitaristas – reposicionou essa miríade de práticas voltadas para a ação e reprodução desses coletivos em estreita relação política com outros atores no fluxo dos arranjos esportivos profissionais. Não obstante o quanto dessa violência e as mortes dela decorrentes alimentaram essa dinâmica aspiralada e dissonante, como recursos identitários não tornaram esses coletivos populares mais homogêneos, sequer instâncias apenas orientadas para e pela violência, em que pesem as tentativas em transformá-los em segmentos estigmatizados e apartados do emaranhado futebolístico profissional e de espetáculo.

Morte como estética narrativa na crônica esportiva

Aproximações metafóricas e usos da ideia de morte simbólica relacionadas aos esportes e por extensão às representações sobre nacionalismo e *esporte-nação* condensaram-se também nos jargões jornalísticos e em textos acadêmicos vinculados a esse vasto e fragmentado campo. Rotinizados em sucessivas tentativas de reprodução de estilos orientados por cronistas de renome, textos jornalísticos e coberturas esportivas em geral não raramente flertam com estilos literários na condução das coberturas amparadas na relação entre tragédias e devir histórico. Os irmãos Rodrigues, Mario e Nelson, consistem em exemplos paradigmáticos dessa empreitada estética. Cabe um exemplo solto, mas atado à fórmula e aos argumentos que sustentam a ideia de proximidade entre *esporte-nação* e morte esportiva. O trágico acidente de Ayrton Senna revelado no fragmento que segue exemplifica essa relação simbiótica entre nacionalismo e tragédia física:

É terrível fotografar o tormento de um indivíduo solitário que, por exemplo, perdeu

seu único ente querido. E também a aflição de uma família com o falecimento de um parente, filho, mãe, pai, irmão. E, ao longo de anos da minha profissão de jornalista me deparei com isto. Mas dessa vez, estava diante de um sofrimento igualmente intenso, mas coletivo: uma nação inteira sepultar um ídolo (Orlando Brito, fotojornalista)¹⁸.

Foi a prosa de Nelson Rodrigues, sobretudo, aquela que se elevou à condição paradigmática no interior do jornalismo esportivo e talvez aquele autor entre tantos outros que mais flertou com o tema ou mais metaforizou as sensações da morte esportiva em suas crônicas, amparando inclusive as interpretações do universo acadêmico na compreensão das representações sobre o futebol e por consequência sobre os possíveis brasis dele depreendidos. Não é exatamente uma sociologia das representações em torno da morte que aparecem em suas crônicas, mas uma estética da morte ou a ideia de negação a ela vinculada, cuja possibilidade de apreensão dos sentidos mais subjetivos do jogo reposicionam a morte como grande inimiga a ser debelada ao lado da falta de fé, traço psicológico cunhado pela expressão “complexo de vira-latas”, aludindo ao problemático *caráter nacional* e outras projeções sociopsíquicas enunciadas e experimentadas pelo cronista.

O apego ao futebol como uma qualidade impressa nos corpos dos jogadores e torcedores brasileiros não estaria imune aos perigos e ataques constantes da derrota, transfigurada em morte esportiva. Derrota aparece constantemente em Nelson Rodrigues como morte esportiva e ao mesmo movimento morte moral, ainda que passageira, assombrando e religando o selecionado ao povo brasileiro.

Não obstante, derrota ainda não pode ser confundida com morte¹⁹, essa sim um sintoma de paralisação perpétua de um estilo de jogar, colocando à prova a relação simpática entre nação e esporte. Ademais, a morte (física ou simbólica) como representação social que inflamou os estudos acadêmicos não coincide exatamente com a “morte passageira” (a derrota) intuída na subjetividade esportiva dos textos rodrigueanos. A relação que podemos estabelecer entre sua prosa com os primeiros estudos acadêmicos, a levar em conta o marco de *Universo do Futebol*, se dá por diferenciação complementar, quer dizer, tendo a morte ou sua possibilidade como dramatização que levou tanto cronistas quanto pesquisadores a diferenciarem seus métodos, mas ao mesmo tempo complementarem suas abordagens a respeito do futebol como símbolo dominante, ou como venho denominando, conceituado como *esporte-nação*.

Nelson Rodrigues, espécie de moralista esportivo, não pretendia fazer sucumbir a sua escrita ante as fraturas ou pequenas mortes do nacionalismo a cada derrota.

Tanto é que apaixonadamente ajudou a erigir esse nacionalismo esportivo estando à frente na militância jornalística e literária. Já os estudos acadêmicos subsequentes ficariam mais atentos aos desdobramentos, processos e tensões inerentes aos dilemas enfrentados pelo *esporte-nação* em suas *cismogêneses*²⁰ com o “nacional”. A condição pré-existente e a-histórica do futebol como um mito culturalista passaria a fabular as transformações da relação entre esse esporte e a dita sociedade brasileira. A morte de Nelson Rodrigues em 1980 deixaria uma lacuna difícil de ser repostada na crônica esportiva. Decretar a “morte” da potência identitária do futebol via trabalhos acadêmicos nas décadas seguintes parecia um caminho sem volta, sobretudo num ambiente de segurança democrática onde novas formas de expressão de outros futebolis paulatinamente foi ganhando forma e substância na arena pública numa trama de demandas por novas expressões corporais e subjetivas.

Etnografias (quase) mortais

“Em nosso tempo, o fanatismo do futebol invadiu o lugar que antes estava reservado somente ao fervor religioso, ao ardor patriótico e à paixão política”
(Eduardo Galeano)

Enfim, alcanço o problema que gostaria de tratar aqui, o encontro entre fabulação e história, metáforas e metonímias, ou esportes como metáforas (de senso comum, literárias ou acadêmicas) com os esportes vividos como metonímia em experiências concretas e sensíveis. Mantenho fiel às observações que se seguem dentro de uma análise que se pretende simbólica, mas não creio que as metáforas possam servir como únicas figuras de linguagem na expressão desse simbolismo. Ou não bastam, apenas. É preciso tomar os esportes, suas mortes e ou “ressureições” como metonímias e extensões das relações que enunciam no transcurso de realidades contextuais. Aqui jogo também não é tomado por metáfora para falar de outra coisa, da vida, da cultura brasileira; jogo é vida e acontecimento, precipitação, algo que pode ser destacável da própria vida, fragmentos e negociações de experiências que fazem parte da pessoa, seja a pessoa torcedora, seja a pessoa intelectual, seja a pessoa composta e actante, enfim, qualquer uma que incorpore os esportes nos cálculos de suas extensões identitárias e tomadas de posição política.

É dessa forma que passo a narrar comparativamente algumas impressões, sensações, diria mesmo corporalizações a partir de duas experiências ortogonais con-

vertidas e entrelaçadas aqui em casos etnográficos: minha presença na última sessão do III Simpósio Internacional de Estudos sobre o Futebol realizada no Museu do Futebol, em 2018 e no funeral de Ayrton Senna ocorrido em 1994. Dois casos nada simetrizados ou comparáveis entre si, seja do ponto de vista de suas estruturas narrativas internas, sejam do ponto de vista das aproximações e formalizações conceituais que possam reter. Descontinuados histórica e sociologicamente cumprem oferecer a produção metonimizada de algumas sensações precipitadas na biografia de quem os vivenciou, aqui no caso o antropólogo. Concretamente falei de temores e suspeitas, expectativas, ou mesmo formas de reter o temor ou apreensão como sintomas ou virtualidades da ocorrência de alguma espécie, aí sim, de mortes esportivas. Temores, apreensões e expectativas formam uma tessitura ou aderência corporal e subjetiva em torno desses dois acontecimentos, todavia não serão narrados aqui como “contextos para” alcançar a objetividade histórica, pois são tomados por narrativas autossituadas ou “confissões” que estabelecem a passagem dos fatos históricos em etnográficos.

Sem se fazer perder em labirintos de impressões apenas subjetivas e incomunicáveis, esses casos poderão deixar rastros para que retomemos problemáticas produtivas em pesquisas “sociais” sobre esportes. Até mesmo porque as percepções (de senso comum, socioantropológicas, históricas) que elaboramos sobre os esportes devem passar pela tradução ou experiência, primeiro, das percepções sensoriais ou aquilo que chamaria aqui de política da sensibilidade etnográfica, que, ademais, em nada está divorciada dos processos mais abrangentes.

Receios, suores nas mãos, palpitações, hesitações, paixões, virtualizações da morte podem ser bons indícios para acolhermos o ponto de vista de uma etnografia do temor sem cair necessariamente no pântano do subjetivismo. Sigamos então com os relatos.

Nacionalismo como “espetáculo da morte”

Pedi carona ao historiador e professor Flavio Campos, um dos coordenadores do Ludens, tão logo acabou a última sessão de toda uma intensa semana de atividades ocorridas no referido simpósio, distribuído durante a semana em três locais: departamento de História da USP, campus Butantã; SESC “fábrica” Pompeia, localizado no bairro de mesmo nome; e o Museu do Futebol. Aquela última sessão fora direcionada para que ocorresse nas dependências do Museu do Futebol, consagrado espaço expositivo, de pesquisa e de lazer contíguo às arquibancadas do glamouroso

Estádio do Pacaembu, no bairro de mesmo nome, também na cidade de São Paulo.

O museu aproveitava o encerramento do simpósio para inaugurar uma curiosa exposição sobre rivalidades torcedoras, tema um tanto indigesto de ser esteticizado, sobretudo em instituições privadas de fomento à cultura, que pensam o futebol a partir da grande narrativa histórica e identitária nacionalista. Embora o museu seja do ponto de vista defendido aqui mais um dispositivo que ampara o status do futebol dentro daquilo que estou definindo como esporte-nação, a política desse Museu em específico guarda distinções sensíveis em relação ao conjunto museográfico ou colecionismos que amparam as narrativas da memorabilia em torno das práticas futebolísticas no Brasil²¹.

E em se tratando do comportamento torcedor, rivalidades têm sido alocadas há décadas nas narrativas ambíguas e pantanosas dos discursos civilizatórios em torno da repressão e judicialização. Eu e o professor Flavio fizemos um sobrevoo na exposição e após ligeira visita rumamos para o seu carro na intenção de alcançar um metrô mais próximo, onde nos despediríamos. A brincadeira era se encontraríamos o carro dele intacto, já que horas antes e coincidindo com os últimos trabalhos do referido simpósio a praça Charles Muller, amplo espaço contíguo ao estádio, havia servido de palco para a manifestação político-partidária da então candidata a deputada federal pelo PSL, logo eleita com expressiva votação, Joice Hasselmann. O motivo da brincadeira era que o carro exibia propaganda contrária às posições políticas da então candidata, que reunia em quase metade do espaço da praça muitos correligionários, já àquela altura conhecidos, mas também estigmatizados pela intolerância ideológica. Por sorte o veículo havia sido ignorado e pouco ou nada notado pelos militantes que ali se movimentavam.

Entre algumas dezenas de pesquisadores compromissados com aquela última sessão do Simpósio se podiam notar muitos participantes usando camisas de times do futebol brasileiro, de times profissionais estrangeiros, semiprofissionais e até mesmo de clubes amadores, numa paisagem colorida que contrasta com a outra dispersa nos corpos dos militantes recolhidos na praça pela então candidata à vaga na Câmara dos deputados. Os militantes em grande número ostentavam versões da camiseta amarela da seleção brasileira de futebol. Tal contraste era fruto da captura de um símbolo dominante (Turner, 2005), a camisa da seleção brasileira, por parte daqueles que ficariam conhecidos e estereotipados nas manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Roussef em 2016 como “patos”, “paneleiros” ou “coxinhas”. De um lado, pesquisadores torcedores que durante toda a semana discutiram e tematizaram

sobre identidades, futebóis e diversidade evitaram o uso de uma camisa verde e amarela, alegando o sequestro daquele símbolo vinculado ao *esporte-nação*; de outro lado, militantes torcedores que no discurso se apresentavam como portadores de soluções alternativas e de resgate moral e ético na política brasileira, imprimindo uma leitura nacionalista que buscava se impor pela via eleitoral.

Outro signo destacável e contrastante naquela paisagem foi a presença de um gigantesco boneco inflável do então candidato à vice-presidência, o general da reserva Hamilton Mourão. Em altura o boneco quase que competia com a monumentalidade da fachada do estádio. Na verdade, o bonecão estava de costas para a fachada e, portanto, para o Museu, direcionado para a saída no sentido da avenida que liga o Pacaembu a outro bairro, a Barra Funda.

Horas depois, ao nos retirarmos do Museu, encontraríamos vestígios da manifestação que há pouco se confrontava política e esteticamente com as tonalidades ideológicas dos participantes do Simpósio. Além do carro do professor, que não exibia sinais de depredação, sobrava daquele evento um varal onde um ambulante misturava *souvenires* esportivos com camisetas pretas estampando o rosto do então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. É preciso acrescentar que Bolsonaro é frequentemente nomeado pelo qualificativo “mito” por seus correligionários, precisamente numa fusão com seu nome, Bolsomito.

Bolsomito é o nome que se popularizou desde que ascendeu à política nacional com sua candidatura. Mito, não exatamente “ídolo”, revestiu sua pessoa de uma narrativa que só ganhou os contornos do fantástico e do excepcional ao longo da campanha, sobretudo depois do atentado à sua pessoa que o colocaria na esteira de uma narrativa de morte ou risco e morte, mas que pode ser pensada como morte produtiva em termos eleitorais porque o blindara das controvérsias, dos debates e da suspeita ante suas qualidades intelectuais como potencial dirigente da nação. O atentado que sofrera ainda em campanha na cidade de Juiz de Fora traria o tema da morte para o epicentro de sua campanha e a narrativa de bolsomito ganharia contornos ainda mais escatológicos com a adesão formal de parte de líderes de segmentos religiosos, evangélicos e neopentecostais, à campanha. Tais adesões não significavam apenas posicionamentos políticos, mas aderência às narrativas que mostravam o então candidato como um messias a invadir a história para promover a redenção do país diante dos descaminhos da democracia e do sistema de representação política. Tratava-se ali de um nacionalismo renovado em curso que chegara à presidência.

Nas semanas que correram ao atentado a campanha de sua candidatura salta-

ria e fugiria às expectativas do teto eleitoral, alcançando como se sabe a presidência da república. O PSL naquela eleição também saltaria de um deputado para 52 membros na Câmara dos Deputados, apontando para um deslocamento importante e consensualmente tido pelos analistas (jornalistas de editorias políticas, cientistas políticos) como o mais à direita desde o ocaso da ditadura militar e reestabelecimento da democracia participativa.

Em nome de uma posição ideológica baseada no confronto e na dissuasão dos adversários pela ameaça de uso da força e abuso dos jargões bélicos e alusões racistas, muitos bordões foram ouvidos naquele dia na praça Charles Muller ao som dos autofalantes vindos do caminhão alegórico, que convocava os participantes a saírem dali em carreta pela cidade. A retórica do “matar todos os petralhas”, bordão do antipetismo que ajudaria a eleger Jair Bolsonaro, logo converteria ameaças e verbosidade em reais e difusos enfrentamentos físicos durante a campanha, sobretudo no segundo turno das eleições, divisando constrangimentos morais, físicos, chegando à ocorrência de mortes²².

Quase como que acantonados na entrada do Museu estavam os inúmeros pesquisadores de futebol, muitos sabidamente militantes no campo da esquerda, que reativamente contemplavam ou ignoravam a manifestação da candidata do PSL. Aquela sexta-feira anteciparia a grande manifestação dos coletivos femininos e de todo um campo feminista que conclamaria o “ele não” numa manifestação identitarista contra os abusos da campanha de Bolsonaro.

Não seria exagero dizer que a praça acomodando aqueles dois eventos, o Simpósio e o evento político bolsonarista, abria para as possibilidades de enfrentamento, proximidade excessiva, confronto subjetivo existencial e ideológico, e da parte dos pesquisadores que assistiam ao evento político, temores diante dos impropérios nacionalistas e a profusão de metáforas de morte verbalizadas nas falas daqueles que se revezavam nos microfones da manifestação.

Parecia que os pesquisadores se encontravam diante de um dilema de natureza metodológica curioso, embora não problematizado nesses termos, mas vivido ali no encontro fortuito com os militantes: do lado de fora do simpósio vislumbrava-se a história “quente”, ou a historicidade misturando seus elementos bricolados, servindo de potência e ação a reavivar ou ressuscitar aquilo que dentro do simpósio se colocava como dimensão problemática ou “fria”, ainda de uma perspectiva histórica, sobre as teses ou limites participativos do nacionalismo esportivo ancorado no monotemático futebol como esporte-nação. A fala do historiador Flavio Campos

ainda no dia anterior ocorrida no SESC Pompeia, reproduzida nas redes sociais e em blogs esportivos mais politizados, atestava de maneira contundente a tensão estabelecida entre o que se discutia no Simpósio, sua urgência política, com parte daquelas vozes vindas das ruas comprometidas com a candidatura bolsonarista.

A manifestação política na praça Charles Muller era uma resposta antecipatória do que ainda estaria por vir naquele primeiro turno das eleições, ou seja, o recrudescimento ainda maior e adesão significativa da população diante das exposições, muitas delas no formato deletério, mas não menos devastador das fake news, expondo supostos corpos desnudos e de poucos modos que se exibiam nas manifestações do “ele não”, movimento de coletivos femininos contrários à publicizada misoginia e homofobia de Bolsonaro. Tais “notícias” alcançariam em massa as redes sociais se contrapondo e promovendo a indignação daqueles que estariam do lado da moral religiosa, dos costumes e preservação da unidade familiar em respostas ao “ele não”.

A III edição do Simpósio que ali se encerrava havia escolhido a diferença, os feminismos, os futebolis e as formas identitárias como temas condutores e indutores de políticas públicas, fato que rivalizava com os apelos em nome da nação, pátria livre do comunismo e discursos mais refratários às expressões de gênero que ecoavam dos manifestantes bolsonaristas.

A morte como espetáculo nacional-esportivo

Já no interior do carro, o professor Flavio anunciou uma fome reprimida e antes mesmo que ganhássemos a rua pelo mesmo caminho que havia transcorrido a carreta política, paramos para comer pastel nas barracas que costumeiramente se alojam no lado oposto da praça. Aquele desvio ou parada de rota foi suficiente para que narrasse ao historiador uma espécie de *dejá vú* que tivera naquele momento em que contemplava a praça já vazia de pesquisadores e militantes, retomando a rotina de bairro abastado e tendo ao fundo agora somente a paisagem idílica da monumentalidade do estádio. Passei a esboçar uma comparação do que presenciamos horas antes, desde minha chegada em que fui advertido pelo motorista do uber que me conduzia para que tomasse cuidado com a manifestação, afinal precisaria atravessá-la e me misturar ao ajuntamento militante se quisesse alcançar o grupo de pesquisadores que esperavam o início dos trabalhos nas imediações do auditório do Museu.

E ali ingerindo sem muita convicção aquele pastel, comparei o que havíamos visto ainda há pouco com outro evento já mais distante na memória, e passei a lem-

brá-lo como havia sentido estranhamente quase a mesma atmosfera nacionalista quando presenciei o espetaculoso cerimonial público do funeral do automobilista Ayrton Senna da Silva, ocorrido em outro parque famoso da cidade, o Ibirapuera.

O professor Flavio balançou a cabeça e eu mesmo fiquei sem muita convicção do rigor daquela comparação e passamos a tecer considerações gerais do que havíamos presenciado. A aproximação, na verdade incômoda comparação que me ocorrera de chofre, acabou ficando adormecida. Insisti ainda com o professor que gostaria de esboçar algumas considerações a respeito daquelas sensações que de surpresa se entrecruzavam, mas que não tomavam qualquer relação consciente ou “histórica” de causa e efeito. Afinal, suposta comparação saltara décadas, pulara encadeamentos factuais e descarrilhava a história, parecia se abrigar na esfera das bricolagens ou *transformações*. Sequer saberia dizer por que me ocorreram naquele momento, mas o fato era que a proximidade entre os dois eventos havia sido antecipada e se agitara no próprio corpo, e tornamos o diálogo mais errático, crispado e irrequieto. Tinha ali nas mãos dois eventos, na verdade três, se considerar o próprio Simpósio como espécie de agente mediador a estabelecer a relação simpática entre os outros dois.

Anos atrás estive nos arredores do funeral de Ayrton Senna, lembrando que o automobilista morreria num 1º de maio de 1994, e seu velório ocorrera quatro dias após o acidente que o vitimou. Em nada os ritos fúnebres que presenciara *in loco* e que foram televisionados e repisados na mídia podiam ser comparados ao de Garrincha, descrito no texto de Lopes e Maresca.

Tratava-se de uma cerimônia de Estado para um herói, também chamado comumente na imprensa de mito. As diferenças em relação aos impactos de suas mortes se davam porque Senna era um atleta que estava em plena atividade e forma física quando fatalmente fora vitimado. As circunstâncias de sua morte em plena performance competitiva em nada se comparavam ao fenecimento social paulatino e ostracismo em que se encontrava Garrincha por ocasião de sua morte. No seu funeral de pouca ou quase nenhuma pompa, tomado pelos populares que carregaram à deriva da emoção o seu caixão, os sinais do nacionalismo esportivo haviam esmaecido e embora representante de um esporte muito mais popular que o automobilismo, seu corpo já não podia ser reconhecido como sendo o do Garrincha dos gramados. Era um corpo não estatal, um corpo popular, portanto quase anônimo, já marcado por um certo anonimato, um corpo já dissociado do *esporte-nação*, porque à revelia do nacionalismo que um dia atizara em campos nacionais e estrangeiros. Nem é preciso dizer o quanto Garrincha e Ayrton Senna se distanciavam em termos de origem de

classe e circulação pelos domínios da riqueza.

Já o funeral de Ayrton Senna ganhou proporções assombrosas e inéditas, sobretudo porque mobilizava a massa de populares que se espalhava por todo o parque. Antes havia tomado as ruas, viadutos e se espalharia por toda a cidade no traslado do carro fúnebre do aeroporto até o Ibirapuera. Outra comoção seria o traslado para o cemitério localizado no bairro gentrificado do Morumbi.

Transcrevo outro fragmento do fotojornalista Orlando Brito que por motivos profissionais cobrira o evento bem mais próximo do epicentro dos acontecimentos:

Um jornalista tem de conter sua emoção diante dos fatos. Mas confesso que nesse dia nem eu e nenhum dos meus colegas cumprimos essa regra. Ainda no aeroporto de Cumbica, vimos o caixão de Ayrton ser coberto com a bandeira do Brasil. Já nesse momento sabíamos que estávamos numa cobertura onde o sentimento da perda e a consequente intensidade da dor marcariam imensamente a história do povo.

Naquele dia e por razões que ainda não saberia equacionar, decidi observar o velório de longe, me afastando do burburinho tomado por bandeiras do Brasil, camisetas da seleção, ambulantes. Ocorria na cidade e ali mesmo no parque mais uma edição da Bienal de São Paulo, prestigiado e tradicional evento internacional de artes plásticas de onde de dentro de suas dependências acompanhei a movimentação da perspectiva de quem olhava através das amplas janelas envidraçadas. Acreditava ser praticamente o único visitante do evento naquele momento de um quase meio-dia ensolarado. Ignorando o conteúdo da exposição, rumei para um andar superior em busca da melhor vista e fiquei um tempo considerável a contemplar solitariamente a movimentação do lado de fora, onde milhares de pessoas iam e vinham a esmo. Mais distante ficava a entrada do prédio da Assembleia, onde se velava o corpo.

Foi como se de dentro da bienal esvaziada de público, algo tivesse convertido o cerimonial que transcorria lá fora num desdobramento da própria exposição ou, ao contrário, como se o silêncio de dentro tivesse alargado o respeito ao luto que ocorria do lado de fora. Um quadro ou instalação que parecia mimetizar a serenidade e o silêncio dos objetos dispostos no espaço interior, mas ao mesmo tempo tornando esteticamente impotentes as provocativas obras ali costumeiramente exibidas em ocasiões de bienal.

Tempos depois esbocei em nota de rodapé na tese de doutorado uma aproximação etnográfica como exemplo dessas interpretações mais “culturalistas”, diria

hoje estatais, daquilo que vira com os olhos um tanto distanciados e objetivantes, portanto de fora e de longe²³:

Dentro desta perspectiva do drama, então, outros fenômenos de grande impacto social vinculados ao campo esportivo podem ser interpretados, tais como a morte e o funeral do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna e a vitória do selecionado brasileiro no Campeonato Mundial de futebol, ambos em 1994. Acontecimentos que revelaram, através das dimensões da festa e do luto, toda a dramaticidade de se experimentar o sentimento coletivo de nação para um conjunto expressivo da sociedade brasileira. Momentos em que o sentido da vitória e da derrota, atributos dos esportes por excelência, nortearam o sentimento de dor, de paixão, de perda, por um lado, ou a alegria, o êxtase, o paroxismo, a recuperação da autoestima coletiva, por outro. No dia do enterro de Senna, pude ler em uma faixa carregada por populares nas imediações do parque do Ibirapuera, local onde estava sendo velado o corpo: A gente perdeu um piloto e Deus ganhou Ayrton Senna. Nem naquele momento de exacerbada dor por parte daqueles que ali choravam a morte do ídolo, estes torcedores relegaram o sentido recíproco e profundo da experiência dos esportes. Todos estavam irremediavelmente derrotados pela fatalidade do acontecido, porém, Deus ganhara um símbolo nacional, transformado, de certo modo, em mito de um povo (Toledo, 2000:35).

O parágrafo acima, lido agora retrospectivamente, causa muito estranhamento e distanciamento intelectual sobretudo após ter aproximado quase que inconscientemente aquelas experiências aos acontecimentos vividos na praça Charles Muller. De certa maneira, uma crítica ao nacionalismo ou às formas que o nacionalismo pode assumir historicamente parecem ter produzido um pequeno grupo de transformações em torno desses eventos narrados, uma pequena mitologia que faz aproximar o Simpósio, o evento político bolsonarista e os funerais de Garrincha e Ayrton Senna.

O avivamento nacionalista e resignado diante da morte de Ayrton Senna, evento criticado pelo piloto Nelson Piquet²⁴, conhecido desafeto de Senna, ao justificar que não fora no velório porque aquilo havia se transformado num evento político, aponta para as transformações um tanto cíclicas, ou melhor, helicoidais desse nacionalismo esportivo.

As mobilizações em torno da morte do piloto haviam projetado o Brasil intensamente no noticiário internacional, e a comoção extravasaria em muito os limites do território nacional. Se havia um forte apelo nacionalista diante daquela morte, recuperado inclusive nas análises (Toledo, 2002), o fato era que seu súbito desa-

parecimento ganhara um alcance muito mais extenso que as narrativas factuais puderam abarcar. A comoção, sem dúvida, reviveu um apelo nacionalista como ingrediente avivado no funeral, mas ao mesmo tempo escondia em sua formatação estatal fraturas que uma análise objetivante e de fora não puderam alcançar naquele momento de luto. Fraturas muito mais evidenciadas e narradas por Lopes e Maresca no modesto funeral de Garrincha. Ali, ao contrário do velório de Senna, torcedores não celebravam um mito, mas sim, e de posse de suas historicidades e na disputa pelo seu corpo, um herói histórico, do passado, sepultado quase sob o silêncio e esquecimento do resto da nação.

Dobraduras temporais

“O futebol, metáfora da guerra,
pode transformar-se, às vezes,
em guerra de verdade.
E então a morte súbita
deixa de ser somente o nome
de uma dramática maneira
de desempatar partidas.”
(Eduardo Galeano)

É bom lembrar que os depoimentos considerados *blasé* e demasiado tecnicistas a respeito da tragédia de Ayrton Senna disparados por Nelson Piquet fermentavam um insuspeito incômodo diante daquela que era considerada a maior fatalidade esportiva nacional, morte que dava contornos agora realistas à metáfora da *morte esportiva* acontecida décadas anteriores no luto simbólico pela derrota futebolística em 1950.

Se a derrota futebolística foi potencializada em mil derrotas e mortes simbólicas subsequentes, a começar pela controversa discussão sobre em quem deveria recair a culpa – em que toda uma discussão factual ou inventada (Moura, 1998) por Mario Filho no aclamado *O Negro no Futebol Brasileiro*, já fortemente influenciado pelas ideias de Gilberto Freyre que o prefaciou, sobre o lugar dos negros no futebol, de fato acabou abrindo espaço para uma discussão franca sobre racismo na sociedade brasileira²⁵ –, as projeções nacionalistas emanadas da morte de Ayrton Senna se encerrariam no luto, e apesar dos rebatimentos ou usos políticos condenados por

Nelson Piquet, aquela morte expressava um nacionalismo acomodado ou reificado na própria formatação do funeral, dando vazão sobretudo às formas estatais de expressão da tristeza coletiva.

Alocada no terreno mais seguro da neutralidade ritual, a morte de Ayrton Senna avivara algum nacionalismo, mas depois dele o automobilismo perderia *status* simbólico e se retiraria da esfera do *esporte-nação*. Isso se deu até mesmo porque era o piloto que corporalizava intensamente tal noção a cada vitória a ostentar gestualidades e maneirismos com a bandeira nacional, atitudes muito mais arrefecidas e contidas em pilotos tão vencedores como Nelson Piquet.

Já no Pacaembu, pesquisadores em suas atividades acadêmicas contemplavam, senão a morte, ao menos o estado moribundo das perspectivas analíticas que tematizaram por muito tempo o futebol profissional “cis”, misógino, metaforizado em identidade nacional monolítica. Mas outro problema parecia do ponto de vista acadêmico pouco problematizado, qual seja, o consenso em se pensarem narrativas históricas somente do ponto de vista da história dos historiadores, a história dita científica, perspectiva mais francamente absorvida no simpósio. Voltaremos ainda a esse ponto. E ali naquele III Simpósio, todas as discussões sobre outros futebolis, outros atores ou actantes, futebolis ativistas, futebolis indígenas²⁶, movimentos antifascistas de torcedores, futebolis dos deficientes, futebolis generificados, futebolis das mulheres contribuíam para a crítica cultural mais abrangente que apontava para a crise de hegemonia do *esporte-nação*, rebatimentos dos acontecimentos ocorridos a partir de 2013.

A busca por outras formas de sociabilidade em outros futebolis e dentro da perspectiva que orientou as falas no simpósio confrontava abertamente com a postura e os recursos políticos e narrativos exibidos nas camisetas da seleção na campanha bolsonarista, que pregava abertamente uma estética da força em nome de uma releitura histórica e ao mesmo tempo fabulosa do nacionalismo. A vitória circunstancial desse nacionalismo pode ser considerada uma outra leitura ou dobradura da noção de *esporte-nação*, o que não necessariamente vá frear outros processos de diferenciação no interior das práticas dos futebolis e dos identitarismos que, se queriam crer, só poderiam vicejar dentro de ambientes mais democráticos. Daí o insuspeito temor que se avizinhava com a proximidade das eleições.

O encontro fortuito dos pesquisadores com a manifestação política relacionada à campanha de Jair Bolsonaro indicava os desdobramentos desse processo, esbarrando nas metáforas da morte de um estado de direito que foi sistematicamente

vilipendiado na fala autoritária que vinha das campanhas do PSL e seus correligionários. As propostas de combate à violência com a proliferação das armas levariam o Brasil, nas palavras do então candidato, a retroceder aos patamares mais seguros dos anos 1940 e 1950.

A morte física, portanto, real, de Ayrton Senna atçou as metáforas de um nacionalismo consensual em seu funeral, que redundou no ocaso ou morte simbólica do automobilismo como *esporte-nação*. Já no ativismo político de um nacionalismo real da parte dos correligionários de Bolsonaro chegava-se à profusão de metáforas de extermínio, violência (física, constitucional, institucional) que acabou espalhada pela campanha em ações metonimizadas por simpatizantes contra gays, transexuais, mulheres, carros do Ibama, universidades públicas. Exterminar todos os dissidentes, os *vermelhos* e os *petralhas*, acabar com todas as formas de ativismos no Brasil foram as ameaças que deram o tom da campanha e que se insinuavam como políticas do medo, só apreendidas por intermédio de uma etnografia do temor.

A fala bolsonariana ao embaralhar fatos ditos históricos em alusão a algum princípio metafórico de reversibilidade do tempo histórico, ou seja, sugerir que o país recuasse aos anos 1940 ou 1950, num discurso proferido no BOPE no Rio de Janeiro, trapaceava a narrativa história que, como afirma Lévi-Strauss, consiste num sistema aberto se comparado aos sistemas mitológicos que, estáticos, combinam os elementos mitológicos de infinitas maneiras, “mas num sistema fechado, contrapondo-se à História, que, evidentemente, é um sistema aberto” (Lévi-Strauss, 1989:61).

Nesse mesmo sentido, a alcunha de “mito” como centralizadora de uma potência narrativa agregada ao seu nome, “bolsomito”, aparentemente poderia colocá-lo numa posição francamente contra a história dos historiadores, seja porque a despreza como fonte de conhecimento e parece aprender pouco com ela, seja porque a eficácia de seu discurso alimentado no embaralhamento dos fatos e conceitos acabou por sovar uma narrativa bricolada de outra ordem ou espécie de mitologia política autoritária, que alcançou grande eficácia na escolha do voto popular.

As *fake news* e as opiniões embasadas em frequentes releituras excêntricas da história dos historiadores foram marcas de uma nova modalidade de campanha publicitária política que alcançou grande capilaridade. Tais trapaças na historiografia incumbiram-se de ampliar e “esquentar” o embaralhamento das versões e das ações políticas, bem como misturar os fatos e a inventar relações que, do ponto de vista da racionalidade histórica acadêmica, mostraram-se incongruentes e fantasio-

sas, mas que se revelaram reacomodações bricoladas dos fatos que acabaram, por fim, fabricando um mito ou um herói político, dando-lhe novos sentidos e muita ressonância social.

Para arrematar, gostaria apenas de recolher algumas menções deixadas pelo caminho a respeito das metáforas sensíveis levi-straussianas do *frio* e do *quente*, embora e nem de longe pretenda reavivar a essa altura os desdobramentos que motivaram as discussões encerradas na relação entre mito e história. Fixo num aspecto que a etnografia pareceu ter sugerido e que faz reencontrar a noção de cismogênese que essas duas propriedades analógicas parecem evocar.

Isso quer dizer que *frio* e *quente*, além de servirem de interpolações para definir em escala planetária os níveis de distinção não exatamente de sociedades “com” ou “sem” história, uma vez que todas a possuem, mas velocidades de transformações históricas em sociedades distintas, descortinando vocações cosmopolíticas e existenciais igualmente distintas, podem se oferecer como recursos metodológicos ou mesmo índices de percepção de transformações das relações no plano da sociabilidade. As metáforas do *frio* e *quente*, então, passariam a orientar tomadas de posições políticas não previamente marcadas, abrindo à possibilidade ou exercício de alguma criatividade dialética na relação que podem estabelecer entre si.

Foi nesse sentido que *esporte-nação* pode ser “esfriado” ou “requeitado”, historicizado ou fabulado de pontos de vista contíguos, e numa cismogênese simétrica²⁷ unir ou separar discursos, performances, tais como observadas entre os acadêmicos do referido simpósio e os militantes políticos naquela proximidade fortuita ocorrida na praça Charles Muller. Importante notar que ao introduzir uma dinâmica cismogênica à suposta dicotomia entre frio e quente, enfatiza-se seu aspecto dialético ou desequilibrado: “*Cismogênese não seria, então, uma série de eventos desagregadores que incidem numa entidade substantiva previamente coesa. É uma tendência, uma virtualidade que se efetivará contida e operante no sistema*”, e que, portanto, atravessaria a sociabilidade (GEIGER, 2008:51), ou atos de diferenciação contundente, para usar uma expressão de Roy Wagner (Wagner, 2010:16).

E ali naquele “encontro” entre acadêmicos e militantes parecia se impor uma inversão, sem deixar que as propriedades de oposição entre *frio* e *quente* fossem diluídas, ou seja, percebeu-se que historiadores, sociólogos, antropólogos tentavam metodologicamente esfriar a noção de *esporte-nação* como fenômeno histórico devido ao fato desse futebol ter servido e turvado outras realidades em função das narrativas (literárias, acadêmicas etc.) o terem alocado como símbolo dominante.

Do lado externo ao evento, com as ruas mobilizadas de verde e amarelo pelos militantes bolsonaristas, erigia-se o grande futebol pátrio como signo de uma mudança política restauradora, uma “história retrospectiva”, como salientou Lévi-Strauss na discussão sobre a morte ou enfraquecimento dos mitos. Curiosa mudança que, ao mesmo tempo, negava a história e seus fatos, esquentando um futebol idealizado numa bricolagem e fabulação de fatos históricos reivindicando um país que fora grande, mas que se perdeu pelo caminho, e que agora precisaria retomar sua vocação retornando aos anos 1940 e 1950.

Nota-se, portanto, que *frio* e *quente* se mostravam com seus sinais políticos trocados, como se aqueles que sempre estiveram a favor da história, os acadêmicos, devessem agora esfriar as fabulações quentes que vinham das ruas e de parte daqueles que, contrários a ela, clamavam por mudanças. Tal inversão estava relacionada às posições políticas em jogo onde os signos da mudança histórica se colocavam no plano dos discursos. Manter a democracia, e de algum modo esfriar a história do *esporte-nação* ou se aventurar rumo à mudança perigosa porque eivada de alegorias políticas, que, segundo os acadêmicos, traduziam temores autoritários? E em torno das disputas pelo *esporte-nação*, historiadores, sociólogos e antropólogos tentavam esfriar a história do futebol (matá-lo metodologicamente) para dissolvê-lo em futebolis outros; militantes do PSL em performance tentavam requestrar a história e o papel do futebol com fabulações e bricolagens de fatos históricos sobre o nacional.

No caso, esfriar o futebol ou dissolvê-lo em futebolis e por consequência em expressões de identitarismos esteve do lado dos acadêmicos. Já da parte dos militantes, negar ou recontar de maneira fabulosa fatos sem compromissos com a história dos historiadores, tal como se observa nos discursos de Bolsonaro, não impediu que seus militantes no sequestro de um símbolo nacional pudessem requestrar sua vocação de unidade nacional e, de fato, fazer história.

Não obstante, possibilidades de inversões e gradações calóricas do modelo, definindo níveis e reposicionando quente ou frio em escalas variáveis, parecem ainda sugeridas por Lévi-Strauss: “As sociedades com história, como a nossa, tem, eu diria, uma temperatura muito mais alta, ou, mais exatamente, existem separações maiores entre as temperaturas internas do sistema, separações essas devidas às diferenças sociais” (Charbonnier & Lévi-Strauss, 1989:34).

As relações oblíquas entre os eventos passados no Pacaembu com o funeral de Ayrton Senna, estimuladas sob a intensidade do momento político ao final de Simpósio na praça Charles Muller permitem observar também o modo como se move a

noção de esporte-nação, cujas mortes esportivas o fazem continuamente ressuscitar seja como processo histórico, seja como narrativa “romanesca” de fragmentos históricos; seja como objeto científico ou sujeito político implicado em novas investidas contra ou a favor da história.

Recebido: 07/12/2018

Aprovado: 26/02/2019

Luiz Henrique de Toledo, antropólogo, professor no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador do Laboratório de estudos das práticas lúdicas e sociabilidade (LELuS-UFSCar), membro do Núcleo de Antropologia Urbana (NAU-USP) e do Ludens-USP (Núcleo interdisciplinar de pesquisas sobre futebol e modalidades lúdicas). Autor de *Torcidas Organizadas de Futebol* (Anpocs-Autores Associados, 1996) e *Lógicas no Futebol* (Hucitec-Fapesp, 2002). ORCID: 0000-0002-5354-5923 Contato: kikeppgas@gmail.com.

Notas

1. Agradeço aos antropólogos Piero de Camargo Leirner, Carlos Eduardo Costa e Wagner Xavier de Camargo pelas leituras e apreciações críticas de versões deste artigo.
2. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_09.htm.
3. Já em 17 de fevereiro de 2009, o jornal *Folha de S. Paulo* havia relativizado o uso da expressão *ditadura*, até então largamente utilizada na historiografia política, ao se referir ao neologismo *ditabranda* para cunhar outra circunscrição do período militar. Posteriormente outras vezes se somariam na direção dessa ressemantização: “O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse nesta segunda-feira que prefere se referir ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1995) como o ‘movimento de 1964’”. Sobre reinterpretativismos históricos e relativização da ditadura há muitos dados circulando na internet, o que contribui para novas fabulações em torno do período. Como se sabe, a campanha meteórica de Jair Bolsonaro à presidência se beneficiará intensamente dessas fabulações e desses meios como mecanismo de convencimento dos eleitores. Disponíveis em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-a-falacia-da-ditabranda-revela> e <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimen>

to-de-1964.html. Acessos em: 24 out. 2018. Em relação às bricolagens semióticas, alguns artigos e entrevistas de Piero Leirner sobre guerra híbrida e os métodos utilizados na campanha política presidencial em 2018 são boas sínteses nativas de como a história “quente” pode ser requeitada a partir da captura e ou embaralhamento de signos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/24/politica/1540408647_371089.html. Acesso em: 26 out 2018.

4. A notar uma arguta observação de Márcio Goldman: “(...) *creio que ao distinguir e separar a historicidade em si dos discursos que, sob o pretexto de reconhecê-la plenamente, fazem o possível para eliminá-la, Lévi-Strauss abriu o caminho para uma reflexão histórica afastada das armadilhas de todos os evolucionismos e de todas as ideologias celebratórias. Livre das falsas totalidades e das filosofias da história, a historicidade pode reaparecer na forma do acontecimento e do devir, e a história retomar seus direitos como reflexão crítica*” (Goldman, 1999:61).

5. No site de apresentação do Ludens (Núcleo interdisciplinar sobre estudos do futebol e modalidades lúdicas), lê-se que se trata de um “centro de investigação científica criado em 2010, na Universidade de São Paulo (USP), que congrega pesquisadores dedicados aos estudos dos jogos e esportes em geral, em particular do futebol. Sediado no Departamento de História da USP, ele reúne professores de universidades paulistas (UFSCar, UNESP, PUC) e outras instituições relacionadas ao tema (como o Museu do Futebol)”. Disponível em: <https://www.facebook.com/LudensUsp/>. Acesso em: 22 out 2018.

6. III Simpósio Internacional de estudos sobre o Futebol: Políticas, Diversidade e Intolerância. 26 a 29 de setembro de 2018.

7. “Em Latour, a ideia de actante se refere a um achatamento das classes epistemológicas modernas (sujeito/objeto, sociedade/natureza) e expressa uma releitura do conceito de social, na medida em que se opõe à noção sociológica clássica de ator social. Por ação social Latour não quer significar apenas a ação do humano, mas fundamentalmente a ação da associação, da combinação de actantes, que podem ser homens, armas, gavetas, instituições, código penal etc. Assim, no plano da ação, a ênfase se desloca mais para os meios, para as misturas, para o ator híbrido, pois a ‘ação não é uma propriedade dos humanos, mas de uma associação de actantes’ (Latour, 1994: 35)” (Santaella & Cardoso, 2015:171).

8. Não é o caso agora de apresentar alguma lista de textos literários que relacionam futebol à temática da morte. Para tanto, precisaria estabelecer critérios de seleção. Mas o tema da morte e das aflições tematizam a prosa literária relacionada ao futebol; e cito de relance uma pequena amostra retirada do gosto pessoal. No clássico volume publicado pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano (1995), a diminuta crônica intitulada *Morte em campo* narra a história de um jogador que cometeu suicídio dentro do gramado. O tema da politização da aflição ainda seria tematizado na impactante crônica: *As lágrimas não vêm do lenço*, no mesmo volume. Em relação a essa última, trago fragmentos na forma de epígrafes em dois tópicos nesse artigo. Um romance em que a morte de um cronista esportivo espregueia em vários níveis o desenrolar de biografias entrecruzadas de jogadores com personagens de uma família emocionalmente em frangalhos é *O Drible*, de Sergio Rodrigues (2013). Em *Casquinha não era o que pensávamos*, Mario Araújo (2013) trata a morte “natural” de um fictício jogador brasileiro mundialmente conhecido como momento de reapropriação de sua biografia vitoriosa desconstruída após o desaparecimento do atleta.

9. Só para constar, as Ciências Sociais oferecem desde sempre textos fundantes relacionados à

temática da morte. A bibliografia de formação de parte do campo teórico esteve associada à dimensão sociológica dos fatos sociais, particularmente os morais e jurídicos como representações tipologizadas em *O Suicídio*, de Durkheim, acompanhado pelas recomendações etnológicas de *Efeito Físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade*, de Marcel Mauss, em que o autor chama a atenção para todo um conjunto extenso de fenômenos solidários à morte, sugerindo todo um programa de pesquisas empíricas: “Trata-se de um gênero de fatos que, no meu entender, deveriam ser estudados com urgência, aqueles em que a natureza social reencontra muito diretamente a natureza biológica do homem” (Mauss, 2003[1924]:364). A morte percorreu os estudos empíricos clássicos tanto franceses quanto ingleses, haja vista as monografias africanistas obrigatórias e presentes em todos os cursos de formação acadêmica. Temas antropológicos canônicos tais como magia, feitiçaria, vingança, relacionam-se às noções de morte com as dimensões da política e organização sócio-cosmológicas, renovando continuamente os temas presentes na disciplina. No plano epistemológico, a morte também pode vir travestida de viradas metodológicas, tais como as pretendidas propostas de “morte” da etnografia realista em nome de uma autoindulgência de “nós” mesmos ou, por outro lado, o conhecido movimento de tentativa de “descolonização permanente do pensamento” (Viveiros de Castro, 2015:20) ou tentativa de morte da ciência estatal, que ainda habita o conhecimento antropológico.

10. Voltarei a essa controversa metáfora levi-straussiana do *quente*, e do *frio*, em “dobraduras temporais”, última seção deste artigo.

11. Este é uma expressão popularizada pela sociologia histórica de Norbert Elias, desdobrada de outra mais conhecida, “processo civilizador” (Elias, 1992).

12. No contexto brasileiro, há trabalhos que tratam das práticas da tourada que flertam com os maneirismos sacrificiais e que envolvem algum risco de morte, por exemplo, Fantin (2000) abordará o papel ambíguo da farra do boi numa etnografia sobre modernidade urbana na contemporânea Florianópolis; Melo (2012), da perspectiva histórica e tratando do projeto mais abrangente de modernidade à brasileira trará a problemática das grandes touradas ocorridas na efeméride do centenário da independência do Brasil, em 1922.

13. O futebol como “ópio do povo”, interpretação que se aproximava ou que havia se estabelecido no interior de abordagens de inspiração marxista sobre os esportes era colocada em xeque por essa corrente teórica que assinalava o caráter situacional dramático do futebol numa sociedade em transformação política como a brasileira desde o final dos anos 1970.

14. Megaevento ocorrido no Brasil e que esteve em meio às controvérsias e manifestações políticas que alcançariam as ruas na forma dos movimentos de protesto contra os investimentos alocados para o megaevento. “Não vai ter copa”, em princípio agrupando jovens mais à esquerda do espectro ideológico acabou galvanizando até certo ponto uma cadeia de eventos que se desdobrariam em outras demandas e manifestações de massa generalizada contra a situação política do país, momento em que setores menos presentes em manifestações reivindicatórias de rua, tidos por conservadores e mais refratários às performances de rua ganharam projeção e midiatização, complexificando ainda mais a conjuntura política daquele momento.

15. Tais fórmulas são perscrutadas com densidade alegórica na prosa de cronistas de relevo ao menos desde os anos 1950. A propósito, consultar inúmeras crônicas compiladas de Mario Filho no volume *O sapo de Arubinha*. Os anos de sonho do futebol brasileiro. A respeito desse cronista,

atesta a historiografia: “Mario Filho exerceu larga influência sobre a área do esporte, da cultura e da política. Na cidade do Rio de Janeiro foi reconhecido como introdutor de um novo modelo narrativo de crônica esportiva e como promotor do Desfile das Escolas de Samba na década de 1930” (Holanda, 2009:163).

16. O Decreto 9527, de 15.10.2018, criaria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado, porém a Lei Antiterrorismo assinada nos estertores do governo de Michel Temer ainda no ano de 2018 causou temores em parte da sociedade civil dadas as interpretações que apontaram para sua excessiva extensão que a recolocariam na esteira de um autoritarismo punitivo, abrindo brechas jurídicas que poderiam alcançar muitas das formas de ativismo político potencialmente tipificadas como “terrorismo”.

17. Para uma análise sobre as lágrimas esportivas nesse Copa, consultar Autor, 2014.

18. Renomado fotojornalista mineiro. Para consultar parte do seu trabalho, vide o site <http://www.orlandobrito.com.br>. Outras informações biográficas e profissionais disponíveis em: <http://fotoempauta.com.br/orlando-brito/>. Acesso em: 19 out 2018.

19. Tal como advertiu o antropólogo Carlos Eduardo Costa na leitura de uma versão deste artigo, chamando a atenção para o fato de que derrota e morte acabariam fazendo parte de um mesmo eixo paradigmático, estabelecendo entre si relações que levariam a um “enfraquecimento” dos aspectos metonímicos da morte, como nas touradas. Novamente recolocamos a problemática da passagem dos jogos para os esportes, tal como discutido mais acima para se pensar nas práticas lúdicas.

20. Cismogênese é um conceito utilizado por Bateson ([1958] 2008) que tenta responder aos processos diferenciadores acumulados pelas interações entre indivíduos ou grupos. Basicamente, o autor estabelece duas formas de interações cismogênicas, a complementar e a simétrica. Sendo a primeira motivada na evolução de relações que embora distintas e opostas, por exemplo condutas assertivas de uns, respondidas com submissão de outros, acabam produzindo uma proximidade entre esses agentes até o limite em que o sistema possa suportar. A cismogênese simétrica evoluiria pelo estímulo de mesmos referentes, quer dizer, as interações levando ao máximo de diferenciação também sob o risco do conflito aberto. Esses processos seriam reversíveis e negociáveis no interior das interações, mas jamais contidos totalmente por estabilidades representacionais sincrônicas ou *a priori*, daí o rendimento analítico que esses conceitos podem oferecer na análise das relações, perspectivando noções como identidade, homeostase, representação, símbolos dominantes.

21. A exposição, denominada *Clássico é Clássico e vice-versa*, teve menos um caráter historicista, enunciando como fio condutor as rivalidades entre times e torcidas em pares de oposição (times versus times distribuídos em vários clássicos populares: Santa Cruz *versus* Sport; Cruzeiro *versus* Atlético; São Paulo *versus* Santos etc.), o que conferia um outro modo de rearranjar a narrativa esportiva. Sobre o Museu do futebol consultar Alfonsi (2018).

22. A morte de Moa do Katendê, mestre reconhecido nacionalmente no universo da capoeira e da música popular baiana, por esfaqueamento em virtude de entreveros políticos, constrangeria ainda mais o processo eleitoral. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2000649-mestre-moa-do-katende-e-morto-a-facadas-apos-discussao-politica-em-salvador>. Acesso em: 26 out 2018. O término da campanha ainda conheceria mais duas mortes, uma em São Paulo e outra no Ceará por entreveros causados por questões relacionadas aos posicionamentos

políticos: uma pessoa travesti no largo do Arouche (SP) ferida a facadas e sob gritos espectadores de “Bolsonaro” e um jovem militante numa carreta da outra candidatura em Fortaleza (Pacajus, região metropolitana). Disponíveis em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/16/travesti-e-morta-a-facadas-durante-briga-em-bar-no-centro-de-sp.ghtml>; https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/10/28/interna_politica,1000714/homem-e-morto-durante-carreta-pro-haddad-no-ceara.shtml. Acessos em: 29 out 2018.

23. Faço aqui um paralelismo às avessas em relação às recomendações que o antropólogo José Guilherme Magnani (2002) destaca como protocolo metodológico para a realização de boa etnografia, o exercício de um olhar “de perto e de dentro”.

24. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-_9NPI0886E. Acesso em: 21 out 2018.

25. Quem adverte sobre a produção de narrativas a posteriori no contexto de 1950, que teriam culpabilizado os jogadores negros pela derrota do selecionado, é Moura: “Todavia, nas crônicas e reportagens do período, o que mais se enfatiza na explicação do revés brasileiro não é a culpa desses jogadores, não havendo também qualquer alusão às suas características raciais. (...) As crônicas posteriores ao evento, porém, insistem nessa questão. Segundo Mario Filho, na comoção que tomou conta do estádio após a fatídica derrota, alguns esbravejavam e acusavam Flavio Costa, ‘mas quase todos se viraram contra os pretos do escrete’; (...) Esse hiato entre as justificativas apresentadas para a derrota imediatamente após o ocorrido e as construções elaboradas posteriormente, que insistem no ressurgimento das teorias sobre a inferioridade racial brasileira, merece um estudo cuidadoso” (Moura, 1998:144;145).

26. Em tempo, a última sessão denominada “Outros futebóis” contou com os palestrantes Carlos Terena, tematizando sua militância nos esportes indígenas, a historiadora Aira Bonfim, coordenadora executiva do Simpósio e o antropólogo Wagner Xavier de Camargo, cujas falas reiteravam a necessidade da multiplicação das perspectivas para se pensarem os esportes.

27. Lembrar que nesse caso se estimulou o conflito a partir de um mesmo referente; no caso, os usos que militantes e acadêmicos fizeram do futebol como esporte-nação.

Referências bibliográficas

ALFONSI, Daniela. *Réplicas Originais. Um estudo sobre futebol nos museus*. (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ARAÚJO, Mário. Casquinha não era o que pensávamos. In: RUFFATO, Luiz (org). *Entre as quatro linhas: contos sobre futebol*. São Paulo: DSOP, 2013.

BATSON, Gregory. “Contraste etológico, competição e cismogênese”. *Naven*, Edusp, São Paulo, 2008.

CHARBONNIER, Georges & LÉVI-STRAUSS, Claude. *Arte, linguagem, etnologia*. Entrevistas com Claude Lévi-Strauss. Campinas: Papiрус, 1989.

DAMATTA, Roberto (et al.). *Universo do futebol*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

DAMO, Arlei. *Futebol e identidade social. Uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: Editora da Universidade, IFCH-UFRS, 2002.

FANTIN, Marcia. *Cidade dividida*. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2000.

- GAIGER, Amir. “Apresentação”. Gregory Bateson, *Naven*, Edusp, São Paulo, 2008.
- GALEANO, Eduardo. “Morte em campo”. In: _____. *Futebol ao sol e à sombra*. São Paulo: L&PM, 1995.
- GOLDMAN, Márcio. “Lévi-Strauss e os sentidos da história”. In: _____. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- HOLANDA, Bernardo Buarque de. *O clube como vontade e representação. O jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras; Faperj, 2010.
- LATOUR, Bruno. On technical mediation - philosophy, sociology, genealogy. *Common Knowledge*, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994.
- LEIRIS, Michel. *Espelho da Tauromaquia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1989a.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Como morrem os mitos”. In: _____. *Antropologia Estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Lévi-Strauss nos 90”. *Revista Mana*. Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, out. 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “O passar dos dias”. In: _____. *Mitológicas 3 - A origem dos modos à mesa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006[1968].
- LOPES, José Sérgio Leite e MARESCA, Sylvain. “A morte da ‘Alegria do Povo’”. *Revista ANPOCS*, n. 20, 1992.
- MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Rev. bras. Ciências Sociais* [online]. vol.17, n.49, pp.11, 2002
- MAUSS, Marcel. “Efeito físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade (Austrália, Nova Zelândia)”. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MELO, Victor Andrade. “Modernos? As grandes touradas do centenário (1922) e a reconciliação com Portugal”. In: MELO, Victor Andrade & SANTOS, João Manuel C. Malaia. *1922. Celebrações esportivas do centenário*. Rio de Janeiro: 7 Letras; Faperj, 2012.
- MOURA, Gisella de Araújo. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *A pátria em chuteiras: novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- RODRIGUES, Sérgio. *O drible*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- SAÉZ, Oscar Calavia. “A história pictográfica”. In: QUEIROZ, Ruben Caixeta de Queiroz & NOBRE, Renarde Freire (orgs.). *Lévi-Strauss. Leituras brasileiras*. São Paulo: Ed. UFMG, 2008.
- SANTAELLA, Lúcia & CARDOSO, Tarcísio. “O desconcertante conceito de mediação técnica em Bruno Latour”. *Matrized*, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun. 2015.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas Organizadas de Futebol*. São Paulo; Campinas: Autores Associados; Anpocs, 1996.
- _____. “Uma contenda acadêmica”. *Lógicas no futebol. Dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese de doutorado, PPGAS-FFLCH, 2000.
- _____. Futebol, política e religião: a vingança do reacionário (resenha): MARQUES, José Carlos.

O futebol em Nelson Rodrigues. *O óbvio ululante, o Sobrenatural de Almeida e outros temas*. 2. ed. São Paulo: Educ, 2012. Disponível em: http://canal6.com.br/faac/Revista_Faac_v2_n2.pdf#page=101.

_____. 1x7 50: por onde escoaram as lágrimas da Copa de 2014? In: HELAL, Ronaldo & GASTALDO, Édison (orgs). *Copa do Mundo 2014. Futebol, mídia e identidades nacionais*. Rio de Janeiro: LamparinaLEM, 2014.

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: Eduff, ([1967]2005).

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

Mortes esportivas e alegorias políticas: etnografando temores em torno dos esportes-nação

Resumo: Da literatura esportiva aos estudos socioantropológicos, a morte como evento total tem recebido descontinuidades menções como mote de inúmeras narrativas alegóricas, que se interpõe ao futebol como tema. Tomada meramente como dado biográfico ou acontecimento articulado aos processos estéticos e sociais mais abrangentes, a morte pode ser problematizada como evento histórico “quente”, extensão metafórica e recurso metodológico na sistematização de análises sobre simbolismos rituais em torno dos esportes. Neste artigo ela se apresenta como dado etnográfico, que rearticula todas essas outras abordagens. Pretende-se dialogar com alguns desses usos e dimensões em torno do tema da morte, reclassificado como morte esportiva, articulando percepções sobre a noção de esporte-nação. Morte esportiva encerra feixes de narrativas que nascem, morrem e renascem de conjunturas específicas, da cultura esportiva à política, da política ao cultivo do esporte como tema da literatura ou de pesquisas acadêmicas, das narrativas históricas às narrativas cujas fabulações flertam com narrativas ditas “míticas”.

Palavras-chave: morte esportiva, antropologia das práticas esportivas, futebol, história quente e fria, bolsonarismo

Sport, death and political allegories: ethnography fears around a sport-oriented nation

Abstract: From sport literature to socio-anthropological studies, death as a total event has received discontinuous mentions as a motto of countless allegorical narratives, which intervenes with soccer as its theme. Taken merely as biographical data or as an event articulated to the most comprehensive aesthetic and social processes, death can be problematized as a “hot” historical event, metaphorical extension and methodological resource in the systematization of analyzes of ritual symbolism around sports. In this article, death presents itself as an ethnographic data, which rearticulates all these other approaches. This article intends to dialogue with some of these uses and dimensions around the theme of death, reclassified as sporting death, interrelating perceptions about the notion of Sport-Nation. Sport death contains bundles of narratives that are born, die and reborn from specific conjunctures, from sport culture to politics, from politics to the cultivation of sport as a subject of literature or academic research, from historical narratives to narratives in which tales flirt with so-called “mythical narration”.

Key-words: sports death, anthropology of sports practices, soccer, hot and cold history, bolsonarism

Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistanas¹

Giancarlo Marques Carraro Machado

Universidade Estadual de Montes Claros - Brasil

Introdução: manobras cidadinas

A prática do skate de rua não se circunscreve apenas a imponentes espaços públicos que toleram uma confluência de experiências cidadinas, a regiões onde ocupações populares são patentes, a equipamentos urbanos obsoletos e degradados e tampouco a contextos periféricos marcados por certas limitações urbanísticas. Ela ocorre na medida em que os *picos* – termo nativo que designa equipamentos urbanos (bancos, escadas, corrimãos etc.) onde são realizadas as manobras dos praticantes – são descobertos, utilizados e apropriados².

Como os *rolês*³ para tais fins são intermitentes, a coexistência de disputas, negociações, subversões e intervenções se faz presente de maneira regular em incontáveis espaços da cidade, inclusive em áreas enobrecidas onde a presença, circulação e manobras dos skatistas são consideradas como incabíveis e, por vezes, repugnantes⁴. É o que acontece, por exemplo, no quadrante sudoeste paulistano, sobretudo nas três principais avenidas que compõem as novas centralidades da cidade: Avenida Paulista, Avenida Faria Lima e Avenida Berrini⁵.

As avenidas em questão são gerenciadas a partir dos anseios que emergem da associação e disputas entre grupos corporativos, instituições privadas e poderes públicos. Além de se constituírem como importantes centros financeiros, elas também são marcadas por muitas atrações, empreendimentos empresariais e ofertas de serviços. Ao longo de suas extensões e redondezas é possível encontrar museus, bares, cinemas, restaurantes, shoppings, clubes, estações de metrô, além de majestosas edificações verticais que abrigam sedes de bancos, empresas multinacionais e demasiados escritórios e salas comerciais. Os seus planejamentos foram assinalados por estratégias neoliberais com vistas a atender as demandas das centralidades das quais fazem parte. Em razão disso, as avenidas tiveram as suas condições arquitetônicas e urbanísticas remodeladas a fim de assegurar segurança, limpeza e ordenamento espacial em seus limites. Essas prioridades ficam evidente em recentes políticas urbanas, como nas propostas de suas propagadas revitalizações.

A que ocorreu na Avenida Faria Lima, por exemplo, é prova dessa constatação.

Anunciada pela prefeitura de São Paulo em 2012, a iniciativa visava trazer uma série de melhorias estruturais para o local, como acessibilidade, iluminação, padronização das calçadas e dos mobiliários urbanos. O croqui das intervenções deixava claro que os objetivos do projeto de renovação urbana seriam: 1) requalificar a paisagem urbana; 2) ordenação do espaço público; 3) valorizar a circulação de pessoas⁶. Portanto, com base naquilo que fora divulgado, é possível perceber que este mais novo embelezamento estratégico da cidade objetivava, dentre outros anseios, alterar a paisagem de modo a priorizar sobretudo a circulação de pessoas, e não tanto as apropriações que elas fazem de seus espaços. Por conta dessas intenções, como nos lembra Frúgoli Jr. (2000: 21),

[...] é necessário atentar para a diferença que há entre premissas e intenções de determinados projetos urbanos e suas realizações concretas, já que a complexidade da conexão entre as intenções técnicas e as decisões políticas pode resultar em diversas formas de exclusão social, mesmo dentro de projetos, a princípio, igualitários.

Ao partir dos pressupostos de Zukin (2000), é possível considerar que as avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini se transformaram, com efeito, em paisagens de poder, ou seja, em paisagens marcadas por uma estética sintomática de certas pretensões políticas e econômicas. Por esse ângulo, conforme assinalado por Rolnik e Frúgoli Jr. (2001), a implementação das novas territorialidades provocou deslocamentos de setores populares bem como um gradativo desaparecimento de espaços públicos articulados a um forte modelo de exclusão territorial. A fim de priorizar práticas de consumo, valorização de imóveis e circulação de capitais, as avenidas foram constituídas por diversos enclaves fortificados (Caldeira, 2000) detentores de uma série de dispositivos de controle que demarcam fronteiras físicas e simbólicas e que provocam impactos nos usos e nas apropriações cidadinas de seus espaços.

As paisagens das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, as quais são gerenciadas como meras mercadorias, tentam mascarar desigualdades, segregações, violências e assimetrias de poder, condições que limitam o direito à cidade a determinados setores da população. Os “parceiros da exclusão”, denominação proposta por Fix (2001) para designar as articulações entre capital e Estado que orientam certas políticas urbanas, vêm agindo nestes locais de modo a obliterar – e até mesmo reprimir – características fundamentais da vida cidadina em prol da manutenção dos anseios do mercado imobiliário, do capital financeiro e de demais lógicas de

consumo. Dessa forma são criados diversos mecanismos para normatizar e ordenar as ocupações que se processam nas avenidas, a fim de manter uma coerência visual e espacial e um ambiente acolhedor sobretudo para profissionais do setor terciário, consumidores, turistas e grupos sociais mais privilegiados. Por conseguinte, são estabelecidos usos, funções, marcadores sociais e moralidades tidas como mais aceitáveis, ao passo que as que não se encaixam nas estratégicas pretensões são tratadas como desviantes, indisciplinadas e marginais e que por isso devem ser combatidas por estarem fora do lugar.

O combate contra aqueles considerados fora do lugar cotidianamente acontece nas paisagens de poder das centralidades paulistanas, no entanto, a sua ocorrência não reverbera que as estratégias empregadas em prol de comportamentos disciplinados e de uma civilidade consumista estejam sendo bem-sucedidas. Por mais que haja toda sorte de dispositivos de controle espalhados pelas avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, eles ainda assim não são suficientes para conter a presença daquelas pessoas que, sob certas óticas, são consideradas indesejáveis. Moradores e artistas de rua, crianças pedintes, jovens arruaceiros, vendedores ambulantes, hippies, pichadores e grafiteiros, usuários de drogas ilícitas, assaltantes etc.: por meio de um olhar de perto e de dentro (Magnani, 2002) é possível constatar a assiduidade destes e de muitos outros cidadãos que embaralham certos ordenamentos espaciais e moralidades públicas. Por meio do vernacular (Zukin, 2000: 106), eles resistem às restrições estruturais e às premissas esperadas pelos agentes e instituições responsáveis pelos gerenciamentos das avenidas e, mesmo desprovidos de poder, criam uma tensão que incomoda certas imposições que lhes são destinadas.

A prática do skate, conforme já adiantado no início desta introdução, também se faz presente com veemência nestes espaços enobrecidos de São Paulo. Embora as paisagens de poder estratifiquem atividades e dinâmicas relacionais, os skatistas se preocupam em ocupá-las em razão de suas centralidades na cidade, das experiências e desafios que elas propiciam e sobretudo por conta das tessituras de seus equipamentos urbanos: bordas e quinas de mármore e granito, corrimãos de inox e metal, bancos de madeira, calçadas de concreto armado etc. Estas condições materiais são atrativas, pois possibilitam maior velocidade e deslize aos skates, além de controle rítmico mais apurado aos corpos dos praticantes.

Ao levar em conta tais considerações, este artigo se propõe a analisar, a partir de etnografias realizadas entre 2013 e 2016, os impactos da prática do skate de rua nos limites das novas centralidades paulistanas. Será considerada, à vista disso, uma

análise situacional⁷ a fim de compreender a cidadinidade em processo e a sua relação com eventuais normatizações tão caras ao gerenciamento urbano promovido pela parceria público-privada sintomática de políticas de cunho neoliberal. Com efeito, demonstrarei como jovens cidadãos questionam premissas que permeiam lugares próprios (Certeau, 2009) marcados por esperadas univocidades e estabilidades por meio de suas artimanhas, percepções, maneiras e experiências e contribuem, assim, para a redefinição do espaço enquanto um lugar praticado (Idem, 2009) com a apreensão de novas leituras e valores simbólicos.

A prática do skate nas paisagens de poder

No decorrer do trabalho de campo, tive a oportunidade de acompanhar detidamente a prática do skate nas avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini. Conforme averiguado etnograficamente, a inserção dos skatistas em cada uma delas ocorre de múltiplas maneiras, a depender de suas aspirações individuais, de seus níveis técnicos, de seus marcadores sociais de diferenças (gênero, classe, raça etc.), do número de pessoas envolvidas, das relações estabelecidas, das artimanhas que acionam nas situações que participam, e do tempo e dos espaços que ocupam. Cada sessão de skate é inigualável⁸; todavia, mesmo diante um rol de particularidades, é possível traçar considerações gerais que permitem problematizar o exercício de sua prática nas paisagens de poder paulistanas.

O primeiro aspecto a ser assinalado diz respeito ao momento em que a prática do skate se tornou regular e ganhou visibilidade em cada uma delas. Os incontáveis *picos* presentes nas extensões das avenidas são alvos dos skatistas desde a década de 1990, no entanto, a frequência de seus *rolês* não era tão evidente em razão de uma condição urbanística trivial: muitas calçadas eram revestidas por pedras portuguesas, material que dificulta a circulação das rodinhas dos skates e, conseqüentemente, a realização de manobras nos lugares *skatáveis* nelas dispostos. Mas, para o agrado dos praticantes, nos últimos anos todas as avenidas abordadas tiveram uma reformulação significativa de suas calçadas. Elas foram padronizadas e cobertas por pisos de concreto armado, logo, as suas condições urbanísticas passaram a favorecer os *rolês* em seus respectivos limites. Com a finalização dos reparos, os quais se deram em momentos distintos, não tardou para que as avenidas se tornassem alvo de skatistas oriundos de diversas partes da metrópole. O skatista profissional Klaus Bohms, ao comentar as reformulações, enfatiza que:

Sem dúvida que as reformas que a gente viu no chão das calçadas da Paulista, Faria Lima e vários outros lugares da cidade melhoram a prática do skate na cidade. Mas além da prática do skate, melhora a vida do transeunte em geral. Mesmo sem skate as pessoas andam por um chão menos perigoso, não tem buraco, não tem pedra. E por mais que tenha pontos negativos por ter tantos skatistas misturados com as pessoas que estão andando a pé, pelo motivo de algum acidente leve, o skate escapar e bater na canela de alguém, às vezes acontece. Mas o ponto positivo é muito maior, porque a cidade tem muita gente praticando atividades ao ar livre, gente andando de bicicleta, andando de skate, isto dá uma energia a mais para a cidade. A gente vê uma cidade mais viva, as pessoas se divertindo, usando o espaço público como ele deveria ser usado como se fosse um quintal de todo mundo, e não apenas como um espaço de passagem (Klaus Bohms, skatista profissional, depoimento concedido ao Programa Olho de Peixe. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em: 11 ago. 2016).

Bastou, portanto, a troca dos pisos das calçadas para que as paisagens das centralidades paulistanas ganhassem considerável relevo no universo do skate. As principais revistas especializadas destacaram as suas importâncias. A revista *CemporcentoSkate*, por exemplo, ao se referir à Avenida Faria Lima enfatizou que “após a finalização de obras nas calçadas e implantação de ciclovias no canteiro central, a Av. Faria Lima tornou-se mais um *pico* disputado da capital paulista”⁹. Já a revista *Tribo Skate*, em matéria especial sobre a Avenida Paulista, enalteceu que

[...] um lugar onde a pedra portuguesa reinou por quase 40 anos, e depois de um ano de interdições e transtornos fora do comum, se tornou o sonho de qualquer ser levemente racional que já pisou em um skate alguma vez na vida. São bordas de mármore de todos os tamanhos, escadas, *wallrides*, *gaps*, hidrantes, buracos. Tudo cercado por um chão liso, melhor do que da maioria das pistas da cidade. A simples sensação de atravessar os largos quarteirões remando é indescritível (“O passeio nosso de cada dia”. *Revista Tribo Skate*, n. 161, 2009).

Outra característica que marca as avenidas diz respeito à quantidade de *picos* situados próximos uns aos outros, a qual é superior ao observado em outras partes da cidade. Como elas detêm melhores condições urbanísticas, os skatistas podem circular pelas largas calçadas e utilizar variados obstáculos em sequência e de maneira ininterrupta. Isso faz com que as suas *linhas*, isto é, a sucessão de manobras, se tornem mais fluidas, diversificadas e extensas. O skatista profissional Murilo Romão, por exemplo, foi protagonista de uma parte divulgada no filme intitulado

*CityZen*¹⁰, em que faz um *rolê* utilizando dezenas de obstáculos dispostos ao longo de toda a Avenida Paulista. O seu intuito foi mostrar as potencialidades do local para a prática do skate e, para isso, teve a proeza de realizar manobras de uma extremidade a outra, desde a Praça Oswaldo Cruz até a esquina com a Rua da Consolação.

A partir da gestão do prefeito Fernando Haddad (PT, 2012-2016), Paulista, Faria Lima e Berrini foram contempladas com significativos trechos de ciclovias. A qualidade de seus pisos tornou-se propícia não apenas para bicicletas, mas também para a circulação de skates. Com as suas instalações, muitos praticantes passaram a utilizá-las, como é o caso dos adeptos do *longboard* e *cruiser*, tipos de skates que permitem melhor mobilidade em virtude de suas rodas maiores e mais macias. Os adeptos do *street skate*, modalidade que constitui o foco do artigo, também utilizam as ciclovias, entretanto, é mister reiterar que as suas preferências ainda assim se concentram nas calçadas. O motivo para tanto é óbvio: as ciclovias geralmente apresentam um desenho mais uniforme e contam com poucos *picos*, ao passo que as calçadas estão repletas de obstáculos que instigam a apropriação e a realização de manobras.

Apesar da plasticidade dos corpos em interação com as paisagens, a rápida circulação dos skatistas por entre os *picos* é alvo de muitas reprovações por parte de transeuntes que caminham pelas calçadas: xingamentos, reclamações e olhares raivosos foram algumas das reações observadas. A possibilidade de choques é iminente, dado os diferentes ritmos em voga, portanto, cabe ao praticante ter técnica, equilíbrio e atenção apurada, a fim de evitar eventuais solavancos que culminem em lesões entre os envolvidos. Malgrado os cuidados de alguns e a imprudência de outros, a ocorrência de dissabores envolvendo skatistas é evidente, visto que as calçadas são marcadas por considerável fluxo de pessoas que andam a pé disputando a inserção e a locomoção pelos seus espaços.

Os *picos* situados nas avenidas estão dispostos em dois tipos de espaços: em espaços públicos (calçadas, praças, pontos de ônibus, estações de metrô etc.), onde os skatistas conseguem permanecer por mais tempo; e em espaços privados (fachadas de bancos, de empreendimentos empresariais, de prédios residenciais, de galerias comerciais, dentre outros), sendo estes permeados por dispositivos de vigilância e por regras de acessibilidade.

Quanto aos espaços públicos, na avenida Paulista há algumas áreas que são reconhecidas como pontos de encontro de skatistas, dentre elas, Praça do Ciclista, Praça Oswaldo Cruz e as calçadas situadas em frente a Caixa Econômica Federal (prédio entre as estações Consolação e Trianon-MASP do metrô). A frequência de skatistas

nesses locais é usual em dias úteis e principalmente aos finais de semana. Mas aos domingos, quando há o fechamento da avenida para carros e a sua abertura para pedestres, é quando se dá a ocupação mais expressiva¹¹. É nesse dia específico que os skatistas aproveitam para andar de skate sem tantas preocupações, visto que há menor possibilidade de repressão, conflitos e aborrecimentos. As suas manobras tornam-se, com efeito, mais uma atração artística do local:

O skate toma na Paulista um aspecto meio artista de rua. Têm as bandas, os caras que imitam o Michael Jackson e têm os skatistas. Muitas vezes tem gente que para para tirar foto. A galera para para nos ver andando (Filipe Maia, skatista amador e jornalista, entrevista em 2016).

Na avenida Faria Lima, por sua vez, os espaços de referência são Largo da Batata e *Beco do Valadão*¹². Ambos, sobretudo este último, concentram a presença de skatistas em diferentes horários e dias da semana. Já a Avenida Berrini, ao contrário das demais, ainda não possui uma área específica que seja reconhecida por comportar cotidianamente as suas experiências corporais e relacionais. Em todas as avenidas, os skatistas conseguem, portanto, se inserir nos espaços públicos e realizar as suas manobras nas brechas encontradas em meio ao intenso trânsito de pessoas nas calçadas. As repressões à prática eventualmente acontecem quando policiais ou guardas metropolitanos resolvem cessá-la amparados na justificativa de que os praticantes correm o risco de atropelar e machucar transeuntes, sobretudo idosos, ou quando moradores, síndicos de prédios ou trabalhadores locais os acionam para conter barulhos excessivos ou certas algazaras promovidas que se destoam das moralidades esperadas para as paisagens de poder paulistanas.

Os *picos* situados nas fachadas de espaços privados também são utilizados pelos skatistas. Eles são os mais desejados em virtude de suas qualidades materiais, entretanto, as apropriações que deles são feitas se dão apenas em situações esporádicas e por determinado perfil de praticante (geralmente amadores e profissionais detentores de excelência técnica). As fachadas, como já fora indicado, são permeadas por uma série de dispositivos que visam controlar o acesso ao interior de prédios e demais tipos de estabelecimentos. Câmeras, alarmes, grades, equipe de seguranças são posicionadas a fim de vigiar e conter as apropriações indesejáveis que atrapalham os propósitos esperados por cada empreendimento. Todas essas e outras barreiras dificultam a realização da prática do skate, todavia, mesmo assim há skatistas

dispostos a desafiá-las a fim de conseguirem acertar as suas respectivas manobras¹³. A possibilidade de repressão, principalmente por parte dos seguranças que zelam pelas propriedades, é inegável. Basta o barulho das rodinhas e o estalar das madeiras dos skates nos limites das fachadas para que eles rapidamente entrem em ação.

Na Faria Lima e Berrini eu sinto repressão. Os seguranças vêm babando. Por ser bastante comercial, prédios privados, a repressão não é nem policial, mas de segurança. A liberdade que você tem na Paulista para andar é diferente da que você tem na Faria Lima. A Faria Lima é menos ponto turístico, é menos amigável ao público. Mas é um público com mais grana, a galera tem mais receio do skatista (Filipe Maia, skatista amador e jornalista, entrevista em 2016).

Consoante ao presenciado, alguns seguranças fazem abordagens que prezam pelo diálogo e pelo entendimento com os skatistas, ao passo que também há aqueles que não medem esforços para enquadrá-los com certa truculência, por vezes com violência física. Para se desvencilharem das eventuais negações ou embates, os praticantes adotam uma série de táticas que visam superar as regras de controle dos espaços onde se situam os *picos*, quais sejam, tentar ocupá-los em horários em que a movimentação de pedestres não seja tão intensa, não envolver muitos participantes em uma *sessão* para não chamar a atenção dos seguranças e combinar de antemão as reações que tomarão, caso sejam repreendidos.

De acordo com a perspectiva dos skatistas contatados, as avenidas Faria Lima e Berrini (sobretudo esta última) são os locais da cidade onde há maior possibilidade de repressão. As *sessões* realizadas em seus *picos* são permeadas por desafios, logo, a depender de quais sejam eles, é necessário acionar outras táticas ainda mais astuciosas. O skatista profissional Luiz “Apelão”, por exemplo, esteve na Avenida Berrini, sem portar seu skate, apenas para mapear os *picos* disponíveis e para estudar a melhor maneira de utilizá-los. Após isso, ele retornou ao local para deixar as suas marcas em diversos equipamentos, muitos deles situados em fachadas de propriedades privadas. A sua artimanha, tal como frisa abaixo, foi eficaz:

Eu fui uns dias antes lá, analisar os *picos*, perguntar até que horas funcionava. Fui sem skate, tirei fotos dos *picos*. Perguntei se abria de domingo, se tinha segurança, essas coisas. Tinha um *pico* lá que andei, que é uma *transição*, este *pico* é muito proibido. Mas eu dei sorte de ter conseguido andar nele. Mas a maioria da galera que vai nele, tenta uma, duas, três vezes no máximo e já embaça. Quando eu gravei foi num domingo. É o único dia que dá (Luiz “Apelão”, skatista profissional, entrevista em 2016).

Outra situação que chamou a atenção do decorrer do trabalho de campo foi a espera ansiosa dos skatistas pelos jogos da seleção brasileira de futebol durante a Copa do Mundo de 2014¹⁴. Nesses instantes específicos, aproveitando-se do esvaziamento das avenidas e das atenções voltadas às partidas futebolísticas, vários deles puderam andar em *picos* situados em propriedades privadas que são demasiadamente vigiadas. Foram, segundo os interlocutores, chances únicas para se apropriarem de alguns dos obstáculos mais cobiçados de São Paulo.

Assim sendo, as apropriações de *picos* situados em espaços privados comumente acontecem de maneira rápida. Nesses casos, o que está em jogo não é apenas a qualidade das manobras, mas também a superação das proibições impostas. São essas conquistas que fazem um *rolê* ser bem-sucedido:

O ponto positivo é que a avenida é lisa do começo ao fim. Então você consegue andar sem parar nela. E também tem vários *picos* para parar e mandar manobras. O ponto negativo é que é um lugar de prédios comerciais, é passagem de gente o tempo inteiro. E por serem prédios comerciais, eles seguem a norma de não deixar ninguém andar de skate na frente daquela calçada, eles se responsabilizam pela fachada do lugar. Mas ambos os pontos negativos a gente consegue burlar e se divertir com isto. De usar a criatividade para achar um lugar que não é tão perfeito, mas que a gente consegue se divertir. Então no final das contas é apenas ponto positivo. Porque também não dá para ter apenas pontos negativos: de ser tudo liberado para andar e que não tenha gente, porque aí a gente está querendo um skatepark, né? *A diversão é ter os pontos negativos e a gente saber lidar com eles* (Klaus Bohms, skatista profissional, depoimento concedido ao Programa Olho de Peixe. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em: 11 ago. 2016. Grifos meus).

A fim de registrarem as situações em que estão inseridos, os skatistas envolvidos numa *sessão* prezam pela captação de imagens, em fotos ou vídeos, que são utilizadas com diversos fins, sejam eles pessoais ou profissionais¹⁵. Essa é uma forma de comprovar a conquista de *picos* situados em paisagens de poder da cidade, as sucedidas táticas diante dos dispositivos de controle nelas contidos, além da realização da manobra por meio da qual é evidenciado o nível técnico do praticante. Vale ressaltar que câmeras e filmadoras contribuem para mediar relações ou minar certos conflitos estabelecidos com os agentes responsáveis pela vigilância dos espaços, como seguranças, policiais e guardas metropolitanos. Em alguns casos, como já demons-

trado em outras pesquisas (Machado, 2014; 2017), os skatistas – eventualmente em companhia de fotógrafos e *videomakers* –, quando em *sessão* em equipamentos que não foram planejados para a prática do skate, podem argumentar que não estão ali para se divertir, fazer algazarra e tampouco destruí-los, mas, ao contrário, por conta de um trabalho artístico (expresso por meio da captação de imagens) que poderá ser publicado na mídia especializada.

Essa tática às vezes é bem-sucedida, todavia, as proibições – e, em alguns casos, as truculências – são mais corriqueiras posto que o skate, conforme já evidenciado, quando praticado fora das pistas, não raro é associado ao vandalismo, a uma prática marginal que polui e danifica os espaços e equipamentos urbanos.

Andar de skate na Faria Lima para mim é *rolê* para filmar. É para explorar *picos* que você já tem na mente. Vai para um *pico* e filma. Se for expulso, vai para outro *pico*. Mas não é para ficar. E a Berrini é pior ainda. É o espaço, com base na minha experiência de *picos* na cidade, é onde tive maior repressão de segurança, maior número de “nãos”. Da galera proibir a prática. É diferente, é muito prédio comercial (Filipe Maia, skatista amador e jornalista, entrevista em 2016).

Vale pontuar que os diversos conflitos já ocorridos nas paisagens de poder aqui elencadas reverberaram, inclusive, na tentativa de proibição da prática do skate nas calçadas de todo o território do município de São Paulo. Em 2009, o então vereador Adolfo Quintas (PSDB) formulou o Projeto de Lei n. 116/2009 com a intenção de regulamentar tal medida coercitiva e restringir o uso de skates apenas a áreas reservadas para seu fim (como as pistas, por exemplo). A propositura não foi aprovada, no entanto, a sua mera criação reflete como as façanhas dos skatistas nas centralidades paulistanas são incômodas a ponto de se tornarem alvo de certas pretensões políticas¹⁶.

Outras reações à prática do skate nas avenidas vêm se dando a partir de intervenções efetuadas por agentes ou instituições responsáveis pelos gerenciamentos das fachadas das propriedades privadas que resguardam *picos* muito utilizados pelos skatistas. Conforme constatado empiricamente, várias delas – como as situadas nas avenidas Paulista e Faria Lima, por exemplo – tiveram alterações significativas em suas condições arquitetônicas a fim de coibir especificamente a presença de skatistas e, de modo mais amplo, de outros cidadãos indesejáveis. Algumas propriedades instalaram espetos de aço em quinas, substituíram pisos de texturas lisas por texturas rugosas, aumentaram o número de grades e barreiras de ferro, remodelaram o

formato de bancos e outros equipamentos, enfim, instauraram uma série de dispositivos de seguranças hostis às pessoas. Tratam-se, portanto, de medidas estratégicas que visam anular as possibilidades dos skatistas considerarem certos equipamentos enquanto picos para as suas manobras. Um interlocutor frisa que

esse tipo de intervenção das propriedades eu acho mais efetivo, e mais brutal, pois você atua na estrutura arquitetônica da cidade em função de um grupo só. *O skate é tão perturbador que você precisa mexer na sua estrutura para a galera parar de usar* (Filipe Maia, skatista amador e jornalista, entrevista em 2016. Grifos meus).

Já para Murilo Romão, skatista profissional contatado, “eles [os responsáveis pelas fachadas] vão entendendo o skate aos poucos. Eles vão vendo onde a galera está andando mais”. Em decorrência desse entendimento das pretensões dos skatistas, as paisagens de poder vêm reagindo de modo a fragmentar os espaços de suas fachadas a partir da acentuação de uma série de transformações arquitetônicas. Com efeito, os usos citadinos são preteridos em prol das lógicas aventadas pelos “parceiros da exclusão” que almejam controlar as apropriações das principais avenidas do quadrante sudoeste. Os skatistas tentam se esquivar dessas demarcações, por mais restritivas que sejam, e por meio de seus impulsos fugazes e de suas manobras deslizando e giratórias, eles instauram contra-usos dos espaços (Leite, 2007), ou seja, reações diversas que ganham a conotação de uma tática simbólica de contestação e afrontamento. Posto isso, concordo com Howell (2001: 21), o qual salienta que “a prática do skate é a face do *design* defensivo; não é um ataque à arquitetura de exclusão, mas, de fato, um sintoma, um componente irreduzível de tal arquitetura. Este é um relacionamento simbiótico e irreversível” (Tradução minha).

Ao criarem pontos de tensão, eles revelam não apenas as relações de poder a que se submetem, mas também como tais avenidas enobrecidas de São Paulo são permeáveis às suas façanhas. Os *picos* expõem as contradições que perpassam as brechas do público e do privado e comunicam o local ao global por meio das captações de imagens, das representações de seus espaços e equipamentos que são propagados intensamente pelos skatistas. Todavia, os skatistas não se deixam sucumbir pelas frivolidades do urbano, tampouco ao gerenciamento da cidade enquanto mercadoria. Eles clamam pelo direito de se apropriarem de todas as suas partes, inclusive de terem acesso às suas centralidades, em vez de se verem dispersos ou confinados em seus respectivos bairros e *quebradas*¹⁷. É o que se verá a seguir.

Mão na massa: a construção do Beco do Valadão

Além da utilização dos vários *picos* que surgiram após a reformulação das calçadas da Avenida Faria Lima, os skatistas ainda se apropriaram de uma rua que lhe é paralela e transformaram todo o seu espaço com uma série de intervenções. O local em questão é a Rua Matias Valadão, a qual era demasiada curta, sem saída, e que por isto contava apenas com um ponto de táxi em seu interior. Em decorrência desses aspectos, com a revitalização da avenida, o seu asfalto foi coberto por concreto armado, logo, ela passou a estar no mesmo nível das calçadas, condição que a colocou enquanto uma extensão delas.

Livre de carros, com sombras e chão liso. Não custou para que diversos cidadãos descobrissem a “nova” Rua Matias Valadão para deixarem nela as suas respectivas marcas. As paredes dos muros que a cercam receberam grafites e pichações. Moto-boys que atuam na Avenida Faria Lima eventualmente utilizavam parte de seu espaço como estacionamento para motos. Já os skatistas fizeram do seu piso uma espécie de folha em branco que permite a inscrição de múltiplas técnicas corporais. Por se situar entre dois grandes prédios empresariais, a rua ganhou ainda a alcunha de *Beco do Valadão*, forma como é chamada pelos interlocutores da pesquisa.

Para torná-lo mais atrativo, alguns praticantes resolveram colocar em seu interior alguns materiais encontrados ao longo da Avenida Faria Lima. Lixeiras, placas de trânsito, pedaços de madeira, blocos de concreto, banco de carro, cofre, enfim, tudo aquilo que era descartado, tido para muitos como lixo ou entulho, ganhava novas finalidades a partir da prática do skate. No entanto, algo que incomodava os skatistas era o fato de que a permanência desses obstáculos no beco nunca era definitiva. Da noite para o dia todos os seus investimentos e improvisações eram desmanchados por funcionários da prefeitura, policiais, guardas ou trabalhadores dos prédios do entorno. Era preciso, pois, resistir a fim de resguardar o espaço como um pico de skate.

Uma alternativa encontrada pelos frequentadores do *Beco do Valadão* foi a construção de obstáculos de concreto. Esta condição material os fixaria no chão e certamente dificultaria as suas retiradas por parte daqueles que tentavam coibir a prática do skate no local. O primeiro passo para tanto foi a instalação de um pequeno palco de cimento com cantoneira de ferro afixada em sua borda. O obstáculo permaneceu fixo no espaço, e os skatistas puderam utilizá-lo sem demais problemas. Ao perceberem a possibilidade, os frequentadores decidiram incrementar a construção de outros *picos*. Com o passar do tempo, foram feitas, então, novas construções: uma

leve inclinação que interliga o chão e a parede (chamada pelos skatistas de wall-ride), um palco largo para manobras de equilíbrios (chamado de manual) e ainda um palco curto, porém maior em altura se comparado aos demais, com a superfície de mármore propícia para a realização de manobras de deslize.

A construção dos obstáculos no *Beco do Valadão* foi feita de maneira autônoma e sem a autorização do poder público. Por não contar com o apoio de terceiros, os próprios skatistas que frequentam a Avenida Faria Lima elaboraram táticas com vistas a angariar dinheiro para a compra dos materiais usados nas obras. A principal delas foi o rateio dos valores estimados entre os principais frequentadores do local. Para efetivar a construção e a reforma dos obstáculos, eles também criaram um grupo de mensagens no aplicativo *WhatsApp*. A partir de tal mecanismo, os skatistas combinavam *rolês*, agendavam as suas manutenções e compartilhavam demais informações pertinentes a tudo aquilo que acontecia no beco. Segundo informa Caíque Rodrigues, praticante amador oriundo da cidade de Taboão da Serra, cuja presença era assídua no local,

muitos moleques não estão trabalhando, ou a mãe não solta [o dinheiro], ou realmente não tem. Às vezes vêm de longe e só têm o dinheiro da passagem. Quanto à mão na massa, temos um grupo no WhatsApp, daí cola todo mundo com os materiais e mão na massa. E todo mundo faz. E a limpeza, fazemos direto. Direto a gente compra vassoura, rodo, pá e dura cinco dias. E some. Alguém rouba. Já tivemos problemas de roubarem o corrimão. Deixamos um acorrentado no poste, e sumiu. Um outro sumiu, mas depois apareceu. E vamos indo assim (Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, entrevista em 2015).

Os skatistas agenciam a apropriação do *Beco do Valadão* por meio de uma série de atitudes, entretanto, elas não são suficientes para conter outros interesses visados para o local. O estabelecimento de *food trucks* é um deles. A venda de comidas de rua tornou-se uma febre em São Paulo. Inúmeros carros adaptados passaram a circular pela cidade para oferecer guloseimas e bebidas dos mais variados tipos, sendo muitas delas divulgadas sob o rótulo de *gourmet*. O crescimento de tal empreendimento influenciou a aprovação de um projeto de lei municipal que regulamenta não apenas as suas atividades, mas também a ocupação das ruas e demais espaços públicos pelos carros¹⁸. Nesse sentido, por agora se configurar como uma extensão das calçadas da Avenida Faria Lima, onde impera um intenso fluxo de pessoas, já era previsível que a Rua Matias Valadão passasse a ser disputada por empresários ligados

ao ramo, os quais vêm conseguindo, por vias legais, a autorização para estacionar *food trucks* e comercializar seus respectivos produtos no local.



Imagem 1: Skatistas ajustam obstáculos no Beco do Valadão
(Disponível em: <https://www.instagram.com/becodovaladao>)

Muitos skatistas ficaram incomodados com a ocupação de *food trucks* que passou a ocorrer diariamente no mesmo espaço em que eles se reuniam. Em suas perspectivas, os carros estacionados e o fluxo de pessoas no local atrapalhariam a prática nos *picos*. Os responsáveis pelos empreendimentos, em contrapartida, se amparavam na autorização formal obtida para utilizar o espaço, logo, prezavam apenas em oferecer boas condições aos seus clientes. Essas diferentes lógicas de apropriação revelaram, destarte, certos conflitos. O interlocutor Caíque Rodrigues relatou a seguinte situação:

Um tempo atrás tivemos problemas com um dos donos dos *food trucks*. Ele vinha com uma van que tinha um engate, e ele estacionava nos fundos [do beco]. Aí [um *pico*] amanheceu com a pontinha do mármore quebrada. Daí fomos lá, conversamos com o cara, ele expôs a insatisfação com os skatistas. Ele disse que também tinha direito sobre o espaço, e que os caras não respeitavam, quando tinha cliente continuavam andando [de skate] (Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, entrevista em 2015).

A insatisfação era recíproca entre alguns skatistas e donos de *food trucks*. Os primeiros se posicionaram como protagonistas das transformações do *Beco do Valadão*, responsáveis por “dar vida” a uma área pouco utilizada da calçada, e que por isso também tinham o direito de se apropriarem quando e como bem entendessem do local. Contudo, a fim de evitar que os conflitos se potencializassem e prejudicassem a prática do skate, os skatistas se colocaram favoráveis ao estabelecimento de um consenso para a utilização do espaço:

Mas a gente explicou para ele [dono de um *food truck*] que a gente queria apaziguar a história, que fosse um lugar compartilhado, que pudesse ter tanto o *food truck* lá vendendo, quanto os skatistas lá andando. A gente falou que faria umas placas de conscientização. Aí o cara ajudou a pagar a reforma do *pico* (Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, entrevista em 2015).

A partir de tais mediações os usos do *Beco do Valadão* passaram a ser menos conflituosos. Os skatistas grafitaram nas paredes algumas orientações que pregavam a convivência harmoniosa com os demais usuários do local. Além disso, estabeleceram que o horário ideal para a prática fosse após as 18 horas, ou seja, quando as atividades dos *food trucks* já estivessem finalizadas. Com efeito, em vez de disputar o espaço, chegou-se ao consenso de que ele seria compartilhado.

A revista *Vice* fez uma matéria intitulada “Um point de skatistas na Faria Lima foi tomado pelos *food trucks*” com a pretensão de abordar diferentes posicionamentos relacionados às situações ocorridas no beco¹⁹. Segundo a reportagem escrita pela jornalista Anna Mascarenhas, a indisposição entre skatistas e donos de *food trucks* parece ter sido fruto de uma estratégia criada por agentes ligados a prédios comerciais vizinhos à Rua Matias Valadão, os quais fizeram uma mobilização para que o local recebesse a instalação de um *food park*, iniciativa que contribuiria para gentrificar a área e, conseqüentemente, repelir a prática do skate. O supervisor administrativo do Edifício Conselheiro Paranaguá, imóvel vizinho ao espaço em questão, em depoimento à jornalista evidenciou que a proposta do *food park* “foi maravilhosa, principalmente por ‘retirar o barulho e a bagunça’ dos skatistas do local”. Ele acrescentou que “a Faria Lima é um cartão postal da cidade, não pode abrigar esse tipo de coisa” e que os frequentadores fazem diversas atividades na Rua Matias Valadão, como uso de drogas, sexo e até defecar. Por fim, quando questionado pela jornalista se ele já havia tentado um diálogo com os skatistas, o supervisor administrativo confessou que eles “são radicais... são jovens muito revoltados, não há diálogo”, e

que foram tentadas alternativas para barrar a prática do skate, como a solicitação para instalação de uma base da Polícia Militar ou da Guarda Civil Metropolitana.

Ao longo do trabalho de campo, conversei com skatistas e alguns deles levantaram a suspeita de que certas pessoas ligadas aos prédios também tentaram sabotar os *picos* construídos no *Beco Valadão*. Esta constatação se deve a um fato que os deixou indignados. O mármore que compõe um dos principais obstáculos do local foi quebrado ao meio, no entanto, tal infortúnio não se deu pelo impacto das manobras realizadas, mas em razão de uma ação intencional provocada por alguém que dispunha de ferramentas específicas, como furadeira, pregos e martelo:

Desta vez agora, o mármore amanheceu quebrado ao meio. Só que você junta as peças, você nota que tem um furinho. Como se alguém viesse com uma furadeira ou um prego... Então vimos que fomos sabotados. Eu acho que foram os caras dos prédios. Com o *food truck* a gente teve este problema, mas a gente foi lá, conversou com o cara, e ele disse ter problema apenas com os skatistas que não respeitavam. Aí não tivemos mais problemas com os caras do *food truck*. Problema é com os prédios ao lado. Eles reclamam que em horário comercial não dá para trabalhar. Eu sinceramente acho que o barulho atrapalha, mas, você está na Faria Lima! O barulho que tem aqui de carro é ensurdecedor (Caíque Rodrigues, skatista amador e publicitário, entrevista em 2015).

A tentativa de arrebentar propositalmente o mármore foi em vão. Mesmo com o obstáculo danificado, os skatistas continuaram andando de skate no *Beco do Valadão*, esse refúgio citadino em meio a uma paisagem de poder detentora de uns dos metros quadrados mais caros de São Paulo. Lá eles se reuniam, se mantinham visíveis numa área enobrecida e expunham as desigualdades e discriminações a que estavam sujeitos. E ainda trocavam experiências, estabeleciam formas de sociabilidade, faziam até churrascos e se dirigiam para outros *picos* das redondezas – como os localizados no Largo da Batata ou na extensão da Avenida Faria Lima – que integram um circuito skatista reconhecido no universo do skate como sendo característico da Zona Oeste paulistana.

Considerações finais: quando os skatistas fazem a cidade

O skate destrói, mas, de igual modo, também constrói a cidade. E ao moldarem e serem moldados por ela, os skatistas assinalam as marcas de suas experiências corporais e estéticas em equipamentos urbanos dos mais variados tipos, formas e

tamanhos. Pouco importam as suas condições materiais, os locais onde estão dispostos e tampouco os dispositivos que regulam os seus usos. Os contratemplos se convertem em obstáculos que devem ser superados astutamente, nem que para isso eventualmente tenham que fugir da polícia, enfrentar seguranças, negociar com donos de *food trucks*, desrespeitar síndicos de prédios e até colocar a mão na massa a fim de construir novos *picos* ou corrigir as imperfeições daqueles que padecem pela falta de manutenção.

Os skatistas embaralham a almejada convivência ordenada e põe em suspensão certos embelezamentos estratégicos de uma cidade gerenciada como mercadoria e voltada para práticas de cidadania que são englobadas sobretudo por lógicas de consumo. Enfim, muitas vezes eles recusam a cidade tal como ela é. Concordo com o pressuposto de Manuel Delgado (2008) que afirma que o espaço público é o âmbito do jogo, da alteridade generalizada, onde os praticantes da sociabilidade urbana parecem experimentar certo prazer em fazer cada vez mais complexas as regras do contrato social ocasional e constantemente renovado a que se comprometem, como se as negociações demorassem ao máximo a sua resolução, mantendo-se o maior tempo possível em estado de jogo. Essa generalização do jogo é, para tal autor, o que constitui a urbanidade, a qual, desse ponto de vista, produz e é produzida pelo *street skate* e por tantas outras práticas, discursos e representações.

A prática do skate estabelece, segundo Borden (2001), uma crítica performática à forma como a cidade está consolidada. É pelos *picos*, portanto, que a cidade é desestabilizada e reinventada. Ela se torna um livro aberto e inconcluso para os skatistas, a partir do qual podem não apenas produzir interpretações, mas também deixar suas próprias marcas sobre aquilo que já está escrito.

Recebido: 24/01/2019

Aprovado: 26/04/2019

Giancarlo Marques Carraro Machado é doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes-MG) e do Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo (NAU/USP). É autor do livro *De carrinho pela cidade: a prática do skate em São Paulo* (Intermeios/FAPESP, 2014). ORCID: 0000-0001-7404-9737. Contato: giancarlo.machado@unimontes.br

Notas

1. Este artigo é derivado da tese de doutorado *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania*, defendida em 2017 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP) sob a orientação do Prof. Dr. José Guilherme Magnani. A pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2012/23331-0).
2. Para uma discussão detida sobre a categoria *pico*, ver Machado (2014; 2017).
3. *Rolé* é uma categoria nativa. Trata-se de uma circulação pelos espaços urbanos a fim de propiciar a prática do skate.
4. Para outras análises sobre as repressões atribuídas à prática do skate quando realizada em áreas centrais, ver Humphreys (1997), Borden (2001) e Nolan (2003).
5. Segundo Frúgoli Jr. (2000: 25), as novas centralidades paulistanas, as quais se consolidaram em distintos momentos a partir do final da década de 1980, são cenários onde se articulam intervenções urbanas de caráter mais pontual, muito marcadas pela aliança entre interesses do capital e do poder público, tendo resultado, pois, “em processos marcados por práticas excludentes, já que, entre outras coisas, tais intervenções estão sobretudo norteadas pelo mercado, tendo como público preferencial as classes médias e altas”.
6. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37451>>. Acesso em: 09 dez. 2015.
7. Ao levar em conta uma análise situacional, intento partir das recomendações de Michel Agier (2011: 73) tendo em vista uma melhor compreensão da cidadania skatista: a) deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos; b) deslocar a problemática do objeto para o sujeito da questão, logo, em vez de considerar “o que é a cidade?”, atentar para “o que faz a cidade?”.
8. Termo nativo. Sessão é a prática do skate durante certo período de tempo.
9. “Faria Lima”. Disponível em: <http://cemporcentoskate.uol.com.br/fiksperto/faria-lima>. Acesso em: 09/08/2016.
10. O vídeo pode ser visualizado em: <https://www.youtube.com/watch?v=aP3AudvX3PE>.
11. O projeto Paulista Aberta, o qual fora sancionado pelo prefeito Fernando Haddad (PT) em 2016, legitimou ao menos durante um período específico de um dia da semana a ocorrência de práticas cidadinas e de lazer ao longo da Avenida Paulista.

12. As apropriações que são feitas do *Beco do Valadão* serão apresentadas no próximo tópico.
13. Os skatistas que ousam encarar *picos* situados em fachadas de propriedades privadas são, via de regra, detentores de níveis técnicos avançados, como amadores e sobretudo profissionais da modalidade *street skate*.
14. Tal constatação, na ocasião da etnografia realizada durante o período da Copa do Mundo de 2010, também fora assinalada em outra pesquisa de minha autoria (Machado, 2017).
15. A dinâmica em torno da captação de imagens por parte dos skatistas foi abordada em Machado (2014).
16. As implicações em torno desta tentativa de proibição do skate nas calçadas de São Paulo são abordadas em Machado (2014; 2017).
17. Termo nativo. Indicativo de localidade, geralmente utilizado para fazer referência a contextos periféricos da cidade de São Paulo.
18. Em 26 de dezembro de 2013, o prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou a Lei nº 15.947/2013, que dispõe sobre as regras para comercialização de alimentos em vias e áreas públicas e dá outras providências. Mais informações em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/2218#ad-image-0>.
19. MASCARENHAS, Anna. “Um point de skatistas na Faria Lima foi tomado pelos food trucks”. Disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/um-point-de-skatistas-na-faria-lima-foi-tomado-pelos-food-trucks?utm_source=thumpfacebr. Acesso em: 30 dez. 2015.

Referências bibliográficas

- AGIER, M. 2011. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome.
- BORDEN, I. 2001. *Skateboarding, space and the city: architecture and the body*. Oxford: Berg.
- CALDEIRA, T. P. R. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP.
- CEMPORCENTOSKATE. “Faria Lima”. *Portal CemporcentoSkate*. Disponível em: <http://cemporcentoskate.uol.com.br/fiksperto/faria-lima>. Acesso em: 09 ago. 2016.
- CERTEAU, M. de. 2009. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 16. ed.
- CITYZEN. 2013. Direção: Guilherme Guimarães. Roteiro: Esteban Florio e Guilherme Guimarães. Brasil, 26 min.
- DAMATTA, R. 1979. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DELGADO, M. 2008. *El animal público*. Barcelona: Anagrama, 5. ed.
- FIX, M. 2001. *Parceiros da exclusão: duas histórias de construção de uma “Nova Cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo.
- FRÚGOLI JR., H. 2000. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez / Edusp.
- HOWELL, O. 2001. “The poetics of security: skateboarding, urban design, and the new public space”. *Urban Action*, p. 64-86.
- HUMPHREYS, D. 1997. “Shredheads go mainstream? Snowboarding and alternative youth”. *Inter-*

national Review for the Sociology of Sport, v. 32, n. 2, p. 147-160.

LEITE, R. P. 2007. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas; Aracaju: Ed. Unicamp/Ed. UFS.

MACHADO, G. M. C. 2014. *De “carrinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo*. São Paulo: Intermeios/FAPESP.

MACHADO, G. M. C. 2017. *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadania*. Tese [Doutorado em Antropologia Social], Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGNANI, J. G. C. 2002. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29.

MAGNANI, J. G. C. 2012. *Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisas em Antropologia Urbana*. São Paulo: Terceiro Nome.

MASCARENHAS, A. “Um point de skatistas na Faria Lima foi tomado pelos food trucks”. *Revista Vice*. Disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/um-point-de-skatistas-na-faria-lima-foi-tomado-pelos-food-trucks?utmsource=thumpfacebr. Acesso em: 30 dez. 2015.

MUG, M. 2009. “Avenida Paulista: o passeio nosso de cada dia”. *Revista Tribo Skate*, n. 161.

NOLAN, N. 2003. “The ins and outs of Skateboarding and transgression in public space in Newcastle”. *Australian Geographers*, v. 34, n. 3, p. 311-327.

OLHO DE PEIXE. “Avenida Faria Lima”. *Programa Olho de Peixe*, 29/08/2014. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em: 11 ago. 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Revitalização da Avenida Faria Lima tem acessibilidade e padronização de calçada”. *Portal Prefeitura de São Paulo*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37451>. Acesso em: 09 dez. 2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Prefeito assina decreto que define regras para comida nas ruas da cidade”. Secretaria Executiva de Comunicação da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/2218#ad-image-0>. Acesso em: 09 dez. 2015.

ROLNIK, R; FRÚGOLI JR., H. 2001. “Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 6, p. 55-83.

ZUKIN, S. 2000. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: ARANTES, Antonio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus. p. 80-103.

Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistanas

Resumo: O artigo analisa os impactos da prática do skate de rua nos limites das novas centralidades paulistanas. A partir de uma abordagem etnográfica será revelado como jovens cidadãos questionam premissas que permeiam lugares próprios marcados por esperadas univocidades e estabilidades por meio de suas artimanhas, percepções, maneiras e experiências e contribuem, assim, para a redefinição do espaço enquanto um lugar praticado com a apregoação de novas leituras e valores simbólicos.

Palavras-chave: skate, cidadini-dade, cidade, espaços urbanos, antropologia urbana.

Skate and Create: the practice of skateboarding in the new centralities of São Paulo

Abstract: I examine how street skateboarders tactically resist certain urban planning and question some strategic embellishments of a metropolis managed by and for consumption interests. Thus, I contribute to urban anthropology studies by revealing how skateboarders – through their own perceptions, manners and experiences – creatively challenge the premises which permeate proper places marked by expected univocalities and stabilities.

Keywords: skateboarding, urbanity, city, urban spaces, urban anthropology.

ensaios visuais

Do batente da porta pra fora: trabalho e sociabilidade de mulheres artesãs em Brejinho no sertão de Pernambuco

Mônica Vilaça da Silva

Universidade Federal da Paraíba – Brasil

Brejinho é uma cidade do sertão do Pajeú, território composto por 17 municípios pernambucanos, marcado pelo semiárido e pela caatinga – um bioma que se modifica ante os períodos de estiagem e chuvas, sendo a agricultura familiar e a agropecuária as principais ocupações da população rural do município. Antes de iniciarem a experiência de organização do grupo Art's Barro, as mulheres que o compõem trabalharam na agricultura, na casa de farinha, e em casas de família, e passaram a se organizar como grupo depois da realização de um curso pela Secretaria de Ação Social do município sobre produção de painéis de barro, em 2007. Após o curso, elas consolidaram-se como um grupo de trabalho informal e autogestionado de artesãs que produzem as mais diversas peças de barro, sendo formado apenas por mulheres, desde seu surgimento.

Este ensaio é uma sistematização do processo de investigação realizado junto ao referido grupo no desenvolvimento do mestrado em Sociologia na linha de Gênero e Sexualidade da UFPB¹. A metodologia de pesquisa incluiu oficinas com as mulheres do grupo, observação participante e registro fotográfico como parte dos dados analisados na dissertação. O registro das imagens, feito com uma câmera semiprofissional², fez parte dos dados e sínteses produzidas no processo da oficina.

O grupo é composto por seis artesãs, quatro delas têm relações de parentesco, o que é muito presente nos grupos de mulheres no Pajeú. Segundo essas mulheres, atravessar o batente da porta – moldura que envolve as portas com funções estéticas e práticas – para realizar esse trabalho como artesãs fortaleceu suas relações familiares, permitiu-lhes acessar outros espaços e conhecimentos. O batente da porta sempre simboliza a saída da casa e o acesso à rua, ao espaço público, mas esse acesso à rua e ao espaço público toma outro sentido quando deixa de ser mediado por demandas da casa e da família e passa a ser mediado pela experiência de trabalho das mulheres. As fotos que compõem este ensaio buscam apresentar o cotidiano da vida e do trabalho das mulheres do Grupo Art's Barro e os significados presentes no espaço

por elas construído para trabalhar. Assim, a escolha das fotos foi orientada por uma narrativa visual que propõe compartilhar suas vivências, cotidiano e trabalho.

Crédito das imagens: Mônica Vilaça da Silva.



Vista do município de Brejinho, de cima da Pedra Grande. O município de Brejinho faz a divisa ao sul com a Paraíba, e nele nasce o Rio Pajeú, que atravessa todo o território do Pajeú. Tem uma população de 7.307 habitantes, com 3.386 pessoas na zona urbana e 3.921 pessoas na zona rural, segundo o IBGE. A pedra grande é uma formação rochosa considerada um ponto turístico do município.



Cajueiro. Após uma estiagem de seis anos, em maio de 2018, voltou a chover no sertão do Pajeú, recuperando os rios, açudes e cisternas, e modificando a paisagem. O sertão está verde e florido, mas ainda podemos ver árvores brancas na paisagem que evocam a expressão tupi-guarani “mata branca” para a caatinga, permitindo às sertanejas e aos sertanejos retomarem plantios e a criação de animais.



Tanque de pedra. O abastecimento de água das casas é uma tarefa atribuída às mulheres e crianças. Assim, tornam-se de extrema importância todas as iniciativas e tecnologias para reservar água, como os açudes, tanques e cisternas. As famílias em Brejinho aproveitam as formações rochosas próximas às casas para reservar água. Alguns tanques não precisam de nenhuma intervenção; em outros casos, como podemos observar na foto, as famílias fazem barreiras de cimento para poderem reservar a água.



Entrada da sede do grupo Art's Barro. A sede de produção do grupo é uma casa das mulheres do grupo, no sítio Tamboril, que anteriormente era alugada. A casa já passou por uma ampliação que permite hoje ao grupo ter na entrada uma área para venda, e no segundo cômodo um salão para a produção das peças. Além de espaço de trabalho, a casa de barro, como é nomeada por elas, é lugar de diálogos e aprendizados.



Primeiro pilão à esquerda, e forno à direita da foto. Para trabalhar com o barro, era necessário maceará-lo em um pilão, atividade extremamente penosa. O forno também era pequeno e dificultava a queima das peças. Com a ampliação do espaço e a conquista de novos equipamentos, elas resolveram manter tanto o pilão quanto o forno como memória dos passos já dados. À esquerda, na parte superior, pode-se ver a cisterna de água utilizada para produção.



Maria de Barro. Esta é a casa de um passarinho mantida na sala de entrada da sede do grupo. Segundo a história local, é construída pela Maria e pelo João de Barro, e enquanto ela choca os ovos, ele traz alimento. Quando o João de Barro sente ciúmes da Maria, ele a tranca dentro da casa, matando-a sufocada. Elas guardam a casa como expressão do machismo que elas combatem a partir de seu trabalho.



Basta de violência contra a mulher. O grupo de mulheres do Art's Barro articula-se com outros grupos no Sertão do Pajeú através da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú. Um dos princípios de organização e mobilização dessa rede é o feminismo, através do qual elas vêm mobilizando ações de enfrentamento e combate à violência contra as mulheres rurais.



Moldando as peças. O processo de fabricação das peças de barro envolve várias etapas, e algumas mulheres se identificam mais com algumas dessas etapas e menos com outras, e dessa forma elas dividem o trabalho. A modelagem das peças é manual e é o momento da produção que elas mais identificam com habilidade e criatividade.



Lixando a peça e aplicando água. Nesta etapa, elas lixam, aplicam água e alisam a peça com pequenas pedras conhecidas como seixos para observar e corrigir possíveis imperfeições. Esta é a fase mais demorada e que algumas mulheres não gostam de realizar em razão do esforço despendido.



Aplicando brilho. Antes de levar as peças ao forno para queimá-las, elas aplicam óleo vegetal e novamente alisam a peça com pedras. Esse momento de acabamento, chamado por elas de “dar brilho” é responsável pelo aspecto final que a peça obtém.



Peça finalizada. Cada peça produzida leva um tempo mínimo de 22 dias para ser finalizada. Esse longo tempo é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo grupo quanto a produção, armazenamento e venda.



Mulheres do Art's Barro e o novo forno. O forno foi conquistado através de um projeto da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú e utiliza lenha. Elas usam plantas exóticas não ameaçadas de extinção, como a melancia de cavalo, o nim, a algaroba, a gliricídia, a jurema preta e de embira, e a catingueira. São espécies ameaçadas da caatinga a baraúna, a quixabeira, o umbuzeiro, o angico, a umburana de cheiro, a aroeira, o ipê e o cedro.



Aniversário e festejos. As mulheres do grupo mantêm um quadro com as datas de aniversário de todas as participantes. Nesse dia, ao final do trabalho, elas retornam à noite para a casa de barro a fim de comemorar com a aniversariante. Além delas, outros membros de suas famílias participam, e cada uma delas prepara algum mimo para a aniversariante.

Recebido: 16/07/2018

Aprovado: 28/03/2019

Mônica Vilaça é Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa. Trabalha com temáticas ligadas às experiências das mulheres e práticas de economia solidária e economia feminista, a partir das referências dos cuidados e da produção dos comuns. ORCID: 0000-0002-8916-4364. Contato: monicavilaca2@yahoo.com.br

Notas

1. No mestrado busquei discutir os significados dos valores éticos e morais de cuidados mobilizados nas práticas de trabalho em economia solidária das mulheres de três grupos produtivos que compõem a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, sob a orientação da Professora Doutora Mónica Franch.
2. Sony Alpha 3000.

Colheita dourada: a arranca do capim no *gerais* do Jalapão (TO)

Guilherme Moura Fagundes
Antropólogo independente - Brasil

O Jalapão (TO) possui uma terra onde se queimando tudo dá. Embora possa parecer contraintuitivo, esse é o caso do capim-dourado. Como se costuma dizer por aquelas bandas, trata-se de uma planta que “só vem forte mó do fogo”. Pela taxonomia vegetal, ele está inserido na família *Eriocaulaceae*, sendo uma florífera dentre as populares sempre-vivas. Pelos jalapoeiros, entretanto, esta cobiçada planta é tida como um capim. Tal aceção diz muito sobre sua estreita interação com as práticas do manejo bovino, pois a queima das veredas possibilita tanto a promoção do capim-dourado quanto a rebrota do capim agreste que alimenta o gado. *A arranca do capim* é uma atividade que mobiliza famílias inteiras entre o final da estiagem e o início das chuvas, em busca do material a partir do qual se confeccionam artesanatos de grande importância para a economia jalapoeira. Precisamente, 20 de setembro é a data biopolítica demarcada pelos órgãos ambientais como o início da colheita do capim. Entende-se que, por volta desse período, não apenas as hastes estejam secas e douradas para atrair o olhar dos turistas, mas também as sementes amadurecidas o suficiente para permitir a reprodução do vegetal.

As fotografias que compõem este ensaio foram registradas com câmera Nikon D5300 (lente 18-55mm) e retratam três dias de uma *arranca do capim* junto a Deni, Iracema, Belarmina e Dieison, na *rancharia* do brejo da Estiva. Meus anfitriões na cidade de Mateiros (TO) e protagonistas do ensaio são quilombolas e generalistas, como se autodenominam no Jalapão aqueles cuja vida depende do ambiente chamado de *gerais*. Para além do registro de uma atividade extrativista, a composição estética intenta dar destaque a tonalidades, gestos e posturas que caracterizam as interações com o capim-dourado no *gerais* do Jalapão.

O ensaio também é parte de minha tese de doutorado em antropologia social, desenvolvida ao longo de onze meses de pesquisa de campo, entre os anos de 2014 e 2016. A pesquisa enfoca os modos de existência do fogo no ambiente de *gerais* e as transformações técnicas oriundas da nova política de manejo integrado do fogo no Jalapão – envolvendo quilombolas, brigadistas e gestores ambientais da Estação

Ecológica Serra Geral do Tocantins. Em campo, a etnografia buscou conjugar o engajamento nas práticas de queima com a captação de imagens estáticas e em movimento, com vistas a uma análise praxiológica dos gestos técnicos.

Crédito das imagens: Guilherme Moura Fagundes, Mateiros (TO), 2016.



O Jalapão é tido como uma das regiões mais inflamáveis do país. Tal configuração se dá tanto em razão de seus ecossistemas pirofíticos, cuja inevitabilidade de queima é iminente, como ainda pela importância das queimadas no modo de vida geralista. No gerais, o fogo feito para alimentar o gado conflui com o capim-dourado: enquanto o gado se alimenta dos brotos de uma queimada feita no mesmo ano, já o capim-dourado vem forte apenas nas vargens de veredas queimadas no ano precedente. É por isso que a subida para o gerais não deixa de ser um reencontro com lembranças que as famílias possuem acerca das temporalidades das áreas queimadas. Reconhecer o papel do fogo nesta verdadeira trama de natureza e cultura é o primeiro passo para adentrarmos no universo do capim-dourado.



A arranca é uma atividade perambulante, andarilha e sem direção certa, sempre em busca das ilhas de capim. Como dizem, ranca mais quem anda mais. Ao longo do itinerário, a família se separa, cada membro indo numa direção, contornando as veredas em busca dos locais de maior concentração da planta. Enquanto no campo o capim é ajuntado de maneira disforme, a separação dos maços é feita na rancharia. Nestas duas imagens, Deni, Iracema, Belarmina e Dieison se reencontram na vereda da Estiva, após duas horas de coleta.







Além de local de descanso das pernas e trabalho com as mãos, é também na *rancharia* onde se desenrola a partilha de histórias sobre as *luzias* (assombrações) e façanhas do *povo de primeiro*. Nesta habitação, coberta com palhas de buriti, sempre haverá pratos, talheres e condimentos de cozinha (principalmente sal e óleo) para serem usufruídos pelos que ali passaram para pernoitar. A *trempa* (acima) também é uma constante nestas instalações, pois apenas esta cuidadosa justaposição de três pedras consegue proteger o fogo doméstico do vento de *gerais*.



A raspagem é uma condicionante dos órgãos ambientais para a permissão de colheita. Os relatos de generalistas multados por não terem raspado as flores e as deixado no campo nutrem receios de maus encontros com agentes de fiscalização. Ainda que não fosse uma obrigação, Deni sabe que só assim o capim poderá renascer nas veredas. Chegando na *rancharia*, enquanto Iracema e Belarmina preparam o cozido, Deni e Dieison se dedicam a esta que é uma etapa bastante trabalhosa. Munidos de facas bem amoladas e apoiando os maços sobre uma das pernas, algumas horas são necessárias para finalizar a tarefa.





A separação dos maços visa deixá-los numa divisão que facilite a pesagem e a venda. Do grupo, apenas Belarmina, irmã de Deni, tem habilidade na *costura* do capim. Ela faz brincos, mandalas, e pequenos vasos, como um que ela me presentou. A maior parte desta colheita, entretanto, já estava reservada para um compadre. Outra parte seria vendida para a associação de artesões no valor de quarenta reais o quilo. O restante foi deixado em reserva para o período no qual não é permitido coletar (sobretudo de março a agosto), quando o preço tende a ser mais elevado.



A venda se dá no peso. Para isso, Deni utiliza a *balança jalapoeira*. O aparelho, de mais de trinta anos, foi feito artesanalmente com um pedaço de *pau louro*, cuja madeira lisa, leve e uniforme é amarrada com arame e corda na extremidade. O movimento da argola provocado pelo peso do maço indicará o peso final de até 16 quilos. Nesta imagem, Deni está pesando um maço de 3,5 quilos, coletado por Dieison e vendido a um compadre.



Recebido: 31/07/2018

Aprovado: 09/01/2019

Guilherme Moura Fagundes é doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), com estágio sanduíche no Laboratoire d'Anthropologie Sociale (LAS - Collège de France/EHESS, Paris). Atua principalmente nas áreas de antropologia da técnica, antropologia da conservação e antropologia fílmica, com ênfase nos processos e nas políticas de manipulação da vida e dos viventes. ORCID: 0000-0003-2510-0465. Contato: guilhermefagundesantro@gmail.com



entrevista

Dina Dreyfus, Alain Badiou e os programas de Filosofia da Rádio-Televisão Escolar francesa nos anos 1960

Entrevista com Alain Badiou

Luciana Magalhães Portela
Universidade de Brasília - Brasil

com a participação de Isabelle Vodoz¹

Instituto de Alemão da Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris III - França

Apresentação

Dina Dreyfus é conhecida no Brasil – quando o é – por ter sido esposa de Lévi-Strauss, e, quando muito, por ter participado da Missão Pesquisas Folclóricas ou da fundação da Sociedade de Etnografia e Folclore no Brasil, ao lado de Mário de Andrade, na década de 1930. Pouco se sabe sobre sua trajetória após seu retorno à França. Ao iniciar minha pesquisa sobre Dreyfus², tive acesso às informações relativas ao período em que morou no Brasil, reunidas por pesquisadores que, como Mariza Côrrea³, Luísa Valentini⁴, Mariana Sombrio⁵ e Luis Donisete Grupioni⁶, contribuíram para nos informar sobre a relevância do seu trabalho e a paradoxal invisibilidade tecida pela historiografia das ciências sociais a seu respeito. As menções feitas a ela no Brasil se debruçam principalmente sobre sua jornada como etnóloga, ainda que ela tenha consagrado a maior parte de sua vida à filosofia. Foram aproximadamente 50 anos de dedicação à pesquisa, ao ensino, à produção escrita e audiovisual, dentre os quais apenas quatro no campo da etnologia. Portanto, esta entrevista tem como finalidade abordar uma parte de sua trajetória profissional ainda pouco explorada. Pretendo, com isso, complementar a produção acima mencionada, mas também evitar a redução da sua trajetória aos curtos anos em que atuou em parceria com o ex-marido.

Para tentar compreender sua trajetória, foi necessário pesquisar material referente ao período que segue o seu retorno à França. Tais informações encontram-se, no entanto, espalhadas nas mais variadas fontes⁷. Além disso, poucas são as pessoas que a conheceram e que ainda hoje estão vivas.

Alain Badiou tinha aproximadamente 26 anos quando foi convidado por Dreyfus para encarnar o personagem do jovem filósofo⁸ na série de televisão concebida por ela, intitulada *L'enseignement de la philosophie*, difundida pela Radio-Télévision

Scolaire (RTS) na década de 1960.⁹ Ao apresentar autores renomados discutindo temas atuais com Badiou, Dreyfus visava distanciar-se da visão limitada da filosofia, como um conhecimento restrito aos pensadores clássicos.¹⁰

Badiou nasceu no Marrocos em 1937 e se instalou em Toulouse, na França, ainda na infância. Estudou na École Normale Supérieure - ENS, em Paris, onde teve formação abrangente – ciências sociais, filosofia, psicologia, linguística e literatura. Durante a sua formação na ENS, Badiou teve também atuação importante em movimentos de militância política, como, por exemplo, contra a guerra colonial na Argélia. Em 1960, recebeu o título de Agregé¹¹ em Filosofia e no ano seguinte foi nomeado professor no Lycée¹² de Reims, alguns anos antes de ser convidado para trabalhar na RTS. Foi um dos fundadores do Departamento de Filosofia da Universidade de Paris VIII, em 1969, juntamente com Michel Foucault, Jacques Rancière e Gilles Deleuze. Badiou é professor emérito da ENS e, além das publicações em filosofia, escreveu romances e peças de teatro¹³. Com oitenta e um anos, Badiou continua a publicar livros e numerosas entrevistas. Entre suas principais publicações traduzidas para o português, podemos citar: *Para uma nova teoria do sujeito*¹⁴, *O ser e o evento*¹⁵ e *O século*¹⁶. Em maio desse ano, publicou o livro *On a raison de se révolter*¹⁷, uma reflexão sobre os eventos de maio de 1968¹⁸.

Ao estabelecer um contato inicial com Badiou, fui direcionada a Isabelle Vodoz, que se encarregou de fazer a mediação. Vodoz é professora aposentada do Instituto de Alemão da Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris III e traduziu textos de Badiou, Slavoj Žižek e Jürgen Habermas. Organizou também obra que reúne artigos de diversos autores sobre Badiou¹⁹. Vodoz é uma colaboradora próxima do filósofo – como pode ser observado no livro *A República de Platão recontada por Badiou*²⁰, em que o autor afirma que ela não só transcreve o texto mas tem participação efetiva, contribuindo com marcações e observações. Vodoz está presente em diversas entrevistas ao lado de Badiou, incluindo a que apresento a seguir, da qual participou ativamente, contribuindo no enriquecimento do diálogo.

O relato de Badiou nos apresenta uma face de Dina Dreyfus ainda pouco conhecida, já que no encontro ficou evidente a amizade que os uniu e o reconhecimento que ele guarda pela sua confiança nos anos iniciais de sua carreira. A fala de Badiou nos traz algo mais de Dreyfus, sobre como ela poderia ser adorável e severa, sua dedicação aos estudantes e ao ensino da filosofia.

Nas linhas a seguir relato trechos selecionados da entrevista realizada com o filósofo no dia 11 de janeiro de 2018, em Paris, na residência de Isabelle Vodoz. A

presente edição se deve ao fato da longa extensão do material bruto gravado, mas também por uma opção de dar lugar à trajetória profissional de Dreyfus e aos vínculos profissionais tecidos entre eles, objetivo que conduziu a entrevista.

Luciana Portela: No decorrer da minha pesquisa, me deparei com a atuação de Dina Dreyfus nos programas de filosofia da RTS e sua parceria com o senhor. Como a maior parte das referências que tenho de Dreyfus se refere à sua atuação como etnóloga no Brasil na década de 1930, gostaria de saber mais sobre o prosseguimento do seu percurso profissional na França.

Alain Badiou: Eu conheci Dina Dreyfus pessoalmente durante um período muito específico, que vai de 1963 a 1971, mais ou menos... Na verdade, estava totalmente ligado à questão das edições da televisão escolar. Então, em um primeiro momento, cabe a pergunta: por que fui eu que embarquei nesse projeto? Na verdade, ela teve, logo no início, a ideia de que esses programas de televisão deveriam reproduzir alguma coisa dos diálogos de Platão, em que veríamos um filósofo estabelecido discutir com um jovem. Então a questão era saber quem seria esse jovem? Eu fui escolhido, por razões puramente acadêmicas, pois os grandes amigos de Dina Dreyfus na Universidade eram [Georges] Canguilhem e [Jean] Hyppolite. Os dois eram amigos muito próximos dela. Eu me lembro sempre de Dina chegando no curso de Canguilhem... não éramos muito mais do que 20 alunos. Eles estavam sempre lá. Como Canguilhem fazia parte da banca da Agregação, havia dito à Dina que esse jovem, Badiou, era muito bom, conhecia tudo. Então fui contratado sem saber o que era pretendido, pois eu não tinha nenhum contato com a televisão. Na minha família não havia televisão, meus pais eram hostis à televisão. Eu nunca assistia televisão! A ideia de Dina era muito precisa, ela queria fazer diálogos sobre um tema específico, entre um filósofo reconhecido e um jovem, destinados a serem projetados nos estabelecimentos escolares em uma hora determinada. Naquela época não havia discos, não havia gravações. Então era a televisão nacional pública que, em uma hora específica, que correspondia à hora das aulas, projetava o programa. Eu levava meus alunos, que ficavam muito contentes de ver o seu professor na tela. Isso aumentou muito minha popularidade! A gente começou pelos amigos mais próximos da Dina. Fizemos o programa com o Hyppolite, o primeiro, eu acho, sobre o que é a filosofia. Em seguida, fizemos um programa com Canguilhem, e depois com Foucault, porque ele era o discípulo preferido de Canguilhem. É preciso saber também que

Dina era Inspectora Geral de Filosofia e então, enquanto Inspectora, conhecia bem o mundo dos professores de filosofia, incluindo o ensino secundário.

Isabelle Vodoz: Desculpem-me, poderia interromper? Porque não é óbvio se tornar inspetora. Por que ela se tornou inspetora, sendo que era antropóloga antes? Como isso se deu?

Alain Badiou: Ela era Agrégée de Filosofia, era o seu métier. Ela tinha se tornado antropóloga por amor ao Lévi-Strauss... é preciso ver as coisas como elas são. Ela foi antropóloga durante o período em que acompanhou Lévi-Strauss no Brasil. Mas quando ela e Lévi-Strauss se separaram, acredito que tenha sido um trauma para ela. Você deve conhecer melhor do que eu essa parte. É a impressão que eu tive das poucas vezes que ela me falou, pelo menos um pouco... A gente vai voltar nisso. Ela voltou à França e depois das peripécias ligadas à Guerra, se tornou professora de Filosofia. Como era uma excelente professora de Filosofia, a Inspeção Geral a recrutou, e então ela se tornou inspetora geral da região parisiense, na época era um sistema assim. E como Inspectora Geral, ela conhecia muito bem o meio dos professores de filosofia, a pedagogia da filosofia, a aula de filosofia e queria realmente dedicar a televisão à aula de filosofia. Então a gente gravava os programas em condições antigas, era um estúdio. Era, obviamente, em preto e branco. Tinha um diretor²¹ – cujo nome me escapa agora, mas eu devo me lembrar – que acompanhou todo o processo. Nessa época eu era professor do Lycée de Reims, então eu também estava no ensino secundário, nas turmas de *terminale*²² e fizemos uma série de programas entre 1965 e 1967, com ambições cada vez maiores. No início eram realmente diálogos entre eu e o filósofo e depois passou a ter coisas um pouco mais complicadas, com trios, e depois o programa sobre a verdade, o mais complexo, com Foucault, Hyppolite, Ricœur, a própria Dina – é a única vez que ela aparece na tela – e eu. Esses programas eram produzidos pelo Instituto Nacional Pedagógico e projetados nas salas de aula. Eu mesmo os vi diversas vezes com meus alunos. Sabíamos que às dez horas, na sala de aula onde havia uma tela de televisão, veríamos a discussão. Então, isso me deu um papel particular, porque para todos os professores de filosofia que viam o programa, ou que projetavam o programa, eu era um “cara qualquer”, mas na verdade eu já era professor de filosofia... então era de certa forma, um pouco “falseado”. Eu fazia o papel do discípulo que interroga o mestre. Nessa época, então, eu frequentei muito a casa de Dina, pois tínhamos

que discutir, a cada vez, quem é que viria ao programa, quando seria o programa. E evidentemente, eu almocei com ela, conversávamos, dormi na casa dela diversas vezes. Então nós tivemos uma amizade, realmente, durante todo esse período. Foi assim que ela me falou um pouco sobre outras coisas para além dos programas de televisão. Ela me falou da sua ligação com Lévi-Strauss. Tenho que admitir que ela me colocou numa situação um pouco embaraçosa, pois me disse que eu parecia muito com ele. Não fisicamente, mas intelectualmente... Eu não sei se foi um elogio ou uma crítica (risos). Ela me falou disso e também conversamos muito sobre literatura. Principalmente os seus romancistas favoritos: Conrad, Faulkner, esses grandes astros da literatura. Ela leu meus primeiros livros, em especial *Portulans*, meu segundo romance que, coincidentemente, foi publicado na mesma época das gravações. E ela tinha lido também *Almagestes*, o meu primeiro livro, porque o mundo do romance a interessava muito. A gente conversou sobre muitas coisas nessa época e o que nos separou foi 68. Não maio de 1968, especificamente, mas os anos que seguiram, em que eu só fiz política, e era uma política que não convinha a ela. Ela era muito mais tradicional no que diz respeito a um ponto sobretudo: no fundo, o sentido da sua vida era de defender o ensino da filosofia. Era realmente uma paixão para ela. E ela estimava que, na crítica que os jovens faziam aos estudos, a crítica à universidade, a tudo, havia algo de ameaçador que não a agradava. Um episódio que foi muito negativo na nossa relação foi o ano em que se decidiu proibir a Agregação. Foi decidido pelos esquerdistas que o exame de Agregação seria proibido por ser um exame totalmente seletivo. Como eu participava desse movimento, fiquei muito mal visto por ela porque a gente interrompeu a Agregação pela qual ela tinha uma verdadeira paixão. Era um mundo ao qual ela pertencia, mas pertencia também Ricœur, e talvez até mesmo eu, Hyppolite certamente. Era um mundo muito instalado nas estruturas do ensino superior nessa época. Então, em seguida, só nos vimos em situações esporádicas. Mas eu tinha realmente o sentimento de que tínhamos nos desentendido, porque a relação que ela tinha pelo ensino tradicional era muito forte, muito clássica, muito defensável. Aliás, isso não é uma crítica pessoal a Dina Dreyfus. Sei que ela tinha tentado inventar uma coisa nova, colocando a televisão. Era uma professora adorada pelos seus alunos, uma professora formidável.

Luciana Portela: Eu penso também no lugar das mulheres na época, você acha que ela queria abrir espaço para as mulheres no ensino?

Alain Badiou: Sim, eu acho. Ela não pensava as coisas como um conflito entre homens e mulheres. Mas ela queria afirmar, de toda forma, que as mulheres poderiam muito bem estar no sistema, na direção, na universidade. Ela era feminista nesse sentido, era feminista igualitária. Ela queria realmente assumir a sua função, e de fato, é preciso reconhecer que as mulheres nessa época eram raras no nível em que ela se encontrava, principalmente na administração da Inspeção Nacional. Esta era extraordinariamente pouco feminizada, eu acredito que ela fosse a única mulher em todo o sistema. Eu, pelo menos, não conheci outra. E o fato de estar lá no fim dos anos 1960, ou mesmo no fim dos anos 1950, era absolutamente excepcional. Ela era também protegida e apreciada pelos “bons”. Eu sempre a vi muito à vontade com Canguilhem, Hippolyte, Foucault, Michel Serres, etc. Ela se portava de igual para igual com eles. Tínhamos a impressão que ela defendia o seu lugar, mas não era agressiva. Ela o fazia com grande simplicidade, naturalmente, mas era uma mulher com o julgamento muito estrito, muito severo. Quando ela julgava alguma coisa, ou ainda, julgava negativamente, ninguém a fazia mudar de ideia facilmente. Eu apreciava isso. Não digo isso enquanto crítica, era uma mulher que argumentava, mas quando tinha encontrado argumentos sólidos para alguma coisa, mantinha sua posição de maneira absolutamente segura.

Luciana Portela: Será que poderíamos voltar um pouco no tempo? Meu primeiro contato com Dina Dreyfus se deu por meio da leitura de autores²³ que trataram das expedições e coleções que ela realizou no Brasil com Claude Lévi-Strauss. Me chamou a atenção nunca ter ouvido falar dela antes: ela havia sido aluna de Marcel Mauss em seu curso de etnologia, ela conhecia, portanto, as técnicas, ela fazia os contatos no Brasil que viabilizaram as expedições. Depois sei que ela partiu do Brasil, em meio à segunda expedição em função de uma infecção no olho. E depois há uma lacuna. O senhor poderia me ajudar a reconstituir essa lacuna da história de Dreyfus, entre a experiência no Brasil e sua atividade como Inspetora de Filosofia após seu retorno à França?

Alain Badiou: Eu também não sei o que aconteceu entre o período em que ela retornou e o momento em que a conheci, salvo o fato de que já havia ouvido falar dela como Inspetora Geral. Eu era ainda jovem nessa época. Eu não sabia muito em relação à sua história anterior. Mas de fato, também me perguntei: o que exatamente aconteceu naquele momento? No fundo eu não sabia muito bem. Sabia que

ela era professora de filosofia em um certo momento, e depois que ela tinha sido Inspectora Geral. Além disso, das conversas que tivemos, o Brasil ou a Antropologia não estavam em pauta, ou pouco, muito pouco. É como se tivesse havido um “blackout” porque estava associado a uma verdadeira prova. Também tive o sentimento indireto – não foi ela quem me disse – conhecendo um pouco melhor o que tinha se passado, tive a impressão de que uma parte da missão Lévi-Strauss no Brasil foi ela quem fez. Eu tenho a impressão de que ela teve um papel determinante nesse assunto. Agora, se ela teve a impressão em algum momento que o seu trabalho havia sido captado por Lévi-Strauss? Eu não sei... Mas do ponto de vista das operações de campo, dos conhecimentos, ela teve um papel absolutamente fundamental. De forma que me surpreendeu que ela não falasse mais de antropologia. Ela tinha se convertido à filosofia clássica. Mas, ao final, ela estava bem distante da antropologia. Acredito que isso seja, de certa forma, uma consequência da experiência brasileira.

Luciana Portela: Uma ruptura? Como se ela tivesse tomado a ruptura com Lévi-Strauss como uma ruptura com a Antropologia?

Alain Badiou: Eu concordo com a sua hipótese. É o sentimento que eu tive, pelo menos...

Luciana Portela: Tem uma coisa interessante nos cadernos de campo da Dina: trechos de um romance que ela queria escrever.

Alain Badiou: Mas isso eu sei, que ela queria escrever um romance. Ela tinha me falado quando a gente conversava sobre romances. Ela tinha me dito, mas sem me dizer nada além disso, que ela tinha desejado, ou que ela desejava – já não sei mais se era no passado ou no presente – ser romancista. Por outro lado, seu interesse pelo romance era extremamente forte quando a conheci. Fora da Filosofia, dos programas de televisão, quando a gente conversava, conversava muitas vezes sobre romance.

Isabelle Vodoz: Posso te fazer uma pergunta? Em que ano ela nasceu?

Luciana Portela: 1911.

Isabelle Vodoz: Vocês tinham então 26 anos de diferença [para Alain Badiou].

Alain Badiou: Sim.

Isabelle Vodoz: É que, quando a gente pensa, quando a gente fala assim, é claro que um jovem hoje faria até mesmo outras perguntas, mas na época, antes de 1968, você poderia ouvir confidências sobre qualquer coisa, mas não ousaria fazer perguntas aos adultos! Está vendo o que eu quero dizer? Talvez hoje em dia, faríamos isso de maneira mais aberta... mas na época, ela tinha quase a idade dos nossos pais.

Luciana Portela: No programa Filosofia e Verdade (Philosophie et vérité), pude notar um olhar de cumplicidade entre o senhor e a Dina Dreyfus: ela sorri, ela te olha como se estivesse dizendo: “Está funcionando!” (risos).

Alain Badiou: O que me chama atenção nessa edição é que eu é que concluo, sou eu quem conclui. Senti, quando a gente fez esse programa, que ela direcionava para isso, com alguns sinais. Ela não queria que a conclusão fosse dos outros. Aliás, Foucault vai embora no meio do episódio, desce as escadas e desaparece... Sobrou Ricœur e Hyppolite, mas eu via claramente que, para a Dina, era eu quem iria concluir, e efetivamente, sou eu quem conclui. Quando olho isso, penso comigo mesmo: “Eu era muito corajoso, na época” (risos)!

Isabelle Vodoz: Teve alguém que você gostaria de ter convidado para o programa que ela não queria, ou o contrário?

Alain Badiou: Na verdade, não.

Isabelle Vodoz: Eu me lembro que tinha o [Raymond] Aron, o [Jean-Paul] Sartre...

Alain Badiou: Ah, não, não teve o Sartre!

Isabelle Vodoz: E por quê?

Alain Badiou: Eu nunca soube se ela que não quis chamá-lo, ou ele é que não quis. Por outro lado, fizemos algo indireto sobre o [Jacques] Lacan. Mas eu acho que era

um programa de rádio, não era na série dos filmes. Acho que ela não queria também dar a impressão de que tinha feito uma escolha política. É por isso que Aron, que era um conservador, veio, e foi tudo bem. E dentre os jovens, teve [Paul] Ricœur. Na verdade, ela tinha seus gostos, e eu acho, por exemplo, que ela não gostava de Sartre. Não muito.

Luciana Portela: Foi ela quem concebeu a ideia dos programas?

Alain Badiou: Ah, sim, absolutamente! Era seu projeto, que ela conseguiu impor pelo fato de ser Inspetora Geral. Por isso ela era muito apegada, e trabalhamos muito nele. E eu pude experimentar a eficácia com meus alunos.

Luciana Portela: Por que o senhor acha que era eficaz?

Alain Badiou: Porque acho que os introduzia na Filosofia de uma maneira mais adaptada ao mundo deles do que simplesmente as aulas. Eles viam ali um jovem, porque eu não era assim tão mais velho que os alunos. Eles tinham 18 anos e havia ali um jovem que falava com os filósofos mais ou menos conhecidos. Eu fazia uma pequena apresentação: “vocês vão ver o Senhor Hyppolite, que fez isso, o grande tradutor de tal obra...”. Acho realmente que tinha uma identificação. Tinha alguma coisa que acontecia no diálogo que era diferente das aulas. Depois de assistir aos filmes, tínhamos discussões interessantes com os alunos.

Luciana Portela: Eu li em uma revista que falava dos programas de televisão de filosofia nos anos 1980, e que falava também desses primeiros programas dos anos 1960...

Alain Badiou: Foram os primeiros! Realmente!

Luciana Portela: ... e havia algo nesse artigo²⁴ sobre o poder das imagens, sobre a importância de, para além de ouvir a pessoa entrevistada falar, ver a pessoa se mexer, ver a boca, os olhos, ver realmente a pessoa.

Alain Badiou: Certamente, pois eu acredito que Dina Dreyfus tinha a ideia de que o sentido da filosofia era o ensino. É muito mais que os livros. Ela amava os livros,

claro, lia livros como todo mundo, mas ela pensava que a verdade da filosofia, desde Sócrates, era a palavra viva.

Isabelle Vodoz: É bem o que você pensa também!

Alain Badiou: Eu também penso assim, ainda que os livros sejam indispensáveis, não podemos fazer de outro jeito. Mas tem um elemento de presença do corpo do filósofo que faz parte da transmissão filosófica. Porque no livro, você pode sempre desconfiar que há artifícios, retórica, que se o filósofo está em dificuldade vai te empurrar um argumento. Eu dei milhares de aulas de filosofia na minha vida... (risos) e quando se está presente, sabe-se que o grau de convicção que se tem, vai ser transmitido. Isto é, o fato de que o que se diz é realmente o que se pensa é visível. Um mau professor é um professor que fala sem convencer os alunos que aquilo que ele pensa realmente é aquilo que ele está contando. Ele faz o seu trabalho, e é isso! Eu sempre concebi um sentido de filosofia, até mesmo com os jovens, até nos cursos de *terminale*, de que você tem que estar engajado. Você tem que lhes transmitir que é importante ter convicções, argumentar, os dois ao mesmo tempo. Não uma convicção qualquer, mas uma convicção que você possa defender e outras concepções que possa criticar. Apesar de tudo, nesses programas de televisão, tinha esse elemento. Eu acho que ela tinha razão em dizer que ver o corpo dos filósofos, sua boca, sua maneira de falar, ver a maneira como eles fumam o seu cigarro... (risos). Fuma-se nesses programas!

Luciana Portela: Já hoje...

Alain Badiou: Isso seria impensável! Ver também a maneira como ele se dirige ao mesmo tempo a mim e ao público que assiste. Acho que tudo isso era interessante e eu verifiquei nas aulas, isso os interessava. Eles achavam interessante, divertido também. Eles observavam os defeitos de um e de outro, notavam os sotaques, o chiado do Hyppolite... É uma boa ideia, eu realmente acredito.

Isabelle Vodoz: Se posso complementar, havia muito menos programas de televisão...

Alain Badiou: A gente estava menos imerso! Era mais raro!

Isabelle Vodoz: Hoje eu acredito que os alunos não ficariam tão fascinados por um

programa de televisão como os daquela época.

Alain Badiou: É verdade! Mas de certa forma, não acredito que se façam mais programas de televisão como aqueles...

Isabelle Vodoz: A gente fez um na Suíça sobre a Filosofia²⁵...

Alain Badiou: Justamente, eu fiz um em Zurique. Foi incrível, pois quando eu revi esse programa, me lembrou essa época. E quando a gente o vê, se surpreende. Mas justamente, foi a Rádio Zurich que fez um programa muito particular, inteiramente dedicado à filosofia, que é transmitido no domingo.

Luciana Portela: Eu acho também que antes tínhamos menos acesso às imagens, comparado a hoje, com a internet... se alguém fala de uma pessoa que eu não conheço, imediatamente posso ir na internet e...

Alain Badiou: Ah, sim! A gente pode ver imagens o quanto quisermos! Enquanto que, naquela época, eles eram convocados, era uma oportunidade rara. Eles viam uma coisa que nunca tinham visto antes... isso tinha uma força!

Luciana Portela: Percebi que o senhor também tem muitos vídeos de entrevistas atualmente disponíveis na internet, na televisão, bem como muitas aparições nas rádios francesas. Em seu livro, Tamara Chaplin²⁶ fala da importância dos programas de filosofia na televisão na França e é, realmente, surpreendente a quantidade desses programas. Gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre a relação entre filosofia e imagem, ou então, a difusão da filosofia pelos programas de rádio ou de televisão.

Alain Badiou: Não é a imagem no geral, porque desse jeito a gente poderia imaginar que seria possível ilustrar a Filosofia, que enquanto alguém fala da natureza, vão mostrar uma paisagem... (risos). Não é a imagem em si, mas a questão do corpo do filósofo. A presença do corpo do filósofo que acredito que seja muito antiga, porque na realidade, a filosofia, desde o início, sempre foi um ensinamento. Sempre houve o filósofo com os discípulos, sempre houve uma presença. A memória dessa presença está nos livros. Sócrates não escreveu nada! Mas virou uma lenda. Temos

contato com Sócrates a partir de Platão. Porque Platão o tornou um personagem da Filosofia. Eu realmente acredito que a aula de Filosofia é a célula fundamental da Filosofia, essa era a ideia de Dina Dreyfus. A sala de aula de Filosofia era um lugar absolutamente sagrado: ninguém tinha o direito de entrar nela. E pronto! O professor de Filosofia rodeado com os discípulos na sala de aula, etc. Ela me falou várias vezes: “é um espaço sagrado”. No fundo, eu concordava. Isso me lembra uma anedota, uma história de família, uma lenda do meu bisavô. Toda a minha família paterna era camponesa. Meu bisavô foi o primeiro a estudar e virou professor. Depois meu avô foi professor e meu pai, professor... (risos). Então são quatro gerações de pedagogos. Na época do meu bisavô, época de Napoleão Terceiro, a igreja católica ainda tinha o direito de inspecionar as aulas para saber se a moral estava sendo respeitada. Meu bisavô dava aulas em um vilarejo no interior, e o pároco local veio para inspecionar. A história é que meu bisavô o pegou pelos ombros e o botou para fora lhe dizendo: “Na sala de aula eu sou o único mestre!”. Eu acho que isso foi muito Dina Dreyfus! (risos) Pois ela também pensava que ELA era a única mestra!

Luciana Portela: Falando sobre a presença do professor, penso nos relatos de alunos e colegas de Dina Dreyfus²⁷. Todos rememoram sua presença como professora, muito marcante.

Alain Badiou: Muitos se lembram dela como tendo uma presença muito forte, eu pessoalmente também.

Luciana Portela: Sabemos também que Dreyfus ao chegar ao Brasil, em 1935, pleiteou uma vaga de professora na Universidade de São Paulo. Porém seus colegas, que eram homens, conseguiram a vaga e ela não. Me parece que o fato dela ser mulher constituiu-se um impedimento, não somente para assumir essa vaga, mas também para o alcance de um renome. Afinal, ela desenvolveu diversos projetos, tanto no Brasil quanto na França, com todos esses homens que se tornaram proeminentes tanto na Filosofia quanto na Antropologia, enquanto ela é de certa forma muito pouco conhecida.

Alain Badiou: Sim, o fato de ela ser uma mulher com certeza influenciou. Mesmo na França, isso também teve influência. Mas eu sei também que Canguilhem tentou várias vezes convencê-la a fazer uma tese para poder passar para o ensino superior.

Ele defendia essa ideia, e isso eu tenho que dizer que, pelo menos Hyppolite, Canguilhem e mesmo Aron estariam prontos a apoiá-la. Acho que não se pode pensar que eles a teriam impedido. De forma alguma! Eles a teriam apoiado: tinham uma relação de admiração por ela e por tudo o que ela fazia. Tenho o sentimento de que sua aventura no Brasil a havia distanciado dessa perspectiva. Ela tinha sido professora do Lycée, e depois esteve na Inspeção Geral, e eu nunca senti nela a ideia de voltar a trabalhar um campo filosófico particular. Ela estaria certamente muito mais tentada a escrever um romance. Mas, fazer uma tese, tenho a impressão de que isso não a convinha. Mas quero lembrar, para ser justo, que não foi um impedimento institucional. Sei porque Canguilhem me disse, e os outros teriam dito a mesma coisa: que eles achavam que ela deveria fazer uma tese e entrar na universidade.

Luciana Portela: Essa então teria sido uma opção pessoal dela?

Alain Badiou: Era ela mesma, e eu acho que você está mais bem posicionada que eu para saber, que era também uma herança da história brasileira. Da recusa que ela havia sofrido no Brasil, do fato que tinha terminado mal, tudo isso. De que a sua área de atividade era a antropologia... E que ela não queria mais ouvir falar! Tudo isso bloqueou o seu caminho, mas eu acho que esse caminho teria sido aberto. Eu posso afirmar que, se tivesse tido uma tese de Dina Dreyfus, a sala estaria repleta de homens admiradores.

Luciana Portela: Ao longo da minha pesquisa na França, compreendi que, no seu caso específico, era ela que havia feito a escolha de se dedicar ao ensino da filosofia, seguir nessa direção.

Alain Badiou: Eu estou de acordo com você, porque garanto que ela teve essa possibilidade. Os grandes regentes da universidade não a teriam barrado. E olha que eles eram, muito frequentemente, um tanto misóginos! Se você pegar Canguilhem, ele era um pouco misógeno. Não há dúvidas! Ele não tratava igualmente as estudantes e os estudantes. Ele não se dava conta, mas nós, nós percebíamos. Ele tinha tendência a partir da ideia de que uma moça não tinha sido feita para a filosofia. Ele não o dizia, mas a gente sentia. Mas, justamente, ele não pensava isso de Dina. Sobre a Dina, ele me disse, ele teria apoiado o seu trajeto para entrar na universidade. Isso reforça a ideia de que ela ocupou uma posição totalmente excepcional, na qual ela

estava rodeada por todo o mundo filosófico francês. Ela conhecia todo mundo nesse meio, era admirada, altamente considerada por todo mundo. Incluindo eu, mas eu era o “caçula” (risos).

Luciana Portela: Mas é uma pena que ela tenha feito tantas coisas e que tão pouco tenha sido dito sobre ela.

Alain Badiou: Sim, mas, você entende, ela não quis uma obra. Eu acho, sinceramente, que houve um drama na sua vida, o drama brasileiro. E que tinha um “antes” e um “depois”. E “depois”, tem um elemento de renúncia ao “antes”. Com todas essas coisas que aconteceram no Brasil, eu tenho a impressão de que, além disso, e isso deve ter agravado as coisas, o fato de ela estar ao lado de Lévi-Strauss teve um papel muito importante em todo o período brasileiro. Do ponto de vista do trabalho, das pesquisas, e das condições materiais difíceis. Eu acho, então, que isso tornava a ruptura ainda mais desagradável. Tudo o que ela tinha investido... para, ao final, ouvir: “está bem, mas eu não te amo mais”... não deve ter sido fácil... é violento!

Luciana Portela: Depois ele foi para os Estados-Unidos, quando a Guerra eclodiu, ela preferiu ficar, foi para Montpellier, usou outro nome, ao que parece, para continuar a ensinar Filosofia.

Alain Badiou: Com todos os problemas da posição dos judeus durante a guerra e apesar disso, entre aqueles que ficaram e aqueles que partiram, tinha também uma dificuldade. Aqueles que enfrentaram a situação local, como você falou, a clandestinidade, mudança de nome... Ela ficou numa situação muito difícil.

Recebido: 30/06/2018

Aprovado: 09/09/2018

Luciana Magalhães Portela é professora do curso de Museologia da Universidade de Brasília (FCI/UnB) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-DAN/UnB). Fez sua graduação em Antropologia na UnB e o mestrado em Museologia na Universidade de Neuchâtel, na Suíça. Tem interesse em temas como a história da Antropologia, museus e coleções etnográficas e a atuação de mulheres na produção e na divulgação do conhecimento. ORCID: 0000-0002-7832-6225. Contato: lucianaportela@gmail.com

Notas

1. Esta entrevista contou com a participação de Isabelle Vodoz. Agradeço muito a sua contribuição, mediação e atenção, trazendo questões pertinentes e bem colocadas. Agradeço também a disponibilidade, generosidade e abertura de Alain Badiou. A tradução da entrevista foi feita por mim, com releitura atenciosa de Julia Henning e da Professora Doutora Ana Lúcia de Abreu (UnB), a quem agradeço igualmente.
2. O percurso de Dina Dreyfus é o foco da minha pesquisa de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade de Brasília, orientada pelo Prof. Dra. Soraya Resende Fleischer (UnB) e coorientação do Prof. Dr. Octave Debary (Université Paris Descartes/CANTHEL).
3. CORRÊA, Mariza. 2003. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.
4. VALENTINI, Luísa. 2010. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. Dissertação [Mestrado em Antropologia]. São Paulo: Universidade de São Paulo.
5. SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. 2014. *Em busca pelo campo: ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX*. Tese [Doutorado em Política Científica e Tecnológica]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; “Os museus, as mulheres e a participação de estudos etnológicos no Brasil: aspectos contextuais no início do século XX”. In: *Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 7, n. 13, jan/jun de 2018.
6. GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. 1998. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs.
7. Arquivos audiovisuais e publicações dos programas da RTS disponíveis na página internet da Biblioteca Nacional francesa; relatos de ex-alunos e colegas do período em que foi professora e inspetora de filosofia, junto a seus artigos reunidos em livro póstumo publicado por Christiane Menasseyre e Bertrand Saint-Sernin (DREYFUS, Dina. 2013. *Écrits*. Paris: Hermann); referências à sua atuação na série de Filosofia da RTS em programas de rádio, artigos de jornal, obras dedicadas ao ensino da filosofia na França, entre outras fontes.
8. Dreyfus concebeu a série de Filosofia inspirada nos diálogos de Platão, tendo como objetivo apresentar aos alunos secundaristas uma comunidade de filósofos vivos.
9. Mais de 40 emissões de televisão dedicadas à Filosofia foram produzidas entre 1964 e 1970. Dentre elas, ao menos um quarto contou com a parceria entre Badiou e Dreyfus. Só no primeiro

ano do programa, em 1964, foram realizados 7 episódios de duração aproximada entre 30 e 40 minutos: 6 episódios tratam de temáticas distintas, além de um episódio de síntese, onde Dreyfus retoma as principais questões debatidas nos anteriores. O episódio de síntese é também um programa dedicado a responder às críticas e observações de professores de Filosofia do ensino secundário, que haviam realizado um encontro, organizado pela Inspetora, com o objetivo de analisar a eficácia e os limites do método. Informações e vídeos disponíveis em: <https://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 25 set. 2018.

10. Texto de apresentação das séries da RTS, disponível em: <https://gallica.bnf.fr/html/und/videos/series-de-la-radio-television-scolaire>. Acesso em: 26 set. 2018.

11. Título que recebe quem realiza com sucesso a *Agrégation*, concurso do sistema de ensino francês que dá o direito à admissão no corpo dos professores do ensino secundário ou superior.

12. *Lycée* é a instituição do sistema educacional francês que equivale ao Ensino Médio no Brasil.

13. Informações retiradas de: <https://alain-badiou.jimdo.com/>. Acesso em: 25 set. 2018.

14. BADIOU, Alain. 1994. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

15. BADIOU, Alain. 1996. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

16. BADIOU, Alain. 2007. *O século*. São Paulo: Idéias & Letras.

17. BADIOU, Alain. 2018. *On a raison de se révolter! L'actualité de Mai 68*. Paris: Fayard.

18. Entrevista com Alain Badiou. Disponível em: <https://www.franceculture.fr/emissions/la-grande-table-2eme-partie/revoltons-nous-avec-alain-badiou-e7f6bed0446cdf8da>. Acesso em: 25 set. 2018.

19. VODOZ, Isabelle; TARBY, Fabien (Orgs.). 2011. *Autour d'Alain Badio*. Paris: Germina.

20. BADIOU, Alain. 2014. *A República de Platão recontada por Badiou*. Rio de Janeiro: Zahar.

21. Jean Fléchet.

22. Último ano do Lycée.

23. Grupioni (1998); Corrêa (2003); Valentini (2010); Sombrio (2014, 2018), já referenciados nas notas 2, 3, 4, e 5.

24. CENTRE NATIONAL DE DOCUMENTATION PÉDAGOGIQUE. 1995. "Sartre par la méthode Cogito". *Télescope*, n. 102, p. 9. (Disponível em: <https://gallica.bnf.fr>). Acesso em: 21 set. 2018.

25. Disponível em: <https://www.srf.ch/sendungen/sternstunde-philosophie/alain-badiou-raus-aus-der-komfortzone>. Acesso em: 04 out. 2018.

26. CHAPLIN, Tamara. 2007. *Turning on the mind, French Philosophers on Television*. Chicago: The University of Chicago Press.

27. DREYFUS, Dina. 2013. *Écrits*. Paris: Hermann.



resenhas

LOPES, José Rogerio. 2017. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula. 151p.

Nádia Philippsen Fürbringer
Universidade Federal de Santa Catarina - Brasil

A prática do colecionismo como um fenômeno social é o tema do livro do professor e pesquisador José Rogério Lopes, que lança um olhar cuidadoso sobre arquivos pessoais e memórias patrimoniais enquanto frutos de interações sociais. O livro é resultado de uma longa trajetória de pesquisa acerca do tema, que se iniciou com um projeto financiado pelo CNPq e realizado entre 2012 e 2014, um vídeo-documentário e outras publicações posteriores. As pesquisas foram realizadas em estâncias turísticas ou que possuem sítios histórico-patrimoniais nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Pará. Lançado em 2017, o livro tem 151 páginas e se inicia com a Apresentação contextualizando a obra, três capítulos de discussão teórica e com dados de campo e um Encerramento descrito como provisório ao indicar futuros encaminhamentos da pesquisa.

“Por que as pessoas colecionam coisas?” é a pergunta que orienta o primeiro capítulo do livro. A prática do colecionismo é apresentada por um quadro explicativo que associa tal prática social às representações dos ciclos de vida. Seguindo teóricos clássicos como Durkheim, Bataille, Sahlins, Simmel, Halbwachs, entre outros, o autor defende o caráter universal do ato de colecionar, demonstrando que tais práticas são orientadas por princípios e valores definidos socialmente. Mas seu empenho argumentativo se coloca na demonstração das fases de desenvolvimento psíquico da criança e seu engajamento com determinados objetos, iniciando a formação das coleções, que ganham mais volume na adolescência, mas que na entrada na vida adulta podem não interessar mais. O autor salienta que essa perspectiva é percorrida para compreender a ideia de self que considera central para o entendimento dessa prática. A constituição da identidade em si, permeada pela interação social através da aceitação grupal e coletiva, é uma identidade na ação em que o eu e o outro são construídos. Portanto, as coleções e suas práticas são concebidas como a relação entre ciclos de vida e as percepções condicionadas nos vínculos que o indivíduo estabelece com o outro. Os objetos colecionados, desse modo, estabelecem o reconhecimento entre os indivíduos, mediando significativamente as relações.

O segundo capítulo se constitui de elementos que compõem o quadro expli-

cativo sobre as motivações e propósitos dos colecionadores. Lopes apresenta três casos das interações em torno de coleções particulares e seus colecionadores. São três homens: um de São Paulo que coleciona girafas em diversas formas e dois do Rio Grande do Sul, um com uma coleção de chaveiros e outro com fotografias e recortes de jornal. O sentido atribuído em tais coleções vai além da dimensão cognitiva do indivíduo colecionador, como exposto no capítulo anterior, ao apresentar novas significações, pela incorporação de outras referências e pelo amadurecimento do seu proprietário. São diferentes formas como os colecionadores interagem com a ordem material da cultura – podem ser expostas, na própria casa do colecionador ou em um espaço aberto ao público, mas podem também permanecer guardadas em gavetas e no fundo de um armário.

Uma das contribuições principais que a obra traz para o campo da Antropologia é a reflexão sobre a prática do colecionismo não centrada na biografia social das coisas ou na biografia individual do colecionador. Estas perspectivas já têm um campo sedimentado nas discussões de Kopytoff (2008) e Appadurai (2008), por exemplo. A visão almejada pelo autor ao analisar as presenças e ausências na prática do colecionismo é uma proposta reflexiva acerca de como se estabelece essa relação do self com a cultura material, compreendendo a implicação da ordem material na produção de sociabilidades.

As coleções são compreendidas por Lopes como formações culturais materiais, resultados de projeções de atributos individuais, ressignificadas em processos de reconhecimento que permitem mediações significativas com os indivíduos. O ato de colecionar é, portanto, considerado como um ato comunicacional, através do ordenamento dos objetos e sua organização se faz como discurso. Não se trata somente da permanência enquanto preservação do objeto que compõe a coleção, mas também da ausência. Essa duplicidade, proposta por Aumont (1995) acerca das imagens, é estendida na conceitualização da coleção, constitui a formação sensível do pensamento, pela presença de objetos visualizada e sentida igualmente através da ausência na composição da coleção.

Por fim, para atingir essa proposta como um todo, o autor avança na discussão de como os “contratos de visibilidade” também compõem esse quadro reflexivo. Apresenta três narrativas artísticas que são compostas por enredos que descrevem a relação entre indivíduos, seus selfies, e seus papéis, como colecionadores, nas relações com outros. A argumentação segue demonstrando como os quadros de experiência colecionista evidenciam sua constituição enquanto redes de sociabilidade que

dão o suporte à formação dos colecionadores e também aos seus aprendizados. Ou seja, as coleções possuem marcações individuais de um ciclo de vida, ou de passagem desses ciclos, mas podem se constituir em marcações coletivas, que, inclusive, podem adquirir também valor de mercado.

O terceiro capítulo introduz um debate mais conhecido no campo da Antropologia, que é a singularização das coleções. As coleções estão sujeitas aos diversos fluxos que atravessam os vínculos que os indivíduos engajam nas coisas (mercantilização, troca, consumo e produção de valores sociais) e que as definem como bens sociais e patrimônios. Assim, a proposta do autor é argumentar que “a valoração patrimonial de coisas e pessoas se constitui por diferentes níveis de interação, nos interstícios da relação entre bens sociais e memórias individuais e coletivas” (:91). Debate já empreendido por Appadurai (2008), mas que na visão de Lopes, é possível transcender as fronteiras da localidade. Para avançar, Lopes argumenta que a memória deve ser compreendida como vetor de difusão de valores dos bens sociais. O valor de um bem se consolida a partir da memória coletiva, e a interação dos colecionadores pode ser compreendida como procedimentos rituais. Isso atestaria o deslocamento do local para o coletivo. Articular as noções de tempo e memória desenha o campo do self em contraposição ao outro e ao coletivo, essenciais para pensar as representações da vida individual e coletiva, defendendo o lugar da memória para a definição de acontecimentos que registram a ordem de aquisição dos bens. Assim também é possível vislumbrar os valores intrínsecos à disponibilidade pessoal ou coletiva dos bens.

Lopes também mapeia as discussões acadêmicas acerca das coleções, olhando mais atentamente para casos de diversidade cultural e patrimônio. Destaca a emergência de novas concepções de coleções contemporâneas, propostas por Canclini (1990). Assim, a partir desse mapeamento, apresenta os dados etnográficos de forma mais aprofundada, através da descrição de três quadros de experiências colecionistas. Primeiro, há um colecionador de São Luiz do Paraitinga/SP, que guardava imagens da indústria cultural vinculadas ao contexto histórico da sua cidade. O segundo colecionador era de Canela/RS e colecionava camisas de futebol. Por fim, um colecionador de fotografias antigas da sua cidade, Mariana/MG. Importante identificar que duas das coleções abordam, de alguma forma, imagens históricas das cidades (Canela e Mariana), ponto bastante trabalhado pelo autor. Questiona-se se tais práticas e agenciamentos colecionistas reverberam de forma semelhante em coleções propostas por mulheres. Há, no início do livro, um exemplo de uma

senhora britânica e sua coleção, mas para o cenário brasileiro, seria interessante se mais quadros de experiências colecionistas de mulheres fossem aprofundadas.

Ao descrever esses quadros, Lopes adentra a discussão dos Arquivos Pessoais, somando a sua análise a de Heymann (2009), uma das poucas intelectuais que se dedica ao tema dentro da Antropologia brasileira. O autor considera os processos de agenciamento que os indivíduos operam sobre suas coleções, através dos diversos repertórios sobre práticas e processos de patrimonialização, atento também aos processos de singularização e produção do mercado que pautam a relação entre as pessoas e os objetos. Especialmente quando se têm em vista as ações de exposição dessas coleções pelos seus colecionadores, mostrando o deslocamento de um registro individual, que as originaram, transformando-as em registros coletivos, que as mantêm, tornando-se bens de marcação simbólica.

Para Lopes, é importante compreender a “disponibilidade que se projeta dos indivíduos, em exteriorizar seus objetos de coleção num campo de negociação de memórias, mesmo quando tal campo é concebido como um jogo de características maleáveis” (:138). Ele finaliza apresentando caminhos para o campo de pesquisa sobre coleções, através de abordagens focadas na cultura material, na relação entre humanos e não humanos e também em outros campos científicos como, por exemplo, a psicanálise. Os estudos acerca das coleções, das memórias patrimoniais e dos arquivos pessoais seguem seu próprio objeto, não se esgotam e sugerem mais possibilidades de pesquisa.

Recebido: 01/10/2018

Aprovado: 25/01/2019

Nádia Philippsen Fürbringer é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Sua pesquisa tem financiamento da agência CAPES. Atua como pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Coletivo de Estudos em Ambientes, Percepções e Práticas - CANOA/UFSC. ORCID: 0000-0003-0281-4967. Contato: nadiapf@gmail.com

Referências Bibliográficas

AUMONT, Jacques. 1995. *A imagem*. Campinas: Papirus.

APPADURAI, Arjun. 2008. "Introdução: mercadorias e a política de valor". In: _____. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: EdUFF. p. 15-87.

HEYMANN, Luciana Quillet. 2009. *Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos*. Texto apresentado na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul, Buenos Aires.

KOPYTOFF, Igor. 2008. "A biografia cultural das coisas". In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: EdUFF. p. 89-121.

VERDUM, Júlia Selau. 2017. *Os habitantes da montanha do vento*. Brasília: Sobrescrita. 109p.

Gabriela Luiza Viana Mendes

Universidade Federal de São João del-Rei - Brasil

O trabalho de Júlia Verdum é resultado da confluência do pensamento intuitivo e imaginativo com o pensamento analítico-científico. A autora apresenta uma abordagem transdisciplinar da espacialidade de grande relevância para a ciência contemporânea, em que nos conduz a uma nova compreensão da realidade a partir dos vínculos afetivos que os indivíduos estabelecem com seu território, se distanciando cada vez mais do modo de pensar cartesiano, objetivo e fragmentado presente na ciência moderna.

O livro reflexão-relato é fruto de seu trabalho monográfico, que foi realizado em 2014, para conclusão de sua graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e tem como base teórico-documental sua pesquisa-vivência etnográfica junto aos Yanomami de Watoriki, que vivem ao pé da Serra Demini, no Amazonas. Assim, ao conhecer, analisar, experimentar e sentir, tudo ao mesmo tempo, Júlia Verdum toma partido da subjetividade como mecanismo fundamental para compreensão do processo de apropriação do espaço pelos Yanomami, distanciando-se do olhar científico-neutro-masculino e assim nos leva a crer que novas espacialidades são possíveis.

O primeiro capítulo – “Meu pensamento em movimento e seus caminhos” – apresenta a trajetória teórico-conceitual da autora em sua pesquisa. Tomando como ponto de partida o pensamento de Boaventura de Souza Santos, Júlia Verdum discorre sobre a visão reducionista da realidade presente na ciência atual, pautada em generalizações e que, por isso, anula a diversidade e multiplicidade de saberes e possibilidades de interpretação do mundo. Assim, discute sobre a noção de racionalidade ocidental posta pela modernidade e que ainda se propaga pelo planeta, caracterizada pelo modelo econômico desenvolvimentista, intolerante às formas tradicionais de conhecimento e manejo da natureza.

Ao traçar conceitos e ideias, o que a autora denomina de processo contínuo de assimilação-ação-transformação-assimilação, esse capítulo segue com a apresentação de algumas referências fundamentais para compreensão do trabalho desenvolvido. A partir da perspectiva agroecológica, etnoecológica, dentre outros concei-

tos, a autora constrói um diálogo entre teoria e realidade em que nos apresenta a complexa inter-relação que diferentes povos indígenas travam com a natureza. Júlia Verdum nos revela novas formas de perceber e se relacionar com o meio natural, modos alternativos de apropriação e transformação do espaço por esses povos tradicionais, que se pautam no conhecimento profundo do meio ambiente, práticas, valores e crenças.

Ao fim do capítulo, a autora faz um apanhado metodológico sobre a pesquisa que originou o livro e descreve como foi realizada sua revisão bibliográfica, trabalho de campo e sistematização dos dados coletados. Na primeira etapa foram levantados dados sociodemográficos sobre a ocupação do território, as atividades, as relações intercomunitárias e sobre os aspectos cosmológicos da cultura dos Yanomami de Watoriki. A segunda etapa foi realizada em dois momentos, sendo o primeiro em Boa Vista, que durou 28 dias, para uma conversa com alguns Yanomamis, pesquisadores e indigenistas. No segundo momento, com duração de 30 dias, a autora buscou uma inserção na vida cotidiana dos Watoriki, acompanhando-os em suas atividades rotineiras de trabalho, lazer, comensalidade, em que foram elaboradas entrevistas casuais, cartografias e um diário de campo.

Muitos desses materiais produzidos em suas visitas de campo, como, por exemplo, os mapas e desenhos que estão presentes ao longo de todo o livro, são mais do que uma tentativa de registrar cartograficamente os elementos das aldeias. Para além da abordagem antropológica tradicional, Júlia Verdum explora novos meios para construção do conhecimento, e os utiliza como parte do seu processo de pesquisa, de modo a obter uma melhor compreensão dos vínculos afetivos que esses grupos mantêm com seu território.

O segundo capítulo – “Povo que caminha” – discorre sobre as características gerais dos Yanomami, tais como seu histórico, demografia e ocupação do território, assim como sobre os conhecimentos que foram incorporados por esses povos durante anos. Nesse capítulo, a autora aponta a complexa dinâmica de expansão demográfica e geográfica Yanomami que possibilitou o contato e a troca de saberes com outras culturas e novos contextos físicos. Mostra ainda a importância do caminhar para o desenvolvimento desse grupo, que, por meio dos deslocamentos, se envolveu em um processo contínuo de adaptação e aprimoração. De acordo com Júlia Verdum, o ato de caminhar, até os dias atuais, tem contribuído significativamente para a formação da memória individual e coletiva dos Yanomami.

Durante seu trabalho de campo, Verdum constatou ainda que ocorreram algumas

alterações no padrão desses deslocamentos, advindos principalmente do contato com povos não indígenas. Ao final desse capítulo, temos que a mobilidade dos Yanomami, ao contrário do que muitos pensam, não está relacionada apenas aos hábitos de sedentarismo e nomadismo destes povos, mas está intimamente pautada nas estratégias de manejo e aproveitamento dos recursos naturais disponíveis.

Em seu terceiro capítulo – “Os habitantes da montanha do vento” – a autora foca sua pesquisa no grupo dos Yanomami de Watoriki. Além de discorrer sobre o processo de expansão geográfica, deslocamentos e história desse grupo, nos são apresentados seu modo de vida e sua apropriação do território. De acordo com a autora, esses Yanomami “possuem uma apurada sensibilidade espacial e um profundo conhecimento dos ambientes em que vivem”.

Ao longo desse capítulo, é possível apreender que a territorialidade dos Yanomami está relacionada não apenas às relações que esses povos estabelecem com o meio físico e objetivamente material, mas parte da compreensão das relações sociais e culturais, subjetivas que esses povos estabelecem com o espaço. Segundo Júlia Verdum, “além deste espaço-mundo que é percorrido, habitado e humanizado, sobreposto a ele e compartilhando o mesmo substrato, um mundo mágico se revela”.

O último capítulo – “O manejo do mundo: espaço vivido, espaço criado” – expõe em detalhes o sistema de manejo do território realizado pelos Yanomami. Como visto no capítulo anterior, esse grupo tem sua maneira própria de se relacionar com o meio físico e natural, interpretando-o como uma entidade viva. O território Yanomami descrito é definido por uma relação complexa e dinâmica entre humanos e não humanos, distante da ideia ocidental de espaço inerte, encarado apenas como recurso e meio de exploração econômica.

Ao mesclar relatos de pesquisadores e trechos de seu diário de campo, nesse capítulo a autora narra seu processo de pesquisa a partir de descobertas feitas em seu tempo de vivência junto aos Yanomami. De acordo com a autora, durante todos esses anos, a partir de um profundo conhecimento adquirido pela integração com o meio, experimentações e pela construção de uma memória coletiva baseada na oralidade, esses povos vêm realizando o manejo do ecossistema amazônico.

A autora conclui ressaltando que apesar de se tratar de uma sociedade tradicional, os Yanomami não apresentam uma cultura estática. Mesmo que realizem práticas ancestrais ainda nos dias de hoje, esses povos estão em constante transformação. Ademais, a interação dos Yanomami com outros grupos indígenas e não indígenas

levou a troca de saberes e incorporação de hábitos provenientes dessas culturas. De acordo com Júlia Verdum, existem muitas pesquisas sobre os Yanomami, mas que essas negligenciam a evolução no modo de viver desse grupo, seu profundo conhecimento e manejo da floresta.

Portanto, é preciso desconstruir a visão reducionista de que estes povos – assim como outros povos indígenas – vivem em isolamento e são sociedades subdesenvolvidas. Os Yanomami detêm um complexo sistema de manejo do território e por isso é preciso ainda superar a visão naturalista da produção do seu espaço. Esses grupos não apenas ocupam a floresta e vivem de seus recursos, mas se apropriam do espaço, transformando-o a partir de suas práticas sociais.

A partir da vivência e de um estudo profundo do mundo Yanomami, a autora nos revela que outras formas de habitar e produzir o espaço são possíveis. Noção que nos parece cada dia mais ofuscada pela fragmentação dos saberes e pela lógica capitalista de produção do espaço advindo da modernidade. Assim, o livro de Júlia Verdum nos soa como um bom presságio em tempos de crise ambiental e urbana, em que precisamos de mais do que análises objetivistas e tecnicistas da espacialidade.

Recebido: 23/10/2018

Aprovado: 26/11/2018

Gabriela Luiza Viana Mendes é mestranda em Artes, Urbanidades e Sustentabilidade pela Universidade Federal de São João del-Rei e bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela mesma universidade. ORCID:0000-0001-9709-7416. Contato: gabrielavianam@gmail.com

Referências Bibliográficas

PLAZA, Júlio. 2003. “Arte/ciência: uma consciência”. ARS São Paulo, v. 1, p. 37-47.

BRITO, Celso de. *A roda do mundo: A Capoeira Angola em tempos de globalização*. Curitiba: Apris, 2017.

Geslline Giovana Braga

Universidade Federal do Paraná - Brasil

A roda do mundo: a Capoeira Angola em tempos de globalização é fruto da dissertação que Celso de Brito defendeu em 2010 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná. Dividido em quatro capítulos, o livro descreve os sistemas de linhagens da Capoeira Angola a partir de grupos instalados em Curitiba nos anos 1990. A pesquisa etnográfica realizada pelo autor estende-se ao Grupo de Capoeira Angola Cabula (GCAC) na França, com o objetivo de mostrar fluxos de capoeiristas em tais circuitos, permeados por noções de globalização. Ao longo do trabalho, Brito retoma as discussões de sistemas de linhagem na antropologia, a partir de clássicos como A. R. Radcliffe-Brown, para desenhar as linhagens e os fundamentos identitários da Capoeira Angola, explora o conceito de “glocalização” de Roland Robertson e, por fim, categoriza os “fluxos culturais” dos grupos nos termos de Arjun Apparudai.

No Capítulo 1, “Entre o global e o local”, o antropólogo apresenta o seu pertencimento ao universo da Capoeira, descrevendo sua iniciação na Capoeira Regional, passando pela Capoeira Contemporânea e sua conversão à Capoeira Angola. Tais vertentes são explicadas ao longo do texto, como constituidoras das diferenças de fundamentos da prática da capoeira. A Capoeira Regional de Mestre Bimba seria a vertente que sistematizou a capoeira; a Capoeira Angola de Mestre Pastinha como vertente ligada às tradições africanas; e a Capoeira Contemporânea como uma fusão das vertentes. Brito é um “estudioso-jogador”, termo usado por Carlos Eugênio Libano Soares (1995), no livro *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*, para nomear capoeiristas que também se dedicam a pesquisas acadêmicas sobre Capoeira. Mestre Luiz Renato (1998), no artigo “Mitos, controvérsias e fatos: construindo a história da Capoeira”, diz ser de grande contribuição às ciências humanas que capoeiristas sejam pesquisadores acadêmicos, no entanto, observa que esses podem legitimar a visão da própria linhagem ou grupo: “a inserção do pesquisador do campo – no sentido sociológico de Pierre Bourdieu – da Capoeira, o que, sem dúvida alguma, interfere nas posições que este assume quanto a aspectos doutrinários da luta” (1998: 2).

Ainda nesse primeiro capítulo, Brito indica seus referenciais teóricos, para tratar de temas como cultura e identidade, tradição e transnacionalismo. Identifica a importância da noção de “fundamento” para a Capoeira Angola em sua expansão sem choque com a tradição, organizando relações sociais e mobilidade ao deslocar-se. Ao enunciar suas discussões, empresta outras noções já aplicadas à Capoeira como “globalização” e “diáspora”, referenciando Daniel S. Ferreira Granada (2004) e Maurício Barros de Castro (2007). E, assim, introduz o conceito de “glocalização” de Roland Robertson (2000). O autor demonstra como tal conceito serviu para explicar os fluxos do Tango e do Hip Hop, e como este lhe parece ideal para pensar a difusão da Capoeira Angola em diferentes lugares com os mesmos fundamentos originários. Brito cita e descreve as noções de Arjun Appadurai, que resgatará no último capítulo, explicando suas relações com os “fluxos culturais” marcados pelas mídias e pelos deslocamentos populacionais. E com o “trabalho de imaginação”, descreve as cinco dimensões desses fluxos cunhados pelo antropólogo indiano: *ethnoscapes*, *technoscapes*, *finascapes*, *mediascapes* e *ideoscapes*. Assinala não ser o primeiro a acessar tais conceitos para explicar a Capoeira transnacionalizada, cita Mônica Acetti (2010) e a noção de que a capoeira “dissemina-se pelo mundo a partir de ‘ethnoscapes’” (Brito, 2017: 53), sistematizados no “triângulo de hibridização” do tipo GOL – Global, Origem, Local – mostrando como tais fontes culturais são simétricas para expansão da Capoeira.

No segundo Capítulo, “Origens e linhagens”, baseado nos clássicos de A. R. Radcliffe-Brown e E. E. Evans-Pritchard, Brito empreende o esforço de elaborar um sistema de linhagens da Capoeira Angola, a partir de Mestre Pastinha. Considerando a “forma estrutural do sistema”, o autor constrói dois gráficos, um denominado “Forma estrutural do sistema de linhagem da Capoeira Angola” e outro, “Estrutura do sistema de linhagem da Capoeira Angola”. Esses empenhos sistematizadores são corajosos, pois as discussões sobre tais sistemas de linhagem são controversas e permeadas pelas concepções de cada grupo.

Ainda no Capítulo 2, Brito considera que as identidades são construídas a partir dos fundamentos e classificadas em quatro diferentes dimensões, observando os sinais diacríticos de alteridade em relação progressiva com a Capoeira Regional, as linhagens, os grupos e os núcleos. Para o autor, os fundamentos identitários da primeira dimensão são relações de alteridade com a Capoeira Regional: o uso de calçados, a formação da orquestra, a gestão da violência e as “chamadas de Angola”; os da segunda marcam descontinuidades dentro das linhagens e estão ligados às diferentes

formas de organizar a orquestra; os da terceira são sutis, como a cor e símbolos das roupas, e marcam as diferenças entre grupos de uma mesma linhagem; enquanto os da quarta dimensão são as diferenças dos núcleos pertencentes aos mesmos grupos. Tal empreendimento de categorização depreende da lógica da própria linhagem do autor, que vem do Mestre Moraes, como mestre de grupos atuantes na cidade de Curitiba/PR. As quatro dimensões relacionam-se aos gráficos acima mencionados, pois exemplificam as relações entre as vertentes, as linhagens e os grupos, a partir dos mestres.

No Capítulo 3, “Angoleiros emergentes: a formação de núcleos de Capoeira Angola na França e no Brasil”, Brito avisa que a expressão “angoleiros emergentes” foi cunhada por Rosângela Costa Araújo (2004), em sua tese de doutorado *A Capoeira Angola da escola pastiniana como prática educativa*. Essa expressão foi utilizada para mostrar como os novos grupos se legitimam diante dos mais antigos. Celso Brito delimita a análise aos grupos de Capoeira Angola de Curitiba, fundados nos anos 1990 e ligados às linhagens de Mestre Moraes e ao Grupo GEAC de Lyon, de Mestre Barba Branca. O autor descreve a fundação, o desenvolvimento e as pontes entre as duas cidades, considerando as filiações e apadrinhamentos, evidenciando como, mesmos distantes, os dois grupos se mantêm fiéis aos fundamentos da Capoeira Angola a que estão vinculados, relacionados às formas do jogo, da orquestra, das vestes e das cores.

O Capítulo 4, “Glocalização dos fundamentos rituais, deslocamentos e sociabilidade”, é o mais etnográfico. Conforme os fluxos culturais de A. Appadurai, Brito realiza o esforço de designar os atos dos capoeiristas de Lyon do GCAC a partir da terminologia *scapes*. Inicialmente, Brito recorre a Jacques Le Goff (2002) e David Harvey (2008) para fundamentar a noção de que os jovens parisienses ainda estão impactados por Maio de 68 e têm uma sedução pela contracultura como oposição à racionalização ocidental. Tais afirmações também poderiam considerar o contexto francês atual com os “fluxos” produzidos pelos contextos migratórios e também com a significativa presença de grupos de outras vertentes de Capoeira na França e na Europa, iniciadas nos anos 1980 e intensificadas nos últimos anos.

Como “médiascapes”, Brito relata como os capoeiristas do grupo francês conduzem um aprendizado através de meios midiáticos, com materiais audiovisuais sobre a Capoeira Angola e, também, sobre a brasilidade de forma geral, em documentário e ficção. Observando como os materiais audiovisuais são usados nas lógicas tradicionais da Capoeira Angola, ele conta que um de seus informantes mantinha seus

arquivos de vídeos ordenados a partir das linhagens e, com isto, era capaz de reconhecer os jogos de cada mestre e seus alunos. Também descreve uma roda na qual a orquestra de Barba Branca, mestre do GCAC, foi projetada junto à orquestra que tocava na roda, propiciando assim uma interação midiática com o mestre que estava em Salvador, à distância do grupo.

Brito ainda observa que há uma sedução na Capoeira em função de suas formas de sociabilidade, já que os praticantes franceses creem ser diferentes da sociedade francesa, assim como a resistência e o contrapoder são assinalados pelos praticantes. Em “Ethnoscapes”, Brito demonstra, por meio da narrativa de seus interlocutores, como a religiosidade afro-brasileira é incorporada aos grupos pelas narrativas dos integrantes, mesmo não sendo um ensinamento apreendido com o mestre na França e, sim, fruto de experiências no Brasil. Ao citar Peter Fry (1982) e Daniel S. Ferreira Granada (2004), Brito considera que os símbolos nacionais são tencionados entre os angoleiros de Lyon não só como símbolos étnicos, mas místicos:

O que os lionenses estão nos mostrando, com a sua concepção do ritual da Roda da Capoeira Angola como religare, é que um novo cosmopolitismo moderno, muito peculiar, se forma na Capoeira Angola, mediante a linguagem do “espiritual” e do “sagrado” (: 162).

Por fim, Brito conclui:

A roda do mundo representa, portanto, o lócus no qual se articulam o ritual da “Roda de Capoeira Angola” e o “sistema de linhagem”, o “local” e o “global”, a “tradição” e a “modernidade”, o “sagrado” e o “profano”, ou, então, em outras palavras, a “Capoeira Angola glocalizada” (: 214).

Tal frase sintetiza a necessidade de categorização do autor ao longo do texto, enquanto os relatos etnográficos mostram fluidez e atravessamentos na consolidação de grupos transnacionalizados.

Com isto, a noção de globalização poderia propor discussões por um viés étnico-racial, fortuito no texto; e na mesma proporção, o conceito de “glocalização” tem objetivos mais fluidos do que a reafirmação de dicotomias expressas no texto, como tradição e modernidade ou sagrado e profano, por exemplo. Independente das delimitações da pesquisa, as questões étnico-raciais perpassam a Capoeira, são

estruturantes e estão nos fundamentos dos grupos, algo esquivado pelo autor.

O livro apresenta uma pesquisa em profundidade sobre a Capoeira Angola transnacionalizada, a partir de grupos de Curitiba, o que é relevante por mostrar a difusão da Capoeira também no Brasil, e da França, revelando a expansão da Capoeira ao redor do mundo. O corpo teórico utilizado no livro ora serve aos anseios do pesquisador, ora aos anseios do jogador que pertence a um grupo. Esse ponto faz o livro ter relevância também para os estudos sobre métodos etnográficos, refletindo sobre o “pesquisador-jogador” e a “observação participante”. Essa é uma leitura propositiva para antropólogos e desafiante para capoeiristas de todas as vertentes.

Recebido: 30/09/2018

Aprovado: 15/01/2019

Geslline Giovana Braga é graduada em Comunicação Social e Sociologia, especialista em fotografia. Mestre em Antropologia Social (UFPR) e Doutora em Antropologia Social (USP). Atualmente realiza estágio pós-doutoral em Geografia Cultural na UFPR. Foi professora substituta do Departamento de Antropologia da UFPR. É realizadora de documentários. Orcid: 0000-0002-1618-6239. Contato: geslline@gmail.com

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís.
2017. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo.*
Manaus: UEA. 124 pp.

Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos
Universidade de Brasília - Brasil

Márcia Leila de Castro Pereira
Universidade Federal do Piauí - Brasil

O livro *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* analisa as relações sociais camponesas impactadas por projetos desenvolvimentistas, no estado do Maranhão. Assim, ao contrário do que poderia parecer, o termo “contemporâneo”, presente no título, contém a ideia crítica que os organizadores deste livro invocam; o exercício proposto procura romper a própria temporalidade e seus limites. A novidade desse termo, segundo os autores, “atém-se a processos históricos, reais, que não correspondem a “estágios” ou “etapas” fixas e determinadas, sendo necessariamente dinâmicos, contingentes” (: 41).

O livro tem como base reflexiva um relatório, escrito entre o final de 1974 e início de 1975, pelos antropólogos Alfredo Wagner Berno de Almeida e Laís Mourão, solicitado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do estado do Maranhão para auxiliar na construção do “Diagnóstico da economia do Maranhão”, o qual iria subsidiar o Plano de Governo estadual de 1975-78. Naquele período, via-se com clareza a inserção do Maranhão no contexto discursivo da ideologia nacional-desenvolvimentista. Tais estudos, à época, eram indispensáveis para consolidar o processo de desenvolvimento, e, nesse sentido, era imperativo definir qual seria o setor da economia mais indicado para sustentar o avanço desse processo; e como os autores irão demonstrar, haverá o predomínio do setor primário. Entretanto, segundo Almeida, o relatório se manteve no plano das interpretações, ou seja, “que não são imediatamente aplicáveis para fins de um plano de governo ou um programa de medidas visando ‘desenvolvimento’, e por isso não foi utilizado pela SEPLAN” (: 55).

Em 1976, os autores publicaram o artigo *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*, resultado do esforço de pesquisa não utilizada pela SEPLAN, no periódico científico Pesquisa Antropológica, organizado pelos professores Júlio Cezar Melatti e Martín Alberto Ibáñez-Novion, do Departamento de Antropologia da Universi-

dade de Brasília. Este texto, agora republicado no homônimo livro, completa 42 anos de existência.

O livro *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* possui três partes. A primeira parte apresenta um prólogo e uma nota. O “Prólogo: Variações no sistema repressor da força de trabalho e o porquê desta reedição” orienta o leitor e permite que Alfredo Wagner de Almeida forneça alguns detalhes sobre o processo de elaboração do livro. O autor explica que as discussões ali contidas foram suscitadas no contexto de uma palestra proferida no 8º Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão, ocorrida em São Luís/MA, entre 1º e 3 de junho de 2016. A referida palestra aconteceu na mesa redonda intitulada “Análise de conjuntura”, que examinou o contexto político atual (como o populismo judiciário e a judicialização da política; a reprimização da economia por meio do agronegócio; os direitos trabalhistas; e os direitos territoriais de indígenas e quilombolas). Tais questões fortaleceram sua “disposição e confirmaram o propósito de recolocar o texto *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* no debate político” (: 16).

Já a “Nota sobre o periódico Pesquisa Antropológica” é de autoria do antropólogo Júlio Cezar Melatti. Em seis páginas, esse autor faz um histórico sobre Pesquisa Antropológica, criado em 1975 e mantido até 1983. Em seus oito anos de existência foram publicados, além do texto *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*, resenhas de livros, notícias de projetos em andamento, resumos de dissertações defendidas, dissertações, artigos, entre outras matérias. O periódico teve uma existência bastante exitosa, além de uma circulação que transcendia em muito os objetivos propostos inicialmente.

Na segunda parte do livro, o leitor encontrará um prefácio e o texto central, ao qual todo o restante se refere. O prefácio, “Repensando a Ação Antropológica: prefácio à edição de 2016”, assinado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, circunstancia criteriosamente as condições de elaboração do texto central, *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* e suas respectivas implicações à época, oferecendo elementos para uma releitura desse documento no tempo presente, clarificando, assim, o programa em que convergem organizadores e autores do livro como um todo. Evidencia a antropologia da ação, antropologia em ação e antropologia aplicada formuladas, principalmente, por George McClelland Foster e Sol Tax, tornando visível a configuração de campos particulares de produção de conhecimentos e de práticas políticas, que nos ajuda a refletir sobre o trabalho do antropólogo, possibilidades de

intervenção, tanto na época quanto na atualidade, no âmbito dos programas integrados a projetos de desenvolvimento do Estado.

Ainda nessa segunda parte do livro, está o texto central *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*, inicialmente publicado em 1976 e que agora também intitula o livro. Nessa reedição, os autores acrescentaram material jornalístico, análise estatística e documentos inéditos, todos da época. A divisão interna desse texto apresenta uma Introdução, “Análise do setor primário no planejamento estadual” e “As transformações na estrutura agrária”. Possui também um Anexo, “Sugestões para pesquisa em áreas urbanas”, e, por último, as Referências bibliográficas.

Vale detalhar esse conteúdo, já que se trata do cerne analisado pelo livro. Na Introdução, Almeida e Mourão definem qual será a dinâmica analítica e delimitam os grupos sociais focalizados a partir de suas mútuas relações no processo produtivo. Tal ênfase se dá a partir de tipos de “unidades de produção” – “unidades de produção camponesas” e “unidades de produção capitalistas” –, e não segundo a extensão territorial que monopolizam e/ou trabalham e nem conforme as atividades que exercem. Por meio desses tipos, os autores construíram uma rica relação de categorias, demonstrando a grande heterogeneidade das interações e dos atores sociais no meio rural maranhense. Sublinha-se então que elegeram, como objeto de estudo, as relações sociais no meio rural maranhense. Assim, foi possível evidenciar os fatores institucionais e socioculturais que atuavam na composição e na dinâmica da estrutura socioeconômica peculiar do meio rural. Desse modo, as pesquisas no campesinato deveriam observar suas interações internas (com outros agricultores) e externas (com a cidade), como interações presentes numa rede de relações sociais.

Em “Análise do setor primário no planejamento estadual”, os autores fazem uma bem articulada análise do “setor primário” no planejamento estadual. Visto como a única alternativa para o Maranhão sair do subdesenvolvimento e acelerar sua economia, o denominado “setor primário” foi priorizado pelo Estado, apesar da opinião divergente do setor industrial. A estratégia de ação adotada, que tinha como base o setor primário, figurava como atividade líder projetada para ganhar expressiva dimensão econômica, política e social. A opção foi feita em favor do setor primário, com base no argumento de que o desenvolvimento acontece em estágios e que o crescimento desse setor marcaria esse primeiro momento. Sua modernização, segundo a lógica economicista governamental, passava pela introdução no meio rural dos projetos agropecuários. Neste sentido, terras seriam disponibilizadas para esses projetos, os quais tinham a pretensão de absorver as famílias camponesas

vindas das áreas de “tensão social” do Estado.

Ao desconstruírem a noção de “setor primário”, os autores perceberam que esse se relacionava, “enquanto atividade, à pecuária, enquanto modalidade de exploração, à grande empresa agropecuária com mão de obra assalariada” (: 77). Além disto, “setor primário” também era entendido “como introdução na área rural de projetos agropecuários” (: 78), que teriam grandes incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Destarte, terras devolutas, vistas pelo Estado como áreas “desocupadas”, seriam disponibilizadas para os projetos agropecuários. Entretanto, como essas áreas não estavam desabitadas, pois nessas terras, além de já haver unidades de produção camponesas, existiam também territórios indígenas, o que intensificaria os conflitos pela posse e propriedade da terra.

Em “As transformações na estrutura agrária”, com base numa análise histórica sobre a economia agrária maranhense, em um contexto de crescente importância que se deu ao setor primário, Almeida e Mourão demonstram os conflitos sociais em torno da terra gerados pelo latifúndio tradicional, que teve como consequência a expropriação do campesinato. Segundo os autores, separar o camponês “do meio de produção, terra, tende a desorganizar o sistema produtivo, agricultura e extrativismo, mantenedor do abastecimento das áreas urbanas” (: 119). Esta ação expropriatória é explicada “pela transformação da pecuária extensiva, tradicional, que coexistia com a economia camponesa, e agora lhe é antagônica e pela implantação dos grandes projetos agropecuários em áreas próximas ou de ocupação camponesa” (: 119-120).

O aumento das áreas de pastagem do grande latifúndio e a separação do meio de produção camponesa, a terra, segundo os autores, reverberaram nos centros urbanos, pois desorganizou o sistema produtivo mantenedor do abastecimento das áreas urbanas maranhenses. Além disso, como os projetos agropecuários empregavam pouca mão de obra, a migração, para as periferias das cidades, era a única alternativa para vários camponeses.

Como afirmado por Klass Woortmann (1990), a terra não é simples coisa ou mercadoria. Porém, a tendência economicista vê o campesinato como resultado de determinações impostas pela lógica do capital. De acordo com Michael Taussig (1983), se o mercado domina o campesinato, ele não o organiza. Na contramão dessas análises, estão os planos desenvolvimentistas governamentais autoritários que ainda insistem em modelos econômicos inexequíveis para o universo rural.

No final desse texto central, Almeida e Mourão, ao analisarem o mercado de produção e comercialização do arroz produzido por camponeses no Maranhão e o mercado de carne bovina, afirmam que o primeiro, por causa das flutuações de mercado, apresenta grandes vantagens sobre o segundo. Além disso, a produção de arroz, combinada com a produção de amêndoa de babaçu e de farinha de mandioca, põe em evidência a força produtiva das unidades familiares na economia regional. Por isso, sugerem que sejam repensadas as abordagens sobre as questões que envolvem a expropriação dos camponeses no Estado do Maranhão.

O livro termina com a terceira e última parte, em que encontramos “Uma leitura obrigatória: à guisa de posfácio”, de Helciane de Fátima Abreu Araújo. Nela, a autora evidencia, dentre outros, dois aspectos importantes do texto *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*: a “presencialidade” das análises e a reflexão crítica que ele provoca.

Podemos afirmar que em virtude dos projetos desenvolvimentistas do passado, houve um aumento da concentração fundiária, os problemas ambientais se multiplicaram e intensificaram-se as desigualdades sociais tanto no campo como nas cidades. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo* é, sem dúvida, um livro que contribui enormemente para pensar as transformações que ocorreram e que ocorrem no meio rural maranhense. Finalmente, não se trata, portanto, como afirmado por Almeida, de uma reedição “serôdia”, pois esse livro nos faz pensar nas atuais resistências ao reconhecimento de formas diversas de organização social e cultural. Principalmente, as tentativas de suprimir os direitos fundamentais das sociedades camponesas e dos povos e comunidades tradicionais, de setores historicamente alinhados com lógicas de dominação colonial, que agem a partir de lugares privilegiados do cenário político brasileiro.

Recebido: 17/07/2018

Aprovado: 13/09/2019

Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos é professor Adjunto do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB). Realizou estágio Pós-Doutoral (bolsa Capes) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) DAN/UnB (2012 a 2015). Finalizou estágio Pós-Doutoral Júnior (bolsa CNPq) pelo Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos/InEAC, vinculado a Universidade Federal Fluminense (2011). No PPGAS/DAN/UnB concluiu o Doutorado (2010) e o Mestrado em Antropologia Social (2006). Ainda no DAN/UnB, realizou o Bacharelado em Ciências Sociais, habilitação em Antropologia (1995). Possui também graduação em Geografia (1990), graduação em Estudos Sociais (1989) e especialização em Geografia do Brasil (1990). Linha de pesquisa: Campesinato, Parentesco, Memória, Escravidão e pós-emancipação, Comunidades Negras Rurais e Urbanas - Quilombolas. ORCID: 0000-0002-0606-4342. Contato: carlosalexandrebps@gmail.com

Márcia Leila de Castro Pereira possui Graduação em Sociologia e Antropologia (2002), Mestrado e Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2009), atuando nos temas Etnologia Indígena, Territorialidades, poder e conflitos socioambientais no contexto de grandes empreendimentos, definições fundiárias e demandas por direitos de povos tradicionais. Atualmente é docente do Departamento de Ciências Sociais//UFPI, professora permanente do Programa de Mestrado em Antropologia e professora colaboradora do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN). ORCID: ORCID n° 0000-0002-4531-5001. Contato: marcialeila23@gmail.com

Referências bibliográficas

TAUSSIG, Michael T. *The Devil and Commodity Fetishism in South America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1983.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguecia”. Anuário Antropológico, v. 87. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1990.



obituários

Beatriz Maria Alasia de Heredia: conhecimento e política como compromissos

Henry Trindade Barretto Filho

Universidade de Brasília – Brasil

O compromisso não está no tema.
Assim, não há temas nobres, em si;
a nobreza está no rigor dispensado ao tratamento,
e na medida em que se está sempre discutindo
o lugar de onde o antropólogo o trabalha.
O compromisso com a atitude de conhecimento
foi o que fez com que os que assim pensamos tivéssemos
- e eu, em determinados momentos de minha vida -
a possibilidade de vincular o compromisso social
com o compromisso com o conhecimento,
sem que este fosse desqualificado
(Heredia, 2005a:96).

Assim como Beatriz Heredia decidiu trabalhar em Antropologia e iniciou sua vida profissional na Argentina a partir de uma experiência como assistente de pesquisa de um velho professor americano, foi ela a responsável direta por eu ter escolhido a Antropologia no longínquo ano de 1986 – o último da minha graduação em Ciências Sociais no IFCS/UFRJ. Este necrológio, portanto, não pode ter outro tom que o pessoal e afetivo, o da memória e reconhecimento pelos aprendizados compartilhados por essa pessoa luminosa e intensa com quem tive a oportunidade de conviver no período em que ela se consolidava como antropóloga brasileira – que coincidiu com meus “anos de formação”.

Conheci Beatriz no primeiro semestre letivo de 1984 como professora da primeira disciplina obrigatória de teoria antropológica no currículo da graduação, ocasião na qual lemos integralmente *Os Nuer* e quase todos os artigos de *A Interpretação das Culturas*. Na ocasião, eu iniciava estudos de fotografia, sonhando emular Pierre Verger, e uma vez tentei capturar o magnetismo que Beatriz já exercia sobre nós em sala de aula – sem sucesso. À época, conforme soube pouco depois, ela ainda era doutoranda em Antropologia Social no Museu Nacional, sob a orientação

do igualmente saudoso professor Castro Faria, e vivia permanentemente no Brasil há oito anos.

Beatriz já tinha uma significativa trajetória de vida no Brasil, pois veio para o Rio de Janeiro em 1971 cursar o mestrado no recém recém-instituído PPGAS do Museu Nacional, que concluiu em 1976, entre idas e vindas à Argentina e às zonas canavieiras de Alagoas e Pernambuco, onde fez seu trabalho de campo. Em seguida, em 1979, entrou por concurso no IFCS/UFRJ. Seu retorno em 1976, contudo, tornou-se definitivo, pois se deu dois dias antes do golpe que instituiu o terrorismo de estado na Argentina. Como ela narrou, quase 30 anos depois: “nos instalamos em Rio de Janeiro y, aunque entonces no lo sabia, ya en forma permanente” (Heredia, 2005b:5). Refugiando-se da ditadura em seu país de origem, Beatriz foi acolhida no grupo de pesquisa sobre campesinato do Museu, que se tornou sua segunda casa, e se (re)construiu como cidadã e acadêmica plenas no Brasil. Segundo ela mesma, em “una situación liminal, desde un área fronteriza pues, aunque argentina, soy una antropóloga brasileña. [...] El espacio en Argentina fue interrumpido, me fue una vez [1971] y tuve que irme después [1976]” (:2).

Em março de 1986, início do meu último ano letivo no IFCS, nos reencontramos um dia nas suas escadarias. Beatriz me cumprimentou, segurou-me pelo braço e interpelou-me: “Não vi o seu nome entre os candidatos à seleção de monitores de ensino de graduação. As inscrições se encerram hoje. Você vai agora na secretaria se inscrever, pois, se for selecionado, vai trabalhar comigo”. Ela foi tão categórica – um predicado muito seu, como discerni mais tarde – que eu nem pestanejei. Os detalhes desse processo seletivo renderiam uma história à parte. Cabe lembrar que as universidades também estavam se reconstruindo no país naquele momento. Se, por um lado, ainda tínhamos aulas com militares (Estudos de Problemas Brasileiros, por exemplo, era ministrada por um sargento do Exército) e havia olheiros na turma (como o Ari, que nunca escondeu isso de ninguém); por outro, oportunidades estavam começando a se (re)institucionalizar, como as bolsas de monitoria e de iniciação científica – que, pela primeira vez em anos, voltavam a ser oferecidas por meio de processos seletivos. Fato é que fomos três os selecionados para sermos monitores: eu de Beatriz, Sidnei Peres (hoje Professor Titular do ICHF/UFF) de Marie-France Garcia e Rogério Victor de Marco Antonio Mello. Em nossa primeira reunião de trabalho, ela sugeriu que nos apresentássemos a um grupo de pesquisa recém-formado no Museu Nacional que estava recrutando estagiários. Foi assim que Sidnei, Rogério e eu nos integramos ao Projeto Estudo sobre Terras Indígenas

no Brasil (PETI), coordenado por João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima.

Foi, portanto, no meu último ano de graduação, como seu monitor de ensino, que convivi com e pude conhecer melhor Beatriz. Ela estava concluindo sua tese de doutorado, que defendeu naquele ano e foi publicada em livro dois anos depois (Heredia, 1988) – que, ao autografar, me ofereceu “pelos encontros passados e futuros”. Cheguei a assumir integralmente algumas aulas das disciplinas que ela ministrou em 1986, seja porque ela precisava se ausentar para se dedicar à tese, seja porque ela viajava para acompanhar os dissídios coletivos dos trabalhadores dos engenhos da região em que pesquisava. Beatriz também militava ativamente no movimento docente. Lembro da igualmente querida professora Maria das Graças Augusto, da Filosofia, comentar comigo sobre como Beatriz sempre se colocava de modo qualificado, coerente e incisivo nas assembleias da AdUFRJ, e que ela sempre esperava pela intervenção de Beatriz para se posicionar.

No convívio cotidiano com ela, entendi – e espero ter aprendido – o que era uma profissional comprometida, tanto com a atitude de conhecimento rigorosa, quanto com os direitos e o destino dos grupos com os quais trabalhamos – aprendizado que prossegui no PETI. Beatriz foi, para muitos da minha geração, um referencial de profissional antropóloga plena, e as oportunidades que ela generosamente abria para seus alunos me fizeram desviar da Ciência Política para a Antropologia. Tal como seus professores na Argentina e no Brasil haviam introduzido Beatriz “en un habitus y en una forma de cuestionamiento”: “aprendimos el hábitus de hacer investigación haciéndola”, “que la investigación se enseña en la práctica” (Heredia, 2005b:7-8); com ela e os pesquisadores aos quais ela me apresentou, aprendi a valorizar “el modelo artesanal de investigación”(8). Antropologia, para mim, era o que ela e essas pessoas encarnavam. Sua abertura e generosidade como docente, e a relação simétrica que tinha com monitores e alunos deixaram marcas indeléveis em todos que convivemos com ela.

Essa influência só fez se aprofundar, pois voltei a ser seu aluno no mestrado no Museu Nacional, em um memorável curso sobre sociedades camponesas que Beatriz e Moacir Palmeira – seu orientador no mestrado – ministraram no primeiro semestre letivo de 1988. Foi nesse curso que logramos entender o significado das obras do grupo de pesquisadores reunidos no Museu para a constituição dos estudos de campesinato no país, em especial os trabalhos de Beatriz: sobre o cálculo e a racionalidade econômicas do campesinato vinculado à *plantation*, e a

família como unidade de produção e consumo, que levava a estudar o campesinato enquanto sistema econômico específico (a inspiração chayanoviana de *A Morada da Vida* – Heredia, 1979); e sobre a complexidade dos distintos sistemas de dominação e a multiplicidade das relações de dominação – violenta, simbólica, em distintas escalas (expressa em *Formas de Dominação e Espaço Social* – Heredia, 1988).

Nos afastamos quando a vida me levou para Manaus, em 1990, e me trouxe para Brasília, em 1994, período este que coincide com a diversificação de interesses de pesquisa de Beatriz (destacando-se sua participação no Núcleo de Antropologia da Política, a extensa investigação sobre impactos dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e as pesquisas “Sociedade e Economia do Agronegócio” com Moacir Palmeira e “Ambientalização de Conflitos Sociais” e “Movimentos Sociais e Esfera Pública”, com José Sérgio Leite Lopes – estas duas importantíssimas para o meu próprio trabalho) e com sua experiência profissional em consultorias e assessorias para diversos organismos internacionais, e em organizações da sociedade civil (como Diretora do Greenpeace para a América Latina, elaborando a política de trabalho e dirigindo os afazeres do conjunto de escritórios para toda a região) – sobre a qual ela escreveu um instigante texto (Heredia, 2005a). Ultimamente, Beatriz coordenava o Programa de Memória dos Movimentos Sociais (Memov) do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, do qual foi vice-diretora. Ela fez tudo isso, mais recentemente, já lutando contra uma doença pulmonar obstrutiva crônica, que, salvo pelos períodos de internação, em momento algum pareceu ter reduzido a sua vitalidade.

Em seu período ongueiro, compartilhamos alguns momentos de ativismo e militância socioambiental nos bastidores do poder constituído em Brasília e em manifestações de organizações do movimento social e da sociedade civil. Lembro-me de um almoço em Brasília, num intervalo dessas atividades, quando eu, professor da UnB licenciado para o doutorado na FFLCH/USP, ouvi dela, com aquele sotaque e entonação característicos: “Aproveita rapaz. É o melhor período da nossa vida”. Tentei seguir este seu conselho e aqueles que ela dava sem saber, pela intensidade com que fazia tudo com o que se comprometia – compromisso que, segundo ela mesma, é uma categoria central para entender sua vida, trajetória e obra.

Como disse alguém, que já não lembro, em outra homenagem póstuma, Beatriz foi uma “mulher aguerrida e apaixonada pela antropologia e pelo Brasil”. Quiçá tal paixão, intensidade e o fato de ter encontrado aqui sua outra casa expliquem o impacto que podem ter tido nela o resultado das eleições presidenciais de 2018 –

com o prenúncio de um novo período autoritário – e o incêndio no Museu Nacional. Pouco mais de um mês depois, ela nos deixou.

Em maio de 2004, retornando à Universidade Nacional de Córdoba, onde se formou em História, em 1964, Beatriz proferiu, como homenageada, a conferência de abertura do VI Congresso Argentino de Antropologia Social. Na ocasião, ela se perguntou: “¿cómo mantener el rigor científico sin excluir el compromiso político?”; “¿cómo ser militante manteniendo al mismo tiempo el rigor científico?” (Heredia, 2005b:11). Não exageraria ao responder que Beatriz respondeu com sua própria vida a essas perguntas. Falando de sua trajetória, ela notou que, como tantos outros, nós “representamos a muchas otras personas, algunas de las cuales están acá con nosotros [...], y otros que aunque ya no están más entre nosotros, también formaron parte de ese mundo y hoy están presentes en el recuerdo y en su obra” (2005b:2-3). É desse modo que a trajetória de Beatriz, marcada pelo compromisso simultâneo com o rigor acadêmico e as lutas políticas na defesa de direitos, se faz hoje presença constante em nossas vidas.

Recebido: 09/02/2019

Aprovado: 17/02/2019

Henry T. Barretto Filho é Doutor em Antropologia Social (FFLCH/USP, 2001) e Professor Adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, onde também colabora no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais do Centro de Desenvolvimento Sustentável. ORCID: 0000-0003-3845-9936 Contato: henyo.barretto@gmail.com

Referências bibliográficas

HEREDIA, Beatriz M. A. 1979. *A Morada da Vida: trabalho familiar entre pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

_____. 1988. *Formas de Dominação e Espaço Social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq.

_____. 2005a. Um Antropólogo numa ONG: algumas reflexões sobre prática acadêmica e prática

política. *Revista de Ciências Sociais*, v. 36, n. 1/2, pp. 89-96. [Republicado em SILVA, Glauca (org.). *Antropologia Extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15, 2008. pp. 87-98.]

_____. 2005b. Ethos y Habitus en Antropología. Reflexiones a partir de una trayectoria. *Avá - Revista de Antropología* (Universidad Nacional de Misiones, Argentina), n. 6, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169021465001>.

Kenneth Iain Taylor (1934–2019)

Alcida Rita Ramos

Universidade de Brasília - Brasil

Em setembro de 1962, quando cheguei pela primeira vez à porta da secretaria do departamento de antropologia na Universidade de Wisconsin, encontrei Ken Taylor. Nós não sabíamos, mas aquela nossa troca de olhares iria se transformar numa relação de mais de vinte anos. Duas décadas de convivência incluíram longas viagens pelas estradas americanas, prolongado trabalho de campo na floresta amazônica, convivência acadêmica na Universidade de Brasília, autoexílio na Grã-Bretanha e muita, muita conversa. Estudantes, viajamos pelos Estados Unidos, excursionamos de caiaque pelos lagos fronteiriços com o Canadá, envolvemo-nos em protestos contra a Guerra do Vietnam, enfim, vivemos plenamente os anos 1960. Pelas estradas, para passar o tempo, espantar o sono e reavivar a memória da pátria, a Escócia, Ken me brindava com cantigas, aventuras, folclore de família e de amigos e chistes com riqueza de detalhes em alguns dialetos britânicos. Foi assim que assimilei o inglês profundo e pelo qual nunca deixo de lhe ser grata.

Como eu, Ken era estudante de pós-graduação. Ao contrário de mim, sempre fascinada pela Amazônia, ele acalentou o sonho permanente de voltar à Groenlândia. Tendo cursado arquitetura em Glasgow, sua cidade natal, e depois em Copenhague, escolheu estudar antropologia guiado pelo fascínio e experiência com caiaques que o levaram a um verão encantado entre os Inuit. Pelo resto da vida, embalou a expectativa de lá voltar. Nunca conseguiu. Por razões alheias à sua vontade, foi obrigado a mudar os planos de fazer a pesquisa de doutorado na Groenlândia. Embora imensamente frustrado, precisava de uma alternativa de pesquisa. Entrei eu com um plano B e a proposta de irmos para a Amazônia estudar os então quase desconhecidos Yanomami. Para meu alívio, escapei de passar um ano inteiro no congelamento ártico. Optamos por viver entre os Sanumá, o subgrupo Yanomami mais setentrional, já na fronteira do Brasil com a Venezuela. Para alguns deles, fomos os primeiros *setenabi* (“brancos”) que viram na vida. Ficamos com eles cerca de 23 meses, indo de uma aldeia para outra, aprendendo a língua e partilhando o seu cotidiano, à velha moda malinowskiana de fazer pesquisa de campo. Um intervalo de alguns meses quebrou essa rotina etnográfica para que Ken se curasse de uma hepatite na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Naturalmente, mudança tão drástica teve efeitos colaterais. Embora dedicado à etnografia Sanumá (Taylor 1974, 1976, 1977a, 1977b, 1981, 1996) e ao ensino no recém-criado PPGAS da Universidade de Brasília, em 1972, Ken nunca se sentiu à vontade nos trópicos nem na academia. Desempenhava bem suas funções de professor e pesquisador, mas sua vocação não estava aí. Faltava-lhe ação. Já doutor pela Universidade de Wisconsin, tendo lecionado no primeiro semestre de 1972 no Museu Nacional, e membro do corpo docente da Universidade de Brasília, a partir do segundo semestre daquele, Ken refletia sobre o futuro dos Yanomami. Ainda poupados de invasões e outras vicissitudes do contato interétnico que assolavam a grande maioria dos povos indígenas da Amazônia, seria apenas uma questão de tempo antes que fossem atingidos pelo inevitável. Prevendo isso, Ken elaborou o “Plano Yanoama”, primeiro projeto de proteção aos Yanomami e apresentou à Funai. Como seria de esperar, naquele momento, caiu em ouvidos moucos.

A ditadura militar reinava no país. No entanto, em meados dos anos 1970, houve um ensaio de abertura política que chegou à Funai na figura de seu presidente, o General Ismarth Araújo de Oliveira. Era o tempo do avanço esmagador do Estado sobre os povos indígenas da Amazônia, com a construção de estradas, mineração, projetos agroindustriais. Apesar da censura de imprensa, começavam a espalhar-se notícias aterradoras de massacres, mortes em massa por doenças infecciosas, atos generalizados de violência contra indígenas, muitas vezes, brutalmente arrancados do isolamento.

Foi então, a partir de 1974, que o General Ismarth convocou antropólogos para elaborar e dirigir projetos destinados a assistir povos indígenas severamente atingidos pelo impacto dos megaprojetos militares. Ávidos por participar dessa abertura e pôr seus conhecimentos antropológicos a serviço dos indígenas com quem conviviam, vários antropólogos puseram mãos à obra. João Pacheco de Oliveira dedicou-se aos Tikuna no oeste do estado do Amazonas, David Price aos Nambiquara de Rondônia, Peter Silverwood-Cope aos povos do Alto Rio Negro no Amazonas, Iara Ferraz e Vincent Carelli aos Gaviões do Pará, Gilberto Azanha e Elisa Ladeira aos Krahó de Tocantins. De 1975 a 1976, Ken Taylor, já mobilizado pela experiência de poucos anos antes, elaborou e dirigiu um desses projetos, do qual Bruce Albert e eu participamos: o Projeto Perimetral-Yanoama, em Roraima (Taylor 1979b), iniciativa pioneira na luta pela demarcação oficial da Terra Indígena Yanomami, lograda apenas em 1992. Menos de um ano depois de iniciado, o Projeto Perimetral-Yanoama foi cancelado pela recusa explícita dos militares a ver um estrangeiro atuando

na fronteira. Naquele momento, as razões implícitas foram apenas parcialmente desveladas. Foi somente em meados da década de 1980 que novos elementos (por exemplo, o advento do Projeto Calha Norte, menina dos olhos dos militares) permitiram compreender melhor aquela reação contra o Projeto Perimetral-Yanoama (os detalhes esclarecedores estão no livro de Rubens Valente, *Os fuzis e as flechas*, Companhia das Letras, 2017, cap. 12. Cicatriz). Os outros cinco projetos tiveram o mesmo destino, mesmo aqueles dirigidos por brasileiros.

O auge da insatisfação de Ken veio com a invasão do campus da UnB pelos militares em 1977. Morávamos na Colina, conjunto de apartamentos para professores dentro do *campus*, e passávamos pelo dissabor de ter que mostrar documentos na barreira militar para poder chegar em casa. Pior ainda, vários de nossos alunos foram presos na ocasião. Indignado com o exacerbado autoritarismo que reinava no Brasil, Ken recusou-se a permanecer aqui. Demitimo-nos da UnB e fomos para a Escócia. Lá, na remota região vizinha do Loch Ness, vivemos cerca de quatro anos, tempo em que nos engajamos na campanha pela demarcação das terras Yanomami. No início dos anos 1980, Ken ligou-se à Survival International e coordenou o seu escritório em Washington, D.C. por mais de uma década. Trabalho empolgante, diretamente ligado à defesa de direitos indígenas, levou-o a lidar com situações extremas de abusos interétnicos. Desempenhou essa função com compromisso política e ética inabaláveis. Mas também essa atividade ficou aquém dos seus anseios existenciais.

Tomou então a decisão radical de começar um outro tipo de vida na comunidade de Twin Oaks, na Virgínia, Estados Unidos. Produzir seus próprios meios de subsistência dava-lhe imensa satisfação. Tornou-se uma espécie de patriarca de Twin Oaks. Nos últimos anos, surpreendeu a muitos colegas com o trabalho minucioso, exaustivo e altamente sensível sobre as técnicas de caça com caiaque desenvolvidas pelos Inuit da Groenlândia (<https://kayakgreenland1959.wordpress.com/>). Stephen Corry, por muitos anos diretor de Survival International em Londres e amigo de longa data, escreveu em nota para o boletim da Survival: “Postou a última entrada três dias antes de morrer. Ken foi um grande amigo com um enorme senso de humor. Era totalmente destemido e vivia uma existência frugal como um eremita, embora gostasse muito de whisky (escocês, naturalmente)”.

A frustração de toda uma vida por nunca mais ter voltado à sonhada paisagem de Illorsuit Ken transformou em primorosa peça antropológica, magnífico legado de um mundo encantado ao mundo acadêmico que, afinal, ele prestigiou. Terminado o trabalho, não restou mais nada.

Textos selecionados de Kenneth I. Taylor

- 1974 *Sanuma fauna: Prohibitions and classifications*. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales.
- 1977a Raiding, dueling and descent group membership among the Sanumá. In *Actes du XLII^e Congrès International des Américanistes*, II, pp. 91-104. Paris: Société des Américanistes.
- 1977b Sistemas de classificação e a ciência do concreto. *Anuário Antropológico*/76: 121-148.
- 1979a Body and spirit among the Sanumá (Yanoama) of north Brazil. In *Spirits, shamans, and stars* (David. L. Browman e Ronald A. Schwarz, comps.), pp. 201-222. Haia: Mouton.
- 1979b Development against the Yanoama: The case of mining and agriculture. In *Yanoama in Brazil 1979* (Alcida Rita Ramos and Kenneth I. Taylor, orgs.), pp. 43-98. Document 37. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA).
- 1981 Knowledge and praxis in Sanuma food prohibitions. In *Food taboos in Lowland South America* (Kenneth M. Kensinger e Waud H. Kracke, orgs.), pp. 24-54. Bennington, Vermont: Working Papers on South American Indians.
- 1996 A geografia dos espíritos. O xamanismo entre os Yanomami setentrionais. In *Xamanismo no Brasil. Novas perspectivas* (E. Jean Langdon, comp.), pp. 117-151. Florianópolis: Editora UFSC.

Recebido: 13/05/2019

Aprovado: 20/05/2019

Alcida Rita Ramos é Professora Emérita da Universidade de Brasília e Pesquisadora 1A CNPq. Dedicou-se à pesquisa empírica entre os Sanumá, subgrupo Yanomami e atualmente desenvolve o projeto “Indigenismo Comparado”, focalizando Brasil, Argentina e Colômbia. Além de uma centena de artigos, publicou, entre outros livros, *Sanumá Memories: An Ethnography in Times of Crisis* (1995), *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil* (1998), ambos pela University of Wisconsin Press, e organizou o volume *Constituições Nacionais e Povos Indígenas* (2012), publicado pela Editora da UFMG. ORCID: 0000-0002-1107-9688. Contato: alcidaritamos@gmail.com

INSTRUÇÕES PARA AUTORAS

O Anuário Antropológico aceita para publicação textos inéditos em português, inglês, francês ou espanhol, sob a forma de artigos, entrevistas, conferências, ensaios visuais e bibliográficos e resenhas de livros e filmes, para além de outras contribuições que possam ser do interesse do público da revista. As contribuições serão recebidas em fluxo contínuo e a pertinência para publicação será avaliada pela Equipe Editorial (no que diz respeito à adequação ao perfil e linha editorial do periódico) e por pareceristas *ad hoc* (no que diz respeito ao conteúdo específico e qualidade das contribuições) em regime de anonimato.

Toda a comunicação e envio de textos/ensaios ao Anuário Antropológico deve ser feita unicamente por e-mail: revista.anuario.antropologico@gmail.com

Os textos devem seguir as normas do periódico:

1. Artigos devem ter até 8.000 palavras, incluindo notas de rodapé e bibliografia. Devem vir acompanhados de resumo (até 200 palavras), título e palavras-chave no idioma original e em inglês.

2. Ensaios bibliográficos devem ter até 5.000 palavras, contar com a referência completa do livro ou livros comentados.

3. Resenhas de livros e filmes devem ter até 1.500 palavras e contar com a referência completa do livro ou filme resenhado. Livro e filme devem ser recentes, com até três anos de publicação para nacionais e até cinco anos para os internacionais. As resenhas não devem receber título nem conter notas fora do texto. As referências bibliográficas devem vir ao final. Além de resumir e apresentar a obra, a resenha deve necessariamente trazer também um ponto de vista crítico sobre a mesma.

4. Ensaios visuais com 6 a 18 imagens devem ter formatos que combinem textos e imagens relacionadas a processos etnográficos de pesquisa, ensino ou extensão. Devem conter um texto (com até 2.500 cce) que apresente o contexto e o processo técnico e metodológico de produção do ensaio, legendas (com no máximo 400 cce) e os créditos das imagens (autoria,

local e ano de produção). As imagens podem ser fotos, desenhos, ilustrações, colagens ou pinturas. As imagens devem ser enviadas em formato .jpg, .gif ou .png, com 1.2M e 300dpi, nomeadas sequencialmente de acordo com a ordem de exposição da seguinte forma: sobrenome_nome da autora_01 etc. Também devem ser encaminhados uma proposta de layout de apresentação do ensaio e a autorização de uso das imagens, conforme formulário específico do periódico.

5. Entrevistas com até 6.000 palavras devem ser inéditas e dar destaque a importantes debates da Antropologia contemporânea. Deve haver um claro fio condutor com, por exemplo: o tema de pesquisa atual da entrevistada, a relação entre sua biografia e carreira na Antropologia, o lançamento de seu novo livro, inovações no ensino de antropologia, o amadurecimento de um conceito etc. A entrevistada pode ser brasileira ou não, a condução pode ser feita por uma ou mais entrevistadoras.

6. Conferências nacionais ou internacionais de até 6.000 palavras podem ter sido proferidas na abertura ou encerramento de eventos no Brasil ou no exterior. Uma conferência lança ideias novas, aponta caminhos criativos e insuspeitos, problematiza e desnaturaliza questões, envolve e provoca a audiência. Guarda, naturalmente, um tom um pouco mais oralizado, a marca de estilo de sua autora.

Todos os textos devem seguir a formatação de espaço 1,5, letra Calibri, tamanho 12. As notas devem vir no rodapé do texto e em fonte Calibri, tamanho 10. Os textos e ensaios devem ser submetidos sem a identificação da autora ao longo do corpo do texto e nas referências bibliográficas, sendo as autocitações e referências substituídas pela palavra AUTORA.

No momento de submissão do texto, é necessário incluir as seguintes informações: nome completo da autora, nome completo da instituição de origem (e não sigla), cidade, país, ORCID e email. No caso de coautoria: as autoras devem, ao final do texto, explicitar as tarefas que cada uma assumiu para a elaboração do mesmo.

O envio de contribuições implica na cessão de direitos autorais e de publicação à Revista. Caso a autora deseje republicar seu texto ou ensaio alhures, é preciso apenas avisar a equipe editorial do Anuário Antropológico e dar crédito a essa publicação inicial.

Quanto a figuras, citações, notas e referências, devem ser observados os seguintes formatos:

1. os quadros, gráficos, figuras e fotos devem ser apresentados em folhas separadas, numerados e titulados corretamente, com indicação de seu lugar no texto e de forma pronta para impressão;
2. citações de mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo à esquerda;
3. as notas deverão excluir simples referências bibliográficas, que precisam ser incluídas no texto principal entre parênteses, limitando-se ao sobrenome da autora, ano e páginas (Chaves, 2016, p. 283-330);
4. a referência completa irá nas Referências Bibliográficas, conforme abaixo:

Livro: BORGES, Antonádia. 2004. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. 2. ed. Rio de Janeiro: RelumeDumará.

Coletânea: LOBO, Andréa; DIAS, Juliana Braz (Org.). 2016. *Mundos em circulação: perspectivas sobre Cabo Verde*. Brasília; Praia: Aba Publicações; EdUniCV.

Artigo em coletânea: COELHO DE SOUZA, Marcela Souza. 2009. "The future of the structural theory of kinship". In: WISEMAN, Boris (Ed.). *The Cambridge Companion to Lévi-Strauss*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 80-99.

Artigo em periódico: MOURA, Cristina Patriota de. 2017. "Considerações sobre dinâmicas educacionais em tempos de transnacionalização chinesa". *Horizontes Antropológicos*, n. 23, p. 89-121.

Tese acadêmica: SILVA, Kelly Cristiane da. 2004. *Paradoxos da Autodeterminação: a construção do Estado-nação e práticas da ONU em Timor-Leste*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

Avaliação

O processo de avaliação dos textos e ensaios ocorre em três etapas:

- Etapa preliminar: Todo texto/ensaio passa pelo software CopySpider para detectar plágio.

- Primeira etapa: A Equipe Editorial analisa a adequação dos textos/ensaios de acordo com a linha editorial do periódico e seus aspectos como sua contribuição teórica, ética, metodológica e também novidade e criatividade da reflexão. Somente aqueles textos/ensaios considerados relevantes à comunidade antropológica seguirão à etapa seguinte.

- Segunda etapa: Sem identificação de autoria, os textos/ensaios são enviados à leitura e avaliação de duas pareceristas em regime de anonimato. A avaliação considera a relevância do tema, originalidade da contribuição, clareza e coesão do texto, adequação da bibliografia, estrutura teórica e estratégias metodológicas utilizadas. As pareceristas podem decidir: a) publicar o texto/ensaio como está; b) publicar considerando sugestões; c) não publicar como está, mas reformular substancialmente o texto e resubmetê-lo ao periódico; d) recusar inteiramente. Em casos divergentes, a Equipe Editorial se incumbirá da decisão final. Nos casos "b" e "c", o texto devidamente revisado pela autora é enviado às mesmas pareceristas novamente para última leitura e avaliação.

Reciprocidade

O Anuário Antropológico entende que a submissão de texto/ensaio implica no compromisso da autora em responder do melhor modo possível às observações das pareceristas. O periódico aprecia os esforços da comunidade acadêmica em contribuir e aprimorar a qualidade da produção científica na Antropologia. E se reserva ao direito de recusar a revisão de textos/ensaios que ignorem as sugestões das pareceristas sem qualquer justificativa razoável.

O periódico espera também que as autoras que tenham submetido e/ou tenham tido aprovados textos/ensaios recentemente estejam disponíveis para emitir pareceres no futuro. O Anuário Antropológico aposta na reciprocidade para a manutenção da máquina editorial e plena convivência acadêmica.

neste número

CONFERÊNCIA

Museu Nacional: Elogio, lamento e augúrio

Luiz Fernando Dias Duarte

DOSSIÊ

Apresentação

Clarice Rios, Nádia Meinerz e Everton Luís Pereira

Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film

Anahí Guedes de Mello e Marco Antônio Gavério

Deficiência como categoria analítica: trânsitos entre ser, estar e se tornar

Pedro Lopes

A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho

Valéria Aydos

Sobre gramáticas emocionais e violência sexual.

Notas a partir de dois casos de interrupção legal de gestação realizados por mulheres com deficiência intelectual

Julian Simões

A inclusão e suas práticas: aspectos socioantropológicos da produção de materiais pedagógicos inclusivos para Surdos

Ana Luísa Borba Gediel, Victor Mourão e Isabela Martins Miranda

A “janela da expressão”: reflexões sobre corpo, movimento e gesto nas relações entre visão e cegueira

Olivia von der Weid

ARTIGOS

O Estado tóxico e a máquina de guerra: etnografia da conjuração estatal na luta por direitos

Tiago Lemões

Arqueologia no licenciamento ambiental: uma etnografia de cientistas e suas burocracias

Marcus Antonio Wittmann

Mortes esportivas e alegorias políticas: etnografando temores em torno dos esportes-nação

Luiz Henrique Toledo

Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistanas

Giancarlo Machado

ENSAIOS VISUAIS

Do batente da porta pra fora: trabalho e sociabilidade de mulheres artesãs em Brejinho no sertão de Pernambuco

Mônica Vilaça da Silva

Colheita dourada: A arranca do capim no gerais do Jalapão

Guilherme Moura Fagundes

ENTREVISTA

Dina Dreyfus, Alain Badiou e os programas de Filosofia da Televisão Escolar francesa nos anos 1960. Entrevista com Alain Badiou e Isabelle Vodoz

Luciana Portela

RESENHAS

LOPES, José Rogerio. *Colecionismo, arquivos pessoais e memórias patrimoniais*. Porto Alegre: CirKula, 2017.

Nádia Fürbringer

VERDUM, Júlia Selau. *Os habitantes da montanha do vento*. Brasília: Sobrescrita, 2017.

Gabriela Luiza Viana Mendes

BRITO, Celso de. *A Roda do mundo: A Capoeira angola em tempos de globalização*. Curitiba: Apris, 2017.

Geslline Giovana Braga

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de e MOURÃO, Laís. 2017. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*. Manaus: UEA. 124 pp.

Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos e Márcia Leila de Castro Pereira

OBITUÁRIOS

Beatriz Maria Alasia de Heredia

Henyo Trindade Barreto Filho

Kenneth Iain Taylor

Alcida Rita Ramos